INICIAÇÃO TEOLÓGICA

I

O MISTÉRIO DA IGREJA

Franco — S. Paulo, 16-3-63

Do mesmo Autor

La méthode intuitive de M. Bergson. Paris, Alcan.
Le rôle de l'analogie en théologie dogmatique. Paris, Vrin
Le dieu bergsonien. Paris, Desclée De Brouwer
La conscience religieuse. Paris, Téqui

Na Editora Vozes Ltda.

O Corpo Místico. Comentário da Encíclica *Mystici Corporis Christi*
O Cardeal Newman
A Função da Analogia em Teologia Dogmática
O Itinerário Místico de S. João da Cruz.
O Mistério dos Sacramentos.

Pe. Dr. M. TEIXEIRA LEITE PENIDO

INICIAÇÃO TEOLÓGICA

VOLUME I

O MISTÉRIO DA IGREJA

II EDIÇÃO



1956
EDITORA VOZES LIMITADA, PETRÓPOLIS, R. J.
RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO

I M P R I M A T U R.
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO. E REVMO. SR. DOM MANUEL PEDRO DA CUNHA CINTRA, BISPO DE PETRÓPOLIS.
FREI DESIDÉRIO KALVERKAMP, O. F. M.
PETRÓPOLIS, 21-10-1956.

INTRODUÇÃO GERAL

FÉ' E TEOLOGIA

A cultura religiosa.

Só faz o mal quem ignora, sentenciava Sócrates, pelo que o sábio deveria ter por principal cuidado espancar as trevas intelectuais; com a luz a refulgir, reinaria, por via de consequência, a virtude. Ideal racionalista, que atravessou os séculos e anima ainda o sonho pueril e perigoso do cientificismo; sob forma aliás descaída, pois que Sócrates pelo menos ensinava moral, enquanto ao ingênuo cientificista se lhe afigura regenerar o mundo espargindo cultura — como se a barbaria científica não fosse uma realidade!

A quem não vive perdido na utopia, mostram os fatos a possibilidade de percebermos claramente a verdade moral, desobedecendo-lhe todavia. Não apenas inteligência, senão ainda vontade livre, tal é o homem. Conheça embora os preceitos da ética e lhes admita a validez, pode ainda contrariá-los, pecar. Para não falar em Ovídio, já o experimentava S. Paulo: "O querer está em mim, mas não consigo realizar o bem; porque não faço o bem que desejo, mas o mal que não quero, esse faço" (Rom 7, 18-19).

Afagaria pois perigosa ilusão, quem cuidasse que a instrução religiosa por si só haveria de gerar católicos sem jaça. Aí está a triste e cotidiana experiência a patentear como profundo conhecimento do dogma e da moral é compatível com medíocre vida cristã. Todos nós já encontramos católicos esclarecidos que prevaricam quanto podem. De ordinário, culpam-se os métodos catequéticos, a pedagogia cristã. Revela esta crítica profunda ilusão. A força de agir sobre a matéria bruta com resultados infalíveis, imaginamos poder atingir igual "eficiência" no trato com os homens. Esquecemos que estes não são máquinas, mas sim pessoas livres. O pedagogo, ainda quando logra — rara vez — penetrar além da superfície do eu, vê escapar-lhe a região tenebrosa onde se entrincheira, inviolável, o livre arbítrio, com o seu terrível poder de resistir ao mesmo Deus. Porventura não era Jesus o sumo pedagogo? Não formou os Doze com zelo clarividente e indefesso, ensinando-lhes as mais sublimes doutrinas, obrando diante deles os mais estupendos milagres, arrastando-os pelos mais comovedores exem-

plos, seduzindo-os pela magia de sua personalidade? Não obstante, houve entre os Doze um traidor. Judas deveria ter exterminado para sempre o socratismo.

Poderíamos, é verdade, tentar enfraquecer ou mesmo destruir o poder do livre arbítrio, à semelhança dos totalitários, procurando transformar os homens em autômatos. Mas seria a negação mesma do cristianismo. Cristo não quer escravos, mas ser livremente servido. Para este serviço, não basta a instrução religiosa; deve haver escolha pessoalíssima.

Sem embargo, ilusão pior ainda seria enveredar pelo caminho oposto, e imaginar que a ignorância religiosa faria brotar santos. De novo, vem a experiência mostrar que homens sem conta se afastam da religião, por não na conhecerem ou conhecerem-na mal. Ignoram que verdades a Igreja propõe à nossa crença, ou tomam por dogma o que jamais foi definido, ou são incapazes de responder à mais comezinha objeção dos incréus, ou ainda parece-lhes o *Credo,* repelente amontoado de asserções ininteligíveis e sem relação alguma com a vida real.

Incontáveis formas pode revestir a ignorância religiosa. Todas são danosas. E para nos restringir ao problema brasileiro, é fato que o desconhecimento da religião se nos antolha como fonte de deploráveis superstições populares. Descobrimo-lo também — pelo menos em parte — ao investigarmos a origem do pior perigo espiritual que nos ameaça: o espiritismo.

Chegada a hora de passar deste mundo ao Pai, Cristo Jesus ordenou aos apóstolos: "Ide, ensinai todas as gentes" (Mt 28, 19). "E eles, tendo partido, pregaram por toda a parte" (Mc 16, 20). Fiel ao preceito do Senhor e ao exemplo dos apóstolos, a Igreja sempre considerou a doutrinação como uma das suas missões essenciais. Tem presentes as interrogações de S. Paulo: "Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo. Como pois invocarão Aquele em quem não creram? E como crerão n'Aquele de quem não ouviram? E como ouvirão se não há quem lhes pregue?" (Rom 10, 13-15).

Se em todos os tempos, a Igreja considerou a ignorância religiosa como um grande mal, que será em nossa época de indiferentismo generalizado e de ateísmo militante? Dir-se-ia que a humanidade forceja como nunca para esquecer-se de Deus, a fim de poder pecar sem remorsos.

De certo, conhecer o catolicismo longe está de ser tudo, porém é o indispensável prerrequisito à prática da religião. Por sermos cristãos, não deixamos de ser homens, ora, comportamento humano é aquele que a inteligência dirige; logo comportamento cristão será tão sòmente aquele que for norteado por uma inteligência iluminada pela verdade cristã.

Aliás o dogma não é apenas preâmbulo da moral evangélica. Se nossa vontade deve servir a Deus, obedecendo à lei promulgada por Cristo, nossa inteligência deve por igual servi-lo conhecendo e assimilando a verdade revelada pelo Senhor.

Membros vivos de Cristo, como não desejaríamos nos aprofundar no conhecimento dos mistérios de nossa Cabeça? Como fecharíamos os olhos ao afluxo de luz que dimana d'Aquele que é luz? Pensamento eterno do Pai, o Verbo não se encarna para apagar em nós o pensamento, mas para aguçá-lo, fortificá-lo, elevá-lo a um nível que por si só jamais atingiria. Nossa vida cristã não pode ser vida de embotados, senão vida de seres pensantes, divinamente pensantes.

Ensina S. Paulo que pela fé Cristo habita em nós (Ef 3, 17). Dando-nos a sua verdade, dá-se a nós; faz-nos partícipes de seu divino saber: "Deus nunca foi visto por pessoa alguma, mas o Filho Unigênito que está no seio do Pai, esse o fez conhecer" (Jo 1, 18). E' um raio do conhecimento recebido, pelo Filho, do Pai, que veio iluminar nossas trevosas inteligências.

Seria pois desprezar tamanha luz, professar nossa fé como fonógrafos, não nos esforçando por assimilá-la através de nossos conceitos humanos. Devemos fazê-lo com humildade, porém com santa avidez.

Ora, provoca a um tempo dó e inquietação o desinteresse da maioria dos fiéis por coisas de doutrina, enquanto manifestam insaciável curiosidade por ninharias: a última fita de cinema, o último jogo de foot-ball, o último conluio político, etc. Se, porventura, essa curiosidade se volta para o campo religioso, irá preocupar-se com as atividades de tal sacerdote, ou as revelações de tal pretensa mística, quando não é por imagens que choram...

Fascinam as bolhas de sabão, e deixam indiferentes as verdades que o mesmo Deus nos revelou!

Entretanto, se Deus se dignou de falar, não foi, por certo, para que nos desinteressássemos dessa sua palavra, ou nos contentássemos de repeti-la sem a entender, mas ao contrário para que a abraçássemos, nela nos aprofundando de sorte que a Verdade, longe de nos quedar inerte e morta na inteligência, nela vivesse.

Quando os Magos chegaram a Jerusalém anunciando o nascimento do Messias, ninguém se preocupou de averiguar o fato — salvo Herodes para eliminar o possível rival. O mesmo ódio parece animar hoje os "sem-Deus"; será também que o mesmo torpor paraliza nossos corações?

Cabe a uma instrução religiosa bem feita, despertar interesse pela Revelação ou Palavra de Deus. Por outro lado supérfluo é acentuar que tal instrução, como qualquer outra, se deve

adaptar ao desenvolvimento intelectual do discente, a seu grau de adiantamento cultural. Se já temos no Brasil excelentes livros catequéticos de nível primário e secundário, faltam ainda, ao que parece, obras mais alentadas, destinadas a adultos esclarecidos. Donde, entre os espíritos cultos que permaneceram fiéis à religião da infância e adolescência, um ou outro há que sente penoso desequilíbrio entre um saber profano aprofundado, e um saber sagrado que muita vez não vai além do catecismo. A estes foi desejo nosso prestar serviço oferecendo-lhes, com sadio otimismo, uma *Iniciação Teológica,* em vários volumes.

Mas que vem a ser Teologia? Com latina brevidade responde S. Anselmo: "Fides quaerens intellectum", fé à procura de compreensão. A resposta, por sua vez, suscita duas novas perguntas: que é a fé? que é compreensão da fé?

I. A FE' DIVINA

Necessidade da Fé.

Deixa-se um homem arrastar pela vida automatizada de todos os dias; os problemas da sobrevivência individual, da família, da profissão, o alternar-se de afazeres e distrações, os infinitamente pequenos enfim de que é entretecida a cotidiana monotonia, levam-lhe o tempo todo. Não pensa muito além do futuro imediato, sobretudo não cogita na morte. Mas eis que um acontecimento inesperado — perigo, malogro, doença, perda de um ente querido, pouco importa — arranca-o à rotina e nele desperta a angústia metafísica. Verifica então que não é auto-suficiente, que não consegue sòzinho dar um sentido aceitável à própria vida, que embora o vertiginoso progredir das ciências estamos mais longe do que nunca de responder às questões fundamentais. Sente sobretudo o chamamento da morte, a vertigem desse instante em que cedo ou tarde — e por mais tarde que seja, sempre cedo demais — tudo nos faltará e deveremos arrancar-nos às coisas a que ainda mais legìtimamente nos apegamos, para mergulhar na imensa noite.

Do seio dessa angústia metafísica, surgem em tropel as interrogações importunas: Valerá a pena viver? Qual a razão de ser desses curtos anos de luta? Será a existência um amontoado de perguntas sem respostas ou, se lhe cabe um sentido, qual será ele? Que fim deverá o homem perseguir? Gozar todos os prazeres desde os mais grosseiros até os mais requintados? Cultivar harmoniosamente o espírito à procura do saber? Dominar a natureza para produzir e amontoar riquezas? Estancar em si a sede de viver e engolfar-se na indiferença do nirvana?

Por entre esse tumulto, levanta-se uma voz serena e augusta, a voz da Igreja, portadora de eterna e infalível sabedoria: único é o sentido da vida: Deus! Única, por conseguinte a defi-

nição verídica, exata, da vida: o caminhar do homem até Deus.

Mas, indagamos, como lograríamos atingir tão transcendente meta? Deus está longe demais, é inacessível demais; alguém O viu porventura?

E a resposta se faz ouvir: "Sem a fé é impossível agradar a Deus porque é necessário que aquele que se aproxima de Deus *creia* que Ele existe e é o galardoador dos que o buscam" (Heb 11, 6). A fé e só ela pode dar um sentido satisfatório à vida, porque ela e só ela indica a meta real de nosso itinerário e os meios de atingi-la.

Vítimas — o mais das vezes inconscientes — do indiferentismo hodierno, muitos há, ainda entre católicos, para quem a fé não passa de algo facultativo. Dizia excelente pessoa: "Não ter fé e não gostar de música, é privar-se de duas grandes fontes de alegria". Engano; a fé, longe de reduzir-se a agradável supérfluo, deve ser a força que move toda existência que não queira abortar. Deus sendo o término autêntico da vida, e a fé o meio de consegui-lo, não ter fé é votar-se por necessidade ao malogro final. "Quem crer e for batizado será salvo; quem não crer será condenado" (Mc 16, 16).

Daí a necessidade de conceber noções exatas sobre a natureza da fé, princípio da vida espiritual.

Fé e Revelação.

Em nossa tentativa para circunscrever a fé cristã, importa, de início, discerni-la com cuidado, de toda e qualquer ideologia humana, ainda que ostentando pretensões religiosas.

Pode, sem dúvida, o pensador afanar-se na tentativa de escalar o céu e formular uma religião "natural"; esforço magnífico: vários filósofos exararam belas sentenças sobre a divindade; esforço desfalecente — quantos não erraram sobre Deus? — em todo o caso, esforço solitário que valerá tanto quanto vale a capacidade de quem o empreendeu.

A fé cristã, pelo contrário, não é conquista humana, ela se funda sobre um puro dom, uma *comunicação* do alto; inútil forcejar para guindar nosso pensamento até Deus: Ele nos desce ao encontro, torna-se presente à nossa inteligência a fim de lhe descobrir os seus segredos; Ele fala em linguagem humana.

Por que fala? Porque em seu incompreensível amor, quer nos fazer partilhar algo de sua vida, desde a terra, e nos chamar mais tarde à posse inebriante dessa mesma vida. Ora, viver, para um espírito, é conhecer e amar: comunicação do conhecimento divino, tal é a fé, como a caridade é comunicação do amor divino.

Sobrenatural, esse nosso destino escapará, por força, ao alcance da razão. Era, pois, inevitável o caos das opiniões sobre

o sentido da vida: só Deus nos pode dar plena solução do problema; só Ele nos pode fazer conhecer seus livres e misericordiosos desígnios. A *Revelação* é essa mensagem de Deus ao homem. A cada passo das Epístolas e dos Atos, repetem os Apóstolos que a nossa religião, por eles pregada, não é invenção própria, nem mesmo eles a receberam ou aprenderam de homem algum, mas pela revelação de Jesus Cristo (Gál 1, 12). A judeus e gentios, eles se apresentam como simples arautos enviados por Cristo para trazer a mensagem de salvação: "Eu recebi do Senhor o que também vos ensinei" (1 Cor 11, 23); "também vos notifico irmãos, o evangelho que já vos tenho anunciado, o qual também recebestes... pelo qual também sois salvos se o retiverdes tal como vo-lo tenho anunciado... porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu por nossos pecados", etc. (1 Cor 15, 1-3).

Esse Cristo a quem apelam, de quem são arautos, dissera-lhes: "Não mais vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz seu senhor; mas chamei-vos amigos, porque vos dei a conhecer tudo aquilo que ouvi de meu Pai" (Jo 15, 15). Cristo é o Verbo, a Palavra do Pai. Encarnando-se, ele vem manifestar, dar a conhecer, revelar enfim o Pai. Ser "luz dos homens" (Jo 1, 4) é sua função própria; para isso nasceu, para isso veio ao mundo. Todavia não para espargir luz criada, saber humano; mas veio em nome do Pai para irradiar luz incriada, manifestar o Pai: "Quem crê em mim, crê não em mim, mas naquele que me enviou... o que falo, falo-o como o Pai mo tem dito" (Jo 12, 44, 50).

Ele é por tal forma o Revelador, que não apenas ouvindo-lhe as palavras, mas simplesmente conhecendo-o, conhecemos a seu Pai (Jo 12, 45; 14, 9).

O fiel, que os altos conceitos teológicos por vezes desnorteiam e que indaga, perplexo, o que pode significar o termo "revelação", abra o Evangelho, veja como, dia após dia, o Verbo encarnado amestra seus discípulos; como aos poucos lhes infunde n'alma os conhecimentos acerca do Pai, hauridos do próprio Pai, e terá uma noção concreta do que seja revelação: *manifestação, por Deus, das verdades sobre Deus.*

A fé nosso primeiro dever.

Diante dessa fala de Deus ao homem, qual será nossa atitude? Recusar? — Suma injúria e suma loucura. Discutir, arquitetar raciocínios, provar como na ciência ou na filosofia? — Nem mesmo. Cabe-nos *ouvir* — "a fé é pelo ouvido, e o ouvido pela palavra de Cristo" (Rom 10, 17). — E, tendo ouvido, *aceitar* filialmente, dizer "sim" ao Deus que se digna de comunicar-se a nós, de entregar-nos a sua própria verdade.

A fé, como tal, não discorre nem argumenta, é ato simples, direto, de aquiescência. Nem basta aceitar como opinião, conjetura; é mister aceitar como afirmação da realidade, certeza absoluta. Ter fé não consiste, por exemplo, em conceber apenas a Trindade ou a Encarnação, mas antes em afirmar categòricamente que, no mundo objetivo, Deus é uno e trino e o Verbo de fato se fez carne.

Tudo isso é certo como 2+2=4 ou como a presença aqui, deste papel no qual escrevo. A diferença consiste em que a primeira destas verdades é fruto da evidência racional, a segunda da evidência experimental — ambas conquistas nossas — enquanto no caso da fé, à evidência vem substituir-se a simples palavra de uma testemunha — Deus — logo não podemos inventar verdades religiosas, senão apenas aceitá-las.

Por isso, em vez de ciência, filha da observação e da demonstração, temos fé: *assentimento firme a uma afirmação, em virtude da idoneidade de quem afirma.* A criança crê na palavra dos pais; o discípulo no ensinamento do mestre; de modo semelhante temos fé no que Deus nos ensina.

Sem dúvida, o testemunho humano é em si falível, mas a religião funda-se sobre o testemunho da mesma infalibilidade: a Verdade absoluta. Ao cientista e ao filósofo que estranham nossa docilidade de crentes, nossa aceitação incondicional de realidades que não vemos nem demonstramos, respondemos que nada há mais razoável, porquanto, sobre qualquer outra, a palavra de Deus é digna de ser crida: "Se recebemos o testemunho dos homens, o testemunho de Deus é mais" (1 Jo 5, 9).

Nesta perspectiva aparece-nos a fé como o primeiro e o mais doce dos deveres. O primeiro: criaturas racionais, devemos render a Deus culto racional (Rom 12, 1), logo consagrar-lhe antes de tudo nossa mente. Ora, crer é homenagear religiosamente a Deus pela inteligência; homenagem tanto mais agradável ao Senhor, quanto não cremos os divinos mistérios por tê-los experimentado ou provado, mas ùnicamente por haver Deus dito que assim é. Nada vemos, nada demonstramos, submetemo-nos à autoridade de Deus; pura homenagem de confiança e filial obediência: "levando cativo todo entendimento à obediência de Cristo" (2 Cor 10, 5; Rom 1, 5; At 6, 7). Princípio e fundamento da vida cristã é pois abraçar religiosamente, pela fé, a Verdade que, por misericórdia, se descobre a nós.

O mais doce dever também. Longe de escravizar, a fé liberta. Os que invocam a liberdade para seguir seus devaneios ou expandir seus instintos, sestros e idiossincrasias — hoje sob o pretexto de existencialismo — esquecem que só a verdade pode libertar o homem (Jo 8, 32); fora dela seremos caricaturas quando não monstros. Ora, a verdade sobre o homem é que

ele foi feito para ser deus, não já mudando de natureza, mas unindo-se a Deus no mais estreito convívio de contemplação e amor. Destino inaudito que ultrapassa de todo nossas forças, mas não a bondade do Deus-Amor; destino sobrenatural, cujo obscuro indício encontramos nesse desejo do absoluto que atormenta os que, dentre os homens, são mais homens; desejo que só a posse da Suma Verdade e da Suma Bondade poderá estancar.

Toda tentativa para desabrochar nossa personalidade fora desse destino, é contra a verdade sobre o homem; ao cabo malogrará, embora os aparentes sucessos. O autêntico desabrochar consistirá em abrir-se ao radioso destino, em dirigir toda a existência para a bem-aventurança prometida por Deus aos que caminham na verdade.

Mais ainda. Essa felicidade — cuja simples perspectiva nos deveria fazer exultar de alegria — não a temos apenas em esperança; aprouve ao Deus de amor que a prelibássemos desde a presente vida; tal é o "mistério de sua vontade sobre nós" (Ef 1, 9). A mesma verdade divina, que esperamos contemplar face a face, já habita em nossa mente, embora velada, pela fé que é "firme fundamento das coisas que se esperam" (Heb 11, 1).

Posse obscura, porém suficientemente real para que nosso espírito conceba não apenas a idéia abstrata de Deus, mas se aferre concretamente ao ser divino como ao fim beatificante de nossa vida, "as coisas que o olho não viu e o ouvido não ouviu e não subiram ao coração do homem, são as que Deus prepara aos que o amam. Mas Deus no-las revelou pelo seu Espírito..." (1 Cor 2, 9-10). A fé está para a visão, como um primeiro esboço para o quadro acabado: "Quando vier o que é perfeito, cessará o que é em parte... porque agora vemos por espelho, em enigma, mas então veremos face a face" (1 Cor 13, 10-12). "Que te dá a fé?" pergunta a liturgia do Batismo. E responde: "A vida eterna!"

Belamente compara S. João da Cruz a fé àquelas tochas que os soldados de Gedeão levavam nas mãos, mas não as viam porque as tinham escondidas nas trevas dos cântaros. Quebrados estes, logo apareceu a luz. Assim a fé contém, qual ânfora, a luz divina; quebrada pela morte, logo refulge o clarão da divindade que em si escondia.[1]

A fé virtude teologal.

Na definição do Concílio do Vaticano "a fé é uma virtude sobrenatural pela qual, sob inspiração e com ajuda da graça de Deus, cremos como verdadeiras as coisas por ele reveladas, não já por causa da verdade intrínseca percebida à

[1]) S. João da Cruz, Subida, l. II, c. 9.

luz natural da razão, mas por causa da autoridade do mesmo Deus que revela e não pode enganar-se nem nos enganar".[1]

Fé divina chamamos à primeira virtude teologal. *Fé*, porque falece a evidência intrínseca da verdade; só temos o testemunho divino; os mistérios da religião são verdades cuja existência admitimos, conquanto não os demonstremos nem mesmo os entendamos claramente, por ultrapassarem de todo nossa capacidade intelectual. Assim é, por exemplo, que não concebemos bem como Deus pode ser a um tempo uno e trino. "Bem-aventurados os que não viram e creram" (Jo 20, 29).

Fé *divina* ou teologal e não fé humana, porque esta muita vez é uma opinião incerta, enquanto aquela é certa, firmíssima; divina ainda porque divino é o objeto que atinge: a Verdade incriada, nosso fim sobrenatural e fonte de nossa santificação, logo a fé é uma participação do conhecimento que Deus tem de si mesmo; divina também, porque o motivo de nossa aceitação é tão sòmente o veraz testemunho de Deus; divina enfim, porque nossa aquiescência é fruto da iluminação e sopro do Espírito de Deus, que suavemente nos inclina a consentir à Revelação.

Esta última razão insinua que a fé é uma *virtude sobrenatural.* Entende-se por virtude a qualidade moral que nos dispõe habitualmente a obrar o bem; a fé é, pois, virtude, já que nos dispõe a crer frutuosamente as verdades cristãs. Mas não é virtude puramente humana; antes é sobrenatural, por estar seu objeto acima do poderio do nosso intelecto, e porque não a podemos adquirir pelo próprio esforço — como as virtudes naturais — mas ela nos deve ser infundida por Deus, embora seu exercício suponha a colaboração do livre arbítrio: cremos porque queremos crer.

Contudo o livre arbítrio só poderá inclinar o intelecto a assentir à verdade, misteriosa e divina, quando movido pela graça. Ademais, para que a mente seja alçada a um nível fora de seu alcance, forçoso é — como veremos mais adiante — que a graça previna e ajude inteligência e vontade; só assim lhes será possível aceitar a mensagem de Deus.

Virtude *teologal:* esta qualificação esclarece que tudo, na fé, se refere a Deus: ele é *autor* da fé porque no-la concede por sua graça, iluminando a mente e inclinando a vontade, comunicando-nos a sua própria verdade divina; é o *fim* da fé, por ser ela meio de nos unirmos a Deus; é *objeto* da fé, porquanto cremos em Deus; é enfim *motivo* da fé porque cremos em virtude do testemunho de Deus.

---

[1]) Denzinger, Enchiridion Symbolorum, n. 1789.

Objeto da fé.

O texto fundamental de S. Paulo aos Hebreus indica-nos as verdades que constituem o objeto da fé: "E' necessário que o que se aproxima de Deus creia que ele existe e que é galardoador dos que o buscam" (Heb 11, 6). Por outras palavras: o objeto da fé é Deus em si e na sua Providência. O Apóstolo nos indica esse objeto em toda sua generalidade, porque fixa aqui um mínimo indispensável à salvação; mas é claro que esse conhecimento sobrenatural de Deus e do que a ele nos leva, pode revestir e de fato revestiu, graus bem diversos. Assistimos, no decorrer da história sagrada, a um progresso na manifestação desse mesmo e único objeto: é sempre Deus conhecido, porém Deus conhecido mais profunda e detalhadamente.

Na humanidade primitiva seria a existência do Criador que recompensa os bons por meios conhecidos de sua sabedoria (e a isso se reduziria ainda hoje a fé do pagão de boa vontade). Posteriormente, Deus, com paciente pedagogia, começou a amestrar pouco a pouco a humanidade. Aos patriarcas, depois a Moisés, mais tarde aos profetas, esse Objeto vai descobrindo seus refolhos. Como é belo e profundo o que o Antigo Testamento nos dá a conhecer sobre a natureza de Deus e sua Providência! Eis, porém, que Deus "havendo antigamente falado muitas vezes e de muitas maneiras a nossos pais pelos profetas, a nós falou nestes últimos dias pelo Filho" (Heb 1, 1). E o Filho nos revelou o mais íntimo mistério de Deus em si — a Trindade na unidade — e o mais misericordioso mistério da Providência de Deus — a Encarnação redentora. E' a revelação definitiva, nem temos que esperar outra.

Conhece enfim o homem as verdades que está chamado a contemplar e a gozar na bem-aventurança, e os meios de chegar a esta.

Tão rica, todavia, a Revelação que, terminada embora quanto ao conteúdo, com a morte do derradeiro Apóstolo, vai, não obstante, progredindo o conhecimento que os cristãos dela alcançam. Continuamente novas facetas do divino Objeto se nos manifestam. Novas, não no sentido que não existiam antes no tesouro da Revelação, mas novas no sentido de não haverem sido explìcitamente apreendidas antes, pela consciência cristã.

Assim é que pelos séculos em fora, "novos" dogmas são propostos pela Igreja à crença de seus filhos; no último Ano Santo, por exemplo, alegraram-se os católicos de ver definida a Assunção gloriosa da Bem-aventurada Virgem aos céus.

Reveste-se destarte o conhecimento de fé de uma crescente *complexidade,* por avultarem as verdades distintas a serem cridas. Essa multiplicidade de atos de fé, reduz-se porém a perfeita *unidade,* porquanto tudo o que cremos é Deus revelado

e Deus revelado por ele próprio. Através de tão numerosos enunciados, aderimos sempre e exclusivamente ao verdadeiro Deus por causa da palavra do Deus verídico.

Tão estreita unidade de objeto não obsta a que possamos e devamos estabelecer certa hierarquia entre as diversas afirmações de fé; não é que umas sejam dignas de maior crença do que as outras: cremo-las todas por igual; é que o mesmo Deus acentuou-as mais ou menos. Assim o conteúdo da Escritura, todo ele revelado, é todo ele de fé; todavia sobrelevam os passos que nos informam diretamente acerca de Deus e do que a ele nos leva. E' óbvio que a revelação da sarça ardente ("eu sou o que sou") ou a promulgação do Sinai (mandamentos da lei) revestem importância religiosa incomparàvelmente maior do que as crônicas do reino de Judá. Estas só são de fé por estarem contidas nas Sagradas Letras, obra do Espírito Santo, e por se referirem a Deus, indiretamente embora, enquanto descrevem os caminhos de sua providência para com o povo eleito.

Entre as mesmas verdades primárias, algumas há, denominadas *"artigos de fé"*; são enunciados mais distintamente articulados pela voz divina. Exprimem os grandes mistérios, os aspectos de máxima relevância no objeto da fé. Tais são as diversas proposições do Símbolo dito dos Apóstolos, que aprendemos em criança.

Reina grande diferença entre os fiéis quanto ao número de verdades de fé menos fundamentais, conhecidas explìcitamente. Algumas são apreendidas só por teólogos, por exemplo: certas constituições dogmáticas mais abstrusas do Concílio Tridentino.

Por serem acidentais, essas diferenças não chegam a estabelecer uma graduação entre os crentes. Com efeito, todos aderem ao mesmo Objeto: Deus que revela. Quem conhece explìcitamente apenas os artigos do *Credo,* neles conhece implìcitamente todas as demais verdades reveladas, porquanto estas estão realmente contidas naquelas. Abraça-as também implìcitamente, por estar sempre disposto a crer qualquer verdade desde que lhe seja proposta pela Igreja.

Existem sim graus de fé, porém estes se referem não mais ao Objeto, senão *à intensidade* da adesão do fiel. S. Paulo na primeira epístola aos Tessalonicenses afirma seu desejo de visitá-los "para que supramos o que falta à vossa fé" (1 Tess 3, 10). Já na 2ª epístola, louva-os pelos progressos alcançados: "Sempre devemos, irmãos, dar graças a Deus por vós, como é de razão, porque a vossa fé cresceu muitíssimo..." (2 Tess 1, 3).

Donde se colige que os santos, apesar de crerem as mesmíssimas verdades que nós cremos, têm mais fé do que nós, porque se rendem com intensidade, firmeza e devoção maior, à

Verdade divina. Por isso devemos suplicar com os discípulos: "Senhor, aumentai-nos a fé!" (Lc 17, 5).

E também de todo o coração devemos multiplicar, indefessos, nossos atos de fé, procurando antes de tudo aderir a Cristo-Deus, assentir à sua palavra e, só por causa dela, aos vários enunciados dogmáticos.

Motivo da fé.

"Damos sem cessar graças a Deus, pois havendo recebido de nós a palavra de Deus, a abraçastes não como palavra do homem, mas — segundo o é em verdade — como palavra de Deus" (1 Tess 2, 13). Esta frase de S. Paulo nos ensina qual o motivo de nossa fé. Não se estriba sobre os argumentos que, para justificá-la, podemos e devemos aduzir. Estes apenas garantem extrìnsecamente nossa crença; fazem com que ela seja fundada em razão, mas de modo algum descobrem a evidência dos mistérios; são condições e não causas; mostram que é razoável crer sem ver, nada mais.

A firme adesão de nossa mente à verdade revelada funda-se intrìnsecamente sobre a atestação divina ou seja a *autoridade* de Deus que revela. E' a Verdade incriada que se nos manifesta. Cremos porque Deus falou, dando-nos a conhecer a sua vida profunda e o nosso sobrenatural destino; ora, Deus é a veracidade mesma.

Daí a *certeza* da fé. "A fé é a prova das coisas que se não vêem" (Heb 11, 1). O que está provado se não discute. Mas que provas temos aqui? A palavra de Deus, cujo valor é definitivo. Por mais sábio que seja, um homem pode enganar-se; por mais verídico, pode sucumbir à tentação da mentira. Não assim Deus.

Daí também a *infalibilidade* da fé. Se é impossível que Deus se engane ou nos engane, estamos e não podemos deixar de estar com a verdade, quando aceitamos o testemunho de Deus. Por mais inevidentes sejam os mistérios, estamos absolutamente garantidos contra o erro, aderindo a eles, tal a autoridade da Palavra que no-los revela.

Para uma alma de ardente fé, torna-se o mundo invisível tão real quanto o visível; mais até. E ao incréu que se espanta, retruca essa alma: "Pois se Nosso Senhor assim afirma, como poderia ser falso?" Inútil qualquer prova, salvo a afirmação de Quem é a mesma verdade.

Explica-se assim a incomovível certeza com que a Igreja prossegue na pregação da mensagem evangélica; não a demovem as perseguições dos tiranos, nem os sarcasmos dos sábios deste mundo; ela bem conhece que a seu ensinamento não cabe apenas autoridade humana, mas está firmado sobre as palavras de seu Esposo, que são palavras da vida eterna (Jo 6, 69).

O motivo da fé nos dá também a chave para entender a *intransigência* dos verdadeiros crentes sobre questões de fé; intransigência que amiúde escandaliza incréus e indiferentes. Só é lícito transigir em matérias opinativas, mas ninguém transige, por exemplo, em relação a verdades matemáticas. Com maioria de razão é impossível .transigir sobre a verdade divina. Acoimar a Igreja de intransigência, é confundir fé religiosa com opinião religiosa. Uma opinião é, por natureza, sujeita a dúvida, a revisão; só deve ser recebida sob benefício de verificação. Transigir então é possível e, por vezes, necessário mesmo. Ao contrário, a fé sendo certíssima, fundada como está sobre a palavra de Deus, transigir aqui seria pôr em dúvida esta palavra, logo implìcitamente, conceder que Deus pode errar ou pode mentir.

Em matemáticas, sem dúvida, vejo o porque da verdade; aqui não vejo, porém sei que Deus a atesta e isso me deve bastar. Entre minha inteligência que não vê, e a Inteligência divina que vê prefiro esta.

O dever de lealdade para com a Revelação exige que a recebamos toda, sem escolher: *integridade* da fé. Já S. Jerônimo apelava para a etimologia a fim de lembrar que heresia é "escolha". O herege escolhe, no seio do testemunho de Cristo, esta verdade e repudia aquela; ou pior, escolhe os devaneios da própria mente, de preferência às afirmações de Cristo.

Demasiadas vezes quando se discute sobre religião, reina, talvez inconscientemente, esse espírito de escolha. "Penso desta forma". — "Mas o Evangelho, a Igreja ensinam o contrário!" — "Tanto pior!"

E' incontestável que, sobre pontos sem-número, a Igreja deixa a seus filhos plena liberdade de discussão — e por um abuso inverso do precedente, há fanáticos que pretendem impor como dogmas simples opiniões religiosas — mas quando uma verdade nos é apresentada pelo Magistério supremo como revelada, não é lícito rejeitá-la ou mesmo pô-la em dúvida, sem fazer injúria à palavra de Deus.

Essa aceitação incondicional supõe, é claro, um movimento de confiança em Deus, pois que fiados em sua veracidade lhe aceitamos o testemunho. Não há motivo, entretanto, como fez Lutero, para confundir fé e confiança (embora vulgarmente "ter fé em" signifique "ter confiança em"); muito menos para reduzir, como o mesmo heresiarca, a fé teologal à esperança que a bondade divina não nos imputará os nossos pecados. Não. Crer em Deus implica de certo que temos confiança em sua palavra — e quando esta contiver uma promessa, como no caso de Abraão, o elemento de confiança avultará — mas a fé antes de tudo é *aceitação intelectual* de uma verdade revelada. Assim, por exemplo, diz S. Paulo que "pela fé compreendemos que

pela palavra de Deus foi o mundo criado" (Heb 11, 3); e, uns poucos versetos após, lemos o texto já por duas vezes citado: "E' necessário que o que de Deus se aproxima creia que ele existe..." Crer na existência de Deus, não é ato de confiança, é pura adesão do intelecto.

Liberdade da fé.

Os mistérios revelados, como foi dito, ultrapassam o campo de investigação dos sentidos e do intelecto; escapam, portanto, a qualquer verificação experimental ou racional, logo não podem necessitar o assentimento, à semelhança de uma demonstração científica.

Quanto ao fato da Revelação, podemos demonstrá-lo com argumentos invictos; porém esses argumentos deixam a Revelação mesma no seu intangível mistério; ademais eles não são de tipo matemático, senão repousam em última análise sobre o testemunho humano (por exemplo: dos Profetas comunicando o que lhes revelou Deus; dos Apóstolos atestando a ressurreição do Senhor). Por conseguinte, tais argumentos não constrangem a inteligência, somos livres de subtrair-lhes o assentimento, como sempre livres somos de duvidar — embora imprudente e irracionalmente — de qualquer testemunho por mais forte seja ele: este jamais nos torna presente, visível, tangível, o fato atestado.

Anatematizou o Concílio do Vaticano a certos teólogos racionalistas, como Georg Hermes, os quais ensinavam que, propostas as razões de crer, seguia-se o ato de fé como a conclusão de um raciocínio dimana necessàriamente das premissas. Muito ao contrário, permanecemos sempre livres de crer ou não, jogando assim a nossa eterna sorte.[3]

Sem dúvida alguma — não será ocioso repeti-lo — o ato de fé justifica-se em razão; temos motivos de credibilidade perfeitamente sólidos, quais sejam: as profecias por Cristo realizadas; os prodígios que obrou; a sublimidade de sua doutrina; o milagre da Igreja: sua propagação, sua permanência, não obstante todos os obstáculos — a começar pela fraqueza de seus próprios membros — sua eminente santidade e fecundidade; a correspondência entre a religião cristã e as mais profundas aspirações do homem, etc.

Por isso S. Pio X, na Encíclica *Pascendi*, condenou o conceito modernista da fé como cego instinto religioso irrompendo das látebras do subconsciente[4], sem qualquer fundamento racional. A fé é um ato de inteligência que supõe razões objetivamente válidas de crer.

---

[3]) Denzinger, n. 1814.
[4]) Denzinger, n. 2074.

Todavia, esses argumentos, por irrefragáveis que sejam, jamais fazem refulgir a evidência *intrínseca* dos mistérios; visam apenas justificar nosso dever de crer, persuadindo-nos que é sumamente razoável aceitar verdades inevidentes quando as garante o próprio Deus. Ora, uma verdade inevidente nunca nos constrange à aceitação; só a aceitaremos em obséquio à autoridade divina, e sempre somos livres de recusar esse obséquio, esse preito religioso de respeito e confiança na palavra do Senhor. Assim os anjos rebeldes embora vejam, claríssimas, as razões de crer, recusam de curvar-se diante do Onipotente.

Acresce que, por não serem de índole matemática, tais razões de crer estão abertas a dúvidas que, por imprudentes sejam, permanecem sempre possíveis. Com efeito, o oposto de uma verdade matemática é simplesmente absurdo, logo impensável, enquanto a tese oposta à fé, embora falsa, não nos aparece como inconcebível, contraditória — justamente porque a fé é obscura. Resta sempre possível a dúvida *imprudente*. Competirá, pois, à vontade livre, coibir a imprudência, divertindo o espírito da consideração das objeções injustificadas, para concentrá-lo sobre as razões legítimas de crer.

Motivo de credibilidade certíssimo é o milagre. Não é necessário ter fé para reconhecer um milagre. Entretanto verificamos no Evangelho que enquanto alguns, ao ver Jesus operar prodígios, logo criam nele como sendo Filho de Deus, outros se retraíam, duvidavam. As curas maravilhosas, diziam, eram obra de Beelzebut (hoje invocam "as forças desconhecidas") ou não eram ainda bastante demonstrativas: que venha um "sinal no céu"! (Mc 8, 11). E' que o milagre não força nossa adesão com o rigor de uma prova matemática; é apenas um sinal revelador da presença do Transcendente; coloca-nos em posição favorável para discernir, pela fé, a manifestação do sobrenatural, de sorte que nos apareça como claro dever aceitar uma doutrina acreditada por tais portentos. Como todo sinal, carece de interpretação; não basta ver a materialidade do fato, necessário é ainda descobrir-lhe a significação. Por mais óbvia que seja a interpretação, pode a inteligência vir a ser perturbada por disposições morais contrárias, não já a tal milagre mas à doutrina que o milagre confirma; não verá então o que lhe está diante dos olhos: "Ainda não conhecestes nem entendestes? ainda tendes vossos corações obcecados? Tendo olhos não vedes, tendo ouvidos não ouvis?" (Mc 8, 17-18).

Bastante demonstrativo para fundar a crença em razão, o milagre não o é bastante para dispensar a fé e substituí-la pela evidência. Um sinal está sempre ligado à realidade significada: mensageiros do sobrenatural, os milagres são inseparáveis deste, de maneira que eles se impõem a nós, visíveis e tangíveis, mas

para exigir em seguida a fé; são evidências mas que apontam para o mistério.

"Sábia e louca, a nossa religião, comenta Pascal. Sábia porque mais esclarecida e fundada em milagres, profecias, etc. Louca porque não é por tudo isso que dentro dela estamos; isso por certo condena os de fora, mas não faz crer os de dentro. O que os faz crer é a Cruz: *ne evacuata sit crux*". *

Os anjos, em anunciando aos pastores o nascimento do Salvador, não exigiram que cressem sem motivo; deram-lhe um sinal: "Achareis um menino envolto em panos, e deitado numa manjedoura" (Lc 2, 12). Sinal desconcertante; nem os sentidos nem a razão descobrem através de circunstâncias tão pobres e humildes, o Salvador do mundo. Mister era ter fé nas vozes celestiais. Por isso dirá Jesus: "Bem-aventurados os que não viram e creram!" (Jo 20, 29); e ainda: "Louvo-te, ó Pai, Senhor dos céus e da terra, que ocultastes estas coisas aos sábios e aos entendidos e as revelastes aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim te aprouve" (Mt 11, 25-26).

Embora ouvissem os mais belos ensinamentos, presenciassem os mais retumbantes milagres e escutassem os mais comoventes apelos, os fariseus não se renderam. Tudo esborroa, tudo é vão, contra almas hermèticamente fechadas. Espíritos soberbos, não se podiam curvar diante de um pobre carpinteiro; corações empedernidos, não podiam crer no amor. "A luz veio ao mundo e os homens amaram mais as trevas que a luz, porque suas obras eram más. Porque todo aquele que faz o mal, aborrece a luz, a fim que não sejam arguidas as suas obras" (Jo 3, 19-20). "E, tendo ele (Jesus) feito tantos milagres em sua presença, não criam nele"; nem mesmo "podiam crer" (Jo 12, 37, 39). Ressuscitado Lázaro, não negam o prodígio: "Este homem faz muitos milagres" (Jo 11, 47); mas longe de se renderem, decidem matar a Jesus e a Lázaro (Jo 11, 50, 53; 12, 10).

O que até aqui levamos dito sobre a "liberdade" da fé poderia induzir os incautos a cuidar que não nos cabe o dever de crer, logo que a fé é algo facultativo. Com efeito, se eu digo: nos momentos de lazer sou "livre" de sair a passeio, ou de conversar, ou de ler, ou de dormir, etc., claro está que não me cabe obrigação moral de fazer uma coisa de preferência a outra. A fé, muito ao contrário, não é "livre" no sentido *moral* de não obrigatoriedade; ela é livre apenas no sentido *psicológico* de não ser necessitada por uma evidência intelectual. Mais claramente: há uma "liberdade" — moral — que provém da não existência de um *dever;* há uma "liberdade" — psicológica — que resulta da não existência de um *determinismo.* No primeiro sentido, a fé não é livre, pois existe obrigação moral

*) Pascal, Pensées, ed. Brunschwicg, p. 594.

de crer no testemunho divino (suposto conhecido); no segundo sentido a fé é livre, pois os motivos de crer não determinam o assentimento. Descrer é sempre possível (psicològicamente), embora nunca seja lícito (moralmente).

De modo semelhante, a ética cristã não nos deixa livres de pecar, mas antes obriga-nos a não pecar; todavia, temos, psicològicamente, a triste liberdade de pecar. Donde — seja dito de passagem — a grande cautela com que devemos empregar o vocábulo, e a cautela, maior ainda, com que podemos exaltar a "liberdade". Depende da qual.

Intervenção da vontade na fé.

E' bem de notar que o influxo do livre arbítrio não é peculiar à fé religiosa; verifica-se em relação a todas as verdades que repercutem sobre nossa vida moral. Já Leibniz observava que, se tivessem as matemáticas consequências de ordem ética, o homem logo tentaria pô-las em dúvida. Nem tão paradoxal é, como parece, o dito de Pascal: "Ao que não ama a Deus é impossível ser convencido da verdade da Igreja". Queria ele significar que, para aceitar o mistério da Igreja, devemos antes retificar nossa vontade em relação ao fim supremo, porque, se esse fim nós o colocamos fora de Deus, forçoso será que tais disposições influam sobre a inteligência, levantando uma nuvem de sofismas que impedirão de perceber a credibilidade da Igreja. Obra sobremodo árdua é nos entregarmos a uma verdade tão exigente como a verdade evangélica; muito mais fácil sufocar a inspiração da graça. "Os homens em tais questões fàcilmente procuram persuadir-se de que seja falso ou pelo menos duvidoso aquilo que não desejam que seja verdadeiro".*

Ao contrário, uma vontade reta e acolhedora colocará a inteligência na melhor disposição possível para descobrir a verdade moral; pois amar esta verdade é o melhor adjuvante para encontrá-la. Assim a intervenção da vontade na fé religiosa não tem por finalidade suprir a suposta deficiência das razões de crer, senão fazer com que o intelecto melhor lhes perceba a validez.

A necessidade da preparação moral à fé ressalta, com grande relevo, na história das conversões. Vem-nos à mente, entre vários outros, o exemplo de Charles de Foucauld. Após uma adolescência e primeira mocidade ímpias, escandalosas até, esse ex-oficial de cavalaria e explorador do Marrocos, que apesar de seus desvarios conservava nobre a alma, começou a sentir certa inquietação, certo desejo de virtude. O exemplo de parentas suas que não apenas professavam de boca mas viviam

*) Pio XII, Encíclica *Humani Generis*, ed. Vozes, n. 2.

o catolicismo, leva-o a suspeitar que talvez na religião encontrasse a verdade. Implora humilde: "Meu Deus, se vós existis, fazei-mo conhecer!" Cuida que para chegar à fé, falta-lhe instrução religiosa e, certa manhã, apresenta-se ao confessionário de um sacerdote de excepcional virtude, o Abbé Huvelin. Sem se ajoelhar, declara: "Senhor Padre, não tenho fé; venho pedir-lhe que me instrua". O Padre fitou-o e disse: "Ponha-se de joelhos, confesse-se a Deus e encontrará a fé". — "Mas não vim para isso". — "Confesse-se!" — Sentiu então Foucauld que a acusação dos pecados era, para ele, condição da luz. Ajoelhou-se e confessou todos os pecados de sua vida. Recebeu então tamanho dom de fé que, em breve, transformou-se num dos mais espantosos heróis cristãos de todos os tempos.[7]

O que impele a vontade a intervir, é o fato da fé ser apresentada pelos motivos de crer, qual bem desejável. Com efeito, o Deus, que a Revelação manifesta, não é apenas objeto de pensamento, é ainda fim concreto em função do qual toda a minha vida se deve organizar. Tal fim beatificante apetece-me. Longe de ser algo frio e impessoal, como o saber científico, a fé é atitude pessoalíssima de um espírito que livremente se abre à verdade divina, por confiar n'Aquele que dá testemunho de si.

Justifica, sim, a razão o ato de fé, mas a razão não é a força que nos impele a produzir esse ato, não apenas por ser a revelação misteriosa, como ainda porque esta nos apresenta doutrina de vida e não pura verdade teórica: "Esses milagres foram escritos a fim de que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que crendo, tenhais a vida em seu nome" (Jo 20, 3). E' claro que a mensagem evangélica visa, além do intelecto, a pessoa toda, pois é esta que vive. Portanto, da atitude que cada qual adotará diante dessa vida nova, divina, que se lhe oferece, dependerá muito a aceitação ou a rejeição da doutrina. A quem deseja a vida cristã, logo se lhe apresentarão argumentos justificativos da crença; a quem renui, não convencerão os mais portentosos milagres, as mais sólidas razões. E' a vida que leva à verdade religiosa.

Não quer isso significar — repetimo-lo uma derradeira vez — que duvidosos sejam os argumentos e discutíveis os milagres; duvidar, muito ao contrário, será imprudentíssimo, porém permanecerá sempre possível. Sob a pressão de disposições morais adversas, o espírito não considerará as razões de crer, ou transformará simples dificuldades em insuperáveis antinomias.[8]

---

[7]) René Bazin, Charles de Foucauld, explorateur au Maroc, ermite au Sahara. — Paris, Plon, 1921, pp. 93-94.
[8]) Pio XII, Enc. *Humani Generis*, n. 4, 32.

O discurso de S. Paulo no Areópago provocou três reações tipicamente diversas: alguns deixaram para "outra vez"; outros zombaram; só uns poucos abraçaram a fé (At 17, 32-34).

Sepultado no inferno, o rico avarento lembra-se dos cinco irmãos supérstites; suplica Abraão que se compadeça e mande Lázaro, o mendigo outrora desprezado, adverti-los a fim de que não venham eles também ter ao lugar de tortura. Mas Abraão contesta: "Ainda que ressuscite algum dos mortos, tampouco acreditarão!" (Lc 16, 31). Aplicando aos Judeus, Jesus declarava: "Se eu não tivesse feito entre eles tais obras quais nenhum outro fez, não teriam culpa, mas agora viram-nas e, contudo, odiaram-me a mim e a meu Pai" (Jo 15, 24). Tomé queria ver para crer, os fariseus viram e não creram. Tremenda responsabilidade!

E' de experiência cotidiana que adolescentes sem conta caem na descrença, porque a religião lhes antepõe insofrível freio moral. Vemos igualmente senhores de idade respeitável, desejosos de constituir uma segunda família ao lado da primeira legal, e que descobrem em consequência a falsidade de uma religião que obriga ao 9º mandamento. Ou ainda, outros senhores, ávidos de enriquecer com admirável rapidez, concluem que a religião mantenedora dos 7º e 10º mandamentos, é reservada aos simples de espírito. Revolta contra a fé, condicionada pela revolta contra a moral.

Com fina intuição psicológica, o Cardeal Newman muito insistiu sobre a importância dos fatores morais na gênese e conservação da fé. Quando se anuncia que Cristo é Salvador do mundo, observa ele, este homem aqui sente-se abalado, impressionado, e logo investiga o fato; é uma alma aberta diante da mensagem divina. Aquele outro não se interessa; permanece quedo em seu canto, como se lhe anunciassem uma revolta no Japão: é uma alma fechada ao sobrenatural. O primeiro corre ao encontro da verdade, o segundo entende que ela deve correr a procurá-lo; aquele averigua se Deus revelou; este, espera que alguém lho demonstre e, se lhe oferecem provas, retruca friamente: não vejo, não segue. E' um crítico, um juiz; não é um homem que procura a verdade; negocia e regateia quando deveria suplicar para conseguir a luz. Mas quem ama o pecado não deseja que o Evangelho seja verdadeiro.

Colaboração da inteligência e da vontade.

Expressaram os teólogos as mesmas verdades, em termos abstratos, ensinando como segue, sobre o recíproco influxo da inteligência e da vontade, na gênese do ato de fé.

A inteligência, como preparação, deve *ver* que aceitar o testemunho divino é razoável, logo deve ter conhecimento do fato

da Revelação; por outras palavras: cumpre-lhe perceber a força, a evidência intrínseca dos argumentos apologéticos objetivamente válidos. Já para isso, muito contribui a boa disposição da vontade, como foi dito.

A inteligência deve, em seguida, *elicitar* o ato de fé: aderir firmemente à Revelação e a seu conteúdo, por causa da autoridade de Deus que revelou. Porém, como nesse passo não mais vê — obscuros são os mistérios — permaneceria hesitante, ancípite, se a vontade não a *movesse* a receber o testemunho divino.

E a vontade só pode mover porque *ama*. Queremos crer, porque aceitar a verdade misteriosa e divina nos aparece como um bem desejável, já por ser o meio de testemunhar a Deus confiança e obediência, já por nos saciar secretas ânsias, já por nos ajudar a bem viver, já por temermos, repelindo-a, de pecar contra a luz, etc.

Temos assim, recíproco influxo da inteligência e da vontade. 1º A inteligência, por motivos variados, apresenta a fé à nossa vontade como um bem; 2º aliciada por este bem, a vontade livre quer acreditar; 3º e a inteligência, obediente, aceita a revelação beatificante, produz o ato de fé. Vem suprir a inevidência dos mistérios a inabalável confiança na Verdade suprema.

Ilustra, à maravilha, o esforço conjunto das duas faculdades, a história de Paul Claudel. Aos 18 anos o poeta, estragado de costumes, e o espírito subjugado pelos argumentos cientificistas, converteu-se numa tarde de Natal, quando visitava, por acaso, Notre Dame de Paris. Numa intuição fulmínea, viu a verdade fundamental da religião cristã: "Deus existe. Ele está aqui; é um ser tão pessoal quanto eu! Ele me ama, Ele me chama!" E acreditou; acreditou com adesão tão firme que, assegura ele, as vicissitudes de uma vida longa e agitada jamais conseguiram lhe abalar a fé. Contudo, a própria rapidez da conversão impediu que a inteligência de Claudel se adaptasse desde logo às novas convicções. Subsistia-lhe intacta, no espírito, a montoeira de objeções e doutrinas anticristãs. Donde a inteligência do jovem poeta se encontrava como que esquartejada entre as verdades da fé que ora admitia, e as teorias cientificistas às quais sua ignorância religiosa era incapaz de responder. Dolorosíssimo conflito, que perdurou diversos anos, até que Claudel conseguisse restabelecer a harmonia interior.

Que lhe sustentou a fé durante essas duras lutas? Que lhe fixou a inteligência na adesão à verdade divina, apesar de todas as objeções? Evocando aqueles anos tormentosos, Claudel escreveu em uma de suas odes:

"Ó meu Deus, lembro-me dessas trevas em que estávamos face a face; essas sombrias tardes de inverno em Notre Dame.

"Eu, sòzinho, bem no fundo da igreja, alumiando a face do grande Cristo de bronze com uma vela de cinco vinténs.

"Todos os homens estavam contra nós — a ciência, a razão — e eu não respondia nada.

"Só a fé estava em mim, e eu Vos olhava em silêncio; como um homem que prefere o seu amigo".*

Atentemos na estreita correspondência entre o quadro exterior e o estado d'alma do poeta. Fora, a escuridão por vezes opressiva da grande catedral gótica; contra ela como lutava o jovem Claudel? Segurando uma vela, pequenina e baratinha, cuja luz bruxoleante lançava alguns clarões sobre o grande Cristo de bronze. Dentro, na alma do neófito, igualmente reinava escuridão — as trevas derramadas por aqueles homens que argumentavam em nome de uma ciência mal entendida — e Claudel estava sòzinho, não sabia como contestar; não adquirira ainda aquele vasto cabedal de saber teológico que admiramos em seus escritos. Só dispunha de sua fé, a tremeluzir no seio da escuridão. Mas, o que lhe fortalecia a chama e impedia que se extinguisse? — O amor por Cristo, e ele só. Caluniam um nosso amigo caríssimo — atacam, insistem, e nós por desconhecermos o caso, não sabemos como defendê-lo, entretanto sentimos que deve haver um equívoco, que tudo isso não é nem pode ser verdadeiro, preferimos ter fé em nosso amigo — assim Claudel colocava-se diante dos sábios deste mundo, sem saber que lhes responder, mas olhava para o crucifixo de bronze, tinha fé em Cristo — como faz um homem que prefere seu amigo.

Influxo da graça.

Não basta, entretanto, o trabalho irmanado da inteligência e da vontade; deverá, sobretudo, vir auxílio do alto. Verificamos por vezes que uma alma de boa vontade estuda as provas da religião e lhes percebe a força. Aceita, em consequência, a veracidade do cristianismo. Pode-se declarar em certo sentido que tem fé, pois tal aceitação se funda, não já sobre a evidência intrínseca, mas sobre a evidência extrínseca. Todavia esta fé é meramente humana, natural, como a fé que podemos ter num acontecimento que não presenciamos, mas que conhecemos por testemunhas bem acreditadas.

---

*) P. Claudel, Ma conversion (na coletânea de Th. Mainage: Les témoins du renouveau catholique, Paris, Beauchesne, 1919, pp. 63-71); P. Claudel, Cinq grandes odes, p. 104.

Embora seja religiosa por seu objeto, ainda não é sobrenatural por sua índole; de que carece pois? — Do influxo da graça.

Encontramo-lo evidenciado na obra em que uma intelectual inglesa, Miss Anstice Baker, narrou sua peregrinação "em demanda da morada da luz". Desdobra-se esse itinerário sobre o plano puramente especulativo; o espírito da heroína atravessou múltiplas e variadíssimas filosofias, sem se aquietar. Por fim veio ter ao catolicismo. Mais o estudava, mais verdadeiro lhe parecia. Contudo, faltava-lhe ainda a fé sobrenatural. Acreditava no catolicismo, mas como numa religião humana. Eis que um dia, porém, na Igreja de S. Agostinho em Paris, ouviu um sermão sobre o acordo entre a razão e a fé. E prossegue na narrativa: "O sermão, que eu saiba, nada de novo me ensinou. Apenas, as verdades já conhecidas chegavam-me com precisão inteiramente nova... Parecia arrancar de mim mesma tudo quanto eu havia aprendido, tudo quanto eu cria, para mo apresentar com nova força. Seguiu-se a bênção. Fora apenas exposto o Santíssimo Sacramento, e verdadeira transformação operou-se em mim: apareceu-me a Igreja como a meta à qual todos os esforços de minh'alma haviam inconscientemente tendido, como a solução de todos os meus problemas, a resposta a todas as minhas dúvidas... Até então eu tinha convicções; naquela hora Deus dava-me a fé". [10]

A fé encontra-se acima de qualquer esforço humano; é dom de Deus (Ef 2, 8). Já no ano de 529, o segundo Concílio de Orange definia que não apenas o aumento, senão o mesmo início da fé, a piedosa propensão a crer, não vem da natureza mas antes é obra da graça. [11] E em 1870 o Concílio do Vaticano, retomando as palavras do seu antecessor, estatuía: "Embora o assentimento da fé não seja de todo cego movimento da mente, entretanto, ninguém pode aderir à pregação evangélica do modo necessário para chegar à salvação, sem a iluminação e inspiração do Espírito Santo, que a todos dá suavidade na aquiescência e na crença da verdade. Donde a fé em si — ainda quando não atuada pela caridade — é um dom de Deus, e seu ato é obra que pertence à salvação. Por ele o homem livremente se submete a Deus, consentindo e cooperando à sua graça, à qual poderia resistir". [12]

Para entender a doutrina, basta ponderar que a Revelação é o invisível, o sobrenatural, que se nos oferece; a verdade incriada que penetra em nossa inteligência para fazê-la viver, por antecipação, na eternidade. Crer é aderir vitalmente ao es-

---

[10]) B. A. Baker, Vers la maison de lumière. Paris, Gabalda, 1917, p. 239 seg.
[11]) Denzinger, n. 178.
[12]) Denzinger, n. 1791.

pírito de Deus. A fim de poder acolher, aceitar, esse dom transcendente, necessário é que nosso espírito seja elevado ao nível divino, sintonize a realidade sobrenatural à qual se reunirá. Qualquer esforço humano estaria fora de proporção. Caberá, pois, a Deus tomar a iniciativa, fazer brotar em nós o sobre-humano conhecimento, tornar-nos capazes de olhar o mistério, mover-nos a crer. "Ninguém pode vir a mim, ensina Jesus, se o Pai que me enviou não o trouxer", e um pouco além: "Há alguns dentre vós que não crêem... por isso eu vos disse que ninguém pode vir a mim se não lhe for concedido por meu Pai" (Jo 6, 44, 66). Para vermos as coisas como Deus as vê, precisamos receber novos olhos, sobre-humanos.

Ponderemos ademais a obscuridade dos mistérios, mortificação perene para a razão; sobre a atmosfera intelectual empestada por heresias ou sofismas de toda sorte; sobre as exigências morais duríssimas que leva consigo uma existência norteada pela fé, e compreenderemos em seguida que à mais sólida e brilhante apologética faleceria eficácia, não fosse ela sustentada pela graça, e que a vontade se perderia em veleidades, não fosse ela movida pelo Espírito Santo.

Como nos sentiríamos incitados a nos entregar ao sobrenatural, se o próprio autor da ordem sobrenatural não atuasse sobre nós? E' como uma inspiração interior que nos convida a crer; aviva-se-nos a luz intelectual — "iluminando os olhos de nosso entendimento" (Ef 1, 18) — para que mais fàcilmente possa perceber a força das razões de crer, discernir os sinais da presença do sobrenatural, entrever a beleza da verdade cristã: Cristo "abriu-lhes o entendimento para compreenderem as Escrituras" (Lc 24, 45). A fé nos dá nova maneira de ver: pelos olhos de Deus.

Ao mesmo tempo a vontade se nos retifica e inclina, solicitada que é pelo atrativo da verdade cristã, convidada a aderir ao bem divino que é nosso bem. O Espírito Santo nos incita a dizer "sim" à voz de Deus, suscitando em nós uma inclinação à vida eterna, que nos faz ceder à solicitação divina.

Distingue S. Paulo duas categorias de homens: o homem "animal" que não entende as coisas do Espírito de Deus — parecem-lhe antes loucura — e não as pode entender, porquanto elas só se discernem espiritualmente; e o homem "espiritual", este entende bem, pois recebeu "o Espírito que vem de Deus para que possa conhecer o que nos é dado gratuitamente por Deus" (1 Cor 2, 12-15). Quem de animal se quiser transformar em espiritual, deverá antes de tudo, à imitação do pobre homem do evangelho, "clamar com lágrimas, dizendo: eu creio, Senhor, porém ajudai a minha incredulidade!" (Mc 9, 23).

Deus jamais recusa tal pedido, quando é sincero. Sua graça inspirará à inteligência aquela absoluta confiança na palavra divina, que levará à aquiescência incomovível no fato e no conteúdo da Revelação; dará também à vontade as disposições morais de que carece, em particular o desejo de possuir e saborear a verdade de Cristo, a força de arrancar-se ao fascínio das paixões e de abater as pretensões da soberba. Quando a alma não resiste à graça preveniente, o Senhor responde ao movimento filial de confiança e incipiente amor, unindo-nos o espírito à sua verdade, de sorte que nosso pensamento adira estreitamente ao pensamento de Deus.

Virtude unitiva de espírito a espírito, a fé diviniza deveras a inteligência humana. "Quem conheceu o pensamento do Senhor, para que o possa instruir? Nós, porém, temos o pensamento de Cristo" (1 Cor 2, 16). O Verbo que é luz — não apenas fria claridade senão também vida (Jo 1, 4) — esse Verbo veio luzir aos olhos de todos. Porém sua luz só alumia, de fato, os olhos dos que nela crêem (Jo 12, 36); só estes têm em si a "luz da vida" (Jo 8, 12). Seres intelectuais e membros do Verbo encarnado, essa dupla qualidade por força há de se refletir antes de tudo na ordem de conhecimento. Os fiéis terão assim o saber sobrenatural que convém aos membros: pela união à divina Cabeça, diviniza-se-lhes o espírito ao ponto de receber uma irradiação ou comunicação do conhecimento d'Aquele que é o pensamento do Pai. A fé é, pois, em última análise, o Verbo-luz misticamente presente à nossa inteligência, nela continuando a sua vida.

Em síntese: I. A fé é o *fundamento* da vida cristã, o primeiro movimento do espírito que se quer achegar a Deus. II. O *objeto* da fé — ou verdades que devemos crer — é Deus na sua realidade profunda e na sua Providência, por outras palavras: Deus em si e como fim de nossa vida, autor de nossa salvação. (Em clima cristão, esse Objeto se explicitará detalhadamente em uma série de dogmas: Trindade, Encarnação, Redenção, Eucaristia, etc.). III. O *motivo* pelo qual cremos é a autoridade absoluta do testemunho veraz de Deus que se revela. IV. O *ato* de fé é a firme adesão de nossa inteligência às verdades reveladas. V. Esse ato é *fruto* da mútua cooperação da inteligência e da vontade livre, como também correspondência de ambas ao influxo da graça sobrenatural. 1º a inteligência deve: a) perceber quão razoável é ter fé nas palavras divinas (argumentos de credibilidade); b) assentir firmemente à Revelação (creio que Deus revelou, creio no Deus Uno e Trino, etc.); 2º a vontade livre — à qual a inteligência já apresentou a fé como um bem desejável — fixa a inteligência nas razões de crer, impele-a a aderir à palavra divina (creio porque quero

e devo crer); 3º mas todo esse trabalho conjunto desfecharia em pura fé humana e não divina, se a graça não iluminasse o intelecto e movesse a vontade, inclinando-as a aceitar o testemunho de Deus, e elevando-as à ordem sobrenatural do conhecimento divino (fé virtude infusa, dom de Deus).

Treva e luz.

Tudo é paradoxal nessa virtude de fé: divina, e habitando um espírito humano; certíssima, e inevidente; simples, e complexa. Não é, pois, de estranhar se as almas, que mais intensamente vivem de fé, no-la descrevem, por uma aparente antinomia, como a um tempo tenebrosa e resplendente. Nem será ocioso considerar a primeira virtude teologal sob esse ponto de vista. Embora não nos descubra verdades novas, ajuda a melhor penetrarmos as que já nos são conhecidas.

Cantor inspirado da noite da fé, S. João da Cruz celebrou-a não só nas bem conhecidas trovas da "Noche", como ainda em vários outros poemas, por exemplo, no "Cântico da alma que se alegra de conhecer a Deus pela fé", onde recorre, de dois em dois versos, o estribilho soturno: *Aunque es de noche.*

Que a fé seja obscura, deriva do que até aqui levamos dito. Comprova-o ademais a experiência cotidiana de todo crente. Contemplo a hóstia consagrada e nada percebo além da aparência de pão; mas a Igreja me faz ouvir as palavras de Cristo: "Isto é meu corpo" e, através das palavras divinas, atinjo a noção de "presença real". Sem embargo, por mais analise e afuroe tal conceito, não percebo, nem posso perceber o "como" dessa presença real. Estou certíssimo, entretanto, que o corpo de Cristo ali está na hóstia, e tal certeza será invencível, pois que garantida pela afirmação de Quem é a mesma verdade. Todavia, grande padecimento é para a inteligência haver por certíssimo o que não alcança. Assim cada dogma apresenta-nos insondável mistério que, por necessidade, nos ofusca os sentidos e entontece a razão. Na verdade, a fé constitui para nós uma noite.

Para escapar à vertigem, tendemos a nos amparar com sensações e imagens — aferrar-nos à devoção sensível, fantasiar as realidades sobrenaturais, raciocinar sobre elas como se humanas fossem, — sem atentar em que, pelo fato mesmo, nós as deturpamos e abrimos a porta a insolúveis objeções.

Imagina-se, por exemplo, a "presença eucarística" à guisa de fluido que penetra a hóstia consagrada; mas então em dez hóstias haveria mais presença do que numa só; e como o único e mesmo Cristo poderá estar presente em cada hóstia, em mil lugares diversos e ao mesmo tempo?

Raciocina-se sobre a pessoa divina como sobre a humana; ora, entre nós, "pessoa" implica inteligência e vontade; logo,

havendo em Deus três pessoas, haverá também três inteligências e três vontades; como escapar à pecha de politeísmo que nos assacam judeus e muçulmanos?

Não: fé obscura porque exula do sensível e ultrapassa o racional; assentimento firme à palavra de um Deus que se encobre. "Escada secreta" chama João da Cruz à fé: cada artigo é como um degrau que nos leva sempre mais alto até os abismos do mistério.

Verificamos no Evangelho como Jesus exigia que lhe cressem nas palavras sem ver, bem mais, cressem apesar de todas as aparências contrárias. Logo ao iniciar a vida pública, quando não escolhera ainda os apóstolos, subiu na barca de Pedro e ordenou: "Faze-te ao mar alto, e lançai as vossas redes para pescar". Aparentemente, tempo perdido, pois já haviam em vão mourejado a noite toda. E' o que lhe explica Pedro, "mas, acrescenta, sob tua palavra, lançarei a rede" (Lc 5, 4-5). Dar mais valor a afirmação divina do que ao testemunho dos sentidos e às deduções da razão natural, chama-se a isso ter fé.

Mais ainda. Tomemos o ato de fé heróica do bom ladrão. Impossível contraste mais acentuado entre o que os sentidos evidenciavam e o raciocínio impunha — Jesus iluminado ou impostor; em qualquer caso, seu reino era utópico — e as humílimas palavras do malfeitor penitente: "Senhor, lembrai-vos de mim quando entrardes em vosso reino" (Lc 23, 42).

Essa oposição entre a atitude desconcertante da fé e atitude natural ao homem, acha-se bem marcada nas palavras do Senhor: "Eu vim a este mundo para juízo, a fim de que os que não vêem vejam, e os que vêem sejam cegos" (Jo 9, 39).

Comportamento do cego e daquele que vê; diferem outrotanto a reação do crente da do incréu diante do mesmo mundo e da mesma vida. Embora os venham unir laços de sangue, de amor, eis que secreta guerra, inevitável e não desejada, arma uma contra a outra suas concepções da existência. Por mais que procurem se entender, abre-se um abismo entre ambos. Opostos os planos de vida, contrastantes os motivos de agir. A conduta do crente parecerá ao incrédulo estranha, sem fundamento ou fundada sobre quimeras; ao crente o incrédulo se afigurará cego, desprezando a verdadeira realidade por sombras vãs.

Donde o inevitável atrito: "Cuidais vós que vim trazer paz à terra? Não, digo-vos, mas antes a separação. Porque daqui em diante estarão cinco divididos na mesma casa, três contra dois e dois contra três. O pai estará dividido contra o filho e o filho contra o pai; a mãe contra a filha e a filha contra a mãe; a sogra contra a sua nora e a nora contra sua sogra" (Lc 12, 51-53).

E' que para uns nada existe além da vida presente; pautam-se eles pelo conhecimento sensível e os ditames da pura razão; os outros sentem que há um outro mundo mais real do que o sensível, e seguem normas que contrariam as tendências instintivas e sobrelevam todo entendimento humano: "Bem-aventurado és tu, Simão, filho de Jonas, porque to não revelou a carne e o sangue, mas meu Pai que está nos céus" (Mt 16, 17).

Trevas abissais da fé. Todavia, importa sobremaneira entender que elas não resultam da falta de luz, mas do excesso de luz. Luz é o Verbo, e ele veio ao mundo para iluminar os homens todos. O quarto evangelho é o evangelho da luz, por ser o Evangelho de Quem disse: "Eu sou a luz do mundo" (Jo 8, 12). Se as verdades da fé são obscuras, devem-no ao excessivo esplendor que nos deslumbra e ofusca o intelecto. Ofusca, porém não cega. Podemos perceber qualquer claridade, ou como diz S. Paulo, vislumbrar por espelho e em enigma, o que na glória veremos face a face.

Conhecimento trevoso, a fé não é conhecimento vazio; apreende verdadeiramente o próprio objeto, embora às escuras. Como poderíamos servir a Deus sobre a terra, e assim nos preparar a contemplá-lo na glória, se não o conhecêssemos de todo? Faltar-nos-á sempre evidência, contudo restará uma certa apreensão intelectual, ainda que imperfeitíssima.

Não há, pois, contradição em qualificar a fé de "luz", após havê-la caracterizado como "treva". Ela é um e outro. O mesmo S. Paulo que falava aos Coríntios em "enigma", escrevendo-lhes doutra feita afirmou: "O Deus que disse que das trevas resplandecesse a luz, ele próprio resplandeceu em nossos corações, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Jesus Cristo" (2 Cor 4, 6). Igualmente S. Pedro faz ressaltar o claro-escuro da fé: "Temos mui firme a palavra dos profetas, à qual bem fazeis em estar atentos, como a uma luz que alumia um lugar escuro, até que o dia esclareça e a estrela d'alva apareça em nossos corações" (2 Ped 1, 19).

Essa luz sobrenatural irradia-se tanto sobre as razões de crer como sobre o objeto da crença. Sobre as *razões*, amparando, aguçando a luz natural do espírito, fazendo-lhe ver que deve crer; mostrando que a fé é a um tempo estrita obrigação e a maior das felicidades; inclinando a inteligência a aferrar-se à palavra revelada e a fugir, aborrecer o que a contraria.

Sobre o *objeto* também irradia-se, desvendando algo de sua inteligibilidade. Por mais que excedam o entendimento, os mistérios não contradizem a razão. Ao recitarmos o *Credo*, não repetimos palavras sem sentido; muito ao contrário, comungamos à luz incriada, ao conhecimento que Deus tem de si próprio.

Tal é o claro ensinamento de Jesus em S. João. O Mestre a um tempo encarece a transcendência do mistério — "não que alguém visse o Pai a não ser aquele que é de Deus" (Jo 6, 46; cf. 1, 18) — e nossa participação a ele: "Tudo quanto ouvi de meu Pai, vos tenho dito" (Jo 15, 15).

Cristo nos descobre, pois, os segredos de Deus e desde já — por imperfeito que seja nosso saber — pensamos como Deus pensa, conhecemos como ele conhece e assim vivemos da vida de Deus. Em vão procuraríamos no Evangelho o mais tênue indício da fé tal a concebem Kierkegaard ou Karl Barth: puro salto no absurdo. Ao contrário, a fé é um salto dentro da ofuscante luz. "Quem crêm em mim, não crê em mim mas n'Aquele que me enviou. Eu sou a luz que veio ao mundo para que todo aquele que crê em mim não permaneça nas trevas" (Jo 12, 44-46).

Eco fiel de seu mestre, Pedro exalta a luminosidade da fé: "Vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as virtudes d'Aquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz" (1 Ped 2, 9).

S. Paulo igualmente concebe a fé como iluminação. Muito característica a comparação que ele institui entre o dom de profecia e a glossolalia (entendia-se por aí um carisma, mercê do qual certos fiéis, durante as reuniões do culto, prorrompiam em frases e exclamações incoerentes ou proferidas em línguas desconhecidas). O Apóstolo coloca essa glossolalia muito abaixo da profecia, justamente porque quam fala em línguas estranhas "ninguém o entende", "fala no ar", enquanto o profeta "fala aos homens para edificação, exortação e consolação". Prossegue, insistindo sobre a ininteligibilidade e consequente esterilidade da glossolalia, e remata: "Eu quero antes falar na igreja cinco palavras na minha própria inteligência, para que possa também instruir os outros, do que dez mil palavras em língua desconhecida. Irmãos, não sejais crianças no entendimento, mas sede crianças na malícia e adultos no entendimento" (1 Cor 14, 2-20).

Acima da razão, a fé jamais é *contra* a razão. Muito ao contrário, sobreleva-a, completa-a, exalta-a, longe de destruí-la.

A luminosidade da fé cristã sentem-na talvez mais vivamente do que nós — nascidos e crescidos na religião — os que se converteram da incredulidade. Percebem que, por ouvirem a voz de Cristo, passaram da morte à vida (Jo 5, 24). Vêem que às grandes questões que os atormentavam: — o que somos, donde vimos, aonde vamos? — a ciência e a filosofia respondem por frágeis conjeturas que não satisfazem. Sòmente a fé sobre elas projeta torrentes de luz. Doravante não mais se fartam de hipóteses movediças mas de certezas absolutas. Sabem o que devem pensar, porque sabem o que Deus pensa.

Sabem que o mundo não é obra do acaso, nem mesmo de um distante Primeiro Princípio, mas de um Deus que é Amor, que ama a cada um de nós pessoalmente. Sabem que a existência não é ínvio deserto, enigma indecifrável, vazio atroz ou farsa absurda, mas é o caminho para nosso verdadeiro destino: viver aos pés do Deus-Amor, contemplando-o e amando-o. Sabem que a morte não é o mergulho dentro do nada, mas o derradeiro desfiladeiro que nos separa da casa do Pai. Sabem que sobre a terra não lutam e sofrem sòzinhos, mas têm por companheiro o próprio Deus que, por ser Amor, encarnou-se e morreu por cada um de nós.

Desdobram-se assim as grandes verdades cristãs, misteriosas de certo, mas luminosas também; verdades cuja percepção muda na boca do homem o gosto da vida. "Crendo, exultais com uma alegria inefável e cheia de glória" (1 Ped 1, 8). Quando sincera, a fé opera verdadeira inversão de valores. Para quem vive na solene expectativa do além-túmulo, entende a gravidade do pecado e a beleza do convívio com Cristo, a existência reveste uma feição inteiramente nova. Vemos todas as coisas como que pelos olhos de Deus, porque os "olhos da fé" são olhos divinos. As realidades sensíveis, outrora fascinadoras, se descoram; o invisível torna-se mais próximo do que o visível.

Virtude purificadora da fé. Impede a escravização ao criado, o embotamento ante o espiritual. Por mais que a fraqueza ou a covardia o façam desfalecer, um verdadeiro crente jamais baixará a certo aviltamento, à idolatria da matéria. Bem o sabem os totalitários que procuram, como condição primeira para impor seu jugo, apagar a fé na consciência dos jovens.

O *espírito de fé* — que é a disposição habitual de fazer penetrar a fé nos mínimos detalhes da existência — dá como um gosto de eternidade aos mais humildes atos.

Deriva esse espírito de fé do contacto vivo com a pessoa de Cristo. Dando ao fiel sua verdade, Cristo dá-se a si mesmo: "A fé faz habitar Cristo em nosso coração" (Ef 3, 17). Muito mais do que uma filosofia religiosa — assimilação e prática de uma ideologia — a fé é a luz do Verbo que desce da eternidade para que a mente dela beba e se encha e farte de verdade divina. Não cremos num ser distante e inacessível, mas numa Pessoa que é nosso amor e nosso tudo, que está mais presente a nós do que nós mesmos, e nos apascenta o espírito com a sua verdade.

A medida que nos vamos transformando nessa verdade, pela meditação assídua e o amor generoso, Cristo mais abundantemente vai "iluminando os olhos de nosso coração" (Ef 1, 18) pelo seu Espirito. E' promessa sua: "Eu rogarei o Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco sempre, o Espirito de verdade que habita convosco e estará em vós"

(Jo 14, 17; 15, 26). "Quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda verdade" (Jo 16, 13).

Pelo dom de "inteligência", o Espírito nos faz penetrar intimamente os mistérios da fé; torna-os suaves de crer, deles faz jorrar luz esplendente: "Enriquecidos da plenitude da inteligência, para conhecimento do mistério de Deus em Cristo, em que estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência" (Col 2, 2-3).

Não é mais apreensão abstrata, fruto da meditação teológica, mas assimilação íntima, quase intuitiva, fruto da graça mística, e que se aproxima, quanto é possível na presente vida, da visão beatífica. Aos olhos dos santos, os enunciados da fé tornam-se véus translúcidos que coam a luz da eternidade.

II. A COMPREENSAO DA FE' OU TEOLOGIA

O depósito da fé.

As verdades que devemos crer, onde as encontramos de fato? Acham-se nas duas chamadas "fontes da Revelação", a saber: a *Escritura* (Revelação escrita) e a *Tradição* (Revelação oral), consoante a doutrina definida pelo Concílio Tridentino: fontes de toda verdade salutar e da disciplina dos costumes, são os livros escritos e as tradições não escritas que, recebidas pelos Apóstolos dos próprios lábios de Cristo ou a eles ditados pelo Espírito Santo, até nós chegaram como que transmitidas pelas mãos dos mesmos.[11]

Quem discute com protestantes, ouvirá, muito em breve, a objeção: os católicos admitem como verdade de fé tanta coisa que não está nas Escrituras; por exemplo: a perpétua virgindade de Maria; logo acrescentam eles opiniões humanas à Revelação divina.

Quando não é maliciosa, a objeção é ingênua, pois deveriam saber os protestantes que, segundo a doutrina católica, a Bíblia não é a única fonte da Revelação. Na feliz expressão de S. Tomás More: "A palavra de Deus é tão forte não escrita quanto escrita".

De fato, Jesus nada escreveu e jamais disse a seus Apóstolos que escrevessem, mas antes ordenou-lhes que pregassem. S. Paulo não se farta de apresentar como fonte precípua da fé, a pregação da Palavra pelos Apóstolos (Rom 10, 14; 1 Cor 15, 11; Gál 1, 8, etc.). Estabeleceu-se e prosperou a Igreja primitiva por obra do magistério oral; só uns dois decênios após a morte do Senhor começaram a surgir os escritos apostólicos. Estes, como é sabido, são muito incompletos. Os evangelhos con-

---

[11]) Denzinger, n. 783.

servaram parte reduzida dos ensinamentos e milagres de Jesus, como atesta o mesmo S. João (21, 25). Tampouco foi guardado tudo quanto escreveram os Apóstolos (S. Paulo alude a epístolas suas perdidas). Ora, as verdades que eles de viva voz ensinaram, conservaram-nas seus discípulos e os sucessores destes, segundo a Timóteo recomendava S. Paulo: "O que de mim diante de muitas testemunhas ouviste, confia-o a homens fiéis que sejam idôneos para também a outros ensinar" (2 Tim 2, 2). O Apóstolo considerou os seus ensinamentos como "depósito" a guardar fielmente (1 Tim 6, 20), fugindo as novidades, conservando com firmeza as verdades aprendidas dele (1 Tim 4, 6-15; 2 Tim 1, 13; 3, 14). E assim formou-se a cadeia da Tradição dogmática.

Por certo, em tantos séculos que nos separam da idade apostólica, qualquer tradição humana já se teria desde muito deturpado; mas nesse caso privilegiado garante-lhe a fidelidade a perpétua assistência prometida por Cristo à sua Igreja (Mt 28, 20).

Dessa Tradição, encontramos expressão fidelíssima nos escritos dos Santos Padres e Doutores, nos símbolos de fé, nos decretos dos Concílios, nas definições dos Papas.

Teremos ocasião de voltar sobre o magistério da Igreja. Quanto aos Padres, não se cansam os teólogos de revolver-lhes as obras para encontrar nelas os monumentos da Tradição. Os Padres são autênticos testemunhos da fé. Observemos, todavia, que uma doutrina patrística só terá valor decisivo como portavoz da Tradição dogmática, quando refletir o consenso moralmente unânime dos Padres; não bastam, portanto, textos isolados deste ou daquele, nem mesmo de um pequeno grupo. Neste caso só lhes caberia a autoridade de teólogos particulares. Ademais indispensável é que os Padres dêem tal doutrina como revelada por Deus e não apenas como simples opinião teológica. Existindo essas condições, cessa qualquer dúvida: estamos positivamente em presença de um enunciado que pertence à fé. Com efeito, se o conjunto dos Padres se enganasse, ter-se-ia por força enganado a Igreja, pois eles eram os mestres em ortodoxia e os fiéis apenas seguiam-nos. E' contra a palavra de Cristo que a Igreja, na sua totalidade, em qualquer época, estivesse no erro.

Também os fiéis — a Igreja discente — podem ser órgão da Tradição, por exemplo, quando os teólogos ensinam em conjunto que tal doutrina é de fé, ou quando a totalidade dos católicos professa uma crença (por exemplo, na Assunção de Maria). E' claro que nesses casos a Igreja discente reflete apenas o ensinamento que recebeu da Igreja docente; o povo católico crê o que lhe ensinam seus pastores; logo um erro desta sorte, em que incidisse o povo, revelaria um erro na Igreja docente, o que é impossível.

Escritura e Tradição, constituem ambas o "depósito da fé" (1 Tim 6, 20) que se acha, e para sempre, completo com a morte do último Apóstolo. Motivo pelo qual as revelações privadas que se produziram no decurso da história do catolicismo, ainda que feitas a santos eminentes (por exemplo: do Sagrado Coração a S. Margarida Maria; de Nossa Senhora de Lourdes a S. Bernadette) não podem exigir de nós um assentimento de fé *divina*. Será simples crença humana, embora piedosa.

Seria errôneo considerar o "depósito" como um esboço ou mesmo um germe que se iria desenvolvendo. Na realidade ele é uma plenitude; uma plenitude tal, que são necessários séculos aos homens para aprofundarem a verdade das palavras de Cristo e dos Apóstolos. O que se evolve e progride não é pois o depósito, mas nosso conhecimento das riquezas nele entesouradas. Esse conhecimento se vai completando e determinando, de geração em geração, por obra do Magistério da Igreja.

Função da Igreja é "guardar santamente e expor com fidelidade" o depósito a ela confiado. [14]

Guardar: conserva o que foi revelado, protege-o contra deturpações, jamais ensina dogmas não contidos no depósito.

Expor: discerne infalìvelmente o sentido exato da Revelação a fim de propô-lo à crença dos fiéis; explica-o sem erro possível. Os dogmas aparentemente "novos", definidos no decorrer do tempo, não são frutos de novas revelações feitas à Igreja, muito menos invenções da Igreja. O que de "novo" tem é muito relativo. São apenas formulações de verdades reveladas 1º que já se encontravam *explìcitamente* expressas na Escritura ou na Tradição (ou em ambas) mas cuja impugnação pelos heresiarcas exigiu solene definição (por exemplo: a divindade do Verbo); 2º não tão claras ou expressas, estavam *implìcitamente* contidas no depósito, como exigidas inelutàvelmente por uma verdade já explìcitamente revelada. Bastou uma simples explicação do Magistério infalível, para trazê-las à luz (por exemplo: a Imaculada Conceição).

Há, pois, que distinguir entre o evolver da Revelação e o progresso dogmático. O primeiro estendeu-se, por diversas fases, desde Adão até a morte do derradeiro Apóstolo; completou-se e encerrou-se então definitivamente. [15]

Os que sonham com revelações novas, superiores ao cristianismo — joaquimitas na Idade Média, teósofos e espíritas hoje em dia — olvidam as palavras cominatórias de S. Paulo: "Ainda que nós mesmos ou um anjo do céu anuncie outro

---

[14]) Concílio do Vaticano, Denzinger, n. 1836. — Ao tratar do Magistério da Igreja explanaremos mais detidamente estas noções.

[15]) Pio X, decreto *Lamentabili*, n. 21 (Denzinger, n. 2021).

evangelho além do que já vos tenho anunciado, seja anátema!" (Gál 1, 8).

Severidade bem merecida; crer, ou mesmo esperar, em novas revelações, é fazer sumo agravo a Deus, como se o Pai não nos tivesse dado o próprio Filho, pelo qual nos disse tudo o que precisamos saber para realizar nosso fim sobrenatural. O mesmo Pai solenemente declarou: "Este é o meu amado Filho, em que me hei comprazido, escutai-o!" (Mt 17, 5). Donde: "Quem não crê no Filho, por mentiroso tem a Deus, porquanto não crê no testemunho que Deus de seu Filho deu" (1 Jo 5, 10).

Se a Revelação está definitivamente encerrada, em compensação nosso conhecimento dela progride, dentro da fé. Aumenta-se-lhe a riqueza e a nitidez à medida que a Igreja, assistida infalivelmente pelo Espírito Santo, vai explicando e propondo com maior clareza e de maneira definitiva, o que já foi revelado por Cristo a seus Apóstolos. Por consequência, não há no século XX verdades reveladas mais numerosas do que no fim do I século; há tão só conhecimento mais explícito, porque houve proposição mais determinada pela Igreja; formulações novas, de antigas verdades.

Conceito da sagrada teologia.

Sem fé sobrenatural não há Teologia cristã. O que pois aqui deixamos escrito, não se destina a levar incrédulos à crença, mas apenas esclarecer os crentes que já aderem às verdades católicas e desejam aprofundá-las na medida do possível. Como nos bastaria um assentimento cego, sem esforço de compreensão do conteúdo da fé? Não somos papagaios; somos seres dotados de inteligência. Tendo Deus falado, quis comunicar verdades e não vocábulos sem sentido. Incumbe-nos, portanto, penetrar e assimilar os dogmas que a Igreja propõe como revelados por Deus. Elevada pela fé à ordem da ciência divina, é normal que a inteligência, assim divinizada, queira atuar; ora, para a inteligência atuar é compreender.

Passamos destarte, sem hiato, do simples assentimento a um saber inteligível: a fé desabrocha em teologia. Começamos por crer, e depois, dentro da fé, tentamos chegar a uma certa intelecção.

Como foi dito, os mistérios são tão obscuros para nós, que não logramos demonstrá-los nem mesmo entendê-los com evidência; mas em si, os mistérios são uma festa de luz. E nossa inteligência, com o divino auxílio, pode captar, fugidiamente, alguns desses raios. No âmago da fé vibra um anseio de inteligibilidade que visa conhecer-lhe as condições históricas, penetrar-lhe os enunciados, descobrir o nexo que une os

diversos mistérios que ela crê, manifestar-lhe enfim as recônditas implicações. Eis a teologia.

À primeira vista, afigura-se-nos empresa de todo impossível. Infinita é a desproporção entre a inteligência humana e o ser divino; como, pois, transpor em conceitos humanos a verdade divina, tal qual vive na mente de Deus?

Impossível com efeito, porém a suposição é irreal, porquanto o próprio Deus fez a transposição de sua verdade em conceitos humanos. Pobres, paupérrimos são estes, porém foi o mesmo Deus que os escolheu e assim lhes garantiu o valor. Revelar é mui precisamente o ato pelo qual Deus traduz, em linguagem acessível aos homens, a sua vida misteriosa. Nosso papel não será de nos afanar à procura da visão direta do ser incriado, a fim de expressá-lo tal qual ele se conhece a si mesmo; nosso papel será de atingir a realidade sobrenatural através dos conceitos emanados do próprio Deus, e por ele dotados de força suficiente para elevar nosso conhecimento até o transcendente.

Fórmulas divinas, por virem do alto e serem veículo de celeste mensagem; fórmulas humanas também, porque Deus se vale de vocábulos que estejam a nosso alcance. Adapta-se às condições humanas que fazem de nós seres ensinados: "A fé é pelo ouvir, e o ouvir pela palavra de Deus" (Rom 10, 17). Ainda no descobridor genial, mínimo é o número de verdades que ele encontra por esforço próprio, em confronto com o imenso acervo de coisas que ele vai continuamente aprendendo. Em matéria de fé, seremos também perpètuamente ensinados, e o maior dos sábios está em igualdade de condições com a velhinha analfabeta.

Mas se Deus nos quer amestrar, forçoso é que se sirva de palavras humanas, inteligíveis, capazes de nos instruir, comunicando-nos a verdade divina. Senão por que haveria Deus falado?

Diante dessas palavras inspiradas, desse "dado revelado", a teologia se coloca, não mais para aderir apenas — como a simples fé — mas para fazer delas os primeiros princípios de uma disciplina racional; vai tentar aprofundar-lhes o sentido e inferir, dos dados revelados, as verdades inúmeras de que estão prenhes.

Anàlogamente, as ciências empíricas procuram analisar, concatenar os fatos (por exemplo, os fenômenos vitais), enquanto as ciências racionais deduzem da definição do triângulo ou do círculo, por exemplo, os diversos teoremas sobre essas figuras.

Grande diferença, todavia, separa a Sagrada Teologia das ciências profanas; estas partem de dados empíricos ou racionais, tendem à completa inteligibilidade e não raro a atingem; a teologia, pelo contrário, parte de dados metempíricos e trans-

racionais; por mais progrida, nunca se poderá libertar da penumbra que a envolve qual aura sagrada.

Erro capital seria imaginar que a fé representa tão só o ponto de partida a ser transposto; atingida por ela a existência dos mistérios, poderíamos racionalizá-los plenamente. Não, a fé é a fonte perene donde a teologia haure a vida; seus primeiros princípios são os artigos de fé e sua guia constante é ainda a fé.

Fácil entender por que a teologia não se pode eximir da tutela da fé: embora Deus haja falado com palavras humanas, a realidade por elas designada é a divindade mesma, incomensurável ao fraco poder de compreensão de nosso intelecto; bem mais, fora de toda proporção com a inteligência ainda do mais alto dos anjos. Daí, a impossibilidade estrita de demonstrarmos os mistérios. Na melhor hipótese logramos encontrar e propor verossimilhanças, razões de conveniência, probabilidades, indícios. Jamais resolveremos a verdade de fé em proposições evidentes.

Por isso mesmo o teólogo está sempre atento aos mínimos ensinamentos da Igreja docente. Ele desconfia dos sistemas próprios, de suas deduções, ainda as mais engenhosas; não perde de vista, um momento sequer, que a regra da fé é crer o que crê a Igreja.

Donde, a inconsequência dos que examinam a teologia católica como se aprecia um sistema filosófico e, encontrando nela dificuldades e obscuridades sem conta, alijam-na. Esquecem esses as condições especialíssimas nas quais trabalha o teólogo; ele não constrói um edifício humano, mas um saber sagrado que, como tal, repousa sobre a mensagem divina, a qual temos o dever de acolher, por mais ultrapasse nossa inteligência.

A base da teologia não é a capacidade de invenção do teólogo, mas a fidelidade à Revelação.

Teologia positiva e teologia especulativa.

Saber precário, a teologia é, todavia, um saber real. "A razão iluminada pela fé, quando procura cuidadosa, pia e sàbiamente, alcança, com a divina graça, certa inteligência dos mistérios, que é frutuosíssima", ensina o Concílio do Vaticano.[14] Nesse movimentar-se em demanda da compreensão da fé, a razão humana serve-se dos mais variados métodos — assim o exige a eminência e complexidade do Objeto — de sorte que, com o progresso dos tempos, se foram distinguindo, dentro do mesmo e único saber teológico, duas grandes províncias ou funções — teologia positiva ou histórica, teologia especulativa

[14]) Denzinger, n. 1796.

ou doutrinal — não já opostas nem mesmo separadas, porém unidas, irmanadas, pois que ambas mùtuamente se implicam.

A teologia *positiva*, ou histórica, visa determinar o que foi verdadeiramente revelado e qual a sua ordem de aparição no tempo. Para esse fim: 1º analisa os textos bíblicos, valendo-se de todos os recursos da filologia, crítica textual, história, arqueologia, etc.; 2º estuda igualmente a apresentação do dado revelado nos Santos Padres; a evolução teológica dos Padres e Doutores; 3º comenta enfim as diversas definições e formulações da fé pela autoridade da Igreja. Na procura da ordem genética, serve-se como instrumento de eleição da história — sempre sob orientação da fé (e por isso mesmo é "teologia" e não história).

A teologia *especulativa*, ou doutrinal, colima explorar, na medida em que são acessíveis, os refolhos do dogma. Não se preocupa mais de saber o que Deus disse, mas de entender, quanto possível, o que ele disse.

Segundo o Concílio do Vaticano[11] essa intelecção da fé se deve processar, para que seja correta, segundo uma tríplice via. 1º graças à analogia das coisas conhecidas naturalmente; assim tentou S. Agostinho antever algo da vida misteriosa da Trindade, considerando a vida de nossa alma, imagem de Deus; 2º procurando a ligação, o mútuo nexo dos mistérios entre si; assim aclaramos o mistério da Igreja, apelando para o mistério da Encarnação redentora; 3º descobrindo o laço que prende os mistérios ao fim derradeiro do homem; grande luz projeta sobre nosso destino a revelação do pecado original, da redenção, dos novíssimos.

Valendo-se desses diversos meios, a teologia especulativa procura entender, explicitar, sistematizar.

1º Num primeiro tempo, esforça-se por *entender* os enunciados da fé. O método de analogia investiga o sentido exato dos conceitos, imagens e figuras da Escritura e da Tradição, para transpô-las e proporcioná-las a Deus. Por exemplo: no evangelho de S. João, Jesus nos revela que ele é a vide e nós os sarmentos; pergunta o teólogo: que significação exatamente poderá ter essa imagem? que podemos dela deduzir sobre nossas relações com Cristo? Ou ainda: dado pela fé que existe em Deus "paternidade" e "filiação", como adaptar ao ser divino essas duas noções?

2º Num segundo tempo, tenta *explicitar* as verdades reveladas, já corretamente entendidas. Podemos dividir essa nova tarefa em dois momentos:

a) primeiro desvendar a *ordem essencial*, constitutiva, do dado revelado, a saber os nexos que prendem os mistérios entre

---

11) L. c.

si, de maneira a iluminá-los uns pelos outros, o que se faz descobrindo as raízes deste aqui naquele outro mais fundamental. E' de fé, por exemplo, 1º que Cristo é nossa Cabeça; 2º que Cristo ressuscitou; 3º que também nós ressuscitaremos. Considerada isoladamente, cada uma dessas verdades é objeto de fé que adere e não argumenta; mas o papel da teologia será de descobrir as mútuas relações dessas três verdades, fazendo ver que a última está inclusa nas duas outras, é pois consequência delas. Entenderemos então o "porquê" de nossa ressurreição pessoal; é por ser Cristo Cabeça do corpo de que somos membros que Ele, por sua vitória sobre a morte, deve nos arrastar consigo.

b) Num segundo momento, solidário aliás do precedente, vamos procurar *dilatar* o campo do saber teológico, inferindo conclusões novas, dos princípios cridos pela fé. Está revelado, por exemplo, que, na Trindade, a segunda pessoa procede do Pai como Filho e como Verbo; logo, deduziremos, ela procede por via intelectual. Das premissas temos fé, da conclusão temos ciência teológica.

A conclusão teológica não é verdade de fé, porque não foi imediatamente revelada, e, ainda que o teólogo veja de maneira *evidente* sua inclusão real e necessária no imediatamente revelado, ele, na sua condição de teólogo particular, pode e deve perguntar ansioso se, fraco e falível como é, entendeu corretamente os princípios de fé, se lhes penetrou as conexões essenciais, se inferiu rigorosamente as consequências ou coarctou a vastidão da Verdade infinita à estreiteza de suas míseras idéias, minimizando o divino; se não turvou a limpidez diáfana da mensagem divina, com suas noções opacas e obscuras, divinizando quiçá o humano.

Assim, na Idade Média a muitos grandes e santos Doutores pareceu evidente que isentar Maria do pecado original seria pôr em cheque este dogma de fé: Cristo remiu todos os homens. Só vários séculos mais tarde, viria Pio IX explicar que a Imaculada Conceição, bem longe de constituir exceção à Universal Redenção, era a mais sublime forma de Redenção, pois Maria foi preservada da culpa original em previsão dos merecimentos de Cristo Redentor.

Embora a conclusão teológica correta não seja verdade de fé, tampouco é mera verdade humana, porque estava implícita na palavra de Deus. Saber divino-humano, misto de fé e de razão, tal é a Sagrada Teologia. Divina, por serem revelados os princípios com que argumenta; humana, porque passamos às conclusões por um discurso que nos é próprio. Por outras palavras, *a teologia é a maneira humana de estudar as coisas divinas.*

Acontece, por vezes, que a conclusão a que chegam nossas deduções já foi, de outro lado, revelada, o que vem fortificar e confirmar o labor teológico. Encontramos, por exemplo, vários textos no evangelho, que atestam a ciência e vontade humanas em Cristo; porém se descobrimos esta ciência e esta vontade, não já como imediatamente reveladas, mas como implícitas numa outra verdade revelada, a saber: Cristo é homem perfeito, temos então o trabalho próprio da teologia. Forma-se destarte longa cadeia de proposições teològicamente demonstradas ou explicadas, por haver sido descoberto o nexo que as prende a outras verdades já reveladas pela fé.

Após haver entendido e deduzido, remata enfim seu esforço a sagrada teologia tentando *sistematizar*. Numa síntese suprema, ordena e hierarquiza os diversos elementos da doutrina cristã. O mais célebre e acabado desses sistemas foi elaborado por S. Tomás de Aquino.

Teologia e filosofia.

Como a teologia positiva utiliza a história, assim o instrumento preferido da teologia especulativa é a razão filosófica. Elabora esta os conceitos os mais elongados da sensibilidade, logo os mais depurados de matéria, e, em consequência, os menos indignos de traduzir, com um mínimo de exação, a divina realidade. Poderá assim a fé assumi-los e transpô-los, para que signifiquem, analògicamente, as profundezas de Deus.

Sem dúvida, a Revelação não está vazada em termos filosóficos. Destinada à universalidade dos homens e não a um pugilo de sábios, expressou-se em linguagem que poderia ser apreendida por simples e doutos; por isso escondeu muita vez as mais altas verdades sob o véu das metáforas, das comparações, das parábolas. Todavia, como a teologia visa racionalizar, justo é que se sirva dos mais elevados conceitos da razão, os quais são, sem dúvida, os filosóficos.

Muito importa, entretanto, compreender que a teologia doutrinal não é "teologia" no sentido aristotélico do termo, nem mesmo filosofia aplicada à fé.

"Teologia" denominou Aristóteles aquela capítulo da metafísica que versa o ser divino. Essa "teologia" resulta de um labor *puramente* racional; a inteligência, partindo de seres visíveis (por exemplo: do movimento), alteia-se, pelo próprio esforço, até à consideração do Ser supremo. Nenhum critério da verdade é válido, salvo a evidência racional. A teologia cristã, ou Sagrada Teologia, difere dessa teologia "natural" ou profana, primeiro quanto ao *objeto* do conhecimento: o que estuda, não é apenas Deus como princípio supremo de explicação do mundo, mas Deus na sua vida recôndita e misteriosa.

Incomparàvelmente mais rico e profundo o conceito de Deus na mente do teólogo, do que na mente do filósofo; neste, por mais se exalce — Deus "ato puro", por exemplo — é como que periférico, relativo ao criado; naquele, apesar de sua obscuridade, exprime Deus tal qual é em si mesmo, nas suas processões eternas, na Trindade de suas pessoas.

Difere também quanto ao *princípio* do conhecimento, à luz espiritual que descobre a verdade sobre Deus. No caso da teologia, não é mais pura razão, mas antes revelação. A inteligência não descobre, recebe. À evidência racional, substitui-se a simples palavra de um testemunho: Deus.

Tampouco é a sagrada teologia fé que se torna filosofia, ou mesmo filosofia aplicada à fé. De modo algum procura esvaziar o dogma de seu sentido sobrenatural, para fazê-lo entrar à força dentro das categorias filosóficas. Em teologia não impera a razão, mas a fé — no início, no decurso e no fim da pesquisa — qual luz, embora bruxoleante, qual estrela a despontar no seio da noite, para guiar, nortear, o intelecto e levá-lo à verdade.

Muito simples o motivo desse império absoluto da fé: esta é o único meio de exalçar nosso espírito ao nível do sobrenatural, de pô-lo em contacto com a vida íntima de Deus, de nos fazer pensar o que Deus pensa. Nessas condições, a filosofia desempenhará função ancilar a serviço da fé. A razão teológica reflete, medita, raciocina, discute, sempre porém aderindo à Verdade suprema que se revela. Uma luz que lhe sobrepaira vem soerguê-la, assumi-la, transfigurá-la, a fim de que logre entender e explicar as coisas divinas.

Não é o caso de propor teorias pessoais e engenhosas, de arquitetar hipóteses brilhantes. A teologia é antes uma atividade religiosa; é a entrega do intelecto ao Verbo cuja luz veio iluminá-lo; é um movimentar-se do pensamento que se projeta todo aos pés de Cristo-Deus revelador. Não devemos pois conceber a teologia como um jogo dialético, montando e desmontando hàbilmente conceitos. Prazer estético para a inteligência, sem dúvida, que se compraz numa demonstração elegante, mas perigo mortal para a fé que só medra na penumbra do mistério, que vislumbra a verdade qual fugidia sombra. O que rege a teologia não é o lume da razão mas a claridade trevosa da fé. Por isso toda teologia autêntica nos deve deixar insatisfeitos, ansiosos pela visão face a face no Céu.

De S. Tomás de Aquino narra seu secretário e fiel companheiro, Frei Reinaldo, que jamais encetou um escrito sem se haver preparado pela oração e as lágrimas; e quando um ponto lhe parecia duvidoso, recorria à oração, donde voltava banhado em lágrimas, esclarecido e instruído. Aquele titânico

esforço dialético que admiramos na *Suma Teológica* era, pois, em verdade, uma prece: ascensão do espírito até o Verbo-Luz.

E o Verbo recompensou-lhe o esforço para compreender sua mensagem, dando-lhe, como a nenhum outro teólogo, a inteligência da fé.

As escolas teológicas.

Por infelicidade, variam os conceitos filosóficos, segundo as diversas doutrinas; assim é que existe uma teologia que utiliza Platão, outra Aristóteles, outra os neo-platônicos, outra Descartes, outra Blondel, etc.; e ainda dentro da mesma corrente filosófica, reinam sérias divergências quanto às noções básicas de analogia, pessoa, relações entre essência e existência, etc. Donde a diversidade de escolas teológicas que, no passado, se digladiaram com furor.

Lutas por vezes lamentáveis, controvérsias geradoras de ceticismo. O ideal seria o saber teológico uno, como único é o matemático ou o físico. Todavia, as divergências não nos façam esquecer as incontáveis convergências. Basta abrir um manual de teologia, para averiguar, sobre muitos pontos importantes, o consenso da grande maioria dos teólogos, pertençam embora às mais variadas escolas. Quanto às divergências irredutíveis, elas provêem, às vezes, de que tal sistema veio a lume em época de decadência filosófica; a um conceito relativamente secundário, o teólogo emprestou valor essencial; ou ainda deixou-se enlear pelos prestígios do pensamento imaginativo, ou também assimilou, de maneira menos perfeita, a verdade revelada. "Escrever sobre teologia, dizia Newman, é como dançar sobre a corda bamba. Fácil é a queda, e ela é profunda".

Outras divergências devem ser atribuídas à riqueza e complexidade de tal dado revelado, que nos permite encará-lo sob ângulos diversos. Na verdade são apenas aspectos complementares, porém a fraqueza de nossa mente impede-nos de lhes perceber a conciliação até que surja um teólogo genial como S. Tomás, que logrará irmanar, em síntese superior, concepções que se nos afiguravam irredutíveis. Até lá, haverá mister aguardar com humilde paciência.

O fato de coexistirem várias escolas de teologia católica, todas ortodoxas, é claro indício da transcendência da Revelação em confronto com a razão humana. Que novas escolas surjam de futuro, é não só possível como provável; suponhamos, por exemplo, que a Índia se cristianize: poderá um "pandit" convertido servir-se da filosofia hindu para expressar o dogma.

Essencial é, entretanto, precaver equívocos, distinguindo entre a proposição do dado revelado (formulação da fé) e a explicação racional do mesmo (elaboração teológica). Na for-

mulação da fé será lícito trocar um *termo* por outro, contanto sejam de significação equivalente. Sabido é, por exemplo, após quantas hesitações foi adotado o vocábulo latino "persona", para designar as três misteriosas Realidades que subsistem em Deus. S. Agostinho chega a confessar que a escolha foi guiada pelo desejo de fechar a boca aos hereges que indagavam, irônicos: "Três o quê?" — Três "pessoas" retrucaram os ortodoxos, para dizer qualquer coisa. Houve, portanto, hesitação quanto ao vocábulo; porém, quanto à noção ou conceito que o termo designava, era sabido, por todos os fiéis, sem hesitação qualquer o que ensina a fé.

No que toca aos *conceitos*, só seria, porventura, admissível, na formulação da fé, a troca de um deles por um outro inteiramente homogêneo; de sorte que a mesma verdade revelada se conservasse, idêntico permanecesse o sentido das fórmulas definidas pela Igreja.

Resta a elaboração teológica. Aí, uma mentalidade hindu poderia quiçá descobrir no manancial inexaurível da doutrina cristã novas implicações não percebidas pelos ocidentais. Ilimitadas riquezas encerram as palavras proferidas por Deus, insondável a sua fecundidade. Teríamos assim um novo desenvolvimento teológico, que completaria o nosso, sem o desmentir.[18]

Iniciação Teológica.

O presente volume e os outros que — conceda-nos Deus vida e lazeres — se lhe seguirão, há de se manter quase sempre sobre o plano da teologia doutrinal. Não por menoscabo da teologia positiva, mas porque desde longos anos vimos cultivando a primeira. Outros virão que, em tempo, divulgarão a segunda.

Dissemos, ao começar, que escrevíamos para não-iniciados. Com efeito, ao lado da teologia doutrinal técnica para especialistas — disciplina austera e inçada de dificuldades sem-número, — outra existe — cujos imperecíveis modelos encontramos em certos escritos patrísticos — que goza maior liber-

---

[18]) Tal trabalho deveria ser feito com suma cautela, não para *substituir* a teologia tradicional, senão para enriquecê-la. Na Encíclica *Humani Generis,* Pio XII condenou vigorosamente o erro do "relativismo" que pretende não já "melhorar e aperfeiçoar" os conceitos tradicionais da teologia católica (n. 15), mas antes *abandoná-los,* para "exprimir o dogma com as categorias da filosofia de nosso tempo, quer sejam do imanentismo, quer sejam do idealismo, quer sejam do existencialismo ou de qualquer outro sistema" (n. 14). "Seria reduzir o dogma à condição de cana agitada pelo vento". Nem é lícito — sob pretexto de volver à patrística grega — menoscabar os ensinamentos das Encíclicas dos Sumos Pontífices (n. 17). — Por isso mesmo a presente obra estriba-se perpètuamente sobre ditas Encíclicas, como sobre interpretações autênticas do dado revelado.

dade de movimentos. Essa deixa de lado o rígido arcabouço lógico, os malabarismos dialéticos, as controvérsias intérminas, as tecnicidades sutis, o aparato de erudição, os desenvolvimentos secundários, e procura levar o essencial da doutrina — sem deturpá-lo nem mesmo diminuí-lo — ao entendimento de todo fiel medianamente culto.

Estudo apaixonador para o cristão: mais se aprofunda a fé e mais cresce o desejo de inteligibilidade, embora deixe no espírito irremediável insatisfação: a medida que progredimos, mais se adensa a caligem, porque mais insondáveis se manifestam os mistérios.

A intelecção da fé apresenta esta particularidade que, muito longe de dissipar os mistérios, fá-los aparecer cada vez mais profundos, conforme ensina o Concílio do Vaticano: embora ilustrada pela fé, "a inteligência jamais logra percebê-los, à guisa das verdades que lhe constituem o objeto próprio. Com efeito, os divinos mistérios ultrapassam por natureza de tal modo o entendimento humano, que, ainda após nos terem sido comunicados pela Revelação e aceitos pela fé, permanecem todavia encobertos pelo véu da própria fé e como envoltos em uma espécie de treva, enquanto nesta mortal vida peregrinamos longe do Senhor: porque andamos por fé e não por visão (2 Cor 5, 6)".[19]

Espontânea desponta, na alma do teólogo, o desejo de uma outra teologia mais substancial ainda, a "teologia mística" que experimenta, pelo amor, os mistérios que a inteligência procura, tateando nas trevas. No fim da vida, atingindo o cimo da contemplação mística, Tomás de Aquino considerava "palha" sua genial *Suma Teológica*.

Como preparação longínqua para essa mais alta teologia, não hesitamos — após a exposição da doutrina — em indicar sucinta e discretamente um ou outro corolário, mais próprio para nutrir a vida espiritual, lembrando-nos da sentença de S. Tiago: "Sede cumpridores da palavra e não sòmente ouvintes, iludindo-vos a vós mesmos" (Tgo 1, 22). Comunicação de vida e não apenas doutrina, tal é o cristianismo; não basta entendê-lo, necessário é sobretudo vivê-lo.[20]

O mistério da Igreja.

Encetaremos nossa tarefa pelo estudo teológico da Santa Igreja. Faltaremos assim à ordem lógica e ontológica, seguida pelos tratadistas, que começam por Deus. Acreditamos, porém,

---

[19]) Denzinger, n. 1796.

[20]) Pio XII, na Encíclica *Mystici Corporis Christi* (ed. Vozes, n. 5) escreve: "Os mistérios revelados por Deus não podem ser prejudiciais ao homem, *nem devem permanecer infrutíferos* como tesouros enterrados no campo; senão que nos foram dados por Deus *para proveito espiritual* dos que piamente os contemplam".

não vaguear muito longe da ordem histórico-psicológica. De fato, o fiel nascido e crescido no catolicismo, quando começa a refletir sobre a religião e procura a compreensão da fé, verifica antes de tudo que, na sua vida cristã, ele não está isolado senão integrado a uma sociedade visível: é membro da Igreja católica. Dela recebeu as verdades que crê e as normas morais que procura seguir; aos domingos vai à missa, onde encontra outros fiéis, membros da Igreja como ele, e juntos oferecem, pelas mãos do sacerdote, o sacrifício eucarístico; periòdicamente recebe os sacramentos pelo ministério de homens consagrados ao serviço da Igreja; sabe que a comunidade é governada por chefes locais e por um Chefe universal. Verifica assim que sua vida religiosa toda nasce, cresce, aperfeiçoa-se, no seio da Igreja. E', pois, natural que, antes de mais, ele pergunte: que vem a ser, exatamente, esta Igreja à qual pertenço? À pergunta procura satisfazer o presente volume.

Credo... unam, sanctam, catholicam et apostolicam Ecclesiam, cantam — ou deveriam cantar — os fiéis em cada missa dominical. Eis a fórmula dogmática — tirada do Símbolo niceno-constantinopolitano — que nos servirá de "dado revelado", delimitando o tema geral de nossas indagações.

Na teologia moderna, o tratado da Igreja revestiu feição prevalentemente jurídico-social e apologética. Para acorrer de um lado ao individualismo anárquico dos protestantes, e do outro, ao racionalismo agnóstico dos indiferentes ou liberais, foi necessário insistir sobre o fato que Cristo Jesus quis verdadeiramente fundar uma sociedade religiosa visível e hierarquizada, a Igreja católica, romana.

Ponto de vista não só legítimo como indispensável, que está, porém, a pedir um complemento. De fato, no século passado, o estudo aturado da patrística levou a uma consideração mais profunda, que se cristalizou na doutrina do "Corpo místico de Cristo". Não que se desprezasse o aspecto social, jurídico, hierárquico, da Igreja — a própria noção de "corpo" sugere tudo isso — todavia, procurou-se ir além, mais ao fundo, até atingir o elemento invisível, místico, a alma divina, o "mistério" da Igreja, conforme a palavra de Jesus: "A vós é dado conhecer o mistério do Reino de Deus..." (Mc 4, 11; Lc 8, 10; Mt 13, 11). Leão XIII na Encíclica *Satis cognitum* e mais ainda Pio XII na Encíclica *Mystici Corporis Christi* "canonizaram" essa orientação e lhe traçaram rumos seguríssimos.

Guia que dirigirá todo o nosso itinerário, será pois a voz de Leão e a de Pio, que fazem chegar até nós a Voz do mesmo Cristo.

SINTESE.

A instrução religiosa não leva necessàriamente à prática, mas é prerrequisito dela. Assimilar intelectualmente a fé deve ser uma das preocupações do cristão. O nível de cultura religiosa deve acompanhar o nível de cultura profana. A teologia é a fé à procura de compreensão.

I. **A fé divina.** Sòmente a fé dá um sentido aceitável à vida humana e sem ela não há salvação eterna. — A fé não é conquista nossa mas puro dom de Deus, comunicação do conhecimento divino. Tal comunicação é fruto de uma Revelação: mensagem de Deus ao homem, manifestação, por Deus, das verdades sobre Deus. Cabe-nos ouvir e aceitar: assentir com firmeza absoluta, por ser Deus quem testemunha. A fé é o primeiro e o mais doce dos deveres. E' virtude teologal porque tem a Deus como autor, fim, objeto e motivo. — O objeto da fé é Deus em si e na sua Providência. Terminada com os Apóstolos, a revelação deste Objeto, progride todavia o conhecimento que os cristãos deles alcançam: verdades já existentes no tesouro da Revelação, são apreendidas explìcitamente no decurso do tempo. Entre as verdades reveladas, sobressaem os «artigos de fé». Pode crescer indefinidamente a intensidade de adesão do fiel individual. — O motivo da fé não são as razões de crer — estas não passam de condições — mas a autoridade de Deus que revela. Daí a certeza e infalibilidade da fé e a consequente intransigência da Igreja em matéria de doutrina, como também a necessidade, para os fiéis, de receberem integralmente a fé, sem escolher. — O ato de fé é a firme adesão às verdades reveladas. — Como os milagres e outras razões de crer, embora sua absoluta validez, não manifestam a evidência intrínseca dos mistérios, o ato de fé é, psicològicamente, um ato livre, embora moralmente obrigatório. — As razões de crer justificam racionalmente esse dever de crer, e a intervenção da vontade livre faz com que percebamos melhor a validez das razões: as boas disposições morais levam à crença religiosa. — Para que a fé não seja apenas humana mas tenha índole divina, carece do influxo da graça que nos ilumina o intelecto e move a vontade, elevando-nos à ordem sobrenatural como partícipes do conhecimento que Deus tem de si mesmo. Trevosa porque seu objeto está acima da razão, a fé também é luminosa porque nos traz o saber de Deus.

II. **A compreensão da fé ou teologia.** As verdades da fé estão contidas no «depósito da fé» ou seja na Escritura Sagrada e na Tradição apostólica, que a Igreja guarda fielmente e cujo sentido propõe e explicita autênticamente, assistida pelo Espírito Santo. — A teologia é a maneira humana de estudar as verdades divinas. Ela procura, na sua função «positiva», determinar o que foi revelado e a sua ordem de aparição no tempo. (Serve-se então sobretudo da história como instrumento). Na sua função «especulativa», a teologia tenta entender o dado revelado, descobrir-lhe a ordem essencial, inferir novas conclusões e sistematizar a doutrina. Serve-se sobretudo da filosofia como instrumento, mas não é estudo filosófico de Deus, nem mesmo aplicação da filosofia à fé. A filosofia tem simples papel ancilar. — As diversas escolas teológicas são devidas à riqueza inesgotável do dogma que pode ser encarado sob ângulos diversos, e às diversas filosofias utilizadas. Esta multiplicidade põe em relevo a transcendência da Revelação em confronto com a razão humana.

CAPITULO I

DE CRISTO À IGREJA *

O mistério da vida.

"Deus nos deu a vida eterna e esta vida está em seu Filho. Quem tem o Filho tem a vida, quem não tem o Filho, não tem a vida. Estas coisas vos escrevi para que saibais que tendes a vida eterna, vós, que credes no nome do Filho de Deus". Palavras essas do Apóstolo S. João em sua 1ª epístola (5, 11-13), que compendiam a revelação central do Novo Testamento: *o mistério da vida, jorrando de Deus, por Cristo, até os homens de fé.* Donde o mesmo Apóstolo, ao declarar, no fim de seu evangelho, o motivo que o levara a tomar da pena, afirmava: "Estas coisas foram escritas para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome" (Jo 20, 31). Sempre a revelação da vida, e da fé como meio de receber a vida.

Qual a fonte da vida? E' o Verbo-Deus: "Nele estava a vida e a vida era a luz dos homens" (Jo 1, 4). Luz para o intelecto, amor para o coração.

De que maneira, tão excelsa vida baixará até os homens? Não poderia ser maior o contraste: o Verbo pairando no infinito da eternidade ("e o Verbo estava em Deus") — as criaturas, "por ele feitas", evanescentes, sujeitas à morte e à corrupção; a mais alta delas, o homem, elongada de Deus, inquinada. Como se poderiam juntar?

A resposta, que o intelecto jamais descobriria, o amor encontrou-a: é a incrível dádiva da Encarnação. "Deus por tal forma amou o mundo que deu seu único Filho, a fim de que todo que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3, 16).

A Encarnação é a divindade que abrolha num homem. O Deus Uno e Trino escolhe, para uni-la *pessoalmente* ao Verbo, uma natureza humana, e por ela, une a si, *misticamente*, a humanidade inteira, qual prolongamento de Cristo.

Aquele ser concreto que os Apóstolos viam e tocavam, com quem falavam e cujos ensinamentos ouviam, era o Verbo eter-

*) Neste capítulo liminar apresentamos uma vista quase panorâmica do caminho a percorrer. Os diferentes pontos da doutrina são apenas assinalados e esboçados. Subsequentemente serão desenvolvidos e justificados.

no: "O que vimos com os nossos olhos, o que temos contemplado e as nossas mãos tocaram do Verbo de vida..." (1 Jo 1, 1).

Vida em si, o Verbo — ao assumir a humanidade individual de Jesus — torna-se fonte de vida para o gênero humano todo inteiro. Por entre as trevas do erro e do vício, ele nos vem procurar, a fim de nos comunicar verdade e santidade: "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós... e todos nós recebemos também de sua plenitude e graça por graça" (Jo 1, 14, 16). Graça que é "o poder de sermos feitos filhos de Deus", assim explana o Evangelista (Jo 1, 12), reproduzindo o ensinamento que dos lábios do Mestre recebera: "Eu vim para que tenham a vida e a tenham com abundância" (Jo 10, 10).

A "boa nova", trazida pelo cristianismo, não é, pois, como imaginam muitos, algo deprimente que vem apagar a sede de viver; religião para escravos ou misantropos. Não; o cristianismo vem trazer-nos vida, e vida abundante; vida tão alta e ardente que jamais lograríamos sonhá-la. Eis o maior milagre de Deus: tomar a criatura humana — ser racional sem dúvida, mas também animal, terrìvelmente animal, agitado por tanta paixão mesquinha, a inteligência entenebrada, descobrindo a tanto custo a verdade, a vontade preguiçosa, intermitente, inclinada ao mal — tomar este pobre animal e fazê-lo viver divinamente: luminoso, puro, ardendo em universal amor.

Os Santos canonizados nos provam a que alturas pode levar essa invasão do homem pela vida divina. Mas por vezes mais comovedora — porque mais perto de nós — é a modesta virtude comum: esse jovem que alcança difícil vitória, encoberta a todos os olhos, sobre a paixão; o velho pecador que, após tanto esforço baldado, sai enfim da lama, ainda que rojando; a mulher infeliz que, num lar devastado, consegue fazer brilhar um sorriso de perdão e de conforto.

E por quê? Porque o amor de Cristo conseguiu — talvez por minutos apenas — arrastar aquelas almas; porque a vida divina logrou romper — quiçá num só ponto — a espessa crosta da mediocridade.

Vida que a tal ponto sobrepuja as forças da natureza que, para nela entrar é necessário "nascer de novo" (Jo 3, 3). Filiação supõe geração, e como a graça trazida por Cristo nos faz "filhos de Deus", devemos nascer do alto. E Jesus determinou que essa nova geração seria um "nascer da água e do Espírito" (Jo 3, 5); é o batismo que faz brotar na alma a vida eterna.

Essa vida, como se alimentará e desenvolverá? "Eu sou o pão da vida. Vossos pais comeram o maná no deserto e morreram. Este é o pão que desce do céu para que o que dele comer não morra. Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém comer deste pão, viverá para sempre; e o pão que

eu der, é a minha carne para a salvação do mundo" (Jo 6, 48-51). Promessa essa que será cumprida na última ceia: "E tomando o pão e havendo dado graças, partiu-o e deu-lhos, dizendo: "Isto é o meu corpo que por vós é dado; fazei isto em memória de mim" (Lc 22, 19).

Transformado em alimento de nossa alma, Jesus nos faz viver dele mesmo; dá-nos de comer aquele Corpo que, entregue à morte, trouxe vida ao mundo.

E essa presença de Jesus ao comungante não é apenas intelectual — como o mestre está na mente do discípulo que lhe aceita a doutrina — ou ainda simples presença afetiva — como o ser amado está em quem ama. E' muitíssimo mais real; a imagem do alimento presente ao corpo, sugere a imanência profunda, substancial, de Jesus nos que recebem o pão eucarístico.

Sobre a íntima comunicação de vida, o mesmo Senhor insiste: "Eu sou a verdadeira vide e meu Pai é o vinhateiro. Todo o sarmento em mim que não dá fruto, ele o cortará; e todo o que der fruto podá-lo-á, para que dê mais fruto. Vós já estais limpos pela palavra que vos tenho falado. Estai em mim e eu em vós: como o sarmento de si próprio não pode dar fruto se não permanecer na videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim. Eu sou a videira, vós os sarmentos: quem está em mim e eu nele, esse dá muito fruto, porque sem mim nada podeis fazer. Se alguém não estiver em mim, será lançado fora como o sarmento e secará; e enfeixá-lo-ão e o lançarão no fogo, e arderá. Se vós estiverdes em mim e as minhas palavras estiverem em vós, pedireis tudo o que quiserdes e vos será feito. Nisso é glorificado meu Pai, que deis muito fruto, e sejais meus discípulos" (Jo 15, 1-8).

A alegoria não poderia ser mais esclarecedora. O pai que gera um filho, não lhe transmite — a falar com rigor — a sua própria vida, mas uma centelha da vida da espécie. E', pois, a espécie biológica que se multiplica e propaga através da geração humana. Uma vez gerado, o filho subsiste sem o influxo paterno, pode existir sem mesmo ter conhecimento de quem o gerou, como o pai pode ignorar que procriou. A espécie domina a pessoa. Enquanto o fiel vive sobrenaturalmente, a cada instante, da vida de Cristo, qual seiva que continuamente o penetra, vivifica, fecunda. Cesse por um só momento a circulação vital, o fiel deperece, morre até "Sem mim nada podeis fazer": dependência total.

Mas o cepo não existe sòzinho, prolonga-se pelos sarmentos, assim Cristo expande sua própria vida, associando-se a humanidade. *A Igreja aparece como a extravasão do mistério de Deus encarnado.* A esse derramar-se da vida de Cristo sobre eles, reagem os homens, cooperando livremente, de dois modos:

permanecendo em Cristo (estamos nele como ele está em nós) e frutificando, aproveitando-lhe a seiva (e nisto é glorificado o Pai que demos muito fruto).

Na alegoria, desponta outro aspecto, não menos importante, e que nos encaminha à doutrina sobre a Igreja: *o caráter social da vida cristã*. Na videira, são vários os sarmentos; todos em conjunto formam um único organismo, vivendo todos da mesma seiva; todos ligados, comunicando entre si. De modo semelhante, o cristão, longe de unir-se isoladamente a Cristo, está inserido num organismo sobrenatural, pelo qual vive.

Mas que é afinal essa vida que Cristo nos vem trazer? Sobrenatural, divina, sem dúvida; como, porém, concebê-la com exação maior? Digamos que é a vida do Verbo comunicada. Por ser Filho, o Verbo tem a vida do Pai — "como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho o ter a vida em si próprio" (Jo 5, 26) — e por se haver encarnado, efunde essa vida nos que lhe estão unidos: "Assim como o Pai que vive me enviou, e eu vivo pelo Pai, assim quem de mim se alimenta, também viverá por mim" (Jo 6, 58).

Se tentamos vislumbrar qual é essa vida que circula do Pai ao Filho, e do Filho a nós dimana, encontramo-lo na Sagrada Escritura, revelada como conhecimento, amor e glória.

Conhecimento: "Assim como o Pai me conhece, também eu conheço o Pai" (Jo 10, 15); "Pai justo... eu te conheci" (Jo 17, 25). "A vida eterna é esta: que te conheçam, a ti só por único Deus verdadeiro, e Jesus Cristo a quem enviaste" (Jo 17, 3).

Amor: "O Pai ama o Filho" (Jo 3, 35). "Como o Pai vos amou, também eu vos amei a vós. Permanecei no meu amor" (Jo 15, 9). "Para que o mundo conheça... que os tens amado a eles como me tens amado a mim... para que o amor com que me tens amado esteja neles, e eu neles esteja" (Jo 17, 23-26).

Glória: "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai" (Jo 1, 14). "E agora glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo antes que o mundo existisse" (Jo 17, 5). "E eu dei-lhes a glória que a mim deste, para que sejam um, como nós somos um" (Jo 17, 22).

Instituída a Eucaristia, o Senhor, antes de se entregar à morte, levantou os olhos ao céu e exalou a derradeira prece ao Pai, pelos seus.

E' a alegoria da videira que se transmuta em oração. Anelo supremo de Jesus é a unidade de vida entre seus discípulos, Ele e o Pai. "Que sejam um como nós" (Jo 17, 11). Isso pede para os Apóstolos e repete o pedido para os que viriam mais tarde, para nós. "E não rogo sòmente por estes, mas também por aqueles que por sua palavra hão de crer em mim; para

que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim e eu em ti, que também eles sejam um em nós" (Jo 17, 20-21). E insiste: "Para que sejam um, como nós somos um, eu neles e tu em mim, para que eles sejam perfeitos em unidade e para que o mundo conheça que tu me enviaste a mim e que os tens amado a eles como me tens amado a mim" (Jo 17, 22, 23).

Conhecimento, amor, glória, a vida divina está no Pai e dele comunica-se por identidade ao Filho, enfim a nós que lhe recebemos participação real. Ora, como o Filho é um só com o Pai por ter idênticamente a mesma natureza, assim nós cristãos somos um, feitos participantes da natureza divina, pelo Filho (2 Ped 1, 4). Não é mais a unicidade de natureza; tampouco é mera união "moral": modos de pensar idênticos, afetos semelhantes. E' *união vital:* circula, entre os cristãos e Cristo, sobrenatural seiva. Enfim não é união isolada de cada indivíduo com Deus, mas antes união do conjunto dos cristãos; por serem um com Cristo, são um entre si. Unidos a Deus pelo Filho, unidos entre si por Ele também, não cabe, na perspectiva evangélica, qualquer individualismo religioso.

Importa bem entender que esta união resulta de nossa comunicação *à humanidade* de Cristo: por ser esta assumida pelo Filho, participamos à união do Pai ao Filho e do Filho ao Pai. Desde S. Ireneu repetem os teólogos que Deus se fez homem a fim de que o homem se tornasse Deus. A vida que está no cepo, participam-na os sarmentos: Cristo sendo Deus, mister é que os homens nele inseridos sejam divinizados.

Por sua Encarnação, o Verbo tudo renova; purifica, restaura todas as coisas, pelo seu contacto divinizante (Ef 1, 10). Donde os Padres gregos empregam por vezes expressões que fariam pensar numa "encarnação coletiva". Não, por certo, neste sentido que cada cristão formasse uma só pessoa com o Verbo ("pancristismo" sonhado por certos teólogos de tendências panteístas) nem mesmo neste outro sentido que "uma só graça, numèricamente idêntica, une Cristo com os membros de seu Corpo místico".[1] Pretendiam esses Padres significar que a única e singular Encarnação do Verbo, *reflui* sobre o gênero humano todo. A humanidade individual de Cristo, por formar uma pessoa com o Verbo, dele recebe plenitude de vida que se derrama sobre todos os homens. Por ser Vida substancial, Cristo é vivificante. Através de sua humanidade, diviniza os que a ela estão unidos. E' a seiva divina que, por um indivíduo privilegiado, penetra no gênero humano para consagrá-lo todo inteiro a Deus.

---

[1]) Erro condenado por Pio XII na Encíclica "Mediator Dei" (ed. Vozes, n. 197).

O princípio gerador da Igreja é pois a mística imanência de Cristo à humanidade.

Ao indagarmos enfim, qual a causa ou fonte da união, responde-nos o Evangelho: é a caridade. "Como o Pai me amou, também eu vos amei a vós; permanecei no meu amor... O meu mandamento é este: que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos amei" (Jo 15, 9, 12). O amor eterno, infinito, perfeito, que o Pai dedica ao Filho, deriva sobre os homens: "Que o amor com que me tens amado esteja neles e eu neles esteja" (Jo 17, 26). E isso é possível, por sermos sarmentos da Videira. Pode o Pai amar pobres criaturas como nós, porque em nós descobre seu Filho: "E eu neles esteja". Nos sarmentos, vê o celeste Vinhateiro correr a seiva de sua Videira bem-amada.

Cristo prolongado.

Imola-se Jesus na ara da Cruz. Estará tudo terminado? Muito ao contrário, está tudo a começar. Os Evangelhos — mormente os sinópticos — orientam sua narração para o Calvário, não por ser o desfecho, o ponto final, mas antes o ponto de partida. A morte de Jesus foi, como Ele o predissera, o cair do grão na terra, para germinar e madurar em frutos opimos (Jo 12, 24). Desaparecido, Jesus não se afastou, tornou-se-lhe mais íntima a presença. Cristo ressuscitado não só vive como vivifica os que nele crêem. Nem mesmo a Ascensão pôs termo às atividades terrestres de Jesus. Errôneo seria imaginar que Ele, subindo ao céu envolto em glória, se contentara com deixar aqui um rastro, uma esteira luminosa. O Cristo celeste está presente na integridade de sua ação; presença mais atuosa, embora invisível, do que quando ele pregava e obrava milagres na Judéia ou na Galiléia. Missão que só atingirá sua plenitude quando passar o mundo.

Dessa presença invisível, porém real, de Cristo entre nós, temos um sinal insigne nos Sacramentos, que santificam independentemente da santidade pessoal do ministro. Por que um homem inquinado pode batizar, consagrar, absolver, e esse batismo, essa consagração, essa absolvição serão válidos, santificarão? Porque é Cristo que batiza, consagra, absolve, por mãos humanas. E' Cristo também que crisma e governa por seus Bispos, como é Cristo que sofre e morre nos seus mártires. Na Igreja antiga era persuasão geral que Cristo habitava nos mártires. Cada ano, o ofício litúrgico de S. Felicidade rememora aquele sublime passo da paixão da mártir cartaginense: acometida das dores do parto quando aprisionada em duro cárcere, Felicidade gemia, e o carcereiro interpela-a: "Se agora te lamentas assim, que será no anfiteatro quando fores exposta

às feras?" Mas a mártir: "Agora sou eu quem sofre; então, sofrerá um outro em mim, porque também eu sofrerei por Ele".

Esta presença prolongada de Jesus, longe de ser devaneio de iluminados, nos é atestada pelo Senhor, ele próprio: "Eis que estou convosco, até o consumar-se dos séculos" (Mt 28, 20). Não disse "estarei", disse "estou".

Que não se trate apenas de amparo, de proteção celeste, mas de *presença verdadeira,* no meio de nós, em nós, outros versetos evangélicos no-lo dão a entender. No mesmo S. Mateus lemos: "Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles" (Mt 18, 20); de novo: "quem vos recebe a mim recebe, e quem recebe a mim recebe aquele que me enviou" (Mt 10, 40). "Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e nós viremos a ele, e faremos nele morada" (Jo 14, 23).

Os mistérios do Senhor, sobretudo a morte e ressurreição, transcendem o inexorável tempo, perduram por sua virtude, são contemporâneos nossos. Pelo Natal com efeito, Jesus nasce em nós; com Ele sofremos e morremos na Semana Santa; com Ele ressuscitamos no dia da Páscoa. E' muito mais do que uma lembrança — como revivemos o passado. Os mistérios não acabaram, continuam por sua eficácia, tornam-se realidades *presentes* pelo influxo por eles exercido sobre nossa vida, como fontes atuais de santificação. Por isso pôde S. Paulo escrever: "Não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo, fomos batizados em sua morte? De sorte que com Ele fomos sepultados pelo batismo, na morte, para que, como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida" (Rom 6, 3-4). Mais claro ainda: "Deus, que é riquíssimo em misericórdia, pelo muito amor com que nos amou, estando nós ainda mortos em nossas ofensas, nos vivificou juntamente com Cristo — pela graça sois salvos — e nos ressuscitou juntamente com ele e nos fez assentar nos lugares celestes em Cristo Jesus" (Ef 2, 4-6). Com tal eficácia se nos comunica a virtude dos mistérios de Cristo que, ainda vivendo sobre a terra, já estamos — virtualmente — no céu, arrastados pela Ascensão do Senhor.

A mística presença de Jesus glorificado na sua Igreja é posta em admirável relevo, no limiar do Apocalipse. Cristo pastoreia as sete cristandades asiáticas. Secreta, mas realmente, Ele no meio delas se acha. E é o mesmo Jesus que "amou até o fim" (Jo 13, 1), ao ponto de dar a vida pelas ovelhas" (Jo 10, 11, 15). Amor infinito, zeloso, exigente: esquadrinha-lhes as obras, repreende, ameaça: "Tenho contra ti que deixaste a tua primeira caridade. Lembra-te, pois, donde caíste, e arrepende-te, e pratica as primeiras obras; quando não, virei

brevemente a ti, e tirarei do seu lugar o teu candieiro, se não te arrependeres" (Apoc 2, 4-5). "Se não vigiares, virei sobre ti como um ladrão" (3, 3). Amor delicado também: com que evidente complacência, antes de repreender, enumera as virtudes: "Eu conheço as tuas obras e a tua caridade, e o teu serviço, e a tua fé, e a tua paciência, e que as tuas últimas obras são mais do que as primeiras" (2, 19). Ainda as punições, são efeitos do amor: "Eu a todos quantos amo repreendo e castigo" (3, 19). Amor paternal enfim: vela sobre as Igrejas, anima-as no combate e lhes promete estupendas recompensas: "Nada temas do que hás de padecer... Sê fiel até a morte e dar-te-ei a coroa da vida" (2, 10); "farei que saibam que eu te amo" (3, 9); "também eu te guardarei na hora da tentação" (3, 10); "ao que vencer, dar-lhe-ei de comer a árvore da vida" (2, 7); "não receberá o dano da segunda morte" (2, 11); "darei de comer do maná escondido" (2, 17); "e dar-lhe-ei a estrela da manhã" (2, 28); "será vestido de vestes brancas... e confessarei o seu nome diante de meu Pai e diante de seus anjos" (3, 5); "eu o farei coluna do templo de meu Deus" (3, 12); "eu lhe concederei que se assente comigo no meu trono, assim como eu venci e me assentei com meu Pai no seu trono" (3, 21).

S. Lucas, no prólogo dos Atos dos Apóstolos, apresenta esse escrito como a continuação do seu evangelho; após haver relatado a vida do Cristo histórico, vai narrar a crônica do Cristo continuado, prolongado: a Igreja. Uma das narrativas centrais do livro, por três vezes repetida, a conversão de Saulo no caminho de Damasco, faz-nos ouvir a voz de Cristo: "Saulo, Saulo, por que me persegues?" — E ele: "Quem és, Senhor?" — "Eu sou Jesus a quem tu persegues" (At 9, 4-5; 22, 7; 26, 14). Identificação mística de Cristo com os seus, com a sua Igreja.

Visibilidade da Igreja.

Surge, espontânea, uma pergunta: essa união dos fiéis a Cristo e dos fiéis entre si por Cristo, será apenas invisível, escondida no recesso das almas, ou ainda se manifestará a todos os olhos? Será apenas individual ou também social? Terá sido vontade de Jesus agrupar os crentes numa coletividade estável, perseguindo fins comuns? Terá Ele fundado uma sociedade religiosa visível?

Negaram-no certos heresiarcas antigos; na Idade Média, os hussitas; posteriormente, os protestantes, mormente os calvinistas, para os quais a Igreja é essencialmente invisível; as comunidades cristãs que vivem sob nossos olhos, seriam meras instituições humanas, sujeitas a todas as vicissitudes das de-

mais sociedades. Heresia que perdurou entre os jansenistas, como Quesnel e o sínodo de Pistóia, o qual foi condenado por Pio VI em 1794.[1]

Com pequenas diferenças, reduzem todos esses a Igreja ao conjunto dos predestinados. Ora, a predestinação não sendo algo visível, segue-se que a Igreja é conhecida de Deus tão sòmente. Pode alguém ser batizado, praticar a religião longos anos, gozar até de fama de santidade e acabar condenado, como pode um pagão salvar-se na hora da morte. O primeiro, segundo os calvinistas, não pertenceria à verdadeira Igreja e sim o outro.

Donde, entre os protestantes modernos, viceja o erro que Pio XII condena nos seguintes termos: "Estão longe da verdade revelada os que imaginam a Igreja por forma que se não pode tocar nem ver, mas é apenas, como dizem, uma coisa "pneumática" que une entre si com vínculo invisível muitas comunidades cristãs, embora separadas na fé".[2]

Alguns, de tendência "liberal", vão ainda mais longe. Jesus, a seu ver, fundou um reino exclusivamente interior, imanente ao coração do homem e consistindo numa renovação espiritual. Repugnam a qualquer vida cristã coletiva; as diversas comunidades ou igrejas seriam até estorvos que prejudicariam o cristianismo autêntico. Puro individualismo.

Na prática, o único laço visível e consistente que prende os protestantes entre si, é o fato de empunharem todos o mesmo livro: a Bíblia. Bem se vê que a Reforma é contemporânea da arte de imprimir. Mal parados estariam os cristãos dos quinze séculos anteriores. Escassos os livros — logo os exemplares das Escrituras — raros, em consequência, os que ler sabiam; onde pois encontrariam os homens a doutrina cristã senão no seio de uma sociedade visível: a Igreja?

Ademais, a graça não destrói a natureza, ora a natureza humana é, por essência, social. Ensimesmado, o homem não é plenamente homem; deve unir-se a outras consciências, comungar à coletividade. Quantas vezes não foi repetido que o homem é, por definição, um ser ensinado? Do meio social onde nasce e se desenvolve, recebe a cultura que lhe enriquece o espírito, e os hábitos que lhe norteiam a conduta. Não há presunção alguma que Jesus haja querido derrogar à tendência básica da natureza humana. Pelo contrário, sua revelação revestiu um cunho social; não se contentou de iluminar invisìvelmente as almas; falou às multidões, reuniu discípulos, mandou-os pregar.

Entretanto, fácil é descobrir a origem do erro protestante e, pela mesma ocasião, justificar o dogma católico.

---

[1]) Denzinger, nn. 627, 629, 631, 632, 1422, 1515.
[2]) Encíclica *Mystici Corporis Christi*, edição Vozes, n. 11.

O Verbo manifestou-se aos homens através da carne passível, de atos visíveis, tangíveis, audíveis. A pessoa de Cristo era, pois, uma realidade humano-divina; comportava um aspecto empírico, sensível (o Jesus de Nazaré que pregou, caminhou, sentiu fome, sede e cansaço, dormiu, sentou-se à mesa, suou sangue, sofreu e morreu) e um aspecto misterioso, sobrenatural, que lhe vinha da plenitude da divindade que nele habitava corporalmente (Col 2, 9), de sorte que Cristo podia dizer: "Quem vê a mim, vê também o Pai" (Jo 14, 9). A Igreja, prolongamento de Cristo no tempo e no espaço, se nos representará, em consequência, como visível e invisível. Sem dúvida as sociedades políticas também são animadas por um elemento invisível; um certo espírito, um certo ideal, que constitui o laço mais íntimo que lhes assegura a coesão. Porém essa espiritualidade é, por essência, humana; suas manifestações exteriores são de ordem profana, como profanos são os fins que persegue. Ao contrário, o elemento invisível da Igreja é de ordem sobrenatural; o princípio supremo que dá vida à sociedade evangélica é o Espírito Santo. Logo as atividades externas manifestarão energias divinas, como divinos são os fins que procura. Visível e invisível, por ser simultâneamente empírica e sobrenatural, corpórea e espiritual, instituição humana e sociedade divina, tal é a Igreja do Verbo encarnado.

O Cristo histórico, em que a divindade se une a uma natureza humana individual, é o princípio do Cristo místico, em que a divindade se une à natureza humana coletiva, com esta diferença capital que a humanidade de Cristo estava unida à própria pessoa do Verbo, enquanto a Igreja não forma uma só pessoa física nem com o Verbo nem mesmo com o Espírito Santo. A união com o Verbo firma-se na ordem "mística"; e o Espírito lhe serve de "alma" — procuraremos mais adiante explanar esses termos — donde ela pode comunicar aos homens a graça que a diviniza, tornando-os verdadeiros filhos de Deus.

Assim como no homem a alma invisível, que é o principal, tende a atuar através do corpo, a expressar-se por atos visíveis, assim a vida divina invisível, que é na Igreja, o principal, tende sempre a se extravasar em manifestações visíveis: a misteriosa graça de Cristo se encerra nos sinais sensíveis dos sacramentos; o caráter invisível do batismo consagra os membros visíveis da Igreja; o culto interior traduz-se em ritos visíveis; a verdade evangélica, a viver no íntimo da mente, se manifesta nas palavras da pregação; a fé, pela profissão externa; a caridade enfim, que ocultamente inflama a vontade, toma corpo em iniciativas, em obras incontáveis, visíveis e tangíveis. As mesmas famosas "notas" da Igreja: unidade, santida-

de, catolicidade, apostolicidade, são a um tempo sinais visíveis da divindade da Igreja, e propriedades arcanas, objetos de fé.

E como confunde a razão o saber que Jesus é homem e Deus ao mesmo tempo, — glorioso e passível, eterno e temporal, viajeiro e compreensor — assim causa estranheza que a Igreja seja conjuntamente palpável e misteriosa, deste mundo e fora dele, humana e sobrenatural, composta de pecadores sujeitos a tantas e tamanhas fraquezas — quantas manchas maculam as páginas da história eclesiástica! — e simultâneamente Esposa imaculada de Cristo, mestra infalível da verdade, dispenseira das graças, fonte de santidade, detentora das chaves do céu. Conjunção do humano e do divino, do visível e do invisível, do natural e do sobrenatural, a Igreja constitui um mistério de fé: *creio* na Santa Igreja católica.

A fé leva-nos o espírito a irmanar ambos os aspectos, longe de justapô-los e ainda menos de opô-los; a fé atinge-os como imanentes um ao outro, e nos faz continuamente subir do visível ao invisível.

Apenas, entretanto, a crença esmorece e mingua, inclinamo-nos a destruir a conexão, a considerar separadamente o humano e o divino, a isolar um do outro e, ao cabo, a suprimir um deles (1 Jo 4, 2-3). Já nos primórdios do cristianismo, S. Inácio de Antioquia observava essa tendência dissociativa nos "docetas", heresiarcas do I século: negavam a realidade do Corpo de Cristo e, em consequência, negavam a visibilidade da Igreja.[1]

Inversamente, certos protestantes modernos esfumaram a divindade de Cristo, ao ponto de fazê-la desaparecer, e com ela, a divindade da Igreja: só resta o homem Jesus e a sociedade humana dos leitores da Bíblia. Do mesmo modo o joio no trigal do Senhor, os desfalecimentos, os escândalos, dissimulam, aos olhos de muitos, o aspecto invisível e divino da Igreja, a vida da graça: para o naturalismo hodierno a Igreja não passa de sociedade meramente humana, visando finalidades político-econômicas, nem sempre puras.

O protestantismo antigo, ao contrário, na sua faina de "interiorizar" e "espiritualizar" a religião, fez com que a Igreja se esvaísse nas brumas do invisível. Apenas irmanando almas eleitas — ignoramos quais ao certo — não está presente em lugar algum, nem sua existência se deixa aperceber por sinal qualquer. Igreja fantasma.

Evitando um e outro escolho, *repudiando toda tendência dissociativa,* a fé católica mantém firmemente a realidade humano-divina, visível-invisível do Cristo histórico e de seu prolongamento, a Igreja. Afirmando embora a primazia do as-

[1]) Epist. ad Smirn., cap. 7-8.

pecto invisível, a fé ensina que a Igreja é *essencialmente visível*, o que significa: 1º ela é dotada de uma visibilidade por assim dizer óbvia, brutal: seus membros são criaturas corpóreas, tem chefes e ritos visíveis, etc.; 2º é ela dotada de uma outra visibilidade, que exige olhos mais penetrantes: é visível até como instituição divina. Mistério de fé, a Igreja como que irradia divindade; suas "notas" são irrefragável testemunho de seu caráter sobrenatural[1]: é visível que a Igreja deve ser crida. Sua vida exterior deixa filtrar os esplendores de sua vida interior. Como nosso corpo revela nossa alma invisível — que transparece no olhar, na expressão da fisionomia, nas modulações da voz — assim, empìricamente perceptíveis, os efeitos da graça invisível resplandecem a nossos olhos, na Igreja. De outra forma, como poderíamos discernir-lhe a divindade? Aparece-nos, por exemplo, o milagre da sua unidade, ou da sua santidade a revelar-se na regeneração dos pecadores, na fortaleza dos mártires, nos prodígios de caridade inspirados pela Igreja.

Na humanidade do Senhor transparecia sempre a sua divindade: "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós e *vimos* a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai" (Jo 1, 14). Transparecia, porém, de modo ora menos intenso (como no horto), ora mais (como na transfiguração); o bastante para que cressem na divindade de Jesus as almas amantes da luz; sem refulgir todavia, a ponto de forçar a adesão. Cristo era visível e misterioso, sua humanidade velava e revelava a divindade.

Assim, na Igreja sempre se manifesta o sobrenatural; de maneira perfeita na Igreja celeste, e, na Igreja viajeira, por vezes mais encoberto (em épocas de crise ou decadência da cristandade) outras vezes mais claro (nos tempos apostólicos, durante as grandes perseguições, no século XIII ou na contra-reforma, etc.).

São os aspectos exteriores de mistério que o tornam crível; assim as manifestações visíveis da Igreja nos levam a crer que está presente nela mais do que os olhos discernem: um tesouro arcano e sobrenatural. Mas nesse caso, também, a adesão não será coagida; sempre haverá mister procurar, indagar, amar a luz. Donde, como Cristo foi e é o grande desconhecido, a Igreja igualmente o é.

Às repercussões visíveis do invisível apeguemo-nos, pois, quando nos vem oprimir o que de humano, de demasiadamente humano, descobrimos neste ou naquele membro da Igreja.

Apeguemo-nos mais ainda à palavra infalível de Cristo-Deus. Voltemos os olhos ao santo Evangelho.

Verificaremos em seguida como Jesus ensina, claramente, que o reino por ele fundado é *interior*, escondido: "o reino de

---

[1]) Concil. Vatic. (Denzinger, n. 1794).

Deus está dentro de vós" (Lc 17, 21); o reino é semelhante ao fermento que a mulher esconde na farinha (Mt 13, 33), à semente que ocultamente cresce (Mc 4, 26), ao tesouro escondido num campo (Mt 13, 44); e também é *exterior*, visível, pois que as aves do céu se podem aninhar debaixo de sua sombra (Mc 4, 32), e ele é uma vinha onde todos são convidados a trabalhar (Mt 20, 1 seg.).

Tampouco compreende apenas os justos. Muito ao contrário, o Reino é comparado a um festim ao qual são convidados tantos quantos se encontram pelo caminho, tanto maus como bons (Mt 22, 10); a um campo onde cresce o joio entremeado ao trigo (Mt 13, 27); a uma rede que apanha toda qualidade de peixes (Mt 13, 47); a um cortejo nupcial onde se encontram cinco virgens loucas ao lado de cinco prudentes (Mt 25, 2).

Entre as condições de entrada e vida em seu Reino enumera Cristo algumas que são puramente internas (fé, penitência), outras externas e visíveis (batismo, eucaristia). Que os discípulos formassem uma agremiação visível, colhe-se da apelação de "pequeno rebanho" que Jesus lhe dá (Lc 12, 32; cf. Mt 26, 31) e, mais claro ainda, do seguinte texto: "Se teu irmão pecar contra ti, vai e o repreendas entre ti e ele só; se te ouvir, ganhaste a teu irmão; mas se não te ouvir, leva ainda contigo um ou dois, para que, pela boca de duas ou três testemunhas, toda a palavra seja confirmada. E se não as escutar, dize-o à Igreja, e, se também não escutar a Igreja, considera-o como gentio e publicano" (Mt 18, 15-17). O caráter social da Igreja, insinuam-no também as parábolas da vinha onde vários lavradores trabalham; do festim com numerosos convidados; do rebanho, etc.

Distinguiriam visìvelmente os membros da comunidade cristã a profissão externa da mesma fé, a recepção dos mesmos sacramentos, a prática das mesmas virtudes, em particular obras de caridade, e também milagres visíveis (Mc 16, 17-18).

Pretendendo fundar uma coletividade visível de crentes, Jesus não podia deixar de querer dar a essa sociedade a indispensável coesão. Ora, a coesão surge da autoridade que dirige, obriga, orienta as ações dos membros, para a consecução do fim comum. Para esse fim, entre os discípulos que o seguiam, Jesus escolheu os Doze. Escolheu livremente: "Subiu ao monte e chamou para si os que ele quis e vieram a ele" (Mc 3, 13). Escolheu-os solenemente após haver passado a noite em oração a Deus (Lc 6, 12). Destinou os doze escolhidos a serem pescadores de almas (Mt 4, 19); formou-os com desvelo e paciência; a pouco e pouco foi iluminando com sua doutrina aqueles espíritos obtusos e moldou-lhes os corações terrenos à moral sobrenatural; ditou-lhes normas de conduta es-

pecialíssimas (Mt 10, 5-32); deu-lhes enfim poderes sobre os outros homens, mandando-os pregar (Mc 3, 14; 16, 15), batizar (Mt 28, 18), celebrar a Eucaristia (Lc 22, 19), perdoar os pecados (Jo 20, 23), legislar e julgar (Mt 18, 18), obrar milagres, ressuscitar mortos e expulsar demônios (Mt 10, 8; Mc 3, 15). Estabeleceu uma equação entre Ele e eles, declarando que quem ouvisse a eles ouviria a Ele, quem rejeitasse a eles rejeitaria a Ele (Lc 10, 16).

Superiores aos simples discípulos, os Doze têm por sua vez um chefe: Pedro, rocha sobre a qual será construída a Igreja (Mt 16, 17); Pedro, que apascentará cordeiros e ovelhas (Jo 21, 15-18); Pedro que está encarregado de confirmar na fé seus irmãos, porque sua fé não vacilará (Lc 22, 31).

Enfim, antes de subir aos céus, Jesus disse aos Onze: "E'-me dado todo poder no céu e na terra. Portanto ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Padre, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos" (Mt 28, 18-20). E' como que uma delegação pela qual entrega aos Onze seus poderes: ou melhor, Jesus passa a estar misticamente presente nos Apóstolos e nos seus sucessores, continuando, por eles, a reger, até o fim, a sua Igreja. Fundou-a sobre a Palavra e o Batismo, realidades sociais; dá-lhe chefes e mestres. Estamos bem longe do individualismo anárquico e da Igreja "pneumática".

A Igreja primitiva.

Esse organismo visível, animado por invisível seiva, manifesta-se, desenvolve-se, quando Jesus, desaparecido deste mundo, retorna ao Pai. Nem um segundo sequer, os primeiros cristãos atribuíram ao Mestre a intenção de apenas fundar um agrupamento efêmero, de sorte que, glorificado ele, seus discípulos se tornassem individualidades independentes e desconhecidas umas às outras, unidas à Cabeça tão sòmente por um laço invisível. Cristo prometera que os não deixaria órfãos: voltaria pelo seu Espírito, o Consolador, que com eles permaneceria para sempre (Jo 14, 16, 18). Bem característico o final de S. Marcos. Após haver referido a ordem de pregar o evangelho pelo mundo todo e a toda criatura; após o anúncio dos milagres obrados pela fé, prossegue o evangelista: "Ora, o Senhor, depois de lhes ter falado, foi recebido nos céus e sentou-se à direita de Deus. E eles tendo partido, pregaram por toda a parte, *cooperando* com eles o Senhor e *confirmando* a palavra com os sinais que se seguiam" (Mc 16, 20). E' sempre Jesus vivendo na sua Igreja.

Tais como os Atos no-los apresentam, os primeiros cristãos não formaram um acervo de átomos desgarrados. Por certo, havia vida religiosa pessoal, cada um devia renascer espiritualmente, porém tudo se processava na Igreja e pela Igreja. Aos primeiros convertidos Pedro declara: "Arrependei-vos e cada um seja batizado em nome de Jesus Cristo para perdão dos pecados e recebereis o dom do Espírito Santo... Foram batizados os que de bom grado receberam a sua palavra, e naquele dia agregaram-se quase três mil almas" (At 2, 38, 41). Temos 1º o elemento invisível: arrependimento, perdão, dom; 2º o elemento visível: a palavra que ordena, o rito batismal; 3º o elemento social: a comunidade batiza e acolhe os neófitos.

A igreja hierosolimitana, mãe de todas as outras, aparece-nos como uma coletividade visível e fortemente hierarquizada. Chefes incontestes são os Doze, com Pedro à testa.

Ensinam: todos os dias testemunham, no templo e nas casas, a ressurreição de Jesus (At 4, 2, 20, 29, 33) e os convertidos "perseveraram na doutrina dos Apóstolos" (At 2, 42); impõem as mãos para consagrar (6, 6) e dar o Espírito Santo (8, 17); celebram a ceia eucarística (2, 42, 46).

Governam: decidem a escolha dos diáconos (6, 2); dividem os bens da comunidade entre os fiéis (4, 34-37); legislam (15, 6 seg.); cominam penas e até a morte (5, 1-11).

Mas é muito de notar que jamais agem em próprio nome — como se fossem eles os fundadores da nova sociedade religiosa — em tudo e por tudo se hão como instrumentos ou mandatários de Cristo, movidos pelo Espírito de Cristo que sobre eles baixara de modo visível no dia de Pentecostes. Pregam por se acharem cheios desse Espírito (At 2, 4, 17; 4, 31; 6, 55, etc.). Obram prodígios pela fé em Cristo.

Bem sintomática a narrativa do primeiro milagre operado por Pedro e João: a cura de um coxo de nascença. Repetem ainda e ainda os dois Apóstolos que este prodígio eles o operaram em nome de Jesus, por virtude de Jesus (At 3-4).

A continuidade, — a conexão orgânica — entre Cristo e sua Igreja ressalta com maior relevo ainda da conversão de Saulo. Jesus começa por identificar-se com os que Saulo persegue, afirmando assim sua mística permanência entre os seus. Depois ordena: "Levanta-te e entra na cidade e lá te será dito o que te convém fazer" (9, 6). Nova afirmação de permanência: é por viver Cristo na Igreja que nela o convertido ouvirá não apenas uma voz humana, senão a mesma voz de Cristo a amestrá-lo. Tanto assim que a derradeira vez que historiou a sua conversão (At 26, 16), S. Paulo atribuiu ao próprio Jesus as palavras que na antecedente narrativa (22, 14-15) declarara haver ouvido de Ananias. Verifica-se de maneira pa-

tente o cumprimento da divina promessa: a presença até o consumar-se dos séculos. Quando a Igreja fala autoritativamente, é Cristo quem fala.

Deixemos os Atos e abramos as epístolas paulinas. Idêntico espetáculo se nos depara. E' sempre Cristo a perdurar na sua Igreja. Embora glorificado à dextra do Pai, ele continua a ser cabeça, guia, pastor do rebanho.

Cristo pessoalmente constituiu Paulo apóstolo (Gál 1, 1) e revelou-lhe a doutrina que este pregava (Gál 1, 11-12). Cristo ainda, com soberana liberdade, distribuía, pelo seu Espírito, os carismas que tamanha importância revestiam nas comunidades paulinas (1 Cor 12, 7). Alguns desses dons espirituais eram vistosos e até espalhafatosos; de qualquer forma, transitórios e sem grande valor; outros mais estáveis, permanentes até; asseguravam o múnus de ensino e governo da Igreja (os apóstolos, profetas, doutores). A todos esses carismas sobreestá Paulo na sua qualidade de Apóstolo de Jesus Cristo. Ele governa em última instância e não hesita em fazer sentir sua autoridade decisiva: "Que quereis? Irei ter convosco com vara ou com amor e espírito de mansidão?" (1 Cor 4, 21). Corrige os vícios, ordena o culto, regula até o uso dos carismas. Estabelece em cada Igreja presbíteros para que sobre ela presidam, no Senhor (1 Tess 5, 12; At 14, 22). Tito e Timóteo são tipos desses pastores locais, governando suas comunidades, sob a supervisão de Paulo. Pelos conselhos que este lhes ministra, verifica-se que longe de nos apresentar o espetáculo de uma anarquia "pneumática" de iluminados — como pretendem protestantes liberais e modernistas — as igrejas paulinas eram fortemente hierarquizadas, disciplinadas, e o Apóstolo não se cansava de sofrear o individualismo independente e de encarecer a unidade e a coesão social. Por quê? Porque a *Igreja é Cristo* e "está Cristo dividido?" (1 Cor 1, 13).

A Igreja Corpo de Cristo.

Até aqui, contemplamos um estado de fato. Resta entender esse fato, descobrir-lhe o porquê, logo delinear-lhe a teologia. Encontramo-la clara, límpida, nas epístolas paulinas. Teologia que, à diferença da nossa, não é saber falível e humano, mas, ao contrário, saber infalível e divino; teologia inspirada, revelada.

"Saulo, Saulo, por que me persegues?" — "Quem és, Senhor?" — "Eu sou Jesus a quem persegues" (At 9, 5). Essa identificação espiritual de Cristo com a sua Igreja, a Paulo revelada no caminho de Damasco, o Apóstolo vai ensiná-la a seus fiéis. Sem esmorecer, pregará duas verdades complementares: 1º *cada* cristão está incorporado a Cristo: comunhão a Cristo, tal é a autêntica vida religiosa. 2º o *conjunto* dos cris-

tãos — a Igreja — forma um único organismo vivo, cuja cabeça é Cristo e cujos membros são os batizados. Ensinamento que, a partir do século XII receberá a denominação de "doutrina do *Corpo místico* de Cristo".

"O mistério que esteve oculto desde todos os séculos e em todas as gerações e que agora foi manifestado a seus santos, aos quais Deus quis fazer conhecer quais as riquezas da glória deste mistério entre os gentios, o qual é *Cristo em vós*, esperança de vossa glória, a quem anunciamos" (Col 1, 26-27). Por outras palavras: nossa incorporação a Cristo e a consequente presença de Cristo em nós é, para o Apóstolo, o "mistério" por excelência, mistério que ele, Paulo, foi escolhido para anunciar entre os gentios (Ef 3, 4, 8). De toda eternidade, foi propósito divino a salvação dos homens todos, tanto pagãos, como judeus, "chamando-os para a comunhão de seu Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo" (1 Cor 1, 9). Porém esse mistério estava "oculto em Deus" (Ef 3, 9), até que chegasse o tempo de sua revelação aos "santos apóstolos e profetas" (3, 5) e mais especialmente a Paulo (3, 7-8).

Donde a fórmula *"em Cristo"*, tão frequente nas suas epístolas, e que repetimos como simples cláusula de estilo, mas que, na pena inspirada, estava prenhe de profundo significado: *a mais íntima comunhão ao Salvador; presença, inclusão sobrenatural, do cristão em Cristo e de Cristo no cristão.* Daí, também, os famosos textos sobre o batismo "na" morte de Cristo (Rom 6, 3), sobre o "revestir-se de Cristo" (Gál 3, 27); e o mais célebre de todos: "Vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim" (Gál 2, 20). Daí enfim esses audazes neologismos — são mais de trinta — cunhados por S. Paulo, com o prefixo "syn" (com), para salientar nossa comunhão aos mistérios de Cristo padecente e glorioso. Aqui traduziremos uns poucos — sejam-nos perdoados os barbarismos — com-crucificados; com-mortos; com-sepultados; com-ressuscitados; com-vivificados; com-glorificados; com-reinantes, etc. Só se explicam por serem os cristãos misteriosamente *um só* com Cristo (Filip 2, 5), partilhando-lhe a filiação, a morte, a ressurreição e a glorificação (Ef 2, 4-6).

E' sempre Cristo que se espraia pelo tempo e o espaço, que continua suas dores e vitórias nos seus. Resume-se o evangelho paulino no "Cristo em nós e nós em Cristo" ou, como diz o mesmo Paulo: "Cristo é tudo *em todos*" (Col 3, 11).

Esse "estar em" Cristo, longe de ser algo estático, manifesta-se como excepcionalmente dinâmico; é a vida de Cristo a perdurar em nós, animando-nos à guisa de princípio de atos sobrenaturais, de sorte que viver cristãmente é crescer em Cristo (Ef 4, 15).

Todavia, a união com Cristo não isola o cristão de seus irmãos, como se cada qual mantivesse relações com Cristo por exclusiva conta própria, qual mônada incomunicável. Ao contrário, o cristão une-se a Cristo *na* unidade do "corpo de Cristo"; é por ser membro do único organismo sobrenatural, que cada um participa da vida de Cristo.

Embora exija experiência pessoal, a vida cristã não se confina no individualismo, porque o princípio divino que em nós atua, chegou-nos através do organismo ao qual o batismo nos incorpora: une-se o cristão a Cristo, na Igreja. E' como membro da Igreja que ele recebe ou confere os sacramentos, ensina ou é ensinado, crê, espera, santifica-se enfim. Temos pois união dos fiéis com a Cabeça e entre si, *na unidade* do corpo social de Cristo. Tão estreita essa unidade, que suprime — no plano sobrenatural — as diferenças de sexo, raça, nação, escala social. Não há mais homem ou mulher, grego ou judeu, bárbaro ou civilizado, escravo ou homem livre (Col 3, 11; Rom 10, 12; 1 Cor 12, 13; Gál 3, 28). Derribadas as separações, os cristãos das mais diversas proveniências vêm a formar única realidade coletiva, denominada por S. Paulo "homem novo" e que tende, crescendo, a tornar-se "homem perfeito" (Ef 2, 15; 4, 13).

Como Jesus servira-se da alegoria da videira a fim de ensinar a dependência total dos fiéis para com ele e sua estreita solidariedade mútua, assim Paulo, embora usando também de comparação afim (o ramo cortado do zambujeiro e enxertado na boa oliveira donde recebe a seiva, Rom 11, 17, 24), criou uma nova metáfora, a do "corpo" sobrenatural de que Cristo é a Cabeça e nós os respectivos membros.

Desponta essa doutrina na 1ª epístola aos Coríntios, em três passagens diferentes. No primeiro ele admoesta alguns convertidos seus que haviam sucumbido à vertigem carnal. "Não sabeis vós que os vossos corpos são membros de Cristo? Tomarei, pois, os membros de Cristo e fá-los-ei membros de uma meretriz? Não, por certo" (1 Cor 6, 15). A vida cristã, longe de se encobrir nos recessos da alma, como se o homem fosse puro espírito, interessa a pessoa inteira; também o corpo pertence a Cristo, a ele foi consagrado pelo batismo. (E' o que fingem não entender os totalitários que, apregoando embora a liberdade de consciência, cerceiam toda e qualquer exteriorização da crença, logo toda liberdade da Igreja, como se a religião fosse algo incomunicável). Um pouco mais longe, numa alusão à Eucaristia, escreve Paulo: "Porventura o cálice de bênção que abençoamos não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos não é porventura a comunhão do Corpo de Cristo? Já que há um só pão, nós sendo muitos, somos *um só corpo*, porque todos participamos do mesmo pão" (1 Cor

10, 16-17). Doutrina da Eucaristia como sacramento da unidade. Une-se cada comungante a Cristo, e por isso todos os comungantes unem-se entre si, em Cristo, num só corpo sobrenatural. A Igreja não é uma simples multidão, é um organismo. Comporta, de certo, multiplicidade de membros; esta, porém, vem a formar um todo harmônico e sem divisão, como o corpo vivo em que profunda e estreita unidade sintetiza e coordena a multiplicidade de partes e a diversidade de funções. Donde a perpétua insistência de S. Paulo sobre a coesão indispensável ao corpo social de Cristo.

Pela terceira vez na mesma epístola (cap. 12), retorna o Apóstolo sobre a doutrina, para encarecer o dever da união, e refrear as ambições e invejas ocasionadas pelos famigerados carismas, de que os coríntios mostravam-se tão sequiosos. Ensina que a Igreja é a unidade de uma multiplicidade; heterogênea, porém harmoniosa, à semelhança do corpo humano que supõe pluralidade de órgãos com funções diversas, ordenadas de modo a constituir uma unidade bem proporcionada.

Cada fiel vem enxertar-se no conjunto sobrenatural, como os diversos membros em nosso corpo. Impossível o igualitarismo nivelador; haverá *hierarquia,* e cada qual se quede satisfeito com o seu lugar no conjunto, por humilde que seja ele, pois é indispensável a diversidade de funções. Impossível, igualmente, o individualismo egocêntrico e separatista, pois os membros, apesar de diversos, são solidários, "se um membro padece, todos os membros padecem com ele; e se um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele" (12, 26). Consolem-se os menos bem partilhados refletindo que, na Igreja, a atividade de cada qual aproveita a todos; ninguém é inútil, se quiser; em compensação recebe, e muito mesmo, dos mais favorecidos.

Aliás, embora a indispensável diversidade e hierarquização, existe *fundamental igualdade* entre os cristãos: todos são "membros de Cristo"; logo, todos partilham da mesma dignidade, participam da mesma graça e das mesmas virtudes. Todos também vivem no mesmo conjunto. Todos enfim, desde o mais insignificante até o mais alto colocado, devem operar sua própria salvação com temor e tremor (Filip 2, 12).

Como a imagem da "videira", assim a do "corpo", frisa a índole essencialmente social do cristianismo. Coletiva é a obra da salvação: só recebe a seiva divina o sarmento que permanece na videira, o membro que se não separa do corpo. Impossível também crescer na vida divina, fora da videira ou do corpo. Vida cristã é vida de sarmento ou de membro. O sarmento, o membro, ao passo que cresce faz crescer a videira, o corpo. Assim cada cristão vive pela Igreja, e a Igreja por sua vez progride pela santificação de cada cristão.

No Corpo místico não cabe oposição entre indivíduo e sociedade, pessoa e coletividade. E', de certo, imprescindível a incorporação do cristão à Igreja, mas por isso não se esvai a sua personalidade, como acontece nas sociedades totalitárias. Muito ao contrário, o fiel encontra-se a si próprio no conjunto, desenvolve-se e se perfaz. O Corpo místico é infenso ao nivelamento, por ser composto de pessoas dotadas cada qual da qualidade sagrada e inalienável de "membro de Cristo". A Igreja zela a integridade de seus membros, desvela-se pelos necessitados. Longe de visar ao igualitarismo, incentiva cada um a progredir, a desabrochar na vida da graça "segundo a medida do dom de Cristo" (Ef 4, 7). Quão diversos os retratos que nos apresenta a galeria dos santos!

O afã da Igreja em fomentar a vida pessoal dos fiéis, aparece, por exemplo, na multiplicidade de Ordens religiosas que ela aprova, secundando a diversidade de vocações; ou ainda na variedade quase infinita das devoções por ela recomendadas ou permitidas. Pio XII reagiu fortemente contra a pretensão de amoldar todos os católicos a uma só forma de piedade. Entre várias advertências escutemos esta: "seja a todos bem sabido e claro que, na Igreja terrestre, tal como na celeste, há muitas moradas (Jo 14, 2) e que a ascética não pode ser monopólio de ninguém. Há um só Espírito, mas "sopra onde quer" (Jo 3, 8) e com diversos dons e por diversas vias dirige as almas por ele iluminadas à consecução da santidade. A liberdade dos espíritos e a ação sobrenatural do Espírito Santo neles é coisa sagrada, que a ninguém é lícito, por qualquer título, perturbar ou desprezar".[*] Como estamos longe do pensamento dirigido e da ação estereotipada das sociedades totalitárias!

Três outras verdades reluzem ainda no passo da epístola que estamos a meditar. 1º sem discussão cabível, a metáfora "corpo" indica algo *visível*, concreto. Bem longe estamos da Igreja impalpável sonhada por certos protestantes. 2º S. Paulo *identifica*, de certo modo, Cristo e a Igreja, pois que ao conjunto sobrenatural dos cristãos chama, sem mais, "Cristo". "Assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim também Cristo" (12, 12; esperaríamos: assim também a Igreja); e um pouco além: "Vós sois corpo de Cristo" (12, 27). Donde Padres e teólogos concluíram que Cristo e sua Igreja constituem *uma só pessoa mística*. 3º O *meio* de integrar-se ao corpo de Cristo é o Batismo. "Todos nós fomos batizados em um Espírito formando um corpo" (12, 13). A fé é condição da união a Cristo, mas é o batismo que cria, realiza essa união, renovando em nós a morte e a ressurreição do Senhor (Gál 3, 27; Rom 6, 3-4).

---

*) Encíclica *Mediator Dei*, ed. Vozes, n. 174.

Na epístola aos Romanos (12, 4-8) retorna a mesma comparação. Une-se e se organiza em Cristo a multidão dos crentes: "Nós, que somos muitos, somos um só corpo em Cristo". Ressalta a solidariedade dos fiéis: "Somos membros uns dos outros"; a harmonia que entre eles deve reinar apesar da diversidade dos dons espirituais, querida por Deus. Daí o dever de não ultrapassar os limites da própria função, mas de trabalhar ordenadamente para o bem do conjunto. Enfim, nas cartas escritas durante o cativeiro, o Apóstolo desenvolve e completa o ensinamento.

Na Epístola aos Colossenses aparece, pela primeira vez, a noção importantíssima de *"Cristo cabeça"*. Já nos fora revelado que a Igreja é um corpo pertencente a Cristo. Mas, neste corpo, qual exatamente a função de Cristo? — E' Ele a Cabeça (Col 1, 18). Desta metáfora podemos colher cinco verdades: 1º a Igreja não é apenas um apêndice de Cristo, mas forma com ele um *todo orgânico,* um só corpo social; 2º entre a cabeça e os outros membros há certa *homogeneidade,* pois são todos componentes do mesmo corpo; no caso, esta conformidade deriva de uma dupla raiz: Cristo é homem como nós, e nós lhe partilhamos a vida divina; 3º a homogeneidade não é total: a cabeça tem *preeminência* sobre o resto do corpo; assim em Cristo reside toda a plenitude da divindade (Col 2, 9); ele é primogênito dentre os mortos (1, 18); 4º a cabeça exerce *influxo* constante e decisivo sobre os demais membros. Nossa epístola no-la apresenta como princípio de crescimento do corpo todo (2, 19); 5º tal influxo chega ao resto do corpo por um sistema de *"juntas e ligaduras"* (l. c.). Que realidade representam elas? S. Paulo não o explica neste passo.

Porém a Epístola aos Efésios, onde retorna a mesmíssima imagem da "cabeça", deixa-nos ver que as "juntas e ligaduras" figuram a hierarquia eclesiástica, intermediário necessário entre a cabeça e os membros, derivando seus poderes imediatamente de Cristo. Com efeito, S. Paulo mostra-nos a divina Cabeça, princípio de aumento e edificação de todo o corpo "bem ajustado pelo auxílio de todas as juntas" (Ef 4, 16); ora, um pouco antes, dizia-nos que esse mesmo aumento e edificação processam-se pelo ministério daqueles que Jesus escolheu "uns para apóstolos e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores" (Ef 4, 11-12).

A Igreja não é uma colônia de células autônomas; ela comporta coordenação e subordinação. Interdependentes, seus membros estão dispostos em ordem hierárquica.

A doutrina esboçada nas cartas aos Coríntios, aos Romanos e aos Colossenses, atinge a sua máxima amplidão nessa epístola aos Efésios.

O primeiro capítulo exalta a sublime esperança que anima o cristão; esperança cujo objeto, são "as riquezas da glória da herança de Cristo" e cujo motivo é a grandeza do poder de Deus que ele "manifestou em Cristo, ressuscitando-o dos mortos e pondo-o à sua direita nos céus, acima de todo o principado, e poder, e potestade, e domínio, e de todo o nome que se nomeia, não só neste século mas também no vindouro; e sujeitou todas as coisas a seus pés e sobre todas o constituiu como Cabeça da Igreja, que é seu corpo, a plenitude daquele que se acaba inteiramente em todos" (1, 20-23).

Às imagens de corpo e cabeça já conhecidas, se vem juntar a noção de *plenitude* ou acabamento (pléroma). Tentemos circunscrevê-la com exação.

S. Paulo emprega o termo "pléroma" tanto de Cristo como da Igreja, o que mais uma vez indica a intimidade do laço que os estreita. Na Epístola aos Colossenses (2, 9), já encontramos o texto: "Nele (Cristo) habita corporalmente toda a plenitude (pléroma) da divindade". Nessa plenitude algo havia de incomunicável: a conjunção pessoal com a natureza humana de Jesus; mas a exuberância de vida sobrenatural que justifica a alma de Cristo, esta podia extravasar, derramar-se sobre os homens, donde o Apóstolo pouco antes dissera: "Ele (Cristo) é a cabeça do corpo da Igreja; é o princípio e o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha a preeminência. Porque foi do agrado do Pai que toda a plenitude (pléroma) nele habitasse e que, havendo feito por ele a paz pelo sangue de sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, tanto as que estão na terra como as que estão nos céus" (Col 1, 18-20). Agiganta-se Cristo como plenitude santificadora, fonte soberana de salvação onímoda, manancial inesgotável de todos os dons, virtudes e carismas, que dele se derivam às almas, para as penetrar, enriquecer, aperfeiçoar, acabar, tornando-as cheias de toda plenitude (pléroma) de Deus" (Ef 3, 19).

Como Cristo, porém, se derrama e se expande na Igreja, segue-se que também ela pode ser dita — num sentido mais passivo e extensivo — acabamento, plenitude, complemento.

Aclara-se melhor a doutrina no capítulo 4, graças à idéia de *"crescimento contínuo"* do corpo de Cristo. Princípio desse "aumento" ou "edificação" é a Cabeça cujo influxo eminente desce ao corpo pelas "juntas", os diversos ministérios transmissores da virtude de Cristo. Assim, é da plenitude de Cristo ("pléroma" no sentido ativo) que se derrama a energia que faz crescer a Igreja e levar à plenitude ("pléroma" no sentido passivo) a obra salvífica de Jesus.

Falávamos em passividade: não se imagine todavia que a Igreja não coopera vitalmente; não, ela cresce na verdade; é

"passiva" nesse sentido que o seu crescer não lhe vem de um princípio próprio mas da plenitude santificadora da Cabeça. (E por isso a Igreja não acrescenta perfeição maior à perfeição de Cristo). Cristo acaba a Igreja, tudo lhe dando, e a Igreja acaba a Cristo, tudo dele recebendo, e permitindo-lhe assim de perfazer sua obra no tempo e no espaço. Mútuo completar-se, que S. Paulo indicou no texto acima citado: a Igreja, corpo de Cristo é o "acabamento daquele que se acaba inteiramente em todos" (Ef 1, 23). De maneira que o crescer espiritual manifesta o poder santificador de Jesus que nos aperfeiçoa na fé e na caridade. Continua o crescimento até que a plenitude de santidade da Igreja corresponda à plenitude de graça do Salvador. Terá então o corpo de Cristo atingido a idade adulta, a perfeita dimensão espiritual: "Até que todos cheguemos à unidade da fé e ao conhecimento do Filho de Deus, a varão perfeito, à medida da estatura completa de Cristo... seguindo a verdade em caridade, cresçamos em tudo, naquele que é a cabeça, Cristo" (Ef 4, 13, 15).

Da cooperação de cada membro no crescimento ou "edificação" do corpo, no acabamento da obra da salvação, deu-nos S. Paulo um exemplo, na frase algo misteriosa: "Regozijo-me agora no que padeço por vós, e cumpro na minha carne o que falta aos padecimentos de Cristo, por seu corpo que é a Igreja" (Col 1, 24).

Todos os membros, por crescerem em graça, contribuem para o aumento do corpo; todavia a ordem sacerdotal é o principal instrumento dessa "edificação". Principal, não único e bem longe disso. S. Francisco de Assis não era sacerdote, e como esquecer a legião infinda das santas mulheres que esconderam na massa humana o fermento evangélico? (Lc 13, 21). Sem embargo, a ordem sacerdotal tem em suas mãos o duplo tesouro da doutrina e dos sacramentos e, como tal, é o principal dispensador da santificação. "Ainda que tivésseis dez mil pedagogos em Cristo, não teríeis contudo muitos pais, porque eu pelo evangelho vos gerei em Jesus Cristo" (1 Cor 4, 15).

No mesmo capítulo 4º da Epístola aos Efésios, S. Paulo indica o *princípio espiritual* que vem animar esse "Corpo de Cristo": é o Espírito Santo (Ef 4, 4; 1 Cor 12, 13: "todos nós fomos batizados em um Espírito formando um corpo"). O Espírito Santo é Espírito de Cristo (Rom 8, 9; Gál 4, 6) não apenas porque procede de Cristo (Rom 8, 9-11), mas ainda porque Cristo homem recebeu-o com plenitude tal que o derrama sobre os fiéis. (E' o Espírito de Cristo que nos dá os carismas, 1 Cor 12, 11; a caridade, Rom 5, 5; a filiação divina, Gál 4, 6). Temos assim uma visão mais concreta do

influxo da Cabeça sobre o corpo: *é uma perpétua efusão do Espírito Santo com seus diversos dons.*

Enfim, no capítulo 5º da Epístola aos Efésios, serve-se o Apóstolo da mesma imagem do "corpo" para explanar a santidade do matrimônio cristão. Completa-a, porém: como a metáfora de "corpo" exclui o conceito de liberdade, poder-se-ia suspeitar que a personalidade dos fiéis é abolida na Igreja, absorvida pelo conjunto. Além disso a metáfora, indicando embora que uma energia vital vai da cabeça ao membro, deixa-lhe obscura a natureza. S. Paulo, completando a imagem de "corpo" pela de "esposa", apresentando a Igreja como a um tempo corpo e esposa de Cristo, indica a pluralidade de pessoas de que é composta, as livres relações entre Cristo e os seus, mostra enfim que a unidade do organismo é fruto do amor que do Esposo dimana à Esposa. "O marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da Igreja... Vós, maridos, amai vossas mulheres como também Cristo amou a Igreja e a si próprio entregou por ela... Quem ama a sua mulher ama-se a si mesmo, porque nunca ninguém aborreceu a sua própria carne, antes a alimenta e sustenta, como também o Senhor à Igreja, porque somos membros de seu corpo... Grande é este mistério, digo-o, porém, a respeito de Cristo e da Igreja" (Ef 5, 23, 25, 29-31).

De todos esses textos inspirados decorre que a Igreja está em *total dependência* relativamente a Cristo. Bem longe de suprimi-lo, de impedir as almas de chegar a Cristo, ela só existe, vive, por tudo receber de seu divino Esposo e Chefe. Pelo tempo em fora continua, prolonga, acaba, a obra de Cristo. Aos homens, sempre esquecidos de Deus e fascinados pelo terrestre, ela torna presente Cristo com sua voz, sua graça, seus milagres.

Doutrina ininteligível, não fora Cristo Deus. Um simples homem poderá, depois de morto, exercer influência mais ou menos dilatada. Esta será, porém, de ordem puramente moral: irradiação de seus ensinamentos, imitação de seus atos, etc. Mas uma ação transformadora ao ponto que o cristão perfeito — o santo — não mais viva senão Cristo nele viva, só se explica pelo fato da humanidade do Senhor estar pessoalmente unida à divindade. "Tudo foi criado por ele e para ele, e é ele antes de todas as coisas, e todas as coisas nele subsistem, e ele é a Cabeça do corpo da Igreja" (Col 1, 16-18). "Nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade e vós estais repletos nele, que é a Cabeça de todo o principado e potestade" (Col 2, 9-10). A graça capital de Cristo nos diviniza, extravasando sobre nós — até ficarmos "repletos" — algo dessa divindade que nele está em plenitude. Viver cristãmente é chegar a Deus através da santa Humanidade de Jesus. Em

outras palavras: *princípio e termo* da vida espiritual é Cristo-Deus; *causa instrumental e meritória* é Cristo-homem. Partícipes da divindade de Cristo, participamos, por ele, da vida beatífica da Santíssima Trindade. "Por ele (Cristo) temos uns e outros acesso ao Pai, em um mesmo Espírito" (Ef 2, 18).

Recentemente assistimos, entristecidos, a um vasto movimento visando desacreditar a teologia tradicional, por meio de alardeado retorno às "fontes" escriturísticas e patrísticas, que essa teologia pretensamente menoscabaria ou deformaria.

Não podia a doutrina do Corpo místico escapar ao prurido reformista. Assim é que em nome da exegese "científica", pretende-se arruinar a interpretação milenar da revelação apostólica, sobre esse mistério. S. Paulo, alega-se, ao empregar as expressões "corpo de Cristo", "cabeça da Igreja", jamais pretendeu ensinar que a assembléia dos fiéis constituísse um conjunto orgânico ao qual Cristo estaria integrado como princípio vivificante. Para o Apóstolo, as metáforas "corpo" e "cabeça" são díspares, desconexas, não nos cabe, pois, o direito de amalgamá-las. A primeira significa apenas que a Igreja está identificada com o corpo *físico*, glorioso, do Salvador. A segunda significa que Cristo é chefe da Igreja, exerce sobre ela um influxo extrínseco apenas.

Tal exegese contraria a Tradição enfeixada nos escritos dos Padres e doutores; contraria também os ensinamentos expressos dos Pontífices romanos. Basta, para que o teólogo, fiel a sua vocação, a deixe do lado. Pastor sempre vigil, Pio XII, na Encíclica *Humani generis*, urgiu de novo essa norma olvidada por alguns. Ademais a própria letra de S. Paulo nos obriga a rejeitar tão inesperada interpretação.

Em primeiro lugar, o Apóstolo revelava mistérios, mas não absurdos. Que sentido inteligível pode revestir a *identificação* do conjunto dos fiéis com o corpo *físico* de Cristo? Fosse ela porventura pensável, não se coadunaria com as afirmações repetidas que cada um de nós é membro do corpo de Cristo (1 Cor 12, 27; Ef 5, 30, etc.). Como poderiam almas espirituais ser membros de um corpo físico? Ainda mais, se a Igreja é denominada "corpo" apenas por identificação com o corpo físico de Jesus, em virtude de que portento esse "corpo" eclesiástico comportaria distinção de partes, variedade de funções, solidariedade mútua, progresso contínuo, como descreve S. Paulo? Tudo isso supõe, evidentemente, uma estrutura orgânica do corpo místico, distinta do corpo físico de Cristo.

Em segundo lugar, se as metáforas "corpo" e "cabeça", no sentido paulino, são independentes e até mesmo desencontradas, por que então são empregadas juntas? Não haveria sentido em unir coisas totalmente desconexas, uma significando

identificação ao corpo glorioso de Jesus, outra, o influxo extrínseco do Salvador. Bem se entende a união, pelo contrário, se "corpo" e "cabeça" são realidades correlatas, completando-se mùtuamente para constituir um todo orgânico: o Cristo total.

Ora, acabamos de ver que S. Paulo, por várias vezes, reúne na mesma frase ambas as metáforas. Bastará lembrar os textos seguintes: Deus "constituiu (a Cristo) como *cabeça* da Igreja que é o seu *corpo*" (Ef 1, 22-23); "Cristo é a *Cabeça* do *corpo* da Igreja" (Col 1, 18). Representa-se-nos aqui a Igreja qual complemento orgânico de Cristo, assim como no homem o corpo vem completar a cabeça.

Ademais, se a Igreja como corpo está *identificada* ao corpo físico de Jesus, como pode este ainda ser chamado "cabeça" em relação a ela, *distinguindo-se* do corpo ao qual se identifica? Deveríamos concluir que S. Paulo se comprazia em tudo baralhar. Para designar a Cristo enquanto ele une a si os seus membros, devemos empregar a expressão "Cristo místico" ou "Cristo coletivo", a fim de distingui-lo do Cristo pessoal, sem os seus membros.

Enfim, ao falar do crescimento da Igreja, o Apóstolo nos diz: "... cresçamos em tudo naquele que é a Cabeça, Cristo, *do* qual todo o corpo... cresce para sua edificação em caridade" (Ef 4, 15-16; cf. Col. 2, 19). O crescer do Corpo místico provém por conseguinte, do influxo *intrínseco*, vital, exercido pela Cabeça. Meta desse crescer é a caridade perfeita que dimana de Cristo. A identificação global com o corpo físico de Jesus tornaria ininteligível o aumento do corpo eclesiástico, esse progredir na caridade. Entende-se muito bem, pelo contrário, se a Igreja é um organismo sobrenatural em conjunção vital com a divina Cabeça, da qual recebe sem cessar a seiva da graça e a cuja plenitude de caridade deve sempre tender mais a se conformar. Se todos os cristãos têm unidade mística com o Cristo pessoal, segue-se que todos formam um só organismo místico do qual o Cristo pessoal é Cabeça.

O Corpo místico.

Enquanto S. Paulo designa a Igreja simplesmente como "o corpo de Cristo", os teólogos medievais e seus sucessores preferem dizer "o corpo *místico* de Cristo", expressão que recebeu da pena de Pio XII a mais alta aprovação. Ninguém pretende, é óbvio, corrigir o Apóstolo. Apenas o termo "místico" resume e explicita vários ensinamentos seus.

1) Antes de mais, "místico" não significa "irreal". Absolutamente. Realíssima é nossa união a Cristo. Mas como a palavra "corpo" poderia sugerir uma união material, introduzimos o qualificativo "místico" para indicar que não nos iden-

tificamos com o corpo "físico" de Cristo, gerado pela Virgem Maria. Nem mesmo formamos um corpo "coletivo" no qual o Verbo se encarnaria. Todo e qualquer panteísmo está logo excluído.

2) "Enquanto no corpo natural o princípio de unidade junta de tal modo as partes que cada uma fica sem próprio subsistir, ao contrário, no corpo místico a força de mútua coesão, por mais inteira que seja, une os membros de maneira a conservarem perfeita a própria personalidade.

3) "Além disso, se consideramos a relação entre o todo e os diversos membros, em todo e qualquer corpo físico dotado de vida, os membros particulares destinam-se em última análise ùnicamente ao bem de todo o composto, ao passo que toda a sociedade de homens, considerado o fim último da sua utilidade, é finalmente ordenada ao proveito de todos e cada um dos membros como pessoas que são".[1] Se aqui ou ali, na Igreja, desponta totalitarismo, absolutismo, será desfalecimento individual, contrário ao espírito da Igreja que é "ordenada ao bem dos fiéis".

4) O corpo "místico" tampouco é mero corpo moral. Neste último "não há outro princípio de unidade senão o fim comum e a comum conspiração sob a autoridade social para o mesmo fim; ao passo que no Corpo místico, a esta conspiração junta-se outro princípio interno, realmente existente e ativo tanto em todo o composto como em cada uma das partes, e tão excelente, que supera imensamente todos os vínculos de unidade que unem o corpo quer físico quer moral. Este princípio é de ordem não natural, mas sobrenatural, antes em si mesmo absolutamente infinito e incriado: o Espírito divino".[2] Uma vez mais aparece que "místico" não é sinônimo de "irreal"; tanto assim que "corpo místico" é algo muito mais consistente do que corpo moral: não é apenas união extrínseca, feita da semelhança de afetos e quereres, perseguindo um fim comum. Aqui, o princípio de unidade é "interno, realmente existente e ativo".

5) Sobretudo o qualificativo "místico" evidencia que estamos muito além da natureza, em presença de uma realidade arcana e divina, objeto de fé; sobrenatural é o fim da Igreja (a salvação das almas e ùltimamente a glória de Deus); sobrenatural seu princípio de vida (o Espírito Santo); sobrenatural a conspiração comum dos fiéis, que provém da unidade sobrenatural na fé e na caridade, da vida divina enfim, que nos é infundida pelo batismo no Espírito.

6) O Cristo que cresce e se completa até chegar à plenitude não é o Cristo "histórico", pois este — já na sua vida

[1]) Pio XII, Encíclica *Mystici Corporis Christi*, ed. Vozes, n. 62.
[2]) Pio XII, l. c., n. 64.

terrestre, já na sua vida celeste — não pode ser completado. Ouvimos S. Paulo revelar que nele "habita toda a plenitude da divindade". Como então poderia receber qualquer acréscimo? Erro palmar seria imaginar que a Igreja aperfeiçoa ou completa a Encarnação. O Homem-Deus enfeixa em si, de maneira superabundante e definitiva, a totalidade dos tesouros da graça. Não por indigência, mas antes por pura misericórdia, ele nos quer por colaboradores, nos associa ao ministério de espargir suas graças.

O Cristo que nós fazemos crescer e completamos é pois o "Cristo místico", a saber um "Corpo", uma realidade coletiva, social, composta de Cabeça e dos demais membros. Os membros somos nós, os fiéis, que Jesus, na cruz, reconciliou com Deus, reunindo-os "em seu corpo" (Ef 2, 16); a Cabeça é o Cristo glorificado ou celeste, considerado em suas relações vivificantes para com os homens.

De sorte que o "Corpo místico" ou "Cristo místico" ou ainda "Corpo místico de Cristo", que é a união sobrenatural da humanidade com Cristo, deve ser entendido como um conjunto: 1º Cabeça (o Cristo histórico, hoje glorificado); 2º os membros os fiéis dela dependentes. Conjunto orgânico, por vezes denominado também "Cristo total", como lembra Pio XII: "Segundo a doutrina de S. Agostinho, a Cabeça mística que é Cristo, e a Igreja que é na terra como outro Cristo e faz as suas vezes, constituem um só homem novo, em quem se juntam o céu e a terra para perpetuar a obra salvífica da Cruz: este homem novo é Cristo Cabeça e Corpo, o Cristo total".*

Esse conjunto sobrenatural, cuja unidade promana da "união de amor na graça" cresce e se completa, seja quantitativamente, pela adjunção de novos membros que, no decorrer dos tempos, se lhe vão incorporando, seja qualitativamente, pelo afervorar-se da vida cristã de cada membro. Cresce e crescerá até chegar à plenitude, à estatura de homem perfeito: será a Cidade dos santos, a Igreja celeste.

E' verdade que, abstratamente, podemos considerar a cabeça sem o resto do corpo e vice-versa. Donde por vezes a expressão "corpo místico" designa não a Cristo mas a Igreja, os fiéis. Concretamente, porém, não há corpo vivo sem cabeça nem cabeça sem corpo; "corpo místico" significará, pois, conjuntamente, Cristo e sua Igreja, considerados como um só ser, sobrenaturalmente uno e vivo. Dupla acepção, que não deixa de causar certas confusões. Todavia, é claro que a primeira é incompleta, imposta pelas necessidades do estudo que fragmenta a realidade. Ela aponta em seguida para a segunda: que seria uma Igreja separada de Cristo, cortada de seu influxo vital? O grande valor da metáfora paulina reside precisamente

*) Pio XII, l. c., n. 79.

na afirmação não só da íntima união, mas da indissolúvel dependência dos membros em relação à Cabeça e também — em sentido muito menos absoluto — da dependência de Cristo para com sua Igreja, porque "é mais que evidente que os fiéis precisam do auxílio do divino Redentor, pois que ele disse: "Sem mim nada podeis fazer" e segundo o Apóstolo, todo o aumento desse Corpo místico na sua fábrica vem-lhe de Cristo sua Cabeça. Contudo, é igualmente verdade, por mais admirável pareça, que também Cristo precisa de seus membros... Nosso Salvador, enquanto rege por si mesmo de modo invisível a Igreja, quer ser ajudado pelos membros deste Corpo místico na realização da obra da Redenção; não, de certo por indigência ou fraqueza de sua parte, mas ao contrário porque Ele assim o dispôs para maior honra de sua Esposa intemerata". [10]

SINTESE.

Os ensinamentos, que até aqui colhemos na Sagrada Escritura, formam grande parte do «dado revelado» acerca da Santa Igreja, sobre o qual deverá exercitar-se nossa meditação teológica.

Como muito oportunamente ensinava Leão XIII, na Encíclica *Satis cognitum*, o primeiro princípio em matéria de eclesiologia é determinar não já o que o Senhor poderia ter querido ou feito, mas antes o que de fato ele quis e fez. Ora, o que Jesus quis e fez, nós o encontramos no «dado revelado». Pelo que, não será ocioso procurar ordenar e sintetizar melhor o que aceitamos pela fé.

a) **União vital e pessoal com Cristo.** — Encarnado para nos salvar, o Verbo de Deus não quis que essa obra fosse algo extrínseco a nossas almas, e que os merecimentos da paixão nos fossem imputados por simples ficção jurídica; quis, em verdade, renovar-nos interiormente, fazendo-nos partilhar da sua vida divina, beber daquela água que jorra para a vida eterna (Jo 4, 14).

União que se não deve conceber como apenas «moral» — pela imitação de Cristo — senão como algo sobrenatural, vital, interno, profundo, atuoso. Presença espiritual, comunicação da vida trinitária.

Jesus quis mais que tal união, longe de se restringir a seus discípulos imediatos, se estendesse a todos os homens e perdurasse através de todos os séculos. Só assim a ação do Redentor atingiria sua plenitude, porque só assim a «redenção objetiva» se poderia prolongar em «redenção subjetiva». Por outras palavras: aquele morrer ao pecado e nascer à vida sobrenatural, que o Senhor nos mereceu uma vez por todas na ara da Cruz (redenção objetiva), vai realizar-se em cada homem individualmente (redenção subjetiva) pelo fato que este morre e renasce misticamente no batismo, e assim se incorpora a Cristo, alimentando depois essa vida divina pela Eucaristia.

b) **União social.** — Foi vontade de Cristo que seus fiéis, bem longe de viverem desgarrados, ilhados no individualismo, formassem um organismo sobrenatural. Vontade aliás plenamente consentânea à índole social do homem. Jesus indicou-nos claramente tal querer, na alegoria da videira e S. Paulo na metáfora do corpo.

[10]) Pio XII, ib., n. 44.

c) **Sociedade invisível.** — Está fora de qualquer dúvida — embora na prática seja bem esquecido — que o aspecto sobrenatural tem absoluta primazia na Igreja cristã. Nunca será demasiado repeti-lo, neste século de empirismo materialista, que tende a ver na Igreja nada mais que uma vasta sociedade internacional, dotada de um sem-número de templos, conventos, escolas, obras de beneficência, publicações, etc. Tudo muito bem organizado e governado, com exemplar disciplina, pelo Papa e os Bispos. A Igreja é isto sem dúvida, mas não é apenas isto, nem mesmo principalmente isto. *A Igreja é Cristo.* Ouvimo-lo, em insofismável clareza da boca de S. Paulo.

A Igreja é Cristo, difundindo aos seus a própria vida divina. E' Cristo nos unindo a ele, e por ele unindo-nos entre nós.

Com os seus, o Salvador forma como que uma só pessoa mística, que se dilata pelo tempo e o espaço, crescendo e se desenvolvendo, sofrendo perseguições e alcançando vitórias espirituais, morrendo nos seus mártires e triunfando em seus celícolas. Desse fato fundamental de que o Cristo é o alfa e ômega da Igreja, se colige que o único meio de penetrar até a essência da Igreja, é de considerá-la através de Cristo de quem é sombra. Tal será o princípio que norteará nosso labor teológico. Se dele nos olvidássemos, só lograríamos alcançar exterioridades, ou no máximo, aspectos secundários.

d) **Sociedade visível.** — A metáfora do «corpo» indica assaz claramente que a Igreja não coaduna tão só espíritos, numa entidade social invisível. Nem o homem é só alma. Ainda em vida o Senhor deu à sua Igreja uma estrutura visível (Pedro, apóstolos, discípulos, pregação, batismo) e logo após Pentecostes, vemo-la funcionando como sociedade visível: Pedro, colégio apostólico, diáconos, reuniões cultuais, catequeses, legislação, organizações beneficentes.

Essa Igreja reúne em seu seio justos e pecadores (em Corinto existe até um escandaloso), embora tendo sempre em vista transformar estes naqueles, pois seu fim é santificar em Cristo.

Sociedade una, coesa, aberta a todos, judeus e gentios; destinada a tornar-se universal. Sociedade fundada sobre os apóstolos, cujo chefe é Pedro.

e) **Estrutura da Igreja.** — Organismo vivo integrado por membros diferentes, compreende uma pluralidade de funções (apóstolos, presbíteros, profetas, doutores, etc.), umas mais importantes outras menos — logo hierarquizadas — todas, porém, trabalhando harmoniosamente para assegurar coesão e crescimento ao conjunto.

A meta desse crescer é uma certa «plenitude» na qual o corpo terá atingido suas proporções perfeitas.

Tais quais as vemos à obra, na Igreja primitiva, essas funções hierarquizadas podem ser cômodamente distribuídas em três setores ou categorias: ensino, governo, santificação, sendo muito de notar que as duas primeiras estão ordenadas para a última.

Numerosos católicos, sofrendo inconscientemente a influência do protestantismo, imaginam que a finalidade precípua da Igreja é perpetuar a doutrina ou pregação evangélica. Não o é. «O Pastor eterno e bispo de nossas almas, para *tornar perene a obra salutífera da Redenção*, decretou edificar a santa Igreja», assim exordia o Concílio do Vaticano, na sua constituição dogmática sobre a Igreja de Cristo.[11]

Finalidade precípua da Igreja é, pois, santificar os homens: regenerar o pecador, fazê-lo nascer à vida divina e crescer nela. A pregação do Evangelho é apenas um dos meios de alcançar esse fim.

[11]) Denzinger, n. 1821.

Mestre, Rei, Cristo Jesus é antes de tudo, em relação a nós, o Salvador. A Igreja perpetua — distribuindo-os a cada homem que nasce — os efeitos da morte e da ressurreição de Cristo.

Donde, as diversas funções, que somos levados a distinguir na Igreja, dependem *intrinsecamente* de Cristo, Cabeça invisível. Dele derivam todos os poderes de seus membros: só por ele podem agir frutuosamente. E' ainda ele que na Igreja ensina, governa, santifica, servindo-se de instrumentos humanos.

Enfim, sendo um organismo visível, a Igreja terá igualmente um chefe visível, não para tomar o lugar de Chefe invisível, mas para representá-lo, agir em estreitíssima união com ele. Esse chefe visível é aquele a quem o mesmo Cristo estabeleceu pedra fundamental da sua Igreja, a quem entregou as chaves do Reino dos céus: Pedro.

A doutrina que até aqui compendiamos, desdobra um sem-número de consequências para a vida espiritual. Indicaremos brevemente apenas uma: o alto conceito que devemos ter da Igreja. Demasiadas vezes nela consideramos o que tem de grosseiramente visível. Nada mais nela vemos senão uma sociedade religiosa como tantas outras. Ora, a Santa Igreja não é uma instituição humana, é um mistério de fé. «Grande mistério», disse-nos S. Paulo (Ef 5, 32).

Pior ainda, temos uma tendência a identificar a Igreja com este ou aquele de seus membros — prelado, pároco, grupinho de fiéis — geralmente para criticá-la, olvidando que indignos ou santos — e por mais santos que sejam, sempre indignos de tão excelsa qualidade — os membros da Igreja são instrumentos efêmeros da mais bela e sublime das obras: a obra salvífica de Cristo que prossegue pelos tempos em fora.

Se não alimentarmos tão altos pensamentos, é fatal que a Igreja, desconhecida, não tarde muito em ser aborrecida de seus filhos de fé fraca. E cedo ou tarde ela se lhes afigurará — como aos protestantes e aos espíritas — estorvo, obstáculo que impede de chegar a Cristo.

Habituemo-nos, pois, a transpor as aparências sensíveis, e a ver na Igreja a sua genuína essência: o prolongamento daquele Jesus que curtos anos entre nós passou, fazendo o bem (At 10, 38), e o qual, agora na glória, não abandona os seus fiéis, mas continua a ensiná-los e governá-los pelo intermédio de seus pastores, a santificá-los por seus sacramentos, a orar nos seus membros orantes, a sofrer na carne de seus membros aflitos, a ser alimentado e vestido nos seus membros esfaimados e nus.

A Igreja é Cristo continuado. Que respeito, que docilidade, que amor não deve despertar em nós a contemplação dessa verdade! Que santo orgulho também e que responsabilidade de pertencermos ao Corpo de Cristo, de sermos Cristo! Que honra e alegria, enfim, de podermos «completar» esse Cristo!

CAPITULO II

NOMES E SÍMBOLOS DA IGREJA

O Catecismo publicado por ordem do Concílio Tridentino e vulgarmente cognominado Catecismo Romano indica entre os termos que servem para designar a Igreja de Cristo os de *convocação, edifício, rebanho, esposa, corpo* (I p., c. X, q. 4). Poderíamos aditar os de *reino, mãe, cidade,* outros mais. Vem à Igreja tal multiplicidade de nomes ou símbolos, da exuberante riqueza de sua essência. Impossível esgotá-la com um só conceito: somos, pois, forçados a encará-los sob ângulos diversos e complementares. Assim é que S. Paulo, numa só epístola — aos Efésios — serve-se de três símiles diferentes, para explanar as relações de Cristo e de sua Igreja: cabeça e corpo, pedra angular e construção, esposo e esposa. S. João, por sua vez, mostra-nos a Igreja sob a aparência de uma cidade que é também noiva (Apoc 21, 9-10). Incansáveis caçadores de símbolos, os Santos Padres viam outras tantas figuras da Santa Igreja na arca de Noé, no tabernáculo mosaico, na arca da aliança, na barca de Pedro, e assim por diante.

Procuremos esclarecer brevemente os principais nomes ou símbolos.

Convocação.

Etimològicamente, *Ecclesia,* donde Igreja, significa "convocação", assembléia popular. Numa passagem dos Atos dos Apóstolos (19, 39-40) o vocábulo designa tanto uma assembléia legìtimamente convocada para deliberar sobre negócios públicos, quanto um ajuntamento tumultuoso da plebe. No Antigo Testamento, o vocábulo "assembléia" evoca mormente a grande convocação dos hebreus ao pé do monte em cujo cume Deus promulgara a lei (Dt 4, 10; 18, 16). A essa igreja do deserto alude S. Estêvão (At 7, 38) e S. Paulo ensina que ela era figura profética da comunidade cristã (1 Cor 10, 1-11).

Na linguagem do Novo Testamento passou o termo a significar exclusivamente a assembléia cristã; seja o povo fiel espalhado pelo mundo inteiro, seja uma comunidade local, e até mesmo uma reunião de culto funcionando em casa particular. Como exemplo da primeira acepção citaremos: "Cristo amou a Igreja, e a si mesmo se entregou por ela" (Ef 5, 25); da

segunda: "As igrejas da Judéia que estavam em Cristo" (Gál 1, 19; cf. 1 Tess 2, 14); da terceira: "Saudam-vos muito no Senhor Aquila e Priscila com a igreja que está em sua casa" (1 Cor 16, 19; cf. Rom 16, 5; Filêmon 1, 2).

Aliás, a Igreja universal não deve ser concebida à guisa de aglomeração de comunidades justapostas, mas antes a igreja particular é a própria Igreja universal presente em determinado lugar: "Paulo,... à Igreja de Deus que está em Corinto".

Da etimologia, tira o Catecismo Romano belo simbolismo: "Não são pequenos os mistérios que se escondem sob o termo *Ecclesia*, pois que este significa "convocação", e já aí reluz desde logo o esplendor e benignidade da divina graça e patenteia-se a profunda diferença que medeia entre a Igreja e as sociedades profanas. Estas, com efeito, apóiam-se sobre a razão e prudência humanas, enquanto aquela foi constituída pela sabedoria e conselho divinos. E de fato, fomos "convocados", já por íntima inspiração do Espírito Santo abrindo os corações dos homens, já por obra externa e ministério dos pastores e pregadores. Ademais, tal "vocação" nos dá a perceber, claro, o fim que nos é proposto, a saber, o conhecimento e posse das coisas eternas. Atentemos, com efeito, em que outrora o povo fiel, posto sob a lei, chamava-se "sinagoga" o que significa "ajuntamento", porquanto, no dizer de S. Agostinho, ele, à guisa de rebanho que se ajunta, procurava tão só bens terrenos e caducos, enquanto o povo cristão denomina-se não mais sinagoga senão Igreja, porquanto, desprezando as coisas terrenas e perecíveis, tende tão só às celestes e eternas" (I p., c. X, q. 3).

Igreja, assembléia dos chamados. O conceito de *vocação* é essencial ao cristianismo.

Já no Antigo Testamento encontramos textos como este: "Povo consagrado és ao Senhor teu Deus; o Senhor teu Deus te escolheu para que fosses seu povo particular de todos os povos que sobre a terra há. O Senhor não tomou prazer em vós, nem vos escolheu porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em número do que todos os povos: mas porque o Senhor vos amava e para guardar o juramento que jurara a vossos pais, o Senhor vos tirou com mão forte e vos resgatou da casa da servidão" (Dt 7, 6-8).

Este povo escolhido, Jesus veio convocá-lo, reuni-lo em torno de si, e quando se manifestou, patente, a recusa dos judeus, com que dolorosa expressão exclama: "Jerusalém, Jerusalém, quantas vezes eu quis ajuntar teus filhos, como a galinha recolhe debaixo das asas os pintos, e tu não quiseste!" (Mt 23, 37). Alarga então o seu chamamento e manda os anjos juntar seus escolhidos dos quatro ventos (Mc 13, 27; — este texto

que se refere ao juízo final, é estendido por diversos Padres à Igreja militante). A Igreja cristã torna-se então o "povo escolhido", herdeiro das promessas feitas a Israel. Uma fraternidade universal substitui o nacionalismo judaico.

O Evangelho é a divina mensagem que "convoca" os homens todos, como se explana nas parábolas dos operários chamados à vinha, dos convidados ao festim — com a terrível conclusão de ambos: "Muitos são chamados, mas poucos escolhidos" (Mt 20, 16; 22, 14).

O que Jesus de maneira especialíssima dizia a seus Apóstolos: "Não me escolhestes vós a mim, mas eu vos escolhi a vós (Jo 15, 16) poderia ele repetir, de modo mais geral, a todos os seus fiéis. Não somos cristãos por iniciativa própria, há uma "vocação" de cristão, um chamamento, exterior e interior.

Por um privilégio, que jamais agradeceremos bastante ao Senhor, já viemos ao mundo num país católico; o chamado exterior atingiu-nos recém-nascidos, ao sermos batizados. Mais tarde, quando se nos despertou a razão, fomos de novo chamados — desta feita internamente — a corresponder, por livre escolha, à graça batismal. Graça, que faz de nós uma categoria de homens separados da grande massa da humanidade.

A vocação ao cristianismo foi atestada por S. Pedro, desde seu primeiro discurso, no dia de Pentecostes: "Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para perdão dos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo, porque a promessa vos diz respeito, a vós, a vossos filhos e a todos os que estão longe, *a todos quantos* Nosso Senhor chamou" (At 2, 38-39).

S. Paulo nas epígrafes da 1ª epístola aos Coríntios e da carta aos Romanos, apresenta-se como "convocado" ao apostolado por um chamamento ou separação especial (cf. Gál 1, 15). Aos fiéis, designa como "convocados" a um estado de santidade em Jesus Cristo (1 Cor 1, 1-2, 9; Rom 1, 7; 8, 28), desde já, e, mais tarde, ao Reino glorioso (1 Tess 2, 12; 4, 7; 2 Tess 2, 14; cf. 1 Ped 5, 10). A medida que nascem, são, pois, os homens "convocados" a unirem-se ao cortejo dos fiéis em marcha para a Igreja celeste. Consciência de um chamamento pessoal; de ser alvo de um desígnio de amor; de ter sido convidado a fazer parte dos amigos de Deus para lhe partilhar a alegria e a vida.

Vocação, chamamento, que nos faz vislumbrar o abismo misterioso da predestinação (Rom 8, 28-30). Porém o Apóstolo, sempre prático, não se olvida de recordar as normas de conduta que da doutrina decorrem: "Rogo-vos, pois, eu o preso do Senhor, que andeis como é digno da vocação a que fostes chamados" (Ef 4, 1).

Templo e cidade.

Falara o Salmista na pedra que os edificadores rejeitaram e que, entretanto, por obra do Senhor, se tornou pedra angular, com grande maravilha dos homens (Sl 117, 22). E Isaías (28, 16): "Ela que eu assentei em Sião uma pedra já provada, pedra preciosa de esquina, que está bem firme e fundada".

O primeiro texto, Jesus alegou-o explicitamente para prenunciar que, rejeitado embora pelos judeus, seria feito pedra angular de novo edifício espiritual. Calou de tal forma o ensinamento na mente dos discípulos, que os três sinópticos o reproduzem (Mt 21, 42; Mc 12, 10; Lc 20, 17). E Pedro, na sua primeira comparição ante o sinédrio, afirma: "Ele (Jesus) é a pedra que foi rejeitada por vós os edificadores, a qual foi posta por cabeça de esquina" (At 4, 11).

O mesmo Apóstolo, na sua primeira epístola, combina os citados textos do Salmista e de Isaías, desenvolvendo e ampliando a comparação: "Chegando-vos para ele (Cristo) — pedra viva, reprovada em verdade pelos homens, mas para com Deus eleita e preciosa — vós também como pedras vivas sois edificados, casa espiritual e sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus, por Jesus Cristo. Pelo que também na Escritura se contém: Eis que ponho em Sião a pedra principal da esquina, eleita e preciosa, e quem nela crer, não será confundido" (1 Ped 2, 4-6).

Já nos fora revelado pelo Evangelho que Cristo é a pedra angular do novo edifício espiritual; agora conhecemos, por S. Pedro, que as demais pedras do edifício são os cristãos. Devem eles se prestar a "serem edificados", isto é, a ocuparem o lugar predestinado a cada um no conjunto. Não está dito explicitamente que a "casa espiritual" seja um templo, insinua-o todavia a expressão: "sacerdócio santo". A Igreja cristã formará um *templo espiritual* destinado a substituir o templo material de Jerusalém, cujo véu se rasgou de alto a baixo em sinal de abandono de Deus (Mt 27, 51); e os sacrifícios sangrentos do judaísmo, doravante peremptos, serão substituídos por um culto em espírito e verdade (Jo 4, 23), oferecido por um povo sacerdotal.

S. Paulo retoma a imagem, porém de início — nas epístolas aos Coríntios — não faz de Cristo pedra d'ângulo senão pedra fundamental: "... Vós sois edifício de Deus. Segundo a graça de Deus que me foi dada, pus eu como sábio arquiteto, o fundamento, e outro (Apolo) edificou sobre ele... Porque ninguém pode pôr outro fundamento além do que já está posto, o qual é Jesus Cristo... Não sabeis vós que sois o templo de Deus e que o Espírito Deus habita em vós? Se alguém destruir o templo de Deus, Deus o destruirá, porque o templo

de Deus que sois vós é santo" (1 Cor 3, 10-11; 16-17; cf. Rom 15, 20). "Vós sois o templo do Deus vivente, como Deus disse: neles habitarei e entre eles andarei, e eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo" (2 Cor 6, 16). "A casa de Deus, que é a Igreja de Deus vivo" (1 Tim 3, 15; Heb 3, 6).

Desta feita, temos explícita, a imagem do templo. Observemos todavia que, enquanto S. Pedro via no templo espiritual o lugar do novo culto, S. Paulo nele descobre a presença ou habitação de Deus, por alusão explícita ao Antigo Testamento (Lev 26, 11; Ez 37, 27). Outrora esta presença divina estava ligada a um lugar (o tabernáculo e, mais tarde, o templo de Jerusalém: Êx 25, 8; Jos 22, 19; Is 8, 18; Joel 3, 17, 21; Sl 2, 6; 73, 2), doravante tal habitação se espiritualiza por completo: é Deus presente no conjunto de fiéis que constitui a Igreja.

Na epístola aos Efésios, o Apóstolo abandona a imagem de Cristo fundamento (o fundamento passa a ser constituído pelos profetas e apóstolos) e retorna à comparação tradicional de pedra angular: "Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, de que Jesus Cristo é principal pedra de esquina, na qual todo o edifício bem ajustado cresce para templo santo do Senhor, no qual também vós juntamente sois edificados para moradia de Deus no Espírito" (Ef 2, 20-22).

Pio XII belamente comenta: "A sociedade fundada pelo divino Redentor não tem outro fim, na sua doutrina, no seu governo, no sacrifício e nos sacramentos por Ele constituídos, enfim no exercício do ministério d'Ele recebido, nas suas orações e no derramamento do seu sangue, senão crescer e se dilatar sempre mais — o que se verifica quando Cristo como que é edificado e se dilata nas almas e quando, por sua vez, as almas como que se edificam e crescem em Cristo — de tal modo que, neste exílio terrestre cada vez cresce mais o templo sagrado em que a divina Majestade recebe grato e legítimo culto".[1]

No Apocalipse igualmente, a Igreja é figurada como um templo, semelhante ao de Jerusalém (11, 1-2). Apresenta-se-nos todavia novo aspecto: sitiado, invadido até, em suas partes exteriores, Deus preserva entretanto o santuário, onde os fiéis adoram, prostrados. Símbolo das perseguições movidas à Igreja, e da proteção divina que lhe impede a ruína. Perseguição, aliás, que não vai além da periferia da Igreja, e não lhe perturba a oração profunda.

Encarada sob certo ângulo, a metáfora do "templo vivo" nada acrescenta à de "corpo de Cristo". Aqui e ali aparece sempre a mesma coesão (membros interdependentes; pedras bem ajustadas), a mútua cooperação (membros que se ajudam; pe-

[1]) Encíclica *Mystici Corporis Christi*, ed. Vozes, n. 17.

dras que consentem em ser sobrepostas umas às outras); contínuo crescer do corpo e do edifício; dependência em relação a Cristo (cabeça, pedra angular); hierarquia (membros mais nobres; fundamentos).

Contudo, à imagem de "templo", cabe um aspecto original, que não aparece na do "corpo": é o caráter "sacral" da Igreja. Ela está consagrada ao culto, votada à santidade interior; santidade causada pela presença divina nesse templo espiritual. Com efeito, de tão augusta presença dimana, sobre a comunidade cristã, tal cópia de dons, que ela se torna uma vivente morada onde Deus se compraz de habitar.

"Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e viremos para ele, e faremos nele morada" (Jo 14, 23). O conjunto das almas que conhecem e amam as três Pessoas, forma viva mansão, na qual Elas vem habitar. *Templo da Santíssima Trindade,* eis a definição a mais profunda — e a mais recôndita — da Santa Igreja.

Outrora, em Jerusalém, as pedras circunscreviam a porção de espaço em que Deus estava presente. Mas neste templo espiritual que é a Igreja de Cristo, as pedras são animadas, e a presença divina as vem permear todas. Tanto assim que S. Paulo tirará daí um motivo de praticar a castidade: "Fugi da prostituição. Todo pecado que o homem comete é fora do corpo, mas o que se prostitui peca contra seu próprio corpo. Ou não sabeis que o vosso corpo é o templo do Espírito Santo que habita em vós, proveniente de Deus, e que não pertenceis a vós mesmos?" (1 Cor 6, 18-19).

E' de notar que nos primeiros textos acima citados das epístolas aos Coríntios (1 Cor 3, 16; 2 Cor 6, 16) o templo de Deus é o conjunto dos cristãos, enquanto no último (1 Cor 6, 19) é o cristão individual. Não há contradição alguma: na comunidade e por ela, santifica o Espírito cada fiel. O templo individual só subsiste pela virtude do templo coletivo. Este, por sua vez, cresce e se edifica pelo crescer daquele (cf. 1 Cor 14, 12, 26; 2 Cor 12, 19; Rom 15, 2).

Ademais, se é verdade que não apenas a alma, mas também o corpo se diviniza pela presença do Espírito, bem entendemos que ele seja digno de ressuscitar como "corpo espiritual" (1 Cor 15, 44) e que, desde esta terra, sirva de santuário visível ao culto invisível tributado pela alma cristã ao Senhor (Rom 12, 1). Donde a imperiosa necessidade de respeitar o próprio corpo, guardando-o casto, limpo.

Amplia ainda o Apóstolo a comparação: edifício sacro, a Igreja pode também ser dita conjunto de edifícios, *cidade santa.*

Na Epístola aos Gálatas, Paulo opõe a Jerusalém celeste ou Igreja, à Jerusalém terrestre ou sinagoga, já condenada (Gál 4, 25-26).

Profetizada a nova Sião no Antigo Testamento (Is 2, 2; Miq 4, 1, etc.), sonhavam os rabinos com a sua descida do céu sobre a terra, aos tempos do Messias. O Apóstolo anuncia-lhe o advento; mas ela não é cidade material, é a cidade do Deus vivo, a Jerusalém celeste, onde miríades de anjos se ajuntam à universal Igreja dos primogênitos, inscritos nos céus (Heb 12, 22). Esta, a nossa verdadeira pátria, "porquanto não temos aqui cidade permanente, mas buscamos a futura" (Heb 13, 14).

S. João, no Apocalipse, perfaz a imagem da cidade mística, apresentando-a sob duas formas, correspondentes aos dois estados da mesma Igreja. Militante sobre a terra, ela figura-se qual "acampamento dos santos e cidade bem amada", sitiada e investida por Gog e Magog (Apoc 20, 8). Triunfante, ela é "a grande cidade, a santa Jerusalém que de Deus, descia do céu" (21, 10). Cidade de fino ouro, circundada por alto muro de jaspe, com doze portas de pérola. Os fundamentos são — como para S. Paulo — os doze Apóstolos (21, 14). Não necessita esta cidade de templo material para assegurar-lhe a presença da divindade, "porque o seu templo é o Senhor Deus Todo-Poderoso e o Cordeiro" (21, 22).

Inspirando-se no Apocalipse e na epístola aos Hebreus, o hino litúrgico para a festa da consagração das igrejas canta: "Jerusalém, celestial cidade, bem-aventurada visão de paz; construída de pedras vivas, alteias-te até os astros; aos milhões envolvem-te os Anjos em cortejo nupcial".

Dois traços completarão o presente simbolismo. Padres e Doutores interpretam da Igreja a visão messiânica de Isaías: "E acontecerá nos últimos dias que o monte da casa do Senhor terá seus fundamentos no cume dos montes, e se exalçará por cima dos outeiros, e concorrerão a ele todas as nações. E virão muitos povos e dirão: "Vinde e subamos ao monte do Senhor, à casa do Deus de Jacob, para que nos ensine o que concerne aos seus caminhos e andemos nas suas veredas, porque de Sião sairá a lei e de Jerusalém a palavra do Senhor" (Is 2, 2-3).

A este vaticínio, comparemos as palavras de Jesus aos Apóstolos: "Vós sois a luz do mundo; não se pode esconder uma cidade edificada sobre uma montanha" (Mt 5, 14), e veremos nessa luminosa Cidade, edificada no cimo do mundo, uma bela imagem da visibilidade da Igreja; e nesse peregrinar de todas as nações em demanda da fonte da lei e das palavras divinas, um símbolo da universalidade da Igreja e de seu infalível magistério.

Enfim, todo edifício pousa sobre alicerces; estes, porém, se porventura forem colocados sobre terreno movediço, ruirá a casa, levada pela enchente (Lc 6, 48-49). Ora, Cristo, após escolher por alicerces de sua Igreja os Apóstolos, determinou, como sábio arquiteto, assentá-los por sua vez sobre inquebrantável rocha: Pedro (Mt 16, 18).

Esposa e Mãe.

Já na antiga aliança fora a nação eleita chamada Esposa de Deus (Is 54, 5; 62, 5; Jer 2, 1-32; Ez 16, 1-63; Oséias 2, 2-24). Por natural consequência, o novo Israel, herdeiro das promessas, seria ele também descrito sob os traços da *Esposa*.

Compara-se o Precursor ao amigo do Esposo que está de pé e lhe ouve a voz, enchendo-se de gozo (Jo 3, 29). O próprio Jesus usa da imagem: "Poderão estar tristes os companheiros do Esposo enquanto o Esposo com eles se acha?" (Mt 9, 15; cf. Mc 2, 19; Lc 5, 34). Jesus assemelha ainda o reino dos céus ao rei que celebra as bodas de seu filho (Mt 22, 2); às virgens que, tomadas as suas lâmpadas, saem ao encontro do Esposo e da esposa (Mt 25, 1).

De seu lado, S. Paulo escreve aos Coríntios: "Tenho de vós ciúme, divino ciúme, pois que a um só homem vos desposei, para apresentar-vos a Cristo qual virgem pura" (2 Cor 11, 2). Aquela pequena comunidade grega, há pouco atascada em tamanhos vícios (1 Cor 6, 9-11), recobrara pela conversão e o batismo, a virgindade da alma, e Paulo, como pai espiritual, apresenta esta sua filha a Cristo qual puríssima noiva.

Na epístola aos Efésios reaparece o simbolismo nupcial, mas já se acham consumadas as místicas bodas. Apresenta-as o Apóstolo como exemplar do matrimônio cristão. "Maridos, amai a vossas mulheres, como também Cristo amou a Igreja e por ela se entregou a si mesmo, para santificá-la, purificando-a pelo lavracro da água e pela palavra que o acompanha, a fim de apresentar a si mesmo esta Igreja gloriosa, sem mácula nem ruga ou coisa semelhante, mas santa e imaculada" (Ef 5, 25-27).

O Apocalipse nos faz voltar ao símbolo da Noiva. "Alegremo-nos e exultemos e demos glória (a Deus), porque vindas são as bodas do Cordeiro e sua Esposa está ataviada. E foi-lhe dado que se vestisse de finíssimo linho, resplandecente e branco, porque o linho fino são as virtudes dos santos" (19, 7-8). Mais longe, o Vidente combina as imagens da cidade e da esposa, personificando a Igreja como uma e outra. "Eu vi um novo céu e uma nova terra, porque o primeiro céu e a primeira terra passaram e o mar já não existe. E eu, João, vi a santa cidade, a nova Jerusalém que descia do céu, de junto de

Deus, adereçada como uma Esposa ataviada para o seu esposo" (21, 1-2). — Vários Padres interpretam a metáfora de "Noiva", da Igreja peregrinal ou militante, e a de "Esposa" da Igreja celeste ou triunfante.

A comparação da Igreja como uma esposa — já foi dito no capítulo anterior — tem sobre a metáfora "Igreja, corpo de Cristo", a vantagem de afastar o mais leve resquício de panteísmo, porquanto esposo e esposa, por definição mesmo, constituem duas pessoas realmente distintas. Quando afirmamos que Cristo e a Igreja formam uma só pessoa, entendemos sempre uma "pessoa mística" e não uma única pessoa física.

A Igreja subsiste, pois, como algo distinto de Cristo; ele está na glória; ela, em parte, peregrina ainda sobre a terra ou sofre nas chamas purificadoras. Tempo houve em que os futuros membros da Igreja vagueavam muito longe de Deus — como os Coríntios — mas Cristo, por livre eleição, foi procurá-los e chamá-los por seus apóstolos e a inspiração de sua graça; limpou-os com o seu sangue, santificou-os pelos seus sacramentos, infundiu-lhes suas virtudes e plasmou assim aquela que seria sua Esposa, capaz de retribuir-lhe amor por amor.

Acentuar o aspecto afetivo das relações entre Cristo e sua Igreja é uma outra vantagem do simbolismo nupcial. Distinta do Esposo, a Igreja não está todavia separada dele. Ao contrário, ela está toda orientada para ele, como ele nela se compraz. Vínculo indissolúvel vem uni-los. Como os esposos terrestres formam uma só carne, assim Cristo e sua Igreja formam um só espírito, pelo laço de um amor sempre jovem e beatificante.

Não só Cristo preparou a Esposa, por ela entregando-se à morte, como a nutre de seu corpo e de seu sangue, e lhe comunica os seus poderes de Sacerdote, Mestre e Rei. Com ardente zelo vela sobre ela, como se vê no Apocalipse, onde alternam as cenas aterradoras, narrando as provações inauditas pelas quais a Igreja militante passa, com as cenas de indizível consolo em que o Esposo celeste anima sua Esposa com a promessa da vitória, socorre-a com suas graças e por vezes intervém milagrosamente, para exterminar, com o gládio de sua boca, os que contra ela se insurgem.

Aplicada à Igreja a metáfora da esposa devia por força evocar a lembrança da primeira Esposa, Eva. A Igreja nasceu do lado alanceado de Cristo, como Eva do costado de Adão; a Igreja é *Mãe universal* na ordem da graça, como Eva o foi na ordem da natureza.[1]

---

[1]) Desenvolvendo a figura "Eva-Igreja", S. Hilário apela ao texto de S. Paulo: "Adão não foi seduzido, mas a mulher, seduzida, prevaricou. Contudo, *salvar-se-á gerando filhos*, se perseverar na fé e na caridade e na santidade, com modéstia" (1 Tim 2, 14-15). Interpreta, simbòlicamente, S. Hilário: "A Igreja compõe-se de publicanos, de pe-

Teremos, no próximo capítulo, ocasião de delinear com mais vagar a primeira semelhança; esbocemos por enquanto algo da segunda.

Insistia o Apóstolo sobre a sua paternidade espiritual (1 Cor 4, 15; Filêmon, v. 10) e até, com imagem arrojada, comparava-se à mãe que sofre as dores do parto (Gál 4, 19). Um pouco mais longe, interpretava as duas esposas de Abraão, a escrava Agar e Sara a Senhora, como personificações proféticas, da servidão da lei e da liberdade do evangelho respectivamente. Sara, que após tão longa esterilidade gerou Isaac segundo a promessa divina, passa a figurar a Igreja, mãe divinamente fecunda que gera os cristãos, herdeiros dos privilégios de Abraão.

No decurso da argumentação pondera S. Paulo que Agar corresponde "à Jerusalém atual, a qual é escrava com seus filhos; mas a Jerusalém de cima, essa é livre e é mãe de todos nós" (Gál 4, 25-26).

Temos aqui a primeira origem da expressão que nos é tão familiar: *"a santa Madre Igreja"*. Em verdade a Igreja é nossa mãe, porque nos faz nascer à vida sobrenatural pelo batismo e, uma vez nascidos, segue-nos todos os passos: alimenta-nos com a Eucaristia, prepara-nos ao combate pela crisma, cura os males espirituais pela confissão e a extrema-unção; nutre-nos o espírito com a luz de seus ensinamentos, educa-nos a vontade pela sabedoria de suas leis. E' nossa Mãe ainda, porque ama a cada um de nós com terno e inquebrantável amor; alegra-se com os nossos progressos e se entristece pelos nossos desfalecimentos; vela constantemente sobre nós, mantendo-nos incorporados a ela, afastando-nos dos perigos que nos ameaçam, aconselhando e animando a trilhar a senda estreita da santidade; assiste-nos em nossa derradeira agonia, acompanha-nos à sepultura e sufraga nossa alma atormentada pelos sofrimentos do purgatório. E com que júbilo nos apresenta, enfim purificados, a seu Esposo, e nos incorpora ao cortejo de seus filhos triunfantes!

A este amor, como não corresponderíamos nós, os filhos, com igual amor? Por mais que se diferenciem os santos pela mentalidade, a condição social, a época em que viveram, irmanam-se todos nisto que não separam o amor de Cristo do amor da Igreja. Consideram a Igreja como mãe, não apenas em palavras, senão também como filhos amantíssimos se comportam. Admira-se nos jardins do Vaticano uma estátua de S. Teresinha, em cujo pedestal foram lavradas estas palavras da

cadores e de gentios; enquanto o seu segundo e celeste Adão (Cristo) não peca, ela, pecadora, *salvar-se-á pela geração de filhos* que permanecerão na fé" (De Mysteriis, I, n. 3). Maternidade espiritual da Igreja.

Santa: "Eu amo a Igreja: é minha mãe". Singela, singelíssima confidência, mas que tudo revela.

Pinta o Apocalipse um quadro dramático dessa maternidade espiritual. Descreve-nos a rutilante visão de uma Mulher celeste "vestida de sol, tendo a lua sob os pés e uma coroa de doze estrelas sobre a cabeça. E estava grávida e com dores de parto, e gritava com tormentos para dar à luz". Mas eis que surge um grande dragão vermelho com sete cabeças e dez chifres "e o dragão parou diante da Mulher que estava para dar à luz, a fim de lhe tragar o filho, logo que ela houvesse dado à luz. E deu à luz um filho varão que há de reger todas as nações com vara de ferro, e o seu filho foi arrebatado para Deus e para seu trono. E a Mulher fugiu para o deserto, onde havia um retiro preparado por Deus" (12, 1-6).

A imagem é polivalente. Interpretam-na a liturgia e a piedade cristã em geral de Maria Santíssima, por causa do aparelho sideral e sobretudo por ser ela a Mãe do Messias. Sem dúvida seu parto foi virginal, mas podemos entender os gritos e dores do sofrimento com que Maria, no Calvário, gerou os seus filhos espirituais que somos nós.

Sendo, porém, Maria o membro mais perfeito da Igreja, parece certo que S. João tinha também em mente a esta última. E assim o compreenderam muitíssimos Santos Padres.

O Filho varão é o Messias, sem contestação possível. Num rapidíssimo escorço, o vidente nos faz assistir ao seu nascimento e a sua ascensão. Importa aqui assinalar a derrota do Dragão — identificado no verseto 9 como Diabo e Satanás. Em vão o monstro infernal tentou a Cristo no deserto e açulou os judeus a matá-lo; Cristo escapou-lhe às insídias, e foi arrebatado ao céu onde reina com Deus.

E a Mulher misteriosa? Retorna a ela um pouco mais adiante o profeta e particulariza as peripécias de sua fuga. Vendo que Cristo lhe escapara, o Dragão voltou-se contra "a Mulher que havia dado à luz o filho varão; mas foram dadas à Mulher duas asas de uma grande águia a fim de voar para o deserto, ao lugar de seu retiro, onde será sustentada por um tempo, e por tempos, e por metade dum tempo, fora da presença da serpente. E a serpente lançou de sua boca, atrás da Mulher, água como um rio, para fazer com que ela fosse arrebatada pela corrente. Porém a terra ajudou a Mulher, e a terra abriu a boca e engoliu o rio que o dragão tinha vomitado de sua boca. E o dragão irou-se contra a Mulher, e foi fazer guerra aos outros seus filhos que guardam os mandamentos de Deus, e retêm a confissão de Cristo" (12, 13-17).

Essa Mulher só pode ser a Igreja. Mas em que fase de sua existência? Variam as interpretações. Uma delas que re-

monta pelo menos a S. Hipólito (século III) entende que o filho varão é o Cristo místico, que a Igreja está sempre a dar à luz, à medida que, com grandes dores, faz nascer os homens à semelhança de Cristo.

Uma outra explicação, mais completa, distingue as duas visões, e interpreta a primeira da antiga aliança e a segunda, da nova. Não são duas Igrejas: a Mulher é sempre a mesma e personifica a Igreja de todos os tempos. Mas justamente por isso, a Igreja se encontra em condições históricas diversas: a nova aliança continua e perfaz a antiga.

No primeiro quadro a Igreja do Velho Testamento está para dar à luz um filho varão: o Messias, como foi dito. As dores do parto figuram as dores e ânsias da preparação messiânica. No segundo quadro, a Mulher fecunda, mãe de "outros filhos", irmãos e seguidores de Jesus, representa a Igreja cristã na sua fase militante. Ressalta, antes de tudo, a *indestrutibilidade* da Igreja, embora contra ela vomite o dragão torrentes de males. Perseguida, ela se refugia no "deserto" — serão as catacumbas e outros esconderijos, que através dos séculos preservarão a Igreja da sanha de seus inimigos. Proibida muitas vezes de manifestar-se exteriormente, a Igreja concentra-se na vida interior; ela é "nutrida", em seu desterro, pela fé, a oração, os sacramentos. Mas, se ela é invulnerável, não assim os seus filhos, quando o Dragão lhes "faz guerra". Temos visto cristandades inteiras varridas da face da terra, e a certos santos foi dado assistir ao espetáculo estarrecedor da queda das almas no inferno: caíam como os flocos de neve — infinitos, densos, incessantes — durante uma tormenta invernal.

O conjunto das visões joaninas nos dá altíssima idéia da dolorosa maternidade da Igreja militante. Segunda Eva, ela gera, na dor, o Cristo histórico e o Cristo místico: o primeiro já se encontra na glória, o segundo sofre ainda a guerra movida pelos poderes infernais. Mas Satanás já está derrotado, a Mulher escapa-lhe sempre à fúria, multipliquem-se embora os milagres: misteriosas asas, inviolável ermo.

Reino.

Os profetas haviam vaticinado o advento, após catástrofes múltiplas, de um reino teocrático, universal e perpétuo, de justiça, paz e amor. A capital desse reino seria a nova Jerusalém, centro do culto, onde Jeová habitaria para sempre, espargindo bênçãos sobre as nações. Mandatário ou substituto terrestre de Deus, o Messias — da casa de David — guiaria o povo eleito, preocupado apenas de fazer reinar a lei do Senhor (Is 32, 1; 40, 3-11; Jer 3, 15; 31, 31; Ez 34, 22; 37, 22-28; Os 3, 11, etc.).

Cristo, desde o início de sua pregação, anuncia a iminência do reino dos céus (Mt 4, 17), que ele como Messias vem fundar.

Este reino é algo *invisível,* imanente e misterioso (Lc 17, 21), pois que é a vinda de Deus ao recesso das almas para governá-las por seu amor; mas é também algo *visível:* árvore sob a qual as aves encontram guarida, videira onde a trabalhar são enviados obreiros (Lc 13, 19; Mt 20, 1). Também é algo *social:* assemelha-se a solene banquete de núpcias (Mt 22, 2); é algo *hierarquizado:* tem Cristo como rei, com Pedro por lugar-tenente (Jo 21, 15-17). Reino *universal:* não mais reservado aos descendentes diretos dos patriarcas, mas ultrapassando, no seu ecumenismo, todas as distinções raciais e políticas; a ele muitos virão do Oriente e do Ocidente (Mt 8, 11).

Reino dos céus, *escatológico,* cujo pleno advento será precedido por grandes catástrofes, e que admitirá então em seu seio apenas os justos (Mt 5, 20; 7, 21; 18, 3; 23, 13); no qual se deverá procurar entrar a qualquer custo, mesmo maneta, caolho, ou coxo (Mc 9, 46); porém, ao mesmo tempo, reino *já presente,* atual, existente no meio dos judeus, que progride paulatinamente, qual semente a brotar e crescer (Mc 4, 26). Ele encerra *bons e maus,* a medrar juntos, até o dia em que surgirá o reino escatológico, quando os anjos virão fazer a ceifa e lançar os ímpios ao fogo, e recolher os justos ao celeiro que é o Reino do Pai (Mt 13, 24-30).

A comparação da Igreja a um "reino" destaca sobretudo o caráter visível, social e hierarquizado da Igreja. Porém é "reino de Deus": e assim ressalta o caráter espiritual, religioso da Igreja. O Reino não é deste mundo (Jo 18, 36); contrasta com os reinos que o príncipe deste mundo oferece aos que o adoram (Mt 4, 8-9). Reino também interior: ele está "dentro de nós" (Lc 17, 21).

Rebanho.

Também esta metáfora origina-se das profecias do Antigo Testamento. Assim é que em Isaías lemos: "Ele apascentará como um pastor o seu rebanho; nos braços recolherá os cordeiros e os tomará ao seio; ele próprio levará sobre si as ovelhas que estiverem para ter os filhos" (40, 11). Mais dramático o quadro debuxado por Jeremias (23, 1-8) e Ezequiel (34, 1-31): Deus compara Israel a um rebanho explorado e depois abandonado por seus pastores; ele próprio os destruirá, para velar pessoalmente sobre o seu povo. Após haver reconstituído, depurado e apascentado o rebanho, Deus lhe dará por único Pastor, um novo David: o Messias.

Jesus veio cumprir a promessa: "Não temais, ó pequenino rebanho, porque foi do agrado do vosso Pai dar-vos o

seu Reino" (Lc 12, 32). E em seguida, aquelas dulcíssimas e nunca bastante meditadas palavras: "Eu sou o bom pastor. O bom pastor dá a vida pelas suas ovelhas" (Jo 10, 11).

Desta imagem da Igreja, colheremos três ensinamentos principais.

Primeiramente, a *universalidade* da Igreja: "Tenho também outras ovelhas que não são deste aprisco, e importa que eu as traga, e elas ouvirão minha voz e haverá um só rebanho e um só pastor" (Jo 10, 16).

Depois, o caráter *hierárquico* da Igreja: ressuscitado e desaparecido da terra, "o grande Pastor das ovelhas" (Heb 13, 20) não deixa de apascentar seu rebanho, pelo ministério de outros pastores dos quais ele é príncipe (1 Ped 5, 2-4). Por isso, antes de subir aos céus, ordenou a Pedro: "Apascenta os meus cordeiros... apascenta as minhas ovelhas" (Jo 21, 16-17). Como o sumo Pastor também Pedro dará a vida pelas ovelhas: "Em verdade, em verdade te digo: quando tu eras mais moço, cingiaste e ias aonde desejavas, mas quando fores velho, estenderás as tuas mãos e outro te cingirá, e te levará para onde tu não queres. E disse isto, indicando com que gênero de morte havia (Pedro) de dar glória a Deus" (Jo 21, 18-19).

Enfim e sobretudo refulge, na imagem do rebanho, o *desvelo* de Jesus por sua Igreja. Caminhando diante das ovelhas (Jo 10, 4) não as transvia nem as abandona diante do perigo. E não é apenas pelo rebanho em conjunto, que o Pastor se mostra solícito; a cada ovelha em particular chama pelo nome e ela segue-o por lhe conhecer a voz (Jo 10, 3). Se porventura ela se desgarra, o Pastor a procura até que a encontre, e encontrada, a põe sobre os ombros alegremente (Lc 15, 5).

Comunhão dos Santos.

Na sua comparação da Igreja com um corpo cujos membros são os fiéis, S. Paulo indicara, de relance, a estreita solidariedade que os coliga, e como as atividades de cada um repercutem sobre os demais: "... para que... os membros tenham os mesmos cuidados uns pelos outros. De maneira que, se um membro sofre, todos os membros sofrem com ele, ou se um membro recebe glória, todos os membros se regozijam com ele" (1 Cor 12, 25-26). Transposta sobre o plano sobrenatural, esta solidariedade se denomina "comunhão dos santos".

Não coincide esta noção com a de Igreja, porque acentua apenas o aspecto invisível, deixando de lado as fronteiras visíveis, o caráter hierárquico e jurídico. E dentro desse aspecto invisível, chama a atenção sobre as *relações mútuas* dos fiéis. Distingue-se destarte da noção de "corpo místico", que põe sobretudo em relevo as relações dos membros com a divina

Cabeça. (Distingue-se mas não se opõe: é por estarem unidos a Cristo, que os membros estão unidos entre si).

Na primitiva Igreja hierosolimitana existia comunhão de bens entre os cristãos (At 4, 34-35), eflorescência tangível da união espiritual que os estreitava, e embora tal regime não haja podido subsistir, o Catecismo Romano oportunamente lembra que o verdadeiro cristão nada tem que não julgue possuir em comum com os seus irmãos, donde a prontidão em aliviar a miséria dos indigentes (p. I, c. X, q. 25).

E' óbvio, todavia, que o artigo do Credo "creio na Comunhão dos Santos" se refere aos bens sobrenaturais. Podemos entendê-los em dois sentidos: 1º *a participação aos dons que Cristo confiou à sua Igreja, para que todos os fiéis a eles comungassem.* Donde certos doutores antigos entendiam a "communio sanctorum" como comunhão às coisas sagradas, sobretudo às graças sacramentais, que nos comunicam a virtude da paixão de Cristo. Por isso, a mais grave pena eclesiástica, que vem a ser a "excomunhão", tem por efeito maior privar o réu da recepção dos sacramentos.

Outras graças — os carismas — também são comuns, nesse sentido que lhes cabe finalidade estritamente social: não santificam os que deles são favorecidos, mas visam a utilidade geral, a edificação da Igreja. Assim, por exemplo, o dom dos milagres, ou a profecia.

2º Por "comunhão dos santos", entende-se, de maneira mais ordinária, a "*comunicação mútua de socorros, de expiações, de orações, de benefícios entre os fiéis,* quer os que já estão de posse da pátria celeste, quer os que ainda sofrem as penas expiatórias, quer enfim os que ainda são viandantes nesta terra, formando eles todos uma só cidade que tem por Cabeça Cristo e por forma a caridade". [1]

Afirmamos nossa fé nesse artigo do Símbolo, todas as vezes que invocamos a intercessão dos santos, ou sufragamos as almas do purgatório. Não agiríamos deste modo, se não acreditássemos na solidariedade que une — em perpétuo fluxo e refluxo — os membros do Corpo místico. Pelo que se aproveita nossa miséria da riqueza espiritual dos celícolas, como são aliviados os padecimentos dos defuntos, graças às preces e obras pias dos vivos.

E' possível tal intercâmbio, por ser o Corpo místico em seu tríplice estado — triunfante, padecente e militante — verdadeiramente *um só organismo sobrenatural,* vivendo de uma só vida de caridade, animado por um só Espírito.

Diflui, pois, imediatamente a comunhão dos santos da perfeita unidade da Igreja. Tão forte a coesão do Corpo místico,

---

[1]) Leão XIII, Encíclica *Mirae caritatis,* ed. Vozes, n. 18.

que "somos membros uns dos outros" (Rom 12, 5). Longe de agirmos como átomos desgarrados, vivemos pelo conjunto, e cada membro é solidário dos demais. No seio da Igreja una, recebemos a vida da graça e obramos o bem. Na medida em que somos alimentados pela seiva divina, fazemo-la circular no grande organismo: interdependência total.

No céu, os santos, por estarem transformados em pura caridade, nela tudo possuem. Não gozam apenas da própria glória, mas da glória de Cristo, de Maria e dos outros bem-aventurados. Gozam outrossim das vitórias da Igreja terrestre. Nem se podem olvidar dos demais membros do Corpo místico. Intercedem por aqueles que labutam, arriscados ainda a naufragar, ou que se devem acepilhar no fogo purificador.

A Igreja padecente vale-se do refrigério das missas, orações, boas obras, indulgências, e, em troco, intercede por nós, segundo opinião generalizada entre fiéis e teólogos.

A Igreja militante, enfim, honra e invoca os santos, outorga-lhes a glória dos altares, sufraga as almas padecentes. E no seio dessa mesma Igreja militante, entrelaçam-se os esforços comuns para conquistar o céu. Ninguém está só. Invisìvelmente, apóiam-se todos uns sobre os outros; todos se ajudam; os fortes suportam os fracos, os virtuosos animam os desfalecentes. No fundo, santificar-se alguém isoladamente é impossível. A virtude de cada membro pertence aos demais. Damos e recebemos sem cessar. "Ajudai-vos uns aos outros a levar os vossos fardos e assim cumprireis a lei de Cristo" (Gál 6, 2), porquanto "a caridade não busca os seus próprios interesses" (1 Cor 13, 5).

Cada ato sobrenatural tem repercussões infinitas. Se cobramos ânimo para praticar tal ato de virtude, ou vencer tal tentação insidiosa, devemo-lo talvez à mística imolação de uma alma, por nós desconhecida, que, no silêncio do claustro, ou sobre um leito de hospital, se consumia de amor por Cristo e por seus irmãos.

Esse intercâmbio espiritual vigora, em sua plenitude, apenas entre os membros "vivos" de Cristo: os que estão na graça do Senhor, estreitamente unidos à divina Cabeça, participam de todo o bem sobrenatural que se faz em todo o mundo.

Contudo, ainda os membros enfermos, os pecadores, não se acham desamparados: ajudam-nos os bons exemplos dos virtuosos, e sobretudo as orações públicas da Igreja, e as preces e penitências das almas que imploram de Deus, luz e perdão, para os transviados.

E de fato, a comunhão dos "Santos" não se refere sòmente às almas que estão na glória — a quem por antonomásia chamamos de "santos" — nem apenas àquelas cuja virtude na terra culminou na perfeição; entendem-se aqui por "santos" to-

dos os que já o são de fato, e os que — por mais pecadores sejam — estão chamados a sê-lo. Ninguém é excluído, salvo os que se condenaram para sempre.

Três são os caminhos pelos quais se processa o intercâmbio de bens espirituais, entre os membros de Cristo: 1º *a intercessão;* 2º *a reversibilidade dos merecimentos;* 3º *a reversibilidade das satisfações.*

O primeiro é-nos mais familiar. Invocamos a intercessão dos santos para que, como amigos de Deus, dele nos obtenham favores. E também pedimos uns pelos outros, em obediência ao preceito de S. Tiago: "Orai uns pelos outros, para serdes salvos; porque a oração fervorosa do justo muito pode" (Tgo 5, 16).

Mais misteriosos são os dois outros caminhos. Além das graças que alcançamos, sem título algum, por nossas preces, outras há que nos são dadas porque as merecemos. E por merecimento entende-se o direito a uma retribuição espiritual; direito que Deus anexou aos atos sobrenaturais de seus filhos. Pura generosidade divina, pois em face de Deus não nos cabe qualquer direito; somos todos devedores. Mas aprouve ao Senhor comprometer-se a premiar, em justiça, nossas boas obras. "Alegrai-vos nesse dia e exultai, porque eis que é grande vossa recompensa no céu" (Lc 6, 23). "Vendei o que possuís e dai esmola. Provei-vos de bolsas que não envelhecem, de um tesouro inexaurível no céu" (Lc 12, 33). "E quem vos der um copo d'água em meu nome, porque sois de Cristo, em verdade vos digo que não perderá a sua recompensa" (Mc 9, 40). "Não sabeis que os que correm no estádio correm sim todos, mas um só é que alcança o prêmio? Correi, pois, de tal maneira que o alcanceis. E todos os que combatem na arena, de tudo se abstêm para alcançar uma coroa corruptível; nós, porém, uma incorruptível" (1 Cor 9, 24-25). "Tudo o que fizerdes, fazei-o de boa vontade, como pelo Senhor e não pelos homens; sabendo que recebereis do Senhor a herança como recompensa" (Col 3, 23-24). "Combati o bom combate, acabei a minha carreira, guardei a fé. De resto, está-me reservada a coroa de justiça que o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia; e não só a mim, mas também àqueles que desejam a sua vinda" (2 Tim 4, 7-8).

Esses textos de S. Paulo aludem à suprema recompensa que podemos em justiça merecer por Cristo: a glória eterna. Com maioria de razão podemos merecer o que nos leva à glória: a graça divina; mais tarde veremos mediante que condições. O que por ora nos importa — como implicado pela "comunhão dos santos" — é a "reversibilidade dos méritos", a saber, o fato que *uns possam merecer pelos outros.*

Só Cristo mereceu a graça e a glória, em estrita justiça, não só para si, mas ainda para os outros. Nenhum homem pode, por suas obras, adquirir um direito rigoroso a que a recompensa por ele merecida, Deus a faça reverter em benefício de outrem. Só para nossa própria alma podemos merecer, em estrita justiça — e sempre pela virtude de Cristo — a graça e a glória. Mas, se não cabe mais justiça, cabe ainda suma conveniência: a quem demonstrar a Deus amizade, procurando agradar-lhe, convém que Deus retribua, concedendo graças a um irmão do seu amigo. Assim é que os merecimentos dos justos valem graças de conversão aos pecadores. Não se apresentava S. Agostinho como fruto das lágrimas de Mônica, sua santa mãe?

Com os merecimentos infinitos de Cristo, com os da SS. Virgem e de todos os santos constitui-se um "tesouro", cujas riquezas são continuamente espargidas sobre os membros vivos da Igreja, para que se lhes aumente a vida; sobre os membros enfermos para que se curem, e até sobre os que ainda não são membros, para que se cheguem e se filiem à Mãe universal.[1]

Mas, além do "tesouro de merecimentos", existe ainda o "tesouro das satisfações". O primeiro acumula os direitos a uma sobrenatural recompensa; o segundo, guarda os desagravos oferecidos a Deus para expiar a injúria do pecado. Ora, no pecado, ocorre distinguir a *culpa moral* — que é perversão da vontade — e a *pena aflitiva* por ela merecida, que é a expiação temporária ou eterna.

Desde as primeiras páginas da Bíblia aparece tal distinção, como vemos, por exemplo, nas penalidades temporais, por Deus impostas a Adão e Eva qual castigo da culpa original (Gên 3, 16-19). Por todo o Antigo Testamento são referidas as punições, privadas ou públicas, infligidas por Deus como penas merecidas pela malícia do pecado. Com meridiana clareza aparece a distinção na história de David. Adúltero e assassino, o rei foi duramente increpado pelo profeta Natã. Arrependeu-se então: "Pequei contra o Senhor!" Natã, comunicou-lhe logo que Deus lhe perdoava o pecado, sem todavia dispensá-lo de cumprir a pena merecida: "Visto que tu, pelo que fizeste, deste lugar a que os inimigos do Senhor blasfemem, morrerá irremissivelmente o filho que te nasceu". O rei orou, prostrado sobre a terra, e jejuou rigorosamente, mas a criança morreu (2 Rs 12, 13-18).

Nem é regime peculiar à antiga lei. Nosso Senhor profetizou explicitamente a ruína temporal de Jerusalém, como castigo de sua infidelidade à graça (Lc 19, 42-44). Em várias parábolas Jesus indica a pena a pagar pelo pecado. Citemos apenas um texto: "Aquele servo que conheceu a vontade de seu

[1]) Clemente VI, Bula *Unigenitus dei Filius*, Denzinger, nn. 550-552.

senhor, e não se preparou e não procedeu conforme à sua vontade, receberá muitos açoites" (Lc 12, 47).

Muito esquecidos estamos nós dessa distinção entre culpa e castigo ou penalidade temporal, quando saímos, tranquilos, do confessionário onde acabamos talvez de nos acusar de pecados graves. "Tudo foi perdoado; tudo está esquecido; podemos virar a página!" Não! A culpa, sim, desvaneceu-se; foi-nos perdoado o nosso pecado, se era sincero o nosso arrependimento. Deus restituiu-nos a sua amizade, e a graça voltou a habitar em nosso coração. Mas resta ainda a expiar, a cumprir a pena, aqui na terra com sofrimentos e penitências, ou mais tarde no excruciante fogo do Purgatório. E oxalá não nos aconteça o que sucedeu ao mau servidor, entregue por seu senhor aos algozes, até que pagasse o último ceitil devido (Mt 18, 34).

Tanto exige Deus satisfação pelo pecado, que tendo Jesus tomado sobre si as nossas culpas, o Pai "nem mesmo a seu próprio Filho poupou" (Rom 8, 32). E o fato do Salvador haver satisfeito por nós, não nos exime da obrigação de nos penitenciarmos *pessoalmente,* unidos à paixão de Cristo (Lc 13, 5; At 8, 22).

Assim o entendiam os cristãos antigos que se submetiam a tão longas e duras penitências públicas, e abraçavam as espantosas austeridades do monaquismo primitivo. Bem o entendiam os cristãos medievais, a se extenuarem de jejuns, disciplinas e cilícios, a empreenderem penosas romarias a Compostela, a Roma, a Jerusalém, no santo afã de remir as penalidades devidas a seus pecados.

Mal parada estaria nossa frouxidão, não fora a "Comunhão dos santos", que nos faz participar do tesouro de satisfações acumuladas antes de tudo por Cristo Jesus, Senhor nosso e nosso Chefe, e igualmente por Maria nossa Mãe, e pelos Santos nossos irmãos.

Já na primitiva Igreja, os cristãos que haviam fraquejado em tempos de perseguição, apegavam-se aos mártires ou aos confessores da fé, para obterem da Igreja a reconciliação. Assim nós, pecadores de hoje, nos amparamos aos inúmeros Santos que por nós já pagaram.

As expiações de Cristo tem infinito valor; Nossa Senhora tanto sofreu, embora nenhum pecado tivesse que expiar; numerosos Santos, grandes penitentes, suportaram muito mais do que exigiam suas levíssimas culpas. Há, pois, superabundância de expiações, e mercê da *mística solidariedade* que liga, no amor de Cristo, os membros do mesmo Corpo Místico, repercutem elas sobre nós. E a Igreja corre, maternal, em nosso auxílio, distribuindo esses abrandamentos ou remissões de penas, sob forma de "*indulgências*".

"Cem dias de indulgência" não significa licença para pecar durante cem dias impunemente; nem mesmo equivale ao perdão dos pecados cometidos pelo espaço de cem dias. Não passa de pilhéria — tão espirituosa quão irreverente — o célebre conto, em que Alphonse Daudet pinta os monges de certo mosteiro, apagando, à força de indulgências plenárias, os pecados de embriaguez de um co-irmão, que os salvara da ruína, fabricando delicioso licor, com o qual se embebedava! A indulgência não supre o arrependimento sincero, e a confissão válida; mas supõe a ambos. Só liberta do castigo quem já se purgou da falta ou culpa moral. Refere-se tão sòmente e exclusivamente à *pena temporal* devida à transgressão pecaminosa da lei divina ou eclesiástica.

"Cem dias de indulgência" poderia, em rigor, significar o perdão de cem dias de purgatório, mas tal interpretação não corresponde à mente da Igreja que concede as indulgências. Pela expressão entende-se exatamente uma remissão de penas equivalente à que o pecador — arrependido e já perdoado — alcançaria com cem dias de *penitência pública.* E esse perdão nos é concedido, mercê das superabundantes expiações de Cristo e de seus Santos, que a Igreja faz refluir sobre o pecador.

A Igreja se assemelha, pois, a uma família imensa onde tudo seria comum, em virtude do grande amor, cujo fluxo e refluxo uniria os diversos membros, num sublime intercâmbio de dons sobrenaturais.

Deve ser para nós motivo de consolo e alento ter certeza de que nossa miséria se pode socorrer com os merecimentos dos Santos, e que as dores, por eles suportadas, nos beneficiam a nós, míseros pecadores.

Caminhamos com dificuldade na via da salvação; pouco adiantamos e amiúde baqueamos; mas, vencendo a nossa pobreza, acédia e imperícia, está em torno de nós, arrastando-nos atrás de si, o exército dos que já alcançaram a vitória ou correm-lhe, álacres, ao encontro.

Ainda que aparentemente isolados, sempre agimos socialmente, envolvidos numa rede de orações, de penitências, de boas obras. E embora ninguém assista à nossa derradeira agonia, não morremos sós.

E como esse dogma da "Comunhão dos Santos" deveria romper-nos o isolamento, fazer-nos sair da religião ensimesmada, para que comungássemos às grandes causas da Igreja, sentindo-lhe como *nossas* as alegrias e as perseguições. As apostasias e as conversões individuais, os reveses que sofre nossa Mãe e os triunfos que alcança, tudo isso deveria afetar-nos pessoalmente. "Quem está enfermo, que eu não esteja enfermo?" "Quem é escandalizado que eu não me abrase?" (2 Cor 11, 29).

Também nos deveria alentar e esporear no apostolado da oração e do sofrimento a certeza de que nossos esforços, por imperfeitos e vacilantes sejam eles, não são inúteis nem estão perdidos. Unidos aos merecimentos e às expiações dos Santos e sobretudo de Cristo, cobram valor, e vem enriquecer, por pouco que seja, o tesouro comum.

Essa Comunhão dos santos dilata, sobremaneira, os limites espaciais e temporais da ajuda mútua. Por mais que se esforce o "altruísmo" puramente humano, verifica em breve quão restrito é o seu raio de ação. Porém, invisível e sobrenaturalmente, podemos fazer imensamente mais. Derrama-se a nossa ação não apenas pelo universo todo, mas ainda pelos páramos desolados do purgatório e as verdejantes campinas do Paraíso.

Igreja militante e triunfante.

Distingue o Catecismo Romano (I p., X, q. 5) duas partes principais na Igreja (principais e não únicas, porque poderíamos aditar a "Igreja padecente", conjunto das almas santas que ainda sofrem no Purgatório): a "Igreja triunfante" que compreende os anjos e os eleitos que gozam da celeste bem-aventurança (Heb 12, 22-23) e a "Igreja militante" que engloba os que, sobre esta terra, ainda combatemos contra o mundo, a carne e Satanás.

Não são, insiste o Catecismo, duas Igrejas diversas, senão duas partes da mesma Igreja; a primeira é a vanguarda que a segunda encontra dia a dia.

Como nos é sumamente difícil sintetizar aspectos diversos da mesma realidade, somos arrastados insensìvelmente a separar a Igreja militante da triunfante. Os católicos, em maioria, entendem por "Igreja" apenas a primeira — o que é naturalíssimo, pois dela fazem parte e o temor da morte os leva a desejar pertencer o mais tarde possível à segunda.

Donde, muitos definem a Igreja com S. Belarmino: "A assembléia dos homens unidos pela profissão da mesma fé e a comunhão dos mesmos sacramentos, sob a direção dos pastores legítimos e principalmente do único Vigário de Cristo, o Pontífice Romano". [*]

Boa definição, contanto observemos que o Santo Doutor limitou-a expressamente à Igreja *militante*. Pelo contrário, se a tomamos como definição da Igreja sem mais, iremos em seguida nos dilacerar contra as pontas de estranho dilema: ou as almas do purgatório e os santos do céu não fazem parte da Igreja, ou recebem os sacramentos e obedecem ao Papa!

Bem sabemos que, na outra vida, não haverá nem hierarquia eclesiástica, nem sacramentos, nem profissão de fé: impe-

---

*) De Controversiis, t. II, Controv. gen., I, l. 3: De Ecclesia militante toto orbe diffusa; cap. 2: De definitione Ecclesiae.

rarão apenas a graça e a caridade de Cristo (este o elemento comum que irmana caminhantes e compreensores).

Inversamente, se definimos a Igreja como tal: "A assembléia dos primogênitos que estão inscritos no céu" (Heb 12, 23) ou mais brevemente, com S. Agostinho: "A assembléia dos eleitos" o que só é verdadeiro da Igreja triunfante — teremos que a Igreja, sobre a terra, não encerra em seu seio pecadores e nos despenhamos nas heresias de Huss e de Quesnel. Reduz-se a Igreja a uma sociedade invisível, pois só os olhos de Deus conhecem os seus eleitos.

E' a própria Escritura que nos desvenda *os dois estados diversos, em que se encontra a mesma Igreja.* Ao perscrutarmos os símbolos sob os quais a palavra inspirada revela a Igreja, verificamos que eles designam a um tempo os soldados ativos de Cristo e os veteranos já coroados; pois o reino, a cidade, a esposa, significam uma só realidade que *simultâneamente* existe na eternidade e no tempo, no pleno dia da visão e na obscura noite da fé: Igreja da glória e Igreja da Cruz.

Assim, na epístola aos Gálatas S. Paulo apresenta-nos a Igreja como a Jerusalém espiritual que existe tanto no céu como sobre a terra. E' celeste por ser a "Jerusalém de cima" a contrastar com a transviada Jerusalém histórica, mas é também terrestre, por ser "Mãe" de todos os cristãos.

No Apocalipse, esta nova Jerusalém desce do céu para a terra (21, 2, 10) — eternidade que se vem inserir na trama do tempo — enquanto, "vindo da grande tribulação" o imenso cortejo processional sobe sem cessar ao encontro do Cordeiro, na sua glória (7, 9-17).

A Mulher fecunda é conjuntamente realidade celeste, — coroada de estrelas, vestida de sol e pisando a lua — e realidade terrestre, fugindo diante da ira do dragão (12, 1-6). Apresentam-se-nos na terra, sobre o monte Sião, os fiéis do Cordeiro (14, 1) e, no céu, os que já venceram e triunfam (15, 2).

Na epístola aos Efésios igualmente, aparece-nos a Igreja-Esposa, em dois estados: a Esposa "gloriosa" (5, 27) e a Esposa que Cristo agora nutre e da qual cuida como do seu próprio corpo (5, 29). Bem mais, os atributos da Igreja celeste convêm, embora incoativamente, à Igreja terrestre, pois desta também podemos dizer que na sua essência é "gloriosa, sem mácula, nem ruga ou coisa semelhante, mas santa e imaculada", apesar de seus membros pecadores.

Poderíamos crer que as bodas do Cordeiro e da Esposa, no Apocalipse se referem apenas ao tempo que seguirá a Parusia, com a criação restaurada — a "palingenesia" — o novo céu, a nova terra e a nova felicidade: "E Deus lhes enxugará todas as lágrimas dos seus olhos; e não haverá mais morte, nem luto,

nem clamor, nem mais dor, porque as primeiras coisas passaram" (21, 1-4). Todavia, ainda a Igreja militante e dolorosa é Esposa, tanto assim que, ao fim do Apocalipse, S. João no-la mostra no seio das suas tribulações, suspirando por esse estado final de bem-aventurança que já lhe está assegurado. Intensidade da esperança: a Igreja está neste mundo, mas sem nele viver, os olhos cravados no céu. E o Espírito que intercede na alma dos fiéis com "gemidos inexplicáveis" (Rom 8, 26), move a Igreja a esta súplica tão confiante e instante: "E o Espírito e a Noiva dizem: Vem!" (22, 17).

E' o "venha a nós o vosso Reino"; não mais vinda ao recesso das almas, mas vinda triunfal do Esposo. Chama a este Jesus que acaba de se revelar a ela como "estrela da manhã" o astro cintilante que precede o raiar do dia (22, 16), marcando assim a continuidade entre o tempo presente de lágrimas e de espera e a eternidade de amor, as núpcias radiosas que estão às portas.

Mantendo embora a identidade substancial entre a Igreja militante e triunfante, devemos nos precaver contra todo escatologismo e milenarismo. A infelicidade dos tempos, as implacáveis perseguições movidas à Igreja, a paganização crescente do mundo após dois mil anos de cristianismo, poderiam suscitar em nós certa tendência a antecipar o futuro ou a esquecer o tempo para nos refugiar na eternidade. Ou ainda, a nos fazer sonhar com um Reino sem escândalos e sem homens que cometem a iniquidade (Mt 13, 41), uma Igreja que varreria da terra o mal, não encerraria em seu seio desfalecimentos, fraquezas demasiadamente humanas, abusos que lhe empanam a beleza; uma Igreja que não necessitaria implorar cada dia misericórdia — "perdoai-nos as nossas dívidas" — de fazer penitência, de expiar enfim. Esqueceríamos em suma as duras verdades das cartas às sete igrejas, no início do Apocalipse, para ver apenas a Esposa imaculada do Senhor da glória. Na realidade a Igreja militante preliba apenas a glória ventura. Essencialmente é Igreja dolorosa — *Ecclesia crucis* e não ainda Igreja triunfante — *Ecclesia gloriae.*

Conquanto tenha Cristo por Cabeça e o Espírito Santo por Alma, a Igreja militante não sente ainda o influxo de um e de outro com a mesma plenitude que a Igreja triunfante: os membros terrestres do Corpo Místico não são vivificados tão perfeitamente quanto os membros gloriosos. Daí a necessidade de Cristo, nos céus, interpelar continuamente por nós, sujeitos ainda às consequências do pecado, à luta da carne contra o espírito.

Do seu Corpo Místico aqui sobre a terra, Cristo não é glorificador senão Salvador (Ef 5, 23). A Igreja militante perpetua a obra redentora de sua Cabeça.

No Céu, a Igreja prolonga o Cristo glorioso, na terra ela prolonga o Cristo passível. Esposa, ela deve participar dos sofrimentos do Esposo, antes de lhe partilhar o triunfo. Para a Igreja como para Cristo, a ressurreição e a ascensão pressupõem a paixão e morte. "Não era necessário que o Cristo sofresse tais coisas e assim entrasse na glória?" (Lc 24, 26).

Donde Pio XII profligou o erro "daqueles escritores modernos que, enganados por uma pretensa disciplina mística mais elevada, ousam afirmar que não devemos nos ater ao Cristo histórico, mas ao "Cristo pneumático e glorificado", e não duvidam asseverar que, na piedade dos fiéis, se verificou uma mudança pela qual Cristo como que foi destronado, ocultando-se o Cristo glorioso que vive e reina pelos séculos dos séculos, sentado à dextra do Pai e pondo em seu lugar o Cristo da vida terrena". *

Continuadora de Jesus viajor que lutou contra os poderes das trevas, a Igreja luta sempre contra as resistências não só fora dela, mas sobretudo dentro dela: aquela região caliginosa que se encontra — mais ou menos obscura e espessa — em cada um de seus filhos que ainda não atingiram a união transformante. Luta tremenda contra o pecado: não foi dito que os piores inimigos do cristianismo são os próprios cristãos? Luta nem sempre vitoriosa: a Igreja militante encerra em seu seio membros que, por desgraça, jamais serão incorporados à Igreja da glória.

Distinguir claramente os dois estados da mesma Igreja, de sorte que a fase triunfante não absorva a militante, em nada impede de reconhecer que, na perspectiva neo-testamentária, *não cabe ruptura alguma* entre o tempo e a eternidade; há, pelo contrário, um permear do presente pelo futuro.

Os "últimos tempos" já começaram com a vinda de Cristo, e por sua vez, a Parusia será apenas a plena realização da Encarnação redentora. "Não temas, pequeno rebanho, porque aprouve a vosso Pai dar-vos o Reino" (Lc 12, 32). O rebanho humilde e temeroso é a Igreja, e o Reino triunfal é ainda a Igreja; porém aquele simboliza a Igreja peregrina, exposta a tamanhos perigos externos e internos; este, é a mesma Igreja já chegada à plenitude definitiva.

A canonização dos Santos não constitui porventura magnífico sinal da continuidade entre as duas fases em que se encontra a única e mesma Igreja?

Armado de seu poder infalível, Pio XII — membro e chefe visível da Igreja militante — pronuncia que Maria Goretti, nossa contemporânea, cuja mãe ainda vive, é membro da Igreja triunfante porquanto, havendo legìtimamente combatido, foi coroada (2 Tim 2, 5).

*) Encíclica *Mediator Dei*, ed. Vozes, n. 157.

A Igreja militante é a nascente inesgotável donde jorra o fluxo que alimenta o grande caudal da Igreja triunfante até o consumar-se do tempo, quando — completado já o número dos eleitos — os anjos farão a sega e recolherão o trigo nos celeiros eternos.

Havendo *continuidade* entre a Igreja militante e a triunfante, bem mais, esta sendo o desabrochar daquela, o termo que ela demanda, segue-se que o cristão não se pode acantonar neste mundo como se não existira o outro, mas antes, tendendo para as coisas que lhe estão diante, deve correr diretamente à meta, à recompensa, a qual Deus o chama lá em cima, em Cristo Jesus (Filip 3, 13-14). Enquanto o pagão só encontra gosto nas coisas terrenas, nós, os cristãos, somos desde já cidadãos do céu, donde esperamos o Salvador Nosso Senhor Jesus Cristo (ib., 3, 20).

Por isso a vida da Igreja militante é perpétuo advento. Cada dia, e milhares de vezes ao dia, ela oferece o Sacrifício eucarístico, "anunciando a morte do Senhor até que ele venha" (1 Cor 11, 26).

Sem pois sucumbir aos prestígios da ilusão platônica — esquecendo o tempo para se instalar na eternidade — sendo embora Igreja do presente, mas sabendo que a vitória de Cristo deve se inscrever na trama do tempo, a Igreja militante vive num instante que o escatológico imbebe, como se a Igreja da eternidade se cobrisse com as vestes do tempo. Milita sobre a terra — e combate rijo — mas toda voltada para o além. Não olvida que a ressurreição e o triunfo futuros já começaram; que já recebemos penhores e primícias da herança divina, dos bens definitivos (2 Cor 1, 22; Rom 8, 23; Ef 1, 14).

Este Reino cuja vinda ela implora cada dia, ao rezar o Pater, a Igreja sabe que ele chegará não apenas quando o Anjo anunciar o fim do tempo, mas vem desde já — real embora imperfeito. Advento que se não processa sem lutas e combates contra os obstáculos — fora de nós e sobretudo em nós — que dificultam o caminhar da Igreja e impedem as forças redentoras de atuar plenamente no seio do tempo. Donde: Igreja *militante* (Ef 6, 14-18).

Como esse adjetivo "militante" — e as pelejas e violências (Mt 11, 12) que anuncia — soa estranhamente a nossos ouvidos, imersos que estamos no torpor religioso; nós que pretendemos nos salvar sem lágrimas; ser trazidos ao céu, cômodamente, por qualquer novena milagrosa!...

Talvez o meio mais fácil de entender o duplo estado em que vive a única Igreja de Cristo será de recordar que também o Senhor, enquanto homem, se encontrava em dois estados diversos: era a um tempo peregrino e compreensor. Viandante, aquele Cristo que "nos dias de sua carne, oferecendo, com

grande brado e com lágrimas, preces e súplicas ao que o podia salvar da morte, foi atendido pela sua reverência, e embora fosse Filho de Deus, aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu" (Heb 5, 7). Compreensor, o mesmo Cristo já gozava da visão beatífica, pois que dava testemunho do que via em Deus (Jo 3, 11) e possuía a eterna glória (Jo 17, 5).

Ora, se a Igreja é o prolongamento e continuação do Salvador, não é de surpreender que ela também — permanecendo embora a mesma — se encontre em duas condições diversas, uma de dor, prova e humilhação, outra de felicidade, vitória e glória. E como em Cristo peregrino o sofrimento foi passageiro, assim para a Igreja, seu Corpo místico.

Tanto a Igreja militante se prolonga na Igreja triunfante que ela acresce a esta de novos membros, continuamente.

Depois do Juízo final, Cabeça e Corpo existirão ambos sob condição ressuscitada e gloriosa — a Igreja será o corpo glorificado do Senhor da glória [7] — mas aqui na terra, ela é ainda o corpo padecente de Jesus crucificado. Antes de triunfar com o Ressuscitado, seus membros devem ser redimidos pelo Crucificado. De certo, como dissemos, a Redenção "objetiva" já está consumada; falta, contudo, a redenção "subjetiva": que o sangue de Cristo lave cada um dos homens que surgem pelos séculos em fora.

Quando estiver consumada esta redenção subjetiva — salva ou condenada a derradeira alma — só então o estado de prova se resolverá em estado de recompensa e glória; a obscuridade da fé desabrochará na claridade da visão; as feridas de nosso coração tornar-se-ão resplendentes; a morte será definitivamente vencida pela ressurreição dos corpos. Estarão os membros afinal plenamente conformes à Cabeça gloriosa.

Igreja militante e Igreja triunfante são, pois, substancialmente idênticas, já que ambas têm por Cabeça o mesmo Cristo, ambas são o mesmo Reino de misericórdia do Senhor, ambas são animadas pela mesma graça e transfiguradas pela mesma caridade. Diferem apenas: 1º quanto à condição em que vivem — de prova, de triunfo; de fé obscura, de visão facial; — 2º quanto à qualidade de seus membros: uma só contém santos, a outra encerra ainda pecadores; 3º quanto à hierarquia e aos sacramentos que não se encontram mais na Igreja triunfante; esta não carece de veículos da verdade e do amor sobrenaturais: eles lhe vêm imediatamente do abismo da Trindade.

---

[7]) Num certo sentido a Igreja triunfante já é precisamente o Corpo do Senhor da glória, porém não de maneira acabada, pois é apenas composta de almas. Só no fim do mundo, Cristo ressuscitará nos seus membros; unidos os corpos dos fiéis às almas gloriosas, terá o Corpo Místico atingido enfim a sua estatura definitiva.

Definição da Igreja. [*]

Definiremos, pois, a Igreja militante com S. Belarmino e a Igreja triunfante com S. Agostinho. Mas se quisermos uma definição que abranja ambos os estados da Igreja, a fim de expressar o que tem de mais essencial, diremos: *a Igreja é o corpo místico de Cristo.*

Esta definição, já inculcada pelas Sagradas Letras, explicitada pelos Santos Padres e os Doutores medievais foi, não direi posta de lado, senão menos empregada, depois da Reforma. Muito simples a razão: destruída pelo protestantismo a noção de Igreja visível, rejeitada a hierarquia, tornava-se imprescindível insistir sobre uma e outra verdade. Daí, nos tratados *De Ecclesia,* o acentuar-se tanto a feição jurídica da Igreja, ao mesmo tempo que, concretamente, se processava enorme esforço de fortalecimento e centralização da vida eclesiástica.

Sem embargo, os melhores teólogos, ainda no calor da polêmica antiprotestante, não olvidavam o caráter invisível, místico, sobrenatural, da Igreja. Citemos apenas um deles, Bossuet, que definia a Igreja: "Jesus Cristo espalhado e comunicado, Jesus Cristo homem perfeito, Jesus Cristo na sua plenitude".

No século passado, sem menoscabar o caráter jurídico da Igreja — antes mantendo todas as conquistas e desenvolvimentos da teologia pós-tridentina — preocuparam-se os autores em ressaltar novamente o "mistério" da Igreja.

"Creio... na Santa Igreja Católica", professamos no Símbolo. Só um mistério é objeto de fé. Ora, na definição belarminiana e seus derivados, esse caráter misterioso está — não já ausente, senão seria falsa a definição — mas menos aparente. Pelo contrário, a definição da Igreja como Corpo místico de Cristo o põe explicitamente em relevo, como se deve.

O qualificativo "Místico", indica que a organização eclesiástica está permeada, vivificada, por um princípio invisível, sobrenatural: o influxo de Cristo sua Cabeça, o sopro do Espírito, sua Alma.

Não descuramos por isso o lado exterior e visível da Igreja: a mesma expressão de "corpo" supõe algo aparente, e basta analisar o conceito de Cristo-Cabeça para apreender que, sendo ele Sacerdote e Rei, seus poderes difluirão sobre o seu corpo: teremos a hierarquia de ordem e jurisdição.

Apresenta outrossim nossa definição a vantagem de valer para os três estados da Igreja — militante, padecente, triunfante — como ainda de enfeixar os membros invisivelmente ligados à Igreja: os pagãos de vontade reta, os catecúmenos fervorosos,

---

[*]) A falar com exação, é impossível "definir" a Igreja, por ser ela um mistério. O que chamamos aqui "definição" é apenas descrição aproximativa.

aqueles que, nascidos no cisma ou na heresia, neles permanecem de boa fé.

Donde, no anteprojeto da Constituição dogmática sobre a Igreja, apresentado ao Concílio do Vaticano, propunha-se aos padres conciliares a presente definição da Igreja.

Amparava-se a proposta de cinco razões: 1º é a comparação mais exata, frequente e eloquente das Sagradas Escrituras; 2º descreve a essência da Igreja partindo do elemento mais nobre; 3º extermina de vez a calúnia protestante, segundo a qual, para os católicos, a Igreja se reduz a exterioridades e realidades visíveis; 4º é impossível apreender o justo valor do aspecto externo da Igreja, a quem falece essa concepção íntima da Igreja; 5º por ser a noção de Corpo místico desconhecida pelos homens mundanos e carnais, tanto mais convém despertá-la entre os fiéis.[9]

Interrompido o Concílio, não pôde o projeto de Constituição ser votado. Coube a Pio XII a glória de dissipar as derradeiras hesitações ou oposições, declarando, desde as primeiras palavras da Encíclica "Mystici Corporis Christi", que a doutrina do Corpo místico é revelada, pois "foi recebida dos lábios do próprio Redentor". Donde o Pontífice tira a consequência: "Para *definir* e descrever esta verdadeira Igreja de Cristo que é a Santa, Católica, Apostólica Igreja Romana, nada há mais nobre, nem mais excelente, nem mais divino, do que o conceito expresso na denominação "Corpo Místico de Jesus Cristo", conceito que imediatamente resulta de quanto nas Sagradas Letras, e nos escritos dos Santos Padres, frequentemente se ensina".[10]

SINTESE.

Numerosos são os nomes e os símbolos que, na revelação, designam a Igreja.

1º **Convocação.** A Igreja é a assembléia cristã, figurada pela assembléia do deserto ao sopé do Sinai. Reunião dos homens congregados em torno de Cristo, pela misericórdia do Pai, para o conhecimento e a posse dos bens eternos. Importância da vocação cristã.

2º **Templo e cidade.** A Igreja é um edifício espiritual cuja pedra angular é Cristo e as demais pedras são os fiéis. Coesão; mútua cooperação; contínuo crescer do edifício; dependência para com Cristo; caráter sacral. Templo da Trindade, a Igreja pode também ser dita conjunto de edifícios: cidade Santa, nova Sião, visível por todos os homens e centro de atração para todos.

3º **Esposa e Mãe.** A metáfora nupcial dissipa o panteísmo: a Igreja não se confunde com Cristo. Acentua o aspecto afetivo das relações entre Cristo e a Igreja. - Nova Eva, a Igreja é Mãe universal na ordem

[9]) Coll. Lacensis, t. VII, col. 578.
[10]) *Mystici Corporis Christi*, ed. Vozes, n. 9.

da graça, como a primeira foi mãe universal na ordem da natureza. Desvelo e sofrimentos da Igreja por seus filhos, simbolizados no Apocalipse pelas dores e combates da Mulher misteriosa que dá à luz o Messias e seus irmãos.

4º **Reino.** Anunciado pelos profetas, pregado por Cristo. Caráter social e hierarquizado da Igreja. Reino a um tempo visível e invisível, futuro e presente, encerrando bons e maus.

5º **Rebanho.** Esta metáfora nos ensina o caráter universal e hierárquico da Igreja e também o desvelo do Bom Pastor para com ela.

6º **Comunhão dos santos.** Noção que acentua — no aspecto invisível da Igreja, as relações mútuas de solidariedade entre seus membros. Implica: 1º a participação de todos os fiéis aos dons confiados por Cristo à sua Igreja; 2º a comunicação mútua dos benefícios espirituais, entre fiéis. Este intercâmbio entre os membros de Cristo, se processa: a) por intercessão; b) reversibilidade de merecimentos; c) reversibilidade das satisfações. Uns podem merecer pelos outros e também expiar pelas culpas alheias. Donde o tesouro das satisfações que a Igreja nos dispensa sob forma de indulgências. Estas alcançam ao pecador arrependido e perdoado uma remissão de penas equivalente à que ele obteria com um determinado número de dias de penitência pública.

7º **Igreja militante e triunfante.** A única Igreja de Cristo se encontra em dois estados diversos: no tempo, onde combate e revive a paixão de sua Cabeça — Igreja da Cruz — e na eternidade onde triunfa com essa mesma Cabeça — Igreja da glória. Não há ruptura senão continuidade entre Igreja triunfante e Igreja militante: esta alimenta contìnuamente aquela e, inversamente, a vitória, já assegurada, começa no seio do tempo. Igreja militante, está toda voltada para o além, aguardando e desejando a vinda do Esposo. Substancialmente idênticas, Igreja militante e triunfante diferem sobretudo quanto à condição em que vivem (fé, visão) e à qualidade de seus membros (santos e pecadores, sòmente santos). Também na Igreja triunfante não há sacramentos nem hierarquia.

A melhor definição da Igreja é: o Corpo de Cristo.

CAPITULO III

O NASCER DA IGREJA

Sobre o momento em que nasceu a Igreja, divergem as opiniões dos teólogos modernos. Há quem a faça datar daquele curto período que o Senhor ressuscitado passou ainda entre os homens. Outros, em número maior, colocam-lhe a fundação no dia de Pentecostes.

Por felicidade, Pio XII indicou-nos um rumo seguro, na Encíclica *Mystici Corporis Christi.* Ainda que não haja sido intenção sua dirimir a questão "ex cathedra", claro está que às palavras papais cabe suma autoridade. Resta-nos pois apenas a doce tarefa de trilhar o caminho traçado pelo Pontífice.

Distingue Pio XII três etapas: fase preparatória, fundação, manifestação da Igreja.

I. PREPARAÇAO DA IGREJA

A Igreja pre-messiânica.

No centro da história está Jesus Cristo. Ele, e ele só, dá unidade a essa disparidade de tempos e acontecimentos, porque tudo a ele se refere. Desde que ele veio, as almas todas vivem sobrenaturalmente por ele; antes de sua vinda, também dele dependiam como do "que há de vir" (Lc 7, 20; Mt 11, 3), do prometido, figurado, desejado: "Eu vos afirmo que muitos profetas e reis desejaram ver o que vós vedes e não viram, e ouvir o que ouvis e não ouviram" (Lc 10, 24). (E cada ano, durante o Advento, a Igreja rememora, revive, desejos e suspiros).

Guiados pelos ensinamentos do mesmo Jesus (Lc 24, 25-27) e de S. Paulo (1 Cor 10, 1-11; Gál 4, 24), os Santos Padres, descobriam nas palavras, acontecimentos, personagens do Antigo Testamento, outras tantas figuras prenunciadoras de Cristo e da Igreja.

No fim do século IV, Ticônio formulou, como primeira regra da exegese, o que já o uso comum dos escritores eclesiásticos consagrava: o Velho Testamento, figura perpétua do Novo, deve ser interpretado em função das realidades descritas neste último. E como Cristo é um só com a Igreja, o que é dito de Cristo no Antigo Testamento, pode também aplicar-se à Igreja. Não apenas os livros proféticos, senão ainda os históricos, es-

boçavam antecipadamente a vida do novo Adão e da nova Eva. Divina pedagogia, que gradativamente preparava a humanidade à Revelação completa e definitiva, à vinda do Salvador e à fundação da sua Igreja. "A lei nos serviu de pedagogo, para nos conduzir a Cristo" (Gál 3, 24).

Ora, se os próprios acontecimentos históricos estavam orientados para Cristo, com maior razão haveria a santificação das almas de se processar em função de Cristo. Os amigos de Deus, nas eras precristãs — um Abel, um Abraão, um Moisés, um Job — prefiguravam Aquele que devia vir, ao mesmo tempo que recebiam a santidade — como por um refluxo antecipado — do sacrifício do Calvário. Graça divina, concedida em previsão da Paixão futura.

Donde S. Ireneu podia afirmar que a lei mosaica era, a um tempo, disciplina moral para os israelitas e figura profética da lei evangélica. Desta prefiguração tirava toda a sua virtude.

Assim, nos milênios que precederam a Encarnação, o olhar clarividente dos Santos Padres já divisava a Igreja cristã em formação. Esboço que a pouco e pouco se aperfeiçoaria, à medida que a humanidade se iria aproximando — através de quantos esforços e de quantas catástrofes — dos tempos messiânicos, e que a Revelação se tornaria mais clara, e mais eficazes os meios de salvação.

A princípio, viveram os homens sob o regime da chamada "lei natural", sem outro guia do que o lume de sua consciência moral, e as secretas inspirações do alto. Razão e inspiração lhes injungiam de adorar a Deus, de fazer o bem e evitar o mal (Rom 2, 14-16); embora a ignorância e o erro, frutos do pecado original, amiúde viessem entenebrecer a razão e turvar a inspiração. O esboço da Igreja existia então em estado latente, quase invisível; apenas um ou outro elemento se manifestava; por exemplo, as reuniões em que se praticavam atos de culto a Deus.

Aos poucos, vai emergindo da névoa dos tempos a configuração da Igreja. Na época de Abraão, o Senhor escolhe um povo, pactua com ele eterna aliança — radiosas promessas em troca de serviço fiel — cujo sinal visível, a circuncisão, está impresso na própria carne dos patriarcas e de seus descendentes (Gn 17). Desde então Israel é filho adotivo do Altíssimo (Êx 4, 22; Dt 14, 1).

Mais tarde, pelas mãos de Moisés, o Senhor dá ao povo eleito uma lei moral e uma organização sacramental e cultural minuciosíssima. Dos israelitas e deles só, "é a adoção de filhos, e a glória, e a lei, e a aliança e as promessas" (Rom 9, 4).

Já temos então a Igreja visível, congregação dos fiéis. Igreja toda inteira orientada, projetada para o que devia vir. E'

já de Cristo esta Igreja, porque todo aquele emaranhado de preceitos, observâncias e ritos, eram como sombras projetadas de antemão pela realidade futura: Jesus Cristo (Col 2, 17; Heb 8, 5). E como a sombra nos leva ao corpo que a projeta, assim a lei antiga nos conduzia a Cristo. Ele mesmo afirmou que realizava o que figuravam a serpente elevada por Moisés (Jo 3, 14) e o maná no deserto (Jo 6, 49). O sacrifício pascoal, a circuncisão, só tinham valor porque significavam, aquele a paixão de Cristo, estes, os efeitos da Paixão no batismo. Se esses ritos antigos podiam santificar, não era por virtude intrínseca, mas por serem manifestações da fé no que devia vir. Esta fé e não o rito, justificava.

"A lei coisa alguma levou à perfeição, mas foi a introdutora de melhores esperanças, pela qual nos aproximamos de Deus" (Heb 7, 19). "Na fé morreram todos estes (os patriarcas), sem terem ainda recebido as coisas prometidas, mas vendo-as de longe, e crendo-as e abraçando-as, confessaram que eram estrangeiros e peregrinos na terra" (Heb 11, 13). "Abraão, vosso pai, suspirou por ver o meu dia; viu-o e sentiu-se cheio de gozo" (Jo 8, 56).

Indagará alguém como o Salvador, que ainda não se imolara por nós, poderia santificar os Antigos, e como seria possível a estes comungar, pela fé, com mistérios que ainda não se haviam realizado? À primeira pergunta respondemos que, antes da Encarnação, a vida sobrenatural já era dada em consideração dos futuros merecimentos de Cristo, que os justos de antemão prefiguravam, cuja semelhança esboçavam.

À segunda pergunta diremos que, se quisermos vislumbrar como aos Antigos foi possível entrar em contacto, pela fé, com uma realidade não ainda existente — a paixão de Cristo — deveremos atentar em que outra coisa é existência material e outra existência mental.

Todo e qualquer fim por nós almejado ou perseguido, já existe, de certa maneira, em nossa mente, embora não ainda na realidade das coisas. A estátua, por exemplo, que o escultor intenta executar, não está ainda realizada como obra d'arte visível e tangível, porém no espírito do artista vive como concepção, meta, intenção; tanto assim que lhe norteia a vontade e lhe movimenta as mãos. De modo semelhante, a conjunção que a fé estabelece entre Cristo e nós, não é material, senão mental, e assim a obra futura do Senhor, embora ainda não efetivada, podia existir, como realidade apreendida e desejada, na mente dos justos da antiga lei, nela produzindo efeitos espirituais.

Tanto a Igreja do Antigo Testamento era essencialmente figura do que deveria vir — tendência para Cristo — que S. Paulo não hesitou em afirmar como que uma presença ante-

cipada, mística, de Cristo entre os hebreus: "Não quero, irmãos, que vós ignoreis que nossos pais estiveram todos debaixo da nuvem e todos passaram o mar; e todos comeram dum mesmo manjar espiritual; e beberam todos de uma mesma bebida espiritual, porque bebiam da *pedra espiritual que os seguia*, e *essa pedra era Cristo*" (1 Cor 10, 1-4). A passagem do Mar Vermelho figura o batismo cristão; a incorporação a Moisés prenuncia a incorporação a Cristo; o maná e a água jorrada do rochedo são como promessas da Eucaristia. E para provar que tudo isso só tinha significação em virtude da realidade futura, Paulo mostra-nos Cristo invisível, como que acompanhando o povo eleito no deserto.

Preparação imediata.

Encarna-se o Verbo eterno. Das figuras e promessas, passamos às realizações, da Igreja da espera à Igreja dos "últimos tempos": inaugura-se nova e derradeira era, cujo termo será a eternidade. Cristo não é mais apenas objeto de esperança e de desejo, mas a Cabeça atual que unifica a humanidade inteira. A filiação adotiva, outrora esboçada, incoativa, torna-se agora plena, perfeita (Gál 4, 1-6). O mesmo Jesus acentuou a um tempo a continuidade entre as duas etapas da Igreja, e a superioridade da segunda sobre a primeira.

Continuidade. — Em termos enérgicos o Mestre salientou o estreitíssimo laço que prende ambos os Testamentos: "Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim destruir mas cumprir. Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, não desaparecerá da lei um só jota ou um só ápice, sem que tudo seja cumprido" (Mt 5, 17-18; Lc 16, 16-17). S. Paulo, em consequência, assentou a nova lei sobre a antiga: "Destruímos nós a lei com a fé? Longe disso, antes confirmamos a lei" (Rom 3, 31). "Porque o fim da lei é Cristo, para a justificação de todo crente" (Rom 10, 4).

Superioridade. — "Em verdade vos digo que, entre os que de mulher tem nascido, não veio ao mundo outro maior que João Batista; mas o que é menor no reino dos céus é maior do que ele" (Mt 11, 11; Lc 7, 28).

Tema central da epístola aos Hebreus são essas relações de continuidade e superioridade entre as duas alianças. Compara a revelação feita por Cristo à transmitida pelos profetas; o sacerdócio de Cristo ao sacerdócio levítico; o sacrifício de Cristo aos sacrifícios rituais dos judeus. Acentuando o quanto sobreestá o Novo Testamento ao Antigo, mostra, ao mesmo tempo, que aquele prossegue, completa e torna eficaz o que este havia apenas esboçado, adumbrado, prometido.

Já os dois primeiros versículos, por exemplo, assinalam a continuidade entre as duas economias — é sempre o mesmo Deus que se manifesta — e a respectiva disparidade e complementariedade: 1º a *índole:* fragmentária e multiforme da antiga revelação; total e única da nova; 2º os *órgãos:* simples profetas de um lado; do outro o Filho, como homem herdeiro universal; como Deus consubstancial ao Pai e criador do mundo; 3º os *destinatários:* exclusivamente os antepassados judeus; todos os homens de hoje, judeus e gentios.

No próximo capítulo, algo será dito sobre as relações entre a Encarnação e a Igreja. Por ora, estudemos a preparação imediata ao estabelecimento do reino de Deus entre os homens.

Numa sociedade cumpre distinguir: 1º os membros de que se compõe; 2º o fim que colima; 3º a autoridade que coordena as vontades e as dirige para a consecução do comum objetivo.

Ora, basta abrir os Evangelhos para verificar em seguida que foi vontade explícita de Cristo fundar uma sociedade religiosa.

1º Os *membros* que a deveriam constituir ele os ganhou pela pregação do Reino de Deus. Pregação esta, destinada antes de tudo às ovelhas perdidas da casa de Israel (Mt 10, 6; 15, 24), porque assim o exigiam as promessas de Deus a seu povo. Jesus, todavia, deixara bem claro, reiteradas vezes, que outras ovelhas viriam de alhures ao redil (Jo 10, 16), que o Reino seria universal (Mt 8, 11; 21, 43; Lc 13, 29); ordenou que fosse a doutrina pregada a todas as gentes, a toda criatura (Mt 28, 19; Mc 16, 15). Entre os membros da Igreja, aparece, bem distinto, o grupo dos discípulos (Lc 10, 1; Mt 13, 10; 15, 10); entre eles sobressaíam os Doze escolhidos aos quais Jesus confere poderes especiais (Mc 3, 13; Lc 6, 12; Mt 4, 19; 10, 1, 7, 8, 14, etc.); a estes sobrepaira enfim Pedro (Mt 16, 18; Lc 22, 32; Jo 21, 15).

2º O *fim* dessa sociedade seria a divinização de seus membros: "Eu vim para que tenham a vida, e uma vida abundante" (Jo 10, 10). A esta vida divina, nasceriam os membros pelo batismo (Jo 3, 5), e nela cresceriam pela Eucaristia (Jo 6, 53, 58).

3º A *autoridade* enfim, que seria como a causa eficiente, próxima e visível, da sociedade que fundara, Jesus a instituiu criando a hierarquia apostólica. Causa eficiente visível, dizemos, porque a Igreja foi, de fato, edificada e espalhada no mundo pelos Apóstolos, e continua a ser construída, através dos séculos, pelos sucessores dos Apóstolos.

Causa eficiente próxima ou imediata, acrescentamos, porque a causa remota, mediata — e aliás principal — é Deus por meio de seu Filho humanado. Temos assim uma concate-

nação de princípios ativos: *a Igreja vem de Deus, através da Humanidade do Verbo, pela hierarquia apostólica.*

Apenas transpusemos aqui, em linguagem mais técnica, o que Jesus Cristo enunciara de maneira viva e concreta, ao dar à Igreja sua missão na pessoa dos Apóstolos: "Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós" (Jo 20, 21; cf. 17, 18). Deus Pai, Cristo, os Apóstolos: eis a fonte — tríplice em aparência, una em realidade — donde surge a Santa Igreja.

O mesmo nos manifesta, por outras palavras, S. Paulo: "Quer (Deus) que todos os homens cheguem ao conhecimento da verdade; porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, que é Jesus Cristo homem, o qual se deu a si próprio para a redenção de todos... por isso é que eu fui constituído pregador e Apóstolo... Doutor das gentes, na fé e na verdade" (1 Tim 2, 4-7). De novo: Deus, Cristo, o Apóstolo.

Claríssimo, reluz nesse texto um grande múnus da hierarquia: doutrinar. O Deus, cuja vontade salvífica a todos se estende, tanto que mandou seu Filho oferecer-se em sacrifício por todos, este Deus também mandou a Paulo, constituindo-o arauto da boa nova junto a todas as nações. Elo indispensável na cadeia que nos traz a salvação, tal é o Apóstolo. Do Evangelho, o mesmo se depreende. O Senhor, após uma noite transcorrida em oração, escolhe os Doze, que ele denomina Apóstolos, a saber "enviados" (Lc 6, 12-13), porque os destina a serem mensageiros de sua doutrina (Mc 3, 14). Passado um período de formação, em companhia do Mestre, mandou-os ele "pregar o Reino de Deus e curar os enfermos" (Lc 9, 2). Comunicava-lhes, pois, seus poderes de doutor e taumaturgo.

Mais tarde, ao enviar os setenta e dois discípulos em missão, revestiu-os de sua própria autoridade: "Quem vos ouve a mim ouve, e quem vos despreza, a mim despreza. E quem me despreza, despreza Aquele que me enviou" (Lc 10, 16). De novo a mesma escala descendente: Deus, a humanidade de Cristo, os hierarcas.

Tão divino o poder transmitido por Jesus a seus enviados, que eles, ao regressarem, anunciavam, jubilosos: "Senhor, pelo teu nome, até os demônios se nos sujeitam!" E Jesus: "Eu via Satanás, como raio, cair do céu" (Lc 10, 17-18). Engrandece este passo evangélico a sagrada hierarquia, ao mesmo tempo que afirma sua estreita dependência em relação a Cristo. Pois se os simples humanos derrotaram o anjo decaído, foi por estarem revestidos da força de Cristo.

No conteúdo da pregação evangélica descobre-se novamente a mesma escala: Deus, Cristo, os Apóstolos. "Já vos não chamarei servos, porque o servo não sabe o que faz o seu Senhor, mas chamei-vos amigos porque vos dei a conhecer tudo

quanto ouvi de meu Pai" (Jo 15, 15). E, falando ao Pai: "Dei-lhes as palavras que tu me deste" (Jo 17, 8).

Além do poder de ensinar, conferiu Cristo a seus Apóstolos os poderes de reger e de santificar.

Poder de *governo:* "Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo que desatardes na terra será desatado também no céu" (Mt 18, 18). Um pouco antes, declarara ao chefe dos Apóstolos: "Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves do reino dos céus, e tudo o que ligares na terra será ligado também nos céus, e tudo quanto desatares na terra será desatado também nos céus" (Mt 16, 18-19).

Poder de *santificar.* Lemos em S. João: "Depois disto foi Jesus com seus discípulos para a terra da Judéia, e aí habitava com eles e batizava". E mais longe: "foram ter com João (os discípulos deste) e disseram-lhe: "Mestre, o que estava contigo da banda do além Jordão, ao qual tu deste testemunho, ei-lo que está batizando e todos vão a ele" (Jo 3, 22, 26). Ora, no capítulo seguinte o evangelista explica: "Quando o Senhor entendeu que os fariseus tinham ouvido que Jesus angariava mais discípulos e batizava mais que João — *posto que Jesus mesmo não batizasse mas sim seus discípulos* — deixou a Judéia e foi de novo para a Galiléia" (Jo 4, 1-3). Assim identificavam-se de tal modo os Apóstolos com Jesus que, batizando eles, passa o rito como sendo conferido por Jesus. Não consta ao certo que fosse já o sacramento da Nova Lei; mas fosse embora este batismo semelhante ao de João — sem eficácia própria, mero despertador de arrependimento — associava Jesus os Apóstolos à sua obra de santificação junto aos corações penitentes. Preludiavam ao batismo cristão.

Mais ainda: havendo instituído, na última ceia, a Eucaristia, sacrifício e sacramento, ordenou Jesus aos Apóstolos: "Fazei isto em memória de mim" (Lc 22, 19). Punha-lhes assim nas mãos a fonte perene de toda santidade. No discurso após a Ceia, Jesus marca bem a continuidade entre os Doze e ele; desaparecido, ele seria substituído pelos Doze (Jo 17, 17-21).

Não estava, pois, fundada a Igreja? Que lhe faltaria ainda?

II. FUNDAÇAO DA IGREJA

O Cordeiro de Deus.

Todos os atos e palavras de Jesus que acabamos de relatar só tinham sentido em função de um acontecimento futuro, que condicionaria o destino da humanidade.

Até então, intransponível obstáculo impediria que a vida divina, trazida aos homens pelo Verbo, neles abrolhasse.

Por certo, desde o primeiro instante em que se humanara, o Filho de Deus merecera-nos a salvação; contudo, impérvios permaneciam os caminhos da graça; algo em nós impedia que nos chegassem os efeitos das ações de Cristo: a rebelião da humanidade contra Deus. Rebelião geral de toda a raça, misteriosamente solidária com Adão, e também rebelião pessoal de cada homem, que à outra se vinha ajuntar.

A quem mais detidamente estuda as civilizações antigas, tal depravação do espírito e da carne se lhe depara, que bem compreende como um Orígenes, um Gregório de Nissa, tenham chegado a sustentar que Satanás adquirira real direito de propriedade sobre o gênero humano, que a ele livremente se entregara como escravo. Não mais estranhamos a insistência de tantos Padres em descobrir figuras da Igreja na pessoa de mulheres pecadoras, como aquela prostituta que, a mandado de Deus, o profeta Oséias desposara, e sobretudo Rahab a meretriz. Pagã e pecadora, salvara-se esta da ruína de Jericó e fora adotada pelos israelitas. Simbolizava à maravilha a "Igreja das nações", libertada da tremenda sorte que a esperava e admitida a partilhar das promessas feitas por Deus ao povo eleito. Valera a Rahab esse privilégio, o haver ela atado à janela de sua casa um fio d'escarlate (Josué 2, 18; 6, 22). Rubro e misterioso fio a um tempo memorial do sangue do cordeiro pascoal e figura do sangue do Cordeiro divino. O primeiro, marcando as casas dos israelitas, as livrara do gládio do anjo exterminador (Êx 12, 7, 13, 23); o segundo, salva da morte do pecado todas as almas por ele tintas. Desenvolvendo esse simbolismo, os Padres acentuavam, a seu modo, os abismos morais de que a misericórdia do Salvador tirara a gentilidade, para purificá-la e dela fazer sua Esposa.[1]

Que não fosse exagero, para nos convencermos basta ler o que ao paganismo S. Paulo exprobrou: "Tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças, antes em seus pensamentos desvaneceram-se e o seu coração insensato obscureceu-se, porque, dizendo serem sábios, tornaram-se estultos e mudaram a glória do Deus incorruptível em a figura dum simulacro de homem corruptível, de aves, e de quadrúpedes, e de reptis. Pelo que Deus os abandonou às concupiscências de seus corações e à imundície, de modo que desonraram os seus corpos entre si, eles que trocaram a verdade de Deus pela mentira e serviram à criatura de preferência ao Criador" (Rom 1, 21-25).

---

[1]) S. Clemente (Ad Corint., XII, 7); S. Justino (Dial., CXI, 4); S. Ireneu (Adv. Haeres., IV, XX, 12); Orígenes (In Jesu Nave hom. III, 4); S. Hilário (Tract. mysteriorum, II, 5-10), etc.

E aos Coríntios o Apóstolo — após haver capitulado horrenda coleção de vícios que excluem do Reino de Deus — lembra: "Tais éreis alguns de vós! Mas fostes lavados, mas fostes santificados, em nome do Senhor Jesus Cristo, e mediante o Espírito de nosso Deus" (1 Cor 6, 11).

Aos Efésios também recorda o tempo em que "eram trevas" (Ef 5, 8), "sem esperança e sem Deus no mundo" (2, 12), entregues ao erro e ao vício (4, 17-19).

Aos Colossenses adverte: "Mortificai os vossos membros terrenos: a fornicação, a impureza, a lascívia, os desejos maus e a avareza que é uma idolatria, pelas quais coisas vem a ira de Deus sobre os filhos da incredulidade; entre as quais coisas, vós também andastes outrora quando nelas vivíeis" (Col 3, 5-8).

Expanda o leitor esse degradante espetáculo, por milênios afora, e entreverá a massa de pecados que esmagava a humanidade, a tempestade de ira divina que contra ela se armava. Na verdade, estavam os homens "mortos em ofensas e pecados" (Ef 2, 1).

Quem os aviventaria? Como seria possível fazer ruir esse muro que separava a humanidade rebelde de seu Criador ultrajado? Sòmente o mesmo Deus. De certo, a onipotência divina poderia ter perdoado, reconciliado, por muitos meios; entretanto, maior mercê, maior amor mostrou Deus aos homens, dando-lhes o seu próprio Filho, para satisfazer por eles.

Em Betânia, junto às águas onde batizava os penitentes, João, rodeado por discípulos e curiosos, estava a pregar, quando divisou Jesus que para ele caminhava. Era esse mesmo Jesus que, poucas semanas antes, se apresentara ao Batista para submeter-se ao rito penitencial e que, afiançado pelo Pai, embrenhara-se no ermo, impelido pelo Espírito. Retornava agora. E o Precursor estremeceu. Chegara enfim a suspirada hora, em que cobrariam sentido os tão longos anos de penitente espera, e a pregação que era insistente prenúncio d'Aquele que devia vir. Ei-lo enfim que chegava! Alvoroçado, apontou-o João aos ouvintes: "Eis o Cordeiro de Deus, eis o que tira o pecado do mundo"! (Jo 1, 29).

Palavras arcanas, que sem dúvida não foram entendidas pelos que as ouviram. Tivessem-nas entendido, e sentiriam quiçá decepção. Esperavam um Messias que seria rei temporal, libertador do jugo estrangeiro, restaurador do passado esplendor de Israel, conquistador do gentio.

Todavia, "a voz que clama no deserto" repete, indefessa, a mensagem. Decorrido um dia, encontrava-se o Batista em companhia de dois discípulos seus, João e André, quando deparou com Jesus que passava. E de novo designou-o: "Eis o Cordeiro de Deus" (Jo 1, 36).

Que significaria tão insólita expressão? Glosa óbvia é que João — cujo papel era chamar ao batismo de penitência os pecadores, e anunciar o Messias — quis testemunhar duas verdades sobre Jesus: a isenção de toda mácula, e ainda que este ser misterioso e intemerato, sobre o qual baixara o Espírito em forma de pomba, não apenas exortaria ao arrependimento, mas batizaria no Espírito Santo, tirando de fato o pecado (Jo 1, 32-33). Jesus o Cordeiro aparece então como a inocência descida do céu, e que nos vem limpar. Mas como purificaria? Porventura o símbolo empregado pelo Precursor não oferecia qualquer sugestão?

Aos judeus, o "Cordeiro" lembraria a ceia pascoal, e também os holocaustos oferecidos no templo de Jerusalém; entretanto, nem a um nem ao outro rito, era atribuído o poder de apagar os pecados.

Poderia outrossim evocar a celebérrima profecia de Isaías sobre o Servo de Deus: "Ele era desprezado, e o último dos homens; homem de dores e experimentado no sofrimento; e o seu rosto estava encoberto; era desprezado, e por isso nenhum caso fizeram dele. Verdadeiramente, ele tomou sobre si nossas fraquezas e ele mesmo carregou com as nossas dores; e nós o reputamos como um leproso, e como um homem ferido por Deus e humilhado... Mas foi ferido por causa de nossas iniquidades, foi despedaçado por causa de nossos crimes; o castigo que nos devia trazer a paz, caiu sobre ele, e pelas suas pisaduras nós fomos sarados. Todos nós andamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo seu caminho, mas o Senhor carregou sobre ele a iniquidade de todos nós. Foi oferecido em sacrifício, porque ele próprio o quis e não abriu a boca; como uma *ovelha* que é levada ao matadouro, como um *cordeiro* diante do que o tosquia, guardou silêncio e não abriu sequer a sua boca... E o Senhor quis consumi-lo com sofrimentos, mas, quando tiver oferecido a sua vida pelo pecado, verá uma posteridade perdurável, e o bom prazer do Senhor prosperará em suas mãos. Verá o fruto do trabalho de sua alma e ficará satisfeito. Este mesmo justo, meu servo, justificará muitos com a sua ciência e tomará sobre si as suas iniquidades. Por isso eu lhe darei por sorte grande multidão, e ele distribuirá os despojos dos fortes, porque entregou sua vida à morte, e foi posto no número dos malfeitores, e tomou sobre si os pecados de muitos, e intercedeu pelos pecadores" (Is 53, 3-12).

Dia virá — logo antes da Paixão — em que Jesus Cristo aplicará a si próprio o derradeiro versículo (Lc 22, 37), para bem firmar, aos olhos dos discípulos, a sua missão de Redentor. Donde, mais tarde, o diácono Filipe interpretaria ao etíope — e neste mesmo sentido — o vaticínio sobre o Cordeiro (At 8, 32-35). Será, pois, lícito indagar se a luz profética que des-

cobriria a João Batista o Cordeiro, não lhe teria feito pressentir a identidade entre Jesus e o misterioso Servo de Deus? Parece-nos não só possível como provável.

Com efeito, dupla revelação favorecera o Precursor: a primeira indicara o sinal pelo qual reconheceria Aquele cuja vinda preparava: sobre este baixaria e repousaria o Espírito (Jo 1, 33); a segunda — realizando o que a primeira prenunciava — lhe fizera ver os céus rasgados, a pomba pairando sobre Jesus, e a voz do Pai designando-o como seu Filho (Jo 1, 32, 34; Mt 3, 16-17).

Bastaria tal sinal para levar João a identificar Jesus com o Servidor de Deus, porquanto Isaías o caracterizava como ungido por superabundante efusão do Espírito (Is 11, 2-3; 42, 1; 44, 3 ss; 61, 1).

Por outro lado, Jesus, apesar dos protestos de João (Mt 3, 14), insistira em submeter-se ao rito expiatório do batismo. Filho de Deus, repleto do Espírito Santo, nele não podia haver pecado. Por que então solidarizar-se com os pecadores? Meditando sobre essa insistência, comparando-a com a profecia sobre o Servo padecente, não teria João Batista entrevisto o mistério da Encarnação redentora?

Destarte mais fàcilmente se explanaria a designação: "Eis o Cordeiro de Deus, eis o que tira os pecados do mundo". Jesus, comparado ao cordeiro — manso, inocente e vítima — seria a hóstia de um sacrifício expiatório, o sacrifício do Servo de Deus, que mansamente deixa-se imolar, embora intemerato, para livrar o seu povo do pecado.

Daria assim o Precursor cabal cumprimento à sua missão, apontando solenemente ao mundo Jesus como Redentor.

Dos lábios de João passou o símbolo aos lábios dos sacerdotes; cada vez que distribuem o Corpo de Cristo repetem: "Ecce Agnus Dei, ecce qui tollit peccata mundi".

O Cordeiro sacrificado, de tal forma simboliza a obra redentora de Cristo, que o Apocalipse mostra-o também no céu, no meio do trono de Deus. E' o Cordeiro "parecendo haver sido imolado" que recebe o livro selado de sete selos. Abre-o, enquanto a corte celestial prostra-se e entoa um cântico novo, dizendo: "Digno és, Senhor, de receber o livro e de desatar os seus selos, porque foste morto e nos resgataste para Deus com o teu sangue, de toda tribo, e língua, e povo, e nação, e nos fizeste, para o nosso Deus, reis e sacerdotes" (Apoc 5, 9-10). Um pouco mais adiante apresenta-se-nos a procissão dos que "lavaram os seus vestidos e os embranqueceram no sangue do Cordeiro". Da terra calamitosa alteiam-se ao céu resplendente, revestidos de níveas túnicas e com palmas nas mãos, para celebrar a eterna liturgia de Deus e do Cordeiro. "Não terão mais

fome nem sede, nem cairá sobre eles o sol, nem calor algum, porque o Cordeiro que está no meio do trono, os guardará e os levará às fontes das águas de vida, e Deus enxugará toda lágrima dos seus olhos" (Apoc 7, 9-17).

A morte redentora.

A simples leitura dos Evangelhos torna claro que toda a narrativa está orientada para o sacrifício da Cruz. Sentiram vivamente os evangelistas ser este o ápice da vida de Jesus. Muito pouco relatam sobre a infância e a adolescência; nada sobre a mocidade; depois, breves resumos de milagres e ensinamentos, para chegarem diretamente à paixão e morte. Porque em verdade, Jesus nascera *a fim* de sofrer e morrer sobre a Cruz: "Importa que eu seja batizado com um certo batismo, e como me angustio até que venha a cumprir-se!" (Lc 12, 50). Quais o sentido e os efeitos desta morte sacrificial? Responde o Concílio tridentino: "Por sua paixão Cristo mereceu-nos a justificação sobre o madeiro da Cruz, e por nós satisfez a seu Pai".[1]

Nestes termos define o Concílio o dogma tantas vezes e tão claramente expressado pelas sagradas Letras. Colhamos a esmo alguns textos: "Como Moisés levantou no deserto a serpente, assim também importa que o Filho do homem seja levantado, para que todo o que nele crê, não pereça mas tenha a vida eterna... E eu quando for levantado da terra, atrairei todos a mim. E dizia isto para significar de que morte havia de morrer" (Jo 3, 14-15; 12, 32-33). "Todos pecaram e estão privados da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente pela sua graça, por meio da Redenção que está em Jesus Cristo, a quem Deus propôs como vítima de propiciação em virtude de seu sangue... Deus manifestou seu amor por nós, porque, quando ainda éramos pecadores, no tempo oportuno morreu Cristo por nós. Logo, agora que estamos justificados pelo seu sangue muito mais seremos salvos da ira por ele mesmo. Porque se nós, quando éramos inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos por sua vida" (Rom 3, 23-25; 5, 8-10).

"Fostes comprados por um grande preço" (1 Cor 6, 20); "Cristo nos remiu da maldição da lei; feito ele mesmo maldição por nós, porque está escrito: "Maldito todo aquele que está pendurado no lenho" (Gál 3, 13). "Cristo nos amou e entregou-se a si próprio por nós a Deus como oferenda e hóstia de suave odor" (Ef 5, 2).

"Cristo vindo como pontífice dos bens futuros... não com o sangue dos bodes e dos bezerros, mas com seu próprio san-

---

[1]) Sess. VI, cap. 7 (Denzinger, 799).

gue, entrou uma só vez no Santo dos Santos, após haver adquirido uma redenção eterna. Porque, se o sangue dos bodes e dos touros e a cinza de uma novilha, aspergida sobre os impuros, os santificava quanto à purificação da carne, quanto mais o sangue de Cristo, que, pelo Espírito Santo, se ofereceu a si mesmo sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência das obras da morte para servir o Deus vivo? E por isso ele é o Mediador do Novo Testamento, a fim de que intervindo a sua morte, para perdão daquelas prevaricações que havia sob o primeiro Testamento, os chamados recebam a herança eterna que lhes foi prometida" (Heb 9, 11-15).

"Fostes resgatados da vossa vã maneira de viver recebida de vossos pais, não a preço de coisas corruptíveis de ouro e de prata, mas pelo precioso sangue de Cristo, como dum cordeiro imaculado e sem contaminação" (1 Ped 1, 18). "Ele é vítima de propiciação pelos nossos pecados, e não sòmente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo" (1 Jo 2, 2). "Jesus Cristo que é testemunho fiel, o primogênito dentre os mortos e o príncipe dos reis da terra, que nos ama e nos lavou de nossos pecados no seu sangue" (Apoc 1, 5).

Ao meditarem sobre esse mistério da Redenção para lhe perscrutarem o "como", e se adentrarem assim na inteligência da verdade revelada, os teólogos se aperceberam de que *a sua mais profunda explicação está na doutrina do Corpo místico.*

Com efeito, satisfazer pelo pecado é compensar a ofensa por uma oferenda igual ou maior. Ora, o que Cristo oferecia — a sua própria vida — era por certo o mais precioso e superabundante dom: morria como homem, e como Deus dava infinito valor a sua morte. Porém a ofensa era nossa e não dele. Como poderia ele tomar sobre si as nossas culpas, fazer-se "maldição por nós" e assim reconciliar-nos com Deus?

Esta *solidariedade* conosco só era possível, porque Deus constituíra seu Filho chefe da humanidade; assim a seus atos cabia valor não apenas pessoal senão ainda social, universal. Jesus não age sòmente na qualidade de pessoa privada, mas à guisa de *Cabeça* de todos nós. A Ele estamos unidos como membros à cabeça, para constituir uma só pessoa mística.

Não é, pois, um estranho que nos resgata: é nossa Cabeça; e, no organismo, os membros todos beneficiam da ação da cabeça. Eis por que Cristo pôde expiar por nós, tomando sobre si a pena máxima merecida pelo pecado — a morte — e apresentar a Deus uma reparação condigna. Pela abjeção expiava o nosso orgulho, pela desnudez a nossa cobiça, pela dor a nossa sensualidade. Ao mesmo tempo, pelos seus sofrimentos, e sobretudo pelos atos internos de obediência e amor que os acompanhavam, mereceu-nos a salvação.

Cabeça e membros formam um só organismo; donde a satisfação e os merecimentos de Cristo se espalham sobre todos os homens a ele integrados. No Calvário, Jesus estreita a si a humanidade inteira, que a si incorpora. Não apenas ele, mas todos nós — senão de fato, ao menos de direito — estávamos presentes, expiando e merecendo.

Nem esta afirmação da solidariedade mística entre o Redentor e nós, é devaneio de teólogo. O mesmo S. Paulo no-la inculca, não apenas de um modo geral, ensinando-nos que somos o corpo de Cristo, mas notadamente a propósito da redenção: "Um só (Cristo) por todos morreu, todos pois morreram" (2 Cor 5, 14), a saber misticamente. E mais ainda: "Convinha que Aquele por quem e para quem tudo foi feito, querendo levar à glória filhos sem-número, elevasse pelos sofrimentos ao maior grau de perfeição o Chefe que os deveria conduzir à salvação" (Heb 2, 10).

Com maior vagar o Apóstolo explana a doutrina da *solidariedade redentora,* valendo-se do tema do primeiro e do segundo Adão (1 Cor 15, 21-23 e 45-49; Rom 5, 12-21), tema que nos vai levar diretamente à Igreja, nova Eva.

O paralelismo entre um e outro Adão, reside principalmente em que ambos são chefes ou troncos dos quais derivam a *toda a raça,* respectivamente, males (pecado original e morte) e benefícios (graça e vida eterna). A fonte dos males foi a desobediência de Adão, a fonte dos bens, a obediência de Cristo.

Sem dúvida, o pecado de Adão foi pessoal; mas, tendo o primeiro homem sido constituído pelo Criador princípio e origem da natureza humana, chefe responsável por todos nós, depositário de nossos privilégios, segue-se que, ao transgredir a ordem divina, nosso primeiro pai continha em si todos e cada um de nós. Propagando-se a natureza humana, transmite-se o pecado original, que tem, assim, repercussão universal.

Mas Deus quis restaurar sua obra, arruinada pela malícia do primeiro homem, recomeçar a criação, regenerar, estabelecer nova ordem de coisas. Formou o "segundo homem" (1 Cor 15, 47), Cristo, que recolhe em si — recapitula, diria S. Ireneu — a humanidade, para lhe infundir a sua vida, destruindo o pecado e a morte. *Encontra-se, pois, a humanidade circunscrita a dois mistérios de solidariedade.* Como fomos solidários do primeiro Adão no mal, somos solidários do segundo na graça; neste, a descendência do outro é regenerada e recupera a santidade, divinizando-se. Se a lodosa torrente de nossos pecados abrolha da falta do primeiro Adão, em compensação, o cortejo resplendente de nossos atos salutares origina-se do ato redentor do segundo Adão. Ou, no dizer dos antigos Padres: ofendemos a Deus, desobedecendo-lhe ao preceito, no primeiro Adão; mas

fomos reconciliados no segundo, tornando-nos obedientes até à morte. E como pecamos, comendo com Adão o fruto da árvore do paraíso, assim resgatamos o pecado, sendo pregados com Cristo (Gál 2, 19) à árvore do Calvário.

Parece, pois, evidente *que só no momento da Paixão se constitui pròpriamente o Corpo místico,* porque só então Cristo se tornou plenamente nossa Cabeça, formou, com a humanidade inteira, um só "novo homem", o Cristo místico. De fato, a função da cabeça é influir vitalmente sobre os membros, ora "pelo sangue derramado na Cruz, Cristo fez com que, removido o obstáculo da ira divina, pudessem todos os dons celestes, e em primeiro lugar as graças espirituais do Novo e Eterno Testamento, correr das fontes do Salvador para salvação dos homens, sobretudo dos fiéis".[1] A Paixão é a um tempo causa moral de nossa justificação, porque no-la merece, e causa eficiente instrumental, porque no-la comunica.

O sangue e a água.

Dessa efusão da vida sobrenatural, quis o Senhor nos dar um sinal sensível. Em S. João lemos que os soldados romanos, quebradas as pernas dos dois ladrões, "chegaram a Jesus e, tendo visto que já estava morto, não lhe quebraram as pernas; mas um dos soldados abriu-lhe o lado com sua lança, e, imediatamente, saiu sangue e água. E aquele que o viu testificou; e o seu testemunho é verdadeiro. E ele sabe que diz a verdade, para que também vós o acrediteis" (Jo 19, 33-35; 1 Jo 5, 6). Tamanha insistência na veracidade do testemunho vem revestir o acontecimento de especial significação. O evangelista não pode ter querido apenas comprovar a materialidade dos fatos; estes simbolizam, apontam, um mistério de fé: "Para que também vós *acrediteis*". O que se encobre por detrás desses dois fatos: 1º não quebraram qualquer osso de Jesus; 2º do seu lado aberto jorrou água e sangue?

O primeiro, como adverte o mesmo S. João (Jo 19, 36) é a realização de uma profecia. Cumpria-se em Jesus uma prescrição relativa ao cordeiro pascal (Êx 12, 46; Num 9, 12): não lhe romper qualquer osso. Assim o Senhor, designado no início do quarto evangelho como "Cordeiro de Deus", aparece, no fim, como Cordeiro imolado. No seu estilo simbólico, dava S. João à morte de Cristo seu pleno sentido redentor.

No segundo fato: o fluxo de sangue e água, os Santos Padres descobriram um *símbolo do Batismo e da Eucaristia,* ambos frutos imediatos da virtude salutífera da Cruz. Pela água do Batismo, morremos ao pecado e nos incorporamos a Cristo;

---

[1]) Pio XII, *Mystici Corporis Christi,* ed. Vozes, n. 28.

pela Eucaristia, alimenta-se e cresce a vida divina em nós, porque comemos o Corpo que por nós foi entregue (Lc 22, 19) e bebemos o Sangue do Novo Testamento, derramado por nós (Mt 26, 28; Mc 14, 24; Lc 22, 20).

Desde o início de sua vida pública, o Senhor revelara a Nicodemos a necessidade, para entrar no Reino dos céus, de nascer a vida nova e celeste (Jo 3, 3, 5). Nascer de novo, significa tornar-se filho de Deus. Segunda criação, espiritual, que se opõe à descendência carnal de Adão (Jo 1, 12-13). Essa vida nos é comunicada pelo Batismo na água e no Espírito; e esse Batismo tira da Cruz a sua virtude (Jo 1, 33; 3, 5, 14-15).

O primeiro simbolismo nos leva a outro, ainda mais profundo. O renascer cristão seria na água e no Espírito, dissera Jesus a Nicodemos; e mais tarde comparara o Espírito a rios de água viva, — explicando o evangelista que "o Espírito ainda não havia sido dado, por não ter ainda sido glorificado Jesus" (Jo 7, 38-39). Ora, a glorificação do Senhor não é apenas a ressurreição e a ascensão; começa com a paixão e morte no Calvário, como ele mesmo anunciara (Jo 13, 31). Haverá maior triunfo do que este, de recriar espiritualmente a humanidade, redimindo-a, aproximando-a de Deus? Não apenas compensando o pecado, mas oferecendo a Deus honra muito maior do que a ofensa?

Lemos com espanto, no Gênesis, a narrativa da criação do mundo. Ora bem, no Calvário se processa uma nova criação, muito mais resplendente do que a primeira. A fortaleza dos mártires, a pureza das virgens, as lágrimas dos penitentes, a sabedoria dos doutores, o zelo dos apóstolos, a caridade dos hospitaleiros, as obscuras mas preciosas vitórias do cristão comum, todos esses prodígios da graça, que a história da Igreja desdobra a nossos olhos maravilhados, estão contidos no Calvário como na sua fonte inesgotável.

Se cada um de nós algo praticou de sobrenaturalmente bom, se cumpriu o seu dever, venceu a tentação, perdoou, pagando o mal pelo bem, ele o deve — saiba-o ou não — à força que lhe vem da Cruz.

Morte gloriosa em verdade, a do Senhor Jesus. Nem faltaram — para contentar nosso pendor pelas exterioridades — sinais visíveis, milagres, que atestam esta glória (Mt 27, 45; 51-54). Estava, pois, cumprida a condição prévia para a efusão do Espírito. Não estranhemos que vários autores antigos — como S. Hipólito, S. Ireneu, Tertuliano, S. Cipriano — tenham visto na água, que jorrou do flanco lanceado de Cristo, *um símbolo do Espírito Santo*, que nos era dado com o sangue, isto é, pela paixão.

Assim a água figuraria a um tempo o Batismo e o Espírito (aliás o Batismo é *no* Espírito), *aliados ambos ao Sangue, porque o Batismo tira sua virtude da morte de Cristo, e por ela também nos foi dado o Espírito.*

Admiràvelmente compendia a doutrina Pio XII: "Na árvore da Cruz adquiriu (Cristo) a sua Igreja, isto é, os membros do seu Corpo Místico, pois que estes não seriam a ele incorporados nas águas do batismo, se não fosse pela virtude salutífera da Cruz, onde o Senhor já adquiriu sobre eles domínio pleníssimo. Se nosso Salvador por sua morte foi feito Cabeça da Igreja no sentido pleno da palavra, igualmente pelo seu sangue foi a Igreja enriquecida daquela abundantíssima comunicação do Espírito, que divinamente a ilustra desde que o Filho do homem foi elevado e glorificado no seu doloroso patíbulo... Como no primeiro instante da Encarnação, o Filho do Eterno Padre ornou a natureza humana, consigo consubstancialmente unida, com a plenitude do Espírito Santo, para que fosse apto instrumento da divindade na obra cruenta da Redenção; assim na hora da sua preciosa morte, enriqueceu a sua Igreja com os mais copiosos dons do Paráclito, para a tornar válido e perpétuo instrumento do Verbo encarnado na distribuição dos divinos frutos da Redenção". [4]

A nova Eva.

Dois mistérios já nos descobriu a meditação do texto joanino sobre o sangue e a água: o mistério do Batismo e da Eucaristia, e o mistério da efusão do Espírito Santo. Um derradeiro mistério vai nos aparecer agora: *o mistério do nascer da Igreja.* Terceiro mistério, intimamente ligado aos dois outros, pois que a Igreja se dilata pelo Batismo, nutre-se e coaduna-se pela Eucaristia, e tem por alma o Espírito Santo.

Eva foi formada por Deus do lado de Adão adormecido, para lhe ser desposada e tornar-se mãe dos viventes (Gn 2, 18, 21-22; 3, 20). Sendo Cristo o segundo Adão e a Igreja sua Esposa e a Mãe dos cristãos, não teria ela nascido, nova Eva, do flanco de Jesus adormecido sobre a Cruz?

Não respondem explìcitamente as Sagradas Escrituras, porém vários textos de S. Paulo indicam ao pensamento teológico a direção a seguir.

Já foi dito anteriormente que a Igreja, segundo o Apóstolo, é Esposa de Cristo e nossa Mãe. Bastava relacionar esta doutrina com a de Cristo segundo Adão, para concluir que a Igreja seria a segunda Eva. Tanto mais que, a fim de explanar a união de Cristo e de sua Igreja, S. Paulo cita textualmente

[4]) *Mystici Corporis Christi*, n. 28-29.

as palavras colocadas pelo Gênesis (2, 23-24) nos lábios de Adão "por isso deixará o homem seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher e serão dois numa só carne", e o Apóstolo remata: "grande é este mistério, digo em relação a Cristo e à Igreja" (Ef 5, 31-32).

Não forçava, pois, a doutrina apostólica o escritor eclesiástico que já no século II concluía: "Não ignorais que a Igreja viva é o corpo de Cristo, pois a Escritura diz: "Deus fez o homem varão e mulher", o varão é Cristo, a mulher é a Igreja".[*]

Nova Eva por ter nascido de Cristo e dele ser Esposa, quando veio à luz a Igreja? S. João, fazendo-nos "lançar o olhar para Aquele a quem traspassaram" (Jo 19, 37), algo sugeria; mas diversos textos paulinos contêm indicações mais precisas.

O primeiro, na epístola aos Colossenses, afirma a ab-rogação, definitiva, na Cruz, da lei mosaica. Contrária aos judeus porque lhes impunha insofrível jugo, contrária igualmente aos gentios que excluía das promessas divinas, a lei mosaica foi anulada na Cruz, e substituída pela Nova Aliança, firmada no Sangue de Jesus. (Logo concluiremos, inaugura-se então a Igreja, sucessora da sinagoga).

Com violenta imagem, Paulo escreve: "Deus cancelou o quirógrafo dos preceitos que nos era contrário e o aboliu, cravando-o na Cruz" (Col 2, 14; cf. Ef 2, 15). E' como o efeito negativo da Paixão: o fim da antiga religião. A morte de Cristo mata o judaísmo; e o véu do Templo de Jerusalém, ao se rasgar de alto a baixo, simboliza esta morte (Mt 27, 51; Mc 15, 38; Lc 23, 45). (Logo bem entendemos por que, sendo nós incorporados à morte de Cristo pelo batismo (Rom 6, 3), também morremos nós à lei judaica por ele (Rom 7, 4-6).

Mas eis aqui o efeito positivo da mesma Paixão: ab-rogado o mosaísmo, desaparece, pelo fato mesmo, a oposição entre judeus e gentios; aqueles, detentores exclusivos das promessas — em compensação esmagados pela lei — estes, sem esperança, entregues à idolatria e à impudicícia. Pela Cruz os judeus libertam-se do jugo, e os gentios têm acesso aos privilégios por Deus prometidos à descendência de Abraão. Longe de extinguir-se, o "povo escolhido" alarga-se; não é mais uma nação apenas, abre-se a todos os homens que, pela fé, "fazem parte de Cristo" (Heb 3, 14), por mais diversas que sejam as raças e condições sociais (Gál 3, 28-29). Não há, doravante, "estrangeiros nem forasteiros"; todos são "concidadãos dos santos e da família de Deus" (Ef 2, 19), que é a Igreja.

---

*) Pseudo-Clemente, 2ª epístola (ed. Hemmer, Les Pères apostoliques, t. II, p. 159. Paris, Picard, 1909). — Por este caminho enveredou a coorte dos Santos Padres. São centenas os textos que poderíamos aduzir.

Já S. Ireneu louvava a opinião de um antigo, declarando que, sobre a Cruz, as mãos estendidas de Jesus atraíam, uma os israelitas, a outra, os pagãos, enquanto a cabeça entre uma e outra, simbolizava o Deus único que é tudo em todos.

Pelo sangue de Cristo, escreve Paulo aos Efésios, os dois povos outrora elongados foram aproximados. Cristo dos dois "fez um só, destruindo a parede de separação" que era a lei, "para formar em si mesmo, dos dois, um só homem novo, fazendo a paz, e para os reconciliar a ambos, num só corpo, com Deus, por meio da Cruz" (Ef 2, 13-16; cf. Jo 11, 51-52). (Bem entendemos, agora, que o batismo na morte de Cristo tenha por efeito positivo agregar-nos a seu Corpo místico, à Igreja).

"Do Coração rasgado nasce a Igreja, desposada com Cristo", canta a liturgia.[6] Sim, origina-se da Cruz o povo messiânico, por Deus "convocado"; a família divina; o corpo único, cuja cabeça é o Salvador, e cujos membros são todos os que são de Cristo. O arcabouço, já constituído antes da Paixão, agora torna-se organismo vivo. Numa palavra: *funda-se a Igreja.*

Conclusão teológica que decorre imediatamente das Sagradas Letras, como o ensinou verdadeira coorte de Padres e Doutores, desde a mais remota antiguidade cristã. Citaremos tão sòmente dois textos do supremo magistério eclesiástico, que de modo admirável compendiam a constante tradição.

Do Concílio ecumênico de Viena (França) em 1312: "Nesta natureza (humana) que assumiu para obrar a salvação de todos, o Verbo de Deus não só quis ser cravado na Cruz e nela morrer, mas ainda sofreu que, havendo já exalado o espírito, fosse lanceado o seu lado, para que daí, jorrando o fluxo de água e sangue, fosse formada a única, imaculada, virginal, santa Madre Igreja, esposa de Cristo. Assim como, do lado do primeiro homem adormecido, foi Eva formada para lhe ser esposa, assim em nosso novo Adão, Cristo, a verdade correspondia à figura do primeiro e antigo Adão que, segundo o Apóstolo (Rom 5, 14), era símbolo do futuro".[7]

De Pio XII: "Ter Ele consumado no patíbulo da Cruz a sua obra, afirmam-no, numa série ininterrupta de testemunhas, os Santos Padres, que notam haver a Igreja nascido na Cruz do lado do Salvador, qual nova Eva, mãe de todos os viventes".[8]

Ao fundar a Igreja, que deveria ser o Cristo continuado, não podia Jesus deixar de dá-la por filha à Mulher bem-aventurada de quem Ele era Filho. Ao pé da Cruz estava Maria. Sempre entendeu a consciência cristã que ao dar João por fi-

[6]) Hino de Vésperas do S. Coração de Jesus.
[7]) Denzinger, n. 480.
[8]) *Mystici Corporis Christi*, n. 26.

lho à sua Mãe, Jesus, na pessoa do discípulo amado, dava a todos nós.

Em certo sentido podemos afirmar que, já no momento da Encarnação, fora a Virgem Santíssima feita Mãe nossa, por se tornar Mãe de nossa divina Cabeça, que naquele instante revestia não só um corpo de carne, mas também se agregava um corpo espiritual formado de todos os fiéis.

Porém, esse corpo místico, então esboçado, só seria plenamente vivo no momento da morte de Jesus; só então podiam ser proferidas, com inteira verdade, as dulcíssimas palavras: "Eis aí tua Mãe".

No Calvário, pois, Maria, "que era fìsicamente Mãe de nossa divina Cabeça, foi, com novo título de dor e de glória, feita espiritualmente Mãe de todos os seus membros". *

III. COMPLEMENTAÇAO E MANIFESTAÇAO DA IGREJA

Fundação no Calvário ou no Cenáculo?

Muitos teólogos modernos relutam em aceitar a doutrina patrística, repristinada por Pio XII, e retardam o Natal da Igreja até o dia de Pentecostes. A razão de tal preferência em um ou outro autor origina-se em certa tendência a fazer da Igreja, o Corpo místico do Senhor da *glória*, o que é confundi-la com a Igreja triunfante. A quase totalidade desses teólogos, porém, parece deixar-se impressionar demasiado pela estrutura visível e jurídica da sociedade cristã.

No Calvário tudo era invisível, ou se algo visível havia, era a morte do Fundador, a dispersão dos discípulos, o malogro aparente da obra. Enquanto, no dia de Pentecostes, sai a nova religião à luz do sol, apresenta-se ao mundo numa atmosfera de triunfo, como um corpo social governado por chefes que pregam, convertem, batizam, legislam.

De pouco proveito seria, para dirimir a controvérsia, cavilar sobre os termos "nascer, edificar"; são metáforas que não podem ser tomadas ao pé da letra. Na pena dos Santos Padres e de Pio XII, querem significar que, se a fundação da Igreja deve ser concebida qual gradativo evolver, o ponto *culminante* de tal processo foi o Calvário.

Todavia, um ponto culminante não suprime, antes supõe um ponto inicial, pontos intermédios e um ponto final. Este será o dia de Pentecostes, que marcará a exteriorização do Corpo místico.

Em compensação, "ponto culminante" indica que a tarefa *essencial* da Igreja será continuar o mistério de morte e vida que se realizou no Calvário.

---

*) *Mystici Corporis Christi*, n. 109.

Os teólogos modernos, vivendo ainda dos conceitos da teologia da contra-reforma, acentuam na Igreja a instituição jurídico-social (donde alguns contrapõem Igreja e Corpo místico); é portanto normal que coloquem a fundação da Igreja depois da Ressurreição, ou em dia de Pentecostes. Pio XII, ao contrário, retomando a concepção patrística de Corpo místico, ressalta a feição invisível e sobrenatural da Igreja; é também normal que lhe coloque a fundação sobre a Cruz, porquanto só por sua morte "nosso Salvador foi feito Cabeça da Igreja no pleno sentido da palavra".[10] Para melhor avaliar o contraste entre as duas perspectivas, baste-nos um só exemplo: Billot, o melhor teólogo contemporâneo, ao tratar da fundação da Igreja, enumera os respectivos atos de Cristo, antes e depois da Paixão, mas do Sacrifício da Cruz, nem uma só palavra!

Se quiséssemos a todo transe conciliar ambas as perspectivas, haveria que torturar o texto da Encíclica *Mystici Corporis Christi*. Quando, por quatro vezes, Pio XII afirma que a Igreja foi fundada sobre a Cruz[11], teria falado impròpriamente, pois tal fundação ainda não se dera. Quando Pio XII ensina que no dia de Pentecostes houve apenas "manifestação ou promulgação" da Igreja[12], de novo haveria falado impròpriamente, pois na realidade, houve então fundação verdadeira, formal. Quando enfim Pio XII apela à "série ininterrupta de testemunhas dos Santos Padres"[13], nada provaria pois os Padres se expressaram apenas por figuras e símbolos.[14]

Em suma, "interpretam-se", pia e benignamente, certas pa-

---

[10]) Ibid., n. 28.

[11]) Ibid., n. 24: "Devendo expor brevemente o modo como Cristo *fundou* o seu Corpo social, acode-nos antes de mais nada esta sentença do Nosso Predecessor de f. m. Leão XIII: "A Igreja que, já concebida, *nascera* do lado do segundo Adão, adormecido na Cruz, manifestou-se pela primeira vez à luz do mundo, de modo insigne no celebérrimo dia de Pentecostes" (Encícl. Divinum illud). De fato o Divino Redentor começou a fábrica do templo místico da Igreja, quando na sua pregação ensinou os seus mandamentos, *concluiu-a* quando, glorificado, pendeu da Cruz..."; n. 26: "ter Ele *consumado* no patíbulo da Cruz a sua obra afirmam-nos numa série ininterrupta de testemunhas, os Santos Padres, que notam haver a Igreja nascido na Cruz do lado do Salvador"; n. 33: "A Igreja que com o seu sangue *fundara*, robusteceu-a com energias especiais, descidas do céu, em dia de Pentecostes"; n. 59: "tendo porém já exposto desenvolvidamente este ponto, quando acima tratamos da Igreja, *nascida* da Cruz..." Pio XII, na Encíclica *Mediator Dei* retoma com vigor a mesma doutrina: "... a sua Igreja na qual continua indefectìvelmente presente através dos séculos, e que ele constituiu coluna da verdade (1 Tim 3, 15) e dispensadora da graça, depois de a ter *fundado*, *consagrado* e *estabelecido* para sempre com o seu próprio sacrifício na Cruz" (ed. Vozes, n. 16).

[12]) Ibid., n. 24, 33.

[13]) Ibid., n. 26.

[14]) Poderíamos, em rigor, admitir que a Igreja nasce "simbòlicamente" na Cruz, contanto que seja bem entendido que tal "símbolo", como os sacramentos, *realiza* o que ele simboliza.

lavras pontificais, julgadas menos felizes, ocasionadoras de não poucos erros e desvios.

Estamos que a Encíclica não carece de tais "interpretações". Antes, cumpre aos teólogos reconhecer que deixaram por demais de lado o "mistério" da Igreja, e modificar suas teorias à luz meridiana dos ensinamentos de Pio XII. Estes resumem-se no seguinte: *o principal* (não o único), *na fundação da Igreja, foi o sacrifício da Cruz.* Porque sendo a Igreja Corpo místico de Cristo, está fora de dúvida, repetimos, que "nosso Salvador, por sua morte foi feito Cabeça da Igreja no sentido *pleno* da palavra.[15] Porque o *primordial* e o *permanente* na Igreja é a *graça e os dons do Espírito Santo,* que nos vem da Cruz: "Por ela (Cristo) enriqueceu imensamente aquele tesouro de graça que na glória do céu distribui incessantemente a seus membros mortais... pelo seu sangue foi a Igreja enriquecida daquela importantíssima comunicação do Espírito que divinamente a ilustra *desde que* o Filho do homem foi elevado e glorificado no seu doloroso patíbulo".[16]

Tanto a graça e os dons do Espírito Santo são o principal e permanente na Igreja que não há mais nem sacramentos nem hierarquia na Igreja gloriosa: no Céu Cristo age sem intermediário algum; donde o Vidente diz da Jerusalém nova: "Não vi templo nela porque o Senhor Deus onipotente e o Cordeiro é o seu templo" (Apoc 21, 22).

Não queremos significar com isso que sacramentos e hierarquia sejam algo acidental para a Igreja militante. Seria gravíssimo erro. Mas queremos afirmar que sacramentos e hierarquia só existem *em função da Cruz,* estão em dependência total da Cruz. E' por ter a Igreja nascido no Calvário, que os sacramentos nos trazem a virtude salutífera da Cruz; e no âmago da vida eclesiástica encontramos o Sacramento que perpetua a imolação de Cristo. Da hierarquia, diz expressa e belamente Pio XII: "a missão jurídica da Igreja e o poder de ensinar, governar e administrar os sacramentos, não têm força e vigor sobrenatural para edificar o Corpo de Cristo *senão* porque Cristo, pendente da Cruz, abriu à sua Igreja a fonte das divinas graças, com as quais pudesse ensinar os homens doutrina infalível, governá-los salutarmente e inundá-los com a chuva das graças celestes".[17]

Em consequência, o que Cristo fez entre a ressurreição e a Ascensão e em dia de Pentecostes — por indispensável haja

---

15) Ibid., n. 28.
16) Loc. cit.
17) Ibid., n. 31.

sido — deve ser considerado como simples *complementação* do que obrara por sua morte.

Eis por que Pio XII reserva os termos de "fundação" ou "nascimento" para o dia da Paixão; e fala apenas em "manifestar", "promulgar", "robustecer" em dia de Pentecostes. Deseja o Pontífice chamar a atenção sobre o "mistério" da Igreja e sobre a função *primordial* que reveste a Cruz nesse mistério. O resto são nugas verbais.

Entre a Ressurreição e a Ascensão.

Em si, objetivamente, no momento em que o Salvador morreu, já estava redimida a humanidade, já estavam irmanados os homens, já estava dado o Espírito, já estava fundada a Igreja. Faltava contudo a complementação subjetiva: os frutos da Redenção aplicados de fato a cada indivíduo, a difusão dos dons do Espírito Santo a cada alma, a introdução de cada pessoa humana na "família de Deus" (Ef 2, 19) pelo fato de se tornar membro do Filho, logo filho adotivo do Pai.

Tudo isso, conquanto se possa fazer de forma puramente invisível — embora imperfeita, como diremos ao tratar dos membros da Igreja — requer, normalmente, a incorporação *visível* a uma sociedade dotada de estrutura jurídica, e de meios externos de distribuir os frutos da Paixão de Cristo.

Esse encarnar-se do invisível, esse atualizar-se da graça, esse exteriorizar-se do Corpo místico, essa complementação em fim, da obra de Cristo, foi iniciada entre a Ressurreição e a Ascensão, e levada a cabo no dia de Pentecostes.

Complementa o Senhor a missão jurídica e social que já esboçara antes da paixão, e sobrenaturaliza-a pela infusão do Espírito Santo.

Numa primeira aparição, Jesus declara aos Apóstolos: "assim como meu Pai me enviou, também eu vos envio a vós. Tendo dito estas palavras, soprou sobre eles e lhes disse: "Recebei o Espírito Santo. Aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; e àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos" (Jo 20, 21-23).

Numa segunda aparição, entrega a Pedro o múnus de apascentar cordeiros e ovelhas (Jo 21, 15-17).

E, numa derradeira aparição, envia-os a doutrinar todas as gentes, batizando-as, e ensinando-as a observar todos os seus mandamentos, para o que lhes promete perene assistência (Mt 28, 18-20).

Onde cumpre notar que, outrora, o Mestre, ao falar-lhes na missão apostólica, empregava verbos no futuro: "Eu vos farei pescadores de homens... sobre esta pedra edificarei minha Igreja... eu te darei as chaves do Reino do céu, e tudo o que

ligares sobre a terra..." (Mt 4, 19; 16, 18-19). Agora, ao contrário, dá-lhes de fato e definitivamente a sua missão; investe-os atualmente nos sumos poderes de doutrinar, santificar, reger. Donde Pio XII distingue sàbiamente entre a instituição do primado de Pedro e a investidura do Apóstolo nesse ofício. [10]

Está constituída de maneira irrevogável, em sua estrutura definitiva, a hierarquia de ordem e de jurisdição, pela qual Cristo dirigirá seu Reino na terra e o encaminhará para o seu Reino celeste.

Faltava apenas os homens que se deixassem pescar pelos Apóstolos, as ovelhas que se viessem colocar sob o cajado de Pedro. A missão visível do Espírito Santo, no dia de Pentecostes dará à Igreja os seus fiéis.

Pentecostes.

Levando atrás de si os justos do Antigo Testamento e o bom ladrão, o Salvador ascende aos céus a fim de sentar-se à destra do Pai e nos preparar definitiva mansão (Jo 14, 2). Caberá à Igreja fazer-nos chegar até lá.

Mas a Igreja, ainda que dotada de sua estrutura jurídica e de abundantíssimo cabedal de graças, parecia adormecida, como seu Esposo sobre a Cruz. Urgia que se despertasse ou, na expressão mais exata de Pio XII, se *manifestasse*. E como as preces de Maria, antecipando a hora de seu Filho, valeram ao mundo a primeira manifestação do Esposo (Jo 2, 4, 11), é ainda às orações de Maria que devemos a primeira manifestação da Esposa. Reza o livro dos Atos que Apóstolos e discípulos, no Cenáculo, permaneciam unânimemente em oração, com Maria, Mãe de Jesus (At 1, 14). Daí Pio XII deduz que a Virgem, "com suas eficacíssimas orações, obteve que o Espírito do divino Redentor, dado já na Cruz, fosse depois, em dia de Pentecostes, conferido com aqueles dons prodigiosos à Igreja recém-nascida". [11]

Primeira *manifestação* da Igreja: tudo se processa com aparato e esplendor. Ressoa um estrondo como de vento impetuoso; vêem-se as ígneas línguas; ouvem-se os Apóstolos falar em idiomas diversos; S. Pedro inicia seu ofício de pescador de homens, e conta-se o resultado dessa pescaria milagrosa: três mil convertidos; pasma-se toda a gente pelos muitos prodígios e maravilhas realizados pelos Apóstolos.

Radiosa aparece a Igreja, sociedade organizada, fecunda, miraculosa. Mas aqui, também, o visível não passa de reflexo do invisível. Todo esse aparato externo manifesta sensìvelmente o sobrenatural e a ele deve levar. Belamente diz Pio XII que

---

[10]) Ibid., n. 33.
[11]) Ibid., n. 109.

o Espírito Santo "tocando-os com línguas de fogo, mostrou, como com o dedo de Deus, a missão sobrenatural e o sobrenatural múnus da Igreja". [30]

Comunicado visìvelmente aos Apóstolos e discípulos, com plenitude jamais igualada, o Espírito de Cristo lhes faz renascer as almas: "João na verdade batizou na água, mas vós sereis batizados no Espírito Santo daqui a poucos dias" (At 1, 5).

Simbolizadas pelas línguas luminosas, torrentes de luz irrompem-lhes na mente, em cumprimento das promessas do Senhor: "Eu rogarei o Pai e ele vos dará o Espírito de verdade, e vós o conhecereis por que habitará convosco e estará em vós". "Tenho ainda muitas coisas a dizer-vos, mas vós não as podeis compreender agora. Quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos ensinará toda a verdade, porque não falará de si próprio, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e anunciar-vos-á as coisas que estão para vir. Ele me glorificará, porque receberá do que é meu e vo-lo anunciará". "Essas coisas vos disse permanecendo convosco mas o Paráclito, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, ele vos anunciará todas as coisas, e vos recordará tudo quanto vos tenho dito" (Jo 14, 16-17; 16, 12-14; 14, 25-26).

Pela primeira vez, com clareza e plenitude, a Revelação do Novo Testamento vive em mentes humanas.

O êxtase dos Apóstolos e discípulos, sob o ímpeto do Espírito Santo que os enche (At 2, 4), não é êxtase silencioso: extravasa a plenitude, e impele-os a testemunhar a verdade de que estão repletos. "Quando vier o Paráclito que eu vos enviarei do Pai, o Espírito de verdade que procede do Pai, ele é que dará testemunho de mim e vós também dareis testemunho" (Jo 15, 26). A multiplicidade de idiomas em que profetizam, simboliza a ecumenicidade da Igreja. Naquele dia de Pentecostes, ela como que toma posse de antemão da universalidade dos povos.

Verdade, o Espírito é também força (At 1, 8), simbolizada pelo vento veemente e impetuoso. Robustece as vontades outrora tíbias e vacilantes; infunde grande coragem (At 4, 33) para cumprir a missão apostólica e tudo sofrer antes que cessar de testemunhar a verdade de Cristo (At 4, 29, 31; 5, 29, 41).

A essas graças de luz e de fortaleza, o Espírito ajunta a graça de fecundidade: inspira aos Apóstolos as palavras que persuadem e dobram as vontades; torna dóceis os corações dos ouvintes e, para facilitar o proselitismo de Apóstolos e discípulos, multiplica os carismas que tornam visível e como que tangível a inabitação do Espírito na Igreja para a edificação da comunidade: dom das línguas, de profecia, dos milagres.

---

[30]) Ibid., n. 33.

Não se farta o cristão de contemplar esses primeiros passos da Santa Igreja; a exuberância de seus gestos, o entusiasmo que a inflama, o fervor de seus membros, a rapidez com que se expande, primeiro em Jerusalém e na Judéia, depois na Samaria, enfim pelo resto do mundo romano, conforme preceituara o Senhor (At 1, 8) e como relatam os Atos.

Comovem-nos, sobretudo, tantos sinais visíveis de que o Espírito Santo é o princípio de vida que anima a Igreja. Uma vintena de vezes o texto sagrado nos fala em Apóstolos ou discípulos "cheios do Espírito Santo". Ele desce visivelmente (At 2, 2; 4, 31; 10, 44; 11, 15; 15, 8; 19, 6); manifesta-se pelo falar em línguas (2, 4; 10, 45-46; 19, 6); inspira os pregadores (4, 8; 5, 32; 6, 10); guia os atos e decisões dos Apóstolos (8, 29, 39; 10, 19; 13, 2, 4; 15, 28; 16, 6-7; 20, 22); ordena (8, 19; 10, 19-20), proíbe (16, 6-7); castiga os que lhe mentem (5, 3-5, 9).

Mais ainda do que luz, mais ainda do que fortaleza, o Espírito é amor; ou melhor, a verdade e a força lhe vem do amor. Reino do Espírito Santo, a Igreja é essencialmente caridade. O amor é sua principal mensagem como seu principal meio de ação. "Era um só o coração e a alma dos que criam" (At 4, 32); "a caridade de cada um de vós abunda nuns para com os outros" (2 Tess 1, 3); "amemo-nos uns aos outros porque a caridade é de Deus" (1 Jo 4, 7).

O pentecostes judaico comemorava a proclamação da Lei mosaica, no Sinai; o Pentecostes cristão festeja a proclamação da Lei de Amor. Ama e faze o que queres, dirá Agostinho. O amor tudo vivifica e tudo transfigura. Eis por que vivificou e transfigurou os cento e vinte Apóstolos e discípulos em dia de Pentecostes.

Aos que apregoam a salvação da humanidade pela justiça social, ou o planejamento econômico, ou a cultura científica, a Igreja repete, indefessa, que tudo isso, por melhor que seja, de pouco valerá, ruirá qual castelo de cartas, se não for soerguido, animado, transformado pelo Amor.

Por isso mesmo, o grande obstáculo — o único obstáculo — que embaraça o caminhar da Igreja e explica o seu aparente malogro após 20 séculos de cristianismo, provém da resistência dos homens ao Amor. Porque nada há mais difícil do que abrir ao Amor o coração empedernido do homem.

Igreja da Cruz.

A doutrina tradicional sobre o nascimento da nova Eva do lado traspassado do novo Adão, leva a consequências práticas do mais alto alcance.

Em primeiro lugar, ressalta a *primazia absoluta do aspecto invisível, sobrenatural da Igreja.* Importante lição nesta época de empirismo, do culto do que se vê e mede. Muitos, mesmo entre os admiradores da Igreja, tendem a nela considerar apenas a guardiã do espírito e da moral, ou um poder político-social benfazejo.

Enganam-se. A razão de ser da Igreja é dispensar aos homens a vida divina que jorra do Calvário. Todo o aparelho visível — instituições jurídicas, obras de beneficência, escolas, etc., etc., — por indispensável que seja, tem por finalidade primeira ser veículo da graça, da salvação eterna. Por não o entenderem, muitos se escandalizam, ao verificarem a paciência que a Igreja demonstra em relação a regimes políticos apodrecidos, a situações econômico-sociais deploráveis, contanto lhe seja ao menos concedida liberdade para cumprir sua missão sobrenatural. Outros, entregam-se a um sentimento de frustração e desapontamento porque a Igreja não encabeça vasto movimento de reformas, que varreria a corrupção dos políticos, e faria cessar as berrantes injustiças sociais. "O meu Reino não é deste mundo", contesta a Igreja com seu divino Fundador (Jo 18,.36).

De certo, a Igreja exorta veementemente seus membros a que impregnem de sentido cristão a política, a legislação social, a cultura, a arte, etc. Indica-lhes princípios gerais que os nortearão nesse labor de tornar cristãs as atividades humanas. Em determinadas contingências históricas — por exemplo na Idade Média — poderá ser forçada, pela carência das instituições humanas, a desempenhar um papel diretamente político. Em todos os tempos, foi e é levada a intervir em questões político-sociais e culturais, na medida exata em que afetam a vida religiosa de seus filhos.

Mas a Igreja como tal não se substitui nem pode substituir-se aos poderes políticos, às instituições econômicas ou de assistência social, às organizações culturais, etc. Outra é sua missão. Ela é *sobrenatural.* O seu Reino é o Reino da graça, da caridade de Cristo. Ela traz aos homens a Verdade e a Vida sobrenaturais.

Bem certo, tarefa delicadíssima, escabrosa até, o pretender delimitar as fronteiras do espiritual e do temporal, do que é de Deus e do que é de César. Por ora, baste-nos acentuar a verdade básica, inconcussa, da primazia absoluta do espiritual — ou, para falar com maior exação — do sobrenatural, na Igreja. Daí a necessidade de adaptar nossos meios de ação a essa verdade. Não damos, porventura, importância maior aos meios naturais, humanos, de ação católica? A organização, a técnica, não bastam. Espirituais são as armas decisivas: a pobreza, a vida interior, o Amor até à morte.

Em segundo lugar, a doutrina tradicional, afiançada por Pio XII, marca, em traços vigorosos, o caráter *crucificado* da Igreja militante. Se lhe colocássemos a fundação, como certos autores, durante os quarenta dias que medeiam entre a Ressurreição e a Ascensão, ou no dia de Pentecostes, seríamos por força levados a concebê-la como "Igreja da glória". O que, por natural consequência, nos induziria a confundir Igreja militante e Igreja triunfante, ou pelo menos empanaria a distinção entre ambas. A Igreja militante seria então Igreja da Ascensão, corpo impassível do Senhor glorificado, e não Igreja do Calvário, corpo passível do Senhor crucificado. E' evidente — já foi dito — que, entre os estados da mesma Igreja, existe continuidade; não apenas porque um segue o outro, mas ainda, e sobretudo, porque um é semente do outro, um preludia ao outro. Todavia, continuidade exige distinção, jamais equivalerá a identidade.

Não olvidemos o que ensina S. Paulo: Cristo é o *Salvador* da Igreja, seu corpo (Ef 5, 23). Não disse glorificador, disse Salvador. Salvou-a no Calvário e deu-lhe como finalidade fazer chegar até nós os frutos do sacrifício da Cruz.

Imaginemos a Igreja da terra como um ser de glória, e difícil será assinalar a razão dos desfalecimentos humanos — por vezes tão graves — que nela se verificam. Já S. Agostinho no livro das Retratações (2, 18) escrevia que em todos os lugares de suas obras onde falara da Igreja como sendo sem mácula nem ruga, devia ser entendido não que ela já seja assim, mas que se prepara a sê-lo quando aparecerá gloriosa. Pois no momento atual, as ignorâncias e fraquezas de seus membros dão-lhe azo de repetir cada dia: perdoai-nos as nossas dívidas... Tampouco entenderíamos como este ser de glória — impassível por definição — se nos representa através da história, e no momento presente, tão humilhado, perseguido, martirizado. Ao contrário, se concebemos a Igreja militante como o corpo passível do Senhor crucificado, chegamos a uma compreensão muito profunda da paixão da Igreja pelos séculos afora, do ódio que desperta, do encarnecimento em apagar-lhe até os últimos vestígios. "Se a mim me perseguiram, também vos perseguirão a vós" (Jo 15, 20). "Se chamaram Beelzebu ao pai de família, quanto mais aos seus domésticos?" (Mt 10, 25). Se o corpo físico de Cristo foi acorrentado, flagelado, esbofeteado, cuspido, carregado de uma Cruz, pregado, lanceado, que farão do Corpo místico?

Nunca frisaremos demais que os métodos de conquista da Igreja não podem ser grandiosos, "espetaculares", como os dos grandes movimentos profanos. Normalmente, a Igreja vence, sofrendo humilhações, pobreza, desprezo; porque as "coisas loucas segundo o mundo escolheu-as Deus para confundir os sábios; e as coisas fracas segundo o mundo escolheu-as Deus

para confundir os fortes; e Deus escolheu as coisas vis e desprezíveis segundo o mundo e aquelas que não são, para destruir as que são" (1 Cor 1, 27-28).

"Alvo da contradição" como Jesus (Lc 2, 34), cumpre à Igreja militante, no suceder dos tempos, reproduzir a vida de Cristo peregrino. Incompreendida, desprezada, crucificada, ela deverá configurar-se a seu Chefe ensanguentado, antes de se configurar ao Chefe resplandecente. Gloriosa sempre, mas como Cristo foi glorificado sobre a Cruz.

Nos primeiros séculos, com as grandes perseguições seguidas pelas invasões dos bárbaros, o caráter crucificado do Corpo místico aparecia bastante claro. Depois, na cristandade medieval, viu-se a Igreja onerada com o fardo de grandes riquezas e de enorme poderio político. Donde a tentação para os clérigos de confundir o reino deste mundo com o Reino que não é deste mundo.

A Igreja, como tal, é e permanece em qualquer época sobre-humana, santa, imaculada, infalível, porém não poucos de seus membros sucumbiram aos prestígios do mundo. Esmoreceu o fervor. "Frigescente mundo", diz a liturgia, na oração da festa de S. Francisco das Chagas. O Senhor Jesus deu então à sua Esposa — na pessoa do Poverello — a graça dos santos Estigmas, como para marcar novamente o Corpo místico com os sinais de sua Paixão.

Esta graça tem-se periòdicamente renovado desde então, a fim de mostrar, em alguns membros eminentes, a função do Corpo: "completar os padecimentos de Cristo".

Ora, se tudo, na Igreja militante deve ser entendido à luz que jorra das trevas do Calvário, segue-se que nossa vida de caminhantes é vida de membros agrupados em torno da Cruz, nas trevas da fé. Como nosso Chefe, nós também deveremos sofrer a paixão para entrar na glória (Lc 24, 26). Donde Pio XII, ao iniciar a Encíclica *Mystici Corporis Christi*, escreve: "Propomo-nos falar nas riquezas entesouradas no seio da Igreja que Cristo adquiriu com seu sangue (At 20, 28) e cujos membros se gloriam de uma Cabeça coroada de espinhos. Isto mesmo já é prova evidente de que a verdadeira glória e grandeza não nascem senão da dor; por isso, nós quando partilhamos dos sofrimentos de Cristo, devemos alegrar-nos para que também, na revelação de sua glória, jubilemos e exultemos (1 Ped 4, 13)". [11]

Muito de agrado de nossa natural covardia, acreditarmos que já estamos ressuscitados e glorificados, e que não há que nos conformarmos à Cruz do Cristo. Espontânea brota em nós a idéia — e a ela nos aferramos — de que a religião nos deve assegurar perpétua bonança. De quantos que se têm por cató-

[11]) *Mystici Corporis Christi*, n. 2.

licos fervorosos, poderia Satanás repetir o que a Deus disse de Job: "Estende um pouco a tua mão e toca em tudo quanto ele possui, e verás se ele não te amaldiçoa na cara" (Job 1, 11; 2, 5). Os que não chegam à blasfêmia e procuram até resignar-se à irremediável dor, relutam todavia contra a mortificação voluntária. E como a praticariam, se nem mesmo a compreendem?

Obcecado pela procura de sempre maior conforto, o homem moderno indaga: por que nos privar dos bens a nós dados por Deus? Aos puros, tudo é puro! Aliás Cristo já sofreu por nós uma vez por todas; agora podemos gozar e triunfar com ele.

Ilaqueado pela psicanálise, esse homem moderno cuida que, em se deixando impressionar pela terrível seriedade do pecado, admitindo a necessidade de expiá-lo, gera mórbidos "complexos de culpa".

Abramos o Livro inspirado; este não engana nem se pode enganar porque vem de Deus. Aos Efésios escreve S. Paulo: "Deus que é riquíssimo em misericórdia, pelo seu muito amor com que nos amou, estando ainda nós mortos em nossas ofensas, nos vivificou juntamente com Cristo (pela graça sois salvos) e nos ressuscitou juntamente com ele e nos fez assentar nos lugares celestiais, em Cristo Jesus" (Ef 2, 4-6). Estamos, pois, ressuscitados e glorificados, em verdade. Porém a cláusula final: "Em Cristo Jesus", mostra que nos levantamos dentre os mortos e subimos aos céus, na pessoa de nosso Chefe, e assim temos assegurado o *direito* de ressurreição e glorificação individual, pois os membros devem acompanhar a Cabeça. Este direito, contudo, não se tornará realidade *efetiva* para cada um de nós, senão depois da morte e, o que mais é, depois de uma santa morte.

Por ora, apenas antegozamos o triunfo em esperança; e para a ele chegar de fato, não existe outro caminho senão a estrada real da Santa Cruz. Só conseguiremos nos salvar, abraçando a Cruz e, se quisermos ser santos, deveremos crucificar o próprio eu, ao ponto de sofrer da loucura da Cruz — guardando embora no coração a radiosa esperança da futura ressurreição e do triunfo em Cristo.

Inseparáveis a Cabeça e o Corpo místico, a lei do Corpo só pode ser a lei da Cabeça: "Aquele que diz estar n'Ele, também deve andar como Ele andou" (1 Jo 2, 6). Ora, Cristo nos salvou por seu sacrifício. E', pois, indispensável dele partilharmos, reproduzindo em nós os sofrimentos mortais de Cristo (2 Cor 4, 10-11), com Ele sofrermos para com Ele sermos glorificados (Rom 8, 17).

A ação do Cristo glorioso chega-nos tingida do sangue do Calvário: só assim ele vence o pecado que está em nós, re-

concilia-nos com Deus, consumando nossa redenção individual. Liberta, crucificando.

Outra bem-aventurança não nos é acessível agora, a não ser a bem-aventurança dos que são pobres em espírito, dos que choram, dos que têm fome e sede de justiça, dos que são injuriados e perseguidos.

Há quem veja em tudo isso sombrio pessimismo medieval, de todo alheio ao triunfal cristianismo primitivo. Retornemos, pois, a S. Paulo, por certo lídimo representante do cristianismo de origem. Que diz o Apóstolo? Que o cristão deve "ser feito conforme à morte" de Cristo (Filip 3, 10), "crucificado com ele" (Gál 2, 19). "Os que são de Cristo, crucificaram a carne com as suas paixões e concupiscências" (Gál 5, 24). "Regozijo-me no que padeço por vós, e na minha carne cumpro o que falta à paixão de Cristo, pelo seu Corpo que é a Igreja" (Col 1, 24). Nesta epístola aos Colossenses, o Apóstolo tira justamente da nossa ressurreição incoativa um argumento em favor do desprendimento das coisas terrenas: "Se já ressuscitastes com Cristo, buscai as coisas que são de cima onde Cristo está sentado à destra de Deus. Pensai nas coisas que são de cima e não nas que são da terra" (Col 3, 1, 2, 5). A Epístola aos Hebreus ensina, com insistência, que Jesus, enquanto homem, chegou à perfeição pelo sofrimento (2, 10, 18; 4, 15; 5, 7-10; 12, 2). E tira ela mesma, por nós, as consequências práticas da doutrina: "Corramos com paciência, pondo os olhos no autor e causador da fé, Jesus, o qual havendo-lhe sido proposto o gozo, sofreu a Cruz, não fazendo caso da ignomínia e está sentado à direita do trono de Deus. Considerai, pois, Aquele que sofreu tal contradição dos pecadores contra si, para que não vos fatigueis, desfalecendo em vossos ânimos. Pois ainda não resististes até o sangue, combatendo contra o pecado" (Heb 12, 1-5). E, no capítulo seguinte, exorta-nos a seguirmos o Crucificado, "levando o seu opróbrio" (Heb 13, 13).

Belamente diz S. Bernardo, no seu 5º sermão para a festa de Todos os Santos, que há uma só Cabeça para o conjunto dos cristãos, porém ela não se descobre da mesma forma a todos os seus membros. Aos triunfantes, manifesta-se tal qual é agora, coroada de glória, a fim de glorificá-los. Aos caminhantes, mostra-se tal qual se fez por nós: pendente da Cruz e coroada dos espinhos de nossos pecados, a fim de que com ela nos humilhemos e soframos. Como não causaria vergonha sermos membros delicados de uma Cabeça coberta de espinhos?

"Se é Rei de Israel, desça agora da cruz e creremos nele!" assim diziam os judeus que rodeavam o Crucificado (Mt 27, 42). Quantos, hoje, repetem essas palavras! Não querem saber de um Rei crucificado, porque sentem que teriam de imitá-lo.

E nós, que nos dizemos discípulos d'Ele, quantas e quantas vezes descemos — ao menos pelo desejo — da cruz aonde o seu amor nos pregou! Ele só desceu depois de morto, a fim de nos ensinar a sofrer quanto, e por quanto tempo o Pai quiser.

O ensinamento, longe de ser pessimista, dá um sentido triunfal às inevitáveis dores de que é entretecida nossa existência. Se a Cruz, como acima foi dito, não é apenas ignomínia senão também vitória; se Cristo, pelo seu sofrer, não apenas mereceu a glória da ressurreição, mas ainda realizou obra mais bela do que a criação, vencendo o pecado e a morte, trazendo-nos vida divina; segue-se que o mártir cristão triunfa pelo seu esmagamento, e que nós também vencemos, cada vez que suportamos o sofrimento com religiosa resignação — logo por Cristo — cada vez que tentamos nos conformar, pela mortificação voluntária, a nosso Chefe doloroso. Sem dúvida, sofrer causa-nos espontâneo horror, nem há que disso nos envergonharmos, já que o Senhor, para consolo nosso, quis antes da Paixão sentir tristeza, abatimento, angústia, pavor (Mt 20, 37; Mc 14, 33-34). Mas assim como o Senhor venceu os frêmitos da sensibilidade, pelo amor com que nos amou até o fim (Jo 13, 1); assim também cobraremos nós ânimo se atentarmos em que, na perspectiva cristã, não existe sofrer por sofrer, senão sofrer para chegar ao Amor, para crescer no Amor, para testemunhar Amor.

Se o Calvário é mistério de dor, muito mais ainda é mistério de Amor.

SINTESE.

I. **Preparação da Igreja.** A Igreja de Cristo foi prefigurada nos tempos pre-messiânicos pelo conjunto das almas que se salvavam graças à fé no Salvador vindouro. Assim a lei mosaica que congregava os israelitas foi figura profética da lei evangélica. — Antes da sua paixão Cristo manifesta a sua vontade explícita de fundar uma sociedade religiosa, prefixando-lhe um fim, escolhendo-lhe os membros, nela estabelecendo a autoridade. A Igreja vem de Deus, através da Humanidade do Verbo, pela hierarquia apostólica, com seus poderes de ensinar, reger e santificar.

II. **Fundação da Igreja.** Pio XII retomando e sancionando a tradição patrística ensina que a Igreja foi fundada na Cruz. Ela nasceu como Nova Eva do lado alanceado de seu Esposo adormecido. Na Cruz se cumpriu o sacrifício redentor do gênero humano, e assim a Cabeça adquiriu os seus membros místicos, dotou-os com os meios de salvação, em primeiro lugar o Batismo e a Eucaristia figurados pela água e sangue que jorraram do lado do Salvador. Se o processo de fundação da Igreja foi gradativo, o seu ponto culminante foi o Calvário, porque o primordial e o permanente na Igreja é a graça e os dons do Espírito Santo que nos vem da Cruz. Tudo na Igreja existe em função da Cruz.

III. **Complementação e manifestação.** Depois da Ressurreição, o Senhor completa a missão jurídica e social: dá o poder de perdoar pecados; encarrega Pedro de apascentar o rebanho; dá aos 12 a missão de doutrinar e batizar. Em Pentecostes a Igreja se manifesta visivelmente com todo o esplendor. O Espírito ensina a verdade; dá força para testemunhar essa verdade; abrasa os corações de mútuo amor. Preliba-se a glória celeste. Entretanto a Igreja militante não é, como tal, ser de glória, mas essencialmente Igreja da Cruz. O seu nascer sobre a Cruz marca-lhe o caráter sobrenatural e invisível, bem assim como a sua vida crucificada através dos tempos. Os cristãos, conjunta e individualmente só se salvam pela Cruz de Cristo e o reviver em si da Paixão.

CAPITULO IV

CRISTO CABEÇA DA IGREJA

O mistério da Encarnação.

Fundada a Igreja, não a podia Cristo abandonar; antes, exerce sobre ela contínuo influxo sobrenatural. Ele é a cepa, nós as vides; ele a cabeça, nós os membros. Perene, a circulação de vida no corpo místico, na mística videira. "O próprio Jesus Cristo como a cabeça nos seus membros e a videira nos seus sarmentos, influi sem cessar a sua virtude sobre os justificados". [1]

A fim de melhor entender as relações entre a divina Cabeça e seu corpo místico, não será ocioso descer até a raiz profunda, a saber o mistério da Encarnação. De fato, Cristo é nossa Cabeça segundo ambas as naturezas conjuntamente. [2] Ele derrama sobre nós a graça santificante qual irradiação de sua graça pessoal, porém esta graça pessoal ele a possui em consequência de sua união ao Verbo. Por conseguinte, a metáfora "Cabeça" só cobra seu autêntico sentido, vista à luz do mistério da Encarnação.

De outro lado, a causa imediata do Corpo místico — a Redenção — também pressupõe a Encarnação. Verificou-se a nossa salvação efetiva na sexta-feira da Paixão, mas já estávamos incoativamente salvos desde o dia da Anunciação.

Doutrina dileta dos Santos Padres, à qual sempre retornavam com evidente complacência, é que o Verbo divino se humanou para que os homens se divinizassem.

Prostrado pelo pecado, punido de morte, dilacerado pela revolta incessante da carne contra o espírito, jazia o homem desamparado à beira da estrada, quando o Bom Samaritano, no seu infinito amor, quis pensar-lhe as feridas pelo contacto de sua Pessoa divino-humana.

Ele, a mesma vida e santidade, fez-se nosso consanguíneo num corpo passível e mortal. [3] O Unigênito tornou-se assim "primogênito entre muitos irmãos" (Rom 8, 29). *Na ordem sobrenatural da graça, para nos fazer partícipes de sua filiação divina:* "A todos os que o receberam, deu poder de se tornarem filhos de Deus... Vai para meus irmãos e dize-lhes que eu subo

[1]) Conc. Trid. sess. 6, c. 16 (Denzinger, 809).
[2]) *Mystici Corporis Christi*, n. 89.

para meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus" (Jo 1, 12; 20, 17). *Na ordem natural, porque assumiu uma natureza como a nossa:* no juízo novíssimo Cristo louvará os justos por terem-no apascentado faminto, vestido desnudo, visitado doente ou prisioneiro, e explicará: "Quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim me fizestes" (Mt 25, 40). O motivo inverso invoca-o para condenar os réprobos. Difícil seria realçar melhor a solidariedade natural que liga o Senhor aos demais homens: ele é irmão de todos sem exceção alguma. Por isso o verdadeiro discípulo de Cristo, ao ver alguém sofrer, não lhe indaga a religião ou a raça. Está sofrendo? E' Cristo que nele sofre. Aliviá-lo é aliviar o mesmo Cristo.

O paganismo antigo repousava sobre o nacionalismo e a escravidão. Inimigo nato era o estrangeiro; e o escravo não tinha alma. Cristo abriu o coração humano ao sentimento da *fraternidade universal*. Porém, o Senhor não fundava tal fraternidade sobre a comunidade de origem biológica, mas sobre o fato que todos os homens são *solidários nele,* Cristo. Ensinou-nos a ver um irmão no outro homem, *porque* nele víamos Cristo misteriosamente presente. "*Eu* tive fome, e destes-*me* de comer; *eu* tive sede e destes-*me* de beber..."

A elevação da natureza humana de Jesus à ordem divina, de tal forma repercute sobre a espécie toda, que restitui ao corpo o privilégio da *imortalidade*. Concedido gratuitamente a Adão este dom fora perdido pelo pecado: estava a carne condenada a dissolver-se para todo o sempre (Gn 2, 17; 3, 3, 19). Revivificou-a o Salvador, na aurora da Páscoa, e desde então o corpo de todo e qualquer homem — justo ou pecador; até do que morreu no seio materno — vencerá afinal a morte, por Cristo, ressuscitando (1 Cor 15, 22-23; 53-55). E' um dom feito à própria espécie humana.

Assim toda a humanidade — ainda os que nem um momento viveram da vida sobrenatural — acha-se nobilitada pelo fato do Verbo ter assumido uma natureza humana individual. Restauração perfeita nos justos — ressurreição gloriosa — imperfeita, porém não inexistente, nos outros.

A renovação capital, todavia, concerne a alma e não o corpo. Elevado à ordem da graça o primeiro homem devia transmitir a seus descendentes, com a vida terrena, a vida sobrenatural. "Mas depois da triste queda de Adão toda a humana linhagem, infeccionada pela mancha original, perdeu o consórcio da divina natureza (cf. 2 Ped 1, 4) e todos ficamos sendo filhos de ira (Ef 2, 3). Deus, porém, na sua infinita misericórdia "amou tanto o mundo que lhe deu o seu Filho unigênito"

---

*) L. c. n. 95.

(Jo 3, 16); e o Verbo do Eterno Padre, com a mesma divina caridade, revestiu a natureza humana da descendência de Adão, mas inocente e imaculada, para que do novo e celeste Adão dimanasse a graça do Espírito Santo a todos os filhos do primeiro pai; e estes que pelo primeiro pecado tinham sido privados da filiação adotiva de Deus, pelo Verbo encarnado, feitos irmãos segundo a carne, do Filho Unigênito de Deus, recebessem o poder de virem a ser filhos de Deus".[4]

Deus e homem, Cristo Jesus é o perfeito mediador entre Deus e os homens (1 Tim 2, 5). Ele faz subir a Deus nossas adorações, súplicas e notadamente o sacrifício da cruz; e também faz descer até nós os dons de Deus e notadamente a graça. Devemos pois distinguir duas categorias de ações de Cristo. A primeira prende-se à causalidade *moral:* Cristo intercede, repara, merece por nós. A segunda refere-se à ordem de *eficiência:* Cristo é um instrumento, um canal que nos distribui a vida sobrenatural.

No capítulo anterior algo já foi dito sobre a primeira atividade do Medianeiro, quando meditávamos sobre sua obra redentora. Resta-nos a considerar a segunda.

Para que a humanidade de Cristo pudesse nos trazer a graça — não apenas merecendo-a de Deus por nós, mas transmitindo-a como instrumento — era necessário que a possuísse com tal plenitude que pudesse derramá-la sobre seus irmãos. E de fato, a graça foi concedida ao Salvador como a um *princípio universal de justificação* para a natureza humana toda inteira.

A união pela qual o Verbo assumiu uma natureza humana determinada enche-a de tal superabundância de vida sobrenatural, que esta se extravasa e tem por consequência outra união pela qual a multidão dos homens, em estado de graça, se junta a Cristo.

A primeira é união "física", porque a natureza humana de Cristo não tinha personalidade própria mas subsistia na pessoa do Verbo. A segunda não é união "física", porque a personalidade dos homens em estado de graça não se dissolve na pessoa de Cristo; pelo contrário, eles conservam perfeita, a própria personalidade; tampouco é simples união "moral", porque esta se reduz a vínculos extrínsecos entre vontades livres; aqui, além destes laços, existe um princípio intrínseco e sobrenatural de união — a graça — pelo que os fiéis ligados a Cristo formam uma só pessoa "mística", e a Igreja é uma "segunda personificação de Cristo".[5]

A segunda união é efeito da primeira: a santidade de cada cristão deriva da plenitude de santidade que exornava a alma

---

[4]) L. c. n. 7.
[5]) L. c. n. 52.

do Salvador. Por outras palavras: a graça "*capital*" de Cristo — ou seja a sua função de Cabeça santificadora do Corpo místico — resulta de um transbordar de sua graça "*pessoal*" de Homem-Deus, segundo ensina S. João: "de sua plenitude todos nós recebemos, e graça sobre graça" (Jo 1, 16).

Justifica-se melhor, agora, a distinção que fizemos entre a dupla atividade medianeira do Salvador. Em virtude da união hipostática, os atos sobrenaturais de Cristo revestiam um valor moral infinito; podiam, pois, *merecer-nos* todas as graças. Ademais, por sermos membros de Cristo, cuja humanidade era instrumento vivo da divindade, os atos de inteligência e de amor de Cristo, tornavam-se outros tantos *canais* de luz e graça para as almas. Moral sem dúvida, mas também vital é o influxo da Cabeça sobre os seus Membros.

Assim, quando lemos em S. Paulo que Cristo foi dado por Deus à Igreja como Cabeça (Ef 1, 22), devemos entender a metáfora como afirmando duas verdades principais: 1º *consanguineidade* entre Jesus e nós, por ser a cabeça homogênea ao corpo; 2º *influxo* ativo do Salvador sobre nós, na ordem moral do merecimento, e na ordem eficiente instrumental, da comunicação de vida.

Deste influxo, a teologia ascético-mística estuda os efeitos individuais, enquanto a teologia da Igreja considera-lhe as repercussões sociais.

Na Encíclica *Mystici Corporis Christi*, Pio XII descreve à maravilha a estreiteza dos laços que ligam o Esposo à Esposa: Cristo Fundador, Cabeça, Sustentador, Salvador do Corpo Místico. No capítulo anterior foram tratados o primeiro e o último aspectos; resta-nos a aprofundar os dois outros.

Cristo Cabeça por motivo de excelência.

A comparação tomada das relações que vigoram entre cabeça e corpo origina-se de certas averiguações do saber popular e não pretende a qualquer exação anátomo-fisiológica. Das funções que a mais comesinha observação descobre na cabeça humana em relação ao corpo, concluímos analògicamente a certos e determinados influxos de Cristo em relação ao Corpo místico.[*]

Antes de tudo chama-nos a atenção, na cabeça a posição excelsa. Ocupa a sumidade do corpo. Transladada para o mundo sobrenatural, esta preeminência leva-nos a meditar sobre a *primazia ou excelência* de Cristo Jesus nossa Cabeça.

---

*) A analogia metafórica não pretende identificar naturezas ou essências, senão apenas aproximar *comportamentos*. Queremos, pois, significar que o comportamento de Cristo para com a Igreja tem algo de semelhante ao comportamento da cabeça em relação ao corpo.

Qual tema revelado dessa meditação, se nos oferece o grande texto de S. Paulo aos Colossenses: "Ele (o Filho) é a imagem de Deus invisível, o primogênito de toda a criatura, porque nele foram criadas todas as coisas no céu e na terra, as visíveis e as invisíveis, quer sejam os Tronos, quer as Dominações, quer os Principados, quer as Potestades; tudo foi criado por ele e para ele, e ele está acima de todas as coisas, e todas as coisas nele subsistem. E ele é a Cabeça da Igreja, seu corpo, e é o princípio, o primogênito dentre os mortos, de maneira que ele tem a primazia em todas as coisas. Porque foi do agrado (do Pai) que residisse nele toda a plenitude e que por eles fossem reconciliadas consigo todas as coisas, pacificando, pelo sangue de sua cruz, todas as coisas da terra como as coisas do céu" (Col 1, 15-20).

Fazendo sua grande e antiga tradição exegética, Pio XII interpreta os primeiros versetos de Cristo-Deus, os últimos de Cristo-Homem.

Como Verbo, Cristo é "a imagem do Deus invisível". A noção de imagem, comporta semelhança de configuração. Não basta todavia; exige ainda que a imagem derive do exemplar ao qual se assemelha. Assim o retrato é feito à imagem do modelo; e dizemos do filho que é a imagem do pai.

Ora, o Verbo eterno é semelhante ao Pai, não apenas porque dele recebe a natureza divina, mas ainda porque esta geração é fruto da atividade intelectual, essencialmente assimilativa.

Toda idéia, por definição, assemelha-se ao objeto que ela exprime mentalmente. Quanto mais perfeita, mais fielmente retrata o seu objeto. Logo, se Deus contempla o próprio ser e, pensando, elabora uma Idéia, esta Idéia ou Verbo, será perfeita "imagem do Deus invisível".

"Primogênito de toda a criação", reza em seguida o texto sagrado. À primeira vista pareceriam estas palavras referir-se à humanidade de Cristo; Pio XII, porém, interpreta com muitos doutores: "Quem foi colocado mais alto do que Cristo Deus, o qual como Verbo do eterno Padre deve ser considerado "primogênito de toda a criação?"[1]

Por ser o Verbo gerado pelo ato intelectual no qual Deus conhece a própria natureza, neste Verbo representa-se ao Pai não apenas a divindade senão toda a criação. Conhecendo a sua essência, Deus conhece, pelo fato mesmo, as suas obras. Imperfeito e limitado seria o conhecimento que atingisse apenas o que Deus é, e não o que Deus faz.

Cristo Deus é, pois, a um tempo primogênito do Pai e primogênito da criatura: como fruto do ato de geração inte-

[1]) *Mystici Corporis Christi*, n. 36.

lectual do Pai ele exprime a perfeição da natureza divina e, pelo fato mesmo, a obra criadora de Deus.

Atentemos em que o conhecimento divino não é como o nosso, passivo, causado pelas coisas; mas antes é ativo, causa das coisas. Para Deus, conhecer as criaturas, é criá-las. Ser "primogênito de toda a criatura" significa pois que o Verbo é gerado pelo Pai, como *princípio* das criaturas: "nele foram criadas todas as coisas no céu e na terra, as visíveis e as invisíveis".

Também S. João nos revela: "Pelo Verbo foram feitas todas as coisas" (Jo 1, 3). Como o artista cria a obra d'arte pela idéia ou plano que dela concebeu e lhe servirá de exemplar na execução, assim Deus age pelo Verbo concebido de toda eternidade. S. Agostinho, em consequência, denomina o Verbo a Razão suprema dos seres, a divina Arte na qual estão contidas todas as idéias criadoras que são a razão de ser dos diversos existentes.

E', pois, impossível que Deus faça qualquer coisa a não ser por seu Filho, Verbo eterno. Assim a expressão paulina "primogênito de toda a criatura" significa conjuntamente a anterioridade absoluta do Verbo em relação à criação, e o fato dele ser princípio da emanação do universo espiritual e material. Primazia e domínio totais de Cristo-Deus: "Está acima de todas as coisas e todas nele subsistem".

Grandeza também de Cristo-homem. "Quem foi elevado a maior altura do que Cristo-homem, o qual, nascido da Virgem Imaculada, é verdadeiramente e por natureza Filho de Deus, e por sua prodigiosa e gloriosa ressurreição com que triunfou da morte, é o "primogênito dos mortos" (Col 1, 18; Apoc 1, 5).*

Nova primogenitura de Cristo, bem diversa da anterior. Como Deus, ele é princípio da criação, embora ele mesmo não criado; como homem é princípio de nossa ressurreição e o primeiro ressuscitado.

Fundamento do ensino cristológico de S. Paulo é a ressurreição do Senhor. Sustenta todo o resto como base irrefutável da divindade de Jesus: "Se Cristo não ressuscitou, vazia é nossa pregação, vazia nossa fé... somos os mais miseráveis de todos os homens" (1 Cor 15, 14, 19). Não só falta qualquer garantia a nossa fé como desaparece-lhe até o objeto: cremos num sonho de charlatão ou de iluminado. Nem mesmo gozamos a triste compensação de viver como os pagãos, chafurdados no vício para escarnecer a morte: "Se os mortos não ressuscitam, comamos e bebamos porque amanhã morreremos" (1 Cor 15, 32). "Porém Cristo ressuscitou, primícias dos que dormem! Porque assim como a morte veio por um homem, também por um homem veio a ressurreição dos mortos, e como todos mor-

*) l. c.

reram em Adão, assim também todos serão vivificados em Cristo" (1 Cor 15, 20).

Mercê da solidariedade que o liga à humanidade toda, o corpo mortal de Cristo foi apenas o primeiro da indefinida série dos que, conhecendo embora a morte, não se dissolverão para todo sempre.

Conclui Pio XII aduzindo mais três motivos de excelência de Cristo: "Quem, finalmente, colocado em maior altura do que aquele que de modo admirável, qual "único medianeiro entre Deus e os homens" (1 Tim 2, 5), ajunta a terra com o céu; que, exaltado na Cruz, como num trono de misericórdia, atraiu tudo a si (cf. Jo 12, 32); e que, filho do homem eleito entre milhões, é amado por Deus mais que todos os homens, todos os anjos e todas as criaturas?" *

A grandeza inaudita de Cristo medianeiro, podemos vislumbrá-la também no trecho da Epístola aos Colossenses que estamos a meditar: "Deus quis que por ele fossem reconciliados consigo todas as coisas, pacificando pelo sangue de sua Cruz, tanto as coisas da terra como as do céu".

Medianeiro, como o nome indica, é quem está situado entre dois extremos para uni-los. Aqui os extremos são Deus ofendido e as criaturas pecadoras. Como Deus, Cristo não é medianeiro, pois não se distingue de um dos extremos: O Verbo está em Deus, é Deus. Mas, como homem Cristo é inferior a Deus ("o Pai é maior do que eu", Jo 14, 28) e superior aos outros homens pela plenitude de graças e sua união com Deus. Distinto de ambos os extremos, pode uni-los. Tão sublime, pode vencer o abismo rasgado pelo pecado e operar a reconciliação entre o mundo inquinado e o Deus Santíssimo.

Como Cabeça do corpo místico, Cristo representa todos os homens, expia, satisfaz por nós oferecendo o próprio sangue para aplacar a ira divina. Como Filho de Deus, o mesmo Cristo nos traz a amizade do Pai, a graça e a verdade (Jo 1, 17), Restaura-se assim o vínculo que, antes do pecado de Adão, unia o homem a seu Criador.

Esse múnus mediador, exerceu-o Jesus desde a Encarnação; porém, como observa Pio XII, ele culminou na morte do Salvador.

E' claro enfim que tão excelsos dotes deveriam valer a Cristo-homem sumo amor de preferência, da parte do Padre eterno.

---

*) L. c.

Cristo Cabeça por motivo de plenitude.

Em nosso texto da Epístola aos Colossenses lemos ainda: "foi do agrado (do Pai) que nele (Cristo) residisse toda a plenitude". Mais um aspecto de verdade que nos cumpre meditar.

Na cabeça, o homem comum descobre, além da posição eminente, o fato que nela se concentram todos os sentidos, enquanto no resto do corpo reside apenas o senso táctil. Na cabeça, pois, encontra-se a vida sensível em sua plenitude.

Transladando a comparação para Cristo, Cabeça do Corpo místico, diremos que nele, como homem, vigoram, em suma plenitude, os dons sobrenaturais.

Esta consideração é afim à precedente, tirada da excelência de Cristo. Talvez as distinga o fato da antecedente considerar a elevação de Cristo-homem em relação às criaturas, enquanto a presente contempla Cristo apenas na perfeição intrínseca, absoluta, de seus dotes.

A plenitude do Verbo encarnado, nos é apresentada no início do evangelho de S. João, sob dois aspectos: "Unigênito do Pai; cheio de graça e de verdade" (Jo 1, 14).

Ensinam os Doutores que a sua união pessoal ao Verbo divino, representa, para a humanidade de Cristo, autêntica graça. Dom gratuito e sobrenatural da bondade divina que quis assumir esta natureza humana, é ademais a fonte donde jorra toda a santidade do Salvador.

Firmados na etimologia da palavra Cristo — que significa ungido — os Santos Padres admitiam misteriosa unção de uma natureza humana pela divindade do Verbo penetrando-a toda ao ponto de uni-la a si em uma só pessoa humana. Tão profunda a unção, que Jesus é a santidade mesma.

"Aquele a quem o Pai santificou e enviou ao mundo" (Jo 10, 36), não era apenas filho adotivo como, por exemplo, João Batista santificado desde o ventre materno; o Pai o quis por Filho segundo a natureza, consagrando-lhe a humanidade pela união pessoal a Deus Filho.

Santidade é união a Deus, ora impossível união mais estreita do que esta de uma natureza humana que não tem personalidade própria, mas só subsiste pela personalidade do Verbo. E', portanto, a segunda pessoa da Trindade que santifica a humanidade de Cristo; fazendo-a subsistir, une-a substancialmente à santidade divina.

A humanidade assumida não pertence a si mesma; não existe independentemente do Verbo, está, pois, visceralmente consagrada a ele, deputada ao serviço de Deus em todo seu ser e suas atividades.

Todavia, além desta graça singular, única, da união hipostática, devemos reconhecer em Cristo uma outra *graça semelhante à nossa*, embora incomparàvelmente mais alta.

Na pessoa do Salvador a humanidade não se confundia com a divindade; ao contrário, permanecia intacta, dotada de sesibilidade, inteligência e vontade, como nos outros homens. Para que essa inteligência e essa vontade pudessem atingir a Deus no mistério de sua vida, participar ao conhecimento e ao amor que Deus tem de si mesmo, era indispensável que fossem — como as faculdades de qualquer um de nós — proporcionadas, isto é, sobreelevadas pela graça santificante e as virtudes infusas.

Por outras palavras, a dignidade e nobreza da alma de Cristo estavam a exigir toda a perfeição possível a uma criatura; tal perfeição supõe santidade na ordem de ser e de operação. Pela união hipostática, a humanidade de Jesus se encontra consagrada à pessoa do Verbo na ordem substancial do ser; resta ainda a ordem acidental da operação: os atos de inteligência e de vontade pelos quais esta humanidade vai conhecer e amar a Deus tão intimamente quanto possível, para atingir o seu fim sobrenatural. Cabem aqui a graça habitual santificante, as virtudes infusas e os dons do Espírito Santo.

Por alusão a essa graça criada S. Lucas nos diz que o Menino Jesus "crescia em sabedoria, em idade e *em graça*, diante de Deus e diante dos homens" (Lc 2, 52). Esta graça, ele a tinha em plenitude: no seu grau mais intenso, segundo todo seu dinamismo operativo.

"Crescia em sabedoria": a plenitude da *ciência* também exornava Cristo-homem. No evangelho, Jesus nos aparece como perfeito conhecedor do Pai: "Todas as coisas me foram entregues por meu Pai; e ninguém conhece o Filho senão o Pai, e ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar" (Mt 11, 27). Conhece também as coisas humanas: lê nos corações (Lc 6, 8; 9, 47); percebe o que sucede ao longe (Jo 1, 48; 11, 14). Nem o passado, nem o futuro lhe escapam (Jo 4, 18; Lc 22, 31-34). Bem podia S. Pedro dizer-lhe: "Senhor, tu conheces tudo" (Jo 21, 17) e S. Paulo ensinar aos Colossenses que em Cristo estão encerrados "todos os riquíssimos tesouros de sabedoria e ciência" (Col 2, 3).

Procuraram os teólogos classificar as diversas categorias de conhecimentos de Cristo-homem, e com o tempo foram levados a distinguir três sortes de saber, que explanaremos com maior vagar em obra subsequente. Por ora bastarão algumas rápidas anotações.

Reconheceremos em Cristo uma ciência natural *adquirida*, fruto da experiência, como em todo homem. Assim o Menino

Jesus crescia em sabedoria, e S. Paulo diz que "por seus próprios sofrimentos Cristo aprendeu a obedecer" (Heb 5, 8). Saber profundo, pois que a inteligência humana de Jesus era pura genialidade.

Distinguimos, em segundo lugar, uma ciência chamada *infusa* porque baixa diretamente de Deus ao intelecto. Quando aos doze anos, o Menino sentou-se no templo entre os doutores, estes "maravilhavam-se de sua sabedoria e de suas respostas" (Lc 2, 47). Não seria ciência adquirida — e como o filho de um pobre carpinteiro haveria de adquiri-la num vilarejo perdido? Mas sabedoria recebida do alto, como acontece aos espíritos angélicos.

Temos enfim a visão *beatífica,* pela qual o Senhor contemplava a divina essência como a contemplam face a face os celícolas. Embora não atestada com perfeita clareza pela Escritura, a existência desta ciência de visão se colige de alguns textos em que Jesus afirma seu acabado conhecimento do Pai. Por exemplo: "Dizemos o que sabemos e somos testemunho do que vimos" (Jo 3, 11) ou ainda: "Meu Pai é que me glorifica, aquele que vós dizeis que é vosso Deus. Mas vós não o conhecestes, eu sim conheço-o e se disser que o não conheço serei mentiroso como vós. Mas conheço-o e guardo sua palavra" (Jo 8, 55). A ciência de visão abrange Deus na unidade da essência e na trindade das pessoas, e as demais coisas em Deus como na sua causa. E' de notar, porém, que em Cristo esta ciência "supera absolutamente em compreensão e clareza a ciência correspondente de todos os bem-aventurados". [10]

Assim Nosso Senhor vivia a um tempo, de maneira incomparável, a vida intelectual do homem viajeiro, dos anjos e dos homens beatificados. Desta plenitude haure o Corpo místico, como vimos tratando de nossa ciência sobrenatural que é a fé; e ao explanarmos o magistério da Igreja, teremos ocasião de mostrar que ele é uma participação do múnus de Cristo como Doutor ou Profeta.

"Todo poder me foi dado no céu e na terra" (Mt 28, 18). No evangelho esse *poder* manifesta-se sobretudo pelos milagres que jamais alguém os havia feito iguais; porém ele era muito mais extenso e profundo: era poder universal sobre o mundo. Poder cuja extensão se nos antolha maior ainda ao considerarmos não apenas a pura humanidade de Cristo, mas a humanidade como instrumento do Verbo. Neste caso não é apenas o poder de obrar milagres, mas de produzir efeitos sobrenaturais: "O Filho do homem tem sobre a terra o poder de perdoar os pecados" (Mt 9, 6). "Pai, é chegada a hora, glorifica o teu Filho, para que também o teu Filho te glorifique a ti; visto co-

---

[10]) *Mystici Corporis Christi,* n. 47.

mo lhe deste poder sobre toda a carne, para que dê a vida eterna a todos os que lhe confiaste" (Jo 17, 1-2).

Do poder de Cristo e de sua ciência derivados para o Corpo Místico, tira Pio XII um novo motivo para mostrar que ele é Cabeça da Igreja, a saber governando-a, pois a cabeça, "sendo dotada de maiores qualidades, dirige naturalmente todos os membros, aos quais sobreestá para olhar por eles".[11] Não insistiremos todavia, porquanto consagraremos a esse estudo os nossos dois últimos capítulos.

Influxo de Cristo Cabeça.

Como centro do sistema nervoso central, a cabeça humana não apenas governa o comportamento do corpo no meio exterior, como ainda comunica aos diversos membros a sensibilidade e o movimento, rege toda a vida íntima do indivíduo. Donde colhemos, analògicamente, a existência de mais uma função da divina Cabeça, em relação ao Corpo místico: o influxo íntimo e arcano.

O estudo da excelência e plenitude do Salvador, não reveste a mesma finalidade no tratado teológico da Encarnação e no da Igreja. No primeiro, visa entender a humanidade do Senhor na sua perfeição intrínseca, como a mais excelsa das criaturas, a única que pode render a Deus a devida glória. No segundo, essa mesma excelência e plenitude são contempladas como fontes donde manam sobre os homens luz e graça.

Por outras palavras: podemos considerar Cristo como Filho de Deus ou como Cabeça da Igreja e estudar, em consequência, seja a graça "pessoal", seja a graça "capital", esta sendo aliás derivação daquela.

Com nitidez acabada circunscreve S. João os dois pontos de vista: "... Vimos a sua glória, glória como do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade" — eis aqui a graça pessoal — "e todos nós participamos de sua plenitude, e graça sôbre graça" (Jo 1, 14. 16) — eis aqui a graça capital. Longe de serem duas graças autônomas, a segunda dimana da primeira: a graça capital é a mesma graça pessoal a difluir sobre os homens.

"Deus tanto amou o mundo que deu o seu Filho unigênito" (Jo 3, 16). Este amor — que nos parece a nós imperscrutável paradoxo, mas atirava os santos em êxtase — constituiu Cristo medianeiro, canal insubstituível, trazendo aos homens todos os dons sobrenaturais de Deus. Toda graça é graça *de* Cristo. Destinado a transfundir luz e santidade, ele deveria possuí-las de modo superabundante. Com efeito, ele não é instrumento inerte — como a água do batismo — mas instrumento vivo, dotado

---

[11]) L. c. n. 37.

de inteligência e vontade. Como executaria os desígnios de Deus sobre sua criatura se os não conhecesse? Como espargiria verdade e caridade se uma não lhe brilhasse na inteligência e a outra não lhe ardesse no coração?

Nesta perspectiva, a excelência e plenitude de Cristo aparecem como condições de seu influxo sobre o Corpo místico: se Deus estabeleceu a seu Filho como princípio universal de justificação para a natureza humana, claro é que lhe devia conferir graças, dons e carismas de maneira eminente.

Reluz agora a verdade do que acima levamos dito: a graça da união hipostática não constitui a graça capital mas lhe serve de fundamento. Não a constitui, porque Cristo não é Cabeça precisamente por estar unido à pessoa do Verbo, mas enquanto homem enriquecido pelos dons da graça habitual. A cabeça deve ser homogênea ao corpo, ora os membros do Corpo místico são homens. Todavia a graça capital se enraíza na graça de união, pois se os atos sobrenaturais de Cristo têm valor infinito, é por estar ele unido ao Verbo, se a sua graça habitual atinge a uma plenitude tal que extravasa sobre os demais homens, é devido ainda à graça de união.

A graça capital define-se, pois, como a graça habitual de uma natureza humana que pertence a uma pessoa divina e, por isso, se pode derramar sobre a humanidade toda.

A plenitude e excelência que vimos contemplando tem assim como que duas raízes. A primeira é a proximidade de Cristo com Deus, causa de graça; mais um ser se acerca da fonte manancial de energia, mais intenso lhe recebe o influxo; por estar unida a Deus mais intimamente do que qualquer criatura, a alma de Jesus haurirá maior quinhão de graça. A segunda é a obra que o Salvador devia realizar: para redimir os homens, santificá-los, devia receber a graça em toda a sua intensidade e segundo os seus diversos efeitos: virtudes, dons, carismas. Dessa maneira, na ordem sobrenatural Cristo-homem será para a humanidade princípio universal de justificação, como, na ordem física, o sol é a fonte das energias terrestres, e, na ordem biológica, Adão foi a origem da espécie humana.

Em consequência, se os teólogos falam em graça "capital", não é apenas porque a graça do Salvador sobreleva incomparàvelmente a de todos os santos, é sobretudo porque as outras graças todas dela *difluem*. Numa palavra, qualquer medida de graça outorgada aos homens foi determinada em função da graça de Cristo (Ef 4, 7); já a graça dos santos do Antigo Testamento e depois todas as graças que vivificaram qualquer alma em qualquer região do globo, ainda que essa alma não pertencesse visivelmente à verdadeira Igreja. "... O mesmo Cristo Jesus infunde perenemente — qual Cabeça nos

membros e vides nas varas — energia nos homens justificados; energia virtuosa que lhes antecede, acompanha e segue as obras e sem o qual estas de modo algum poderiam ser agradáveis a Deus e meritórias..." [12]

Laboraríamos em mortal equívoco, se imaginássemos — como os protestantes — que a Igreja se interpõe entre a alma e Deus, tudo quanto é dado à Igreja sendo tirado a Cristo.

Na verdade, o que de sobrenatural se faz no seio da Igreja, realiza-se em perene e estreita dependência de Cristo.

Se abraçamos as verdades da fé e da moral, é por serem elas reveladas por Cristo; se amamos o Papa e lhe obedecemos, é por ser ele Vigário de Cristo; se veneramos os santos, é por neles vermos os membros gloriosos de Cristo.

Numa palavra: os ensinamentos a iluminar as mentes, os sacramentos a santificar as almas, os ritos a expressar o nosso culto, as leis a nos guiar sàbiamente para o céu, tudo de Cristo provém, a Ele se ordena e a Ele se submete. "Ele faz com que sua Igreja viva de sua vida sobrenatural, penetra com sua divina virtude todo o corpo, e a cada um dos membros segundo o lugar que ocupa no corpo, nutre-o e sustenta-o do mesmo modo que a videira sustenta e torna frutíferas as vides aderentes à cepa". [13]

Tampouco podemos separar de Cristo a Igreja, quanto podemos separar o corpo vivo da sua cabeça. Bem mais. Como a cabeça e os membros formam um só homem natural, assim Cristo e sua Igreja constituem um só homem novo, sobrenatural (cf. 1 Cor 12, 12), denominado por S. Agostinho "Christus totus", o *Cristo total*.

Profunda e vital unidade, sem abolir as personalidades físicas dos fiéis, vem uni-las numa só personalidade mística com Cristo. Tal unidade resulta da graça capital única, a se derramar de Cristo, no Corpo Místico, e por ele, em cada membro (cf. Rom 5, 18; Col 1, 19 ss.).

Na medida em que nos deixamos penetrar, vivificar pela graça, mais profundamente comungamos à plenitude de Deus habitando em Cristo.

Se procurarmos aprofundar ainda mais a função de Cristo-Cabeça encontraremos conceitos já anteriormente esboçados. Não será de todo inútil meditá-lo mais uma vez.

Como Deus, o Senhor é o mesmo autor da graça e no-la dá por autoridade própria; como homem, porém, ele no-la comunica como instrumento. De duas maneiras. 1º Merecendo-a por nós: mostra ao Pai as suas chagas de vítima sacrificada no Calvário e glorificada no céu, "vivendo sempre para interce-

---

[12]) Concílio Trident., s. 6, c. 16 (Denzinger, n. 809).
[13]) *Mystici Corporis Christi*, n. 54.

der por nós" (Heb 7, 25). 2º Como órgão da divindade, a saber instrumento vivo, dotado de inteligência e de vontade; por isso mesmo escolhe, determina, distribui a cada um a sua graça, comunicando-a por influxo vital.

As mesmas comparações de "cabeça" e de "videira" sugerem uma causalidade muito mais profunda e íntima do que um simples laço moral. Jesus não é apenas o que intercede e merece por nós; entre ele e nós há comunhão de vida como entre a cepa e as vides, a cabeça e os membros. "Cresçamos em tudo naquele que é a Cabeça, Cristo, *do* qual todo o corpo bem organizado e unido recebe por todas as articulações, segundo a medida de cada membro, o influxo e energia que o faz crescer e aperfeiçoar na caridade" (Ef 4, 16).

"Cristo é tudo em todos" (Col 3, 11). Não há resumo mais verdadeiro e profundo da eclesiologia paulina. Interioridade de Cristo à humanidade e da humanidade a Cristo. Mistério do Deus que se faz homem e dos homens que, por Cristo, se divinizam.

Como conceber com exação maior esse influxo causal da humanidade do Senhor, órgão substancialmente conjunto à pessoa do Verbo, é problema árduo que a teologia não logra resolver a contento.

Um só ponto está fora de contestação possível: deve o instrumento exercer uma ação própria, embora sempre sob a moção ativa da causa principal. Assim esta pena escreve, movimentada pelo meu braço, dirigido pela minha vontade. A pena é instrumento separado, o braço instrumento conjunto à minha pessoa; ambos agem, mas subordinadamente. Há que levar em conta uma ressalva importante: o instrumento criado deve ser apropriado ao efeito procurado (não posso escrever, indiferentemente, com qualquer objeto), enquanto Deus pode produzir todos os efeitos — salvo a criação — por todos os instrumentos. A virtude divina sempre logrará elevá-los, proporcioná-los à obra visada. Prova sejam os milagres de Jesus: o tocar de sua mão sarava o surdo, o cego, o leproso. Prova sejam ainda os sacramentos, instrumentos humílimos da produção da vida sobrenatural.

Mas a humanidade de Cristo, ao contrário, é o mais perfeito e apropriado dos instrumentos à disposição de Deus para influir nas almas a graça. Não reside nela toda a plenitude dos dons sobrenaturais? Qual será, pois, a função instrumental da graça capital de Cristo Jesus?

Alguns teólogos contentam-se de concebê-la como "*dispositiva*". O Salvador produziria em nossas almas aptidões que nos habilitariam a receber a graça santificante; outros teólogos afirmam a existência de um influxo ainda mais profundo, que demo-

minam "*perfectivo*": sobrelevada pela virtude divina, a humanidade do Salvador produziria, ela mesma, os efeitos sobrenaturais.

Mais nos agrada a última opinião. Parece-nos com efeito claro princípio que devem ser atribuídas ao Medianeiro todas as perfeições, contanto não involvam impossibilidade nem contrariem as finalidades da Encarnação. Ora, que a doutrina da causalidade instrumental perfectiva atribua à humanidade de Jesus perfeição maior, é dificilmente contestável. De outro lado ninguém conseguiu demonstrar que tal causalidade fosse de todo ininteligível. Difícil, sim, porém não absurda. Em verdade, não se vê por que a inteligência e a vontade santíssimas do Salvador seriam reduzidas a implorar e merecer-nos a santidade, e, no máximo, a preparar-nos à graça, mas não poderiam nos comunicar vitalmente a santidade, tornar-se canais da graça. Não já canais inertes e materiais senão transmissores vivos, espirituais, pelos quais, na palavra de Pio XII, Cristo "escolhe, determina e distribui a cada um a sua graça".[14]

Bem mais, as próprias ações materiais do Senhor, pelo fato da conjunção com a divindade, estavam como que carregadas de energia divina. Chamamos vivificante a carne do Senhor porque tornou-se a própria carne do Verbo, dogmatiza o Concílio de Éfeso.[15]

De Jesus "saía uma força que curava a todos", lê-se em S. Lucas (6, 19; 8, 46). Produzia não apenas curas fisiológicas, mas ainda efeitos sobrenaturais, justamente por ser instrumento da divindade: "soprando sobre os Apóstolos Jesus comunicou o Espírito Santo à Igreja para perdoar os pecados".[16] Bem certo, era a divindade que obrava milagres ou dava o Espírito Santo, porém servia-se para isso de palavras ou gestos da natureza humana de Jesus. Assim a graça vem do Altíssimo e, pela humanidade do Senhor, chega a nossas almas.

Tampouco descobriremos contradição na doutrina, se atentarmos em que a *virtude* da paixão e morte de Jesus permanece eternamente, como eternamente permanece a sua humanidade, estigmatizada e gloriosa. Nada obsta, enfim, a distância entre o céu e a terra; trata-se de um contacto espiritual, transcendendo o espaço, assegurado pela eficácia onipresente do Verbo.

Desta doutrina colhemos que para nós Cristo Jesus não pode ser apenas uma "devoção" entre muitas outras. *Ele deve ser tudo*. Fonte manancial de toda santidade, mais de perto dele dependemos, mais abundante a vida sobrenatural correrá em nós. "Quem tem o Filho tem a vida, quem não tem o Filho não tem a vida" (1 Jo 5, 12). E S. Paulo nos indica o motivo: Jesus

---

[14]) *Mystici Corporis Christi*, n. 50.
[15]) Denzinger, n. 123.
[16]) *Mystici Corporis Christi*, n. 55.

Cristo "foi feito por Deus sabedoria para nós, e justiça, e santificação, e redenção" (1 Cor 1, 30).

Donde os esforços indefessos de nossa ascese outro fim não devem perseguir, senão a remoção dos obstáculos a cercear a livre atuação de Jesus em nossa alma. As ascensões de nossa prece tem de procurar o contacto sempre mais íntimo e vívido com o Exemplar e Causa de toda santidade. E' por seu Filho que Deus nos salvou e, a cada momento, quer por ele intensificar nossa vida espiritual. Tudo dele e só dele, podemos e devemos esperar.

Mas em vão procuraríamos a Cristo fora da Igreja. Pode o membro separado do Corpo sentir o influxo benfazejo da Cabeça? Poderíamos encontrar o Esposo longe da Esposa? O que o Gênesis diz de Adão e Eva — os dois serão uma só carne — S. Paulo aplica-o a Cristo e à Igreja para frisar a inseparabilidade de ambos.

Causa instrumental da justificação, a humanidade de Jesus, por ser a um tempo espírito e carne, comunica-nos essa justificação, já de maneira puramente espiritual pela fé, já por obra de ritos sensíveis, os sacramentos.

A fé, contacto espiritual com Cristo, fá-lo habitar em nossos corações (Ef 3, 17). Esse contacto vivifica até os corpos, quando Jesus passou, semeando milagres; vivifica sobretudo as almas. Todas as vezes que contemplamos o Senhor com fé na sua divindade, sua onipotência, sua bondade misericordiosa, ele exerce sobre nós seu poder de santificação. Daí a importância capital, para nossa vida cristã, de termos constantemente presentes aos olhos da fé, a Humanidade de Cristo que a pouco e pouco vai imprimindo a sua semelhança em nossa alma.

Mas, os meios principais de nossa santificação são os sacramentos, que estabelecem uma continuidade profunda entre o Corpo místico e a Cabeça. O batismo, por exemplo, nos santifica fazendo-nos renascer como membros de Cristo; a eucaristia, pelo contacto imediato com a carne e o sangue de Cristo, realiza a união de amor dos membros entre si e do Corpo com a Cabeça. Conforma-se assim a santidade da Esposa à santidade do Esposo, de sorte que o Senhor se continua e perpetua através dos séculos pela sua Igreja. O mistério da Igreja prolonga o mistério de Cristo. Nascida de Cristo, ela cresce em Cristo, vive por Cristo, logo nos une a Cristo.

Cristo Cabeça por motivo de semelhança e de mútua necessidade.

Na primitiva Igreja alguns heresiarcas, os docetas, negavam a realidade da natureza humana de Jesus e pretendiam que o seu corpo não passava de fantasma; logo sua paixão e morte eram meras ilusões. S. João talvez os tivesse em mira

quando escrevia: "Muitos sedutores se tem levantado no mundo que não confessam que Jesus Cristo tenha vindo em carne: eis o sedutor e anti-cristo" (2 Jo 1, 7; cf. 1 Jo 4, 3). Mais tarde, arianos e apolinaristas, atribuindo embora a Cristo um corpo real, sustentavam entretanto que este era animado pelo Verbo; negavam-lhe, pois, alma humana.

Asserções que vão todas contra o evangelho, onde reluz tão clara a humanidade de Cristo, que seria deveras ocioso aduzir textos para prová-la.

Não só assumiu Cristo a nossa natureza, mas quis descender de Adão, fazendo-se nosso consanguíneo. Estava pois assegurada a semelhança, a homogeneidade que deve vigorar entre a cabeça e o corpo.

Mas esta *semelhança* não se deve apenas considerar sobre o plano natural; estende-se ainda ao plano sobrenatural. Como Cristo era Filho de Deus, assim também nós. Ele, o Unigênito, porque sua natureza humana estava unida a Deus-Filho de maneira a constituir uma só pessoa física. Nós, filhos adotivos, porque nos unimos a ele em uma só pessoa mística. Adoção que está longe de ser ficção legal, mas é consórcio da natureza divina, pela graça na terra e a bem-aventurança no céu.

A semelhança entre Cristo e os seus, apresenta duas características dignas de nota: 1º não é apenas estática senão também dinâmica: cresce, estreita-se mais e mais. 2º Não é apenas individual senão também social: cada membro se assemelha à Cabeça, e o Corpo inteiro igualmente.

Pio XII ressalta, com felicidade, ambos os aspectos. "Depois que Cristo foi glorificado na Cruz, é o seu Espírito comunicado à Igreja em copiosíssima efusão para que ela e cada um de seus membros se pareçam cada vez mais ao Salvador... Cristo Nosso Senhor quer que da sua divina plenitude desça sobre a Igreja a abundância de seus dons para que ela se lhe assemelhe o mais possível... Comunica à sua Igreja os seus próprios bens de tal forma que esta, em toda a sua vida visível e invisível é um perfeitíssimo retrato de Cristo". [11]

Daí colhermos uma ascese da *assimilação a Cristo;* o Corpo em conjunto e cada membro em particular reproduzindo, retratando, em sua vida, os diversos estados da adorável Cabeça.

A Igreja assimila-se a Cristo quando, "seguindo as pisadas de seu fundador, ensina, governa e imola o divino sacrifício; quando abraça os conselhos evangélicos e reproduz em si mesma a pobreza, obediência e a virgindade do Redentor; quando, nos muitos e variados institutos que como jóias a adornam, nos faz em certo modo ver a Cristo, ora no monte contemplando,

---

[11]) *Mystici Corporis Christi*, n. 56, 51, 53.

ora pregando às turbas, ora sarando os enfermos, ora enfim fazendo bem a todos". [16]

Nada disso poderia a Igreja, sem a cooperação de seus membros, sem que eles, individualmente, se esforçassem em reproduzir a doutrina e a vida de Jesus de maneira a se parecerem cada vez mais com o Senhor. Para esse trabalho de assimilação transformadora muito ajudam os sacramentos; cada qual tem especial efeito, produz determinada modalidade de graça santificante (de outra sorte não se entenderia a multiplicidade dos sacramentos) correspondente aos aspectos diversos que a graça revestiu em Cristo e que o sacramento vem debuxar em nossa alma.

A graça batismal coloca em nós um germe cristão, que os demais sacramentos devem a pouco e pouco fazer crescer e frutificar, até que Cristo se forme em nós (Gál 4, 19).

Portanto, nossa grandeza sobrenatural se mede à aproximação maior ou menor que conseguimos na conformação ao divino Modelo. Tão rico é este que os santos, embora imitando-o perfeitamente — e por isso mesmo são santos — muito diferem entre si. Em todos, de certo, reconhecemos traços comuns — cada qual é um outro Cristo — porém cada qual imita, acentua mais esta ou aquela feição espiritual do Redentor. E se os santos tanto atraem é por sentirem os homens que eles são retratos vivos de Jesus.

Essa doutrina leva-nos a expor um derradeiro motivo de ser Cristo Cabeça da Igreja: *a mútua necessidade.*

Que precisemos de Cristo não é maravilha. Demonstra essa verdade nossa triste experiência. Amparados por ele, ainda assim somos tão débeis, a que abismos nos despenharíamos, falecesse-nos a sua ajuda! Aliás basta olhar o mundo contemporâneo para deparar com a miséria do homem sem Deus.

Todavia, a revelação vem nos abrir novas perspectivas, ou, melhor, aprofundar ainda esse sentimento de dependência, afirmando que nossa precisão da graça é ainda mais total do que suspeitávamos. "Sem mim *nada* podeis fazer", afirma o Mestre (Jo 15, 5). E o Apóstolo explicita: ainda a simples exclamação "Senhor Jesus!" para não ser apenas grito humano, mas revestir sentido cristão, carece a inspiração da graça (1 Cor 12, 3).

Maravilha maior é que Cristo também precisa de nós. Claro que por motivos sumamente diferentes. Não mais a indigência a suplicar auxílio, mas livre disposição do amor que nos chama à honra de colaboradores seus.

O corpo completa a cabeça; podemos assim dizer que a *Igreja completa a Cristo,* contanto entendamos que esse com-

[16]) l. c. n. 46.

pletar é ainda um dom de Cristo. Ele poderia distribuir sua graça diretamente, sem intermédio algum; quis, porém, amoldar sua ação à índole social do homem e por isso fundou uma sociedade religiosa visível, encarregando-a de disseminar os frutos da Redenção.

Chamou-nos a ser instrumentos seus, contribuindo com nosso esforço à dilatação de seu reino nas almas. Pio XII cita uma palavra magnífica de Clemente Alexandrino: "De um e por um somos salvos e salvamos".[19]

O Corpo Místico todo inteiro é sacerdotal: cada membro participa — à sua maneira — ao Sacerdócio da Cabeça e, como tal, é chamado a ser salvador de almas.

"Tremendo mistério e nunca assaz meditado! Que a salvação de muitos dependa das orações e dos sacrifícios voluntários, feitos com essa intenção, pelos membros do Corpo Místico de Jesus Cristo, e da colaboração que pastores e fiéis, sobretudo os pais e mães de família, devem prestar ao Divino Salvador!"[20]

"Mistério", na verdade, que Jesus se digne depender de nós, associando-nos vitalmente à sua Redenção e esteja como que a nos mendigar almas!

"Tremendo", que, com nossas palavras e exemplos e sobretudo nossas orações e nossos sacrifícios, poderíamos haver contribuído a salvar aquela alma que se perdeu!

SINTESE.

O fundamento das relações entre Cristo e sua Igreja, é o mistério da Encarnação. Cristo é o primogênito entre muitos irmãos a) na ordem natural porque assumiu uma natureza como a nossa, tornou os homens todos solidários nele, restituiu-lhes o privilégio da imortalidade corporal; b) na ordem sobrenatural, porque nos fez partícipes de sua filiação divina; merece-nos a graça e no-la transmite qual instrumento. Assim ele é princípio universal de justificação. A graça pessoal que recebeu em virtude de sua união pessoal ao Verbo, ele extravasa-a sobre nós: é a sua graça «capital» ou seja a sua função de Cabeça santificadora do Corpo Místico.

Cristo é Cabeça por motivo de excelência ou primazia. Como Deus, ele é princípio de todas as criaturas, qual fruto do ato de geração intelectual do Pai: Deus cria pelo seu Verbo. Como homem, Cristo é primogênito dos ressuscitados e o princípio de nossa ressurreição pela solidariedade que o liga à humanidade toda. Enfim, como homem, Cristo é Medianeiro entre Deus e nós, e como tal amado sobre todas as criaturas.

Cristo é Cabeça por motivo de plenitude, ou seja da perfeição intrínseca de seus dotes. Estes dotes são antes de tudo: a graça incriada ou união da natureza humana à pessoa divina e a graça criada, se-

---

[19]) L. c., n. 60.
[20]) Ibid., n. 44.

melhante à nossa, embora infinitamente superior. Plenitude também de ciência seja adquirida ou experimental seja infusa ou angélica, seja beatífica ou ciência de visão. Plenitude enfim de poder que se manifestava pelos milagres e pelos efeitos sobrenaturais.

Cristo é Cabeça por motivo de influxo: por estar sua humanidade unida à pessoa do Verbo, a sua graça atinge uma plenitude tal que se derrama sobre todos os homens. Todas as graças difluem da graça de Cristo. A humanidade do Salvador é o mais perfeito instrumento da divindade; alguns concebem essa atividade instrumental como perfectiva, outros como dispositiva. De qualquer maneira, a virtude da Sua paixão permanece eternamente; ele é e deve ser tudo em nossa vida religiosa.

Cristo é enfim Cabeça por motivo de semelhança e mútua necessidade. Semelhança na ordem natural: ele é homem como nós; e na ordem sobrenatural: somos filhos do Pai como ele. Esta semelhança estreita-se, como o nosso crescimento na graça, e reveste uma feição social: formamos com ele um só Corpo místico: o Cristo total. Donde a ascese de assimilação a Cristo.

Mútua necessidade: o corpo precisa da cabeça como esta precisa do corpo. De fato a Igreja completa a Cristo sua Cabeça. Somos chamados à honra de colaborar com o divino Salvador.

CAPITULO V

OS MEMBROS DA IGREJA

I. DOUTRINA DA ESCRITURA

Cristo único Salvador.

Certa tarde, à hora do sacrifício vespertino, Pedro e João curaram, na porta oriental do templo de Jerusalém, chamada Especiosa, um coxo de nascença. Por este benefício foram encerrados na prisão e, ao depois, citados diante do sinédrio. Perguntaram-lhes sacerdotes e saduceus em nome de quem haviam feito isso? Pedro então, cheio do Espírito Santo, contestou: "Seja notório a todos vós e a todo o povo de Israel, que em nome de Jesus Cristo, o Nazareno, que vós crucificastes, a quem Deus ressuscitou dos mortos, nesse nome é que este está são diante de vós... E em nenhum outro há salvação, porque sob o céu nenhum outro nome foi dado aos homens, pelo qual devamos ser salvos" (At 4, 10-12).

O chefe visível da Igreja ecoava, fiel, as palavras do Chefe invisível, que deixara aos Apóstolos como derradeiro mandamento: "Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda a criatura. O que crer e for batizado será salvo; o que porém não crer, será condenado" (Mc 16, 15-16; cf. Mt 28, 19).

Doutrina constante do Novo Testamento é que Cristo, e ele só, nos veio trazer a salvação, infundindo-nos nova e divina vida. Impossível sermos salvos, por conseguinte, se a seiva sobrenatural não correr em nós. Ora, essa vida deve ser a um tempo pessoal e social. Pessoal, por exigir de nós uma atitude de fé; social, porque exige também nossa incorporação pelo batismo, a um organismo sobrenatural: a Igreja. Dupla exigência que decorre imediatamente do texto de S. Marcos acima citado. De muitos outros igualmente, que, para maior brevidade, deixamos de referir.

Necessidade da fé pessoal.

"Deus amou de tal modo o mundo que lhe deu seu Filho unigênito para que todo o que crê não pereça mas tenha a vida eterna... Quem nele crê não é condenado, mas quem nele não crê já está condenado, porquanto não crê no nome do Filho unigênito de Deus" (Jo 3, 16-18). "O que crê no Filho tem a

vida eterna, o que porém, não crê no Filho, não verá a vida, mas sobre ele permanece a ira de Deus" (Jo 3, 36). "Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto viverá; e todo aquele que vive e crê em mim não morrerá" (Jo 11, 25).

"Eu não me envergonho do Evangelho porque ele é uma força divina para a salvação de todo homem que crê" (Rom 1, 16). "A justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo, para todos os que crêem (Rom 3, 22). "Se com a tua boca confessares ao Senhor Jesus e em teu coração creres que Deus o ressuscitou dos mortos serás salvo" (Rom 10, 9).

Todo o que rejeita conscientemente a crença em Cristo, está fora do caminho da vida e em via de se perder. Di-lo sem rebuços o Apóstolo. No decurso de sua primeira grande viagem missionária, veio ele ter a Antioquia de Pisídia, onde, como era costume seu, pregou na sinagoga a fé em Cristo; mas — como também soía acontecer — os judeus, blasfemando, contradisseram-no. Então Paulo e Barnabé seu companheiro declararam resolutamente: "Era mister que primeiro a vós fosse pregada a palavra de Deus, mas, visto que a rejeitais e vos *não julgais dignos da vida eterna,* eis que nos voltaremos para os gentios" (At 13, 46). Na primeira epístola a Timóteo, o Apóstolo concita-o a conservar "a fé e a boa consciência, repelida a qual por alguns, fizeram naufrágio na fé" (1 Tim 1, 19).

Necessidade da incorporação à Igreja.

Como o homem não é um indivíduo solitário, mas um ser social, à fé se deve ajuntar o rito batismal que incorpora à sociedade visível dos cristãos.

Por ser Cristo cabeça da Igreja, impossível estar em Cristo, sem estar na Igreja. Quem, pois, deseja a Ele unir-se, deve procurá-lo na unidade da Igreja. Por ela se incorpora a Cristo; dela recebe o ensinamento da fé e o lavacro sacramental, conforme ordenara Jesus: "Ide, pois, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Padre, e do Filho, e do Espírito Santo" (Mt 28, 19).

Assim falava o Senhor antes de subir aos céus; dez dias depois, pregando S. Pedro, "foram batizados os que de bom grado receberam as suas palavras e naquele dia agregaram-se quase três mil almas" (At 2, 41). O batismo foi desde então considerado a "porta" da Igreja, tanto assim que o batizado recém-nascido, embora não possa ainda fazer ato de adesão pessoal, a Igreja considera-o membro seu.[1] Donde, muitos teólogos definem a Igreja como a sociedade visível dos homens batizados.

---

[1]) C.I.C., cân. 87.

Que ao batismo caiba um alcance não apenas individual — como renascer da alma (Jo 3, 5) — senão também social, como incorporação à Igreja, ensina-o S. Paulo da maneira mais explícita: "Assim como o corpo é um e tem muitos membros e sendo muitos são entretanto um único corpo, assim é Cristo também; pois nós todos fomos batizados em um Espírito formando um corpo, quer judeus, quer gregos, quer servos, quer livres, e todos temos bebido de um Espírito Santo" (1 Cor 12, 12-13).

O batismo incorpora, pois, ao Corpo místico de Cristo. Quem a este não pertence, não logra receber da divina Cabeça o influxo vital. "Fora de Cristo não há salvação", e "fora da Igreja não há salvação", são fórmulas equivalentes.

O ser esse Corpo místico visível, depreende-se da própria palavra "corpo"; o ser hierarquizado, logo social, aparece claro na continuação do texto paulino: "vós sois o corpo de Cristo e seus membros em particular, e a uns pôs Deus na Igreja, primeiramente os Apóstolos, em segundo lugar os profetas, em terceiro doutores, depois, milagres, depois dons de curar, socorrer, governar, variedade de línguas" (l. c. 27-28).

A mesma necessidade da agregação a uma sociedade religiosa visível, se nos depara nos evangelhos: "O que vos ouve a mim ouve, e o que vos despreza a mim despreza e quem me despreza, despreza aquele que me enviou" (Lc 10, 16). "Se alguém não vos receber, nem escutar as vossas palavras, saindo daquela casa ou cidade, sacudi o pó de vossos pés. Em verdade vos digo que no dia do juízo haverá menos rigor para a terra de Sodoma e Gomorra do que para aquela cidade" (Mt 10, 14-15). "Se não escutar a Igreja, considera-o como um gentio e publicano" (Mt 18, 17). E pois S. Paulo afirma que a Igreja é nossa Mãe (Gál 4, 26), S. Cipriano enèrgicamente concluirá: "não pode ter Deus por Pai quem não tem a Igreja por Mãe" (De cath. Eccles. unitate, c. 6).

Pelo fato mesmo, estão fora do Corpo de Cristo — logo da salvação — os que se rebelam contra os ensinamentos da Igreja (incidindo no pecado de heresia) ou contra sua disciplina (inquinados pelo pecado de cisma). E' corrente entre os Santos Padres a comparação, já insinuada por S. Pedro (1 Ped 3, 20-21), da Igreja à arca de Noé, fora da qual pessoa alguma escapa à perdição do dilúvio. Não existe, pois, outro meio de salvação. Todavia, diversos textos das Sagradas Escrituras, confrontados com os precedentes, vêm propor à sagacidade dos teólogos árduos problemas de conciliação e síntese.

Fé e incorporação não bastam.

Não basta a fé, proclama-o S. Paulo: "Ainda que tivesse toda a fé de maneira tal que transportasse os montes, e não

tivesse caridade, nada seria" (1 Cor 13, 2). E S. Tiago encarece: "Que aproveita se alguém disser que tem fé e não tiver as obras? Porventura a fé pode salvá-lo?... a fé, se não tiver as obras, é morta em si mesma" (Tgo 2, 17). Não bastar a incorporação à Igreja, vemo-lo em diversas parábolas. Esta por exemplo: "Quando o pai de família se levantar e correr à porta e começardes a estar de fora e a bater à porta dizendo: "Senhor, Senhor, abre-nos" e respondendo ele vos dirá: "não sei donde vós sois"; então começareis a dizer: "temos comido e bebido em tua presença e tu tens ensinado em nossas ruas"; e ele vos responderá: "digo-vos que não sei donde vós sois; apartai-vos de mim, vós todos que praticais a iniquidade" (Lc 13, 25-27).

Ou ainda a parábola do joio e do trigo, a crescer juntos na seara do Filho do homem: "Assim como o joio é colhido e queimado no fogo, assim será na consumação deste mundo. Mandará o Filho do homem os seus anjos, e eles colherão de seu reino tudo o que causa escândalo, e os que cometem a iniquidade, e lançá-los-ão na fornalha de fogo; ali haverá pranto e ranger de dentes" (Mt 13, 40-42). Igualmente, a parábola do convidado que tomava parte com os outros no banquete de núpcias, mas foi lançado nas trevas exteriores por não revestir a veste festiva (Mt 22, 12-13); ou a parábola das virgens loucas, que embora fazendo parte do cortejo do Esposo, por não terem óleo em suas lâmpadas, ouviram as tremendas palavras: "em verdade vos digo que vos não conheço" (Mt 25, 12).

Tinham por certo fé e haviam sido batizados os destinatários das epístolas aos Coríntios, não obstante adverte-os o Apóstolo: "Porventura não sabeis que os injustos não hão de herdar o reino de Deus? Não vos enganeis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores, herdarão o reino de Deus" (1 Cor 6, 9-10).

Daí um primeiro problema, muito debatido entre católicos e protestantes: qual a situação dos pecadores na Igreja? Serão eles ainda membros do Corpo místico?

Há ignorância que não impede a salvação.

Surge entretanto novo enigma a nos intrigar. Estão indubitàvelmente a caminho da perdição eterna os que, com pleno conhecimento de causa, rejeitaram a Cristo e a sua Igreja, ou porque repeliram a mensagem evangélica, ou porque tendo-a aceito apostataram ao depois. "Quem não crer já está condenado... e a condenação aqui está: a luz veio ao mundo e os homens amaram mais as trevas do que a luz, porque as suas obras eram más" (Jo 3, 18-19). Falta de fé culposa.

Mas, indagamos, quem não conheceu a revelação cristã, já por ter vivido antes da Encarnação, já porque os arautos do Evangelho não chegaram até ele para lhe propor a mensagem salvífica? "Como crerão naquele de quem nunca ouviram falar? E como ouvirão, sem haver quem lhes pregue?" (Rom 10, 14).

Esta questão sobremodo preocupava os pagãos, gregos ou romanos, inclinados a converter-se ao cristianismo, como mais tarde preocupou os japoneses evangelizados por S. Francisco Xavier: qual a sorte de seus antepassados, que viviam nos "tempos de ignorância" (At 17, 30) e, em consequência, desconheciam, sem culpa sua, a revelação cristã?

Segundo o Apóstolo, os justos do Antigo Testamento cujo protótipo foi Abraão, salvaram-se pela fé, em verdade, no Messias vindouro, logo em dependência de Cristo e incorporados ao "povo de Deus", esboço e preparação da Igreja. Mas os pagãos? Também estes, responde S. Paulo, se poderão salvar contanto que creiam em Deus e pautem-se pela moral natural, ditada pela própria consciência. "Os que ouvem a lei não são justificados diante de Deus, mas os que praticam a lei é que serão justificados. Com efeito, quando os gentios que não têm lei (mosaica) fazem naturalmente as coisas que são da lei, esses, não tendo lei, servem de lei para si próprios e mostram as obras da lei escritas em seus corações, testificando juntamente a sua consciência e os seus pensamentos, quer acusando-os quer defendendo-os. Isto ver-se-á no dia em que Deus há de julgar os segredos dos homens por Jesus Cristo, segundo o meu Evangelho" (Rom 2, 13-16). Mais compendiosamente, S. Pedro: "Reconheço por verdade que Deus não faz acepção de pessoas, mas que lhe é agradável aquele que, em qualquer nação, o teme e obra o que é justo" (At 10, 34-35).

Haverá, pois, almas que se salvam, não só aparentemente fora da Igreja, mas aparentemente sem fé em Cristo? Como admiti-lo, sem contradizer os passos da Escritura citados mais acima?

Para circunscrever, com exação maior, o nosso problema, perguntamos: que relação exata com o Corpo Místico têm: 1º os justos — hebreus ou gentios — das eras pré-messiânicas; 2º os pagãos, que, posteriormente, jamais foram atingidos pela ação missionária da Igreja? 3º qual, enfim, a situação dos que, nascidos e educados no seio do cisma ou da heresia, persuadem-se de boa fé que pertencem à única verdadeira Igreja de Cristo?

A doutrina da Igreja é clara, firme e simples, mas a diferença de terminologia entre os autores e sobretudo a diversidade das relações das diferentes categorias de homens com a Igreja, complica o problema. A fim de que o leitor não se confunda e perca, damos desde já, em escorço, a solução. Tenha-a sempre presente o leitor, ao seguir os meandros de nossa argumentação.

E' dogma de fé e não apenas opinião teológica, que "fora da Igreja não há salvação". O Santo Ofício deu a interpretação autêntica deste dogma, em carta ao Arcebispo de Boston, publicada a 4 de Setembro de 1952. Estatui que se não pode salvar quem, sabedor de que a Igreja foi instituída divinamente por Cristo, recusa pertencer-lhe ou nega obediência ao Romano Pontífice, Vigário de Cristo. Censura a interpretação rigorista do dogma dada pelo P. Leonard Feeney, e afirma que assim como o desejo da Batismo pode suprir a recepção do rito sacramental, assim também 1º "Para que alguém obtenha a salvação eterna, não é sempre exigido que seja incorporado *de fato* à Igreja como membro; mas pelo menos isso se requer: que ele lhe adira pelo *voto* e o *desejo*. Este voto todavia não é sempre necessário que seja explícito — como é nos catecúmenos — mas quando alguém é vítima de ignorância invencível, Deus também aceita o *desejo implícito*, assim chamado porque está contido na boa vontade da alma, pelo qual o homem quer conformar a sua vontade à vontade de Deus".

2º "Não se deve crer que qualquer desejo de entrar na Igreja baste para a salvação. E' necessário que o desejo pelo qual o homem é ordenado à Igreja, seja informado pela perfeita caridade. Nem o desejo implícito pode surtir efeito sem a fé sobrenatural (Heb 11, 6)".

Em consequência, o pagão de boa fé como o herege e o cismático de boa fé, embora visivelmente fora da Igreja, pertencem-lhe invisivelmente, pelo desejo. Podem portanto salvar-se.

II. FORA DA IGREJA NAO HA SALVAÇAO

O axioma de Origenes e de Cipriano.

Em meados do século III de nossa era, meditava profundamente o genial alexandrino sobre a meretriz Raab (Jos 2, 18; 6, 21-25). Na ruína de Jericó — figura da ruína do mundo ao som das trombetas angélicas — salvou-se apenas, com seus habitantes, a casa da cortesã — figura da Igreja — porque levava atado à janela um cordão de fio de escarlate — figura do sangue do Cordeiro. Donde concluía Origenes: "fora desta casa, a saber da Igreja, ninguém é salvo" (In lib. Jesus Nave, homil. III, c. 5).

Contemporâneamente, em Cartago, escrevia S. Cipriano: "salus extra Ecclesiam non est" (Epist. 73).

Aceito por todos os Doutores, foi o axioma definido como dogma de fé pelo 4º Concílio de Latrão em 1215: "una é a Igreja universal dos fiéis, fora da qual absolutamente ninguém se salva".[1] Em 1441, o Concílio de Florença, especificando, de-

---

[1]) Denzinger n. 430. Cf. 423, 468, 1000, 1473.

finia: "ninguém dos que vivem fora da Igreja, nem judeus, nem hereges, nem cismáticos, pode se tornar partícipe da vida eterna, mas "irão ao fogo eterno preparado para o demônio e seus anjos" (Mt 25, 41), a menos de antes do fim da vida, serem agregados à Igreja".[3] E ainda recentemente Pio XII censurou os que "reduzem a uma fórmula vã a necessidade de pertencer à verdadeira Igreja para obter a salvação eterna".[4]

Essas expressões, que deram lugar a tantas acusações de intolerância, não passam de cristalização, em linguagem teológica técnica, da doutrina escriturística sobre a necessidade absoluta da fé e da incorporação à Igreja, e da consequente perdição de quem permanece, *com pertinácia,* fora do Corpo místico.

Nem por isso o supremo magistério perdia de vista o ensinamento de S. Paulo sobre a ignorância inculposa da religião cristã. Assim Pio IX, embora condenando no *Syllabus* o indiferentismo e o liberalismo religiosos[5], declarava em 1854: "devemos ter por doutrina de fé que fora da Igreja apostólica, romana, ninguém pode ser salvo, que ela é a única arca da salvação na qual quem não tiver entrado perecerá no dilúvio. Todavia deve-se também ter por certo que os que ignoram a verdadeira religião, se esta ignorância for invencível, não incorrem em culpa aos olhos do Senhor. Agora, quem teria a presunção de traçar os limites dessa ignorância, dadas a índole e a diversidade dos povos, das regiões, dos espíritos, e também de tantos outros fatores?"[6]

De novo, em 1863, sentenciava o mesmo Pontífice: "os que laboram em ignorância invencível de nossa santíssima religião, se eles se esforçam para seguir a lei natural e os preceitos divinamente gravados em todos os corações, se estão prontos a obedecer a Deus e levam vida reta e honesta, podem, pela virtude da luz e graças divinas, entrar na vida eterna. Com efeito, Deus que vê, sonda, e conhece todas as mentes, inclinações, pensamentos e disposições dos homens, jamais permitiria, em sua soberana bondade e clemência, que um homem não responsável de culpa voluntária sofresse o castigo de penas eternas. Não obstante, é um dogma católico bem conhecido que ninguém pode ser salvo fora da Igreja católica, que aqueles que se rebelam contra a autoridade e disposições desta Igreja, separando-se com pertinácia da unidade da Igreja e do Romano Pontífice, sucessor de Pedro, encarregado pelo Salvador de guardar-lhe a vinha, estes não podem atingir a eterna salvação".[7]

---

[3]) Denz. n. 714.
[4]) Enc. *Humani Generis,* ed. Vozes n. 26.
[5]) Denz. nn. 1715, 1716, 1717, 1721.
[6]) Denz. n. 1647.
[7]) Denz. n. 1677.

A dificuldade, como se vê, reside na conciliação da necessidade absoluta de crer e ser batizado, com o fato de se poderem salvar certos não-batizados.

O batismo de água pode ser suprido.

No mesmo dia da morte, foi-se o bom ladrão para o paraíso. Não era batizado, porém salvou-o a fé heróica em Cristo, embora todas as aparências contrárias.

Poder-se-ia arguir, é verdade, que então o preceito do batismo ainda não fora promulgado. Mas, na primitiva Igreja, não raro sucedia que certos pagãos, assistindo ao suplício dos mártires cristãos, e convencidos pela grandeza daquele testemunho, rendiam-se à fé e eram logo trucidados, antes portanto de poderem ser regenerados pelas águas batismais.

Sucedia também que um catecúmeno fosse preso e executado em ódio à fé, antes de receber o lavacro sacramental.

Como admitir que o Senhor condenaria quem por ele dava a vida?

Houve enfim o caso de catecúmenos fervorosos ardendo em desejo do batismo, prostrados entretanto por morte súbita. Seriam condenados?

O próprio inventor do axioma "fora da Igreja não há salvação", S. Cipriano, respondia: não apenas o martírio, senão também a fé, unida à conversão do coração, suprem invisìvelmente o batismo de água. E S. Ambrósio afirmou do imperador Valentiniano II que recebera a graça da regeneração, por lhe haver pedido o sacramento pouco antes de ser assassinado. Ensinamento este confirmado pelo Papa Inocêncio II.[*]

O acesso ao estado de graça e de filho adotivo de Deus, após a promulgação do Evangelho, não se pode dar sem o batismo de regeneração ou sem o desejo dele, assim definiu o Concílio de Trento.[*]

Donde a pergunta: os catecúmenos são ou não membros da Igreja?

Corpo e alma da Igreja.

Tentaram os teólogos não já atenuar ou minimizar, mas ao contrário aprofundar o axioma de S. Cipriano, de sorte que se aplicasse com flexibilidade, aos diversos casos acima enumerados. Após infinitos ensaios e discussões, elaboraram uma doutrina comum. Diferem apenas as fórmulas preferidas.

Muitos distinguem — com razão aliás — entre corpo e alma da Igreja. O corpo é o aspecto visível e tangível: a pro-

---

*) D. n. 388.

*) D. n. 796, 861.

fissão de fé, os sacramentos e o culto, o organismo jurídico-social. A alma é a vida sobrenatural, arcana e invisível. Isto posto, doutrinam: os justos do Antigo Testamento, os catecúmenos fervorosos, os pagãos quando honram a Deus e vivem com retidão, os hereges natos de boa fé, embora estejam todos fora do corpo eclesiástico, pertencem todavia à alma da Igreja, que é o essencial. Logo podem salvar-se.

Outros distinguem — sem razão — entre Corpo místico e Igreja, e afirmam a possibilidade de ser membro do primeiro (e assim salvar-se) sem pertencer à segunda.

Melchior Cano distinguia — com muito menor razão ainda — entre Igreja de Deus e Igreja de Cristo. Na primeira, colocava os justos da Antiga Lei e os catecúmenos fervorosos.

Na opinião de vários teólogos — e com eles estamos — tais distinções, embora suscetíveis de interpretação benigna, longe de aclarar, mais escurecem a questão. Ademais não deixam de ser perigosas, dando azo a graves equívocos. Talvez seja este o motivo pelo qual Pio XII, na Encíclica *Mystici Corporis Christi* nem mesmo alude à distinção entre o pertencer só ao "corpo" ou só à "alma" da Igreja.

Recusar, por exemplo, a identificação da Igreja com o Corpo místico, levaria em boa lógica a separar Cristo da própria Igreja, admitindo que a graça do Salvador pode atuar sem relação qualquer à Igreja visível. Donde Pio XII reprovou explìcitamente a separação das noções de Igreja e de Corpo Místico (*Humani Generis*, n. 26). Quanto à distinção entre "corpo" e "alma" da Igreja, os que a empregam querem apenas dizer que não só é possível pertencer visìvelmente à Igreja (ao corpo) como também invisìvelmente (só à alma). Doutrina certa. Porém, a metáfora não nos parece feliz, porque pode dar ensejo a interpretações errôneas. Com efeito, impossível ser membro de Cristo sem ser membro da Igreja; estar ligado à cabeça e separado do Corpo. Falar em justos, pagãos ou hereges, unidos apenas à alma da Igreja, levaria a imaginar que a "alma" ultrapassa os limites do "corpo". Em última análise, existiriam assim duas Igrejas, uma visível, a outra invisível. Sonharíamos uma sociedade habitada apenas pela "alma" invisível, composta sòmente de justos (heresias protestante e jansenista) ou de predestinados à glória eterna (heresias albigense e hussita). O "corpo" ou Igreja visível reduzir-se-ia a mero arcabouço jurídico-social dispensável, ou pelo menos de importância secundária, já que seria possível a salvação fora dele.

Nessa perspectiva, o axioma de S. Cipriano viria a significar, pràticamente, que basta fazer parte da Igreja invisível. Erro calamitoso. Ensina a fé católica, com efeito, a visibilidade essencial da única verdadeira Igreja. Como, pois, seria sufi-

ciente pertencer apenas à alma da Igreja, por definição invisível? Se não quisermos fazer perecer a realidade da Igreja visível, abstenhamo-nos de dissociar-lhe a alma e o corpo. Digamos, pelo contrário, que alma e corpo são coextensivos; onde se esboça ou termina um, o outro se esboça ou termina. Por conseguinte na medida — perfeita ou deficiente, incoativa ou acabada — em que invisível laço espiritual nos prende à Igreja, ele se manifesta visìvelmente, de maneira perfeita ou deficiente, incoativa ou acabada.

Portanto, ninguém pertence à alma da Igreja sem pertencer-lhe de qualquer maneira ao corpo igualmente; logo, para a salvação indispensável é estar ligado *a ambos.* Mais clara nos aparecerá a doutrina, se substituirmos o termo "Igreja" pelo seu sinônimo "Corpo místico". Impossível ser membro de um corpo vivo, sem 1º estar fisicamente inserido no conjunto orgânico; 2º participar da vida comum. Transferindo a comparação para o plano eclesiástico, teremos que cada membro do Corpo místico está 1º entrosado no seu corpo social, 2º participa de sua alma sobrenatural. Por outras palavras, pertence *conjuntamente* ao "corpo" e à alma da Igreja.

Parecerá talvez ao leitor que, bem longe de aclarar a questão, mais a complicamos. Como, indagará ele, poderão os pagãos de boa fé ser incorporados à Igreja *visível,* se, por hipótese, não foram batizados? Será porventura este sacramento supererrogatório? Como então explicar a ordem taxativa do Senhor: "ide e batizai...?"

Para ocorrer a tão molestas perguntas, resta-nos aberto um único caminho: averiguar se existem diversas maneiras de pertencer à Igreja *visível,* logo, de ser membro *do corpo e da alma* da Igreja.

Vontade salvífica de Deus.

Princípio e fundamento de nossa pesquisa, deve ser o grande texto de S. Paulo a Timóteo: "Recomendo-te antes de tudo que se façam deprecações, orações, intercessões e ações de graças, por *todos* os homens... porque isto é bom e agradável a Deus nosso Salvador, o qual quer que *todos* os homens se salvem e venham ao conhecimento da verdade. Porque há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem, o qual deu a si mesmo redenção para *todos,* para servir de testemunho no tempo devido" (1 Tim 2, 1-6).

Temos aí, clara, a universalidade da salvação por Cristo. Ele próprio profetizara: "E eu, quando for levantado da terra, *todos* atrairei a mim" (Jo 12, 32). Havendo Jansênio ensinado que Cristo morreu apenas pelos predestinados, Inocêncio X, em

1653, condenou a doutrina como herética.[10] Igual sorte tiveram seus discípulos: Alexandre VII proscreveu em 1690 a tese sustentada pelo teólogo belga Cristiano Lupus, segundo o qual pagãos, judeus, hereges, não recebem qualquer influxo vindo de Cristo[11], e Quesnel foi condenado em 1713 por Clemente XI, por haver pretendido que fora da Igreja nenhuma graça é concedida.[12]

Se Cristo por *todos* morreu, segue-se com evidência uma tríplice verdade:

1º Os efeitos da Redenção devem estender-se, retroativamente, a todos aqueles que existiram antes de Cristo (e por isso foi possível a justificação dos que viveram sob o regime da lei natural e mais tarde da lei judaica, preparação do Evangelho). O Filho de Deus de certo modo transcende o tempo; por seu sacrifício salva os homens antes de ter nascido.

2º Também se devem irradiar sobre todos os que, vivendo embora após a morte de Cristo, não o conhecem sem culpa própria. Aparece assim, o sacrifício do Calvário como o fato central da história da humanidade. Ninguém, absolutamente ninguém, em qualquer época — antes, durante, depois da vinda do Redentor — salva-se senão pela graça de Cristo.

3º Deus deve dar a todos meios suficientes para salvar-se, pois que pelo próprio esforço jamais o conseguiriam, estando a salvação fora do alcance da criatura. Ora, esses meios de salvação encontra-os o homem no seio da Igreja, com seus ensinamentos, seus sacramentos, suas diretivas pastorais.

Sem dúvida, a graça de Cristo pode agir, e de fato age fora dos limites *visíveis* da Igreja, mas nunca absolutamente sem relação real à Igreja. A redenção pessoal de cada homem só se pode operar pela Igreja: só por ela Cristo continua presente entre nós. Renovando sem cessar o sacrifício da Cruz, ela esparge sobre a humanidade inteira a graça do Calvário. Mas, como vai Deus tornar acessível a adesão a Cristo aos que viveram antes da Encarnação, ou se encontram fora do alcance da ação visível da Igreja? Absurdo é pensar que Deus lhes imponha preceitos impossíveis de cumprir nas circunstâncias em que vivem. Equivaleria a condená-los, sem haverem incorrido em culpa. E recairíamos então no erro jansenista: de fato, não quer Deus salvar todos os homens. Antes, devemos repetir com Clemente Alexandrino: "o que não ouviu falar no Logos, tem, na sua ignorância, do que fazer perdoar o seu erro" (Protéptico., cap. 10). Cada um será julgado em função da luz que lhe foi outorgada. Ser dócil à luz, ou pecar contra ela, eis em definitivo o que sela a sorte dos homens.

---

[10]) Denzinger, n. 1906.
[11]) D. n. 1295.
[12]) D. n. 1379.

Somos, pois, levados, por férrea lógica, a admitir meios extraordinários e anormais de salvação.

Meios extraordinários de salvação.

Quais serão eles? S. Paulo vai, de novo, indicar-nos o caminho a seguir. Escreve o Apóstolo aos Hebreus: "Sem fé impossível é agradar (a Deus), porque é necessário àquele que de Deus se aproxima, creia que Ele existe e é remunerador dos que o buscam" (Heb 11, 6).

Claro se acha no texto que não se trata de um conhecimento simplesmente racional de Deus e de sua providência, qual o poderíamos tirar do espetáculo da ordem do mundo.[11] Trata-se de crença religiosa, e esta fé tem por objeto Deus em si e nas suas relações com os homens. Eis o mínimo necessário para "agradar a Deus", logo para se salvar.

1º crer na existência do Deus uno: S. Paulo condena inexoràvelmente a idolatria, pois a simples reflexão sobre o mundo criado leva ao conhecimento do Criador (Rom 1, 20; At 14, 16).

2º crer no Deus remunerador: é a garantia da vida moral e religiosa. Querer "agradar" ou "buscar" a esse Deus — como diz o texto sagrado — é procurar servi-lo, orientando a própria vida em função de Deus.

Apliquemos agora esta doutrina revelada ao caso do pagão que, sem culpa sua, escapa à pregação evangélica. Como há de a graça divina alçá-lo à fé sobrenatural no Deus uno e galardoador?

Dependerá, é certo, das almas individuais, das circunstâncias de meio e tempo. Por vezes, a graça há de servir-se de restos da revelação primitiva feita por Deus aos primeiros homens, que perduram, mais ou menos deformados, no seio dos cultos pagãos. Já no século III, Minúcio Félix explicava que o Deus verdadeiro pode ser honrado ainda que sob um falso nome: "os que fazem de Júpiter o Senhor, enganam-se de nome, porém reconhecem conosco um único Poder supremo" (Octavius, c. 18).

De fato, os estudos contemporâneos de etnologia mostram a persistência, no seio das civilizações as mais diversas, as mais primitivas, da crença num Deus supremo. Os vários deuses são amiúde considerados como atributos da divindade, ou ministros dela, e os ídolos como puros símbolos ou imagens.

Em outros casos, será qualquer resquício da pregação cristã, outrora vicejante naquelas terras, e ao depois extinta; ou ainda influxo longínquo (porém desconhecido como tal) do cristianismo e até do judaísmo ou do maometismo.

---

11) Inocêncio XI (Denz., 1173).

Poderá também se evidenciar o "testemunho da consciência naturalmente cristã" ao qual já apelava Tertuliano. A experiência da vida moral, por exemplo, levará o homem — sob a orientação da graça — a conhecer Deus como legislador; o remorso por suas fraquezas despertará sentimentos de contrição, um apelo ao Deus libertador.

Outras vezes ainda será inspiração secreta da graça, iluminação reveladora. De qualquer forma, o pagão de espírito reto, que acredita em Deus e procura servi-lo o melhor possível, segundo as luzes recebidas do Verbo que "ilumina a *todo* homem que vem ao mundo" (Jo 1, 9), este não será condenado. Concretamente, o empenho de agradar a Deus é um ato de caridade que justifica a alma pagã. Tudo depende, em última análise, da tomada de posição em relação a Deus. Donde no II século, S. Justino escrevia: "os que viveram segundo o Verbo, são cristãos, ainda que tenham passado por ateus, como Sócrates, Heráclito e seus semelhantes" (Apol., 46).

Mas, objetará alguém, tal doutrina não contraria a Escritura, a exigir fé em Cristo, incorporação à Igreja pelo batismo?

A fé implícita.

Esta exigência mesma do batismo nos vai encaminhar a uma solução satisfatória de tão intricado problema.

Que o sacramento da regeneração seja de necessidade absoluta para a salvação, decorre do mandamento de Cristo. Já conhecemos, porém, por S. Ambrósio, a possibilidade, para um catecúmeno, de ser justificado pelo simples desejo sincero do batismo. Desejo explícito, é verdade, pois o catecúmeno sabe do sacramento e da sua necessidade.

Mas quando o pagão ignora, sem culpa sua?

Os teólogos foram lògicamente levados a ensinar que, neste caso, basta o desejo "implícito" do batismo, logo também a fé "implícita" em Cristo. E agora Pio XII vem confirmar, com soberana autoridade, a doutrina teológica, ao falar dos que "por voto e desejo *inconsciente* estão ordenados ao Corpo místico do Redentor". [14]

Por fé "implícita" entendem os teólogos a aceitação de uma verdade sobrenatural, encerrada em uma outra mais geral — explìcitamente admitida — como em sua fonte.

O recurso ao "implícito" não é expediente; averigua-se o único meio de conciliar duas verdades inconcussas: 1º Deus quer a salvação de *todos* os homens e lhes dá meios para tal; 2º a salvação *só* se opera por Cristo, na Igreja.

---

[14]) *Mystici Corporis Christi*, n. 103. Neste passo, o Papa fala nos dissidentes e não nos pagãos. Aduzimo-lo todavia, porque sanciona a expressão "voto implícito".

Tampouco é ficção. Um desejo não formulado — inconsciente até — pode ser tão real ou mais, quanto o desejo consciente formulado, explícito. Quando nos entregamos sinceramente a Deus, ignoramos o que nos pedirá Ele daqui a um ano, a um mês, a uma semana, a uma hora até. Entretanto tudo isso, nós o queremos "implìcitamente", porque tudo isso está contido — real embora não explìcitamente, pois ainda o desconhecemos — em nossa disposição atual de servir o Senhor em quaisquer circunstâncias.

Da mesma sorte, vemos amiúde, na história das conversões, a eneide espiritual iniciar-se por um obscuro desejo. Desejo de quê? O futuro convertido seria incapaz de defini-lo com precisão. Manifesta-se sob forma de inquietude, insatisfação. No incrédulo, será talvez o sentimento do vazio interior, sede de uma verdade e de um bem que lhe saciem a inteligência e a vontade, ou ainda ânsia de perdão. Já é desejo "implícito" de Deus, pois, chegado à meta, o convertido sente que, em verdade, era mesmo Deus o que ele tateando em trevas procurava. Só o desfecho dá sentido ao evolver interno.

No Cristão dissidente abrolhará certo anseio de melhor servir a Deus. Como? De novo, não sabe. Porém pressente que sua religião atual é insuficiente, e deve procurar ir mais além. Implora luz; dispõe-se a obedecer tão cedo lhe seja mostrada a vontade divina, e por mais duros os sacrifícios exigidos. Desejo "implícito" da Igreja católica, por ele talvez ignorada ou mesmo caluniada. Abjurado o erro, percebe que o seu peregrinar inconscientemente demandava Roma.

O nosso pagão, por hipótese, adora e serve a Deus, oprimido embora por imenso patrimônio de erros acumulados durante milênios. Crendo "explìcitamente" num Deus Remunerador, aceita em sua mesma fonte todos os meios escolhidos porventura pelo Senhor a fim de libertar os homens do mal e recompensar o bem por eles praticado. Logo crê, "implìcitamente", em Cristo Redentor; tanto assim que, apenas o Salvador lhe for revelado, nele crerá. Desejando explìcitamente conformar-se às disposições da Providência sobre as almas, deseja "implìcitamente" o batismo e a incorporação à Igreja e a necessidade do batismo como meio de salvação. Tanto assim que apenas este lhe seja anunciado, ele o pedirá.

Manifesta-se clara essa verdade naquele etíope que, sobre o seu carro, lia o profeta Isaías e, encontrando o diácono Filipe, por este foi evangelizado. E prossegue o texto sagrado: "continuando eles o seu caminho, encontraram água e o eunuco disse: eis água, que motivo me impede de ser batizado?" (At 8, 36). Evidentemente, este, antes mesmo de conhecer o batis-

mo, desejava-o implicitamente. E desejar o batismo é desejar a Igreja que o confere.

Como exemplo de fé implícita poderíamos citar as palavras de S. Paulo aos atenienses: "Passando eu e vendo os vossos santuários, achei também um altar em que estava escrito: "ao Deus desconhecido". Esse, pois, *que vós honrais não o conhecendo*, é o que eu vos anuncio" (At 17, 23).

De um modo geral, a disposição de abraçar todas as verdades divinas, tão cedo sejam conhecidas, é crença autêntica nelas, embora implícita; e a prontidão em cumprir os preceitos divinos, apenas sejam intimados, é desejo salutar deles, embora implícito.

Donde, certos justos pagãos, se bem jamais hajam ouvido falar na Igreja, a ela pertencem de certa maneira — muito imperfeita, sem dúvida, porém verdadeira e salutar. São ovelhas a suspirar pelo redil, embora ignorem onde encontrá-lo. Tendem a ele. E o supremo Pastor, que conhece suas ovelhas, na sua misericórdia há de tomá-las em seus braços.

E', pois, lícito afirmar a existência, em todas as épocas, de homens pertencentes a Cristo, pela fé explícita ou implícita. Ensinava, em consequência, S. Agostinho, que a religião *cristã* data de Adão, e que no meio do paganismo muitos há aparentemente fora da Igreja quando, na realidade, estão dentro dela. [a] Também na opinião de S. Gregório Nazianzeno, a muitos pagãos falta apenas o nome de cristãos, pois vivem cristãmente. O Santo cita o próprio pai que, antes de se converter, já pertencia à Igreja, tendendo a ela pelas suas excelsas virtudes (Orat. XVIII, 6). Estende-se assim a Igreja muito além de seus limites visíveis.

Esse pertencer invisível mas salutar ao Corpo Místico, sòmente supre o pertencer visível e normal nos que, sem culpa sua, ignoram a Igreja ou desconhecem a obrigação de entrar nela. Não justifica de forma alguma quem, conscientemente, permanece fora. Por conseguinte, não diminui a obrigação de a ela aderir quando conhecida, e ainda menos escusa o abandono por parte dos membros visíveis.

III. A DIVERSIDADE DOS MEMBROS DA IGREJA.

Polivalência da noção de membro.

Da sentença acima explanada flui com meridiana evidência que não rejeitamos, nem mesmo atenuamos, o célebre axioma de S. Cipriano. Cremos, como verdade de fé firmíssima, inconcussa, que fora da verdadeira Igreja de Cristo — visível por essência — não há nem pode haver salvação para qualquer alma.

[a]) Retract., I, 13, 3; De bapt. contra Donat. V, 27, 38; Enarr. in Ps. 106, XIV.

Todavia, ao aprofundarmos nossa reflexão sobre o dogma, ao procurarmos unificá-lo, numa síntese superior, com outras verdades de fé, transparecia cada vez mais que a noção de "membro da Igreja visível" não se deve nem se pode entender de modo uniforme e rígido. Pelo contrário, realiza-se sob formas mui diversificadas.

A um pagão de boa fé será possível estar invisìvelmente dentro da Igreja. Digamos melhor: ser-lhe-á possível pertencer *espiritualmente*, pelo desejo implícito, não apenas à alma da Igreja, senão *ao corpo e à alma* da Igreja de Cristo.

Já bem diferente o caso do catecúmeno fervoroso: o seu pertencer será ainda espiritual ou invisível, porém pelo desejo explícito.

Muito outra ainda, a situação dos batizados que professam a verdadeira fé, vivem na graça do Senhor, em comunhão com seus legítimos pastores; encontram-se de corpo e espírito na Igreja, a ela presos por laços visíveis e invisíveis.

Diversa também a posição do católico abismado em pecado grave, sem todavia haver perdido a fé.

E assim por diante.

Impõe-se-nos, portanto, a tarefa bastante árdua de tentar estabelecer uma escala entre as múltiplas relações possíveis à única e visível Igreja de Cristo.

Desta forma teremos diversidade harmoniosa. Diversidade porque as relações não são as mesmas, harmonia porque idêntico é o ponto de referência, e as relações admiràvelmente se hierarquizam.

Fulcro de nossa tentativa de classificação será uma divisão bipartida: *membros potenciais* e *membros atuais* da Igreja. Justifica-se a dicotomia, a nosso ver, por isso que a humanidade toda se divide — sem exceção alguma — em duas grandes categorias — muito variegadas aliás: — os que são *realmente* membros da Igreja e os que, sem o ser ainda, *podem* vir a sê-lo, de maneira mais ou menos remota ou próxima. O evangelho insinua, de modo concreto, a doutrina expressada aqui em termos abstratos. Diz Jesus: "Tenho também outras ovelhas que não são deste aprisco, e importa que eu as traga e elas ouvirão a minha voz e haverá um só rebanho e um só pastor" (Jo 10, 16). Dividem-se, pois, as ovelhas em duas categorias: as que já estão no aprisco (membros atuais) e as que ainda se encontram fora, porém são chamadas a entrar (membros potenciais).

Membros potenciais.

Tomemos uma série de crianças prestes a iniciar os estudos. Nada sabem, por hipótese; "podem" apenas vir a saber algo. Mas este "poder" varia de criança a criança, desde a

apoucada até a inteligentíssima. Também depende das circunstâncias em que cada uma se encontra. Em nenhum aluno se verificará idêntica atualização do "poder aprender".

Logo, a noção de "potencialidade" deverá revestir-se de flexibilidade quase infinita, a fim de se adaptar aos inúmeros e diversíssimos casos individuais. De modo semelhante, quando colocamos, entre os membros "potenciais" da Igreja, pagãos, cismáticos, católicos excomungados, não entendemos estabelecer entre eles paridade completa. Muito ao contrário, afirmamos essencial graduação. Alguns acham-se longíssimo de se tornarem cristãos — e salvo milagre jamais se tornarão: "vós não credes porque não sois das minhas ovelhas" (Jo 10, 26). Outros estão ainda longe, outros, mais ou menos perto, outros pertíssimo, alguns enfim já iniciaram sua incorporação à Igreja. Disse Jesus ao escriba: "Não estás longe do reino de Deus" (Mc 12, 34).

Na extrema periferia poderemos colocar: 1º os *pagãos* que não cultuam a Deus nem vivem segundo os ditames de sua consciência moral, 2º os *apóstatas* que romperam pessoalmente com a religião católica, alijando-a de todo. 3º os *hereges* que negam, com pertinácia, uma ou várias verdades de fé católica. 4º os *cismáticos* que recusam, com pertinácia, de se submeter ao Sumo Pontífice ou ter comunhão com os membros da Igreja a ele sujeitos [8]; enfim 5º os *excomungados* que por graves delitos foram excluídos da sociedade dos fiéis. Confunde amiúde o vulgo heresia e apostasia; mas, a falar com rigor, incide em pecado de apostasia o que renega por completo a religião, enquanto para ser herege basta haver perdido a virtude de fé, negando uma só verdade revelada, ainda que admitindo as demais. Assim os jansenistas eram hereges, embora, longe de abandonar o catolicismo, se jactassem de ser os melhores dentre os católicos.

E' de notar também, com sumo cuidado, que indispensável ao pecado de heresia ou de cisma é a *pertinácia* da vontade em abraçar o erro. Inúmeros "analfabetos" em matéria de religião, admitem não raro doutrinas em si heréticas; eles entretanto não se inquinam no pecado: a sua aceitação de opiniões condenadas é puro fruto da ignorância ou da estupidez. Tão logo sejam desenganados por um sacerdote ou um leigo esclarecido, abandonam o erro antes professado.

Pagãos, apóstatas, hereges, cismáticos, excomungados, todos estes estão fora da Igreja, logo fora da salvação. Porém diversa é a condição desses desventurados. O pagão nenhum vínculo o prende à Igreja; ao passo que os outros liga-os ainda a ela um laço mais ou menos tênue. Falece-lhe força, a este laço, para mantê-los dentro da Igreja, mas basta todavia para

[8]) Código de Direito Eclesiástico, cânon 1325, § 2.

diferenciá-los dos simples estranhos. Embora não sejam mais membros atuais, são ainda súditos da Igreja: permanece sempre um vínculo jurídico. Compara o Catecismo Romano (I p., c. X, q. 8) os hereges e cismáticos a soldados trânsfugas. Apesar de não mais se integrarem ao exército, este conserva o direito de julgá-los e puni-los.

Permanece, ademais, um laço sobrenatural que talvez lhes valha graças de conversão. No apóstata e no herege será o caráter batismal, que outrora os consagrou a Cristo e que nada e ninguém pode apagar. Ora, o caráter sacramental é uma disposição que normalmente chama a graça, embora no caso seja sobrepujada pela vontade perversa. Além desse caráter, podem subsistir no cismático e no excomungado as virtudes de fé e de esperança; estas lhes serão perpétuo despertador de arrependimento.

Enquanto o herege e o cismático separaram-se pela própria vontade, o excomungado é um membro que a Igreja amputou do próprio corpo. Está, pois, fora dela, em vias de perder-se: o ramo cortado da videira que é Cristo e seu prolongamento a Igreja — seca, depois é colhido, lançado ao fogo e arde (Jo 15, 6).

Por felicidade, e ao contrário do que se dá no corpo humano, o membro espiritual amputado pode ser reintegrado e o será, apenas chegue a resipiscência. Nessa esperança a Igreja permite ao excomungado frequentar as igrejas fora dos ofícios sagrados, e mesmo ouvir a palavra de Deus, nas pregações.[17] Pelo que certos teólogos preferem denominá-lo membro "virtual" da Igreja.

6º Como classificar o *apóstata e o herege ocultos?* No recesso do coração já romperam com a Igreja, embora externamente nada lhes manifeste o abandono, pois que se comportam como os demais fiéis.

Respondemos: são eles membros "putativos" da Igreja. Na realidade pertencem-lhe apenas de corpo, estão materialmente dentro da Igreja, mas, pelo espírito, já se encontram com os apóstatas e hereges públicos. Merecem em toda a justiça o nome de "membros mortos" e a eles se aplicam as palavras de S. João: "também agora muitos se têm feito anticristos, por onde conhecemos que é a última hora; saíram e afastaram-se de nós, *mas não eram de nós*" (1 Jo 2, 18-19).

Membros atuais imperfeitos.

Os *pagãos de boa fé* de que falamos mais acima (e o mesmo se pode dizer dos judeus e muçulmanos em iguais condições), embora não consagrados pelo caráter batismal, estão

[17]) Ibid., c. 2259, § 1. — Distinguem os canonistas entre excomungados "tolerados" e "vitandos", e ensinam que sòmente os últimos estão fora da Igreja.

mais perto da Igreja do que os cristãos hereges, cismáticos e excomungados. O desejo implícito do batismo liga-os à alma e ao corpo da Igreja, por um vínculo invisível mas salutar. Vivem na graça de Cristo, estão a caminho do céu, embora em condições pouco normais e muito mais melindrosas do que os bons católicos: carecem do contacto imediato com o Salvador pelos sacramentos, da luz e do vigor espirituais transmitidos pelos ensinamentos e diretivas da hierarquia eclesiástica.

Ligados à Igreja pelo desejo explícito do batismo e da consequente incorporação ao Corpo Místico, os *catecúmenos fervorosos* encontram-se dentro da Igreja pelo espírito; faltam-lhes apenas os vínculos jurídico-sociais e sacramentais. Já iniciaram a sua atualização como membros integrais; serão, pois, membros "incoativos" da Igreja.

Mais difícil de deslindar é o caso dos chamados *"cismáticos ou hereges de boa fé"*, nascidos no seio de comunidades cristãs eivadas de cisma (por ex.: a igreja greco-russa) ou de heresia (por ex.: a igreja luterana) e ilaqueados, *sem culpa sua*, pelos preconceitos multisseculares bebidos no seu meio social persuadiram-se de que já pertencem à única verdadeira Igreja de Cristo.

Melhor seria cognominá-los *cristãos dissidentes*. Herege ou cismático, a falar com rigor, é quem abraça o erro ou se revolta contra a autoridade, com obstinação, pecando assim gravemente. Não negamos que os possa haver, no seio das comunidades dissidentes: alguns vêem a verdade do catolicismo, mas não se rendem. No dissidente de boa fé, porém, existe desejo sincero de aderir à revelação divina, de obedecer à Igreja, unido não raro à mais edificante vida cristã, como se notava no futuro Cardeal Newman, durante sua carreira anglicana, e como averiguam dia a dia os que privam com ortodoxos, ou protestantes fervorosos. Nesses, a heresia ou o cisma não são pessoais, são por assim dizer hereditários, e ignorância invencível impediu-os de libertarem-se do erro. Não rejeitam o catolicismo real, mas apenas uma caricatura que lhes foi apresentada, pelo seu meio religioso, como sendo o catolicismo autêntico. E falece-lhes a possibilidade de dissipar o mal-entendido.[18] Que posição ocuparão, ao certo, em nossa escala?

Cumpre aqui distinguir entre as comunidades dissidentes, e seus membros individuais.

Sob o influxo do indiferentismo religioso, generalizou-se a opinião de que "todas as religiões são boas" e tanto faz ser budista ou muçulmano, judeu ou protestante, "ortodoxo" ou católico. Erro esse compendiado e condenado por Pio IX em qua-

[18]) O Código de Direito Canônico reconhece explicitamente a existência de hereges e cismáticos de boa fé (cân. 731, § 2).

tro proposições do *Syllabus*, a 8 de Dezembro de 1844. A última dessas sentenças errôneas reza: "O protestantismo não é senão forma diversa da mesma e verdadeira religião cristã, no qual se pode agradar a Deus tanto quanto no seio da Igreja católica".[19]

Poucos meses antes, o Santo Ofício proibira aos fiéis de se inscreverem numa sociedade londrina, cuja finalidade era fomentar a união entre as igrejas romana, grega e anglicana, consideradas como os três ramos, igualmente autênticos, da verdadeira Igreja de Cristo.[20]

A propósito, escreve Pio XII, na Encíclica *Mystici Corporis Christi:* "Estão longe da verdade revelada os que imaginam a Igreja por forma que se não pode tocar nem ver, mas é apenas, como dizem, uma coisa "pneumática" que une entre si, com vínculos invisíveis, muitas comunidades cristãs separadas na fé".[21]

Em nossos dias, muito se incentivou o movimento chamado "ecumenista", no intuito de promover melhor entendimento entre os cristãos separados e afinal trazer os dissidentes ao redil romano. Nobilíssimo escopo, por certo, e que devemos favorecer, reagindo embora quando o desejo de aplainar o caminho de retorno a Pedro leva a cair naquele desacertado "irenismo" censurado por Pio XII (*Humani Generis*, ed. cit., nn. 11, 12, 42).

Assim é que muito recentemente assistimos a uma tentativa menos feliz, para mostrar que as igrejas cismáticas, *como igrejas*, já são membros visíveis da Igreja romana, embora membros imperfeitos. Não chegam a colocar as comunidades dissidentes em pé de igualdade com o catolicismo (elas e ele partes integrantes do mesmo conjunto: a Igreja total), em compensação promovem-nas a membros deficientes da nossa Igreja.

Tal opinião parece-nos contrária à encíclica *Mystici Corporis Christi*, onde são explicitamente excluídos os cismáticos do corpo da Igreja. Pio XII, ao versar o problema da existência de pecadores no seio da Santa Igreja, escreve: "Nem todos os pecados, embora graves, são de sua natureza tais que separem o homem do corpo da Igreja, como fazem o cisma, a heresia, a apostasia".[22] Perguntamos: se os cismáticos estão separados do corpo da Igreja, como podem ser dela membros visíveis?

Um pouco mais longe declara o Pontífice: "Em erro perigoso estão aqueles que julgam poder unir-se a Cristo, Cabeça da Igreja, sem aderirem fielmente ao seu Vigário na terra. Suprimida a Cabeça visível e quebrados os vínculos visíveis da unidade, obscurecem e deformam de tal maneira o Corpo Místico do Redentor, que não pode ser visto nem encon-

---

[19]) Denzinger, n. 1718. Mais extensamente Pio XI, na Encíclica *Mortalium animos* (1928).

[20]) D. n. 1685.

[21]) Ed. Vozes, n. 11.

[22]) Ed. cit., n. 21.

trado de quantos demandam o porto da eterna salvação". [11] De novo perguntamos: se os cismáticos, por sua rebeldia contra o Papa, cortaram "os vínculos visíveis da unidade", como podem ser ainda membros visíveis da Igreja?

Responderiam sem dúvida os fautores da teoria que foram de fato quebrados alguns vínculos visíveis, porém não todos. Com efeito, as igrejas cismáticas conservaram, intactos, os sete sacramentos, e estes constituem outros tantos laços visíveis com a Igreja católica e sua hierarquia. Por haverem rompido o liame que os unia ao Sumo Pontífice, não podem ser membros perfeitos da Igreja romana; por conservarem os ritos sacramentais, são ainda membros visíveis, embora deficientes.

Se lhes opuséssemos que a "vontade de cisma" anula a eficácia dos vínculos visíveis, negariam a possibilidade de tal anulação, pois embora os cismáticos pretendam romper com a unidade romana, eles conservam ritos que objetivamente os ligam à Igreja e à sua hierarquia.

Perguntamos: se a profissão de fidelidade a Cristo manifesta inconsciente repúdio ao cisma, como poderia este querer inconsciente constituir um vínculo visível? Se os sacramentos conservados ligam implìcitamente à hierarquia eclesiástica romana, este laço, por ser implícito, jamais será visível. Só o explícito pode sê-lo. E explícita, no caso, é a vontade de romper a comunhão.

Essa tentativa irênica prova, tão sòmente, que as igrejas dissidentes são devoradas por insanável conflito interno entre os elementos conservados da verdadeira Igreja — que os impelem para a sua antiga Mãe — e a vontade de secessão que os arranca violentamente a ela. Tal vontade sobrepuja o resto por ser explícita, periòdicamente afirmada pela voz dos mais autorizados chefes dessas comunidades.

E parece-nos impossível isolar os elementos em conflito, uns dos outros. Num cismático individual — quando ele é justo e por ser ele justo — podemos dissociar o resto do catolicismo autêntico, do que há de descaído ou desviado. Ao contrário, a comunidade cismática consiste num indissolúvel amálgama onde se entrosam verdade e erro. Pretendêssemos nós separar um do outro, e a igreja dissidente se esvairia como comunidade visível (igreja russa, grega, búlgara, etc.).

Os ritos católicos conservados no seio do cisma ligarão à Igreja romana não já a comunidade como tal, mas simples indivíduos isolados. Estes, sim, podem pertencer ao Corpo Místico, embora de modo deficiente, pelo desejo implícito. E pertencem-lhe, não pelo fato de estarem dentro de uma igreja dissiden-

[11]) N. 41.

te, mas *apesar* disso. Com efeito, o laço sacramental liga diretamente os indivíduos à Igreja romana e não à comunidade dissidente. Esta, como tal, é constituída pela vontade de cisma, mas de modo algum pelo vínculo sacramental. Os sacramentos ela os detém, não como próprios, mas como arrancados à Igreja. As comunidades dissidentes são apenas destroços de catolicismo.

Se, pois, nos parece impossível aceitar igrejas cismáticas como parte integrante, embora deficiente, do Corpo Místico, o mesmo não se dá, repetimos, em relação a certos cismáticos ou até mesmo heréticos individuais.

S. Agostinho por certo aborrecia o indiferentismo; entretanto escreveu: "o que defende sua opinião, embora errônea ou perversa, porém defende-a sem obstinação, sobretudo quando ela não é fruto de audaciosa presunção, mas apenas herdada de pais caídos no erro, e que procura cuidadosamente a verdade, pronto a render-se logo a conheça — este não deve ser contado entre os hereges". [14]

Que pensar então dos *dissidentes individuais de boa fé?* Respondeu com sumo cuidado Pio XII, na já citada Encíclica: "Os que não pertencem ao organismo visível da Igreja Católica... confiamo-los também, desde o início do Nosso Pontificado, à proteção e governo do alto, protestando solenemente que a exemplo do Bom Pastor tínhamos um só desejo: "que eles tenham a vida e a tenham em abundância" (Encíclica *Summi Pontificatus*). Esta nossa solene declaração queremos reiterar, depois de pedir as orações de toda a Igreja nesta Encíclica em que celebramos os louvores "do grande e glorioso Corpo de Cristo" (Ireneu, Adv. Haer: IV, 33), convidando a todos e cada um com todo o amor da nossa alma a que espontâneamente e de boa vontade cedam às íntimas inspirações da graça divina e procurem sair de um estado em que não podem estar seguros de sua eterna salvação (cf. Pio IX, *Iam vos omnes*, 13 Sept. 1868); pois embora por desejo e voto inconsciente estejam ordenados ao Corpo Místico do Redentor, carecem de tantas e tão grandes graças e auxílios que só na Igreja católica podem encontrar. Entrem, pois, na unidade católica e unidos conosco no Corpo de Jesus Cristo, conosco venham a fazer parte, sob uma só Cabeça, da sociedade da gloriosíssima caridade (cf. Gelásio I, Epist. XIV). Nós, sem jamais cessar as nossas súplicas ao Espírito de amor e verdade, esperamo-los de braços abertos não como a estranhos, mas como filhos que vêm para sua casa paterna". [15]

---

[14]) Epist., 43, n. 1. — O Santo admite também o caso de católicos injustamente excomungados e que continuam a pertencer de maneira invisível à Igreja. (De vera religione, c. 11).

[15]) *Mystici Corporis Christi*, n. 103.

Três conclusões importantes se podem coligir deste texto, quando o analisamos cuidadosamente.

1º Os dissidentes, ainda que de boa fé, não são membros *visíveis* da Igreja: "os que *não* pertencem ao organismo visível da Igreja... *Entrem*, pois, na unidade católica... *venham* a fazer parte da sociedade..." E por encontrarem-se de certa maneira — a saber: visìvelmente — fora "não podem estar seguros de sua eterna salvação". Prosseguindo, o Pontífice pede orações para que os "errantes entrem quanto antes no único redil de Jesus Cristo". Quem convidamos a entrar é por estar ainda fora. Afasta-se assim a mais tênue aparência de indiferentismo religioso.

2º Os dissidentes de boa fé não são "estranhos" à Igreja, mas a ela estão "ordenados por desejo e voto inconsciente". Vínculo invisível, embora muito real. Não se encontram, pois, *inteiramente* fora. Estão visìvelmente fora, mas invisìvelmente dentro.

3º Esta "ordenação" à Igreja basta, em rigor, para satisfazer o axioma de S. Cipriano, logo para assegurar a salvação dos dissidentes de boa fé, embora de forma insegura, porquanto estão privados de meios eficazes, que só se encontram no seio do catolicismo.

Situação anômala, como se vê, a desses cristãos dissidentes, a um tempo elongados da Igreja e ordenados a ela. Visìvelmente fora dela, invisìvelmente dentro, a saber, pelo "desejo e voto inconsciente".

Não os equiparemos, porém, aos pagãos de boa fé. Sem dúvida, estes estarão igualmente ordenados inconscientemente à Igreja [36], mas o laço invisível será muito mais frouxo. Falecem-

---

[36]) No parágrafo acima citado da *Mystici Corporis* refere-se Pio XII à sua primeira Encíclica na qual alude "aos que não pertencem ao corpo visível da Igreja" mas que estão unidos ao Papa, "ou por amor à pessoa de Cristo ou pela sua crença em Deus" (trad. Vozes, n. 7). Daí deduzimos que entre os "ordenados" à Igreja estão não só os dissidentes, mas ainda os não-cristãos que crêem em Deus e procuram servi-lo. Na 1ª edição desta obra havíamos colocado os dissidentes entre os membros "potenciais" da Igreja, pelos seguintes motivos:

"Sendo a Igreja indissolùvelmente visível e invisível, a incorporação atual ou efetiva a ela deve por força comportar esse duplo aspecto. Donde: 1º não haverá membros *atuais* única ou puramente visíveis (e por isso o herege oculto não é mais membro atual da Igreja); 2º nem haverá membros *atuais* única ou puramente invisíveis (e por isso o cristão dissidente não é ainda membro atual da Igreja). O membro real de um corpo real deve ser por essência visível, como o mesmo corpo. Invisível, só o membro *potencial*, justamente por não ser ainda real, embora possa vir a sê-lo.

"Parece, pois, mais acertado considerar os cristãos dissidentes de boa fé como "membros potenciais" da Igreja, entendendo todavia pela expressão não um simples e nu poder-ser (como o ateu pode vir a ser católico), mas uma potencialidade que já começou a se atualizar: eles *tendem* à Igreja visível, arrastados por toda a força dos vínculos invisíveis que os prendem a ela. Se nos fosse lícito cunhar uma expressão inu-

lhes as luzes da doutrina cristã, o contacto imediato com o Salvador pelos sacramentos. Todos esses recursos encontram-nos os cristãos dissidentes no seu meio religioso. Ora, fé e sacramentos fazem-nos tender para a Igreja romana. Pelo que, com vários teólogos pensamos poder declará-los membros atuais da Igreja, — embora imperfeitos, por estarem a ela ligados em virtude de vínculos invisíveis apenas.

E' questão de terminologia, pois todos afirmam, concordes, que os dissidentes, vítimas de ignorância invencível, estão em condições de salvar-se.

Membros atuais integrais.

"Como membros da Igreja contam-se *realmente só* aqueles que receberam o lavacro da regeneração e professam a verdadeira fé, nem se separaram voluntàriamente do organismo do Corpo, ou não foram dela cortados pela legítima autoridade em razão de culpas gravíssimas".[27] Temos aqui três elementos visíveis a integrar a noção de membro real ou atual da Igreja: batismo, profissão da fé, comunhão com os pastores e seus fiéis.

A eles vêm necessàriamente se juntar os elementos invisíveis. Três destes já foram enumerados pelo Concílio Tridentino, estatuindo no decreto sobre a Eucaristia que o Sacramento é o símbolo daquele Corpo único, cuja Cabeça é Cristo, e ao qual ele quis nos integrar pelos vínculos estreitíssimos da fé, esperança e caridade.[28]

---

sitada, diríamos: os cristãos dissidentes de boa fé são "membros tendenciais" da Igreja verdadeira. Ou ainda, são "membros latentes".

Observam-nos todavia que a expressão "membro potencial" se ajustava bem mal ao conjunto que pretendia descrever. Pois "membro potencial" significa, em si, o que ainda não é membro mas possui certas disposições para sê-lo. Ora, o pagão e o dissidente de boa fé já são de certo modo membros da Igreja, a saber: pelo desejo implícito; com maioria de razão o catecúmeno fervoroso já é membro da Igreja, pelo desejo explícito. Por isso mesmo todos estes se podem salvar. Em consequência, talvez seja preferível reservar o termo "potencial" aos que não são membros (as 6 categorias enumeradas acima à p. 178 ss.). Os outros seriam designados por "membros atuais" e subdivididos em:

imperfeitos, incoativos, incompletos (pelo desejo implícito ou explícito)
perfeitos, completos, integrais.

Não se perturbe o leitor com a flutuação da terminologia. A doutrina é comum e certa. Cf. a declaração do Santo Ofício, acima p. 167.

[27]) *Mystici Corporis Christi*, n. 20. E' bem de notar que neste passo da Encíclica, o advérbio "realmente" não se contrapõe a "ficticiamente". Se assim fora, o pagão ou o herege de boa fé não pertenceria de modo algum à Igreja, logo não poderia ser salvo. Contrapõe Pio XII "ser membro realmente" a "ser membro pelo desejo". Embora o primeiro modo seja mais garantido, *ambos* os modos bastam para a salvação. Ambas as categorias de homens, com efeito, pertencem à Igreja; visivelmente uns, invisivelmente os outros. Uns são membros de fato, completos, da Igreja; os outros são membros incoativos, incompletos, pelo desejo.

[28]) Denzinger, n. 875

Pio XII, compendiando e sistematizando a doutrina, enumera como elementos invisíveis: 1º a inabitação do Espírito Santo; 2º as graças, dons e carismas que do Espírito dimanam; 3º as virtudes teologais. Assim, para distinguir o Corpo Místico do corpo meramente moral, o Pontífice afirma que este último se coaduna, em virtude de laços jurídico-sociais, aquele, além desses constitutivos, possui um princípio supremo e sobrenatural de unidade: o Espírito de Cristo, alma da Igreja, presente ao conjunto e a cada fiel; fonte da graça, dos dons e dos carismas.[29] Um pouco além, após haver enumerado os vínculos jurídico-sociais, acrescenta que a eles "junta-se *necessàriamente* outra causa de união naquelas três virtudes que nos unem estreitìssimamente com Deus: a fé, a esperança e a caridade".[30]

Daquele "necessàriamente" coligimos que elementos visíveis e invisíveis, bem longe de estarem separados, mùtuamente se implicam e completam. Por exemplo: ao ser purificado nas águas batismais, o catecúmeno incorpora-se invisível e visìvelmente. Invisìvelmente, pois recebe a graça justificante que lhe apaga o pecado original (e, no adulto, também os pecados pessoais); traz-lhe as virtudes infusas e os dons do Espírito Santo; imprime-lhe enfim na alma indelével caráter, consagrando-o ao divino serviço. Visìvelmente, porquanto "pelo batismo o homem é constituído pessoa na Igreja de Cristo, com todos os direitos e deveres de cristão".[31]

A quem reúne todos esses constitutivos, visíveis e invisíveis, podemos denominar *membro integral* do Corpo Místico. E' o católico vivendo na graça do Senhor. Evita o pecado grave, entra em contacto íntimo com o Salvador pelas virtudes teologais e a recepção dos sacramentos, mostra-se enfim dócil às diretivas pastorais do Romano Pontífice e do seu Bispo.

Polivalente também é a noção de membro integral da Igreja. Ela não admite perfeita uniformidade. O corpo vivo, longe de ser um aglomerado, é um organismo. Supõe, em consequência, partes diferenciadas e harmoniosamente ordenadas segundo suas funções — diversas, porém solidárias. No Corpo Místico por igual, a plenitude que reside na Cabeça comunica-se aos membros, dividindo-se, diversificando-se.

Podemos assim, na Igreja, distinguir a *invisível hierarquia* da santidade. O grande santo está integrado, com perfeição muito maior, ao Corpo Místico; abre-se mais ao influxo vivificante da Cabeça, do que o católico medíocre. E ainda entre os santos, encontramos admirável diversidade. Não existem dois idênticos. Cada qual "recebeu a graça segundo a medida dada por Cristo..." (Ef 4, 7).

---

[29]) *Mystici Corporis Christi*, nn. 64-65; 78-80.
[30]) l. c., n. 73. [31]) Código de Direito Eclesiástico, c. 87.

No ápice dessa hierarquia da graça encontram-se os membros gloriosos do Senhor. Únicos "perfeitos", no sentido pleno do termo, são os celícolas.

A diversidade dos membros manifesta-se também nas *hierarquias visíveis* de ordem e de jurisdição. "Todos os que neste Corpo estão investidos de poder sagrado são membros primários e principais, pois são eles que, por instituição do próprio Redentor, perpetuam os ofícios de Cristo Doutor, Rei e Sacerdote"."[32]

Hierarquias não apenas jurídico-sociais, pois que servem de canal ao Espírito de Cristo: "ele está em cada um dos membros, conforme as suas funções e deveres, e segundo a maior ou menor saúde espiritual de que gozam... embora resida e opere divinamente em todos os membros, contudo também age nos inferiores por meio dos superiores..."[33]

Outras numerosas diferenciações provêm, no Corpo Místico, da diversidade dos estados de vida: muitos dos seus membros estão unidos pelos laços do matrimônio cristão, outros praticam a continência na virgindade ou na viuvez, outros se consagram a Deus pelos votos de religião. Diversidade de ofícios também: alguns se entregam à oração, em número maior às obras de misericórdia, ao ensino, etc.; uns poucos recebem carismas extraordinários: profetizarão ou obrarão milagres. "Há, pois, diversidade de graças, mas um mesmo é o Espírito; e os ministérios são diversos, mas um mesmo é o Senhor; e as operações são diversas, mas o mesmo Deus é o que opera em todos" (1 Cor 12, 4-6; Ef 4, 11-12).

Grande, imenso o privilégio, mas também grande, imensa a responsabilidade nossa: "Reconhece, ó cristão, a tua dignidade; e feito consorte da natureza divina, vê que não recaias, por um comportamento indigno, na tua antiga baixeza. Lembra-te de que Cabeça, e de que Corpo és membro".[34]

Suponhamos, todavia, que, por infelicidade, o membro integral resvale no pecado, inquine-se gravemente. Estará ainda dentro do Corpo Místico?

Mais tarde, ao tratarmos da santidade da Igreja, estudaremos de perto o difícil paradoxo da existência de pecadores no seio da Igreja imaculada. Por ora, considerando apenas o pecador na sua qualidade de membro, verificamos faltar-lhe o principal: a vida da graça a circular no organismo cristão. Morra neste estado e perder-se-á com certeza. Se é verdade que fora da Igreja ninguém será salvo, é não menos verdade que não basta estar de qualquer modo dentro da Igreja para ser salvo.

32) *Mystici Corporis Christi*, n. 11
33) L. c., 57.
34) L. c., n. 69. Citação de S. Leão Magno

Ora, o pecador, pela vontade livre — que mais profundamente lhe exprime a personalidade — optou contra o seu Salvador. Quanto à sorte eterna, encontra-se ele em muito pior condição do que os justos dissidentes e até mesmo que os pagãos de boa fé.

Contudo, a dependência do católico pecador para com sua Igreja não é meramente material, nem mesmo meramente jurídica. Por haver conservado a fé, resta-lhe um vínculo espiritual, invisível, que o prende ainda a Cristo. Na verdade, esta fé está "morta" segundo ensina S. Tiago (Tgo 2, 26), não por haver deixado de existir, mas porque, faltando-lhe a seiva vivificante da caridade, "não une perfeitamente a Cristo, nem torna membro vivo de seu Corpo".[15] Donde muitos teólogos cognominam o pecador de "membro morto".

Prefere Pio XII denominá-lo "membro enfermo"[16], sem dúvida para frisar que a situação, por lamentável seja ela, não é sem remédio como a morte. Mercê do caráter batismal que o habilita a receber o sacramento da penitência; mercê da fé e talvez da esperança, que bruxoleiam ainda no coração inquinado, instigando-o a voltar ao Senhor; mercê das preces dos membros vivos a implorar de Deus graças de conversão, o pecador é "alumiado pela luz celeste, divinamente estimulado com internas inspirações e moções do Espírito Santo, ao temor salutar, à oração e ao arrependimento de suas culpas".[17] E a Igreja, mãe piedosa, espreita o primeiro sinal de penitência sincera, para reintegrar o membro faltoso, estreitar o prófugo sobre o seu coração.

Os membros leigos da Igreja.

Numa obra destinada a ser lida também por alguns leigos, não será descabido algo dizer sobre a situação destes no seio do Corpo Místico.

Fique bem claro, antes de mais, que os católicos leigos fazem parte *integrante* da Igreja.

Banalidade, truísmo, seríamos tentados de dizer. Sem embargo, averiguamos cada dia que a leigos sem-número a Igreja se afigura qual realidade exterior a eles. Identificam Igreja com hierarquia; dizem "a Igreja manda, a Igreja proíbe, a Igreja aconselha", e falam com acerto, pois designam então a Igreja docente da qual não fazem parte.

Mas, à força de olhar para a Igreja docente, chegam — prática senão teòricamente — a considerar a Igreja como algo estranho, e até algo constrangedor: uma autoridade que cerceia ou

[15]) D. n. 800. Não pertencem, pois, apenas ao corpo da Igreja, estão unidos também pela fé à alma, embora de modo tão deficiente que deixa de ser salutar.

[16]) *Mystici Corporis Christi*, n. 22.

[17]) L. c., n. 21.

tolhe a liberdade; uma administração com a qual se entra em relações onerosas umas poucas vezes na existência: batizados, casamentos, exéquias.

Deve, pois, o leigo antes de tudo tomar consciência de que a hierarquia constitui apenas uma parte — a mais excelsa sem dúvida — mas em todo o caso apenas uma parte da Igreja total, a Igreja dos crentes. Desta, o leigo católico é verdadeiro membro; pode sem usurpação falar em "*nossa Igreja*".

Daí uma primeira consequência prática: por estar o leigo dentro e não fora da Igreja, os problemas da Igreja tocam-no *pessoalmente*. Não pode se desinteressar deles. Do leigo também são as vitórias da Igreja, como os reveses por ela sofridos. Ele não deve ficar à parte, como um espectador. "Antes é de notar que, sobretudo nas atuais circunstâncias, os pais e mães de família, os padrinhos e madrinhas, e nomeadamente todos os seculares que prestam auxílio à hierarquia eclesiástica na dilatação do reino de Cristo, ocupam um posto honorífico, embora muitas vezes humilde, na sociedade cristã, e podem muito bem sob a inspiração e com o favor de Deus subir aos vértices da santidade, que por promessa de Jesus Cristo nunca faltará na Igreja". [illegible]

Um dos resultados maléficos da identificação prática da Igreja com a hierarquia, é a atitude puramente *passiva* de muitos leigos; atitude — sejamos francos — não raro alimentada pelo clero. Quando, no século passado, o beato Vicente Pallotti pleiteou a colaboração dos leigos no apostolado hierárquico, a idéia provocou vivas oposições e até escândalo nos meios eclesiásticos.

Sejamos francos, porém não exagerados. Nesse mesmo século passado, as conferências vicentinas, os congressos eucarísticos, a obra da propagação da fé — sem falar num sem-número de outras iniciativas de interesse mais limitado — são o fruto do zelo de leigos. Também nesse século, Pio IX antes de definir o dogma da Imaculada Conceição consultou os Bispos do orbe católico sobre a crença dos fiéis em relação a essa verdade.

De um modo geral, Roma leva em grande conta a fé, a piedade, os costumes, os anseios do laicato, por bem saber que o Espírito Santo, alma da Igreja, pervade o corpo todo, e não apenas os hierarcas. Está o Espírito presente em cada membro que vive na caridade de Cristo. Simples fiéis podem, pois, ser iluminados do alto, e muitas vezes o são. Caberá sempre aos legítimos pastores pesar e aprovar tais idéias ou propósitos; contudo a iniciativa terá vindo do leigo.

Ademais, se os santos elevam o nível de virtude do Corpo Místico, quem dirá a contribuição dos leigos à santidade imanente na Igreja? Não vimos há pouco o Romano Pontífice ajoelhado

[illegible]) L. c., n. 15

diante das relíquias de uma analfabeta de doze anos, a menina mártir S. Maria Goretti?

Quem dirá também o quanto labutaram os apóstolos leigos para ampliar o Reino de Cristo? Já S. Paulo louvava as mulheres que com ele trabalhavam para o evangelho (Filip 4, 3). E nos primeiros séculos, numerosos escravos propagaram a nova fé, convertendo não apenas os seus companheiros de cativeiro, mas ainda os seus próprios amos. Na Idade Média, S. Francisco de Assis e seus companheiros, começaram a pregar a penitência, sendo ainda leigos. E assim, de século em século, a história regista o muito que a Igreja deve a seus filhos leigos.

Amiúde a hierarquia se limita a discernir, a retificar, deixando aos simples fiéis a gloriosa tarefa de suscitar e desenvolver novas iniciativas. Temos disso insignes exemplos na fundação de inúmeras Ordens religiosas. Contudo é verdade que a revolução protestante, pretendendo instaurar o igualitarismo religioso pela negação das hierarquias de ordem e de jurisdição, provocou em alguns meios eclesiásticos um certo retraimento, quase desconfiança, em relação aos movimentos leigos. "E' mister vigiá-los de tão perto, que não tomem iniciativa alguma", ouvimos nós de certo pároco europeu. Persuadiram-se em consequência muitos fiéis de que lhes competia na Igreja uma atitude de pura passividade: comparecer aos ofícios divinos, receber os sacramentos, dar generosas esmolas e, no mais, resignar-se a uma perpétua tutela.

Coube sobretudo a Pio XI aproximar ainda mais os leigos da dupla hierarquia. E de fato, lembrou-lhes que o caráter batismal é, na verdade, uma participação ao sacerdócio de Cristo, uma deputação a celebrar o culto divino, e concitou-os a participarem *ativamente* da sagrada liturgia. E Pio XII, na Encíclica "Mediator Dei", ditou normas sapientíssimas para encorajar tal participação ativa.

Além do caráter batismal, existe no leigo um outro, que lhe foi conferido pela Crisma, consagrando-o a testemunhar a fé, a ser o soldado de Cristo. Soldado inativo, ou conquistador de almas? Simples ouvintes, ou também propagadores da Palavra? Já respondia Leão XIII: "E' certo, que este cargo de ensinar ou de pregar pertence por direito aos doutores, isto é, aos Bispos que o Espírito Santo constituiu para governar a Igreja de Deus (At 20, 28), e de um modo especial ao Romano Pontífice, Vigário de Cristo, preposto com poder supremo à Igreja universal como mestre de quanto há de crer e praticar. Mas não cuide alguém que ficou por isso proibido aos particulares cooperar com alguma diligência neste ministério, principalmente aos homens a quem Deus concedeu dotes de inteligência junto com o desejo de serem úteis ao próximo. Esses, em caso de necessidade, podem muito bem, não já

afetar a missão de doutores, mas communicar aos outros o que eles mesmos aprenderam, e ser em certo modo o eco dos mestres". [39]

Eis enfim que Pio XI aproximou os leigos da hierarquia de jurisdição, ao instituir a Ação Católica como participação ao apostolado hierárquico da Igreja. Recebem eles um mandato constituindo-os cooperadores daqueles que, por ofício, estão encarregados de trabalhar pelo advento do Reino de Cristo.

Dos numerosos documentos pontificais sobre a Ação Católica, decorre que ela supera o apostolado leigo comum. Com efeito, confere a seus componentes atribuições que só lhes podem incumbir em virtude de ato expresso da hierarquia. Os pastores, e só eles, têm faculdade para chamar os leigos a colaborarem com o poder de governo; nessa subordinação imediata do apostolado leigo à hierarquia consiste a originalidade e a dignidade da Ação Católica.

Originalidade e dignidade bem ressaltadas por Pio XI. Ao explicar com mais exação a espécie de "colaboração ou participação" que esperava da Ação Católica, por várias vezes acentuou que os leigos da AC eram chamados a auxiliar, e em parte a suprir, os colaboradores naturais dos Bispos, a saber os sacerdotes.

Numa carta ao episcopado brasileiro, escrevia o Pontífice que, em vista da escassez do clero, conviria que se unissem ao pugilo de sacerdotes, "compactas falanges de leigos bons e fiéis que auxiliassem os sacerdotes a preparar ou completar seu ministério e mesmo, se em alguns lugares necessário for, supri-lo em parte, no ensino religioso às crianças". [40]

Do mesmo modo ao episcopado filipino: "Vê-se que a missão desses leigos é, em certo sentido, a própria missão da hierarquia, isto é, a missão de Cristão: proporcionar a outras almas a vida sobrenatural, fomentá-la, defendê-la, e que sua atividade há de ser portanto, um auxiliar precioso e qual uma integração oportuna do ministério sacerdotal". [41]

Na Encíclica *"Quadragesimo Anno"* lemos: "Como noutras épocas da Igreja, temos de defrontar-nos com um mundo quase recaído no paganismo. Para reconduzir a Cristo, a quem renegaram, essas classes inteiras de homens, devem escolher-se e formar-se de entre elas mesmas soldados auxiliares da Igreja, que conheçam bem os operários, os seus pensamentos e aspirações, e possam pela caridade fraterna penetrar-lhes suavemente no coração. Os primeiros e imediatos apóstolos dos operários devem ser operários; os apóstolos dos industriais e comerciantes devem sair de entre eles". [42]

39) *Sapientiae christianae*, ed. Vozes, n. 20.
40) Carta *Quamvis nostra* (27 Outubro 1935), ed. Vozes, n. 4
41) Carta *Con singular complacencia* (18 Jan. 1939), ed. Vozes, n. 10
42) Ed. Vozes, n. 140

De maneira semelhante, se expressa Pio XII em sua primeira Encíclica: "Quando contemplamos com tristeza a desproporção entre o número de sacerdotes e os encargos que lhes tocam, quando vemos verificar-se ainda hoje a palavra do Salvador: a messe é imensa e os operários são poucos (Mt 9, 37; Lc 10, 2), a colaboração dos leigos no apostolado hierárquico, numerosa e animada de ardente zelo e de generosa dedicação, depara-se-Nos um precioso auxílio à obra dos sacerdotes e mostra possibilidades de desenvolvimento que legitimam as mais belas esperanças. A prece da Igreja ao Senhor da messe, para que mande operários à sua vinha, foi atendida como o requerem as necessidades da hora presente e, felizmente, supre e completa as energias, por vezes impedidas e insuficientes, do apostolado sacerdotal. Uma ardente falange de homens, de mulheres e de jovens de ambos os sexos, obedecendo à voz do Sumo Pastor e às diretrizes dos próprios Bispos, consagram-se com todo o ardor de sua alma às obras de apostolado para reconduzir a Cristo as massas populares que dele se haviam separado... Puseram eles, verdadeiramente, a sua vida e as suas obras sob o vexilo de Cristo-Rei e podem repetir com o Salmista: Ao Rei consagro as minhas obras (Sl 44, 1). O "adveniat regnum tuum" é não só o voto ardente das suas preces, mas também a diretriz das suas obras. Em todas as classes, em todas as categorias, em todos os grupos esta colaboração do laicato com o sacerdócio revela preciosas energias às quais está confiada uma missão que mais consoladora não poderiam desejar corações nobres e fiéis". [11] No discurso de 20 de Fevereiro de 1946, declarava Pio XII: "Os fiéis, e mais precisamente os leigos, encontram-se na linha mais avançada da vida da Igreja; por eles é a Igreja o princípio vital da sociedade humana. Por isso eles, especialmente eles, devem ter uma consciência cada vez mais clara, não só de pertencerem à Igreja, mas de serem a Igreja, isto é, a comunidade dos fiéis sobre a terra sob a direção da Cabeça comum, o Papa, e dos Bispos em comunhão com ele".

Não espera, pois, a Igreja, de seus filhos leigos, a ignávia ou inércia dos operários quedos na praça pública, até que o pai de família — no caso um hierarca — lhes diga: "Por que estais aqui todo o dia ociosos?... Ide vós também à minha vinha" (Mt 20, 6). Estrito dever de todo membro do Corpo Místico é trabalhar para o conjunto. Logo, empreender qualquer coisa, também tomar iniciativas. Não por vaidade pessoal mas para servir. Sempre disposto aliás a corrigi-las, a abandoná-las até, se assim o determinar a hierarquia.

Além da esfera estritamente religiosa, abre-se ao laicato católico imenso campo de trabalho: urge cristianizar o setor social,

[11]) Encíclica *Summi Pontificatus*, ed. Vozes, n. 31.

o econômico, o cultural, o político. Não compete à hierarquia eclesiástica empreender essa tarefa. Poderá ditar princípios gerais, apontar desvios ou estimular ensaios felizes, mas caberá ao leigo tentar, lutar, para vencer. Outrora pronunciou Bossuet celebérrimo sermão sobre a eminente dignidade dos pobres na Igreja; vivesse ele hoje, de certo pregaria também sobre a eminente dignidade dos leigos na Igreja.

O Apostolado missionário.

Quem entender corretamente o axioma "Fora da Igreja não há salvação", terá compreensão muito melhor de certas atitudes da Igreja, tantas vezes taxadas de intolerantes, fanáticas ou imperialistas.

A chamada intolerância da Igreja é apenas a consciência de que Cristo lhe confiou as chaves do Reino dos céus e que, portanto, os homens se salvam *normalmente* quando são membros *integrais* do Corpo Místico. Sem dúvida, já o repetimos muita vez, não é apenas teórica mas pràticamente possível a salvação no seio do paganismo, da heresia, do cisma, para quem está de boa fé e vive segundo sua consciência e os ímpetos secretos da graça. Porém não resta dúvida de que será muito mais difícil e arriscado. E', pois, lógico que a Igreja queira proteger seus membros contra este risco; lógico que ela resguarde com intransigência, não já privilégios seus, senão verdades às quais é a primeira a submeter-se. Muitas vezes perguntam por que a Igreja não faz concessões, não se amolda à mentalidade de hoje, permitindo, por exemplo, o divórcio, ou abandonando a crença no inferno? Esquecem que não está nas mãos da Igreja. Ela não tem o direito de variar a seu arbítrio o dogma e a moral. Estes lhe foram confiados pelo Esposo como um simples "depósito" a ser fielmente guardado (2 Tim 1, 14). Não pode desviá-lo, malbaratá-lo. Arrosta pois a impopularidade, não já para acautelar interesses humanos, mas para defender a causa de Cristo.

Na sua mensagem do Natal de 1948, Pio XII declarava: "A Igreja está pronta para tudo. Para tudo, salvo uma coisa: que se não lhe peça de obter o retorno de filhos separados dela, seja nos tempos passados, seja de recente, a preço de qualquer diminuição — ou mesmo de obscurecimento — do depósito da fé cristã confiada à sua guarda". Depósito: logo o tesouro não lhe pertence; a Cristo pertence, que lho confiou, e a Igreja sofrerá todas as perseguições antes que prevaricar. Prova-o sob os nossos olhos, e de maneira trágica, o que sucede à Igreja por detrás da cortina de ferro.

Atiram à Igreja a pecha de intolerante não apenas por não querer pactuar com seitas dissidentes ou governos anticristãos, mas ainda porque impõe a seus filhos uma série de interdições.

Mas o motivo é sempre o mesmo. Os fiéis — tal qual o "depósito" — não pertencem aos pastores mas a Cristo. "Apascenta as *minhas* ovelhas", disse Jesus a Pedro. E', pois, dever da Igreja fazer o impossível para conservar aos fiéis o caráter de membros integrais. Tomar cuidado dessas conquistas que ela deu a Cristo, velar por elas, alimentar-lhes o fervor, resguardá-las para que nenhuma só venha a desgarrar-se e a perder-se. [a]

Se a Igreja excomunga, é para emendar o culpado e preservar o rebanho do contágio, lançando de si a ovelha empestada. Mas a Igreja estará sempre disposta a acolher de novo, com júbilo, o excomungado, tão cedo se arrependa e repare o mal feito.

Enfim o pretenso imperialismo eclesiástico não passa de consciência da situação precária, anômala, dos que não são seus membros integrais. Como não arderia a Igreja em desejo de socorrer tantas almas arriscadas de se perderem? Tendo por alma o Espírito de universal amor, como não almejaria fazer todos os homens partícipes de suas riquezas espirituais? Como não gemeria de vê-los presos a tantos vícios e ignorâncias, e incapazes até de valorizar plenamente os seus dons naturais? Daí o seu *dinamismo expansivo*. Fiel à ordem do Mestre: "Ide por todo o mundo"; — como os Apóstolos que, "havendo partido, pregaram por todas as partes" (Mc 16, 15, 20) — a Igreja, com indefesso zelo promove as missões externas e internas. Missões externas para "alumiar os que estão sentados nas trevas e à sombra da morte" (Lc 1, 79) e também para fazer chegar à plenitude a vida incoativa dos que estão ordenados, por desejo inconsciente, ao Corpo Místico. "Vai nisso a salvação das almas, pela qual o nosso Redentor deu a vida, e nos confiou a nós, Bispos e Padres, a obra santa de completar o seu corpo". [b]

Missões internas para curar os membros enfermos e ressuscitar, se possível, os seus membros mortos.

Faltaria a Igreja à sua missão divina, se não fosse *católica*, isto é, universal, se não desse testemunho a Cristo em todos os recantos do orbe, se não plantasse comunidades cristãs em cada lugar habitado, a fim de gerar a humanidade inteira à vida redimida. A lei do Corpo Místico é o crescer contínuo. "Ai de mim se eu não evangelizar!" (1 Cor 9, 16). Visceralmente falha a mais brilhante civilização, se no seu ápice não está chantada a Cruz; como visceralmente frustrados os mais belos dotes naturais, se a seiva sobrenatural não os aviventa. A graça não é supererrogação, enfeite, ornato dispensável. E' simplesmente questão de vida ou de morte eterna. Por outro lado, a graça não visa destruir a civilização profana no que tem de bom, nem desarraigar os dotes naturais, mas tudo transfigurar, cristianizando-o. A ação mis-

---

[a]) Bento XV, Encíclica *Maximum illud*, ed. Vozes, n. 10.
[b]) Leão XIII, Encíclica *Sancta Dei Civitas*, ed. Vozes, n. 13.

sionária bem entendida, longe de realizar monótona uniformidade, faz brotar cristandades originais, que se integram na harmoniosa diversidade do Corpo Místico.

De tudo isso se deduz para nós um grave dever de caridade: ajudar as missões e os missionários, pelas orações, os sacrifícios, os donativos.

Aos errantes, "urge abrir-lhes os olhos a fim de que se convertam das trevas à luz, e do poder de Satanás a Deus" (At 26, 18).

Bem fracas mostras de caridade daria quem, contente de estar no redil, se desinteressasse das inúmeras ovelhas errantes: "Visto que Cristo deu como distintivo característico de seus discípulos o amor mútuo (Jo 13, 35; 15, 12), que caridade maior e mais perfeita podemos testemunhar aos nossos irmãos, do que procurar arrancá-los das trevas da superstição e iluminá-los com a verdade da fé de Jesus Cristo? Este benefício supera as demais obras e demonstrações de caridade, tanto quanto a alma excele ao corpo, o céu à terra, o eterno ao temporal; e quem pratica esta obra de caridade segundo suas forças mostra ter em todo o apreço devido o dom da fé, e manifesta ao mesmo tempo seu reconhecimento ao favor de Deus para com ele, comunicando aos pobres gentios este mesmo dom, o mais precioso de todos, e os demais dons que acompanham a fé". "

Devemos igualmente derramar preces pelos que estão fora do raio de ação da Igreja, tão numerosos na gentilidade — e hoje infelizmente em piores condições ainda, nos estados comunistas — pedindo ao Senhor se digne multiplicar, em favor deles, os meios extraordinários de salvação. Nem a possibilidade desta salvação dos pagãos de boa fé torna inútil o trabalho do missionário. Sem falar nos que de fato desconhecem a Deus e vivem atascados no vício, anômala e árdua é a salvação dos que apenas um desejo implícito ordena ao Corpo Místico de Cristo. E a ação evangelizadora do missionário vem ao encontro da graça que secretamente leveda essas almas de boa vontade, preparando-as a integrar-se visìvelmente ao Corpo Místico.

Quando um evangelista aporta pela primeira vez a um novo campo de missão, já encontra ali a Cristo que o precedeu para preparar-lhe o caminho. Simboliza essa ação preveniente do Senhor, o macedônio que apareceu durante a noite a Paulo, suplicando: "Passa à Macedônia e socorre-nos!" (At 16, 9). O verdadeiro missionário ouve sempre essa voz a chamá-lo.

Zelo também pelos membros enfermos da Igreja. S. Paulo dizia: "Se um membro sofre, todos sofrem com ele" (1 Cor 12, 26). Como entender então essa pasmosa indiferença de certos católicos — até de comunhão frequente — contemplando o es-

") Pio XI, Encíclica *Rerum Ecclesiae*, ed. Vozes, n. 5.

petáculo, que os deveria aterrar, de seus parentes, amigos e concidadãos, afastados da Igreja? Dir-se-ia que, pelo contrário, estes trilham álacres o caminho do céu!

Quando nos convenceremos de que "ninguém se deve julgar tão pobre e desnudo, ninguém tão débil, faminto e sedento, como o que carece do conhecimento e da graça de Deus?" [°] Não poupemos, pois, preces e sacrifícios pelos nossos irmãos, membros enfermos do Corpo Místico; imitemos, antes, o vinhateiro da parábola evangélica: "Certo homem tinha uma figueira plantada na sua vinha, e foi procurar nela fruto, não o achando. E disse ao vinhateiro: eis que há três anos venho procurar fruto e não o acho; corta-a; por que ocupa ainda a terra inùtilmente? E respondendo ele, disse: Senhor, deixe-a este ano, até que eu a escave e esterque, e se der fruto, ficará e, se não, depois mandará cortar" (Lc 13, 6-9). Figueira estéril é o pecador na Igreja, ameaçado pela mais terrível sorte. O vinhateiro a implorar longanimidade, é Cristo nosso medianeiro. Podemos, também nós, associarnos à sua obra. Rezando pelo pecador, nosso irmão, é-nos possível "suplicando, dar-lhe a vida" (1 Jo 5, 16).

Sem cessar a Santa Igreja procura envolver em uma rede de orações, os seus membros enfermos. Aperta-os contra o seu seio em incansável luta contra o mal que os consome. Purificar os pecadores é uma de suas grandes tarefas. Ansiosa, ela aguarda um sinal de penitência para lhes acudir e dizer como outrora o Salvador: "Teus pecados te são perdoados. Vai em paz". Se eles resistem, a Igreja não perde a esperança mas redobra de orações, a fim de lhes valer uma graça de conversão naquela hora suprema e temerosa, em que a alma se deslaça do corpo e o seu destino eterno está por ser selado.

A Igreja sabe que os homens todos são, em direito, membros seus; por isso não poupa esforços para integrá-los todos de fato a seu corpo. Cumpre a nós ajudar a nossa Mãe nessa tarefa da "edificação do Corpo de Cristo" (Ef 4, 12). E, para tal, devemos nos esforçar por ser membros cada vez mais vivos desse Corpo, correspondendo à grande mercê que Deus nos fez de termos nascido no seio da Igreja, com tantas facilidades de salvação, quando há pelo mundo, ainda um bilhão de infiéis.

IV. CATOLICIDADE DA IGREJA

As «Notas» da Igreja.

Por que reconheço meu amigo ao encontrá-lo na rua? Porque percebo um homem de tal estatura, corpulência, traços fisionômicos, etc. A convergência desses vários sinais manifesta, sem erro possível, este homem como Pedro, meu amigo.

[°]) L. c., n. 10.

Assim o Corpo Místico revela, ao observador atento, uma série de traços próprios — de "notas", no linguajar teológico — que nos permitem identificá-lo com segurança.

Tais "notas" são sobretudo realçadas pelos apologetas. Com razão, aliás. Suponhamos uma alma, apaixonada pela figura do Redentor e desejosa de servi-lo. Descobre, lendo o evangelho, a vontade de Jesus de fundar uma sociedade que lhe prolongaria a ação através do espaço e do tempo e seria Cristo comunicado à humanidade.

Esta alma indagaria em seguida onde se encontra tal sociedade miraculosa. — Na cristandade? Mas a cristandade está fundamente dividida e fragmentada. Há centenas de confissões, seitas, conventículos, cada qual pretendendo à autenticidade. Como haver-me em meio a esta Babel? Não me hei de transviar?

Toma-lhe a mão o apologeta e indica um roteiro seguro: Cristo, havendo estabelecido um redil, deve ter dado às ovelhas meios bastantes de lhe encontrar a porta. De fato, o Salvador balizou o itinerário das almas em busca do aprisco: dotou a sua Igreja de qualidades bem manifestas, mais ainda: privativas dela, de sorte que fácil é o discernimento. *

Quatro são essas qualidades ou notas. Já as encontramos nos primitivos doutores e a fórmula tradicional está no símbolo cantado na Missa. Professamos nossa fé na Igreja "una, santa, católica e apostólica".

Nós, porém, não fazemos aqui apologética; não escrevemos já foi dito, para incréus ou dissidentes, mas para filhos da Igreja desejosos de melhor conhecer sua Mãe. Em consequência, perde para nós toda feição polêmica a questão das "notas"; estas se nos antolham como *propriedades essenciais* da Igreja, cuja contemplação servirá para nos adentrarmos no mistério do Corpo Místico, a fim de nele crer com mais robusta fé e amá-lo com mais generoso amor. A "unidade" manifesta-nos o princípio interno ou alma que o plasma; a "santidade" descobre-nos o seu fim; a "catolicidade", a multidão de que é feito; a "apostolicidade", a sua origem. Embora se dêem a conhecer visivelmente, as "notas" são por natureza sobrenaturais, como a própria Igreja que elas qualificam, como a própria ação de Cristo de onde resultam.

Importa também ter em mente a feição não apenas estática senão também dinâmica das "notas". Caracterizam, por certo, a essência da Igreja, mas caracterizam-lhe igualmente a atividade: sem esmorecer, a Igreja forceja por abranger um número sempre maior de membros, por unificá-los sempre mais estreitamente, santificá-los sempre mais profundamente, trazer-lhes, com vigor sempre acrescido, a corrente vital que deriva dos Apóstolos.

*) Leão XIII, Encíclica *Libertas praestantissimum*, ed. Vozes, n. 25.

Poderíamos enfeixar num único capítulo nossas meditações sobre as quatro notas; parece-nos, entretanto, mais esclarecedor, relacionar cada qual ao aspecto da Igreja que ela melhor faz ressaltar.

A «católica».

S. Agostinho amiúde escrevia "a Católica" em vez de "a Igreja", de tal forma a universalidade lhe parecia caracterizar a sociedade cristã. E ainda hoje contrapomos, a todas as outras confissões, a nossa, chamando-a "Igreja Católica".

Na sua polêmica contra o cisma donatista — que descobriu a Newman o provincialismo da seita anglicana — o Doutor africano insiste sobre a feição ecumênica da verdadeira Igreja. Fá-la derivar da vontade de Cristo que destinou a seu Corpo Místico uma extensão mundial. Os donatistas, ermados no cisma, acantonados numa província da África, não podiam comungar à grande Igreja universal.

Em obediência ao Senhor, já fora o evangelho pregado a toda a terra habitada. Assim, espalhada pelo orbe inteiro, subsistia, imensa e idêntica, a "Católica", realizando a união em Cristo das nações, raças e línguas diversas. Separar-se dela é condenar-se a se estiolar e morrer.

O argumento agostiniano não se contenta de ressaltar a ubiquidade da Igreja; insiste sobre o fato dela permanecer una em sua universalidade. Apela, pois, contra os dissidentes para a unidade mundial da Igreja. A esta unidade opõe os conventículos africanos. Estão evidentemente fora da comunhão eclesiástica, logo fora de Cristo Senhor.

Todavia, a catolicidade geográfica faz apenas reluzir visivelmente arcana e essencial propriedade, que desde sempre competiu à Igreja. Já ao nascer ela era católica — destinada a toda a terra — e o dom das línguas, no dia de Pentecostes, simbolizava à maravilha tal ubiquidade nativa. A Igreja não conhece outros limites espaciais senão os da mesma humanidade. Ao Filho prometeu o Pai: "Pede-me e eu te darei as nações por herança, e os fins da terra por tua possessão" (Sl 2, 8).

Anunciaram os profetas a universalidade do Reino messiânico (por ex.: Is 11, 10-16; 60) e S. Paulo cita em discurso (At 13, 47) as palavras de Jahvé a seu Servidor: "Eu te estabeleci para as gentes a fim de fazer chegar a salvação até as extremidades da terra" (Is 49, 6). Palavras que ecoariam no cântico do velho Simeão quando tomou o Menino em seus braços (Lc 2, 30-32).

O mesmo Jesus por várias vezes descrevera o seu Reino como universal. "E virão muitos do Oriente e do Ocidente, do setentrião e do meio-dia, e se sentarão à mesa no reino de Deus" (Lc 13, 29; Mt 8, 11). "Tenho também outras ovelhas que não são

deste aprisco e importa que eu as traga..." (Jo 10, 16). Na única parábola (com a do semeador) que seja referida pelos três sinópticos simultâneamente, lemos: "Matará (o Senhor da vinha) sem piedade esses malvados e dará a sua vinha a *outros lavradores* que lhe paguem fruto a seu tempo... por isso vos digo que vos será tirado o Reino de Deus e será dado a um povo que produza os frutos dele" (Mt 21, 41-43; Mc 12, 9; Lc 20, 16).

As últimas palavras que S. Lucas coloca sobre os lábios do Salvador ressuscitado, são: "Assim está escrito e assim era necessário que o Cristo padecesse e ressuscitasse dos mortos ao terceiro dia, e que em seu nome se pregasse a penitência e remissão dos pecados a todas as nações, começando por Jerusalém" (Lc 24, 46; Mc 16, 15; Mt 28, 19). E ainda: "Recebereis a virtude do Espírito Santo que descerá sobre vós e me sereis testemunhas em Jerusalém e em toda a Judéia e na Samaria e até as extremidades da terra" (At 1, 8).

Doutrina idêntica, já se vê, a dos escritos apostólicos. Citemos apenas duas visões. Uma de S. Pedro: viu um grande lençol — símbolo da Igreja — suspenso pelos quatro cantos, descer do céu à terra, "no qual havia de todos os quadrúpedes e reptis da terra e aves do céu" (At 10, 11-12). A outra de S. João: ouve celestial hino ao Cordeiro: "Foste morto e nos resgataste para Deus com o teu sangue, de toda tribo, e língua, e povo, e nação... Depois disto vi uma grande multidão, que ninguém podia contar, de todas as nações, e tribos, e povos, e línguas, que estavam de pé diante do trono e diante do Cordeiro, revestidos de vestiduras brancas e com palmas nas suas mãos" (Apoc 5, 9; 7, 9).

Contrastava essa universalidade do cristianismo com o nacionalismo da religião judaica e dos diversos povos pagãos, restrita, o mais das vezes, a um povo, quando não a uma cidade. Tendência nacionalista tão natural ao homem que, ainda no seio do cristianismo, desponta de tempo a tempo. Sirvam de exemplo: a igreja anglicana, as igrejas cismáticas orientais comprimidas dentro de limites territoriais estritos. E hoje, atrás da cortina de ferro, empenham-se muitos em fomentar igrejolas nacionais. Já respondiam os Santos Padres que Cristo só pode ter uma Esposa. Logo, a Igreja no seu necessário espraiar-se pelo orbe inteiro, deve permanecer una. Por outras palavras, a única Igreja de Cristo é, por essência, católica. Já no século II, o "Martírio de Policarpo" qualificava Jesus de "Pastor da Igreja universal sobre toda a terra".

Se procurarmos o porquê da vontade de Cristo, outro não encontraremos senão o fato de todos os homens terem sido criados igualmente à imagem e semelhança de Deus; de todos eles sem exceção serem chamados a idêntico destino sobrenatural. O Salvador veio tudo restaurar com a plenitude de suas energias;

veio, pois, abraçar a totalidade dos homens e das coisas, restituir-lhes a unidade perdida pelo pecado. A vida por ele trazida não se destina a esta raça mais do que àquela outra, a este povo mais do que àquele outro, a este estado de vida mais do que àquele outro. A todos pretende Cristo *reunir* num só organismo: o seu Corpo Místico, a "Católica".

Grave, imenso erro — encontradiço porém — confundir catolicismo com civilização latina. A graça de Cristo está destinada aos esquimós tão bem como aos latinos. Em todas as almas ela trabalha obscura ou claramente. Só ela é capaz de fazer desabrochar o instinto religioso comum aos homens e tão fácil de se transviar.

Por isso mesmo a expansão é lei vital da Igreja. Enquanto houver uma só alma — por miserável que seja — a conquistar no mais perdido recanto do globo, o zelo da Igreja não arrefecerá. Ademais, a sua tarefa não é apenas converter individualmente cada homem senão agregá-los todos a um corpo universal, a "Católica", de que falava Agostinho. Assim fará reverter a Deus a criação inteira, dele emanada, tudo assumindo — ainda a vida material — para tudo transfigurar em Cristo.

Hoje os povos sentem, com peculiar agudez, a nostalgia de uma fraternidade universal. Multiplicam para isso as organizações internacionais. Olvidam que baldados serão os esforços sem a Igreja. Só ela poderia realizar a comunhão de inteligências e corações; só ela lograria transformar homens e nações — naturalmente hostis uns aos outros — em irmãos, filhos do mesmo Pai, membros da mesma Cabeça. "Não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gál 3, 28).

Por ser a Igreja um organismo vivo e comportar, em consequência, diversidade no seio da harmonia, a catolicidade não pode nem deve ser entendida qual uniformidade rígida. Conservando intactos o dogma e a moral recebidos de Deus, a Igreja sabe adaptá-los com pasmosa flexibilidade às mentalidades as mais diversas. Já por várias vezes salientamos o seu empenho em não nivelar as almas. Procura, ao contrário, enriquecer-se com a multiplicidade e variedade das experiências espirituais autênticas.

Muito varia a disciplina eclesiástica através dos séculos, fiel à doutrina no primeiro dentre os Concílios: "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós, não vos impor mais encargos além destes necessários..." (At 15, 28). Respeita, ainda no campo religioso, os legítimos costumes, tradições, propensões, devoções, dos diversos povos. Com razão maior respeita os valores profanos — diferentes e por vezes contrastantes — das nações sucessivamente evangelizadas.

Tudo quanto de verdadeiramente humano se encontra em qualquer civilização, já é de qualquer modo católico. Por isso a Igreja, "em parte alguma, em nenhum povo ou nação, se coloca como estrangeira".[*] Donde Bento XV censurou os missionários que procuravam servir os interesses de sua pátria de origem, desacreditando a religião aos olhos das populações, que "virão a imaginar que o cristianismo é apenas a religião de tal nação estrangeira; que fazer-se cristão é, ao que parece, aceitar a tutela e o domínio de uma potência estrangeira e renegar sua própria pátria", quando, na verdade, "o cristianismo é uma religião que une num só amplexo todos os homens que adoram a Deus em espírito e em verdade, que se assimila a todos os povos".[**]

Ninguém, sob qualquer latitude, vê-se obrigado, por se converter ao cristianismo, a renegar a pátria ou a mudar de civilização, seja ela primitiva ou requintada. O cristianismo, quando consegue refluir sobre a vida social de um povo, não lhe vai arrebatar a índole, a cultura, senão apenas depurá-las, exalçá-las, inspirar-lhes novos progressos na sua linha própria.

Poder-se-iam formar destarte cristandades originais, irmanadas na caridade, é certo, porém dotadas de cunho próprio e realizando fecundo intercâmbio de riquezas espirituais diversas.

SÍNTESE.

I. Doutrina da Escritura. Por ser Cristo único Salvador, ninguém pode chegar à vida eterna sem a ele aderir e por ser Cristo Cabeça da Igreja, impossível estar em Cristo sem estar na Igreja. Fé e batismo são indispensáveis, porém não bastam pois é possível, com eles, condenar-se. De outro lado, a Escritura faz vislumbrar que ignorar, sem culpa, Cristo e sua Igreja, não constitui obstáculo invencível à salvação.

II. Fora da Igreja não há salvação. A fórmula de Orígenes e de S. Cipriano foi adotada pela Igreja para expressar a revelação divina. Condena quem permanece, com pertinácia, fora da Igreja, mas admite a possibilidade da ignorância invencível logo não culposa. E como Deus quer salvar todos os homens, deve ele ter provido meios extraordinários de salvação para os que, sem culpa sua, não reconhecem a Igreja. Estes meios serão a fé implícita e o desejo implícito do batismo. E por «implícito» se entende fé e desejo encerrados numa crença ou desejo explícito. Por exemplo: o pagão, crendo explicitamente em Deus, e conformando-se explicitamente à sua vontade, crê implicitamente em Cristo, deseja implicitamente o batismo e a incorporação à Igreja. E' pois possível estar visivelmente fora da Igreja e espiritualmente dentro dela — a saber: pelo desejo implícito — e assim salvar-se.

III. A diversidade dos membros da Igreja. A Igreja tem um corpo — o aspecto visível — e uma alma — o aspecto sobrenatural. Como ambos são inseparáveis, é necessário, para a salvação, pertencer a ambos. Todos são pois chamados a serem membros do corpo e da alma da

*) Bento XV, Enc. *Maximum illud*. ed. Vozes, n. 15.
**) Ibid., n. 19-20. Cf. Discurso do Natal de 1945. (Ed. Vozes, Doc. Pontifícios 70, n. 9-21)

Igreja. Porém, como há, concretamente, muita diversidade nas relações entre os homens individuais e a Igreja, torna-se necessário classificar os membros deste Corpo místico.

Membros potenciais são todos os que podem vir a ser — de modo mais ou menos remoto ou próximo — membros da Igreja. Teremos assim a escala ascendente. 1º pagãos não justos; 2º católicos apóstatas; 3º e 4º hereges e cismáticos pertinazes; 5º excomungados vitandos; 6º os apóstatas e hereges ocultos parecem ser membros «putativos» da Igreja: apenas lhe pertencem materialmente.

Membros atuais são aqueles que pertencem ao corpo e à alma da Igreja, são pois membros dela, porém de maneira mais ou menos completa, pois alguns apenas se ordenam a ela pelo desejo explícito (catecúmenos fervorosos) ou implícito (pagãos que cultuam a Deus e praticam a justiça; hereges e cismáticos de boa fé). Estes últimos, como cristãos individuais, estão invisivelmente na Igreja, embora as igrejas ou seitas — heréticas ou cismáticas — às quais de fato pertencem, de modo algum façam parte da verdadeira Igreja de Cristo.

Membros atuais integrais são aqueles que foram batizados, professam a verdadeira fé e estão em comunhão com a Igreja. Estes, diferem entre si quanto à hierarquia invisível da santidade, e à hierarquia visível de ordem e jurisdição. Os pecadores são membros integrais porém enfermos, da Igreja.

Como a Igreja não se resume na hierarquia, os leigos fazem parte integrante dela; devem pois sentir pessoalmente os problemas da Igreja. Aliás Pio XI graças à Ação Católica, aproximou ainda mais os leigos do apostolado hierárquico. Além da esfera estritamente religiosa, abre-se aos membros leigos da Igreja imenso campo de trabalho: cristianizar os setores social, econômico, cultural, político.

O fato que só se salvam normalmente os membros integrais da Igreja, faz entender o cuidado com que ela resguarda os que já estão no redil, e o zelo que nela arde para conquistar novos membros pelo apostolado missionário.

IV. A catolicidade da Igreja. A unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade da Igreja, são quatro «notas» ou sinais que permitem à apologética de discernir a verdadeira Igreja de Cristo. São sinais porque são propriedades sobrenaturais que lhe caracterizam a natureza e a atividade. E desta maneira são estudadas pela teologia dogmática.

S. Agostinho escrevia: a «Católica», em vez de a «Igreja», não só para expressar que a Igreja se encontrava de fato espalhada sobre todo o orbe, mas ainda porque ela foi fundada para abranger absolutamente todos os homens. Se Deus chama todos ao mesmo destino sobrenatural, e se eles se salvam só na Igreja, claro é que esta deve reunir a humanidade inteira, numa só família religiosa. Por isso, a expansão é uma lei vital da Igreja; só ela poderia realizar o sonho de fraternidade universal. Sem pertencer mais a esta do que àquela raça ou nação ou civilização, a Igreja tudo assume para tudo transfigurar em Cristo.

CAPITULO VI

A ALMA DA IGREJA

O Corpo da Igreja.

"E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou em seus narizes o fôlego da vida, e o homem foi feito alma vivente" (Gên 2, 7).

Deste texto inspirado, e não das especulações da metafísica, colhe o teólogo o seu saber sobre a constituição íntima do ser humano. Sob forma imaginosa, a Verdade infalível nos revela que dois elementos o vêm integrar; visível um e material: o corpo; invisível o outro e imaterial: o espírito ou alma. Esta última é o princípio de vida; dá ao corpo o existir orgânico. Sob o influxo da alma, as partes múltiplas e variegadas subsistem e unem-se, entrosando suas diversas funções.

A definição da Igreja como "corpo de Cristo", organismo sobrenaturalmente vivo, levaria, por analogia, a nela distinguir também dois elementos: o corpo, visível e externo; a alma, invisível e interna.

Por "corpo da Igreja" [1] entende-se, pois, a Igreja como sociedade visível ou seja, o conjunto das atividades religiosas externas da hierarquia e dos simples fiéis. Em outras palavras: os membros da Igreja, por não serem puros espíritos mas homens de carne e osso, vivendo no espaço e no tempo, têm uma maneira visível de ser e de agir. Por mais espiritual que seja, a religião cristã reveste um invólucro carnal, um pouco como Cristo, sendo Verbo eterno, revestiu uma carne passível. Assim os cristãos exteriorizam a vida da graça em atos de culto, ou de ensinamento da palavra de Deus, ou ainda na prática das virtudes evangélicas. "Resplandeça a vossa luz aos olhos dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está no céu" (Mt 5, 16).

Teremos, pois, um enorme acervo de realidades a constituir o "corpo" da Igreja; por exemplo: a liturgia da Missa, os ritos sacramentais, os ofícios e orações públicas, a doutrinação e as diretivas jurisdicionais dos pastores; os jejuns e demais penitências

[1]) A noção de "corpo da Igreja" é mais restrita do que a de "Corpo místico". Não se deve confundi-las portanto. "Corpo da Igreja" é a realidade externa e visível que definimos no texto, contrapõe-se à "alma" da Igreja. "Corpo místico" é o conjunto invisível e visível que abrange a um tempo o "corpo" e a "alma" da Igreja.

dos fiéis; as obras de misericórdia; a confissão dos mártires; os milagres, profecias e ensinamentos dos santos; enfim, a irradiação externa de qualquer ato interno de vida cristã.

Os mesmos objetos materiais servindo a finalidades religiosas, podem ser considerados como adjacentes ao "corpo" da Igreja: templos, conventos, obras de arte sacra, relíquias, livros, alfaias, etc., tudo participa ao "sagrado".

Um corpo humano não pode ser conhecido como vivo, sem referência — ao menos implícita — à alma que o aviventa. Separemo-lo dela, e ele incontinenti perderá a organicidade; não mais será, pròpriamente, corpo humano senão cadáver, aglomerado de elementos heterogêneos em desagregação.

Assim o aspecto visível e quase material da Igreja careceria de qualquer sentido religioso, não fosse ele animado por um princípio sobrenatural. Repetidas vezes Jesus proclamou que os jejuns, orações, purificações, esmolas, dos fariseus eram desprovidos da índole religiosa que os tornaria agradáveis a Deus.

Apenas por um esforço de abstração, para facilitar o estudo, poderíamos considerar isoladamente o "corpo" da Igreja. Ainda neste caso seria impossível dispensar uma referência implícita à "alma" da Igreja, pois que um corpo vivo sempre deixa transparecer o espírito que o anima. Assim, por exemplo, os atos de governo de um Papa ou de um Bispo — atos bem visíveis, pertencentes ao "corpo" da Igreja — só são eclesiásticos, sacros (logo não puramente humanos, profanos) porque o poder pastoral visível encerra em si uma realidade misteriosa, invisível, objeto de fé.

Na Igreja, como na pessoa humana, alma e corpo são *coextensivos*. Não existem nem agem separadamente. Onde se encontra alguma vida sobrenatural, esta tende a manifestar-se visìvelmente ainda que de maneira muito imperfeita: o pagão de boa fé, por exemplo, será inclinado a produzir gestos religiosos tais como atos de culto ou obras de misericórdia. Onde existe comportamento cristão, este só será cristão porque animado por vida sobrenatural ainda que bruxoleante: o pecador, por exemplo, poderá tomar parte num ofício litúrgico sem hipocrisia, se ele for levado por um motivo de fé. Ainda os objetos materiais — uma igreja, por exemplo — só se tornam sagrados enquanto destinados a serem sinais sensíveis do invisível.

Belamente ensina Leão XIII, a inseparabilidade da alma e do corpo da Igreja. "Por ser um corpo, a Igreja é visível aos olhos; por ser o corpo de Cristo, é um corpo vivo, ativo, cheio de seiva, sustentado que é e animado por Jesus Cristo que o penetra da sua virtude mais ou menos como o tronco da vinha alimenta e fertiliza os ramos que lhe estão unidos. Nos seres animados, o princípio vital é invisível e oculto no mais profundo do ser, mas se acusa e se manifesta pelo movimento e pela ação dos

membros: assim o princípio de vida sobrenatural que anima a Igreja aparece a todos os olhos pelos atos que ela produz. Segue-se daí estarem em grande e pernicioso erro aqueles que, plasmando a Igreja ao sabor da sua fantasia, a imaginam como oculta e de modo algum visível; e aqueles também que a encaram como uma instituição humana, munida de uma organização, de uma disciplina, de ritos exteriores, mas sem nenhuma comunicação permanente dos dons da graça divina, sem nada que, por uma manifestação cotidiana e evidente, ateste a vida sobrenatural haurida de Deus. Ambas essas concepções são tão incompatíveis com a Igreja de Jesus Cristo, quanto só o corpo ou só a alma é incapaz de constituir o homem. O conjunto e a união desses dois elementos é absolutamente necessário à verdadeira Igreja, mais ou menos como a íntima união da alma com o corpo é indispensável à natureza humana. A Igreja não é uma espécie de cadáver: é o corpo de Cristo, animado de sua vida sobrenatural". [3]

Por isso mesmo, no capítulo anterior, rejeitamos a explicação vulgar segundo a qual seria possível pertencer à alma da Igreja sem lhe estar integrado ao corpo. De novo afirmamos que a alma da Igreja não existe fora de seu corpo; vice-versa, é impossível conceber um corpo verdadeiro da Igreja (e não um cadáver da Igreja) que não seja animado. Quem, pois, está integrado de qualquer maneira à alma da Igreja, da mesma maneira está integrado ao corpo da Igreja. Portanto os que são católicos "por desejo e voto inconsciente" (Pio XII), pertencem — inconscientemente — tanto ao corpo como à alma da Igreja.

Surge aqui uma questão: que é, afinal, esse princípio de vida do corpo eclesiástico? Que é a alma do Corpo Místico? Fazendo sua uma longa tradição teológica, Leão XIII responde: "Como Cristo é a cabeça da Igreja, assim *o Espírito Santo é a sua alma*". E o Pontífice cita S. Agostinho: "O que a alma é em nosso corpo, o mesmo é o Espírito Santo no corpo de Cristo, a saber na Igreja". [4]

I. A ALMA INCRIADA DA IGREJA

A promessa do Espírito Santo.

Encontramos em S. João uma palavra de Jesus à primeira vista surpreendente: "Vantajoso é para vós que eu me vá, pois se me não for, não virá a vós o Paráclito; indo-me, porém, eu vo-lo enviarei" (Jo 16, 7).

Como pode ser vantajoso que Jesus nos deixe? E' que, na verdade, ele nos deixa apenas visìvelmente; invisível, permanecerá conosco até o consumar-se dos séculos (Mt 28, 20). E se desapa-

[3]) Leão XIII, Encíclica *Satis Cognitum*, ed. Vozes, n. 4.
[4]) Leão XIII, Encíclica *Divinum Illud*, ed. Vozes, n. 15.

rece aos olhos da carne, é por haver já fielmente cumprido a missão que do Pai recebera: trazer aos homens a vida divina que lhes asseguraria a posse da eterna bem-aventurança (Jo 17, 2-4).

Já vimos, porém, que, por mais estivesse consumada objetivamente a obra da Redenção, restava ainda levar a termo a redenção pessoal, subjetiva, de cada homem que surgiria no decorrer dos séculos. "Todavia, não quis Jesus Cristo, por motivos imperscrutáveis, levar a cabo pessoalmente esta obra sobre a terra, senão que por sua vez delegou no Espírito Santo a realização definitiva da incumbência recebida do Pai". [4]

Se o Espírito Santo já formara a Cabeça do Corpo Místico, no momento da Encarnação (Lc 1, 35), justo era que presidisse a esta encarnação continuada a que chamamos Igreja.

De fato, na Cruz, o Salvador "pelo Espírito Santo se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus" (Heb 9, 14): nasceu a Igreja. E esta Igreja que com seu sangue fundara, ele, tendo subido ao céu, enviou-lhe o Espírito Santo para robustecê-la com energias especiais. [5] O dia de Pentecostes marca o epílogo da obra visível de Jesus e o início de sua vida mística na humanidade pela Igreja.

Bom foi-nos que o Senhor se fosse; só assim viria a nós o Santificador.

Na promessa que nos fez do Paráclito, Cristo Jesus indicou, nas relações do Espírito com os fiéis, várias modalidades.

a) *A plenitude de sua efusão.* — Jesus a denomina "batismo" (At 1, 5) como outrora o fizera o Precursor (Mt 3, 11; Mc 1, 8; Lc 3, 16; Jo 1, 33). Batismo é banho, imersão; os discípulos serão, pois, mergulhados no Espírito, e de fato o livro dos Atos no-los mostra "cheios do Espírito Santo" (At 2, 4; 6, 3-5; 9, 17, 31; 11, 24; 13, 9, 52 etc.). Batismo significa também remissão dos pecados, segunda nascença; o Espírito será pois princípio de renovação interior, de santificação (Jo 3, 5-8).

b) *A habitação perene.* — "E eu rogarei ao Pai e ele vos dará um outro Paráclito para que fique eternamente convosco... vós o conhecereis porque habitará convosco e estará em vós" (Jo 14, 16-17).

c) *A assistência e defesa.* — O Espírito vem como Advogado (é o sentido próprio do termo "Paráclito"), antes de tudo para assistir os discípulos na sua vocação de testemunhas de Cristo. Advogado ou defensor, cuja ação invisível, interior e eficaz, a um tempo lhes esclarecerá a mente e lhes fortalecerá a vontade: "recebereis a virtude do Espírito Santo que descerá sobre vós e ser-me-eis testemunhas em Jerusalém e em toda a Judéia, e na Samaria e até os confins da terra" (At 1, 8).

---

[4]) Ibid., n. 2.
[5]) *Mystici Corporis Christi*, n. 33.

"Sereis levados por minha causa à presença dos governadores e dos reis para testemunho a eles e aos gentios. Mas quando vos entregarem, não vos dê cuidado como, ou o que haveis de falar, porque naquela hora vos será inspirado o que haveis de dizer. Porque não sois vós que falais mas o Espírito de vosso Pai é o que fala em vós" (Mt 10, 18-20; Mc 13, 11; Lc 12, 11).

Além de assistir e de amparar os cristãos, o celeste Advogado confundirá o mundo, convencendo-o do pecado de incredulidade, mostrando a justiça da causa de Jesus e a derrota de Satanás (Jo 16, 8-11).

d) *A iluminação.* — O "Espírito de verdade" (Jo 14, 17), Mestre interior dos Apóstolos, vai relembrar-lhes o que Jesus lhes ensinara outrora e, mais ainda, fazê-los penetrar progressivamente nos refolhos da doutrina. "O Espírito Santo a quem o Pai enviará em meu nome, ele vos ensinará todas as coisas e vos recordará tudo o que vos tenho dito" (Jo 14, 26).

Além disso, há de ensinar-lhes verdades novas que Jesus não lhes pudera anunciar, e fá-los-á antever, na luz profética, o futuro. "Tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não o podeis compreender agora. Quando vier, porém, aquele Espírito de verdade ele vos ensinará toda a verdade porque não falará de si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e anunciar-vos-á as coisas que estão para vir" (Jo 16, 12-13). Donde a doutrina católica de que a Revelação não se encerrou com a Ascensão do Senhor mas sim com a morte do derradeiro Apóstolo. *

Todavia, a doutrina manifestada aos Apóstolos pelo Espírito de verdade, ainda naquela parte em que não se reduz à recordação e aprofundamento da pregação de Cristo, desta não será independente, pois que afirma o Senhor: "o Espírito receberá do que é meu e vo-lo anunciará" (Jo 16, 14) e assim dará testemunho de Jesus (Jo 15, 26), glorificando-o (Jo 16, 14).

Dia de Pentecostes.

No "Credo" afirmamos a nossa crença na Igreja logo após haver professado a nossa fé no Espírito Santo, porque a Igreja é a primeira obra do Espírito: "Creio no Espírito Santo, na santa Igreja católica..."

Imagem e símbolo da vinda invisível do Espírito Santo na Igreja, foi a sua manifestação exterior em dia de Pentecostes.

1º O estrondo, o vento impetuoso, dão a entender o *vigor* da ação do Espírito.

2º Todos os componentes da comunidade do Cenáculo recebem o Dom divino, para indicar o caráter *coletivo*, social da Igreja, excluindo o individualismo religioso.

*) Denzinger, n. 2021 (Pio X).

3º As línguas de fogo significam a importância primordial do *magistério vivo* na Igreja. Como Jesus não ordenara aos Apóstolos que escrevessem, mas antes que pregassem, assim a Igreja não se contentará de colocar nas mãos de seus filhos um livro — a Bíblia — para que eles o interpretem; ela se empenhará no ministério da palavra, ensinando as verdades a crer e o bem a praticar.

4º E quem norteará essa pregação? *Pedro*, o Chefe instituído por Cristo, que presidiu a assembléia do Cenáculo e que, em dia de Pentecostes, pregou o primeiro sermão evangélico. Doravante e para sempre, a voz de Pedro será a regra viva da fé.

5º Enfim, o falar em línguas tão diversas, simboliza à maravilha, a *catolicidade* da Igreja, que abraça a todos, apesar das diferenças de raça ou de condições sociais.

Pentecostes não se nos apresenta qual acontecimento esporádico, mas sim como o início de um estado de coisas *permanente e definitivo*. O Espírito vinha para sempre, prenunciara Jesus. Errôneo, pois, seria sonhar para o futuro, um novo Pentecostes.

No século XII, o abade calabrês Joaquim de Flora, vítima desse devaneio, arquitetou a teoria dos "três reinos" que dividiriam sucessivamente o curso da história: o reino do Pai desde a criação do mundo até o advento de Cristo, seguido pelo reino do Filho que, em 1260, seria substituído pelo reino do Espírito Santo. Nesta data, a revelação do "evangelho eterno" viria ultrapassar o Novo Testamento como este ultrapassa o Velho.

Inúmeros, na Idade Média, os adeptos do "joaquinismo", e até hoje descobrimos laivos deste erro, por exemplo em certos escritos de Léon Bloy.

Nada, na fé cristã, justifica um messianismo do Espírito. Plena e perpétua a efusão do Pentecostes. Perfeita e fecunda a mansão do Espírito no seio da Igreja. Estado mais acabado, só o da Igreja triunfante; mas na terra é impossível viver mais perto de Deus do que a Igreja, ensinar doutrinas mais sublimes, distribuir graças mais excelsas. E para verificar que não são apenas palavras senão fatos, basta contemplar a vida dos santos. Somos nós, cristãos miseráveis, que pomos óbice à ação do Espírito.

O livro dos Atos descreve, da maneira a mais luminosa, o influxo de Cristo pelo Paráclito na Igreja nascente. Por ser o prolongamento da ação visível do Senhor enquanto morava entre nós, podemos estudar-lhe as manifestações sob o ângulo do tríplice múnus de Cristo: Rei, Mestre e Sacerdote.

a) *O Espírito governa a Igreja.* — Ele é o princípio interno que dirige a atividade dos Apóstolos, diáconos, e outros chefes da jovem comunidade. No discurso de adeus à igreja de Éfeso, S. Paulo adverte os hierarcas: "Atendei a vós mesmos e a todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para

governardes a Igreja de Deus" (At 20, 28). De tal forma Pedro se reconhece por instrumento do Espírito Santo, que afirma que mentir a ele Pedro, é mentir ao Espírito (At 5, 3-9). E os Apóstolos, no sínodo de Jerusalém decretam: "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós..." (At 15, 28).

Ao abrir, por uma decisão capital, as portas da Igreja aos gentios, Pedro frisa bem que não age por iniciativa própria, obedece apenas ao impulso determinante do Espírito Santo (At 10, 19-20; 44-48; 11, 12).

Mesma iniciativa do Espírito na carreira de S. Paulo. "Havia na igreja de Antioquia profetas e doutores... e servindo eles ao Senhor e jejuando, disse o Espírito Santo: apartai-me a Barnabé e a Saulo para a obra a que os destinei. Então, jejuando e orando e impondo-lhes as mãos, despediam-nos. Eles, pois, enviados pelo Espírito Santo, desceram a Seleucia e dali navegaram para Chipre" (At 13, 1-4).

O mesmo Espírito, como ordena que preguem, proíbe também: "Tendo atravessado a Frígia e a província da Galácia, foram impedidos pelo Espírito Santo de anunciarem a palavra de Deus na Ásia" (At 16, 6).

Paulo, quando subiu pela última vez a Jerusalém — apesar das súplicas dos cristãos e dos maus presságios dos profetas foi-se, "ligado pelo Espírito" (At 20, 22).

E' ainda o Espírito Santo que ordena ao diácono Filipe que se adiante e se aproxime do coche sobre o qual estava sentado o eunuco da rainha da Etiópia, para evangelizá-lo (At 8, 29). Terminada a pregação e batizado o neófito, o Espírito arrebatou a Filipe e este encontrou-se em Azoto (At 8, 39-40).

b) *O Espírito ilumina a Igreja.* — E' ele que inspira a pregação apostólica: "Pedro, cheio do Espírito Santo, disse-lhes..." (At 4, 8). "Foram todos cheios do Espírito Santo e anunciaram com firmeza a palavra de Deus" (At 4, 31).

Ele ainda que faz penetrar os segredos do além: "Estando (Estêvão) cheio do Espírito Santo, fixando os olhos no céu, viu a glória de Deus e Jesus que estava em pé à mão direita de Deus" (At 7, 55; cf. 1 Cor 2, 10-12).

E' ele enfim que desvenda os segredos do futuro: "Vou para Jerusalém, não sabendo o que lá me há de acontecer, senão o que o Espírito Santo de cidade em cidade me revela, dizendo que me esperam prisões e tribulações" (At 20, 22-23).

O governo e iluminação da Igreja primitiva pelo Paráclito, manifesta-se de maneira exuberante através dos "carismas", dons extraordinários — línguas, milagres, profecias, etc. — concedidos a bem da comunidade (1 Cor 12, 7-11).

c) *O Espírito santifica a Igreja.* — Doutrina constante de S. Paulo é que o Espírito Santo está em nós como princípio

de vida sobrenatural e de filiação divina. Dentre os inúmeros textos baste citar os seguintes: "Deus... salvou-nos mediante o batismo de regeneração e de renovação do Espírito Santo, que ele derramou sobre nós abundantemente por Jesus Cristo nosso Salvador, a fim de que, justificados pela sua graça sejamos herdeiros da vida eterna, segundo a esperança" (Tito 3, 5-7).

"Vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filho. E porque sois filhos, Deus enviou aos vossos corações o Espírito de seu Filho que clama: Abba, Pai!" (Gál 4, 4-6).

"O amor de Deus está derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado... Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus... O mesmo Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus" (Rom 5, 5; 8, 14-16).

De todos esses textos se deduz que o Espírito Santo é princípio sobrenaturalmente vivificante, como canta o Símbolo: "Credo... et in Spiritum Sanctum, Dominum et vivificantem..."

E' também princípio de unidade, segundo ensina S. Paulo: "Num só Espírito fomos batizados nós *para* sermos um só corpo" (1 Cor 12, 13).

Armados com essas verdades reveladas, podemos agora nos entregar à tarefa teológica de esclarecer a analogia que vigora entre as relações da alma humana com o seu corpo, e as relações do Espírito Santo com o Corpo Místico de Cristo.

Em que sentido o Espírito é alma da Igreja.

Princípio supremo de vida, unidade e operação, tal é a alma no homem. A ela deve ùltimamente cada célula de nosso corpo o ser viva; graças a ela, ainda, as células vivas, embora tão variadas, juntam-se coesas em diversas partes, as quais por sua vez se coadunam harmoniosamente no organismo humano; ela preside enfim ao nosso comportamento: devemos-lhe o conhecimento que nos chega do mundo e do próprio eu, assim como a maneira pela qual reagimos aos diversos estímulos.

Ora, o Espírito Santo, como acabamos de ver é, na Igreja, princípio supremo de vida sobrenatural. Está presente no conjunto, como em cada membro vivo; por ele são irmanados os diversos membros de Cristo num só organismo sobrenatural, variegado e harmonioso; ele age através de faculdades sobrenaturais: as virtudes infusas e os dons; ele inspira enfim todas as atividades religiosas de pastores e fiéis, servindo-se dos membros mais eminentes para atuar sobre os outros. Cabe, portanto, ao Espírito a denominação de Alma da Igreja.

Assim animada, a Igreja é imperecível: não morre nem pode morrer. Sabendo-se eterna, pode ter uma paciência inesgotável com os homens e os acontecimentos.

Contudo, se urgíssemos a analogia ao ponto de tomá-la ao pé da letra, logo nos despenharíamos na heresia do panteísmo místico: como nossa alma unida ao corpo forma uma só pessoa, assim o Espírito Santo, alma da Igreja, se encarnaria no corpo eclesiástico.

Não. O Espírito Santo é dito "alma" da Igreja, por lhe estar ìntimamente presente e sobre ela atuar; porém de modo algum constitui com ela uma só pessoa. A união não é física, senão mística; tão pouco vigora na ordem essencial senão na ordem dinâmica. Todos os membros do Corpo Místico conservam intacta a própria personalidade. O maior dos santos não transcende a sua condição de criatura; nem lhe cabe, em sentido próprio, um só que seja dos atributos divinos.[1]

Os atos da Igreja não se atribuem ao Espírito Santo no mesmo sentido do que os atos de Jesus pertenciam à pessoa do Verbo. Neste último caso, com efeito, havia união física e substancial entre uma natureza humana e a pessoa divina, o que não se dá no caso das relações da Igreja com o Espírito Santo. Ainda quando fala "ex cathedra", o Sumo Pontífice não constitui uma só pessoa com o Espírito de verdade. E' apenas iluminado por ele — e por isso mesmo infalível; mas permanece um puro homem. Tudo se processa na ordem dinâmica. Mantenhamos, pois, a analogia dentro de seus justos limites.

Por não haver união numa só pessoa, a Igreja não é chamada "corpo" do Espírito Santo, como seria de esperar, sendo ele "alma". Excluído fica todo perigo de panteísmo.

Em compensação, embora a Igreja seja "corpo" de Cristo, este não é chamado pela Escritura de "alma" da Igreja. Por que motivo?

A razão parece ser que a alma é o princípio *derradeiro* da vida — além dela, outros há, mais próximos, que estuda a fisiologia. Ora, no plano sobrenatural o princípio derradeiro não é Cristo-homem mas Deus uno e trino e, por atribuição especial, o Espírito Santo. A este cabe, portanto, a designação de "alma" da Igreja. Agora, a ação divinizadora do Espírito se processa necessàriamente através da humanidade de Cristo. Da fonte de toda graça — que é o Espírito Santo — a vida divina comunica-se em plenitude à Humanidade do Senhor — órgão da divindade e por ela — como através de um instrumento vivo — chega até nós. Agindo como princípio *derradeiro* de santificação, ou "alma", o Espírito nos vivifica por intermédio da santa Humanidade de Cristo. Medianeiro indispensável da ação divina, Cristo no-la me-

[1]) *Mystici Corporis Christi*, n. 80.

rece, no-la dá, é o modelo de nossa vida sobrenatural. Tudo vem da Trindade até nós por Cristo; e por Cristo caminhamos até a Trindade, nosso fim último e beatificante.

Acresce que, por ter Nosso Senhor um corpo físico, individual — o corpo de Jesus de Nazaré — não lhe conviria o nome de "alma" que designa uma realidade puramente espiritual. (Razão pela qual a denominação mais convém ao Espírito Santo).

Atribui, portanto, a Escritura, com maior propriedade, ao Senhor, o nome de "Cabeça" na ordem da graça: por ser homem verdadeiro, é ele homogêneo a nós que lhe constituímos o "corpo"; ademais, ele nos comunica a vida sobrenatural como instrumento conjunto à divindade; assim a cabeça humana serve de instrumento a nossa alma.

Desta doutrina sobre a "alma" da Igreja, seguem-se consequências importantes.

1º À diferença das outras sociedades humanas, o Corpo Místico não é apenas uma entidade moral, constituída pela conspiração de seus membros na consecução do fim comum. Tal consenso existe na Igreja, sem dúvida, mas além dele, circula uma *vida* muito real, vida derramada por um *princípio* interno — a "alma" incriada — realmente existente em todo o composto como em cada uma de suas partes [*], o que não é o caso das sociedades humanas, pois a nenhuma destas compete "alma" no sentido explicado.

2º Sendo divina a alma da Igreja, com razão compara a Escritura o Corpo Místico a um *"templo"* no qual habita o Espírito Santo, como habita em Cristo-Homem.

Ao batizar Jesus no Jordão, o Precursor vira sobre ele "descer e repousar o Espírito Santo" (Jo 1, 33). Também sobre a Igreja que prolonga Cristo no espaço e no tempo, o Espírito Santo baixou e repousou em dia de Pentecostes, como num batismo de fogo (At 1, 5).

3º As ações de Cristo eram estritamente divino-humanas, por serem atos de uma Pessoa divina que assumiu uma natureza humana. Também as atividades da Igreja podem ser ditas *divino-humanas,* embora em sentido muito menos estrito. Temos aqui atos de múltiplas pessoas humanas agindo todavia sob o impulso da divindade. Os ministros dos sacramentos, por exemplo, executam de certo ações humanas, porém agem como instrumentos do divino Espírito e por isso seus atos revestem alcance sobrenatural.

Assim, pois, na Igreja a vida sacral (culto e sacramentos), a pregação da doutrina, o governo pastoral, além do que os olhos vêem, que é humano, algo tem — o essencial — que escapa aos olhos mas que a fé pressente: a moção constante do Espírito Santo.

*) *Mystici Corporis Christi,* n. 64.

4º No homem a alma acaba separando-se do corpo. Na Igreja, a alma divina continua, séculos afora, e continuará ligada ao corpo. Quando o Espírito desceu com tanta plenitude, em dia de Pentecostes, foi para habitar *para sempre* conosco. Não há uma só hora, um só minuto, um só segundo ou fração de segundo, em que o Espírito abandone a Esposa e cesse de animá-la. Donde "as portas do inferno não prevalecerão contra ela".

A perpetuidade e indefectibilidade da Igreja lhe provém, pois, da sua divina alma que assegura a perenidade dos poderes de ordem e jurisdição, ao mesmo tempo que derrama as graças necessárias para o bom desempenho de tais poderes.

O Corpo Místico está sempre a crescer e não pode morrer: tem Alma divina.

Habitação do Espírito Santo na Igreja.

"Já não sois estrangeiros nem forasteiros, mas concidadãos dos santos e da família de Deus; edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, de que Jesus Cristo é a principal pedra de esquina, no qual todo o edifício bem ajustado cresce para *templo* santo do Senhor, no qual também vós juntamente sois edificados para *morada* de Deus no Espírito" (Ef 2, 19-22). "Vós também como pedras vivas sois edificados *casa* espiritual e sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por Jesus Cristo" (1 Ped 2, 5). E S. Paulo fala ainda na "*casa* de Deus que é a Igreja do Deus vivo" (1 Tim 3, 15) e S. João no "*tabernáculo* de Deus com os homens — pois neles habitará" (Apoc 21, 3).

Que pode vir a ser essa presença que faz da Igreja templo, morada, consagrada ao Altíssimo?

Pio XII indica-nos duas maneiras de satisfazer à pergunta.

Está presente na Igreja a Santíssima Trindade — e por atribuição especial o Espírito Santo — como *princípio de vida e operação sobrenatural*. Na palavra do Pontífice: "constitui (o Espírito) a própria fonte de todos os dons e graças criados"; ele é "princípio de toda ação vital e verdadeiramente salutar"; ou ainda: "Princípio interno, verdadeiramente ativo, tanto no composto como em cada uma das partes"; ou enfim "o Espírito do Redentor que como fruto de todas as graças, dons e carismas, enche perpétua e intimamente a Igreja e nela opera". *

Esta primeira presença, poderíamos denominá-la de *causal*. Onde faz sentir o seu influxo, aí está a causa. Assim dizemos que o sol entra em nosso quarto, embora saibamos que o astro está localizado bem longe de nós, perdido no infinito do firmamento. De modo semelhante o Espírito Santificador, causa de toda vida

*) *Mystici Corporis Christi*, n. 55, 57, 64, 65.

sobrenatural na Igreja, aí se encontra onde opera. E não sòmente age na Igreja mas ultrapassa-lhe os limites. Está presente ao pagão, por exemplo, quando lhe faz tremeluzir aos olhos os primeiros albores da luz que o guiará mais tarde ao único redil de Cristo.

Pio XII aponta-nos ainda uma segunda presença, mais arcana e sublime, que poderíamos chamar *presença de amizade*. Atesta-a o Evangelho: "Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e viremos para ele e faremos nele morada" (Jo 14, 23).

As duas presenças são correlativas; a segunda depende da primeira e a primeira está ordenada à segunda. Por outras palavras, a presença de amizade supõe a presença causal, e a causal tem por fim suscitar a presença de amizade. Com efeito, as atividades do Espírito Santo no Corpo Místico estão ùltimamente destinadas a produzir a graça santificante; esta, por sua vez, dispõe a alma a possuir a Pessoa divina. Logo a graça, efeito do Espírito Santo, traz à alma este mesmo Espírito como amigo.

Agindo através da humanidade do Senhor, o Espírito Santo faz chegar até nós uma graça derivada da graça capital de Cristo. Nas almas assim dispostas, vem habitar o Espírito juntamente com o Filho e o Padre.

Suponhamos um cristão prostrado pelo pecado. Movido pelas iluminações e impulsões do Espírito, ele converte-se; neste momento o Espírito lhe traz graça e caridade, santificação. Porém, desde que a alma ama o seu Deus, ele vem novamente a ela, desta feita como Amigo.

Designam os teólogos esta nova presença pelo nome de "inabitação", e a liturgia pentecostal invoca o Espírito Santo qual "doce hóspede da alma", *dulcis hospes animae*.

Para melhor distinguir as duas formas de presença divina, valerão alguns exemplos. A um Concílio geral está *causalmente* presente o Espírito ("pareceu bem ao Espírito Santo e a nós", decretou o 1º Concílio; At 15, 28), como fonte de luz para a Igreja, encontrem-se ou não os padres conciliares em estado de graça. Estará também presente (causalmente) no sacerdote pecaminoso que lhe serve de instrumento ao administrar os sacramentos. Presente, do mesmo modo, aos que "pelo pecado perderam a caridade e a graça santificante e por isso se tornaram incapazes de mérito sobrenatural, mas conservam a fé e a esperança cristã, e alumiados pela luz celeste, são divinamente estimulados com íntimas inspirações e moções do Espírito Santo ao temor salutar, à oração e ao arrependimento das suas culpas". [*]

Mas, para *fazer morada*, os Três vêm apenas ao coração de seus amigos. "... para que o amor com que me tens amado esteja neles e eu neles esteja" (Jo 17, 26). Atesta S. Teresa que

*) *Mystici Corporis Christi*, n. 21.

no ápice da vida mística a alma, transformada em amor, experimenta a inefável presença de amizade: "... por visão intelectual, mediante certa maneira de representação da verdade, mostra-se a ela a Santíssima Trindade — Deus em três Pessoas — com uma inflamação que primeiro lhe atinge o espírito como nuvem de grandíssima claridade. Vê a distinção que existe entre as divinas Pessoas, e, por uma notícia admirável que lhe é infundida, entende com grande verdade serem todas três uma substância, e um poder, e um saber, e um só Deus. Desta maneira o que pela fé cremos, ali o entende a alma, a modo de dizer, por ter visto, conquanto não o haja contemplado com os olhos do corpo nem com os da alma pois não é visão imaginária. Aqui se lhe comunicam todas três Pessoas, e lhe falam, e lhe dão a compreender aquelas palavras do Senhor no evangelho, quando disse que viria ele com o Pai e o Espírito Santo a morarem na alma que o ama e guarda os seus mandamentos.

"Oh! valha-me Deus! Quão diferente é ouvir estas palavras e crê-las, ou entender por esta via sobrenatural quão verdadeiras são! E cada dia se admira mais esta alma, porque lhe parece que as Pessoas divinas nunca mais se apartaram dela; antes, notòriamente vê, que, do modo sobredito, as tem em seu interior, no mais íntimo, num abismo muito fundo; e não sabe dizer como é, porque não tem letras, mas sente em si esta divina companhia". [10]

Indica-nos também Pio XII outra verdade: ambas as presenças, de causalidade e de inabitação, revestem duas modalidades: *coletiva* e *individual*. O Espírito, ensina o Papa, "penetra com sua divina virtude todo o corpo e cada um dos membros... ele está todo na Cabeça, todo no Corpo e todo em cada um dos membros". [11]

Por outras palavras, além de sua ação sobre todo homem que vem ao mundo, além de sua morada em cada um de seus amigos, o Espírito Santo age e habita na Igreja *em conjunto*, iluminando-a e santificando-a.

De novo uma santa curiosidade esporeia-nos, sem dar tréguas. Como entender essa presença de amizade, essa inabitação pela qual o Corpo e seus membros vivos se tornam em verdade templos de Deus?

Há que partir, como sempre, da Revelação. Repetidas vezes ensina S. Paulo a inabitação divina. "Não sabeis que vós sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós? Se alguém destruir o templo de Deus, Deus o destruirá, porque o templo de Deus que sois vós é santo" (1 Cor 3, 16-17). "Porventura não sabeis que o vosso corpo é templo do Espírito Santo

---

[10]) S. Teresa, Castelo interior (sétimas moradas, cap. 1), ed. Vozes, pp. 199-200.

[11]) *Mystici Corporis Christi*, n. 54, 57.

que habita em vós, que recebestes de Deus, e que não pertenceis a vós mesmos?" (1 Cor 6, 19). "Porque vós sois o templo do Deus vivente, como Deus disse: nele habitarei e entre eles andarei e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo" (2 Cor 6, 16).

Depois de haver crido essa revelação, se tentarmos entendê-la, logo se nos antolham grandes dificuldades. O mesmo Pio XII adverte: "Certamente não desconhecemos quão difícil de entender e de explicar é esta doutrina de nossa união com o divino Redentor, e especialmente da habitação do Espírito Santo nas almas, pelos véus do mistério que a recatam e tornam obscura à investigação da fraca inteligência humana". [12]

Louvando embora as diversas tentativas de explicação — dentro dos limites da ortodoxia — lembra-nos o Pontífice a mais aceita: "Diz-se que as Pessoas divinas habitam na criatura inteligente enquanto presentes nelas de modo imperscrutável, dela são atingidas por via de conhecimento e amor (cf. S. Thom., I, q. 43, a. 3), de modo porém absolutamente íntimo e singular, que transcende a natureza humana". [13]

Em volume subsequente teremos, querendo Deus, ocasião de volver ao assunto mais demoradamente. Por ora bastam umas poucas e brevíssimas indicações.

Está o escultor presente à estátua que ele modela, porém a obra de arte permanece inerte, não conhece e ama o seu autor. Assim Deus está em nós como causa. Mas quando ele habita uma alma como Amigo, esta volta-se para ele, atinge-o, entra em relações com ele. Há convívio mútuo; um está com o outro. Ora tal presença de amizade processa-se pelo conhecimento e o amor como sugere o texto evangélico (Jo 14, 23).

O objeto conhecido está presente a quem o conhece, o objeto amado a quem o ama. Como apreenderia eu esta folha de papel não estivesse ela presente a meus sentidos; como pensaria num triângulo se ele não estivesse imanente a meu espírito? Como poderia eu lembrar um amigo e amá-lo, se ele não me povoasse a inteligência e a vontade?

Todavia não é o ser material, físico, da folha de papel ou do triângulo que se encontram em mim; ambos continuam existindo fora de mim; adquirem apenas em minha alma um novo modo de ser, espiritual ou psíquico. Do mesmo modo, se eu penso numa pessoa e amo-a, ela estará em minha inteligência como idéia e em minha vontade como inclinação por ela despertada.

Diremos assim que a Trindade, já presente à alma como Criador e causa da santificação, a ela se une, de um novo modo, como objeto de conhecimento e amor.

Assalta-nos, porém, uma dúvida. Dizíamos há pouco que o objeto da inteligência lhe está presente não na sua realidade fí-

[12]) Ibid., n. 80. [13]) N. 81.

sica senão na sua realidade mental ou idéia. E o mesmo vale, proporcionalmente, do amor. Logo, pela presença de amizade, não seria a realidade substancial de Deus que atingiríamos, mas apenas uma idéia de Deus, uma inclinação amorosa que a amabilidade divina em nós suscitaria. E' união distante e não efetiva.

De fato, tal é o conhecimento e amor de Deus acessível a um filósofo pagão. Mas, no cristão, as virtudes teologais por serem sobrenaturais, divinamente infusas, atingem imediatamente a Deus, tal qual é em si mesmo, na sua realidade concreta de Deus uno e trino. Não apenas idéia da Trindade, inclinação afetiva para a Trindade, mas antes posse da Trindade mesma, que a nós se dá pelo conhecimento de fé e mais ainda pelo amor de caridade.

A amizade não se contenta de contemplar a idéia de um amigo, de sentir inclinação para gozar de seu convívio; a amizade exige a presença real, atual, efetiva. Por isso Jesus pediu ao Pai: "Que o amor com que me tens amado esteja neles, e *eu neles* esteja" (Jo 17, 26). E S. Paulo disse: "O amor de Deus está derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi *dado*" (Rom 5, 5). E S. João: "Quem está na caridade, está *em* Deus e Deus *nele*" (1 Jo 4, 16).

Donde Leão XIII ensinava: "Esta admirável união denominada "inabitação", não difere a não ser por sua condição ou estado, daquela que possuem os habitantes do céu, na posse beatífica de Deus".[14] Embora não o sintamos, temos o céu na alma, tão real e substancialmente como os bem-aventurados, que contemplam e gozam o que nós possuímos ainda nas trevas da fé. Aos que são muito fiéis e generosos em corresponder à graça, o Espírito por vezes faz experimentar essa presença de amizade. E nos Santos a união estreita-se ao ponto de se tornar transformação da alma em Deus pelo amor.

O que vale de alguns privilegiados, vale da Igreja, templo do Espírito Santo. A Esposa está transformada em Deus pelo amor; ela é um só espírito com ele, segundo diz S. Paulo: "Quem adere ao Senhor, torna-se um só espírito com ele" (1 Cor 6, 17). Eis por que a Igreja é inesgotável fonte de luz e de santidade. Nas mais variadas e complexas circunstâncias ela sabe com infalível instinto — infalível porque divino — ensinar aos homens o caminho da salvação e proporcionar-lhes meios de atingi-la. Quando percorremos a história eclesiástica, admiramos o enriquecimento contínuo e harmonioso da doutrina, a novidade e o arrojo das iniciativas, a variedade de formas da santidade católica. Causaria espanto, se não soubéssemos que tudo provém, em última análise, do Espírito Santo habitando no coração da Santa Igreja.

[14]) Encíclica *Divinum Illud*, n. 22.

"E' ele que com o hálito da vida celeste em todas as partes do Corpo é o princípio de toda a ação vital e verdadeiramente salutar".[10]

A meditação dessas verdades nos levará a ver sempre na Igreja o aspecto sobrenatural. Crescerá, em consequência, nosso respeito e amor por ela e nossa docilidade a suas diretivas pastorais. Se por vezes deparamos com qualquer manifestação de fraqueza humana no Corpo Místico, lembraremos que "esta enfermidade não é para morte mas para glória de Deus" (Jo 11, 4). Permite-a o Espírito para fazer crescer a nossa fé, exercitar-nos à virtude. Ele saberá, afinal, tirar do mal o bem, para maior proveito da Santa Igreja.

Esse mesmo Espírito habita igualmente em cada um dos membros vivos do Corpo Místico. Fôssemos dóceis a suas inspirações e moções, e levaríamos vida espiritual de verdadeiros filhos de Deus. "Os que estão na carne não podem agradar a Deus. Vós, porém, não estais na carne mas no espírito, se é que o Espírito habita em vós... Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus" (Rom 8, 8-9; 14).

Mas como saber, indagará alguém, se eu sou em verdade guiado pelo divino Espírito? Já contestava Jesus: "Toda árvore boa produz bons frutos" (Mt 7, 17) e S. Paulo pormenoriza: "O fruto do Espírito é: caridade, paz, paciência, benignidade, bondade, longanimidade, mansidão, fé, modéstia, continência, castidade" (Gál 5, 22).

Atingiu a perfeição evangélica, Sóror Elisabeth de la Trinité, à força de viver intensamente o mistério da inabitação da SS. Trindade pela graça. Cada dia mais se lhe intensificava a consciência de ser "templo de Deus". Adorava, amava, servia os Três que, por misericordioso amor, faziam morada em seu coração.

"Encontrei o meu céu sobre a terra, já que o céu é Deus e Deus está em minha alma. No dia em que compreendi isso, tudo em mim se iluminou... E' ali, bem no fundo, no céu de minha alma, que gosto de encontrá-lo, já que Ele não me deixa nunca. Deus em mim, eu n'Ele, eis minha vida... Como é consolador pensar que, salvo a visão, nós o possuímos desde já como os bem-aventurados o possuem no céu. Que podemos não deixá-lo nunca, jamais consentir em nos distrairmos d'Ele... A pouco e pouco, habitua-se a alma a viver em sua doce companhia, entende que leva em si um pequeno céu, onde o Deus de amor fixou a sua morada. Respira então como uma divina atmosfera. Direi mesmo que apenas o seu corpo está sobre a terra; sua alma habita além dos véus, n'Aquele que é o Imutável...

Então, jamais caímos no corriqueiro, ainda em fazendo as ações as mais ordinárias, porque não vivemos com essas coisas: nós as ultrapassamos... O Amor habita em nós; logo o meu

[10]) *Mystici Corporis Christi*, n. 57.

único exercício é entrar em mim mesma e perder-me n'Aqueles que estão ali... Deixo-te a minha devoção pelos "Três". Vive no interior, com Eles, no céu de tua alma. O Pai te cobrirá de sua sombra, colocando como uma nuvem entre ti e as coisas da terra, para conservar-te toda sua; há de comunicar-te seu poder para que o ames com amor forte como a morte. O Verbo imprimirá em tua alma, como num cristal, a imagem de sua própria beleza, para que sejas pura de sua pureza, luminosa de sua luz. O Espírito Santo transformar-te-á em mística lira. Sob seu toque divino, o silêncio produzirá magnífico canto de amor. Então serás o louvor de sua glória..." "[16]

II. A ALMA CRIADA DA IGREJA

Duas almas no Corpo Místico?

O Espírito, que reside na Igreja como em seu templo, não permanece inerte. Como "Alma" que é, ele age sem cessar, unificando, vivificando, fazendo crescer o Corpo Místico. Ora, ao estudarmos mais detidamente, na Sagrada Escritura, esta ação do Espírito Santo na Igreja, verificamos que ela se exerce através de uma série de qualidades ou disposições sobrenaturais, por ele causadas nos membros de Cristo.

Recordemos algumas passagens: "A um, pelo Espírito é dada a palavra da sabedoria; e a outro, pelo mesmo Espírito, a palavra da ciência. E a outro, pelo mesmo Espírito, a fé; e a outro, pelo mesmo Espírito, os dons de curar. E a outro a operação de maravilhas, e a outro a profecia; e a outro o dom de discernir os espíritos; e a outro a variedade de línguas; e a outro a interpretação das línguas. Mas um só e o mesmo Espírito opera todas essas coisas, repartindo particularmente a cada um como quer" (1 Cor 12, 8-11).

O livro dos Atos dos Apóstolos mostra-nos concretamente o exercício desses "carismas". Por exemplo: "E todos foram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em diversas línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem" (2, 4). Estêvão, "cheio do Espírito Santo, fixando os olhos no céu, viu a glória de Deus, e Jesus que estava à direita de Deus" (7, 55). "Ágabo dava a entender, pelo Espírito, que haveria uma grande fome em todo o mundo" (11, 28; cf. 21, 11). "O Espírito Santo, de cidade em cidade me revela, dizendo que me esperam prisões e tribulações" (20, 23).

Acima de todos os carismas, paira a divina caridade (1 Cor 13); ora a caridade é um efeito do Espírito Santo (Rom 5, 5).

---

[16]) Soeur Elisabeth de la Trinité, Souvenirs. Dijon, 6e. édit., 1915, pp. 350, 79, 110, 116, 145, 190.

Outro efeito é a graça sacramental: Cristo "nos salvou pela lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo" (Tito 3, 5). Efeito ainda é o poder pastoral: "constitui-vos bispos o Espírito Santo, para apascentardes a Igreja de Deus" (At 20, 28).

Bem clara aparece nestes textos — e em muitos outros que poderíamos aduzir — a distinção entre os dons pelos quais o Espírito santifica, ensina, rege a Igreja, e a Pessoa de onde procedem e que no-los dá. Incriada a Pessoa, criados os dons; ela, subsistindo em si; eles, imanentes às almas cristãs. E como por eles ela anima a Igreja, denominaram alguns teólogos o conjunto desses dons *"alma criada da Igreja"*.

Pode esta opinião socorrer-se com uma passagem da Encíclica *Mystici Corporis Christi:* "... Baste afirmar que sendo Cristo Cabeça da Igreja, o Espírito Santo é sua alma. Se considerarmos, porém, aquela força e energia vital com que o Divino Fundador sustenta toda a família cristã, não já em si mesma mas *nos efeitos criados que produz,* então veremos que consiste nos dons celestes que nosso Redentor juntamente com seu Espírito dá à Igreja e juntamente com o seu Espírito opera, como doador da luz sobrenatural e causa eficiente da santidade". [11]

Não é que duas almas independentes venham aviventar o Corpo Místico. Seria ininteligível e monstruoso. Há, na Igreja, *um só princípio supremo* sobrenatural, de unidade, vida e operação: o Espírito Santo. Mas ele realiza esses três efeitos *por meio de seus dons criados* que, por conseguinte, nada lhe ajuntam; são a sua própria atividade unificadora, vivificadora, motora, recebida no seio do Corpo Místico. Longe de ser independente, a chamada "alma criada" resulta, pois, da Alma incriada e a ela se ordena; a ação sobrenatural do Espírito na Igreja transforma-a em templo da Santíssima Trindade, assim como, em nossa alma individual, a graça santificante, derramada pelo mesmo Espírito, dispõe-na a servir de morada às três Pessoas divinas. "Se nos amarmos uns aos outros, Deus *está em nós,* e em nós é perfeita a sua caridade" (1 Jo 4, 12). E' pois a caridade que nos traz a inabitação divina.

Por "alma criada do Corpo Místico", entenderemos, por conseguinte, o conjunto das realidades produzidas pelo Espírito Santo na Igreja: graça santificante e graça atual, virtudes teologais e virtudes infusas morais, os sete Dons, os caracteres sacramentais, os carismas, os poderes de ordem e jurisdição. Entre eles todos sobressai a *caridade,* princípio próprio de unidade e vida da Igreja.

Única a finalidade desses dons: trazer-nos uma participação da vida trinitária. Assim fecundado e sublimado, pode o homem orientar a própria vida para Deus: ver a verdade que Deus vê, amar o Bem que Deus ama. Uma vez orientada para a vida

---

11) N. 58.

íntima de Deus, a humanidade passa a ser, de multidão profana, a assembléia sagrada: Igreja, templo da Trindade.

De um relance, verifica-se que a esse acervo de dons sobrenaturais convém muito menos a denominação de "alma" do que ao Espírito que os produz. Qualidades adventícias, falta-lhes substancialidade: a primeira delas — a graça batismal — supõe a pessoa humana já constituída. Sobremodo diversas, falece-lhes simplicidade e unidade: não só diferem entre si os efeitos do Espírito Santo — um "carisma", por exemplo, não é graça santificante — como ainda se multiplicam nos diversos indivíduos: a fé e caridade de Pedro, pertencem-lhe a ele e não a Paulo ou a André.

Entretanto, não desaparece de todo a unidade, porque o conjunto dos dons sobrenaturais tem uma só causa, um só objeto e um só termo: vem de Deus, atinge a Deus, ordena nossa vida a Deus.

Em virtude dessa unidade — embora menos perfeita — e da ação vivificadora que exercem sobre nós, não desmerecem esses efeitos do Espírito Santo na Igreja, o nome de "alma". Entre eles aliás, sobressai um que maiores direitos teria à denominação: é a caridade.

Sendo a Alma incriada o próprio Deus-Amor, que maravilha se o seu efeito primordial é "o amor de Deus derramado em nossos corações" (Rom 5, 5)? A vida do Corpo Místico é a vida mesma da Cabeça; ora a vida de Cristo se resume no amor pelo seu Pai e por seus irmãos. Amou até o fim (Jo 13, 1). Consequentemente, toda nossa vida de cristãos se resume no "amar *em Cristo*": fazer passar em nosso coração as inclinações, desejos, afetos, volições que vivem e ardem no Coração de Jesus. "Que haja em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus" (Filip 2, 5).

Lê-se na história de S. Catarina de Sena que Jesus lhe tomou o coração e deu-lhe, em troca, o seu. A imagem fisiológica está aí como símbolo de profunda realidade mística: amar sobrenaturalmente, amar com amor de caridade, é amar com o amor mesmo de Cristo. Se os santos são capazes de rasgos tão sublimes que nos aturdem e confundem, é porque o amor que neles arde não é amor humano, mesmo sublimado; é um outro amor: "Vivo, já não eu, mas é Cristo que vive em mim" (Gál 2, 20).

Por certo, homens houve, antes do evangelho, que amaram a Deus e ao próximo; porém novo é o *modo* cristão de amar (Jo 13, 34): como o Filho amou o Pai e nos amou.

Essa doutrina da caridade teologal como "alma criada" do Corpo Místico, encontramo-la admiràvelmente concretizada nos escritos de S. Teresinha de Lisieux. Recorda a Santa como sentira ânsias de ser, a um tempo, guerreiro, sacerdote, apóstolo, doutor, mártir. Como tais aspirações se lhe tornassem verdadeiro tormen-

to, abriu certo dia as epístolas de S. Paulo e leu os capítulos 12 e 13 da primeira aos Coríntios. Entendeu que, sendo o Corpo Místico composto de membros diferentes, todos não podem ser tudo. Não se lhe aquietou entretanto o alvoroço, até que penetrasse o ensinamento do Apóstolo sobre o "caminho ainda mais excelente" (1 Cor 12, 31). "Explica o Apóstolo, continua a Santa, como todos os dons, ainda os mais perfeitos, nada são sem o *Amor;* que a caridade é a mais excelente via para ir seguramente a Deus. Enfim, eu encontrara o descanso! Ao considerar o corpo místico da Santa Igreja, não me tinha reconhecido em nenhum dos membros descritos por S. Paulo; ou melhor, eu queria reconhecer-me em todos eles. Mas a Caridade deu-me a chave de minha vocação. Compreendi que, se a Igreja tinha um corpo, composto de membros diferentes, não lhe faltaria o mais necessário, o mais nobre dos órgãos: compreendi que ela tinha um coração e que este coração ardia em amor; compreendi que só o amor lhe movimentava os membros; que, se o amor porventura se apagasse, os apóstolos não mais anunciariam o evangelho, os mártires recusariam de verter o seu sangue. Compreendi que o amor enfeixava todas as vocações, que o amor tudo era, que abraçava todos os tempos e todos os lugares, porque é eterno!" [illegible]

Antes de dizer da ação unificadora e santificadora da caridade cristã, desejamos salientar a *modalidade prevalentemente sacramental* que reveste esta rainha das virtudes, pela qual o Espírito Santo plasmou o Corpo Místico no Calvário, e o vem aviventando e fazendo crescer desde o dia de Pentecostes.

Sem dúvida, pode o amor sobrenatural aumentar em nós sem intervenção dos sacramentos — e de fato cresce quando, por exemplo, praticamos um ato sincero de amor ao próximo ou de filial obediência às diretivas de nossos pastores. De resto pode vicejar a caridade em certos membros — os pagãos de boa fé — que, por não estarem visivelmente adscritos ao Corpo Místico, se encontram fora do alcance da vida sacramental. [illegible]

Não obstante, o grande meio pelo qual o Espírito Santo faz brotar em nós, conservar-se e progredir a caridade, são os Sacramentos da Igreja.

Eles extravasam em nós a vida do Salvador, de sorte que cada cristão reduplica em si o amor que flamejava no coração de Cristo, nos diversos mistérios de sua existência, de Belém à Ascensão. Cristo Cabeça arrasta atrás de si seu Corpo, fá-lo misticamente morrer e ressuscitar consigo, pela graça sacramental. Cada um dos sete ritos misteriosos acrescenta especial modalida-

---

[illegible]) *Histoire d'une âme*, ch. XI, p. 215.

[illegible]) Mesmo neste caso deve haver certa relação com a vida sacramental (pelo desejo "implícito").

de à graça santificante, conformando à vida do Senhor as diversas fases de nossa vida.

O Batismo na morte e na ressurreição de Cristo nos faz morrer como pecadores e renascer à vida eterna. Com efeito, pelo rito sacramental apropriamo-nos o mistério salutífero da Cruz que destrói o pecado, e revestimos o próprio Cristo, incorporamo-nos a Ele. Contém, pois, o batismo a substância do cristianismo. Ele é a aurora da caridade em nossa alma. Outros ritos sagrados virão fazer crescer em nós esta virtude teologal.

O supremo ato de caridade em Jesus foi o sacrifício do Calvário: demonstrava ao Pai fiel amor, rendia-lhe culto perfeito, ao mesmo tempo que provava quanto nos amava, remindo-nos. Perpetua-se o sacerdócio de Cristo graças a dois sacramentos. O Batismo que imprime na alma indelével caráter, pelo qual somos ordenados à religião e podemos render dignamente a Deus culto de latria. A Ordem, que imprime no batizado novo caráter, consagrando-o ao serviço de Deus, deputando-o a oferecer, em nome dos fiéis e juntamente com eles, a oblação que renova de maneira incruenta o sacrifício do Calvário; destinando-o a assegurar a presença real de Jesus sobre a terra pelo sacramento da Eucaristia e, enfim, habilitando-o a ser o canal pelo qual (salvo no matrimônio e, em casos de exceção, no batismo), chegam aos fiéis as demais graças sacramentais.

Em verdade, os sacramentos mantêm sempre viva no Corpo Místico, a caridade de Cristo. Por eles, e mormente pelo Batismo, a Ordem e a Eucaristia, a Alma incriada derrama na Igreja a alma criada.

Aspectos coletivos da alma da Igreja.

Além da vitalização individual do cristão, o Espírito Santo produz, no Corpo Místico, *efeitos sociais*. Embora invisíveis em si, por serem sobrenaturais, tais efeitos não deixam de ter qualquer repercussão externa que lhes insinua a presença. Através dessas manifestações visíveis, vislumbramos algo da alma criada da Igreja, pressentimos o palpitar de sua vida profunda.

A fé, não mais deste ou daquele cristão, mas a *fé da Igreja* considerada como um todo, transparece sob forma de "senso cristão" ou "senso da fé" espécie de instinto sobrenatural que reside no conjunto dos fiéis e que pressente, discerne, como por uma inspiração divinatória, onde está o erro, onde está a verdade cristã. Não saberia talvez explicar o porquê dessa persuasão, mas "sente" que tal doutrina está inclusa no dado revelado, e outra a ele se opõe. Assim no século IV, comunidades chefiadas por pastores arianos — logo heréticos — permaneciam, não obstante, fiéis à crença na divindade do Verbo.

Esse "instinto", fruto da fé ilustrada pelo Espírito Santo, manifestou-se de maneira fulgurante na firme adesão dos fiéis à Imaculada Conceição da Virgem, embora as objeções temíveis de tantos e tão grandes doutores.

Outra expressão coletiva da fé, encontramo-la no chamado "magistério ordinário da Igreja". Assistidos pelo Espírito Santo, os Bispos das mais diversas regiões ensinam, unânimes, o que a Igreja discente deve crer e praticar. Valha como exemplo a doutrina da Assunção de Maria, que antes de ser definida pelo magistério extraordinário de Pio XII, já era comumente ensinada pelos Bispos de todo o orbe católico.

Um derradeiro exemplo apresenta-se-nos em cada batizado de uma criança inocente. Pelo sacramento, esta alma é justificada: apaga-se-lhe a culpa original e se lhe infundem a graça e as virtudes salutares. Como será possível, visto que o inocente é incapaz de cooperar pessoalmente, de ter a fé que salva? Não disse Jesus que para a salvação devia a fé acrescentar-se ao batismo? (Mc 16, 16). Responde a teologia que assim como a criancinha no seio materno vive naturalmente da vida da mãe, assim, levada à pia batismal, ela vive sobrenaturalmente no seio da Igreja; justifica-se pois *pela fé da Igreja,* antes de poder pessoalmente fazer ato de fé. Aproveita ao pequenino a fé coletiva pela virtude do Espírito Santo que coaduna o Corpo Místico; comunicando a uns os bens dos outros, estende à criança o benefício da fé da qual ela é, por ora, incapaz.

Pela virtude teologal da *esperança,* cada cristão tem certeza de que Deus, querendo como quer a salvação de todos os homens, há de lhe proporcionar os meios de chegar à bem-aventurança eterna; mas ele não tem certeza — salvo revelação especial — de que corresponderá fielmente até o fim, ao socorro divino.[10] Ignora se o seu livre-arbítrio, tão lábil, tão fascinado pelo mundo e pela carne, tão sujeito aos embustes de Satanás, não declinará antes do término da carreira mortal. Quantos naufragaram à entrada do porto! Para cada cristão vale a advertência do Apóstolo: "Operai vossa salvação com temor e tremor" (Filip 2, 12). "Senhor, não vos fiai de Filipe, ele é capaz de tudo!" exclamava S. Filipe Néri.

A *esperança coletiva* da Igreja militante, ao contrário, tem certeza absoluta não só dos auxílios ordinários mas dos extraordinários; certeza absoluta de que está caminhando para a bem-aventurança e que jamais desfalecerá, mas antes perseverará até a sua transfiguração em Igreja triunfante.

Donde aquela impávida serenidade com que enfrenta as mais perigosas crises. Quando se avolumam os males, tudo parece humanamente perdido e já os incréus e os pusilânimes predizem o

---

[10]) Concílio Tridentino, sess. 6, cap. 12-13 (Denzinger, 805-806).

mergulho definitivo, a Igreja, certa da vitória, não se perturba um instante sequer. Sabe que a sua esperança não será nem pode ser confundida. Cristo está com ela até o consumar-se dos séculos. Como, pois, prevaleceriam as portas do inferno?

Esta indefectível esperança dá à Igreja o arrojo indispensável para se atirar a novos empreendimentos de salvação, ainda em condições desalentadoras; para não se deixar abater pelos malogros, desfalecimentos ou derrotas; para reerguer as ruínas no dia seguinte ao terremoto.

A *caridade coletiva* da Igreja manifesta-se pelo zelo indefesso pela glória de Deus que a devora; os esforços extremos que realiza para que todos conheçam e amem a Deus; a dor que a oprime quando vê o Senhor ofendido; o cuidado com que vela pelo esplendor do culto; a intransigência com que proclama os direitos de Deus e exige que eles sejam respeitados.

Resplandece ainda essa caridade na sua ânsia por ganhar novos membros a Cristo; nessa chama missionária em que arde; no afã de alumiar os que jazem em trevas e na sombra da morte (Lc 1, 74); nesse velar materno sobre seus filhos, ora indulgente — com paciência, que muitos julgam demasiado complacente — apiedada da fraqueza humana, desejosa de não apagar a torcida que fumega ainda; ora exigente — com entusiasmo, que muitos julgam fanático — esporeando as almas generosas na rude senda da perfeição.

Caridade sempre fecunda, mãe de Ordens e Congregações religiosas que, no decorrer do tempo, revivem este ou aquele mistério de Jesus, agrupando os cristãos sedentos de santidade.

Caridade sempre inventiva, multiplicando as obras que cuidam dos corpos e das almas doridas. Com ingeniosidade sem par, suscita sempre novos e mais adaptados meios de amparar os doentes, consolar os incuráveis, sanar os viciosos, alimentar os famintos, dar um teto aos sem-lar, vestir os nus, remir os cativos, instruir os ignorantes, alentar os que derrubou o peso da vida... Vendo em todos — cristãos ou não — membros chagados de Cristo.

Ainda aos mortos se estende a universal caridade: Missas, orações, boas obras, indulgências, são outros tantos sufrágios que a Igreja oferece a Deus pelos que penam nas chamas do purgatório.

Após as virtudes teologais, haveria ainda a salientar as virtudes cardeais na Igreja. A divina prudência com que age ainda nas mais delicadas conjunturas; o senso de justiça com que paira acima das facções, das rivalidades e interesses contrastantes; a fortaleza com que arrosta os temporais e corre ao martírio — quando por vezes seria fácil contemporizar ou deixar-se "domesticar"; a temperança, enfim, com que procura moldar as tendências sensí-

veis de seus membros à Cruz de Cristo; e esforça-se, geração após geração, para elevar os olhos do homem acima da animalidade.

Porém, muito mais visíveis, muito mais acessíveis à meditação, do que numa seca enumeração, se nos apresenta a "alma criada" da Igreja na vida dos santos que são os melhores de seus filhos, aqueles em que mais claramente se espelha a alma da Mãe.

Os santos encarnam — e assim tornam visíveis — em estado quase puro, as altíssimas virtudes escondidas na alma da Igreja.

III. A UNIDADE DA IGREJA

Unidade visível e invisível.

Qualquer observador — ainda o incréu — verifica sem dificuldade que a nossa Igreja é una. Seus fiéis professam o mesmo Credo — em matéria de fé não há lugar entre nós para o "livre exame"; — partilham do mesmo culto e dos mesmos sacramentos — não há lugar entre nós para o individualismo religioso; — perseguem o mesmo fim sob a orientação dos mesmos pastores — não há lugar entre nós para o anarquismo religioso.

Aí temos, bem visíveis aquelas "juntas" assinaladas por S. Paulo (Ef 4, 16) que ajustam bem o Corpo e o ligam estreitamente à Cabeça, assegurando a coesão e crescimento do Cristo total.

Desta unidade externa, aparente a todos os olhos, há entretanto uma raiz oculta que é a alma da Igreja, de que vimos falando. Até ela devemos penetrar se quisermos entender, não mais superficialmente senão profundamente, o mistério da unidade do Corpo Místico.

Cumpre todavia precaver um equívoco fatal: o de separar a unidade visível da invisível. Logo seríamos levados a opor a Igreja ao Corpo Místico, a Igreja jurídica à Igreja da caridade, a primeira, filha da hierarquia, a segunda, filha da graça.[11]

Muito ao contrário, a unidade visível promana imediatamente da unidade invisível. Por não ser uma abstração, nem mesmo uma pura entidade espiritual pairando acima dos membros que ela congrega, mas antes uma sociedade concreta de homens de carne e osso, claro é que sua Alma invisível tenderá sempre a transparecer, a se exteriorizar de maneira visível.

Inversamente, por não ser mera sociedade humana, mas antes realidade sobrenatural, todas as instituições jurídicas, o governo, a administração dos sacramentos, o culto externo, revestem cunho e alcance religiosos tão sòmente na medida em que são animados pelo Espírito Santo, manifestando visìvelmente a Alma invisível.

---

[11]) *Mystici Corporis Christi*, n. 67. Cf. Leão XIII, Encíclica *Satis cognitum*, ed. Vozes, n. 3-4.

"Recebereis a virtude do Espírito Santo e ser-me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra" (At 1, 8). Neste texto patenteia-se a *continuidade infrangível entre o invisível e o visível na Igreja:* a virtude do Espírito desce no recesso das almas, mas para levá-las a testemunhar pùblicamente.

Neste outro texto evidencia-se idêntica continuidade entre a unidade invisível e a visível: "Eu neles e tu em mim, para que eles sejam perfeitos em unidade, e para que o mundo conheça que tu me enviaste, e que os tens amado como me tens amado a mim" (Jo 17, 23). A unidade invisível, fruto da perfeita caridade que liga os discípulos a Cristo e entre si — e a Deus por Cristo — tanto se manifesta visìvelmente, que se torna para o mundo, motivo de crença em Cristo.

Tomemos, pelo contrário, um texto onde reluz a unidade externa, visível: "Foram batizados os que de bom grado receberam a sua palavra (de Pedro); e naquele dia agregaram-se quase três mil almas. E perseveravam na doutrina dos Apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações... E todos os que criam estavam juntos e tinham tudo em comum. E vendiam suas propriedades e fazendas, e repartiam com todos, segundo cada um havia mister. E, perseverando unânimes todos os dias no templo, e partindo o pão em casa, comiam juntos com alegria e singeleza de coração" (At 2, 41-46).

Temos aqui unidade bem visível de pregação, de profissão de fé, de culto, sacramentos, oração e até de bens materiais e de convívio. Mas de onde provinha esta unidade externa, a não ser da única e divina Alma que habitava a Igreja primitiva, aviventando-a com a única e divina seiva sobrenatural?

"E tendo orado, moveu-se o lugar em que estavam reunidos, e todos foram cheios do Espírito Santo e anunciavam com ousadia a palavra de Deus. E era *um o coração e a alma* da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns" (At 4, 31-32).

Os *Atos* não nos descrevem apenas uma comunidade bem governada, cujos membros conspiram todos para o mesmo fim; mostram-nos uma efusão de vida e amor sobrenaturais, que vem unificar os membros de Cristo.

Como o corpo está para a alma, assim a unidade visível para a invisível.[22] Tão só a comodidade do estudo justifica, pois, a consideração parcelada de uma e outra. A visível, iremos estudá-la no fim da presente obra. Procuremos por ora nos adentrar no mistério da unidade invisível.

[22]) *Mystici Corporis Christi*, n. 67; Leão XIII, Enc. *Satis cognitum*, n. 4.

«Para que todos sejam um».

Está um homem a morrer, pressurosos acercam-se familiares e amigos, espreitam as mínimas palavras: últimas vontades, últimas recomendações, último adeus — com que emoção ouvidos e com que fidelidade entesourados na memória!

Será talvez um dos motivos pelos quais não nos é possível reler o Discurso depois da Ceia, sem comoção da alma toda. Por mais que se acumulem os anos desde a nossa primeira leitura, retorna sempre aquele frêmito íntimo.

Testamento de nosso Deus, confidências — e que confidências! — supremas. "Eis que agora falas abertamente, e não dizes parábola alguma" (Jo 16, 29). Sim, agora Jesus nos descortina o mundo sobrenatural, tão radioso que a razão estarrece. Só o amor entende o Amor.

Forcejam os comentadores, gênios e santos vários deles — Crisóstomo, Agostinho, Cirilo de Alexandria... — porém, mais fundo penetravam, mais vasto e insondável se lhes afigurava o texto arcano. Quiçá pensassem já o que mais tarde diria o Doutor de Aquino: "Tudo o que escrevi era palha..."

Embora nos escape o sentido derradeiro das palavras do Senhor, algumas constantes, entretanto, se nos representam com insistência tal, que nos iluminam a mente embora tão avessa ao sobrenatural.

Uma destas constantes é o *mistério da unidade*. Aí está ela, onipresente. Retorna sempre, qual tema fundamental. Unidade perfeita entre o Pai e o Filho que, pela graça de Cristo, se comunica aos cristãos.

"Pai santo, guarda em teu nome aqueles que me deste, para que sejam um, assim como nós" (Jo 17, 11). "E não rogo sòmente por estes, mas também por aqueles que pela sua palavra hão de crer em mim; para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim e eu em ti; que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste. E eu dei-lhes a glória que a mim me deste, para que sejam um como nós somos um. Eu neles e tu em mim, para que eles sejam perfeitos em unidade, e para que o mundo conheça que tu me enviaste a mim, e que os tens amado a eles como me tens amado a mim" (17, 20-23).

A unidade que reina entre o Pai e o Filho este a faz derivar a seus membros. "Estou em meu Pai, e vós em mim e eu em vós" (14, 20). Do Pai ao Filho, por comunicação de natureza na eternidade, e por comunicação de graça, na Encarnação; do Filho a nós, por comunicação da graça de Cristo.

Como é possível esta comunicação? — Por estarmos "em Cristo", sermos vides da videira verdadeira (15, 4). Cristo, como Filho, está no Pai, logo estar em Cristo é unir-se ao Pai. "Eu

neles e tu em mim" (17, 23). "Ninguém vem ao Pai senão por mim" (14, 6).

Mas qual o meio de "estar em" Cristo? — A fé e a caridade. Fazendo viver em nós o próprio conhecimento que o Filho tem do Pai, a fé nos une à Verdade de Deus. "Dei-lhes as palavras que tu me deste; e eles as receberam, e têm verdadeiramente conhecido que saí de ti; e creram que me enviaste" (17, 8). Fazendo viver em nós o próprio amor que o Filho tem pelo Pai, a caridade nos une à Bondade de Deus. "Aquele que me ama será amado por meu Pai" (14, 21). "Como o Pai me amou, assim eu vos amei a vós; permanecei no meu amor. Se observardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor; do mesmo modo que eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai e permaneço no seu amor" (15, 9-10). "Meu Pai vos ama porque vós me amastes e crestes que eu saí do Pai" (16, 27).

Unidos a Cristo, os seus discípulos estarão unidos entre si, porque é a mesma vida, o mesmo conhecimento, o mesmo amor que em todos circula.

A mesma vida: di-lo de maneira inesquecível a comparação da videira. Idêntica seiva alimenta todos os sarmentos, fazendo-os viver individual e coletivamente: cada um vive na medida em que permanece unido à cepa, e por ela aos outros.

A mesma verdade: "Tudo quanto ouvi de meu Pai, vos tenho feito conhecer" (15, 15).

O mesmo amor: "Um novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros; como eu vos amei a vós, que também vós uns aos outros vos ameis" (13, 34).

"Eu fiz e far-lhes-ei conhecer o teu nome, a fim que o amor com que me tens amado esteja neles, e eu neles esteja" (17, 26). São as derradeiras palavras do Senhor antes de nos dar a suprema prova de amor, entrando na sua Paixão.

Pela fé e o amor, Cristo está na alma do cristão a comunicar-lhe o amor com que ama a seu Pai. *Per Ipsum, et cum Ipso, et in Ipso,* estas palavras que cada dia o celebrante pronuncia no Cânon da Missa, resumem todo o mistério cristão: a prodigiosa irrupção de amor, desde Deus, por Cristo, até o coração dos homens; a unificação de todos em Cristo, pelo amor, e por Cristo, em Deus.

"Naquele dia conhecereis que estou em meu Pai, e vós em mim e eu em vós" (14, 20).

Aparece assim, com meridiana clareza, que a unidade da Santa Igreja não é constituída em sua realidade profunda por vínculos jurídicos, mas por uma participação à unidade que coliga entre si as três Pessoas da Santíssima Trindade. Imagem criada da Unidade incriada.

Ora, essa unidade vital dos homens com a Trindade e entre si, Cristo a realizou na Cruz, e por isso na Cruz nasceu a Igreja. "Jesus devia morrer pela nação e não sòmente pela nação, mas também para unir num só corpo os filhos de Deus que estavam dispersos" (Jo 11, 51-52), fazendo de pagãos e cristãos um único povo, por meio da Cruz (Ef 2, 14-16).

Teologia da unidade eclesiástica.

Se tentarmos coordenar e entender os diversos dados revelados sobre a unidade invisível da Igreja, obteremos a seguinte síntese:

1º A fonte derradeira é *Deus Uno e Trino,* chamando todos os homens a se unirem ao Filho Unigênito para com ele formarem um só Corpo Místico, e propondo-lhes uma só meta final: a bem-aventurança eterna.

2º Descendo ao Corpo Místico já constituído, encontramos uma raiz profunda ou fundamento de sua unidade, que é a presença da Santíssima Trindade, e, por especial atribuição, do *Espírito Santo,* nele habitando como no seu templo e vivificando-o qual Alma incriada.

A presença dessa Alma confere ao Corpo Místico uma unidade incomparàvelmente superior à de qualquer sociedade humana, onde jamais existe outro "princípio de unidade senão o fim comum e a comum conspiração, sob a autoridade social, para o mesmo fim". [33]

Apesar da extrema variedade e complexidade dos órgãos que o compõem, uno é o corpo humano, porque uma só vida o pervade. Sem se dividir, a alma penetra, aviventa, cada membro — e cada célula de cada membro. — Torna-os todos como que imanentes uns aos outros — se um sofre, todos sofrem, dizia S. Paulo — coaduna-os orgânicamente.

Assim, no Corpo Místico, a multiplicidade dos membros e a variedade das funções, vêm se reunir num só organismo pela virtude de um Princípio único, o Espírito Santo, que em todos age, neles derramando idêntica vida sobrenatural.

Ensina expressamente o Apóstolo esta função unificadora do Espírito. Aos Coríntios, por exemplo, escreve: "Há diversidade de dons mas o Espírito é o mesmo", e após haver enumerado os múltiplos carismas, prossegue: "Um só e o mesmo Espírito opera todas estas coisas, repartindo particularmente a cada um como quer" (1 Cor 12, 4-11).

Residindo em toda a plenitude na Cabeça — Cristo Jesus — o Espírito se difluí sem se cindir, enche o Corpo todo, como em

[33]) *Mystici Corporis Christi,* n. 64.

dia de Pentecostes encheu o Cenáculo, e cada qual dos 120 discípulos (At 2, 2-4).

Assim a inabitação do Espírito Santo, dá à Santa Igreja a unidade e perfeição supremas.

3º A ação unificadora do Espírito, manifesta-se de duas maneiras principais: ilumina as mentes a fim de que adiram às verdades da *fé* (Jo 14, 26; 16, 13); e inflama os corações para que se abrasem de *caridade* (Rom 5, 5). Embora sejam virtudes individuais, numèricamente distintas umas das outras, a fé e a caridade dos milhões que constituem a Igreja, irmanam-se e se unem, por terem uma só fonte: o Espírito Santo, e um só objeto: todos cremos na mesma Verdade incriada e amamos um só e soberano Bem.

4º Mais do que a fé, *a caridade é princípio próximo da unidade eclesiástica,* pois que unir é próprio do amor. Por definição, ele coaduna os que se amam. Considero meu amigo como um outro eu mesmo; alargando de certo modo as fronteiras do próprio eu, transporto-me em quem amo, identificando-me com ele.

A caridade evangélica leva o amor ao auge do desinteresse. Justamente por termos na alma uma centelha do mútuo amor das divinas Pessoas, podemos amar como Deus ama, sem qualquer motivo egoísta. Saímos de nós mesmos a fim de desposar os motivos que Deus tem de amar. Para o Santo, perfeito em caridade, não há mais estranhos. Membros — atuais ou potenciais — de um só Corpo de Cristo, todos merecem ser amados como o Senhor os amou — até o fim.

No século I de nossa era, muitos cristãos de Roma entregaram-se livremente à escravidão, para remir cativos (como, na Idade Média, fariam trinitários e mercedários); outros, em grande numero, chegaram ao sublime excesso de se venderem como escravos, para, com o preço, darem de comer aos famintos! [14]

Melhor entenderemos a mística solidariedade e comunhão no Corpo Místico, se atentarmos no poder expansivo da caridade, derramada pelo Espírito no seio da Igreja. Olhemos um grande Santo, que se consome de amor por Deus. Este amor lhe pervade todos os atos, por mais materiais que sejam (1 Cor 10, 31); irradia-se sobre os que circundam o Santo. Cria-se destarte um ambiente de caridade que inflama, fortifica, regenera, alenta. E' como enorme impulso vital, tendente a erguer para o alto o universo material e o universo das almas. Isto vemos com os olhos carnais. Porém os olhos da fé mais se adentram, e nos fazem vislumbrar que, transformado o Santo em Deus, pelo amor, ele participa, de certo modo, à onipresença de Deus. O seu amor percorre o universo, apodera-se do mundo material, amando-o como

---

[14]) S. Clemente, Epistola aos Corintios, cap. 55 (ed. Hemmer, Paris, Picard, 1909, p. 110).

criatura de Deus, oferecendo-o ao Senhor em homenagem — como nos Salmos ou no *Benedicite*. Percorre sobretudo o mundo das almas, sofre de seus males, ama-lhes as virtudes e, amando-as, dá-las novamente a Deus.

Nas Relações espirituais da Venerável Maria da Encarnação, ursulina, lemos que aos 35 anos ela entrou num estado místico "que era uma emanação do espírito apostólico, o qual nada mais é senão o Espírito de Jesus Cristo. Apoderou-se do meu espírito, de sorte que este não tivesse mais vida senão pelo d'Ele e no d'Ele; toda inteira consagrada aos interesses deste divino e mui adorável Mestre, e ao zelo por sua glória, para que ele fosse conhecido, amado e adorado por todas as nações resgatadas por seu Sangue precioso. Meu corpo encontrava-se em nosso mosteiro, mas meu espírito, ligado ao Espírito de Jesus Cristo, não podia estar enclaustrado. Este Espírito levava-me em espírito às Índias, ao Japão, à América, ao Oriente e ao Ocidente, às partes do Canadá... em toda a terra habitável, onde havia criaturas racionais, que eu sabia pertencerem todas a Jesus Cristo. Por evidência íntima, eu via os demônios triunfarem dessas pobres almas, arrebatando-as ao domínio de Jesus Cristo, nosso divino Mestre e soberano Senhor, que as resgatara por seu Sangue precioso. Dessas intuições e certezas, nascia em mim insofreável zelo; eu abraçava todas essas pobres almas, estreitava-as ao peito e apresentava-as ao Padre Eterno, dizendo-lhe que já era tempo fizesse ele justiça ao meu Esposo. Bem sabia ele que lhe prometera todas as nações por herança. Muito mais, seu Filho havia satisfeito com seu Sangue, por todos os pecados dos homens, mortos e condenados, antes, à morte eterna. Entretanto, todos não viviam ainda, embora Ele tivesse morrido por todos: faltavam todas as almas que eu lhe apresentava e levava em meus braços. Eu as pedia todas para Jesus Cristo, a quem por direito pertenciam. Em espírito, eu vagueava por essas dilatadas vastidões, e acompanhava os obreiros do Evangelho, a quem me sentia estreitamente unida, pois eles se consumiam pelos interesses de meu Divino Esposo, e parecia-me que eu era uma só coisa com eles".[11]

Ensinavam os antigos teólogos que o pecado de cisma é antes de tudo pecado contra a caridade. Com efeito o cismático rasga a unidade do Corpo Místico, efeito da caridade. Ele separa-se, isola-se, pretende existir e agir por conta própria e não mais qual membro inserido no Corpo de Cristo, comungando aos outros membros e obedecendo às orientações dos chefes hierárquicos.

Se o grande desejo do Redentor foi a perfeita unidade de sua Igreja e se a caridade realiza tal unidade, melhor entendemos textos como este do Doutor místico:

---

[11]) Marie de l'Incarnation, Écrits spirituels et historiques. Paris, Desclée De Brouwer, 1930, t. II, pp. 310-311.

"Enquanto a alma não chega a este estado de união de amor, convém-lhe exercitar o amor tanto na vida ativa como na contemplativa; mas quando já chegou a ele, não lhe é conveniente ocupar-se em outras obras e exercícios exteriores, que lhe possam impedir um pouco aquela assistência de amor em Deus, embora sejam de grande serviço de Deus, porque é mais precioso diante d'Ele e da alma um pouquito deste puro amor e aproveita mais à Igreja, embora pareça que não faz nada, que todas essas obras juntas. Por isso Maria Madalena, embora desse grande proveito com a sua pregação — e depois ainda o viesse a dar maior — pelo grande desejo que tinha de agradar ao seu Esposo e de dar proveito à Igreja, se escondeu trinta anos no deserto a fim de se entregar toda a este amor, parecendo-lhe que de todas as maneiras esta era a que mais lucro lhe daria, *pelo muito que aproveita e importa à Igreja o mínimo que seja deste amor*". [18]

5º A fé e a caridade que unem os cristãos a Cristo e entre si, o Espírito Santo as derrama principalmente por dois sacramentos: o *Batismo* e — mais ainda — a *Eucaristia.*

"Um só Senhor, uma só fé, um só batismo" (Ef 4, 5). Três unidades, interdependentes as duas últimas, e causadas pela primeira. Logo no início da Epístola aos Coríntios, S. Paulo, para rebater o espírito de cisma, lembra aos cristãos que foram todos batizados em nome de Cristo, logo não se devem dividir (1 Cor 1, 13). Mais longe escreve: "Num mesmo Espírito fomos batizados todos nós para sermos um só corpo" (1 Cor 12, 13; cf. Gál 3, 27-28).

O Sacramento da regeneração nos faz pertencer a Cristo, coloca-nos sob sua dependência, porque nos reveste de Cristo (Gál 3, 27), fazendo nascer em nós uma natureza nova (Gál 6, 15; 2 Cor 5, 17), tornando-nos membros de Cristo, animados pelo Espírito. "Que cada um seja batizado em nome de Jesus Cristo para perdão dos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo" (At 2, 38).

O batismo, desde que prende todos os homens a Cristo pela mesma relação, prende-os todos entre si num só organismo espiritual. Além da própria existência substancial, os batizados adquirem uma outra, relativa, como partes de um só Corpo Místico. "Nós que somos muitos, somos um só corpo em Cristo, mas individualmente somos membros uns dos outros" (Rom 12, 5).

---

[18]) S. João da Cruz, Cântico espiritual, canção XXIX (obras do Doutor Místico S. João da Cruz, Carmelo de Fátima, 1947, p. 756). — Alude o Santo Doutor ao que reza o Breviário Romano na festa de S. Marta (29 de Julho), a saber: Lázaro e suas duas irmãs, embarcadas pelos judeus em uma nave sem vela nem leme, aportaram milagrosamente a Marselha, onde pela sua pregação fizeram muitas conversões. Madalena, porém, logo se recolheu a uma profunda gruta cavada nos flancos de altíssima montanha, onde por trinta anos se deu à pura contemplação, longe de qualquer convívio humano.

Em virtude dessa misteriosa intercomunicação, toda feita que agimos como cristãos, não agimos sòzinhos mas em dependência de um conjunto, a coletividade católica, vivificada pela caridade, fruto da Alma incriada da Igreja.

Mais ainda se estreita e aprofunda a unidade, pela sagrada Eucaristia, pois que se o batismo incorpora ao Corpo Místico, é pela comunhão que essa incorporação se conserva e se perfaz.

A Eucaristia, sacramento da unidade.

O amor sobrenatural causa a unidade da Igreja, ora a perfeição do amor é fruto da Eucaristia. Segue-se que a realidade produzida pelo Sacramento, é a união acabada dos cristãos a Cristo e entre si, pela caridade.

Ao recebermos a hóstia consagrada, entra nossa alma em contacto íntimo com a carne do Senhor; acentua-se assim nossa união vital com ele. "O que come a minha carne e bebe o meu sangue, fica em mim e eu nele" (Jo 6, 57). Mais presos a Cristo, estamos pelo fato mesmo, mais unidos aos membros de Cristo.

Afirma-o S. Paulo: "Porventura o cálice de bênção que abençoamos não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que participamos não é porventura a comunhão do corpo de Cristo? Visto que há um só pão, nós, embora muitos, formamos um só corpo, todos nós que participamos dum mesmo pão" (1 Cor 10, 16-17). Simbolismo, de certo, porém — como em toda a ordem sacramental — simbolismo eficaz, realizando o que significa. Temos aqui a unidade: somos um só corpo; e a sua causa: comemos de um só pão. Este pão é o Corpo sacramentado de Cristo, e os comungantes, por se nutrirem do mesmo Cristo, transformam-se vitalmente nele; ora, Cristo não se separa de seu Corpo Místico: comungando à Cabeça, necessàriamente nos vinculamos ao Corpo, logo a seus demais membros.

Destarte, a união ao Corpo individual de Cristo pela Eucaristia é, pelo fato mesmo, união ao corpo eclesiástico do mesmo Cristo. Di-lo, com insuperável concisão, a Liturgia romana: "Deus onipotente, nós vos pedimos para sermos numerados entre os membros d'Aquele a cujo corpo e sangue comungamos". [1]

A fim de melhor entender a doutrina, cumpre não perder de vista que a "incorporação" de que falamos, é muito mais do que um simples fenômeno social — como nos agregamos a qualquer grêmio humano — é *conjunção vital*. "Eu sou o pão da vida... Assim como o Pai que vive me enviou e eu vivo pelo Pai, assim, quem de mim se alimenta, também viverá por mim" (Jo 6, 48-58).

Recebendo cada um a mesma vida — pelo mesmo pão eucarístico — por força estaremos todos vitalmente unidos. Donde,

---

1) Pós-comunio do 3º sábado da Quaresma.

não são duas coisas incorporar-se a Cristo e incorporar-se ao Corpo Místico, pois Cristo é a Cabeça da Igreja.

Por outras palavras: a comunhão longe de nos unir apenas a Cristo isolado, nos une a uma realidade indivisível que é "Cristo-Cabeça-do-Corpo-Místico".

Ademais, a "vida" que nos vem pela Eucaristia é caridade, amor por Cristo e pelos seus indissolùvelmente. Não amamos os próximos por um amor diverso do que amamos a Cristo, porque os amamos *como membros de Cristo.* Nem foi por acaso que o Senhor deu o seu novo mandamento logo depois de instituído o Sacramento do amor. Fonte de amor é a Eucaristia por nos irmanar todos em Cristo; assim nos faz amar uns aos outros como amamos a Cristo, por um mesmo amor. Amor que é uma participação da imensa caridade que levou o Salvador a se imolar para reunir todos os homens num só corpo (Jo 11, 52; Ef 2, 14-16), e que nos é comunicada pelo Sacramento de Cristo crucificado. Ao contemplar a Eucaristia, S. Agostinho exclama: "O' sinal da unidade! ó vínculo da caridade!" (In Joan. tr. 26).

Entre os judeus a ceia pascal, com a efusão do sangue do cordeiro, comemorava e renovava o pacto de Deus com o seu povo. Substituída na Cruz a antiga pela nova aliança, a Eucaristia vem renovar a aliança do novo povo eleito com Deus, pois que o Sacramento nos traz a presença do sacrifício da Cruz: "Este cálice é o novo Testamento no meu sangue: fazei isto em memória de mim" (1 Cor 11, 25).

E' bastante significativo que a expressão "Corpo Místico" entenderam-na os primeiros doutores que a empregaram — no século IX — do corpo eucarístico; só muito depois — na segunda metade do século XII — passou a designar o corpo eclesiástico, por transferência da causa ao efeito. A Eucaristia, de fato, é a fonte e origem da unidade da Igreja.

Tende a piedade hodierna a considerar na Eucaristia quase exclusivamente o Sacramento da presença real. Bom seria completar esta verídica, legítima consideração, por uma outra sobre a qual muito insistiam os Santos Padres e os Doutores medievais: *a Eucaristia como Sacramento da sociedade cristã.*

Baste-nos citar dois dentre os mais antigos textos da literatura eclesiástica. O primeiro, tirado da "Doutrina dos Doze Apóstolos" reza: "Como este pão rompido, outrora disseminado sobre as montanhas, foi recolhido para tornar-se *um só todo,* assim a tua Igreja seja recolhida dos confins da terra em teu Reino (celeste)". [*] O segundo, de S. Inácio mártir: "Cuidai em usar da Eucaristia que é una. Com efeito, há apenas uma só carne de

---

[*]) Didachê, IX, 4 (ed. Hemmer-Lejay. Textes et documents... t. I, Paris, Picard, 1907, p. 16). "Disperso sobre os montes", sob forma de grãos de trigo

nosso Salvador, um só cálice para nos unir em seu sangue, como há um só bispo com os seus presbíteros e diáconos". [9]

Mostra-nos à maravilha esta passagem que a união visível (hierárquica) da Igreja não se opõe à união invisível, eucarística, mas antes dela dimana.

Ilustrava essa verdade um costume da antiga Igreja romana: o Papa, cada semana enviava uma parcela de pão eucarístico, consagrada por ele, aos presbíteros que regiam as diversas paróquias da Urbe. Estes, antes de comungarem o precioso sangue, deitavam no cálice a parcela, expressando belamente a força de união social contida na Eucaristia.

Mostra ademais o texto de S. Inácio que a Eucaristia é Sacramento do Corpo Místico, por ser sacramento da presença real. Com efeito, vital é a união do Corpo Místico; ora, o Sacramento contendo real e substancialmente a Cristo, segue-se que os fiéis, ao partilharem do pão e do vinho consagrados, unem-se à carne e ao sangue do Senhor, recebendo-lhe a vida.

Em mais clara luz ainda apresenta-se-nos a eficácia social da Eucaristia, se atentarmos em que Jesus compara a ação sobrenatural do Sacramento ao mecanismo da nutrição. O alimento não nutre cada membro isoladamente, mas antes em conexão harmoniosa com os demais; aproveita ao nosso corpo em conjunto. Assim a Eucaristia nutre espiritualmente cada alma em função do Corpo Místico todo inteiro. Nutre-a pela caridade de Cristo, vida nossa. Graças à Eucaristia, pode a Igreja ser denominada "sociedade de amor".

O quarto Concílio de Latrão (1215), encarecendo a unidade eclesiástica, designa-lhe como causa a Eucaristia: "Única é a Igreja universal dos fiéis, fora da qual absolutamente ninguém se salva. Nela o mesmo Jesus Cristo é a um tempo sacerdote e sacrifício, cujo corpo e sangue estão verdadeiramente contidos no Sacramento do Altar sob as espécies do pão e do vinho. Pelo divino poder, o pão é transubstanciado no corpo e o vinho no sangue, a fim de que, perfazendo o mistério da unidade, nós recebamos d'Ele esse corpo e sangue que de nós recebeu Ele". [10]

Também o Concílio Tridentino decretou que "nosso Salvador deixou na Igreja a Eucaristia, qual símbolo desta unidade e caridade com que ele quer todos os cristãos unidos e vinculados entre si... Foi vontade sua (que o Sacramento) fosse símbolo daquele Corpo único do qual ele é Cabeça e ao qual nos quer incorporados como membros, pelos laços estreitos da fé, da esperança e da caridade, a fim de que entre nós reine identidade de parecer e sejam desterradas as dissensões... Com paternal afeto adverte o sagrado Concílio, exorta, pede e suplica, pelas

---

[9]) *Ad Philadelph.*, IV (ed. cit., t. III, Paris, Picard, 1910, p. 72).
[10]) Denzinger, 430.

entranhas da misericórdia de nosso Deus, que todos e cada um dos que levam o nome de cristão convenham e concordem afinal nesse sinal de unidade, nesse vínculo de caridade, nesse símbolo de concórdia..." [31]

Pio X, na Constituição Apostólica sobre o rito da comunhão, afirma: "Agora que esta mesa — símbolo, raiz e princípio da unidade católica — por vontade nossa é franqueada à frequente participação dos fiéis, fàcilmente crescerá entre eles a concórdia dos espíritos, pois, segundo o Apóstolo: Visto que há um só pão, nós, embora muitos, formamos um só corpo, todos nós que participamos dum mesmo pão". [32]

Unidade totalitária?

Muitas e muitas vezes foi asseverado pelos corifeus do liberalismo expirante, que a luta entre o catolicismo e o nazi-comunismo se reduz, na realidade, à luta entre dois totalitarismos.

Porventura não é a Igreja uma sociedade autoritária, fortemente coesa, rigidamente governada, impondo a seus membros férrea disciplina?

Já algo dissemos acima sobre o problema, mas importa a ele retornar, tal a sua atualidade.

Procuremos aqui ressaltar a diferença mais profunda que separa a unidade totalitária da unidade eclesiástica. Encontramo-la na raiz invisível de uma e de outra.

A unidade totalitária funda-se sobre o medo; a unidade eclesiástica funda-se sobre o amor.

Os chefes totalitários encarnam a vontade do poder; almas hermèticamente fechadas, pregam o ódio, esmagam todo o que lhes resiste; baniram de seu vocabulário a palavra "amor", a não ser no sentido animal. O seu grande meio de ação é a pressão policial.

Os chefes eclesiásticos são servidores dos servidores de Deus (Mt 20, 25-28); almas abertas, vêem em todo homem — ainda no inimigo — um filho e irmão; governam como pais amantíssimos e pedem obediência filial, emanada do amor; contam sobretudo com o contágio do universal amor cujo apelo eles fazem ecoar pelo mundo. "Caritatis coetus", sociedade de amor, bela e profundamente definiu Pio XII a Santa Igreja. [33]

Tão contrastantes as raízes, bem diversos serão os frutos.

A unidade totalitária é mecânica, uniforme; visa padronizar os indivíduos como se fossem objetos de consumo. A unidade

---

[31]) Conc. Trid., sess. XIII, introd., cap. 2 et 8 (Denzinger, nn. 873a, 875, 882).

[32]) Pius X, De SSma. Eucaristia promiscuo ritu sumenda (Acta Apost. Sedis, 1912, p. 615).

[33]) *Mystici Corporis Christi*, n. 2.

eclesiástica é vital, orgânica; supõe e exige a variedade; bem longe de anular e absorver o indivíduo visa o seu pleno desabrochar pela vida da graça.

A Igreja não quer escravos senão filhos amorosos. Não incute terror, ou inveja, ou ódio; procura dilatar as almas pela caridade. Deseja que seus membros se queiram com fraternal amor, formando "um só coração" à semelhança dos cristãos primitivos.

Templo do Espírito Santo, sabe a Igreja que "onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade" (2 Cor 3, 17). Esforça-se, em consequência, por garantir as liberdades de seus filhos, dentro dos limites traçados por Deus, — que liberdade não é anarquia. (Nem é obra do acaso se, por detrás da "cortina de ferro", o catolicismo se tornou o último baluarte das liberdades cívicas).

Já na ordem natural, constitui princípio básico da doutrina católica que a variedade é essencial ao cosmos. Encerrada em Deus com absoluta simplicidade, a perfeição do ser espraia-se, difunde-se, com suma diversidade nas criaturas, cada qual imitando, à sua maneira, o supremo Exemplar. Harmonia na pluralidade.

Semelhantemente, na ordem da graça, a plenitude de vida divina que se coaduna em Cristo Cabeça, diflui sobre seus membros com maravilhosa diversidade. *A perfeição do Corpo Místico não resulta da uniformidade, mas da diferenciação.*

Longe de comprimir a personalidade, a Igreja exalta-a; favorece a diversidade das vocações e das maneiras de ver. Recusa-se a reduzir as formas de piedade a uma só — seja ainda a litúrgica; recusa-se de obrigar a um só método de fazer os Exercícios espirituais — seja ainda o de S. Inácio; recusa-se a impor uma só filosofia — seja ainda a de S. Tomás.

Assegura-nos Pio XII que, do conflito e concurso de várias opiniões teológicas, brotam faíscas e se acendem luzes.[44] Em matéria de política, Leão XIII desenganou os católicos franceses que identificavam a causa da religião com determinada forma de governo.[45] O mesmo Pontífice, na Encíclica *Immortale Dei*[46] e mais tarde os seus sucessores — bem assim os diversos Bispos em suas dioceses — negaram-se a vincular o catolicismo a este ou aquele regime ou partido político.

Uns poucos fiéis, infelizmente, parecem abrigar inconsciente pendor pelo totalitarismo. Muito lhes agradaria que a Igreja nos dispensasse de pensar. Enquadrados todos em bem disciplinados batalhões, não nos caberia outro papel senão o de obedecer cegamente. Lamentam que os prelados não falem bastantes vezes, e quase a todo propósito. Estão sempre a deplorar as "divisões" entre católicos.

---

[44]) *Mystici Corporis Christi*, n. 80.
[45]) Enc. *Au milieu des sollicitudes* (16 de Fevereiro de 1892).
[46]) Ed. Vozes, n. 45.

Importa todavia evitar graves equívocos em torno do vocábulo "divisões" ou "dissensões".

Mais seguro guia do que S. Paulo não poderíamos encontrar; ora ele, nas questões essenciais, exige absoluta unidade de parecer, porém nas outras, deixa a mais ampla liberdade de opinião. Aos Coríntios, escreve por exemplo: "Rogo-vos, irmãos, pelo nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que digais todos uma mesma coisa e que não haja entre vós dissensões; antes estejais unidos em um mesmo sentido e em um mesmo parecer" (1 Cor 1, 10). E logo em seguida explica o grave objeto dessas contendas proibidas: "Quero dizer com isso que cada um de vós diz: Eu sou de Paulo, e eu de Apolo, e eu de Cefas, e eu de Cristo" (v. 12). Tais partidos punham em jogo a existência mesma do cristianismo, pois dividiam o Corpo Místico e equiparavam a Cabeça aos seus membros cooperadores. "Está Cristo dividido? Foi Paulo crucificado por vós? ou fostes vós batizados em nome de Paulo?" (v. 13). Era indispensável acabar de vez com esses cismas. Em compensação, aos Romanos escreve: "Um crê que tudo se pode comer, e outro, que é fraco, come legumes. O que come não despreze o que não come; e o que não come, não julgue o que come, porque Deus o recebeu por seu. Quem és tu, que julgas o servo alheio?... Um faz diferença entre dia e dia, mas outro julga iguais todos os dias. Cada um abunde no seu próprio sentido. Aquele que faz caso do dia, para o Senhor o faz. O que come, para o Senhor come, porque dá graças a Deus; o que não come, para o Senhor não come, e dá graças a Deus" (Rom 14, 2-6). Liberdade na mútua caridade.

Aplicando a doutrina paulina a nossos dias diremos: Quando a Autoridade fala claramente, devemos pôr de lado nossas opiniões ou preferências e obedecer fielmente. Sobre este ponto, não cabe qualquer discussão ou cavilação. A desunião, fruto da desobediência, esta, sim, não só é deplorável senão deplorabilíssima. (E Deus sabe se em nossa terra, necessitamos progredir em espírito de disciplina!).

Porém, nas questões sem-número que a Igreja abandona a nossa livre discussão, as divergências — mesmo profundas — são inevitáveis; bem mais, são um sinal de vitalidade; longe de deplorá-las deveríamos favorecê-las. Delas pode jorrar luz e progresso. Suma felicidade para os católicos, não sermos reduzidos ao papel de fonógrafos ou de papagaios, como os adeptos do comunismo!

A unidade pela caridade.

Devemos entretanto manter a caridade no seio das divergências e dos conflitos de opiniões. Outra espécie de desunião, que constitui autêntico e demasiado frequente escândalo, são as riva-

lidades mesquinhas entre católicos, todos teòricamente trabalhando por Deus, mas, na prática, entredevorando-se pela maledicência e até a calúnia. Conventículos, igrejinhas, sempre a se atirar umas contra as outras, acusações infamantes de cripto-nazismo ou de cripto-comunismo... "[37] Inútil insistir, tanto a chaga é aparente. Aparente e de funestas consequências. Se os católicos estão longe de exercer na sociedade a influência que poderiam e deveriam exercer, é devido, em grande parte, à falta de mútua caridade.

Mal antigo, aliás. Já S. Paulo advertia: "Toda a lei se cumpre numa só palavra, nesta: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. Se vós, porém, vos mordeis e devorais uns aos outros, vede não vos consumais também uns aos outros" (Gál 5, 14-15). E ainda: "Sede um só corpo e um só espírito, como fostes chamados a uma só esperança na vossa vocação" (Ef 4, 4).

Pouco após — ainda antes do fim do século I — S. Clemente Papa perguntava aos Coríntios: "Por que existem entre vós brigas, arrebatamentos, dissensões, cismas e guerra? Não temos porventura um só Deus, um só Cristo, e um só Espírito de graça derramado sobre nós, uma só vocação em Cristo? Por que dilacerar e esquartejar os membros de Cristo? Como é que nos rebelamos contra nosso próprio corpo e somos bastante loucos para olvidar que somos membros uns dos outros?"[38]

Urgiria, pois, levarmos mais em conta a índole social da Eucaristia. Em nossas comunhões procuramos nos unir a Cristo sacramentado; com toda a razão, de certo; mas não devemos perder de vista que impossível é nos unirmos ao Corpo sacramentado de Cristo sem nos unirmos a seu Corpo Místico. O cristão não se reduz a um átomo espiritual, subsistindo em esplêndido isolamento; ele forma parte integrante de um organismo sobrenatural cuja Cabeça é Cristo, e cujos membros são os outros cristãos. Impossível sentir o influxo vital da Cabeça, estando separado do organismo, logo dos outros membros.

Na medida em que nos apartamos de nossos irmãos, apartamo-nos também de Cristo. "Se trouxeres a tua oferta ao altar, e aí te lembrares que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa ali diante do altar a tua oferta, e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão, e depois vem e apresenta a tua oferta" (Mt 5, 23-24).

Essas considerações sobre a unidade do Corpo Místico, nos deveriam também levar a um aprofundamento do que poderíamos chamar "espírito eclesiástico". Sentindo-se não já um grão de areia isolado, mas antes membro incorporado a um imenso orga-

---

[37]) Já Leão XIII advertia: "Quanto às coisas sobre que se pode discutir livremente, será lícito discutir com moderação e no intuito de procurar a verdade, mas pondo de lado as suspeitas injustas e as acusações recíprocas". Enc. *Immortale Dei,* ed. Vozes, n. 58.

[38]) I Clem., 46, 5-7 (Hemmer-Lejay. Textes et documents... t. III, p. 97).

nismo vivo, o verdadeiro cristão tende a tomar sobre si as dores e alegrias da Igreja universal. Assim no corpo humano o bem-estar ou o sofrimento de um membro ou de uma região, repercutem sobre as demais.

Jovem sacerdote, como nos causaram doloroso espanto e amarga decepção, os bocejos de certa superiora de convento ao ouvir a narrativa das crudelíssimas perseguições padecidas por alguns de nossos irmãos na fé! Logo atalhou: "Sabe o que aconteceu hoje aqui?..." e passou a relatar ninharias da vida de sua comunidade; sem dúvida de muito maior importância para a Santa Igreja...

Quão diferente o espírito de S. Teresa, que sentiu tamanha dor ao ouvir dos estragos obrados pelo protestantismo, que decidiu de reparar o mal, enquanto podia, restaurando no Carmelo a contemplação e a observância primitivas.

Digna filha de tão grande mãe, Sóror Elisabeth de la Trinité escrevia pouco antes de morrer: "Como sinto a necessidade de me santificar, de esquecer-me de mim mesma, para consagrar-me toda aos interesses da Igreja!" [**]

Maior sentimento ainda deveríamos ter ao averiguar que, quase dois mil anos após a Encarnação, ainda não se realizou, por nossos pecados, o anseio de Jesus pela perfeita unidade dos seus. Mas, como estéril seria um sentimento que não desfechasse em obras, aditemos-lhe oração e ação.

Com toda a alma, rezemos a prece que cada manhã repete na Missa o celebrante, com os olhos cravados n'Aquele que ele vai receber: "Senhor Jesus Cristo que dissestes a vossos Apóstolos: "Deixo-vos a paz, a minha paz vos dou", não olheis os meus pecados mas a fé de vossa Igreja, e dignai-vos de pacificá-la e torná-la una, como é vontade vossa. Amém".

Ao lado da prece, a ação. Cada um, tem o seu campo individual, diferindo muito segundo o sexo, a idade, o meio, nem nos compete traçar normas. Todos, porém, podemos, de um modo ou de outro, irradiar amor, contagiar amor, para que se estreite a unidade da Igreja. E junto aos incréus, há um efeito apostólico comum a todos os esforços para conseguir a unidade pela caridade, por diversos sejam eles. Descreveu tal efeito o Papa Pio XII, nas seguintes palavras: "Vendo eles atualmente como as nações se erguem contra as nações e os reinos contra os reinos, e crescem indefinidamente as discórdias, os antagonismos e as sementeiras de ódio, se volverem os olhos para a Igreja, se contemplarem a sua unidade de origem divina, por virtude da qual os homens de todas as nacionalidades se unem a Cristo com vínculos fraternos, então sem dúvida ver-se-ão forçados a admirar uma tal

**) Elisabeth de la Trinité, Souvenirs, 6e. éd., Dijon, 1915, p. 180.

sociedade de amor, e sentir-se-ão atraídos, com o auxílio da graça, a participar da mesma unidade e caridade".[40]

IV. A SANTIDADE DA IGREJA

Santidade e escândalos.

"Cristo amou a Igreja e a si mesmo se entregou por ela, para santificá-la, purificando-a com o lavacro da água, pela palavra, para apresentá-la a si mesmo, Igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas *santa* e irrepreensível". Assim escrevia S. Paulo aos Efésios (5, 25-27). E S. João no Apocalipse: "Veio um dos sete anjos... e falou comigo, dizendo: Vem, mostrar-te-ei a noiva, a Esposa do Cordeiro. E levou-me em espírito a um grande e alto monte, e mostrou-me a grande cidade, a *santa* Jerusalém, que de Deus descia do céu, e tinha a glória de Deus..." (Apoc 21, 9-10).

Contemplado o espetáculo celestial, declinamos os olhares para a história, e esta mostra-nos o vagalhão de pecados, de crimes, até no coração da Igreja: Papas indignos, Bispos fascinorosos, Padres apodrecidos no vício... Tal o passado. E o presente não está de todo virgem de escândalos eclesiásticos. Que dizer então de muitos fiéis?

Uma das causas comuns de apostasia, é o horror provocado pelos desfalecimentos humanos no seio da Igreja. A religião parece fonte de imoralidade, ou, pelo menos, não corresponder, na prática, ao que ensina em teoria.

E se o escândalo provoca apostasias, maior ainda o número de conversões que ele faz abortar: "Eu, agregar-me aos católicos? Por que, se eles não valem mais do que os outros — muitos deles até valem menos? Eu, ajoelhar-me aos pés de um padre, pecador ele também, talvez mais do que eu?" Tanto mais ferinas as críticas quanto maiores as pretensões da Igreja: ela se diz divina, santa, imaculada? Pois mostre-nos o que vai de tudo isso na vida cotidiana!

Escândalo ilógico, digamo-lo imediatamente. Jamais foi prometido por Cristo que a graça supriria o esforço pessoal. Os talentos que o Mestre nos dá, ele exige que os façamos frutificar; não se substituirá jamais a nosso livre arbítrio.

Deveria até confirmar a fé, o fato de que uma sociedade composta de homens fracos, falíveis, sujeitos às mesmas paixões que os demais, não haja todavia descambado na mais absoluta corrupção, mas antes mantenha rígidos os princípios de moral puríssima e os pratique, em que pesem os numerosos e indisfarçáveis desfalecimentos individuais. A Igreja produziu até um tipo novo,

[40]) *Mystici Corporis Christi*, n. 2.

original, de homem: o Santo. Tão novo, tão original que Bergson se abalançou a atribuir ao Santo uma essência diversa da nossa. Porém somos assim feitos que menos nos impressionam as virtudes do que os desfalecimentos. E por isso vemos tantos e tantos abandonarem a fé, porque encontraram um padre cúpido ou devasso, ou simplesmente malcriado; porque tal carola não passa de grandíssimo patife; porque tal senhora misseira, e até beata, é a pior língua da localidade.

Em nossa época este escândalo revestiu forma peculiar; apresenta-se como reivindicação de justiça social. Embora os Papas hajam condenado não apenas o comunismo senão ainda os abusos do capitalismo, é infelizmente verdade que aquele que não se contenta de louvores teóricos às encíclicas, mas procura aplicá-las na prática, incorre muitas vezes na ira dos chamados bem-pensantes que lhe assacam as pechas de socialista, comunista, etc. Donde ser o catolicismo acusado de querer perpetuar as injustiças sociais, de ser o derradeiro baluarte do capitalismo burguês.

Apostasias ilógicas, repetimos, pois não distinguem entre a mensagem divina que merece nossa crença e seus portadores humanos, talvez menos dignos. Por ser portador desta mensagem, o mau padre merece ainda ser ouvido e obedecido, embora não faça o que prega. Porventura recusaríeis precioso tesouro, sob pretexto que vos é trazido por um homem esfarrapado e imundo? pergunta Catarina de Sena. '' Nem deixa de ser verdadeira a religião porque muitos dos seus adeptos não a praticam. Tão medíocre a humanidade, apesar da religião, que seria sem religião?

Ademais, com suma injustiça olvidaríamos o que de sublime houve e há na Igreja: aquela plêiade de mártires, de confessores, de virgens, que nos causa justo orgulho; a multiplicidade de obras e instituições; as miríades de almas tiradas do lodo; os incontáveis atos de bondade, de misericórdia, de justiça; as inúmeras tentações vencidas. Quantos e quantos atestam que na religião e nela só, encontram força para não resvalar, para cumprir o dever a todo custo? Além dos grandes santos, há os incontáveis "pequenos" santos, que vivem de cotidiano heroísmo cristão.

Na Encíclica "Mit brennender Sorge", o Papa Pio XI fez valer uma outra consideração, ao aludir à exploração pelos nazistas, dos escândalos da Igreja: "A divina missão que a Igreja cumpre entre os homens e deve cumprir por meio de homens, pode ser dolorosamente obscurecida pelo que de humano, talvez de demasiadamente humano, desponta por vezes qual cizânia entre o trigo do reino de Deus. Quem conhece a frase do Salvador acerca dos escândalos e dos que os dão, sabe como a Igreja e cada indivíduo deve julgar sobre o que foi e é pecado. To-

'') Le dialogue de Ste. Catherine de Sienne, chap. 120, trad. Hurtaud, Paris, Lethielleux, 1913, t. II, pp. 50-51.

davia, quem, fundando-se sobre esses lamentáveis contrastes entre fé e vida, palavra e ação, atitude externa e sentir interior de alguns ou mesmo de muitos, esquece ou passa sob silêncio o imenso cabedal de esforço genuíno em prol da virtude, o espírito de sacrifício, o amor fraterno, o heroísmo de santidade de tantos membros da Igreja, este manifesta injusta e reprovável cegueira. E quando vemos que a severa medida com que se julga a odiada Igreja é deixada de lado em relação a outras sociedades que são próximas dos juízes pelo interesse ou o afeto, evidencia-se, então, que essas lamentações de um tão decantado sentimento de pureza, se revelam semelhantes às daqueles que, na frase do Salvador, vêem a palha no olho alheio e não percebem a trave no próprio olho".

De fato, maior direito nos assistira de gemer sobre a inépcia de alguns hierarcas e a mediocridade da maioria dos católicos, se começássemos por gemer *sinceramente* sobre nossa própria inépcia e mediocridade, muito maiores ainda...

Todavia, não se nos aquieta inteiramente o espírito. Afigura-se-nos a Igreja qual realidade híbrida, plasmada de crimes hediondos e de virtudes inigualáveis — e não já, como afirma o Apóstolo: "Sem mácula, sem ruga, mas santa e irrepreensível".

Como resolver a antinomia?

Os membros pecadores da Igreja.

Uma primeira resposta — tão fácil quanto errônea — consiste em afirmar que a Igreja só compreende os justos. Por conseguinte, a massa de pecadores que encontramos na cristandade faz tão pouco parte da Igreja quanto os apóstatas ou os pagãos endurecidos.

A Santa Igreja é aquele puro ser de glória que contemplava o Vidente de Patmos. E por isso mesmo se esconde a nossos olhos de carne.

Tal foi, no século IV, a solução dos Donatistas; na Idade Média, dos Valdenses e dos Hussitas; nos tempos modernos de Lutero, Calvino, Quesnel e do Sínodo de Pistóia. [42] No fundo, esta opinião identifica Igreja militante e Igreja triunfante.

Porém, como sàbiamente adverte Leão XIII, quando inquirimos da natureza da Igreja, não nos devemos perder em devaneios sobre o que poderia ter Cristo feito, senão procurar o que ele de fato quis fazer, e que fez na realidade. [43] Ora, as próprias palavras de Jesus nos revelam o mistério da presença de pecadores *dentro* do Corpo Místico.

---

[42]) Todos esses erros foram condenados pela Igreja (Denzinger, nn. 629, 631, 632, 647, 838, 1422-1428, 1515).

[43]) Encíclica *Satis cognitum*, n. 5.

Na alegoria da videira, Jesus nos diz, logo a princípio: "Eu sou a videira verdadeira e meu Pai é o lavrador; toda a vara *em mim* que *não* dá fruto, ele a tira, e poda aquela que dá fruto para que dê mais fruto" (Jo 15, 1-2). Temos aqui claramente indicado que tanto o justo como o pecador estão *no* Corpo Místico de Cristo. Em condições bem diversas, por certo. Um como membro fecundo, destinado à fecundidade maior; outro como membro estéril, destinado a ser cortado, a secar, e mais tarde a ser lançado ao fogo (15, 6). Só se corta fora o que faz parte de um conjunto, não o que lhe não pertence.

Nas parábolas sobre o Reino de Deus, este nos é apresentado sob imagens que indicam a existência de pecadores no seio mesmo da Igreja. "O Reino dos céus é semelhante a uma rede lançada ao mar e que apanha *toda qualidade* de peixes. E estando cheia, a puxam para a praia, e, assentando-se, apanham para os cestos os bons; os ruins, porém, lançam fora. Assim será na consumação dos séculos: virão os anjos e separarão os maus dentre os justos" (Mt 13, 47-49). Portanto, até o juízo final, haverá pecadores dentro da Igreja; depois, o Corpo Místico só compreenderá justos; mas então já a Igreja militante terá sido transmutada em Igreja triunfante.

Idêntica lição nos traz a parábola do joio e do trigo, de tal modo entremeados no mesmo campo, que o Pai de família proíbe aos servos de separá-los. Só no fim do mundo, chegada a hora da sega, mandará o Filho do homem os ceifeiros, a saber, os anjos "e eles colherão *do* seu Reino todo o que causa escândalo, e os que cometem iniquidade. E lançá-los-ão à fornalha de fogo; ali haverá pranto e ranger de dentes. Então os justos resplandecerão como o sol, no Reino de seu Pai" (Mt 13, 36-43). Impossível afirmar mais claramente a coexistência de justos e pecadores *dentro* da Igreja militante.

O mesmo já profetizara o Batista, de Jesus: "Em sua mão tem a pá e limpará a *sua* eira e recolherá no celeiro o seu trigo e queimará a palha com fogo que nunca se apagará" (Mt 3, 12). Na eira, que é a Igreja de Cristo, estão pois misturados palha e grão até a Parúsia.

Semelhante ensinamento se colhe enfim da parábola das dez virgens, cinco prudentes e cinco loucas, todas elas igualmente chamadas a sair ao encontro do Esposo (Mt 25, 1).

Se percorrermos os Atos ou os escritos apostólicos, não encontramos nem a mais leve insinuação de que a Igreja seja exclusivamente constituída por justos. Muito ao contrário, vezes sem conta, afirmam que a Igreja abriga pecadores e chamam-nos à penitência. Para não alongar demasiado, aduziremos apenas três exemplos.

Simão mago creu e foi batizado; fazia, pois, parte da Igreja; mais tarde ofereceu dinheiro aos Apóstolos para receber em troca o poder de comunicar o Espírito Santo a quem ele impusesse as mãos. S. Pedro àsperamente o repreendeu por este crime — que lhe deveria, para sempre, o nome de "simonia" — mas não o condenou sem remissão; disse-lhe ao contrário: "Arrepende-te dessa tua iniquidade e ora a Deus para que porventura te seja perdoado o pecado do teu coração" (At 8, 22).

S. Paulo denunciou a Timóteo alguns cristãos que se afastavam da sã doutrina e da pureza evangélicas, acrescentando: "Numa grande casa não sòmente há vasos de ouro e de prata, mas também de madeira e de barro; uns para honra, outros porém para desonra. De sorte que se alguém se purificar destas coisas será vaso para honra, santificado e idôneo para o Senhor" (2 Tim 2, 20). A imagem indica, claramente, a existência de pecadores que desonram, pela sua presença, a casa do Senhor ou Igreja. São exortados a se purificarem, para que cesse a desonra, convertendo-se em honra.

No Apocalipse, enfim, as cartas às sete igrejas assinalam no seio dessas comunidades certo número de pecadores bem caracterizados (Apoc 2, 5; 14-16; 20-22; 3, 2-3; 15-19).

Mas não basta ao teólogo averiguar o fato, deve ainda indagar-lhe o porquê. E a reflexão mais aturada logo descobre o motivo dessa presença na Igreja, de membros pecadores.

E' que a Igreja prolonga, no espaço e no tempo, a missão de Cristo. Ora, Cristo veio como Redentor, "salvar o que se tinha perdido" (Mt 18, 11); não já "chamar os justos senão os pecadores" (Mt 9, 13). Quando "se chegavam a ele todos os publicanos e pecadores para o ouvir" (Lc 15, 1), bem longe de lançá-los de si, acolhia-os com amor. Donde, seus adversários atiravam-lhe a pecha de "amigo dos publicanos e pecadores" (Mt 11, 19); ao que Jesus replicava pela adorável parábola da ovelha tresmalhada (Lc 15, 4).

À semelhança de seu Fundador, a Igreja continua a ser amiga dos pecadores e os estreita em seus braços com infinita misericórdia, não para que continuem a pecar, mas para purificá-los pelo contacto de sua alma intemerata.

O corpo de Cristo se vai assim formando no meio do mundo contaminado pelo mal. Por isso mesmo que é Corpo do Salvador, pertence não já à ordem da inocência adamítica, mas à ordem da natureza caída e redimida.

Como a sua Cabeça, sabe a Igreja o que há no homem (Jo 2, 25); quão fraco é, e propenso ao mal. Haverá, pois, que abandoná-lo, excluí-lo de seu seio, tão logo ele cedeu ao fascínio do pecado e se inquinou? Sua grande função, como Igreja militante, é amparar e purificar os que declinaram do bem. *Missão redentora.*

Ainda aqui ela imita o Mestre que proibiu se arrancasse o joio com receio de desraigar o trigo, e ordenou a Pedro perdoasse setenta vezes sete vezes. Enquanto há uma esperança de resipiscência, a Igreja conserva o pecador achegado ao seu coração, espreitando o mínimo sinal de arrependimento, multiplicando orações e penitências pelo transviado.

Além da missão redentora da Igreja, podemos aduzir mais três motivos da presença de pecadores no seio do Corpo Místico. 1º Receberam o batismo que os incorporou a Cristo como membros; neles imprimiu caráter ou sinal indelével, mercê do qual podem oferecer a Deus culto condigno e têm direito a receber (apenas se hajam arrependido) os demais sacramentos, frutuosamente. 2º Conservaram — por suposição — a fé e a esperança que os prendem ainda a Cristo. 3º Embora não sejam mais vivificados pela Alma incriada e pela alma criada do Corpo, todavia são ainda "divinamente estimulados com íntimas inspirações e moções do Espírito Santo ao temor salutar, à oração e ao arrependimento das suas culpas". [14]

E a caridade coletiva da Igreja arrasta-os na sua esteira para convertê-los, e até lhes dá, em certos casos, de fazer algo de proveitoso ao Corpo Místico, comunicando aos outros esta vida que não têm mais. Como nos servimos ainda — embora canhestramente — de um membro enfermo ou semi-paralisado, assim a Igreja poderá servir-se, e de fato se serve, de seus ministros pecadores e de seus filhos transviados.

Santa é a Igreja, apesar dos pecadores.

Retorna, porém, a antinomia que deu ocasião a nossa pesquisa. Se, dentro da Igreja, encontramos uma tal massa de pecadores, legítimos filhos seus, como pode afirmar S. Paulo que ela é "gloriosa, sem mancha nem ruga, nem coisa alguma de semelhante, mas antes santa e imaculada"?

S. Agostinho escapava fàcilmente à dificuldade, interpretando o texto da Igreja do céu. Quanto à Igreja terrestre, ela não é ainda sem mancha, mas prepara-se a sê-lo, e até lá repete cada dia: perdoai-nos as nossas dívidas. [15] De sorte que nesta perspectiva, a Igreja militante apresenta-se-nos qual amálgama de pecado e de santidade, de vício e virtude.

Pregadores e santos, arrebatados pela ânsia de reformar abusos, descrevem-nos o dilúvio de prevaricações a inundar a Igreja, poluindo-a. Assim por exemplo, S. Catarina de Sena, ouve de Cristo as terríveis palavras: "Olha e vê como a minha Esposa maculou-se a face; como se tornou leprosa pela impureza, pelo

---

[14]) *Mystici Corporis Christi*, n. 21.
[15]) S. August., Retract., I, cap. 13; II, cap. 18.

amor-próprio, a soberba inchada e a avareza dos que se cevam de seu pecado". E ainda: "De minha Igreja, que é um lugar de oração, fizeram um covil de ladrões... Eis por que a Igreja, a minha Igreja, chegou a esse estado de vícios e abominações". [16]

Como poderá a Igreja ser ainda qualificada de santa? A esta pergunta contestamos por uma outra: o mal que praticam os membros do Corpo Místico, praticam-no por obedecerem aos ensinamentos da Igreja, ou por menoscabarem-nos? O mal que estes fazem, fazem-no por aproveitarem das graças sacramentais ou por obstarem-lhes à ação?

O irreparável erro dos pseudo-reformadores não foi de terem protestado contra os abusos que desfiguravam a Igreja, mas sim de terem desconhecido que ela levava em si meios idôneos para se reformar.

Qualquer que reflita com boa fé, não poderá pôr em dúvida os dois seguintes fatos.

1º Santo é o *fim* que a Igreja propõe aos homens: fazer chegar as almas à plenitude da vida divina, de sorte que se assemelhem a Deus e, ao cabo, se transformem nele pelo amor.

2º Santos são os *meios* que a Igreja oferece aos homens para atingirem tal fim: os sacramentos, os ensinamentos, as diretivas pastorais.

a) Fontes primordiais da graça cristã são os *sacramentos.* Porém é necessário sempre lembrar que o sacramento nada tem de rito mágico. Produz a graça, mas tão só nos corações que lhe não opõem óbices. Se tal sacerdote, que celebra a Missa todos os dias, é vaso de corrupção; se tal beata de comunhão cotidiana, é mais víbora do que mulher, provará porventura que a Missa ou a comunhão corrompem? — Nem mesmo que são ritos ineficazes. A graça sacramental não se derrama de maneira automática; pode ser contrariada, pois que não suprime o livre arbítrio do homem. Está nas mãos deste obstar à irrupção da vida sobrenatural, cerrar as portas da alma, dizer "não" a Deus, pelas atitudes práticas, senão por palavras.

Não sem motivo, Jesus na parábola da videira, convidou, com tanta insistência, à *livre* adesão dos sarmentos à cepa, a fim de que a vida pudesse correr desta àqueles. "Permanecei em mim e eu em vós; quem permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto... se alguém não permanecer em mim será lançado fora... se vós permanecerdes em mim... pedireis tudo o que quiserdes, e vos será feito" (Jo 15, 1-7).

b) Os *ensinamentos* da Igreja são os mesmos do Evangelho, e haverá doutrina mais pura e salutar? Alguém jamais res-

---

[16]) Le dialogue de Ste. Catherine de Sienne, cap. 14 (ed. cit., I, p. 55); cap. 127 (II, 88, 89), revisto sobre o texto italiano.

valou no vício por ter praticado à risca o Evangelho? Nem mesmo Alexandre VI ensinou outra moral que não a evangélica. Sem dúvida, ele não a seguia, mas bem faria o que se escandaliza de meditar as palavras de Jesus a propósito dos fariseus: "Observai e praticai tudo o que vos disserem, mas não procedais em conformidade com as suas obras" (Mt 23, 3). Em vez de atirar pedras à Igreja, observai e praticai... E não julgai, a fim de não ser julgados (Lc 6, 37).

c) As orientações pastorais enfim, são os mandamentos da Igreja, os perpétuos incitamentos de Papas e Bispos à prática da santidade cristã; as obras e instituições que eles organizaram ou sancionaram, para melhor difundir o espírito da moral cristã.

Temos assim três categorias de meios, oriundos da Igreja, que por natureza própria são eficazes. Levam infalìvelmente à santidade quem com docilidade os empregar. Ora a Igreja, fonte e guardiã dos meios de santificação não seria ela mesma santa em sua essência? Contemplemos os heróis cristãos se quisermos aquilatar tal santidade com justiça. Com justiça, dizemos, porque o herói cristão apresenta-se-nos qual ser excepcional, apenas neste sentido que relativamente poucos se alçam a essa altura, tal a fraqueza humana; porém não é ser de exceção porque exularia da ordem cristã. Bem ao contrário, o santo é o membro "normal" do Corpo Místico; aquele que não malbaratou os meios de santificação oferecidos pela Igreja, e realizou integralmente o ideal por ela proposto a todos os filhos seus: transformar-se em Deus pelo amor.

Nos santos, habita com suma complacência a Alma incriada da Igreja. Neles se encarna, em plenitude, a sua alma criada: a caridade de Cristo. Neles, Pentecostes continua.

A Igreja sem pecado, mas não sem pecadores.

Conquanto verídicas, as explicações que vimos dando, não satisfazem inteiramente. Na medida em que concebemos a Igreja qual realidade híbrida, mista de santidade e pecado, parecemos minimizar o que aos Efésios revelou S. Paulo. Para o Apóstolo, a Esposa de Cristo é *absolutamente* intemerata. E nada, no texto inspirado nos leva a interpretá-lo restritivamente da Igreja celeste apenas.

S. Paulo, neste passo, apresenta como exemplar, aos esposos cristãos, a união de Cristo e de sua Igreja; não já união futura, após o consumar-se dos séculos, mas união atual. Cristo escolheu uma Esposa entre judeus e pagãos maculados por tantos pecados — "noutro tempo éreis trevas" (Ef 5, 8); — purificou-a, santificou-a pelo seu sangue, no Calvário (Ef 5, 25; At 20, 28) e aplica a cada novo cristão essa virtude purificadora, pelo "lavacro da água" batismal (Ef 5, 26). Surge então a Esposa que

ele "apresenta a si mesmo, Igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível" (Ef 5, 27).

Melhor nos parece se amoldar à doutrina paulina, a fórmula de um grande eclesiólogo contemporâneo: *"A Igreja é sem pecado mas não sem pecadores"*. Se é verdade que ela conserva em seu seio pecadores sem-número, é igualmente verdade que não abriga nenhum pecado, nem mesmo sombra de pecado. E como poderia abrigá-lo se, longe de consentir ao pecado ela lhe tem ódio, repele-o com sua energia?

Estranho, por definição, à Santa Igreja, o pecado é seu maior, seu único adversário; ela persegue-o sem dar tréguas. Impossível, pois, falar em "pecados da Igreja". A Igreja não tem pecado algum; têm-no seus filhos; ela, em vez de aceitá-lo, esforça-se por todos os meios para exterminá-lo. À semelhança de seu Esposo — o Cordeiro inocente mas imolado — a Igreja pena, geme, implora perdão, não pelas faltas que houvera cometido, mas pelas nossas. "Nem é sua culpa se alguns de seus membros sofrem de chagas ou doenças; por eles ora a Deus todos os dias: "Perdoai-nos as nossas dívidas" e incessantemente com fortaleza e ternura materna trabalha pela sua cura espiritual". [17]

Pelo que tem de mais seu — o livre arbítrio — exulou da Igreja, o pecador, para fazer-se servo de Satanás. Donde dizemos, com razão, que está em vias de se perder. Vamos, pois, excluir os pecadores da Igreja? De todo; não nos despenhamos na heresia. O Corpo Místico encerra verdadeiramente membros pecadores, excluindo-lhes, porém, os pecados. Suponhamos, na videira, um sarmento dotado de vontade livre. Poderia abrir-se à seiva que da cepa constantemente lhe corre; mas poderia também obstar a esse influxo vivificante, permanecendo ainda ligado à videira, embora como sarmento estéril, ou mesmo seco e morto.

Assim, os pecadores permanecem no Corpo Místico pelo que ainda de santo conservaram: os caracteres sacramentais, a fé e a esperança, o influxo que tanto a Alma incriada como a criada — embora não mais neles habitem — continuam a sobre eles exercer: remorsos, incitamentos à penitência, assistência a sermões, obras de misericórdia, educação religiosa da prole, cumprimentos de certos preceitos de Deus e da Igreja, etc. Tudo isso é santo ainda — posto que tal santidade seja insuficiente para a salvação eterna. E por esta santidade imperfeita, ineficaz, permanecem os pecadores vinculados à Santa Igreja. Mas a malícia de seu pecado está fora da Igreja, nem a pode de modo algum inquinar.

Entretanto, objetará alguém, a Igreja não é uma entidade fantástica ou extramundana. Existe concretamente, no espaço e no tempo, desdobra-se na história, encarna-se nos homens, que são

---

[17]) *Mystici Corporis Christi*, n. 68.

pecadores. Logo, pelo menos estes pecados estão na Igreja e a maculam.

Sim, contestamos, a Igreja é uma realidade concreta; vive no mundo, porém não é do mundo; por conseguinte permanece santa. Santa nos seus membros santos; santa ainda nos seus membros pecadores, pelo que neles sobrevive, apesar de tudo, dos valores cristãos. Mas a zona tenebrosa, onde campeia o pecado — e que em muitos batizados é o principal — se encontra totalmente *fora* da Igreja.

Quem peca, trai a Igreja; corta-se ocultamente do Corpo Místico, na medida em que peca. Tanto assim que ainda o justo, templo do Espírito Santo e habitáculo da caridade de Cristo — por isso mesmo a caminho do céu — se porventura resvala no pecado venial, não recebe a seiva vivificante nesse cantinho da sua alma. Sòmente quando agimos virtuosamente, agimos na qualidade de membros do Corpo Místico.

Justos e pecadores pertencem, pois, à Igreja, na proporção exata em que abrigam em si maiores ou menores elementos de santidade: na medida em que vivemos pela Igreja somos santos, e pecadores na medida em que a traímos.

Não é que o mesmo homem esteja, a um tempo, dentro e fora da Igreja; mas o mesmo homem pode pertencer ou parcialmente ou totalmente à Igreja. Em cada justo e em cada pecador passa uma *linha divisória*, separando invisìvelmente o santo — que é da Igreja — do pecaminoso — que é do mundo e do maligno. Os híbridos de santidade e pecado somos nós, e não a Igreja. Justo e pecador encontram-se ambos dentro do Corpo Místico, porém acham-se internamente divididos, aquele menos este mais. E dessa divisão íntima tomamos alguma consciência ao sentirmos a luta que se trava em nós, entre o homem animal e o espiritual, entre o cristão e o adepto do mundo.

Resume-se a obra da santificação no áspero combate para alargar as fronteiras da Igreja *dentro de nosso coração*. De sorte que não sejamos apenas parcialmente de Cristo, senão completamente; que nos deixemos invadir totalmente pela santidade da Igreja sem lhe vedar o mínimo rincão do nosso ser. Está, pois, de pé a conclusão: no seio da Santa Igreja, inúmeros são os pecadores, mas não existe um só pecado. Ainda os crimes de seus filhos não a maculam. Permanece *essencialmente* ilibada, santa, Esposa virgem do Cordeiro imaculado.

Desta santidade essencial, desta limpidez das virtudes teologais, desta docilidade perfeita ao sopro do Espírito, dimana a santidade *pessoal* dos membros do Corpo Místico, na proporção em que se abrem à passagem da seiva sobrenatural. Mas só quando se abrem, e na medida em que se abrem!

Teologia da santidade eclesiástica.

Santo, de um modo geral, é o ser consagrado a Deus. Ser posto de parte, separado das coisas profanas e reservado, dedicado ao serviço da divindade.

Neste sentido até os objetos podem ser santos; por exemplo: os templos, os vasos destinados ao culto, etc. Na lei antiga, cada primogênito era "santo", porque consagrado ao Senhor. "Então falou o Senhor a Moisés, dizendo: Santifica-me todo o primogênito, o que abrir toda a madre entre os filhos de Israel, de homens e animais, porque meu é" (Êx 13, 1-2).

Santa é a Igreja nesse primeiro sentido. Assevera-o S. Pedro: "Vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a *nação santa*, o povo adquirido" (1 Ped 2, 9). E S. Paulo: "Já não sois estrangeiros, nem forasteiros, mas concidadãos dos santos e da família de Deus" (Ef 2, 19). E a Igreja, logo após a consagração da Missa, faz subir ao Altíssimo, as preces da "*plebs tua sancta*".

Na primitiva Igreja, todos os cristãos indistintamente eram apelidados "santos", por terem sido consagrados ao Senhor pela fé e o batismo. Em diversas de suas epístolas, S. Paulo qualifica os destinatários de santos. "Paulo, chamado apóstolo de Jesus Cristo... à Igreja de Deus que está em Corinto, aos santificados em Jesus Cristo, chamados santos..." (1 Cor 1, 1-2; 2 Cor 1, 1; Rom 1, 7). "Aos santos que estão em Éfeso" (Ef 1, 1; Filip 1, 1; Col 1, 2). "Os vossos filhos agora são santos" (1 Cor 7, 14), etc.

Tal santidade é comum a coisas e pessoas. Nestas últimas, a consagração de Deus trará normalmente consequências morais. Santidade significará então semelhança, conformidade, união a Deus. O que supõe, negativamente a libertação do pecado, e positivamente, a caridade teologal. Em Cristo, Deus "nos elegeu antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele, em amor" (Ef 1, 4).

"Santos", neste sentido, serão ainda todos os cristãos, porquanto membros de um Corpo santo, destinados, por vocação, a serem perfeitos. Porém apenas minguado número merece plenamente o nome de Santo. A grande massa ou está avassalada pelo pecado, ou arrasta-se na mediocridade. Temos apenas farrapos de santidade; somos caricaturas de santos ou, no máximo, canhestros esboços de santos. Não devemos, pois, baratear o vocábulo, distribuí-lo a esmo; é belo e grande demais.

Mas também neste sentido moral, a Igreja é santa, porque ilibada e transformada em Deus pelo amor.

O fundamento da dupla santidade da Igreja — ontológica e moral — é a inabitação do Espírito Santo. Templo de Deus, a Igreja lhe está consagrada, terá a santidade das coisas. Porém o Hóspede divino não permanece inerte; nela faz função de alma:

age no Corpo Místico, enche-o de seus dons sobrenaturais, e assim a Igreja terá também a santidade moral das pessoas.

Santidade "moral" que não deve ser confundida com virtude meramente humana. Santidade "sobrenatural", a da Igreja. Sociedade divina, celeste, e não terrena.

Todavia, a ação do Espírito é inseparável de Cristo. Como Deus, Cristo manda à sua Igreja o Paráclito (Jo 15, 26; 16, 7); como homem, foi plasmado pelo Espírito e por ele cumulado de todas as graças possíveis. "E respondendo o anjo (a Maria), disse-lhe: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra, *por isso mesmo o Santo* que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus" (Lc 1, 35).

Reconhecemos em Cristo não apenas a santidade negativa — ausência de pecado e de inclinação ao pecado — senão ainda a santidade positiva ou graça, riquíssima esta. Nela podemos distinguir: 1º a santidade substancial e incriada, estritamente incomunicável, derivando da união hipostática, qual reflexo da natureza divina sobre a humana; 2º a santidade adventícia e comunicável da graça criada, das virtudes sobrenaturais, dos dons e carismas do Espírito Santo. Esta segunda santidade lhe foi conferida como à Cabeça da humanidade redimida: "... cheio de graça e verdade... e todos nós recebemos de sua plenitude e graça sobre graça, porque a lei foi dada por Moisés, a graça e a verdade vieram por Jesus Cristo" (Jo 1, 14; 16-17).

O Espírito Santo comunica, pois, ao Corpo Místico a santidade — graça e verdade — através da Cabeça humano-divina.

Na conjunção íntima com Cristo e seu Espírito se encontra a raiz da *santidade essencial* da Igreja. Ao contemplá-la entendemos melhor que o Corpo Místico não abrigue nem possa abrigar sombra de pecado. Só vive por Cristo, só age pelo Espírito Santo: como poderia traí-los?

Tal santidade essencial entretanto não paira no ar, encarna-se nos membros do Corpo Místico; muito imperfeitamente nos pecadores (são resíduos de santidade que eles conservam), melhor nos justos, plenamente nos Santos, que revivem na própria carne o mistério de Cristo crucificado. Dão-nos estes uma idéia mais concreta do que seja a santidade essencial da Igreja, o tesouro de verdade e amor que ela encerra em si. Porém, não olvidemos que esta santidade da Igreja transcende a de seus filhos ainda os melhores. Ultrapassa-lhe a amplidão, as limitações de lugar e tempo, as diferenças individuais. Os maiores santos sentem que são uma gota apenas na vasta corrente de vida sobrenatural, que é a *Santa Igreja*.

Além das manifestações individuais de santidade intrínseca ou essencial do Corpo Místico nos diversos santos, outras há que revestem índole social: são aquelas exteriorizações coletivas de fé,

esperança e caridade que acima descrevemos; será ainda o culto rendido a Deus na liturgia; ou o zelo pela salvação das almas.

Fruto da santidade essencial da Igreja, é o que poderíamos denominar sua *santidade causal:* santa é a Igreja por ser fonte de santificação para os homens, pela sua doutrina, seus sacramentos, seu culto, suas leis, suas Ordens religiosas. Belamente resume a doutrina Pio XII: "Sem mancha alguma, brilha a Santa Madre Igreja nos sacramentos com que gera e sustenta os filhos; na fé que sempre conservou e conserva incontaminada; nas leis santíssimas que a todos impõe, nos conselhos evangélicos que dá, nos dons e graças celestes pelos quais com inexaurível fecundidade produz legiões de mártires, virgens e confessores". [illegible]

A Igreja quer testemunhas.

"Hoje mais do que nunca, como nos primeiros dias de sua existência, é sobretudo de testemunhas que a Igreja carece; mais ainda do que apologistas, de testemunhas que, pela vida toda, façam resplandecer a verdadeira face de Cristo e da Igreja aos olhos do mundo paganizado que os envolve". [illegible]

Palavras de Pio XII, que são eco fiel das palavras de Nosso Senhor. Logo antes de subir aos céus, Jesus disse aos Apóstolos: "Ser-me-eis testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samaria até aos confins da terra" (At 1, 8). Ora, a doutrina a testemunhar não é apenas teoria senão vida, e vida que consiste em aderir a outra vida: a vida pessoal de Cristo.

A pessoa de Platão ou de Aristóteles, por exemplo, distingue-se de sua doutrina. Não assim Cristo: "Eu *sou* o caminho, a verdade, a vida", diz ele (Jo 14, 6). Aderir à verdade cristã é aderir à pessoa de Cristo, é viver de Cristo, ter em si o pensamento e o amor de Cristo.

Por isso mesmo o cristianismo não é apenas crença mas também prática. Ser cristão é conformar-se a Cristo. Logo, testemunhar o cristianismo não pode reduzir-se a repetir fórmulas cristãs, nem mesmo a aceitar essas fórmulas. *Testemunhar, é aceitar a pessoa mesma de Cristo, entregando-se a ele, observando o que prescreveu.* "Se vós permanecerdes na minha palavra, verdadeiramente sereis meus discípulos. E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará... Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará e viremos para ele, e faremos nele morada" (Jo 8, 31-32; 14, 23).

Como não se trata para nós de atestar apenas a realidade de um fato, nem de um saber teórico, mas uma doutrina de vida,

[illegible]) *Mystici Corporis Christi*, n. 68.
[illegible]) Pio XII, Alocução ao Congresso Eucarístico de Nantes, 1947.

jamais nosso testemunho convencerá, se nossa vida não se conformar ao que atestamos.

A falta de conformidade revelará uma carência de convicção eficaz, que enfraquecerá nosso trabalho, tirando-lhe muita força persuasória. Testifica uma verdade vital, o que vive aquilo que atesta. Assim o testemunho mais eficaz é o da santidade pessoal. Na vida da testemunha encarna-se então a verdade; ora, é a vida que leva à verdade religiosa.

Com palavras toscas, canhestras, convertiam os Santos, enquanto os arroubos dos grandes oradores sacros sobremodo agradam, porém não logram vencer a resistência da dúvida, o fascínio do pecado.

Por mais douto haja sido um teólogo, a Igreja jamais o galardoará com a auréola de Doutor, a menos de o ter declarado, antes, Santo. E como Cristo testemunhou da verdade divina mais ainda pela sua morte do que por sua vida (1 Tim 6, 13), a Igreja chama de "mártires", isto é, "testemunhas", aqueles que preferiram Cristo à própria vida.

Mais uma vez, não está em jogo uma verdade científica, senão uma verdade vital; e crer a ponto de oferecer a vida por uma doutrina, demonstra-lhe a eficácia absoluta.

Através das idades, os mártires e outros santos "fazem resplandecer a verdadeira face de Cristo e da Igreja", porque prolongam a pessoa de Cristo, servem-lhe como de humanidade de acréscimo, para lhe continuar a vida e os mistérios. Neles, Cristo em verdade vive, ama, sofre e morre.

"Trazendo sempre por toda parte a mortificação do Senhor Jesus no nosso corpo, para que a vida de Jesus se manifeste também em nossos corpos. E assim, nós que vivemos, estamos sempre entregues à morte por amor de Jesus, para que a vida de Jesus se manifeste também em nossa carne mortal" (2 Cor 4, 10-11).

Nos Santos, a Alma do Corpo Místico torna-se de certo modo visível. Transparece, a todo olhar reto, que o Corpo está animado por um princípio divino, que nele derrama a caridade de Cristo.

O Santo é a demonstração viva da verdade do cristianismo. "Que eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste... Eu neles e tu em mim, para que eles sejam perfeitos na unidade e para que o mundo conheça que tu me enviaste a mim e que os tens amado a eles como me tens amado a mim" (Jo 17, 21-23).

Tenhamos sempre em mente que nossa mediocridade é que causa nojo e afasta da Igreja. Dizem: em teoria, o catolicismo é pura maravilha, mas na prática... Lembro-me sempre de certo pastor protestante, a pique de abjurar o erro, que encontrou intransponível pedra de escândalo no fruto tão parco que via os

católicos tirarem de suas comunhões. "Não são melhores do que nós", dizia.

Abramo-nos, pois, ao influxo salvífico da Alma do Corpo Místico; assim nos santificaremos e, santificando-nos, testemunharemos Cristo, pela irradiação de nossa santidade. "Resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus" (Mt 5, 16).

SINTESE.

Na Igreja, distingue-se o corpo — conjunto das atividades visíveis da hierarquia e dos fiéis — e a alma: o princípio sobrenatural que a faz viver. Ambos são coextensivos, não existem nem agem separadamente; um deixa transparecer o outro. Ora, o princípio divino que aviventa a Igreja é o Espírito Santo.

I. A alma incriada da Igreja. Na promessa que Cristo fez do Paráclito, ele indicava: a) a plenitude de efusão; b) a habitação perene; c) a assistência e defesa; d) a iluminação. Tudo se cumpriu em dia de Pentecostes. O livro dos Atos dos Apóstolos relatando os primórdios da Igreja, nos mostra que o Espírito Santo continua e perfaz a obra de Cristo: ele rege, ensina e santifica constantemente a Igreja. Podemos pois dizer que o Espírito Santo é a alma incriada da Igreja, por ser o princípio supremo da vida do Corpo Místico. Presente no conjunto e nos diversos membros, ele os une e os faz agir através dos dons sobrenaturais que ele infunde. Mas o Espírito permanece distinto da Igreja; não forma uma só pessoa com ela, apenas nela habita como no seu templo, e derrama as suas graças pela humanidade de Cristo, Cabeça da Igreja.

Além da presença como princípio ou causa última de vida e operação, o Espírito mora na Igreja por uma presença de amizade. Presença coletiva — na Igreja em conjunto — e individual, no membro vivo, pelo conhecimento de fé e o amor de caridade.

II. A alma criada da Igreja. Como a ação do Espírito Santo sobre a Igreja se realiza por meio de uma série de qualidades sobrenaturais, é lícito denominar tal conjunto de dons «alma criada da Igreja». São: a graça — santificante e atual — as virtudes — teologais e infusas morais — os sete Dons, os caracteres sacramentais, os carismas, os poderes de ordem e jurisdição. Entre eles sobressai a caridade, com seu novo modo de amar (como o Filho ama o Pai e nos ama a nós) e com sua modalidade prevalentemente sacramental. Esses dons revestem aspectos individuais, próprios a cada cristão, e sociais: fé da Igreja, esperança da Igreja, caridade da Igreja.

III. A unidade da Igreja. Observamos, na Igreja, unidade na profissão da fé, no culto, no governo; são manifestações, exteriores e visíveis, da unidade interna, invisível que provém da alma da Igreja. Entre ambas as unidades, há continuidade infrangível. Logo, na sua realidade profunda, a unidade da Igreja, não deriva de vínculos jurídicos, mas de uma participação à unidade que estreita as três Pessoas da Trindade. E esta participação se faz por Cristo Cabeça. Unidos a Cristo, os membros estão sempre unidos entre si porque é a mesma vida — o mesmo conhecimento, o mesmo amor — que em todos circula.

A fonte derradeira da unidade eclesiástica é pois a Trindade, chamando os homens a se unirem num só Corpo Místico. Neste Corpo, o Espírito Santo que nele habita, é a raiz da unidade. A ação do Espírito

Santo se manifesta pela fé nas mesmas verdades reveladas e sobretudo pela caridade que é o princípio próximo da unidade, pois unir é o próprio do amor, e a caridade teologal é participação do amor pelo qual os Três se amam. A Igreja é uma sociedade de amor. O santo sai de si mesmo para desposar os motivos que Deus tem de amar. A todos os homens ama com perfeito amor; para ele não existem estranhos.

A fé e a caridade são dadas pelo Batismo — sacramento da fé — e a Eucaristia, sacramento do amor. A Eucaristia é a um tempo símbolo e causa imediata de unidade. Comendo todos um mesmo pão consagrado formamos um só Corpo místico, pois recebendo todos a mesma vida divina pelo mesmo pão eucarístico, nós nos unimos vitalmente num só organismo sobrenatural. A união ao Corpo eucarístico de Cristo é, pelo fato mesmo, união ao corpo eclesiástico de Cristo. Amamos os próximos como membros de Cristo, por um só e mesmo amor. Por ser fonte imediata da unidade da Igreja, a Eucaristia é o sacramento da sociedade cristã.

A unidade eclesiástica não é totalitária porque não se funda sobre o medo mas sobre o amor. A perfeição do Corpo místico não resulta da uniformidade mas da diferenciação. Liberdade na mútua caridade. Evitar rivalidades mesquinhas e suspeitas injustas. Cultivar o espírito eclesiástico tomando sobre si as dores e alegrias da Igreja universal e sobretudo irradiar, contagiar amor.

IV. A Santidade da Igreja. Gloriosa, sem mancha nem ruga, santa e imaculada, tal é a Igreja. Mas a presença no seio da Igreja, de pecadores, além de ser causa de escândalo, suscita um problema teológico.

As parábolas da rede pescando bons e maus peixes, do campo onde medram trigo e zizânia, das virgens sábias e loucas, mostra que Cristo previra a existência de pecadores dentro da Igreja militante. A função dela será redentora: purificar os que caíram. E esta presença de pecadores não altera a santidade da sua natureza, porque a) santo é o fim que ela propõe; b) santos os meios que oferece (sacramentos, ensinamentos, orientações pastorais). A Igreja leva infalìvelmente à santidade. O mal que os pecadores praticam não vem de que eles perseguem este fim e empregam estes meios, muito ao contrário.

Nem se pode dizer que a Igreja é realidade híbrida, a um tempo santa e pecadora. A Igreja é sem pecados — absolutamente intemerata — mas não sem pecadores. E' sem pecado, porque repele o pecado como seu único adversário. Mas encerra pecadores que nela permanecem pelo que de santo ainda conservam. A malícia do seu pecado está fora da Igreja nem a pode inquinar. Quem peca, corta-se do Corpo Místico na medida em que peca. Logo, em cada membro, passa a linha divisória, separando invisìvelmente o Santo — que é da Igreja — do pecaminoso, que é do maligno. Por isso a Igreja permanece essencialmente ilibada, malgrado seus membros pecadores. E a obra da santificação consiste em alargar as fronteiras da Igreja dentro do nosso coração.

Santa ontològicamente porque consagrada a Deus, a Igreja é ainda santa moralmente porque transformada em Deus pelo amor. Fundamento de ambas essas santidades é a inabitação do Espírito Santo e a conjunção íntima com Cristo Cabeça. Desta dupla santidade essencial à Igreja, derivou a sua santidade causal: ela é fruto da santidade que se encerra nos seus membros: muito imperfeitamente nos pecadores, melhor nos justos, plenamente nos santos.

Devemos testemunhar esta santidade, fazendo resplandecer a verdadeira face de Deus e da Igreja, pela adesão à pessoa de Cristo, e a observância do que ele prescreveu.

CAPITULO VII

OS PODERES DA IGREJA

A hierarquia sagrada.

Toda sociedade, para subsistir, carece de poderes que lhe regulem a vida, e encaminhem pacìficamente os seus membros à meta comum.

Assim é que em nossas sociedade políticas distinguimos os poderes legislativo, executivo, judiciário. E', pois, de prever que, por ser uma sociedade, a Igreja haja sido provida de poderes destinados a fazer chegar seus filhos à eterna bem-aventurança.

Todavia, a diferença de natureza e finalidade, deixa entrever que entre os poderes da sociedade civil e os da sociedade religiosa, haverá apenas *analogia* e não identidade. Não tem a sociedade civil unidade vital, por não ser um organismo animado; não lhe vem a constituição, diretamente de Deus; nem está ela encarregada de ensinar a Verdade, muito menos de santificar seus membros.

Feita essa ressalva capital, subsiste contudo a semelhança entre as duas sociedades.

Encontramos claramente indicados, na Sagrada Escritura, os poderes da Igreja. Por exemplo, na comparação paulina da Igreja a um "Corpo". Como muito bem explicou o Apóstolo, um corpo comporta:

1º *Diferenciação de partes.* — "Deus pôs os membros do corpo, cada um deles como quis. Se todos os membros fossem um só membro, onde estaria o corpo? Mas a verdade é que são muitos os membros, e um só o corpo" (1 Cor 12, 18-20).

2º *Mútua dependência das partes.* — "O olho não pode dizer à mão: eu não necessito do teu serviço; nem também a cabeça pode dizer aos pés: vós não me sois necessários... se um membro sofre todos sofrem com ele, ou se um membro recebe glória, todos se regozijam com ele" (ib., 21, 26).

3º *Ordem hierárquica.* — Existe não apenas justaposição, mas subordinação entre as diversas funções do corpo humano. De modo semelhante "a uns constituiu Deus na Igreja, em primeiro lugar Apóstolos, em segundo lugar profetas, em terceiro lugar doutores, depois os que têm o poder de operar milagres, depois os que têm o dom das curas, de assistir, de governar, de falar diversas línguas, de interpretar as línguas" (ib., 28).

Devemos agora tratar desses membros mais eminentes de que se serve o Espírito Santo — Alma incriada — para santificar, ensinar e reger o Corpo Místico.

O aspecto jurídico da organização eclesiástica, estuda-o, já se vê, o direito canônico; exula por completo de nossas preocupações. Todavia, convém mais uma vez recordar que, por não ser a Igreja uma sociedade puramente humana, senão humano-divina, nela não se dissocia o visível do invisível. "Portanto nenhuma oposição e contradição pode haver entre a missão invisível do Espírito Santo e o múnus jurídico dos Pastores e Doutores recebido de Cristo; pois que as duas coisas, como em nós o corpo e a alma, mùtuamente se completam e aperfeiçoam e provêm igualmente do único Salvador nosso". [1]

Na primitiva Igreja vemos estreitamente conjugadas as atividades invisíveis do Espírito de Cristo e as visíveis dos Apóstolos de Cristo. Ambas se irmanam na edificação e propagação da religião nascente. Jamais existiu uma Igreja da caridade oposta à Igreja jurídica. "De fato a missão jurídica da Igreja e o poder de ensinar, governar e administrar os sacramentos, não tem força e vigor sobrenatural para edificar o Corpo de Cristo, senão porque Cristo, pendente da Cruz, abriu à sua Igreja a fonte das divinas graças com as quais pudesse ensinar aos homens doutrina infalível, governá-los salutarmente por meio de Pastores divinamente iluminados, e inundá-los com a chuva das graças celestes". [2]

Quando o Papa, por exemplo, define um dogma de fé, cumpre ele um ato de jurisdição bem visível; mas invisìvelmente está presente o Espírito Santo assistindo o Pontífice, e por isso mesmo é este infalível.

Não vamos, pois, contrapor aqui o direito eclesiástico à teologia da Igreja. Distinguimos, apenas, duas maneiras diversas de investigar uma só realidade complexa: o Corpo Místico.

À teologia caberá o estudo dos elementos "pneumáticos" que vêm aviventar a organização jurídica da Igreja.

Desde o início do seu evangelho, revela-nos S. João que o Unigênito do Pai se encarnou para trazer aos homens "a graça e a verdade". A dicotomia "graça e verdade", por duas vezes repetida (Jo 1, 14. 17), parece insinuar um duplo aspecto na missão do Senhor junto a nós; missão que as sagradas Letras designam respectivamente pelos nomes de Sumo Sacerdote e Salvador de um lado, Profeta e Rei de outro.

Sumo Sacerdote, ele estabeleceria enfim o culto espiritual, e ofereceria ao Pai o único e definitivo sacrifício plenamente agradável. E por este mesmo sacrifício haveria de nos remir, limpando nossas almas e nelas derramando a graça.

---

[1]) *Mystici Corporis Christi,* n. 67.
[2]) Ib., n. 31.

Profeta, ensina a verdade divina. Rei, dirige os seus na prática desta verdade, a fim de que alcancem a vida eterna.

Desaparecido Cristo da terra, terminariam os seus ofícios, ou haveria de exercê-los de maneira puramente invisível? Não; é a resposta do Evangelho. Desde que se recolheu por detrás da nuvem, no dia da Ascensão (At 1, 9), o Senhor permanece conosco de maneira sensível ainda, porém não mais às claras; está encoberto por místicas nuvens: os véus dos sacramentos distribuídos por ministros seus; e mais os véus do ensino e das diretivas práticas, emanadas de seus pastores. Mostra-se e se esconde a um tempo. E assim põe à prova nossa fé e nosso amor.

Antes de passar deste mundo ao Pai, escolheu os Doze e lhes comunicou algo de seus poderes de Sacerdote, Profeta e Rei, a fim de que eles pudessem continuar-lhe os ofícios. "Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo" (Jo 17, 18), disse Jesus a seu Pai. E aos Apóstolos repetiu: "Assim como o Pai me enviou, também eu envio a vós" (Jo 20, 21).

Sonhar o cristianismo primitivo qual "anarquia pneumática" é nada entender, nem mesmo do mistério da Encarnação, cuja lei é um vasto movimento de cima para baixo, de Deus aos homens, por degraus divinamente estabelecidos. O Pai dá ao Filho ter a vida em si mesmo e o poder de julgar, porque é Filho do homem (Jo 5, 26-27). E, falando como homem, Jesus dirá: "o Pai é maior do que eu" (Jo 14, 28); e ainda: "Não busco a minha vontade, mas a vontade do Pai que me enviou" (Jo 5, 30). E S. Paulo: "Deus é cabeça de Cristo" (1 Cor 11, 3). A Encarnação comporta, pois, em certo sentido, hierarquia.

Essa vida que tem em si, o Filho dá poderes aos Apóstolos de transmiti-la, em seu nome, aos homens. Tornam-se os Apóstolos "cooperadores de Deus" (1 Cor 3, 9).

Já no fim do século I, o Papa S. Clemente ensinava essa descida gradativa de poderes: "Foram-nos enviados os Apóstolos, como mensageiros da boa nova, pelo Senhor Jesus Cristo, e Jesus Cristo foi enviado por Deus. Logo Cristo vem de Deus e os Apóstolos vêm de Cristo: ambas as coisas dimanam em boa ordem de Deus" (*Ad Cor.*, c. 42).

O mesmo movimento misericordioso que levara o Verbo a encarnar-se para servir-se da natureza humana — instrumento conjunto da divindade — no resgate da humanidade, haveria de levá-lo a utilizar outros homens — instrumentos separados — a fim de aplicar, no espaço e no tempo, os frutos da Redenção.

Em consequência, investiu os Apóstolos da faculdade de santificar como ministros seus, de ensinar e reger sob assistência sua. Não abandonou, como se vê, ao acaso a difusão de sua obra.

Emanação das mais sagradas grandezas de Cristo, se nos antolha a hierarquia. Ou melhor, ela é Cristo continuando a exercer no Corpo Místico, suas funções messiânicas.

Tal como no-lo mostra o Novo Testamento, o cristianismo primitivo é uma sociedade hierarquizada, onde alguns membros detêm poderes espirituais que falecem aos outros. "A uns ele (Cristo) constituiu Apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores..." (Ef 4, 11). S. Paulo fez questão de expor a sua pregação aos demais Apóstolos (Gál 1, 18; 2, 2) e não hesita em afirmar sua autoridade de Apóstolo em relação aos fiéis. Regula a fé dos cristãos: "Assim pregamos e assim crestes" (1 Cor 15, 2). Também regula o culto (1 Cor 11, 17-30) e a moral (1 Cor 5-8, etc.).

Comina penas: "Que quereis? Que eu vá ter convosco com vara, ou com amor e espírito de mansidão? (1 Cor 4, 21). "... Estando preparado para castigar tôda a desobediência..." (2 Cor 10, 6). Que não fossem ameaças vãs provam-no o caso do incestuoso (1 Cor 5, 5), de Himeneu e Alexandre (1 Tim 1, 20), e o de João Marcos (At 15, 37-39).

As epístolas chamadas "pastorais" (a Tito e a Timóteo) mostram o cuidado do Apóstolo em perpetuar a hierarquia: qualidades do bispo, do diácono, conselhos para o governo das comunidades, etc.

Pio XII resumia a um tempo a doutrina apostólica, e a situação de fato das primeiras cristandades, quando escrevia: "Se todos os membros do Corpo Místico participam dos mesmos bens e procuram o mesmo fim, nem todos gozam do mesmo poder e são deputados para cumprir os mesmos atos... E' fora de dúvida que todos os que neste Corpo estão investidos de poder sagrado, são membros primários e principais já que são eles que, por instituição do próprio Redentor, perpetuam os ofícios de Cristo Doutor, Rei e Sacerdote". [3]

As últimas linhas do Pontífice avalizam a divisão tripartida, proposta pelos teólogos modernos, dos poderes da Igreja. Os teólogos antigos reduziam-nos a dois. Lemos por exemplo no Catecismo Romano: "Duplo é o poder eclesiástico: de ordem e de jurisdição. O poder de ordem diz respeito ao verdadeiro Corpo do Senhor, na santíssima Eucaristia. O poder de jurisdição refere-se todo inteiro ao Corpo Místico de Cristo por isso que lhe compete governar e dirigir o povo cristão e conduzi-lo à eterna e celeste bem-aventurança". [4]

Uniam os antigos magistério e governo, em virtude de sua interdependência e mútua penetração. O pastor eclesiástico não

---

[3]) A primeira parte da citação é tirada da Encíclica *Mediator Dei*, n. 36; a última, da *Mystici Corporis Christi*, n. 14.
[4]) II p., c. VII, q. 6. Cf. Card. Gasparri. Catech. catholicus, q. 140.

ensina como mestre qualquer, a título privado, senão como investido de autoridade divina. Ora, ensinar assim o caminho do céu, cabe ao que recebeu mandato de levar até lá os fiéis. Inversamente, o governo eclesiástico, ou seja a orientação dos cristãos para o seu fim sobrenatural, supõe que se lhes abra a inteligência pelo ensino. A função pastoral implica, pois, a um tempo, magistério e governo.

A divergência entre teólogos antigos e modernos afigura-se-nos afetar apenas a terminologia. Idêntica permanece a doutrina. Para facilidade de exposição adotaremos a divisão tripartida inculcada por Pio XII.[5] Contudo, antes de nos adentrarmos na sua explanação, oportuno será apresentar uns poucos esclarecimentos prévios.

Falam comumente os autores, em *hierarquia de ordem* e *hierarquia de jurisdição*. Não os entendamos, porém, como se dividissem uma da outra. A falar com rigorosa exação, cumpre dizer que *una* é a hierarquia sagrada, dotada embora de dois poderes, distintos mas interdependentes.[6] Um, o poder de ordem, refere-se sempre, de uma maneira ou outra, ao culto e aos sacramentos (será, pois, o mais sublime); o outro, o poder de jurisdição, destina-se a orientar os fiéis — por leis, preceitos, diretrizes, penas — à consecução do fim sobrenatural.

Ambos os poderes são intrinsecamente graduados, de sorte que há participação maior ou menor a cada qual. Por instituição divina, os graus do poder de ordem são constituídos pelo *episcopado*, o *presbiterado* e os outros *ministérios*.[7] Dois são os graus do poder de jurisdição: o *sumo pontificado* e o *episcopado* a ele subordinado.[8]

O primeiro poder, como o nome indica, confere-o o sacramento da Ordem. O segundo, transmite-o já a investidura que o novo Papa recebe diretamente de Cristo, tão logo aceita a sua eleição; já, no caso dos Bispos, a missão canônica, a saber a comunicação pública que lhes faz o Soberano Pontífice, do poder de governo.

Além desses graus de instituição divina, outro há, na hierarquia, de instituição eclesiástica; por ex.: quanto ao poder de ordem: os clérigos minoristas; quanto ao poder de jurisdição: os vigários apostólicos em terra de missão, os vigários gerais das dioceses, os superiores de Ordens religiosas, etc.

No Bispo e, de maneira eminente, no Bispo dos Bispos, o Vigário de Cristo, unem-se estreita e harmoniosamente os dois poderes. Nos outros membros da hierarquia, podem existir separadamen-

---

[5]) Cf. também *Mediator Dei*, n. 17.
[6]) Código de Direito Eclesiástico, cân. 108-109.
[7]) Conc. Trid., sess. 23, cân. 6 (Denz., 966).
[8]) Conc. Vatic., sess. 4, c. 3 (Denz., 1828).

te; por ex.: num simples sacerdote dotado de poder de ordem e sem poder de jurisdição; inversamente, ao superior maior de uma Congregação de irmãos leigos, cabe jurisdição sem poder de ordem.

A jurisdição é sempre *revogável* pelo legítimo superior, salvo a jurisdição papal que nem mesmo um concílio ecumênico pode tirar (justamente por não ser ele superior ao Papa). *Inamissível*, ao contrário, é o poder de ordem, pois o sacramento que o confere é uma consagração, imprimindo caráter indelével. Ninguém, nem mesmo o Papa, pode fazer que um padre cesse de ser padre.

Porém, o lícito uso do poder de ordem depende da licença do legítimo superior. Por vezes até o uso válido. Um sacerdote suspenso de ordens ainda celebra a missa vàlidamente — embora ilìcitamente — porém não absolve vàlidamente, pois que a absolvição, sendo ato judicial [9], implica para ter força, jurisdição daquele que absolve, sobre o pecador, o que só a legítima autoridade pode conceder. [10]

Se a causa suprema da Santa Igreja é Deus, por seu Cristo, a *causa segunda é a sagrada hierarquia*. Pelos sacramentos, ela incorpora novos membros ao Corpo Místico, ilumina-os pela pregação da verdade evangélica, canaliza sàbiamente as energias sobrenaturais derivadas dos sacramentos. A hierarquia é como o invólucro visível da invisível virtude de Cristo. A graça nos chega sobretudo através dos sacramentos ministrados pelo poder de ordem, e frutifica ao cêntuplo, quando orientada pelo poder de jurisdição. Donde a nossa fé não se deve deter no lado humano da hierarquia, mas ver nela o veículo das maravilhas do sobrenatural. Pela hierarquia a Igreja vem de Cristo; por ela ainda o Espírito Santo derrama no Corpo Místico a caridade.

A bem dizer, o poder de ordem, como veremos, não é causa, senão *puro instrumento* da ação de Cristo. O ministro permanece livre de administrar ou não o sacramento; mas uma vez decidido, foge-lhe toda iniciativa: empresta apenas sua voz e seus gestos a Cristo que batiza, perdoa, consagra, etc. Enquanto o poder de jurisdição comporta *verdadeira iniciativa*; o pastor pode, por exemplo, escolher a verdade que pregará, o modo de apresentá-la, e ainda optar por esta ou aquela, dentro das inúmeras leis, preceitos ou diretivas canônicas, possíveis. Em virtude dessa capacidade de iniciativa própria, o poder de jurisdição é verdadeira causa, porém causa segunda, atualmente subordinada ao influxo de Cristo que assiste a sua Esposa. De sorte que, apesar desses intermediários humanos, a Igreja ainda é o Corpo *de* Cristo. S. Paulo, após haver enumerado os diversos ofícios estabelecidos pelo Senhor, indica-lhes a finalidade única: "Para o aperfeiçoa-

---

[9]) Conc. Trid., sess. 14, c. 6, e cân. 9 (Denz., 902, 919).
[10]) Conc. Trid., sess. 14, c. 7 (Denz., 903).

mento dos santos, para a obra do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo" (Ef 4, 12).

Querendo Deus, teremos ocasião, no volume sobre os Sacramentos, de considerar com maior detença o poder de Ordem, pelo que nos contentaremos aqui de indicações sobremodo sumárias, consagrando ao magistério e ao governo, explicações algo mais pormenorizadas.

I. O PODER SACERDOTAL

O Sacerdócio de Cristo.

"Tu és sacerdote eternamente", assim falou o Pai ao Filho Unigênito. Por quatro vezes recorda-o a epístola aos Hebreus (5, 6; 6, 20; 7, 17, 21) como para encarecer a importância da função.

O sacerdócio é, pois, ofício fundamental de Cristo, nem temos que procurar, afanosos, em que ele consiste. Ocorre à nossa ignorância a mesma epístola: "Todo sumo sacerdote tomado dentre os homens, é constituído a favor dos homens nas coisas concernentes a Deus, para que ofereça dons e sacrifícios pelos pecados" (Heb 5, 1). Glosando: *ofício próprio do sacerdote é ser medianeiro entre Deus e os homens* (Heb 8, 6; 9, 15), *a estes trazendo os dons divinos e oferecendo a Deus as preces e desagravos dos homens.* Ofício litúrgico, por conseguinte, culminando no ato supremo do culto: o sacrifício.

Homem como nós e Cabeça da humanidade, Jesus representa-a junto à Trindade; Filho encarnado do Altíssimo, ele nos traz os dons celestes (Heb 4, 14-16). Oferecer digno culto à divindade, santificar os homens: temos os dois aspectos complementares do sacerdócio. E o nexo que os coliga é a morte da Cruz: sacrifício cultual supremo e fonte perene donde jorra a graça.

Devaneios de teólogos? Antes, ensinamento expresso de S. Paulo: "Cristo nos amou e se entregou a si mesmo por nós, em oferta e sacrifício a Deus, em cheio suave" (Ef 5, 2; Heb 9, 14; 10, 10).

Traça a epístola aos Hebreus longo e contrastante confronto entre o sacerdócio e o sacrifício da lei antiga, e o sacerdócio e sacrifício de Jesus Cristo. Aqueles, preparação e figura destes (Heb 10, 1). Os sacerdotes antigos, múltiplos, por isso que efêmeros; Jesus Sacerdote único porque eterno, vivendo sempre para interceder por nós (7, 23-25). Aqueles, homens inquinados, obrigados a oferecer hóstias propiciatórias primeiramente pelas próprias faltas; Jesus, santo inocente, imaculado, dando-se como redenção eterna para todos nós (7, 26-27; 10, 12-14). Aqueles, vivendo sobre a terra; este, assentado nos céus à destra do trono de majestade (8, 1). Aqueles, ministros de um concerto antigo, transitório, imperfeito; este, medianeiro de um novo testamento,

perfeito e eterno (8, 5-13). Aqueles, oferecendo o sangue de animais em sacrifícios que purificavam apenas externamente, e se deviam reiterar continuamente, de tão pouco eficazes; este, oferecendo o próprio sangue para purificação das consciências, sacrifício único por ser perfeito e sumamente eficaz (9, 9-14; 24-26; 10, 1-14).

Na oblação de Cristo, reluzem de maneira incomparável os quatro fins do sacrifício ritual: antes de tudo mais a *adoração,* depois a *ação de graças,* a *propiciação,* a *impetração.*

Perfeitíssima homenagem de adoração a Deus, a morte de seu Filho. Não oferece como os outros sacerdotes, algo distinto de si, oferece a própria vida. Mais ainda: vai livremente à morte em obediência ao Pai.

Quando um homem escolhe a morte, tal liberdade é sempre relativa, pois ninguém é livre de não morrer de todo. Cristo, pelo contrário, seria imortal, quisesse ele. Portanto, optou pela morte com liberdade absoluta, total. "Foi oferecido em sacrifício porque ele mesmo quis", profetizara Isaías (53, 7). Tanto maior o ato com que glorificou a Deus. "Por isto meu Pai me ama porque dou a minha vida para tornar a tomá-la. Ninguém ma tira de mim, mas eu de mim a dou; tenho poder para a dar e poder para tornar a tomá-la. Este mandamento recebi de meu Pai" (Jo 10, 17-18). E o evangelista nos diz que, sobre a Cruz, Jesus "entregou" o espírito (Jo 19, 30). Suma liberdade. Daí S. Paulo: "Aniquilou-se a si mesmo, sendo obediente até a morte e morte de cruz" (Filip 2, 8; Heb 10, 8-9).

Dádiva tão preciosa, oferecida com tão acabada reverência e amor, o sacrifício do Calvário torna-se instrumento de nossa redenção (Heb 10, 12-28), satisfazendo de maneira superabundante a ofensa feita a Deus. "Se alguém pecar, temos um Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo o justo. Ele é propiciação pelos nossos pecados. e não sòmente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo" (1 Jo 2, 1-2).

Pelos mesmos motivos o sacrifício de Cristo é o mais perfeito dos agradecimentos. Na última ceia, Jesus "deu graças" (Mt 26, 27; Mc 14, 23; Lc 22, 19; 1 Cor 11, 24) ao instituir o Sacramento do Altar, que por isso se chama "Eucaristia".

Enfim, cabe ao sacrifício do Calvário perfeito poder impetratório, segundo afiança S. Paulo: "Nos dias de sua carne, oferecendo (Jesus) com grande brado e com lágrimas, preces e rogos ao que o podia salvar da morte, foi atendido pela sua reverência" (Heb 5, 7).

Assim o Salvador cumpria, pela sua morte sacrificial, de maneira absoluta, a função de medianeiro: fazia subir até o Altíssimo as homenagens da criatura e baixar, de Deus à criatura, a graça salvífica.

O ofício sacerdotal da Igreja.

Como acima levamos dito, Cristo quis morrer na Cruz *como* Cabeça da Humanidade. Consequentemente, o seu poder sacerdotal se difundia pelo Corpo inteiro: os membros hão de lhe participar o múnus sacerdotal para continuar o culto cristão. Nascida do lado lanceado do Redentor, a Igreja deriva, pois, de um sacrifício ritual. Ela é, portanto, *essencialmente litúrgica.*

Esse culto perfeito que a Cabeça rendeu ao Pai, o Corpo deverá espraiá-lo pelo espaço e o tempo, perpetuá-lo de geração em geração. De certo, novos sacrifícios não deverão ser oferecidos; definitiva é a oblação do Calvário; basta para todo sempre (Heb 10, 10-14). Porém ela deverá continuar sua presença ativa entre nós, dia após dia, em vez de desaparecer na bruma da história, deixando apenas, como rastro, evanescente lembrança. Foi, pois, vontade do Senhor que os seus membros participassem do seu sacerdócio, a fim de lhe continuar os atos cultuais.

Para isso, ao começar a sua Paixão, ele instituiu no Cenáculo um rito que já encerrava, misteriosamente, a realidade substancial do sacrifício do Calvário. Ordenou aos Apóstolos de repetir, até a Parúsia, esse rito não sangrento, portador da presença do sacrifício sangrento.

"A Igreja, por conseguinte, obedecendo fielmente ao mandato recebido do seu Fundador, é a continuadora do ofício sacerdotal de Jesus, sobretudo no desempenho da sagrada Liturgia. A sua missão satisfaz, primeiro no altar, onde o sacrifício da Cruz é perpètuamente representado e, com a única diferença do modo de oferecer, renovado; em segundo lugar por meio dos Sacramentos, instrumentos particulares pelos quais se dá aos homens o participar da vida sobrenatural; finalmente, pelo tributo de louvor cotidianamente oferecido a Deus Ótimo Máximo". [11]

Haverá notado o leitor que Pio XII hierarquiza os três elementos principais da sagrada Liturgia. *A Missa,* centro de tudo, pois nos traz a Cruz; os *Sacramentos,* aplicando-nos a virtude do Sangue redentor; as *preces públicas,* preparação ou prosseguimento do Santo Sacrifício, consagrando a Deus, por Cristo, as diversas horas do dia.

O sacerdócio dos leigos.

Desde o instante em que se torna cristão, o fiel é deputado ao culto divino. O caráter batismal, com efeito, consagra indelèvelmente, incorporando ao Sumo Sacerdote, e habilita a perpetuar a liturgia do Calvário. Ministros do culto cristão somos todos pelo batismo, embora imperfeitamente — a consagração perfeita só virá pelo caráter da Ordem.

---

[11]) Pio XII, Enc. *Mediator Dei,* n. 3.

"Sacerdócio santo" qualifica S. Pedro os cristãos (1 Ped 2, 5); e S. João assegura: Jesus Cristo "nos fez reis e sacerdotes para Deus seu Pai" (Apoc 1, 6).

Para melhor entendermos essa perpetuação do sacerdócio de Cristo, é frutuoso aproximá-la de outra verdade da fé. Por sua morte cruenta, o Redentor reconciliou uma vez por todas o gênero humano inteiro com o Pai; não obstante, é absolutamente necessário que cada homem se ponha em contacto pessoal e atual com o Sacrifício da Cruz. Só assim lhe serão distribuídos e aplicados os merecimentos da Cabeça divina. Chamamos a essa participação individual de redenção "subjetiva", insubstituível para cada um de nós.

De modo semelhante, Cristo se ofereceu uma vez por todas em sacrifício perfeito (Heb 10, 10); não obstante, é indispensável que todo homem ofereça a Deus, pessoalmente, adoração, reparação, ação de graças, impetração, na qualidade de membro de Cristo Sacerdote.

Donde, na Missa, "não sòmente, depois do ofertório do pão e do vinho, o sagrado ministro, voltando-se para o povo, diz explìcitamente: "Orai, irmãos, para que o meu e o vosso sacrifício seja aceito na presença de Deus Pai Onipotente", mas também as orações com que a Deus é oferecida a divina vítima são quase sempre no plural, e nisso mesmo se indica que o povo toma parte como oferente neste augusto Sacrifício". [12]

Tal, o fundamento teológico do "sacerdócio dos leigos", motivo de tantas discussões em tempos recentes. Grande luz sobre o assunto derramou Pio XII na Encíclica *Mediator Dei.*

Seria repristinar uma heresia já fulminada pelo Concílio Tridentino [13], imaginar que o sacerdócio dimane da Cabeça ao Corpo Místico de maneira universal, genérica, indeterminada, de sorte que todos os batizados sejam sacerdotes por igual. Não. Exclusivamente aos que receberam o sacramento da Ordem "é conferido o poder sacerdotal, por cuja virtude, assim como representam perante o povo que lhes é confiado, a pessoa de Jesus Cristo, assim também representam essa mesma plebe perante Deus... O povo, ao contrário, não representando de qualquer modo a pessoa do divino Redentor, nem sendo mediador entre si a Deus, não pode de modo algum gozar do poder sacerdotal". [14] Apenas "participa" deste poder.

Em que consiste tal "participação"?

Consiste, ensina Pio XII, em oferecer pelas mãos do sacerdote e juntamente com ele; e também em oferecer-se a si como vítimas.

---

[12]) L. c., n. 83.
[13]) Sess. 23, c. 4, Denz., 960.
[14]) *Mediator Dei,* nn. 37, 80.

1º *Oferecer juntamente com o sacerdote.* — Só poderá cada cristão participar na oferta do Sacrifício do Calvário, se este tiver assegurada a sua presença entre nós. Não apenas qual lembrança de longínquo passado, senão como realidade atual, verdadeiro e próprio sacrifício.

Para esse fim instituiu Jesus, na última ceia, um rito incruento — a um tempo mistério de fé e mistério de amor — que representa o rito cruento, realizado uma só vez na ara da Cruz. Não para substituir a este ou suplantá-lo, nem mesmo para multiplicá-lo, mas para assegurar-lhe a continuidade da presença. Perdura assim o único Sacrifício, pelos instantes do tempo, até que o Senhor venha nos levar ao seu Reino celeste, onde tomaremos parte na liturgia descrita no Apocalipse.

O sacrifício da Missa não é, pois, diverso do sacrifício da Cruz. Longe de substituir o ato cruento do Calvário, o rito incruento lhe está totalmente subordinado; só cobra sentido e virtude em função dele. "De fato, pela transubstanciação do pão no corpo e do vinho no sangue de Cristo, tem-se realmente presente tanto o seu corpo como o seu sangue, e as espécies eucarísticas, sob as quais está presente, simbolizam a cruenta separação do corpo e do sangue. Assim, a comemoração da sua morte, que foi real no Calvário, repete-se em cada sacrifício do altar, porque, por meio de símbolos distintos, Jesus Cristo é significado e se nos mostra em estado de vítima". [15]

A Missa não vem suprir não sei que impossível falta de eficácia do Sacrifício da Cruz, mas prolonga-o através do tempo, torna-o verdadeira e atualmente presente, de sorte que possa ser oferecido pelo Corpo Místico, qual ato de sumo louvor a Deus, e nos aplique a salutar virtude da paixão, apagando as nossas faltas cotidianas.

O Sacerdote que oferece o santo Sacrifício da Missa é idêntico ao que ofereceu o Sacrifício do Calvário: Cristo Jesus. No altar, "imolando-se incruentamente, o Sumo Sacerdote fez o que fez uma vez sobre a Cruz, oferecendo-se totalmente ao Pai eterno como hóstia gratíssima..." [16] Mas, em seu insondável amor, ele quis servir-se de um membro seu, marcado pela consagração sacerdotal, que "lhe empresta a sua língua e lhe cede as suas mãos". [17]

Todavia Cristo, ao oferecer o sacrifício da Missa por seu ministro, oferece-o enquanto Cabeça do Corpo Místico, logo *em nome dos membros todos.* Nesse sentido cabe dizer que os fiéis oferecem o sacrifício *pelas mãos* do sacerdote. [18] E também oferecem *juntamente* com o sacerdote — não já "concelebrando",

---

[15]) L. c., n. 66.
[16]) L. c., n. 65.
[17]) L. c., n. 89.
[18]) Ib.

executando o rito sacrificial — mas por isso que se unem "com os seus votos de louvor, de impetração, de expiação e de ação de graças, à intenção do sacerdote e, até, do próprio Sumo Sacerdote, com o fim de que sejam apresentados a Deus Pai na própria oblação da vítima e pelo rito externo do sacerdote". [19]

A essas razões profundas da participação dos fiéis ao Sacerdócio de Cristo, aditou Pio XII três outras, mais periféricas: o fato dos assistentes à Missa dialogarem com o celebrante; de por vezes oferecerem o pão e o vinho que se transubstanciam no Corpo e no Sangue do Senhor; e enfim, porque com suas esmolas fazem que o sacerdote ofereça, em intenção delas, a divina vítima.[20]

2º *Devem os fiéis oferecer-se também como vítimas.* — Membros do Sumo Sacerdote do Novo Testamento, estão os fiéis obrigados a configurar-se a ele, logo a juntamente com ele se oferecerem a si próprios. "Aquele que diz que está n'Ele, também deve andar como Ele andou" (1 Jo 2, 6). "... olhando para Jesus, autor e consumidor da fé, o qual, em vez do gozo que lhe estava proposto, suportou a cruz" (Heb 12, 2).

Assemelhar-se a Cristo, significa pois imolar-se ao Eterno Pai, com o nosso Chefe que por nós sofreu. [21] A tal imolação nos exorta S. Pedro, quando nos diz que somos "sacerdócio santo para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por Jesus Cristo" (1 Ped 2, 5). E S. Paulo precisa: "Eu vos suplico, pois, irmãos, pela compaixão de Deus, que ofereçais vossos corpos como hóstia viva, agradável a Deus, como vosso culto racional" (Rom 12, 1).

Melhor oportunidade para tal imolação mística não há do que o momento do Sacrifício da Missa. "Livre e intimamente unidos ao Sumo Sacerdote e ao seu ministro terrestre, segundo o espírito da Sagrada Liturgia, unam-se a ele, de modo particular, no momento da consagração da Hóstia divina e juntamente com ele a ofereçam..., nem se esqueçam os cristãos de se oferecer juntamente com o Divino Chefe crucificado, a si mesmos, suas preocupações, dores, angústias, misérias e necessidades". [22]

Doutrina que causa particular horror ao homem contemporâneo. Pôde Bergson sem exagero sentenciar: "Toda nossa civilização é afrodisíaca". Ainda os meios católicos estão infetados pelo mal. Quando não cultuam o prazer ilícito, ao menos chafurdam no comodismo, apegam-se ao conforto sempre mais requintado. Provocam pavor a mínima penitência ou mortificação. Com quantos suspiros vemos despontar um dia de jejum! Com que sentimentos de consternação foi acolhido por muitos, o estabele-

---

[19]) Ib.
[20]) L. c., n. 86.
[21]) L. c., n. 99.
[22]) L. c., n. 100.

cimento, no Brasil, da abstinência semanal! E quantos terão obedecido? E que alívio, quando foi suprimida!

Entretanto, esses católicos assistem à Missa. "Assistência passiva, negligente e distraída" [23], inadmissível em almas deputadas, pelo batismo, ao culto divino.

Ao contrário, "o dito do Apóstolo: "tende em vós mesmos os sentimentos de Jesus Cristo" (Fil 2, 5) exige de todo cristão que reproduza em si, quanto está nas possibilidades humanas, o mesmo estado de alma que tinha o divino Redentor quando realizava o sacrifício de si mesmo: a humilde submissão do espírito e a adoração, honra, louvor e ação de graças à suprema Majestade de Deus; mais: que reproduza em si mesmo a condição de vítima, a abnegação segundo os preceitos do Evangelho, o voluntário e espontâneo exercício da penitência, a dor e expiação dos próprios pecados; numa palavra, que todos espiritualmente morramos com Cristo na Cruz, de modo a poder dizer com S. Paulo: "Estou pregado à Cruz com Cristo" (Gál 2, 19). [24]

Por isso os fiéis, cuja fé é conhecida ao Senhor e notória a devoção — palavras do cânon da Missa — desejam ardentemente "tornar-se semelhantes a Jesus Cristo, que padeceu acerbas dores, e todos, com o mesmo Sumo Sacerdote e por seu intermédio, hão de oferecer-se como hóstia espiritual... Assistindo, pois, ao altar, devemos transformarmo-nos de modo que em nós se extinga radicalmente o pecado, e se restaure e revigore com toda a diligência quanto, por Cristo, nos confere a vida sobrenatural, e, assim, nos tornemos, em união com a Hóstia imaculada, vítima agradável ao Pai Eterno". [25]

O sacerdócio hierárquico.

"Fazei isto em memória de mim" (Lc 22, 19; 1 Cor 11, 24-25). O mandamento do Senhor a seus Apóstolos, descobre-nos nova e muito mais profunda participação no Sumo e Eterno Sacerdócio, em virtude da qual alguns homens, ordenados pela imposição das mãos do Pontífice, têm o poder de perpetuar no Corpo Místico, o Sacrifício do Gólgota. Um só momento não transcorre sem que, em qualquer parte do orbe, se renove o mesmo culto de adoração, propiciação, impetração e ação de graças, que Jesus ofereceu na grande sexta-feira.

E porque o sacerdócio hierárquico traz constantemente ao mundo a paixão de Cristo, só a ele compete aplicar-nos o sangue do Salvador nos sacramentos. [26] Duplo aspecto, cultual e santificador, do Sacerdócio católico.

---

[23]) L. c., n. 76.
[24]) L. c., n. 77.
[25]) L. c., nn. 95, 96.
[26]) Salvo o matrimônio e, em casos excepcionais, o batismo.

Por ser absolutamente sobrenatural, o poder sacerdotal não pode provir de qualquer causa humana, como a descendência carnal ou a delegação da comunidade cristã; provém diretamente de Deus e só é conferido aos que Cristo escolheu (Jo 15, 16): os Apóstolos, e depois aos que, dos Apóstolos e de seus sucessores, receberam a imposição das mãos.[27]

Já na primitiva Igreja, o poder sacerdotal representa-se-nos hierarquizado. O diácono Filipe, por exemplo, batizava (At 8, 12, 38), porém não crismava;; foi necessário para comunicar o Espírito Santo que Pedro e João viessem de Jerusalém a Samaria e impusessem as mãos aos neófitos (ib., 14-17). Tão pouco competia aos diáconos ungir os doentes com óleo santo; tal rito pertencia aos presbíteros (Tgo 5, 14).

Permanente, transmite-se o poder de ordem pelo rito da imposição das mãos. Assim Paulo impôs as mãos a Timóteo, conferindo-lhe algo inamissível, pois não lho dá de novo, manda apenas que lhe desperte a virtude (2 Tim 1, 6); e este, por sua vez, o transmitirá a outros (1 Tim 5, 22). Também a Tito ordena que estabeleça presbíteros nas diversas cidades de Creta (Tit 1, 5), como Paulo e Barnabé os haviam estabelecido outrora, nas igrejas da Ásia Menor (At 14, 22; 20, 28).

Definiu o Concílio Tridentino que a Sagrada Hierarquia comporta, quanto ao poder de ordem e por instituição divina: bispos, presbíteros e "ministros".[28] Entre estes últimos só os diáconos são de instituição divina. O subdiaconato e as quatro ordens menores foram criadas pela Igreja, como por desdobramento das funções diaconais. Já no ano de 251, atesta uma carta do Papa S. Cornélio a existência em Roma de 46 sacerdotes, 7 diáconos, 7 subdiáconos, 42 acólitos, 52 exorcistas, leitores e ostiários.[29]

Os "ministros" inferiores exercem funções preparatórias ao sacrifício eucarístico. Quanto ao rito sacrificial, bispos e presbíteros são rigorosamente iguais; ambos consagram a Eucaristia do mesmo modo. Todavia, não deixa de haver entre eles desigualdade de poder sacramental: só o bispo confere o diaconato, o presbiterato e o episcopado. Por analogia com os seres vivos, que atingem pleno desenvolvimento quando podem procriar outros seres semelhantes a si, diz-se que nos bispos reside a "plenitude" do sacerdócio, em virtude dessa faculdade de gerar espiritualmente bispos, sacerdotes e diáconos. No alto da hierarquia está o Bispo, que além de consagrar a Hóstia, tem o poder de suscitar novos consagradores; abaixo vem o Sacerdote que exerce o rito incruento; por último, os demais Ministros que cooperam na oblação do Sacrifício.

---

[27]) *Mediator Dei*, n. 37.
[28]) Sess. 23, c. 4 e cân. 6 (Denz., 960, 966).
[29]) Denz., n. 45.

Estende-se o poder de Ordem igualmente à preparação dos fiéis à Eucaristia. Ora a preparação precípua, é a remoção do principal obstáculo à união com Cristo: o pecado. Donde o chamado "poder das chaves" (Mt 16, 19; 18, 18; Jo 20, 23) que permite conhecer e absolver pecados, pela virtude da Cruz. O mesmo vale do poder sacerdotal de conferir a Extrema-Unção ou o Batismo. Donde ensinam os teólogos que tudo, na Ordem, se refere ao Corpo de Cristo seja sacramentado seja místico, a este em relação àquele.

Por que interpor homens entre a alma e Deus? objetam os protestantes. Sejam lógicos, respondemos, e suprimam Jesus Cristo que é medianeiro entre Deus e os homens!

Na verdade, o padre, no exercício do poder de ordem, não age por virtude própria, nem mesmo por delegação divina — à guisa de procurador — mas como *puro instrumento* manejado atualmente pelo Sumo Sacerdote.

Direi porventura que esta minha pena me suplanta o pensamento, se substitui a ele, age independentemente dele? — Bem sei que ela me serve apenas de meio de expressão; veicula minhas idéias. Assim, o sacerdote nada mais faz senão prolongar até nós, tornar presente, a mediação do único Mediador. Só Cristo infunde a graça; seu ministro não passa de puro canal, trazendo a cada indivíduo a eterna Redenção.

Cristo não é pessoa interposta entre Deus e nós, pois ele é Deus pessoalmente conosco — Emanuel. Tão pouco a Igreja se intromete entre Cristo e nós, por isso que ela é Cristo misticamente conosco.

Por certo, S. Paulo não cuidava tomar o lugar do Salvador, quando declarava que Deus lhe confiara "o ministério da reconciliação; porque era Deus que reconciliava consigo o mundo em Cristo, não lhes imputando os seus pecados, e encarregou-nos a nós da palavra da reconciliação. Logo, nós desempenhamos as funções de embaixadores por Cristo, como exortando-vos Deus por meio de nós" (2 Cor 5, 18-20).

Para explicar os ofícios aparentemente inversos do sacerdote — representa Deus junto a seu povo, e o povo junto a seu Deus — Pio XII aduz, com suma propriedade, o mesmo motivo: é por ser ele ministro *de* Cristo, Deus e homem. "O sacerdote representa o divino Redentor e, porque Jesus Cristo é a Cabeça do corpo de que os fiéis são membros, o sacerdote *representa Deus* junto ao seu povo... O sacerdote *faz as vezes do povo*, porque representa a pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo enquanto ele é Cabeça de todos os membros e se oferece por eles".[30]

Poderia Deus nos ter salvado sem esses instrumentos humanos, como poderia ter dispensado a Humanidade de Jesus, para

[30]) *Mediator Dei*, nn. 37, 80.

fazer descer até nós a sua misericórdia. Mas o mesmo amor que compeliu o Verbo a revestir-se da natureza humana, levou-o a nos comunicar a virtude de sua Cruz pelo ministério de homens consagrados à Cruz.

Sem dúvida, a humanidade de Cristo é instrumento *conjunto* ao Verbo, na unidade de pessoa; enquanto o ministro do sacramento é entitativamente *separado* da divindade. Nada impede entretanto que a *ação* do Verbo se una, na ordem dinâmica, a este instrumento.

Só em virtude da total dependência do ministro em relação a Cristo Sacerdote, explica-se que o sacerdote ao executar o rito da consagração torne realmente presentes sobre o altar o Corpo e o Sangue do Senhor.

E do mesmo modo se explica a independência do poder sacerdotal em relação ao valor pessoal do ministro, dele investido, e que o sacerdote prevaricador deixe ainda passar a graça. Ela não é dele, indigno — sacrílego até — ela é de Cristo, nem se pode inquinar, como não se ofusca o sol, ao pousar-se sobre imundícies.

Por isso, já no século III o Papa S. Estêvão sustenta vitoriosamente contra S. Cipriano que a validez do batismo não está em função das qualidades morais de quem o confere.[31] O grande bispo e mártir cartaginense herdara de Tertuliano uma concepção teológica errônea: estabelecia nexo necessário entre a graça sacramental e a santidade pessoal do ministro. Como poderia este extravasar a graça se não a possuísse? Esquecia-se S. Cipriano de que o ministro não é causa da graça senão simples instrumento: não se transmite ao batizado a santidade de quem batiza, mas a santidade de Cristo. Ninguém batiza em nome próprio, mas antes em nome de Cristo. "Foi Paulo crucificado por vós? ou fostes vós batizados em nome de Paulo?" (1 Cor 1, 13). Fosse o ministro herege ou escandaloso, ainda valeria o sacramento.

Ungido para sempre, marcado com indelével sigilo, malbarate embora o padre ou mesmo prostitua os seus poderes sagrados, ninguém lhos conseguirá arrebatar, nada logrará apagá-los. Tremenda responsabilidade!

Deter "o poder de agir em virtude e na pessoa do próprio Cristo"[32], servir-lhe de instrumento vivo para conferir perenidade ao seu Sacrifício, oferecendo digno culto a Deus; servir-lhe ainda de instrumento vivo para derramar sobre os fiéis, pelos sacramentos, as graças que jorram do monte Calvário, sem dúvida maior dignidade não pode ser conferida a um homem. Com razão afirmava o santo Cura d'Ars que, encontrasse ele um anjo em companhia de um padre, saudaria primeiramente a este. E como

---

[31]) Denz., n. 46.
[32]) *Mediator Dei*, n. 65.

confrange o coração ver pais matarem, na alma dos filhos, os germes da vocação sacerdotal!

"Temos, porém, este tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus e não de nós" (2 Cor 4, 7). Por ser meramente instrumental, o poder de ordem não santifica por si só. Outra coisa é graça santificante, outra caráter sacerdotal (embora este chame aquela, mas a graça exige cooperação nossa!). Destina-se a graça à santificação pessoal, o caráter ao exercício válido do culto. E' tristemente possível ser padre e ser vaso de iniquidade. Após haver pregado aos outros, Paulo temia para si a reprovação divina (1 Cor 9, 27). De que pavor não deveria então encher-se a alma de um pobre sacerdote? Como o último dos fiéis, o padre salva-se com temor e tremor (Filip 2, 12). Temor e tremor tanto maiores quanto maiores serão as contas a prestar, tendo-lhe sido dado e confiado muito mais (Lc 12, 48). Nada tão absurdo e ridículo quanto o orgulho clerical.

Entretanto o leigo, longe de atirar pedras aos clérigos desfalecentes, ampare-os com a oração e neles venere a dignidade excelsa, contida embora em vaso fragílimo. E dedique ao seu clero, apesar de tudo, gratidão e afeto. Que seria do povo católico sem o sacerdócio? Reduzido a dois sacramentos — o batismo e o matrimônio, cuja graça, por ser indispensável ao perdurar do Corpo Místico, não está necessàriamente ligada à intervenção do poder de ordem — privado por conseguinte do único ato de culto verdadeiramente digno do Altíssimo; privado da absolvição que tanto lhe facilita o perdão dos pecados; privado do alimento eucarístico; privado da presença dulcíssima de Jesus no tabernáculo; privado do pábulo da doutrina evangélica autêntica; privado enfim de diretrizes seguras para trilhar o caminho do céu, — como se lhe tornaria falha, difícil e temerosa a jornada cristã! Não é por mero acaso que os totalitários, na faina de desarraigar a religião, começam sempre por abater o clero.

Dêem, pois, os leigos perenes graças ao Sumo Sacerdote por se ter dignado escolher alguns dentre os filhos dos homens (Jo 15, 16) para lhes comunicar seus próprios poderes; para que fossem "cooperadores de Deus" (1 Cor 3, 9). Tanto mais cerquem o clero de respeito e afeto, quanto mais protestantes, maçons, espíritas, comunistas, odeiam-no e o caluniam.

Lembre enfim o leigo que, pelo caráter batismal, ele também participa — embora em medida mais escassa — do Sacerdócio de Cristo.

O Corpo Místico é, na verdade, todo inteiro um corpo sacerdotal, votado ao culto e serviço de Deus. Cada cristão leva o selo do Espírito Santo (Ef 1, 13; 4, 30) que misteriosamente lhe distingue a alma. Ele é um separado, um consagrado. Berrante absurdo seria levar vida de pagão.

II. O PODER DE MAGISTÉRIO

O principal influxo que o Corpo Místico recebe de sua Cabeça lhe vem de Cristo Sacerdote e Salvador, cuja ação se perpetua na Igreja pelo poder cultual e santificador de Ordem: é o mundo da liturgia cristã, da graça sacramental. Dessa ação interna, profunda, misteriosa, dimana a "alma criada" da Igreja.

Porém, resta ainda outro influxo, vindo de Cristo como Profeta e Rei. Mais exterior: propõe as verdades a crer, o bem a praticar; ao mesmo tempo intima diretivas, impele os membros para o fim comum: eis o poder de jurisdição.

Como acima dissemos, ambos os influxos da Cabeça, embora bem distintos, são conexos e interdependentes. De um lado o poder de ordem, para seu uso lícito (e por vezes até válido) depende da jurisdição; de outro lado, magistério e governo eclesiástico têm, em última análise, finalidade sacerdotal: encaminham as almas à vida sobrenatural dispensada pelo poder de ordem.

Cristo Profeta.

"Deus, tendo falado outrora, muitas vezes e de muitos modos a nossos pais pelos profetas, ùltimamente, nestes dias, falou-nos por meio de seu Filho..." (Heb 1, 1). Neste preâmbulo da epístola aos Hebreus, assinala-se a harmonia entre a antiga e a nova revelação — a judaica e a cristã — ao mesmo tempo que se realça a superioridade desta sobre aquela.

Harmonia, pois que de ambas Deus é o autor; desigualdade, porque a judaica foi polimorfa e parcelada; a cristã, dada de uma só feita e definitiva.

Embora espalhada por tantos séculos, trazida por tão diversos órgãos e sob tão numerosas e variegadas formas, a revelação do Antigo Testamento se nos representa incompleta e preparatória, quando a confrontamos com a riqueza e plenitude da única revelação feita pelo único Jesus.

Lembra esse prólogo da derradeira epístola paulina, o do último evangelho: "A lei foi dada por Moisés, a graça e a verdade foi trazida por Jesus Cristo. Ninguém jamais viu a Deus; o Unigênito, que está no seio do Pai, ele mesmo é que o deu a conhecer" (Jo 1, 17-18).

E em S. Lucas lemos: "Jesus exultou no Espírito Santo e disse: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e aos prudentes, e as revelaste aos pequeninos. Assim é, ó Pai, porque assim te aprouve. Tudo por meu Pai me foi entregue. E ninguém sabe quem é o Filho senão o Pai e quem é o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar. E, tendo-se voltado para os discípulos, disse: Ditosos os olhos que vêem o que vós vedes. Porque eu vos afirmo

que muitos profetas e reis desejaram ver o que vós vedes, e não viram; e ouvir o que vós ouvis e não o ouviram" (Lc 10, 21-24).

Profeta, no sentido bíblico, não é apenas o que descobre o futuro, senão todo o que manifesta verdades religiosas, como doutor e mestre divinamente acreditado.

Cristo Jesus é Profeta por excelência. Fala com autoridade soberana: "Nunca homem algum falou como este homem" (Jo 7, 46; Mc 1, 22); afiança a sua pregação por estupendos milagres (Mt 9, 6; Jo 14, 12); e o mesmo Deus abona essa autoridade: "Este é meu amado Filho, em quem me hei comprazido, ouvi-o!" (Mt 17, 5).

Não só vê o futuro como manifesta a quem ele escolheu o grande mistério de luz: o mútuo conhecimento do Pai e do Filho (Lc 10, 22; Jo 8, 19; 14, 7; 16, 25; 17, 3, 6-8). Assim o Magistério do Senhor é uma das suas funções de medianeiro. Difunde a sua humanidade, os clarões vindos de sua divindade: traz aos homens os segredos de Deus.

"Eu sou a luz do mundo" (Jo 8, 12). Não ensina o divino Mestre verdades científicas ou econômicas. Em compensação, ilumina concretamente os problemas supremos — logo os mais importantes: verdades a crer, ações a praticar para salvar-se.

Quem é Deus: o Pai que nos amou ao ponto de nos dar seu Unigênito; quem é o homem: um pecador, porém chamado ao convívio amoroso do Pai e do Filho; que fazer para entrar na vida eterna: guardar os mandamentos, mormente o mandamento do amor; qual o caminho da perfeição: renunciar-se, tomar cada dia a sua cruz, e seguir a Jesus.

Conhece doravante o homem qual o sentido da vida e os meios de alcançar o seu destino. Seria, pois, o ensinamento do Mestre um doutrinar filosófico? — Não, porque a revelação cristã manifesta o trans-racional, que jamais poderíamos descobrir pela observação e o raciocínio. Não ainda, porque falível é o ensinamento dos filósofos, enquanto Jesus, unido pessoalmente ao Verbo, nos ministra doutrina definitiva e irrevogável. Não de novo, porque o divino Mestre identifica-se à própria doutrina — "Eu *sou* a verdade" — enquanto o sábio se distingue da sua descoberta e o filósofo do seu sistema. Tanto assim que podemos adotar uma teoria sem lhe conhecer o autor, enquanto aceitar o ensinamento de Cristo é aderir à pessoa de Cristo: a sua revelação é ele mesmo. Ele descobre a sua relação a Deus — é o Unigênito — e a nós — é o Salvador. Logo, receber a doutrina cristã é dar-se ao Mestre, caminho, verdade e vida. Se queremos o caminho, devemos seguir as pisadas do Caminhante (Jo 13, 15; 1 Jo 2, 6); se queremos a verdade, devemos acolher a Luz que nos ilumina (Jo 1, 9); se queremos a vida, devemos abraçar a Pa-

lavra da vida (1 Jo 1, 1; Jo 17, 3). Adesão teórica não basta; indispensável é comprometer-se, empenhar a existência.

Por ser o seu ensino vital, sacrifica-lhe Jesus os maiores bens: a honra, a liberdade, a mesma vida. Mostra o pouco caso em que as devemos ter quando está em jogo a verdade: morre porque afirmou-se Filho de Deus (Mt 26, 63-64). Pela sua paixão, prova que não era apenas um pregador, senão cumpria o que pregava: mansidão, humildade, perdão dos pecados, amor — sobretudo amor. Assim deu o Senhor testemunho à verdade, que era ele mesmo (Jo 1, 7; 18, 37; 1 Tim 6, 13).

O profetismo dos Apóstolos.

Jesus testemunhara forçosamente em determinado ponto do espaço e do tempo: na Palestina, reinando Tibério. Era necessário que esse testemunho fosse conhecido de todos os homens, pois que a todos eles se destinava. Se indispensável à salvação é a fé, indispensável também será o seu pressuposto: a pregação. "Como crerão naquele de quem não ouviram? E como ouvirão se não há quem pregue?... De sorte que a fé é pelo ouvir, e o ouvir pela palavra de Cristo" (Rom 10, 14-17).

Donde o caráter *visceralmente doutrinal* do cristianismo. Não é religião de sentimento, mas de crença no testemunho de Cristo.

Como, porém, dilatar esse testemunho pela terra inteira, por todos os tempos? Poderia, de certo, Cristo contentar-se de iluminar interiormente as almas, mas não quis. Acomodou-se à natureza humana que, por ser sensível e social, requer o ensinamento de outros homens.

Já Deus nos comunicara a lei antiga por órgãos humanos, os profetas; a lei nova, por seu Filho feito homem. Era de esperar que continuasse a evangelização pelo ministério de homens. Haveria de prosseguir, no Corpo Místico, a função docente da divina Cabeça.

De fato, Jesus escolheu os Doze e mandou-os pregar na Galiléia, a fim de coadjuvá-lo no seu ofício de Doutor (Mt 10, 5-15; Mc 3, 14; 6, 7-13). Missão temporária, à qual sucederia uma outra, universal, morto o Mestre (Mt 10, 16-23).

Os pormenores em que entra Jesus, demonstram a importância atribuída à missão da palavra. Pregarão os Apóstolos como enviados de Cristo: "como meu Pai me enviou, assim eu vos envio a vós" (Jo 20, 21). "Ide, pois, ensinai todas as gentes" (Mt 28, 19). Quem vos ouve, a mim me ouve, e quem vos despreza a vós a mim me despreza. E quem a mim me despreza, despreza Aquele que me enviou" (Lc 10, 16).

Designando um corpo de pregadores de sua palavra, Cristo deixou evidente que ninguém se pode arvorar em evangelista: "Como pregarão se não foram enviados?" (Rom 10, 15). Ser

arauto do evangelho, supõe um mandato. Ademais, os pregadores jamais falariam em nome próprio; em compensação, haveria de lhes caber a autoridade derivada da investidura oficial. Jamais se apresentaram os Apóstolos como autores da revelação, senão como seus órgãos afiançados.

Supérfluo e até ocioso seria mostrar a importância ímpar atribuída pelos Apóstolos à doutrinação. Basta abrir os Atos e as Epístolas. Contentar-nos-emos com lembrar três episódios particularmente característicos.

O primeiro é a escolha do substituto de Judas, onde reluz o caráter primordial do apostolado: *testificar.* Levanta-se Pedro na assembléia dos 120 discípulos reunidos no Cenáculo, relembra a tremenda sorte do traidor, e prossegue: "E' necessário, pois, que destes varões que têm estado juntos conosco durante todo o tempo, em que o Senhor Jesus viveu entre nós, começando desde o batismo de João até ao dia em que foi arrebatado dentre nós, um destes seja constituído testemunha conosco da sua ressurreição" (At 1, 21-22). Como indica a etimologia, o Apóstolo é o "enviado" oficial, encarregado de perpetuar o testemunho.

O segundo exemplo é a instituição dos diáconos. Ainda estuantes do fogo pentecostal, praticavam os cristãos a comunidade de bens (At 4, 34-35). Porém, com o crescer das conversões, surgiram queixas: algumas viúvas haveriam sido desprezadas nas distribuições. Primórdios de crise econômica, que se iria agravando com o tempo. De tal sorte se acentuou a penúria da comunidade hierosolimitana, que as três "colunas da Igreja" impuseram como única condição a Paulo, antes que missionasse os Gentios, lembrar-se dos pobres de Jerusalém (Gál 2, 10). Grande foi sempre a solicitude do Apóstolo, em angariar esmolas para a comunidade mãe (1 Cor 16, 1-3; 2 Cor 8-9; Rom 15, 25-27, 31; At 11, 29-30; 24, 17). Nestas condições, era de vital importância assegurar a vida material da primeira cristandade. Não obstante, reunidos os fiéis declararam os Apóstolos: "Não é conveniente que nós deixemos a palavra de Deus para servir às mesas. Escolhei, pois, irmãos, dentre vós sete varões de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais encarreguemos desta obra. Nós, porém, ocupar-nos-emos totalmente na oração e no ministério da palavra" (At 6, 2-3).

Derradeiro exemplo: Paulo reagindo, com veemência, contra os cismas e conventículos que dilaceravam a igreja de Corinto — diziam uns: "Eu sou de Paulo", e outros: "Eu sou de Apolos", "E eu de Cefas, e eu de Cristo!" — pergunta com ironia mordaz: "Porventura Paulo foi crucificado por vós? Ou fostes batizados em nome de Paulo? Dou graças a Deus que não batizei nenhum de vós, senão Crispo e Caio... porque Cristo não me enviou a batizar, mas a pregar o Evangelho..." (1 Cor 1, 13, 17). En-

tretanto — como ensina o mesmo Paulo — o batismo é a porta da salvação.

Por mais que enaltecessem os Apóstolos a sua função de pregadores, não a detinham todavia qual monopólio. Aliás já o Mestre em vida enviara a pregar, além dos Doze, outros 72 discípulos (Lc 10, 1-20). Admitiam assim os Apóstolos certos coadjutores, trabalhando sob direção sua. Os diáconos, por exemplo, além das funções de assistência aos necessitados, davam-se ao ministério da palavra. Basta lembrar Estêvão (At 6, 8; 6, 10) e Filipe (At 8, 5; 21, 8). Em suas missões valeu-se Paulo do auxílio de Barnabé, Marcos, Silvano, Sóstenes, Timóteo, Tito. Sabemos também que em Corinto, além de Paulo, pregava Apolos (1 Cor 3, 4-6). Aliás, alguns desses arautos da boa nova eram conhecidos pelo nome de "evangelistas" (Ef 4, 11; 2 Tim 4, 5; At 21, 8), designação que hoje reservamos aos hagiógrafos, redatores dos quatro evangelhos.

Esses ministros, subordinados aos Apóstolos, não só ajudavam-nos na difusão da doutrina, como estavam destinados a lhes continuarem a pregação, embora sem os privilégios pessoais — que veremos abaixo — conferidos aos Apóstolos. Deveriam "regar" o que os Apóstolos haviam "plantado" (1 Cor 3, 6), isto é, transmitir a doutrina revelada por eles.

S. Paulo expressamente previu a sucessão. Sentindo-se perto do martírio em que derramaria seu sangue como vinho do sacrifício, Paulo — são as derradeiras linhas que dele nos restam — concita seu discípulo e colaborador, Timóteo, à fidelidade no ofício de pregador da boa nova: "Conjuro-te diante de Deus e de Jesus Cristo, que há de julgar os vivos e os mortos, pela sua vinda e pelo seu reino: prega a palavra, insiste a tempo e fora de tempo, repreende, suplica, admoesta com toda a paciência e doutrina. Porque virá tempo em que muitos não suportarão a sã doutrina, mas multiplicarão para si mestres conforme os seus desejos, pelo prurido de ouvir. E afastarão os ouvidos da verdade, e os aplicarão às fábulas. Tu, porém, vigia sobre todas as coisas, suporta os trabalhos, faze a obra dum evangelista, cumpre o teu ministério" (2 Tim 4, 1-5).

Já anteriormente exortara o discípulo por estas palavras, que desde então retinem sempre dentro da Igreja docente: "O' Timóteo, guarda o depósito, evitando as novidades profanas de palavras, e as contradições de uma ciência de falso nome" (1 Tim 6, 20; 2 Tim 1, 14).

Assim se formou, em continuidade histórica com os Apóstolos, e chegou até nós, a cadeia ininterrupta de pregadores do evangelho — os bispos encabeçados pelo bispo de Roma — que constituem a *Igreja docente*.

Há que notar, contudo, uma grande diferença entre o poder magisterial dos Apóstolos e o de seus sucessores. Possuíam os Apóstolos alguns privilégios *pessoais* e *intransmissíveis*, destinados a estabelecer sòlidamente a Igreja que Cristo fundara. "E o muro da Cidade tinha doze fundamentos, e neles os doze nomes dos doze Apóstolos do Cordeiro" (Apoc 21, 14; Ef 2, 20).

Todas as verdades em que a Igreja veio a crer explìcitamente no decorrer dos séculos, e todas as que porventura vierem a ser cridas, no lapso de tempo que nos separa da Parúsia, foram reveladas, com plenitude muito maior, aos Apóstolos, já por Cristo, já pelo Espírito de Cristo. Declaram-no, com evidência, as sagradas Letras. "O Paráclito, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, ele vos ensinará todas as coisas, e vos recordará tudo o que vos tenho dito... Chamei-vos amigos, porque vos dei a conhecer tudo aquilo que ouvi de meu Pai... Tenho ainda muitas coisas a dizer-vos, mas vós não as podeis compreender agora. Quando vier, porém, aquele Espírito de verdade, ele vos ensinará toda a verdade, porque não falará de si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e anunciar-vos-á as coisas que estão para vir" (Jo 14, 26; 15, 15; 16, 12-14).

Destes passos se colhe que tríplice seria o múnus doutrinal do Espírito Santo, mestre interior dos Apóstolos. 1º *Conservar*. Todo ensinamento não escrito, com o tempo perde-se em parte e se deforma. Impediria o Espírito que os Apóstolos se esquecessem ou deformassem os ensinamentos de Jesus. 2º *Iluminar*. As verdades já reveladas por Cristo refulgiriam na mente dos Apóstolos, com novas e mais profundas significações. Por várias vezes salienta o Evangelho a ininteligência dos discípulos que não entendiam a doutrina do Mestre, e só depois dele ressuscitado, chegaram à compreensão (por ex.: Mc 6, 52; 9, 31; Lc 2, 50; 9, 45; 18, 34; 24, 6-8, 25, 45; Jo 2, 22; 12, 16; 16, 18; 20, 9). Amestrados doravante pelo Espírito de verdade, vão penetrar perfeitamente a revelação de Cristo e comunicar aos fiéis as doutrinas que lhes parecem necessárias ao Corpo Místico. Assim é que S. Tiago promulgou o sacramento da Extrema-Unção, instituído mas não promulgado por Jesus.[23]

3º *Revelar novas verdades*. Não lhas havia ensinado o Senhor porque eles não eram ainda capazes de suportá-las, mas o Espírito haveria de guiá-los para a verdade toda inteira (Jo 16, 12-13). Autêntico enriquecimento da revelação, que ainda não atingira o seu termo (Ef 3, 3-4, 8). Quanta verdade nova nas Epístolas e no Apocalipse! E ainda na tradição oral que dos Apóstolos veio até nós.[24]

---

[23]) Denzinger, n. 926 (Conc. Tridentino).
[24]) Denz., nn. 783, 1787 (Conc. Trid. e Vaticano).

A fim de que pudessem anunciar, sem erro possível, a Revelação, pregando ou escrevendo, os Apóstolos foram dotados do carisma da *"inspiração"*, que com eles desapareceu. No linguajar teológico "inspiração" designa o privilégio de falar ou escrever sob influxo direto, infalível, do Espírito Santo (2 Ped 1, 21). Além dos Apóstolos, receberam esse carisma dois discípulos, Marcos e Lucas, que escreveram sob os olhos dos Apóstolos, relatando-lhes a catequese, ou descrevendo os primórdios da Igreja.

Com razão considera, pois, a Igreja os escritos do Novo Testamento, inspirados pelo Espírito Santo, como a voz mesma de Deus (2 Cor 5, 20; Ef 3, 2-12).[illegible]

Enfim, um número indeterminado de verdades, guardaram-nas os Apóstolos para si, por serem daquelas palavras arcanas, que não é lícito ao homem transmitir (2 Cor 12, 4; Apoc 10, 4).

Ao falarmos em "novas" revelações, feitas aos Apóstolos pelo Espírito Santo, não cuidemos que sejam independentes da revelação de Cristo. O texto já citado de S. João (16, 13) manifesta o único Autor da revelação: Deus uno e trino. O Espírito comunica, pois, aos Apóstolos, por iluminação interior, o que ouvira do Pai pelo Filho.

Morto o derradeiro Apóstolo, encerrou-se para sempre o ciclo da Revelação divina.[illegible] Sem dúvida falamos ainda correntemente em "revelações" feitas a tal ou tal personagem santa, por ex.: S. Gertrudes ou S. Mechtildes. Porém essas "revelações" quando autênticas, jamais terão por finalidade aumentar o tesouro das verdades da fé, ensinando novos mistérios a crer, mas tão só orientar, dirigir, a vida pessoal ou social dos cristãos; aplicar a doutrina evangélica a tal contingência histórica, chamar atenção maior sobre este ou aquele aspecto da Revelação cristã. Por exemplo: pedindo a reforma da Igreja (S. Brígida); exortando à oração e penitência, à confiança em Maria (Lourdes, Fátima); ordenando fundação de Ordens ou de conventos (S. Teresa); instaurando novos atos de culto ou devoções (S. Juliana e o Corpus Christi, S. Simão Stock e o escapulário, S. Margarida Maria e o Sagrado Coração), etc.

Nenhuma dessas revelações privadas se impõe com a autoridade de Revelação apostólica, nem as cremos com fé divina. Aceitamo-las quando temos razões suficientes para fazê-lo prudentemente.

Admitir — com os espíritas e mormons — a possibilidade de nova revelação após o Evangelho, como se fora o ensinamento do divino Mestre incompleto, deficiente ou provisório, é fazer uma injúria ao Verbo encarnado. Equivale a equiparar a lei nova — acabada e definitiva — à lei antiga, transitória e imperfeita.

[illegible]) Denz., nn. 783, 1787 (Conc. Trid. e Vaticano).
[illegible]) Denz., n. 2021 (Pio X).

Oxalá se compenetrassem dessa verdade os inúmeros brasileiros que pretendem "desenvolver" ou "completar" o cristianismo pelo espiritismo. Atiram-se ao iluminismo ocultista, sempre à cata de "comunicações" com o além, de "mensagens" que são fruto do subconsciente do "medium" ou, por vezes, do espírito do mal.

Com incomparável força e clareza expressa a doutrina S. João da Cruz: "Em dar-nos o Padre, como nos deu, o seu Filho que é a sua Palavra única (e outra não há), tudo nos falou de uma só vez nesta Palavra e nada mais tem que falar... Portanto, quem no dia de hoje quisesse interrogar a Deus ou pretendesse qualquer visão ou revelação, não sòmente faria uma insensatez como agravaria a Deus em não pôr os olhos totalmente em Cristo, sem querer outra coisa ou novidade. Poderia Deus responder-lhe: Se já te falei todas as coisas na minha Palavra que é meu Filho — e não tenho outra — que te poderia agora responder ou revelar que fosse mais que isso? Põe os olhos só n'Ele, porque n'Ele já tudo disse e revelei e n'Ele acharás ainda mais do que pedes e desejas. Com efeito, pedes palavras e revelações parciais, e se olhares a meu Filho encontrarás tudo; porque Ele é toda a minha locução e resposta, e toda minha visão e revelação. Ao dar-te Ele por irmão, companheiro, mestre, preço e prêmio, já tudo falei, respondi, manifestei e revelei". [illegible]

O Magistério eclesiástico.

Da verdade salvífica, Cristo Jesus é o Revelador divino e, subordinados em tudo a Ele, os Apóstolos são os reveladores humanos. Conservadores e explicadores — nada mais — são os sucessores dos Apóstolos. Não lhes cabe acrescer, de um jota ou de um til (Mt 5, 18), o depósito revelado, senão apenas fielmente guardá-lo e declará-lo infalìvelmente. [illegible] "O' Timóteo, guarda o depósito..." (1 Tim 6, 20; 2 Tim 4, 2).

Tal "depósito" consiste na doutrina dos Apóstolos, que transmitiram e completaram o ensino de Jesus. Chegou até nós sob dupla forma: escrita — a coleção dos livros divinamente inspirados — e oral: o magistério que, dos Apóstolos, se continua ininterruptamente até nós. [illegible] Temos assim dois canais — Escritura e Tradição — trazendo-nos a única Revelação a ser guardada e explicada pela Igreja.

Patenteia-se, imediatamente, que o ensinamento da Igreja não é fundamento senão *condição* de nossa fé. Os protestantes, ao acusarem o magistério eclesiástico de substituir-se à Revelação, confundem, pois, causa e condição. O motivo da fé católica é única e exclusivamente a palavra veraz de Deus. Se cremos, por

---

[illegible]) Subida do Monte Carmelo, II, cap. 22.
[illegible]) Denz., n. 1800 (Conc. Vaticano).
[illegible]) Denz., n. 783 (Conc. Tridentino).

exemplo, na divindade de Jesus é por ser revelação divina e nada mais. Todavia, a fim de conhecer o que Deus disse em verdade; para não confundir palavra divina e palavra humana; para não tomar os cismas de nossa imaginação por comunicações do alto — à semelhança de protestantes e espíritas — torna-se indispensável que nos seja *designado*, pela Igreja, o que devemos ter como autênticamente revelado.

A autoridade de Deus fundamenta a fé; a autoridade da Igreja indica qual o objeto da fé — a verdade a crer — para que seja seguro o assentimento.

Dissemos acima que a pregação apostólica transmitiu com fidelidade, e também completou, a pregação do próprio Mestre. Onde encontraremos tal ensinamento? — Nada mais fácil, contestam os protestantes. Temos escritos que remontam à época apostólica e cujo conjunto constitui o Novo Testamento. — Sem dúvida; acontece, entretanto, que, além de nossos atuais evangelhos e epístolas, existiram um sem-número de outros, todos pretendendo consignar as palavras de Jesus e dos Apóstolos. Por exemplo: o evangelho de Pedro, o evangelho de Tiago, o de Tomás, os dos 12 apóstolos, o dos hebreus, o dos egípcios, etc. (o mesmo se dando com os Atos, as Epístolas, o Apocalipse). Vários desses escritos chegaram até — nesta ou naquela comunidade particular — a serem tidos como "inspirados". Aliás o próprio S. Lucas, logo no início de seu evangelho, assinala os "muitos" que haviam empreendido a narração da vida de Jesus.

Por que então admitir apenas quatro evangelhos como autênticos? Foi a Igreja — e ela só — que, discriminando entre os livros deste acervo, — todos eles pretendentes a nossa aceitação — determinou quais os autênticos, inspirados pelo Espírito Santo, quais os apócrifos, de lavra puramente humana. **)

A Igreja conservou o "depósito". A ela pertence o tesouro das Escrituras. Com suma inconsequência acusam-na os protestantes de ser inimiga da Bíblia, quando foi a Igreja que lhes guardou a Bíblia, foi dela que eles a receberam. Aceitando como nós apenas quatro evangelhos, eles rendem implìcitamente testemunho à autoridade da Igreja que explìcitamente rejeitam. São parasitas da Igreja.

Não basta, entretanto, para a possibilidade da fé, determinar *onde* se encontra a palavra de Deus. E' ainda necessário saber qual o verdadeiro *sentido* dessa palavra.

Claro está na Escritura, por exemplo, que Jesus é Filho de Deus. Mas em que sentido? Será apenas filho adotivo como nós outros? Ou se ele é filho num sentido único, como entendê-lo?

**) Denz., nn. 32, 783-784. Cf. a longa lista de livros apócrifos, contida no Sacramentário Gelasiano (século VI). F. Cavallera, Thesaurus doctrinae catholicae, 2. ed., Paris, Beauchesne, 1936, p. 17 ss.

Santidade eminente, íntima comunicação com o divino, identidade de natureza com o Pai?

Há quantidade de interpretações possíveis. E verificamos, no decurso da história, desconcertante número de explicações divergentes. Qual a única verídica? E, por conseguinte, qual o objeto *real* de nossa fé?

Por si só, a Bíblia não logra responder, pois é o seu próprio texto que suscita os quesitos. No dizer de antigo teólogo (M. Cano), a Escritura é como um juiz morto: não pode ouvir as razões das partes, nem pronunciar a sentença. Já S. Pedro afirmava das cartas de S. Paulo: "Há nelas algumas coisas difíceis de entender, que os indoutos e inconstantes adulteram (como também as outras Escrituras) para sua própria perdição" (2 Ped 3, 16).

Não é, pois, suficiente afirmar: "Devemos crer o que está na Bíblia"; resta a saber o que está *de fato* na Bíblia.

No fundo, admitem os protestantes, como os católicos, a necessidade de uma interpretação da Escritura. Mas substituem ao Magistério augusto da Igreja o seu insignificante parecer pessoal. Arrogam-se o poder de decidir o que está, em verdade, na Bíblia. Alguns tentam amparar essa cambaleante autoridade, pretendendo-se "inspirados". Porém, como garantir que tal "inspiração" vem do Espírito Santo e não dos abismos do inconsciente? E como poderia o Espírito de verdade ser autor de interpretações contrastantes, todas a lhe reclamarem o patrocínio? Vale sempre, invicta, a pergunta do etíope a Filipe diácono: "Como poderei eu compreender o que leio, se não houver alguém que mo explique?" (At 8, 31).

Ameaçam-nos assim as pontas de insidioso dilema. Ou nos embrenhamos num cipoal de controvérsias, andamos desencaminhados numa Babel teológica, e nossa fé por falta de objeto certo, acabará por minguar e esfumar-se (como em tanta seita protestante); ou então vamos soçobrar no iluminismo mórbido dos "quakers" e dos espíritas. Só escaparemos à alternativa, se nos for dado *indefectível* intérprete da Palavra. Este designará, sem erro possível, os enunciados — eles e não outros — que foi vontade de Deus propor à nossa crença. [41]

Já no início do século II, Pápias manifestava suas preferências pelo ensino oral, vindo dos Apóstolos: "Eu não cria que o que se tira dos livros, podia aproveitar-se tanto quanto o que vem de uma voz que vive e perdura". [42]

---

[41]) Pio IV (Denz., n. 995); Conc. Vatic. (Denz., n. 1788). — Pode e deve o exegeta católico procurar o sentido genuíno da Escritura. Fá-lo, porém, com autoridade humana; com autoridade infalível, só à Igreja cabe. Está, pois, o exegeta obrigado a submeter-lhe suas interpretações pessoais (Pio X; Denz., nn. 2002, 2004).

[42]) Fragmento conservado por Eusébio de Cesaréia na sua *História eclesiástica*, l. III, c. 39, n. 4 (ed. E. Grapin, Paris, Picard, 1905, t. I, p. 351).

O magistério eclesiástico é a grande Voz, guiada pelo Espírito Santo, que interpreta a letra da Escritura e a torna viva para nós. Sem esta Voz, a Bíblia reduz-se a simples testemunho histórico de acontecimentos e opiniões antigas. A hipercrítica não tardará em espicaçá-lo.

A Bíblia de certo; mas a Bíblia vivendo no seio de uma Igreja infalível. Não a Bíblia, cadáver abandonado ao arbítrio de cada um.

Assim, a finalidade do Magistério não é de todo revelar verdades novas, sobrepor-se à Escritura, mas tão sò manifestar o sentido genuíno dessa Palavra divina, à qual a Igreja inteira — docente e discente — se submete sem restrições. Em outros termos: trazer-nos puro e inteiro — sem nada lhe acrescentar ou diminuir — o testemunho de Deus que falou; apresentar autênticamente a nossa fé, o seu objeto revelado.

Para tal urge que a Igreja docente não proponha a verdade com mera autoridade humana — qual mestre ensinando os alunos — mas com a autoridade vinda de Cristo, cujo "Espírito de verdade" a guia e protege contra todo erro.

Esta divina "assistência" — é o termo teológico — que confere infalibilidade ao ensinamento da Igreja, bem longe está de ser invento da megalomania de Bispos e Papas. Encontramo-la, claríssima, nas derradeiras palavras do Senhor Jesus aos Apóstolos: "Foi-me dado *todo* o poder no céu e na terra. Ide, *pois*, *ensinai* todas as gentes... ensinando-as a observar todas as coisas que vos mandei; *e eis que estou convosco* todos os dias, até a consumação dos séculos" (Mt 28, 18-20). Solene investidura na missão magisterial, garantida pela promessa de perene assistência.

Como poderia a Igreja pregar autênticamente a doutrina evangélica, se fosse falível? Como poderia ser, segundo afirma S. Paulo, "coluna e sustentáculo da verdade" (1 Tim 3, 15)? Só enquanto guiada pelo Espírito de Cristo, cabe-lhe o direito de exigir das inteligências incondicional adesão. Amparados pela "assistência" divina, Pio IX e Pio XII, aquele ao definir a Imaculada Conceição, este a Assunção, podiam advertir quem presumisse sentir diversamente, que ele "naufragara na fé".

Conservar e explicar o «depósito» da fé.

Meditemos, com maior detença, sobre a função primária do Magistério eclesiástico: conservar e explicar o "depósito da fé", a saber a doutrina revelada — dogma (verdades a crer) e moral (verdades a praticar) — tal qual é contida na Escritura e na Tradição apostólica.

A Igreja *conserva* a doutrina revelada: a) pregando-a, genuína e inalterada, a cada geração que passa (por ex.: a SS. Trin-

dade, a divindade de Cristo, o Decálogo, os conselhos de perfeição, etc.); b) defendendo-a contra quem a impugna.

Tal defesa pode revestir feição negativa ou positiva. Defesa negativa: anatematizando erros contrários à fé. Assim, a 31 de Março de 1653, Inocêncio X condenou como heréticas cinco proposições de Jansênio. [13] Simples repulsa ao erro, sem formulação explícita da verdade. Defesa positiva: definindo como de fé uma doutrina, o mais das vezes impugnada por heresiarcas. [14] Por ex.: em 325 o Concílio de Nicéia definiu a "consubstancialidade" do Verbo. Não revelou verdade nova alguma, pois todos os ortodoxos criam que o Verbo era Deus. Mas autentificou a crença, e formulou mais claramente o que os fiéis admitiam desde os primórdios do cristianismo.

Desta forma perdura a Revelação, em seu genuíno teor.

A função conservadora explica a circunspeção, a desconfiança do Magistério em relação a todas as inovações. Justifica-lhe o *non possumus* face aos convites constantes para "rever" a crença e a moral cristãs a fim de adaptá-las às idéias modernas. Bem sabe a Igreja docente que o tesouro da doutrina não é seu, mas do Esposo. Ela é guardiã e não proprietária. Impossível, portanto, transigir.

Todavia, ao lado do elemento estático, um outro existe, dinâmico. Com efeito, não basta conservar a Revelação, resta ainda *explicá-la.*

A verdade evangélica não é matéria inerte, senão realidade viva. E, como todo organismo vivo, conserva-se progredindo, desenvolvendo-se. Tal desabrochar no plano doutrinal, denomina-se explicação ou, mais precisamente, "explicitação" do que estava realmente incluso no dado revelado, e era crido desde sempre, porém de maneira confusa.

Já uma idéia de gênio só a pouco e pouco desdobra as riquezas que continha. O grande filósofo, ensina Bergson, apenas uma coisa disse em toda a sua obra. Coisa tão rica e profunda, que foram indispensáveis desenvolvimentos sem fim, para explicitar todas as virtualidades de que estava prenhe. Que diremos então das verdades divinas, confiadas à inteligência humana? Quantos séculos serão necessários para que suas diversas facetas apareçam a nossos fracos olhos, e se lhes aclarem as implicações infinitas! Quantas questões a resolver, resultantes do embate entre a Verdade absoluta e as condições contingentes e mutáveis da humanidade! Quantos esforços para tirar do tesouro evangélico, verdades antigas e novas!

---

[13]) Denz., 1092.

[14]) O mais das vezes, porém não sempre. A Assunção de Nossa Senhora foi definida, embora não tivesse sido impugnada.

Ao definir o dogma da Assunção, Pio XII doutrinava: "Deus que de toda eternidade olhou para a Virgem Maria com particular e plenissima complacência, quando chegou a plenitude dos tempos (Gál 4, 4) atuou o plano de sua Providência de forma que refulgissem *com perfeitíssima harmonia* os privilégios e prerrogativas que lhe concedera com suma liberalidade. A Igreja sempre reconheceu esta grande liberalidade e a *perfeita harmonia* de graças, e durante o decurso dos séculos sempre procurou *estudá-la melhor*. Nestes nossos tempos refulgiu com luz mais clara o privilégio da Assunção corpórea da Mãe de Deus. Este privilégio brilhou com novo fulgor quando o nosso predecessor de imortal memória, Pio IX, definiu solenemente o dogma da Imaculada Conceição. De fato, estes dois dogmas são estreitamente conexos entre si". [45]

A explicitação da "perfeitíssima harmonia" — ou coerência interna, ou conexão, que é tudo o mesmo — das graças de Maria Santíssima, dá a razão de todos os desenvolvimentos da mariologia católica.

Algo de semelhante se verifica na cristologia. Foi revelado que Jesus é perfeito homem. Ora, ao perscrutar esta verdade, descobrimos, latente nela, uma outra: Jesus tem inteligência e vontade humanas; de outra forma, como seria homem perfeito? Foi igualmente revelado que Jesus é verdadeiro Deus; inclusa nesta verdade, encontramos outra: Jesus tem inteligência e vontade divinas, senão, como seria ele verdadeiro Deus? Quando pois o 3º Concílio de Constantinopla, em 681, definiu, como dogma de fé, a existência em Cristo de duas vontades, uma divina, humana a outra [46], não apresentou aos fiéis nova revelação; nada acrescentou ao "depósito"; apenas explicou a doutrina católica, tornando mais claras, mais explícitas, as verdades já implìcitamente reveladas.

Todos os fiéis criam, desde os tempos apostólicos, na presença real de Cristo no Sacramento da Eucaristia. O Concílio Tridentino mostrou, com autoridade infalível, que essa crença continha implìcitamente a fé na "transubstanciação" como condição da presença real. [47] Progresso por explicitação.

A passagem do implícito ao explícito, constitui pròpriamente o "*progresso dogmático*". Traz à luz os tesouros da fé. Por isso mesmo, faz-nos ver algo que até então estava encoberto. Nesse sentido pode-se falar em "novos" dogmas. Porém a novidade é relativa apenas a nosso conhecimento. Em si, o dogma não é novo; não foi criado, inventado ou mesmo revelado pelo Concílio ou pelo Papa; já aí estava.

Decidimos um belo dia estudar detidamente um objeto, conhecido apenas superficialmente. Em breve, se nos antolham as-

[45]) Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus*, ed. Vozes, nn. 3-4.

[46]) Denz., n. 291.

[47]) Denz., n. 877.

pectos "novos". Em verdade são "novos" para nós; mas porventura não existiam no objeto, e foi nossa observação que os criou? E se nos valermos de uma lente ou de um microscópio, não descobriremos ainda muita outra "novidade" — já velha?

Assim, a fé da Igreja medita sobre o seu divino objeto, e nele encontra "novas" verdades, que apresenta à inteligência dos fiéis. Muitas vezes é do choque das opiniões contrastantes, do embate com a heresia até, que jorra a luz sobre o conteúdo da Revelação. Outras vezes — como no caso da Assunção — é a própria frutificação da verdade na mente da Igreja.

Jesus, após haver comparado a palavra evangélica à semente que o semeador lança à terra (Mc 4, 14), lembra que a "semente brota e cresce sem (o semeador) saber como. Porque a terra por si mesmo produz, primeiramente o colmo, depois a espiga, e por último o trigo grado na espiga" (Mc 4, 27-28). Assim a Palavra, no espírito dos crentes.

Esquecidos deste passo do evangelho, separam-se aqui de nós os protestantes radicais, que pretendem fossilizar a Revelação, e equipararam o Livro Sagrado a um herbário. (Os puritanos de Cromwell chegaram a proibir a celebração da festa de Natal, sob pretexto que nenhum texto da Escritura a justificava!). Como se a verdade revelada fosse um tesouro material a conservar escondendo-o, inerte, na terra, e não já algo essencialmente vivo, logo fecundo. Como se as inteligências que receberam essa verdade não fossem, elas também, algo vivo, logo meditassem, suscitassem problemas, formulassem perguntas. Como se o Mestre houvera dito: "Ide, escrevei" e não "ide, ensinai".

Muito ao contrário, Cristo Jesus deu-nos o Magistério vivo, a palavra viva, regra viva da verdade viva. Impossível que o Senhor tenha querido transmudar o fiel de hoje em filólogo, historiador e arqueólogo, forcejando afanosamente para determinar que acepção exata um hebreu escrevendo há vários milênios ou um autor vazando seu pensamento em grego vulgar do século I, possa ter dado a este termo ou àquela imagem.

Antes, o Mestre confiou sua doutrina a um órgão vivo e indefectível, prolongamento seu. Por ser vivo, ele perdura no tempo e nos coloca em continuidade com o ensinamento apostólico; por ser indefectível, ele nos transmite e explica, com absoluta fidelidade, a fé e a moral cristãs.

De outra forma, Jesus nos tiraria qualquer garantia de atingirmos a *sua* verdade; bem mais, nos condenaria fatalmente ao erro. Porém deu-nos a Igreja, não para criar esta sua verdade, senão para no-la fazer encontrar com segurança; para nos colocar a inteligência em contacto com a Revelação genuína.

Os mais primitivos documentos da antiguidade cristã mostram-nos a Igreja docente em ação. Tem consciência de sua au-

toridade. Determina a verdade e profliga o erro. Assacam-lhe os protestantes a prematura degenerescência. Perguntamos: Se o cristianismo, apenas morto o Fundador, se corrompeu, como pode pretender à verdade diante das outras grandes religiões?

Como poderíamos ter por Deus um Cristo que mentira ou se enganara, prometendo que as portas do inferno não prevaleceriam contra a sua Igreja?

Outros dissidentes — luteranos, anglicanos, greco-russos — por um ilogismo maior ainda, admitem um progresso dogmático durante os primeiros séculos. Aceitam, com efeito, os sete concílios ecumênicos orientais. Depois, condenam a doutrina a uma estase completa, como se o Espírito Santo houvera desertado a Igreja. A cristandade antiga era imune do erro. Chegada a Idade Média, o Espírito desertou-a e cessou de ensiná-la.

Aí encontra-se o nó da questão. Se Jesus Cristo, mentindo por impossível a suas promessas, não está mais com a Esposa, abandonou-a, então estamos fadados ao mais radical subjetivismo religioso. Cada um fantasie a crença que mais se lhe conforme às idiossincrasias. Não mais crer em verdades, crer em opiniões. De discípulo de Jesus, passar a ser discípulo de Pilatos e com ele perguntar: "Que é a verdade?"

Mas se Cristo continua a ser Cabeça atuosa de seu Corpo Místico, sempre a iluminá-lo por aquele seu "Espírito de verdade que na Igreja habita" [*] e que "a dirige infalìvelmente para o conhecimento sempre mais perfeito, das verdades reveladas" [*], é de todo impossível que o Magistério ensine como de fé o que não o é. Sua autoridade doutrinal ou não existe, ou deve ser indiscutível.

Protestou o episcopado anglicano contra a definição da Assunção. Admite, entretanto, que pelo menos desde o século VII até a Reforma, toda a cristandade — tanto oriental como ocidental — creu explìcitamente nessa verdade. Admite, em consequência, que durante oitocentos anos o Espírito de verdade induziu os fiéis em erro!

Dever do teólogo é perscrutar os refolhos do "dado revelado", para tentar esclarecê-los. Porém falece-lhe qualquer garantia de êxito. Teólogos foram Ario e Nestório, Lutero e Calvino, Jansênio e Quesnel, e em nossos dias, vimos a chamada "nova teologia" descair em lamentáveis erros, censurados por Pio XII na Encíclica *Humani Generis*. Donde, no mesmo documento, sentencia o Pontífice: "Juntamente com as sagradas fontes (Escritura e Tradição) Deus deu à sua Igreja um magistério vivo para iluminar e pôr em relevo aquilo que no depósito da fé não se acha senão obscuramente e como que implícito. Este depósito, não foi

[*]) Denz., n. 302 (2º Conc. de Nicéia, em 787).

[*]) Pio XII, *Munificentissimus Deus*, ed. cit., n. 41 (corrigido segundo o texto original latino)

a cada fiel nem mesmo aos teólogos, que o Divino Redentor o entregou para que o interpretassem autênticamente, mas sòmente ao Magistério da Igreja".[80]

Fatos dogmáticos e fé eclesiástica.

Estende-se o Magistério infalível a certos fatos contingentes ocorridos depois de encerrada a Revelação. Por exemplo: proscritas como dissemos as 5 proposições de Jansênio, por Inocêncio X, em 1653, propalavam os fautores dessa heresia que o autor não lhes dava o sentido errôneo condenado pelo Papa. Para cortar o sofisma pela raiz, Alexandre VII, em 1656, definiu que as proposições incriminadas formulavam a doutrina genuína de Jansênio; esta era, por conseguinte, herética.[81] Eis aí um dos chamados "fatos dogmáticos".

Outro exemplo, mais familiar, tira-se da canonização dos santos. Ensinam, unânimes, os teólogos hodiernos que o Papa quando canoniza é infalível. Impossível, portanto, que eleve à glória dos altares uma alma que esteja, na realidade, sepultada no inferno.

Infalível também é o Romano Pontífice (ou o Concílio ecumênico) quando edita leis disciplinares para a Igreja universal. Por exemplo: a comunhão dos leigos e dos clérigos não-celebrantes, sob uma só espécie[82]; a confissão e comunhão pascal[83]; a aprovação definitiva pelo Papa das regras de Ordens religiosas.

Desde os tempos dos jansenistas, ensinam comumente os teólogos que os "fatos dogmáticos" — depois de definidos — são objeto não já de fé divina (pois não são formalmente revelados), nem tampouco de fé meramente humana (pois são infalivelmente certos, mas de uma fé denominada "*eclesiástica*": repousa sobre a autoridade infalível da Igreja, e não diretamente sobre a autoridade de Deus que fala.

Ensinam esses teólogos, em consequência, que o Magistério infalível da Igreja tem por objeto primário as verdades de fé divina, e por objeto secundário as verdades de fé eclesiástica.

Vários teólogos mais antigos eram de opinião que ainda aqui caberia fé divina. Os "fatos dogmáticos", diziam eles, estão realmente contidos, sob forma de aplicação particular, nos princípios gerais explìcitamente revelados. O Magistério infalível, no caso, não mais explicita os dados de fé, senão aplica-os concretamente. A definição da Igreja vem assim mostrar, sem erro possível, a inclusão das aplicações particulares, nas premissas reveladas. Por exemplo: foi explìcitamente revelado que toda doutrina herética, anatematizada pela Igreja, é, de fato, condenável. Nesse

[80]) Ed. cit., n. 20.
[81]) Denz., n. 1098.
[82]) Denz., nn. 931, 935 (Conc. Trid.).
[83]) Denz., n. 437 (4° Conc. de Latrão).

axioma de fé encontram-se objetivamente inclusas todas as aplicações passadas, presentes ou futuras, a esta ou àquela heresia.

Os "fatos dogmáticos" não são pois definidos como revelados, mas como necessàriamente conexos (lógica ou moralmente) com o dado revelado, indispensáveis à sua integral conservação. A Igreja não cria tal conexão, descobre-a e no-la assinala.

Para tomar um outro exemplo: é de fé que a Igreja só pode mostrar um caminho de vida conforme ao evangelho; donde concluímos, aplicando: impossível que uma lei disciplinar universal, uma regra religiosa definitivamente aprovada, contrariem o evangelho. Impossível também que um santo canonizado não tenha vivido cristãmente.

A intervenção da Igreja, editando esta lei universal, aprovando esta regra religiosa, canonizando este santo, apenas desvenda que tais aplicações particulares estavam latentes, de fato, no princípio geral da fé.

Pelo mesmo motivo será de fé divina (ou de fé eclesiástica, segundo a opinião mais comum) que esta criança ainda não batizada tem o pecado original; que Pio XII é legítimo sucessor de S. Pedro; que o Concílio Vaticano foi ecumênico, etc.

Magistério infalível extraordinário e ordinário.

O Magistério infalível da Igreja se expressa de duas maneiras, conforme ensina o Concílio do Vaticano: "Com fé divina e católica deve ser crido tudo o que está contido na palavra de Deus — escrita, ou conservada pela Tradição — e que, por juízo solene ou magistério ordinário e universal, a Igreja propõe como divinamente revelado". [64]

1º Magistério *solene* ou extraordinário: a) o Sumo Pontífice falando "ex cathedra" (por ex.: Pio XII definiu a Assunção); b) os Bispos em comunhão com o Papa, reunidos em concílio universal (por ex.: o Concílio do Vaticano definiu a infalibilidade pontifical).

2º Magistério *ordinário universal:* a generalidade dos Bispos em comunhão com o Papa — e não reunidos em concílio — ensinando uma doutrina como de fé. [65]

Não é infalível, portanto, o ensino habitual ou cotidiano do Papa, nem o dos Bispos isoladamente, ou mesmo reunidos em concílios parciais. [66]

---

[64]) Denz., n. 1792.

[65]) Se estão reunidos em concílio, recaímos no caso do Magistério solene. Aqui se trata da pregação ordinária, unânime, do episcopado.

[66]) Pio VI (Denz., n. 1593). A menos que o Concílio particular seja *solenemente* aprovado pelo Papa: por ex.: o 2º Concílio de Orange sancionado em 531 por Bonifácio II (Denz., n. 200a). Mas então recaímos no Magistério extraordinário.

Do Magistério ordinário infalível, dá-nos preclaro exemplo Pio XII na citada Constituição dogmática *Munificentissimus Deus.* Relata o Pontífice que a 1º de Maio de 1946 enviara uma carta a todos os Bispos do orbe católico, fazendo duas indagações: se a Assunção da Bem-aventurada Virgem Maria lhes parecia uma doutrina que podia ser definida; e se tal era o desejo deles, de seu clero e de seus fiéis.

Prossegue o Papa: "Aqueles que "o Espírito Santo colocou como Bispos para reger a Igreja de Deus" (At 20, 28) quase unânimemente deram resposta afirmativa a ambas as perguntas. Esta singular concordância de Bispos e fiéis em julgar que a Assunção corpórea ao céu da Mãe de Deus podia ser definida como dogma de fé, mostra-nos a doutrina concorde do *Magistério ordinário* da Igreja, e a fé igualmente concorde do povo cristão — que aquele Magistério sustenta e dirige — e por isso mesmo manifesta, de *modo certo e imune de erro,* que tal privilégio é *verdade revelada por Deus* e contida no depósito divino que Jesus Cristo confiou à sua Esposa para o guardar fielmente e infalìvelmente o declarar... Por esta razão, do consenso universal do Magistério da Igreja, deduz-se um argumento certo e seguro para demonstrar a Assunção corpórea da Bem-aventurada Virgem Maria... E', portanto, verdade revelada por Deus, e por esta razão todos os filhos da Igreja têm obrigação de a crer firme e fielmente". [87]

Além da pregação do episcopado conjunto ao Papa, manifestam o ensinamento do Magistério ordinário universal: a sagrada liturgia [88], o consenso dos Santos Padres, dos teólogos e do povo cristão. Padres e teólogos não pertencem à Igreja docente (salvo quando pessoalmente ungidos da graça episcopal). Todavia, se estão concordes em afirmar que uma doutrina é revelada, falam na qualidade de testemunhas da fé da Igreja. [89] Errassem eles no seu ensinamento, e seriam em seguida censurados pelo Papa e os Bispos. E' impossível que a Igreja docente aprove — posto que tàcitamente — um erro geral.

Ao povo cristão cabe, não já infalibilidade no ensino, senão infalibilidade na crença. O "senso católico" dos fiéis, é o sentimento comum da fé, a persuasão de que uma verdade está contida no depósito revelado. Não é definição, por não ser magistério; porém quando aceita, unânime, uma doutrina sobre a crença e

---

[87]) Se já era de fé, por que defini-la? — Porque dá maior glória a Deus e a Maria; incentiva a fé dos fiéis. E também porque põe fora de dúvida que se trata de verdade revelada. Uns poucos com efeito, ainda não se haviam persuadido que a Assunção era ensinada *como de fé,* pelo Magistério ordinário universal.

[88]) Enc. *Mediator Dei,* nn. 41-44.

[89]) Denz., n. 1683 (Pio IX).

os costumes, fica imune de erro; logo justifica plenamente a intervenção definitória da Igreja docente.

Com efeito, fosse a verdade evangélica rejeitada pelo *conjunto* dos fiéis, seguiria que o Corpo Místico não mais receberia da Cabeça divina o influxo iluminador, e que as ovelhas estariam desgarradas de seus pastores, assistidos pelo Espírito Santo, logo inerrantes.

Donde S. Agostinho, polemizando contra os pelagianos, concluía a existência do pecado original, do uso universal dos casais cristãos, de trazerem seus filhos à pia batismal. E para provar a realidade do purgatório, arguem invictamente os teólogos, do costume universal dos fiéis, desde a mais remota antiguidade, de oferecerem orações em sufrágio dos seus mortos.

Magistério não infalível.

Nem sempre a Igreja exerce o seu Magistério solene ou ordinário universal, e por conseguinte, nem sempre assiste-lhe garantia absoluta de não errar. O Papa raramente fala "ex cathedra"; entretanto ensina diàriamente, já por exortação ou cartas a indivíduos, grupos, nações, já por documentos destinados à Igreja universal: encíclicas, decisões doutrinais das Congregações romanas. [60]

Quanto a estas últimas, é de notar que são infalíveis, logo irreformáveis, quando o Papa — rara vez — as faz *pessoalmente* suas. [61] Aprovadas porém, "na forma comum", não são absolutamente isentas de erro, logo, podem vir a ser reformadas. (Pelo que, combatem contra moinhos de vento, os que opõem à infalibilidade papal, a condenação de Galileu).

Comporta assim o tesouro da doutrina católica enorme acervo de verdades que não são objeto de fé divina. Umas delas poderão vir a ser definidas — e por isso sói-se dizer de algumas, que estão "próximas da fé"; por ex.: "Maria é medianeira de todas as graças" — outras jamais poderão sê-lo; por ex.: as aparições de Lourdes.

Como é sabido, a Igreja, além do dogma, ensina também a moral. Cabe aqui igualmente a distinção entre magistério infalível (por ex.: a Igreja pregando o decálogo, definindo que o celibato religioso é mais perfeito do que o estado conjugal) [62];

---

[60]) Como a fala "ex cathedra" é denominada magistério extraordinário, chama-se a fala *não* "ex cathedra" de magistério ordinário (*Humani Generis*, n. 19). Donde certa ambiguidade, pois *este* magistério ordinário (o Papa falando isoladamente, sem intenção de definir) é falível; enquanto o magistério ordinário *universal* (o Papa falando conjuntamente com os Bispos não reunidos em concílio) é tão infalível quanto o magistério extraordinário.

[61]) Assim Pio X avalizou por "motu próprio" o decreto *Lamentabili* do Santo Ofício (Denz., nn. 2065a, 2114).

[62]) Denz., n. 981 (Conc. Trident.).

e o magistério não infalível; por ex.: nas grandes Encíclicas dos últimos Papas, sobre a questão social ou contra os totalitarismos, temos grande número de verdades morais ou sociais, ou de erros condenados, sem intenção de definir irrevogàvelmente.

O fato de não ser este ensino absolutamente garantido contra o erro, não significa que esteja eivado de falsidade. Muita vez pode até ser considerado *pràticamente infalível,* por ex.: a condenação do aborto médico, da esterilização, da inseminação artificial.

A diferença entre os dois tipos — infalível ou não — de Magistério provém da *autoridade* em virtude da qual ensina. No primeiro caso, é a autoridade *imediata de Deus;* a Igreja age apenas como porta-voz, transmite-nos fielmente a palavra revelada (2 Cor 5, 20). No segundo, é a autoridade *imediata da Igreja,* em virtude de seu poder pastoral sobre seus filhos. Sem dúvida, tal poder, a Igreja recebeu-o de Deus, porém a autoridade divina intervém apenas *relativamente,* como fonte e guia da autoridade da Igreja.

À primeira doutrinação deve corresponder, de nossa parte, a obediência da fé cristã (2 Cor 10, 5); ao segundo, o assentimento interno, fruto de uma submissão religiosamente filial.

Com efeito, o ensinamento não infalível da Igreja é também assistido pelo Espírito Santo, embora não de maneira absoluta. Muito se enganaria, pois, quem cuidasse que ele nos deixa inteiramente livres de assentir ou de discordar.

Não obrigar sob pena de heresia, está longe de equivaler a não obrigar de todo, conforme ensina o Concílio do Vaticano: "Não bastaria evitar a perversão da heresia, se não fugíssemos ainda diligentemente os erros que dela se aproximam mais ou menos".[43] Pio X condenou os que pretendiam eximir de qualquer culpa moral quem não levasse em conta as censuras decretadas pelas Congregações romanas.[44] Cabe à Igreja não só propor a verdade revelada, como ainda mostrar o que — direta ou indiretamente — a ela leva ou dela afasta.

Nem basta acolher este ensinamento com um silêncio respeitoso; impõe-se uma adesão intelectual.[45] Dando-a, nossa piedade filial se curva a Cristo, que conferiu autoridade sobre nós a sua Esposa.

Assim, embora esta modalidade de ensino não esteja garantida, de maneira absoluta, contra o erro, sempre acertamos, aceitando-a com docilidade, porque rendemos homenagem ao Senhor Jesus, nosso Mestre.

---

[43]) Denz., n. 1820; Código de Direito Canônico, c. 1324; Pio XII, *Humani Generis,* n. 17.
[44]) Denz., n. 2008; cf. 1684, 1698, 1722 (Pio IX).
[45]) Denz., nn. 1350 (Clemente XI), 2007 (S. Pio X).

A primeira vista, parece estranha essa adesão interna a uma doutrina, afinal de contas, passível de reforma. Guarde-se silêncio: é questão de disciplina; mas, que se dê assentimento verdadeiro, espanta.

Atentemos todavia em que, frequentes vezes, um sábio admite, como cientificamente certas, doutrinas que, mais tarde, novas descobertas obrigá-lo-ão a abandonar. Nem essa atitude se lhe afigura incoerente. Com efeito, ao assentir, o sábio subentendia uma condição: "certa — no estado atual da ciência". De modo semelhante, quando o Santo Ofício ou a Comissão bíblica publicam um decreto com sanção pontifícia, devemos admitir-lhe a doutrina como certa — no estado atual da teologia ou da exegese católicas. Com o progredir da meditação, é possível que ela apareça não apenas certa senão divinamente revelada; possível também que venha a ser abandonada. Tais possibilidades remotas não tornam o nosso assentimento atual imprudente ou ilógico, porque não é incondicional. E não é incondicional porque a Igreja não propõe toda verdade como de fé.

O "silêncio respeitoso" liga sòmente a língua e a pena; rompê-lo implica malícia da vontade que se não submete; a "adesão interna" liga também a inteligência — conquanto não absolutamente; negá-la implica temeridade intelectual. Todavia, como a decisão romana, no caso, não é irreformável, será lícito ao teólogo ou ao exegeta que encontrassem porventura novos e fortíssimos argumentos, propô-los com a devida reverência. O que já sucedeu, sobretudo em matéria de interpretação bíblica.

Maior ou menor será a obrigação de aderir, segundo a Igreja urgirá mais ou menos a aceitação da verdade, a repulsa ao erro. As decisões doutrinais das Congregações Romanas, válidas para o orbe católico, obrigam muito mais, por exemplo, do que as exortações papais a grupos de peregrinos.

Por vezes, não se trata, pròpriamente, de docilidade, mas antes de prudência. Ao terminar a Encíclica *Pascendi,* Pio X adverte no que toca ao culto de relíquias ou à crença em aparições, que, da permissão eclesiástica "ainda não segue que a Igreja tenha o fato por verdadeiro, mas apenas não proíbe que se lhe dê crédito, uma vez que para isto não faltem argumentos *humanos.* Foi isso precisamente o que, há trinta anos, a Sagrada Congregação dos Ritos declarou: Essas aparições ou revelações não foram aprovadas ou condenadas pela Santa Sé, foram apenas aceitas como merecedoras de piedosa crença, com fé puramente humana, em vista da tradição de que gozam, também confirmada por testemunhas e documentos idôneos". [**]

Mas então terá cada fiel que se improvisar historiador, arqueólogo, médico ou psicólogo, para criticar a aparição, ou dis-

[**]) Enc. *Pascendi,* ed. Vozes, n. 57

cutir a autenticidade da relíquia? De todo. Vale aqui, proporcionalmente, o que mais alto dizíamos das decisões doutrinais não infalíveis: aceitando-as, o fiel sempre acerta — sobrenaturalmente. O culto de uma aparição ou relíquia se dirige, primordialmente, às mesmas pessoas dos Santos a quem honramos, e estas não podem ser nem ilusórias, nem falsas.

A intolerância da Igreja.

E' a pecha que ao Magistério eclesiástico, com mais indignação, assacam os liberais. Não caberia aqui mostrar, ironizando, que ninguém, mais do que um liberal, pode ser intolerante; nem há pensamento menos livre do que o "livre pensamento"; e que, no dizer de um cético, o maior dos preconceitos é pretender não os ter.

Melhor será tentar entender o porquê e o alcance dessa intolerância da Igreja.

Tolerante, no sentido de admitir o sim e o não, de transigir com o erro, Cristo jamais o foi. Nem podia sê-lo, pois que Ele se identificava com a verdade: "Eu sou a verdade" (Jo 14, 6). No momento mais solene de sua existência, quando jogava a vida ou a morte, proclamou diante do governador romano: "Eu para isso nasci e para isso vim ao mundo: a fim de dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade, ouve a minha voz" (Jo 18, 37).

Portanto, quem não ouve a voz do Mestre, está fora da verdade. Foi um dos grandes temas de sua controvérsia com os fariseus. "Agora procurais matar-me, a mim, que sou um homem que vos disse a verdade que ouvi de Deus... Vós tendes por pai o demônio, e quereis satisfazer os desejos do vosso pai; ele foi homicida desde o princípio, e não permaneceu na verdade; porque a verdade não está nele; quando ele diz a mentira, fala do que é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira. Mas, ainda que eu vos digo a verdade, vós não me credes" (Jo 8, 40, 44-45).

Se Cristo Verdade continua a viver misticamente na sua Igreja, como poderia ela pactuar com o erro? Assim o entendia S. Paulo, quando escrevia aos Coríntios: "Declaro-vos, irmãos, o Evangelho que vos preguei, o qual recebestes, e no qual perseverais, pelo qual sois também salvos, se o conservais como eu vo-lo preguei..." (1 Cor 15, 1-2). E aos Gálatas: "Admiro-me de que, assim tão depressa, passeis daquele que vos chamou à graça de Cristo, para outro Evangelho. Evidentemente que não há outro, mas há alguns que vos perturbam e querem inverter o Evangelho de Cristo. Mas, ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos anuncie um Evangelho diferente daquele que vos temos anunciado, seja anátema. Como já vo-lo dissemos, agora de novo o digo:

Se alguém vos anunciar um Evangelho diferente daquele que recebestes, seja anátema" (Gál 1, 6-9).

A um católico, causa maravilha ver cristãos dissidentes reunidos periòdicamente a procurar — como numa conferência diplomática — resolver, por concessões mútuas, as divergências que os separam. Este abre mão de tal artigo de seu Credo; aquele, de tal outro; até chegarem afinal a uma "plataforma comum". Separam-se, eufóricos, deplorando embora a "intolerância" da Igreja romana, que se recusa, pertinazmente, a lhes partilhar as negociações.

Não se apercebem de que a nossa Igreja, por mais anele a unidade de todos os cristãos, conforme a vontade de Cristo, não pode aceitar uma união que se faria em detrimento da Revelação. A Igreja não se julga proprietária das verdades divinas, livre de dispor delas a seu talante, sacrificando ora esta, ora aquela, para conseguir a concórdia.

A Igreja, como vimos, é apenas *depositária* das verdades de Cristo; seu ofício é guardá-las zelosamente, sem deixar uma só perder-se. Verberou Pio XII o imprudente "irenismo", a saber, o desejo de paz a qualquer preço. "Tudo seria unificado, pondera o Pontífice, mas nos escombros de uma ruína geral". [9]

De uma condescendência ilimitada, quando a moral e o dogma não estão em jogo ("fiz-me fraco com os fracos, para ganhar os fracos" 1 Cor 9, 22. Cf. Denz., 1967-1968), a Igreja, desde que os vê em perigo, repete inflexível: *non possumus*.

E justamente a consciência de seu ofício de simples mensageira da verdade divina, permite à Igreja de ser intolerante sem ser arrogante. Bem sabem o Papa e os Bispos que a boa nova, por eles anunciada, nada tem de criação pessoal sua. Eles não passam de efêmeros transmissores da Verdade incriada.

A autoridade com que falam, não a usurparam, nem mesmo a conquistaram. Receberam-na por livre escolha de Cristo, não para que dela se vangloriassem ou utilizassem-na em proveito próprio, mas antes para serem ecos modestos da Palavra eterna: "Quem vos ouve, *a mim* ouve" (Lc 10, 16).

A mais profunda humildade pessoal pode unir-se à mais infrangível energia, por isso que o Papa e os Bispos não defendem direitos seus, senão os direitos de Deus e o destino eterno das almas a eles confiadas. Fruto de imenso amor por Deus e pelos homens, tal é a "intolerância" da Igreja.

Intolerância que não prega a violência, antes procura "vencer o mal com o bem" (Rom 12, 21); que não tenta se impor pela força, mas atrair pela caridade. "Se desejamos que sem interrupção subam até Deus as orações de todo o Corpo Místico im-

---

[9]) Enc. *Humani Generis*, n. 12

plorando que os errantes entrem quanto antes no único redil de Jesus Cristo, declaramos contudo ser absolutamente necessário que eles o façam espontânea e livremente, pois que ninguém crê senão por vontade... Se, portanto, acontecesse que, contra a doutrina constante da Sé Apostólica, alguém fosse obrigado a abraçar contra sua vontade a fé católica, Nós, conscientes do Nosso dever, não podemos deixar de o reprovar". [68]

Intolerância enfim, que nada tem de farisaico — "ó meu Deus, graças te dou porque não sou como os demais homens..." (Lc 18, 11). A Igreja reconhece a existência, fora de seus limites visíveis, de almas em demanda da verdade e da bondade; longe de repeli-las, estende-lhes os braços, pressurosa. Sabe que toda verdade e toda bondade está implìcitamente orientada para ela, porquanto em última análise, vem de Cristo, Esposo seu. [69] Espírito acolhedor, que não é fruto do ceticismo ou do relativismo, mas da convicção que tudo é de Cristo, e Cristo é de Deus.

Para entrarmos num campo mais concreto: a Igreja não só deixa a seus filhos liberdade no domínio das ciências ditas exatas (não se contam o número de obras de pura ciência fomentadas ontem e hoje pela Igreja), mas ainda no âmbito da filosofia, ela admite que "há certamente muitas coisas que não dizem respeito à fé e à moral, nem direta nem indiretamente e por isso a Igreja as deixa à livre discussão dos competentes na matéria". [70]

Mais. Adianta Pio XII que o filósofo e o teólogo católicos não se devem encastelar num soberbo isolamento, ignorando os sistemas opostos ao catolicismo. Ao contrário, devem conhecê-los, não só para poder curar os males por eles gerados, mas ainda porque "nessas falsas teorias muitas vezes está latente alguma parcela de verdade, e enfim porque esses mesmos erros incitam a inteligência a perscrutar e examinar certas verdades filosóficas e teológicas com maior atenção e agudeza". [71] Tão empenhado está o Magistério eclesiástico em não deixar perder a mínima parcela de verdade, encontre-se ela onde quer que seja.

Sem dúvida a preocupação da Igreja será, afinal de contas, religiosa: encaminhar os homens para Deus, precavê-los, em consequência, contra o que afasta de Deus. Mas a Igreja docente foi levada, por isso mesmo, a examinar os mais diversos problemas de sociologia, política, economia, arte, etc. Constitui-se, desta sorte, pouco a pouco, um corpo de princípios católicos — teóricos e práticos — que, sem serem pròpriamente revelados (logo, sem serem objetos de fé) são aplicações dos princípios da fé às coisas humanas. Preciosa contribuição à cultura, firme apoio para a in-

---

[68]) Enc. *Mystici Corporis Christi*, n. 104.
[69]) Leão XIII, Enc. *Immortale Dei*, n. 50.
[70]) Pio XII, Enc. *Humani Generis*, n. 29. Leão XIII, Enc. *Libertas*, n. 36.
[71]) *Humani Generis*, n. 9.

teligência, cuja influência se faz sentir ainda fora e longe dos limites visíveis do Corpo Místico.

Sem entrar em detalhes — o que fugiria ao nosso objetivo teológico — assinalemos um benefício de ordem muito geral e que se pode comparar àquele outro benefício, prestado na Idade Média pela Igreja, quando salvou a cultura antiga, graças ao labor de seus monges copistas.

Nos dias de hoje, a Igreja desempenha o precioso papel de mantenedora do equilíbrio intelectual, num mundo que parece ter perdido o senso das proporções. Descobridor incansável e genial, o espírito contemporâneo procura em vão organizar as suas conquistas num conjunto orgânico. A mania das generalizações apressadas, das extrapolações, gera o funesto cortejo dos "ismos": racionalismo, relativismo, historicismo, mobilismo, sociologismo, pan-sexualismo, e quantos mais.

Dentro dessa Babel intelectual, o Magistério cumpre indefesso o preceito de Paulo: "Conjuro-te diante de Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo... que pregues a palavra..." (2 Tim 4, 1-5). Trabalha, sem esmorecer, para assegurar as condições ideais do verdadeiro progresso humano: respeito à tradição sem fixismo esterilizador; atitude acolhedora diante das novas descobertas, sem o radicalismo revolucionário. Defesa da inteligência, da crença na verdade, do respeito pela natureza e a ordem das coisas. Cada ser com sua genuína essência e no devido lugar. Assim orientado, pode o católico fazer suas todas as verdades que os "ismos" encerram em seu bojo, sem contaminar-se, desposando-lhes os desvarios.[12]

Numerosos espíritos, desprovidos de religião, porém objetivos e leais, reconhecem o inestimável serviço prestado pelo Magistério eclesiástico, no domínio cultural.

Maior serviço ainda presta no domínio moral. Debruçados sobre a humanidade em crise, observam os sociólogos que a consciência do mundo ocidental se encontra perplexa, desorientada. Não sabe ao certo onde está o bem, onde o mal, e acaba perguntando se existe distinção objetiva entre bem e mal, verdade e mentira. Donde, a corrida alucinada para o dinheiro e o prazer; a corrupção administrativa; a jogatina e a devassidão. Fragílimo freio moral — pobre remanescente de hábitos cristãos — impede-nos ainda de resvalar de vez ao abismo; mas como perdurará a moral cristã, onde não existe fé cristã? Com ritmo acelerado, dissolve-se a família, desenvolve-se o gangsterismo, aumenta a delinquência juvenil.

¹²) Leão XIII, Encíclicas *Immortale Dei*, n. 50; *Libertas*, n. 35; *Parenti*, n. 32.

Num ambiente desorientado, não mais pode a educação preocupar-se com a formação do caráter, pois que tal formação pressupõe a crença em valores estáveis, absolutos. Variadíssimas, as possibilidades que se oferecem a uma personalidade de criança; como escolher entre elas — favorecendo as que são dignas de desenvolvimento e refreando as que não o são — se o educador carece de norma fixa, se duvida acerca da moral, do último fim do homem?

Por força, a chamada educação se reduzirá a mera instrução, formará técnicos mas não homens de caráter. E o jovem será lançado na vida, ignorando-lhe o sentido, sem rumo certo, possuidor quiçá de apurados conhecimentos profissionais, mas desprovido de princípios e convicções profundas, e até de qualquer ideal moral.

Tão cambaleante e perplexa, como resistirá a civilização ocidental ao embate do fanatismo totalitário, e, mais ainda, à desintegração interna?

No meio dessa confusão intelectual e dessa deliquescência moral, a Igreja, impávida e infatigável, continua a pregar o antigo Credo e os 10 vetustos mandamentos da Lei de Deus... Conhecedora da resposta certa às questões decisivas para a formação do homem, ela considera uma das tarefas primárias de sua missão de Magistério, a educação cristã da juventude, como Pio XI mostrou, de maneira decisiva, na Encíclica *Divini illius Magistri*.

Em relação ao Magistério eclesiástico, a única atitude condizente com a qualidade de católico, é a obediência aquiescente.

Quando a Igreja propõe a fé, podemos chamar essa obediência de "teologal", porque, de fato, obedecemos imediatamente a Deus. (A Igreja, já foi dito, é mensageira e não autora da Revelação).

Quando aceitamos o ensinamento não infalível, poderia nossa obediência ser denominada "eclesiástica", pois então é a própria autoridade da Igreja que motiva nosso assentimento. Não mais ouvimos a voz do Esposo, senão a da Esposa (porém da Esposa guiada pelo Esposo). E embora o Magistério possa errar neste ou naquele caso particular, podemos todavia atribuir-lhe uma infalibilidade *"global"*, porque, em conjunto, tais decisões são verídicas e santificantes. Cristo Jesus está com a Igreja não apenas quando ela define o dogma e a moral, senão "todos os dias" (Mt 28, 20).

Muito melhor do que "obediência eclesiástica", diríamos "docilidade filial".

Docilidade: em todas as almas genuìnamente católicas, brota o desejo, profundo e sincero, de serem instruídas, regidas, estimuladas, pelo ensino da santa Igreja. Longe de sentir a autoridade qual insofrível jugo, sentem-na como fonte de luz, salvaguarda da santidade pessoal, espancadora do erro e da ilusão espirituais. Denota pouco espírito de fé, a indiferença, para não dizer o des-

caso, com que alguns ouvem a voz de Roma ou as cartas pastorais de seu Bispo.

Filial docilidade, acrescentamos: não aquiescência automática e forçada, como a de soldados, mas aceitação afetuosa e grata, como ouvimos a uma Mãe muito querida. De quanta perplexidade nos livra o ensinamento da Santa Madre Igreja!

Que força e que segurança sabermos que em negócio tão importante — o único necessário — e também tão incerto e temeroso qual o da salvação eterna, podemos seguir um farol cuja luz nunca se apaga e nos guia necessàriamente ao porto! Na Igreja vive, perdura — invisível porém presente — Aquele que disse: "Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andará em trevas, mas terá a luz da vida" (Jo 8, 12).

III. O PODER DE GOVERNO

A realeza de Cristo.

À Virgem anunciou o anjo Gabriel que ela daria luz a um Rei, cujo reino não conheceria fim (Lc 1, 33). O mesmo Jesus afirmou solenemente, diante de Pilatos, a sua realeza (Jo 18, 37). Ressuscitado, declara que todo poder lhe foi concedido no céu e na terra (Mt 28, 18).

Rei, ele era por direito de natureza, em virtude da união pessoal ao Verbo; detentor — como o Pai e o Espírito — da suprema e absoluta soberania e domínio de todas as criaturas. Rei, ele era também por direito de conquista, tendo resgatado a humanidade e recebido do Pai, em consequência, absoluto poderio sobre a humanidade.

Não admira pois que, a João o Vidente, se haja apresentado Cristo, vestido de branca veste salpicada de sangue, levando a inscrição: "Rei dos reis e Senhor dos senhores" (Apoc 19, 16).

Todavia Cristo, com ser "príncipe dos reis da terra" (Apoc 1, 5), jamais usou de sua realeza temporal. Querendo os judeus arrebatá-lo para o fazerem rei, fugiu, ele só, para o monte (Jo 6, 15). E a Pilatos, declarou: "Meu reino não é deste mundo" (Jo 18, 36). Na festa dos Santos Reis, a liturgia interpela o tirano idumeu: "Cruel Herodes, por que temes o advento do divino Rei? Não arrebata reinos mortais, quem distribui celestes reinos!" (Quantos são hoje os Herodes temerosos, aquém e além da cortina de ferro!).

A realeza de Cristo é de índole espiritual: "reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz". (*)

Mostra-nos o evangelho Jesus exercendo, sobre o plano religioso, o tríplice poder constitutivo da soberania. Legislador supre-

(*) Prefácio da Missa de Cristo Rei

mo no Monte das Bem-aventuranças, ei-lo a proclamar a nova Lei: "ouvistes que foi dito aos antigos... eu, porém, vos digo..." (Mt 5, 21-22; 27-28; 33-34; 38-39; 43-44). Juiz soberano, declara: "O Pai a ninguém julga, mas deu ao Filho todo juízo" (Jo 5, 22). Investido, enfim, do mais alto poder executivo, anuncia a sua vinda como um Rei, assentado no trono da sua glória, que das ovelhas aparta os bodes, chama aquelas ao seu Reino, e precipita estes no fogo eterno (Mt 25, 31-40).

A sua realeza espiritual, o Senhor não a quer exercer apenas em direito, ele quer reinar de fato sobre cada sociedade e cada indivíduo humano, através dos tempos. "E' mister, pois, que ele reine em nossas inteligências: com plena submissão, com adesão firme e constante, devemos crer as verdades reveladas e os ensinos de Cristo. E' mister que reine em nossas vontades: devemos observar as leis e os mandamentos de Deus. E' mister que reine em nossos corações: devemos mortificar nossos afetos naturais, e amar a Deus sobre todas as coisas. E' mister que reine em nossos corpos e em nossos membros: devemos transformá-los em instrumentos, ou, para falarmos com S. Paulo (Rom 6, 13) "em armas de justiça", oferecidas a Deus, para aumento da santidade de nossas almas". [11]

O poder pastoral.

Para realizar e dilatar esse Reino espiritual, de que nos fazem súditos a fé e o batismo, delegou o Salvador aos Apóstolos e aos seus sucessores certa participação no seu poder real. Eles são, verdadeiramente, chefes da Igreja, posto que subordinados em tudo ao divino Rei. Tal participação, podemos denominá-la poder pastoral ou de governo. Em virtude dele, cabe-lhes autoridade para traçar sábias regras e diretivas de ação, para dirimir questões, para orientar e dirigir o "crescimento" do Corpo Místico, conservando-lhe a unidade, difundindo-o pelo espaço e o tempo, adaptando-o às mais variadas circunstâncias, conduzindo-o enfim à eterna bem-aventurança.

O poder de governo é o complemento natural do poder de magistério. De pouco adiantaria que os Apóstolos anunciassem o evangelho, se lhes não coubesse a autoridade para organizar concretamente o Reino, e fazer dos fiéis, não uma poeira de átomos disgregados, mas um "Corpo".

Quando Jesus ordena a Pedro de "apascentar" cordeiros e ovelhas (Jo 21, 15-16), por certo não entendia apenas que ele ensinasse, senão também que dirigisse e governasse.

Aliás, encontramos no mesmo evangelho uma passagem que realça o poder judiciário da Igreja: "Se teu irmão pecar contra

---

[11]) Pio XI, Encíclica *Quas Primas*, ed. Vozes, n. 34.

ti, vai, e corrige-o entre ti e ele só. Se te ouvir, ganhaste o teu irmão. Se, porém, te não ouvir, toma ainda contigo uma ou duas pessoas, para que pela boca de duas ou três testemunhas se decida toda a questão. E, se os não ouvir, dize-o à Igreja. E, se não ouvir a Igreja, considera-o como um gentio e um publicano. Em verdade vos digo: tudo o que ligardes sobre a terra, será ligado no céu; e tudo o que desatardes sobre a terra, será desatado também no céu" (Mt 18, 15-18).

Nos escritos apostólicos encontramos os poderes pastorais em pleno exercício. Basta relembrar um ou outro exemplo. Pedro julgou a Ananias e Safira (At 5, 1-11). O Concílio de Jerusalém dirimiu a controvérsia em torno da admissão dos gentios ao cristianismo: se deviam ou não ser submetidos às observâncias judaicas (At 15, 23-29). S. Paulo usou do poder coercitivo excomungando um incestuoso (1 Cor 5, 4-5); aconselhou o estabelecimento de tribunais cristãos para julgar as contendas entre fiéis (1 Cor 6, 1-5); resolveu as dúvidas a propósito das carnes oferecidas aos ídolos (1 Cor 8, 1-13); proibiu às mulheres que se apresentassem de cabeça descoberta às assembléias litúrgicas (1 Cor 11, 5-6), ou nelas tomassem a palavra (1 Cor 14, 34), etc.

Todo o conjunto das epístolas paulinas mostra com que mão firme o Apóstolo organizava e governava as comunidades primitivas. Ensinou também a Tito e a Timóteo a pastorearem as respectivas greis. Consequentemente, exortava os fiéis: "Obedecei aos vossos superiores, e sede-lhes sujeitos, porque eles velam, como quem há de dar conta das vossas almas, para que façam isto com alegria, e não gemendo" (Heb 13, 17).

A Igreja é lei e amor. O amor, vivificando, amenizando a lei; a lei, esclarecendo, orientando o amor.

A leitura atenta e desapaixonada do Novo Testamento, mostra quão longe da verdade objetiva estão os que opõem a Igreja jurídica à Igreja da caridade. Esta seria a comunidade genuína e primitiva, regida apenas pelo "pneumatismo carismático"; aquela, um produto degenerescente, fruto da infiltração do direito pagão com a consequente corrupção do cristianismo primevo. A "Igreja" significaria então a hierarquia, e o "Corpo Místico", as riquezas espirituais de Cristo. Seria possível participar destas, sem nada ter a ver com aquela.

Ninguém pretende que o arcabouço jurídico da Igreja fosse, nos séculos I e II, tão complexo como o de hoje, fruto de lenta evolução. Importa apenas averiguar que este já existia, então, em seus lineamentos essenciais. Ora, o fato ressalta, sem contestação possível, dos escritos apostólicos e pós-apostólicos. Fictícia é, pois, a oposição.

Missão invisível do Espírito Santo e múnus jurídico dos pastores e doutores mutuamente se completam e aperfeiçoam, e pro-

vêm igualmente do único Salvador nosso. [11] E pois a alma criada da Igreja é a caridade que brota da Alma incriada, claro está que todo o aparelho jurídico — ainda as penas coercitivas — terá por finalidade o estabelecimento do Reino do amor. Mais a caridade arde na alma cristã, mais nela se acende o desejo de ser guiada pelos pastores estabelecidos por Cristo. Sabe que eles lhe ensinarão a caminhar na estreita vereda que leva às verdes pastagens, onde se unirá ao supremo Pastor, e às ovelhas suas irmãs. Não é por efeito do acaso que os santos são modelos de docilidade aos chefes eclesiásticos.

Se aqui ou acolá, na Igreja, reinou e ainda desponta rígida mentalidade legalista, é lamentável manifestação da fraqueza humana, e não já fruto da divina constituição do Corpo Místico. Toda a legislação eclesiástica está permeada de caridade, e todos os pastores dignos desse nome, sabem que devem governar, não como senhores mas antes como pais amantíssimos. Guardam sempre diante dos olhos a admoestação de S. Pedro: "Apascentai o rebanho de Deus que vos está confiado, tende cuidado dele, não constrangidos, mas de boa vontade, segundo Deus; não por amor de lucro vil, mas por dedicação; não como para dominar sobre as comunidades, mas feitos sinceramente exemplares do rebanho. E, quando aparecer o Príncipe dos pastores, recebereis a coroa imarcescível de glória" (1 Ped 5, 2-4).

Fontes do Direito Eclesiástico.

Não nos dilataremos na explanação pormenorizada desse poder de governo, cujo estudo mais concerne ao direito canônico do que à teologia dogmática. Indicaremos apenas alguns princípios essenciais de doutrina.

Toda sociedade forma-se para conseguir um fim comum aos membros que a integram. Direitos e deveres de governantes e súditos regem-se todos em função dessa meta. O princípio gerador do direito eclesiástico será, pois, o fim sobrenatural perseguido pela Igreja, ou seja: *a santificação dos fiéis*. E as leis da sociedade religiosa terão em mira ordenar as ações de seus membros, como outros tantos meios para a consecução desse fim santificante.

Deus ele mesmo, para nos dirigir os passos, revelou leis supremas prescrevendo certos atos e proscrevendo outros. O conjunto dessas normas reveladas constitui o *direito divino*. A mais geral e importante dessas leis é de amar a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a nós mesmos.

Muitas outras há, mais particularizadas; por exemplo: os restantes nove mandamentos do Sinai; o preceito de Cristo de comer a carne e beber o sangue do Filho do homem; de nos fazermos

---

[11]) Enc. *Mystici Corporis Christi*, n. 67.

perdoar os pecados pelos juízes investidos dos poderes das chaves, etc.

Há também as que estão, não já explicitamente, senão implicitamente contidas na Revelação divina. Por exemplo: constitui explícita revelação — como acaba de ser dito — o dever de submeter nossos pecados ao poder das chaves; logo, está implicitamente revelado que devemos declarar quais esses pecados; de outra forma torna-se impossível o juízo. Por conseguinte, o preceito da confissão é de direito divino.[10]

Compete à Igreja conservar, propor, interpretar, explicitar, o direito divino. Não lhe pode, porém, mudar um ápice. Tanto quanto da fé cristã, a Igreja é depositária e mensageira da moral cristã.[11] As leis divinas correspondem, no domínio prático, aos dogmas no domínio especulativo; ambos são verdades reveladas; idêntica, a função da Igreja num e noutro caso.

Enfeixadas no direito divino as regras gerais e imutáveis do comportamento cristão, restará ainda ao poder pastoral aplicá-las nos casos particulares. Daí uma série de normas — morais umas, meramente disciplinares outras — que são outras tantas deduções, aplicações, particularizações, mais ou menos imediatas — estritas ou frouxas, próximas ou longínquas — do direito divino.

Tal conjunto recebe a denominação de *direito eclesiástico*, por isso que a autoridade que o funda não é mais, imediatamente, a autoridade de Deus, senão a da Igreja. Por exemplo: do preceito dado por Jesus Cristo, de comer a sua carne e beber o seu sangue — sem determinar com que frequência — o 4º Concílio de Latrão, em 1215, concluiu a necessidade de comungar pelo menos uma vez ao ano[12]; o preceito divino de fazer penitência a Igreja determina-o impondo jejuns e abstinências; o preceito divino de cultuar o Senhor, a Igreja aplica-o designando dias certos para serem santificados, etc.

Desta sorte, acumulou-se riquíssimo cabedal de leis, sentenças, regulamentos, por obra de Papas, Concílios, Bispos; alguns de alcance universal (p. ex.: os chamados "mandamentos da Igreja"; o Código de Direito Canônico); outros particulares a algumas regiões (p. ex.: os decretos do Concílio Plenário Brasileiro), outros enfim a uma só diocese (p. ex.: os decretos sinodais).

Temos enfim, a série indefinita de atos do poder de governo, que não revestem forma jurídica estrita: conselhos, diretivas, exortações, advertências, etc. Todos colimam fim idêntico: estabelecer sobre a terra o Reino de Cristo, de acordo com as condições de tempo, lugar, pessoas. Exemplo: as intervenções de

[10]) Denzinger, n. 899 (Conc. Tridentino)
[11]) Denz., n. 1839 (Conc. Vaticano)
[12]) Denz., n. 437.

Leão XIII, em 1892 e 1893, aconselhando os católicos franceses a aceitarem a terceira república.

Tal abundância de iniciativas, de alcance e valor tão diversos, patenteia a constante e maternal solicitude da Igreja para com seus filhos. Demonstra-lhe também a fidelidade para com o divino Esposo. Ordenou-lhe ele que dilatasse o seu Reino sobre a terra. Confiou-lhe o seu rebanho para que o pastoreasse, guardando-o do mal, e guiando-o para a bem-aventurança. E a Pastora procura e aplica, indefessa, as mais variadas indústrias, para cumprir a tarefa. "Insta a tempo e fora de tempo, redargúi, repreende, exorta, com toda longanimidade e doutrina" (2 Tim 4, 2).

A assistência divina.

"Eis que estou convosco até o consumar-se dos séculos". Esta promessa que serve de feixe ao evangelho de S. Mateus, assegura a presença ativa de Jesus aos poderes de magistério e de governo.

Presença invisível — pois corporalmente Jesus está na glória — porém eficaz; presença constante, que vence o tempo. Presença que não se substitui aos pastores, mas antes vem ampará-los perenemente.

Todos os membros da hierarquia de jurisdição, quando desempenham suas funções pastorais, jamais se encontram sós. Jesus lhes está ao lado, iluminando, guiando, sustentando, a fim de que não se perca o rebanho, ou se desgarre, ou demande pastagens venenosas.

Do grande texto de S. Paulo aos Efésios (4, 11-16), colhemos que: 1º o próprio Cristo instituiu os Apóstolos, evangelistas, pastores e doutores; 2º eles edificam, sob Cristo, o Corpo Místico, dão-lhe coordenação e unidade; 3º o influxo constante da Cabeça, deriva-se aos membros por meio das "junturas de comunicação", que são os pastores.

À providência especial que envolve a dupla função de magistério e governo (irmanada pelos antigos sob o termo "jurisdição"), denominam os teólogos de *assistência.*

A fim de melhor lhe aquilatar a natureza, não será ocioso contrastar poder de ordem (sacerdócio) e poder de jurisdição (magistério e governo).

O sacerdote, ao administrar os sacramentos, também não está só; todavia, ele age então como *puro instrumento* do Sumo Sacerdote. Precisamente por estar em continuidade quase física com Cristo — sendo atuado por Ele — o seu poder de ordem produz, de modo infalível, o efeito sobrenatural. Batizando, absolvendo, o padre não é de modo algum causa da graça que abrolha na alma do pagão ou do penitente. Há uma só causa da graça, Cristo. E' ele quem batiza ou absolve, por seu ministro. O poder

de ordem, por isso mesmo, não requer "assistência" especial; é infalível de per si. Sei que se eu pronunciar corretamente as palavras da consagração, com a devida intenção, o Corpo e o Sangue de Cristo estarão infalivelmente sobre o altar, por isso que, naquele momento, o Sumo Sacerdote repete, por meus lábios, as palavras que pronunciou durante a última Ceia.

Ao contrário, os pastores da Santa Igreja, quando ensinam ou governam, agem como verdadeiras *causas,* se bem que subordinadas a Cristo. O instrumento não opera por virtude própria; vem-lhe a atividade, da causa que o move; enquanto a causa subordinada age por virtude própria, embora necessite o influxo da causa principal, como condição de sua atividade. [*]

O Papa, ainda quando usa de seu poder de jurisdição o mais divino, definindo a fé, julga pessoalmente da oportunidade da definição, fá-la preceder de investigações para averiguar a crença da Igreja, escolhe a formulação que dará à verdade, etc.

Vemos assim que a Cabeça do Corpo Místico exerce sobre ele um duplo influxo. O primeiro é *intrínseco,* vitalizante: a comunicação de sua santidade pela graça. Serve-se então de homens ungidos com o poder de ordem, como de *instrumentos* pelos quais passa sua ação sobrenatural de Sumo Sacerdote. O segundo, *extrínseco,* ensinando e dirigindo, serve-se também de homens, mas como de *causas subordinadas* a quem delega algo de seu poder de Sumo Pastor, para que amestrem as inteligências e governem as vontades. Por isso mesmo, neste último caso, é indispensável uma garantia contra o erro: *"a assistência"*.

O Papa, os Bispos reunidos em concílio, são, como pessoas privadas, falíveis — pois são homens; — só conseguirão declarar, com absoluta autenticidade, a verdade evangélica, na medida em que Deus os amparará, os "assistirá".

Mas como conceituar, com exação, esse auxílio? E' um "carisma", a saber: um socorro ou influxo especial do Espírito Santo, que visa não já a santificação pessoal do beneficiário, mas a *utilidade da comunidade cristã.* Concretamente, terá por finalidade permitir à Igreja docente, de desempenhar a missão em que foi investida por seu chefe: conservar e explicar o depósito revelado, governar sàbiamente o rebanho de Cristo. Tal carisma revestirá a forma ora de iluminação, ora de discernimento prudente, ora de fortaleza, ora de caridade heróica, etc.

Certos teólogos atribuem à "assistência" uma virtude puramente negativa: não pactuar com o erro. Outros, mais avisados, adscrevem-lhe também um efeito positivo: iluminar, fazer descobrir a verdade evangélica, ajudar a traduzi-la fielmente, etc.

*) O leitor, para concretizar, poderá imaginar como exemplo de instrumento: a pena de escrever, e, como exemplo de causa subordinada: o procurador, agindo em nome do seu constituinte

O sumo grau da "assistência" é a garantia absoluta dada ao Papa, falando "ex cathedra"; ao Concílio geral, definindo em união ao Papa. Embora seja de índole positiva, não deve ser concebida à guisa de nova revelação; nada descobre de verdadeiramente desconhecido; faz apenas ver e expressar, com fidelidade, o que já se encontrava — quiçá implicitamente — no depósito revelado. O Magistério eclesiástico, já foi dito, não passa de mensageiro, arauto, da revelação. "Embaixador" de Cristo, diz S. Paulo (2 Cor 5, 20).

Definiu o Concílio do Vaticano que a assistência infalível se estende ao ensinamento das verdades a crer, como da moral a praticar.[20] Sem esse carisma logo se deturparia a Revelação, e a Igreja descambaria na completa anarquia de crenças e de costumes. Prova-o, sobejamente, a história do protestantismo.

Se o Senhor prometeu, como prometeu, que estaria sempre com a sua Esposa, e que as forças infernais não prevaleceriam contra ela, é absolutamente necessário que seja amparada, por Deus, a fragilidade humana.

Todavia, a Igreja não se limita a conservar e explicar a doutrina revelada sobre a fé e os costumes. Deve ainda guiar pràticamente a seus filhos, nas diversas conjunturas da vida, para que evitem o erro e o mal, abracem a verdade e o bem. Donde a longa série de leis, regulamentos, disposições, preceitos, conselhos, de que falamos. Variará o grau de "assistência" do Espírito Santo, segundo o alcance dessas iniciativas.

Em certos casos de importância extrema, as decisões serão pròpriamente infalíveis. Por exemplo: é de todo impossível que a Igreja latina se tenha enganado quando "por graves e justas causas" decidiu distribuir a sagrada comunhão sob uma só espécie.[21]

Possível é o erro, em compensação, no que se refere a decisões menos importantes e gerais. Porém, ainda aqui devemos crer que a "assistência" divina não falta. As diretivas eclesiásticas serão acertadas, o mais das vezes. Já aludimos a certa "infalibilidade global", entendendo por aí que o governo da Igreja é de tal forma dirigido pelo Espírito Santo que, em conjunto, leva ao estabelecimento do Reino de Deus sobre a terra, em que pesem os muitos enganos ou deficiências pessoais deste ou daquele hierarca.

A crença na "assistência" do Espírito Santo, confere a nossa obediência de fiéis, um caráter religioso. Obedecendo aos pastores, obedecemos ao Espírito que os constitui Bispos, para governarem a Igreja de Deus (At 20, 28).

Mas podem errar? — Seja. Em última análise, Deus saberá tirar o bem do mal. De qualquer forma foi Deus servido permitir aquele erro. Se o Superior enganou-se, entrava nos designios de

---

[20]) Denz., n. 1839.
[21]) Denz., n. 935 (Conc. Tridentino).

Deus que ele se enganasse, pois Deus age sobre os acontecimentos através de instrumentos humanos, logo falíveis. Deus liga a sua ação no mundo, naquele momento dado, à decisão deste superior particular. Logo essa decisão nos traz a vontade de Deus, sempre boa. Daí, a serenidade perfeita do cristão fervoroso, em presença de certas medidas legislativas ou disciplinares, que se lhe afiguram menos acertadas. Quando Pio XI, por exemplo, repudiou os erros da *Action française,* não fazia uso do carisma da infalibilidade. Numerosos franceses, embora julgassem a iniciativa pontifical menos feliz, obedeceram entretanto ao Pai comum, por espírito de fé e docilidade filial. Consolavam-se, pensando que a Providência saberia, de qualquer maneira, salvaguardar os interesses supremos da sua pátria.

De pouco valeria, houvesse Cristo confiado a sua Igreja dogma profundo e sublime moral, se ela malograsse na aplicação cotidiana desse dogma e dessa moral; se não conseguisse pràticamente afastar seus filhos do mal e encaminhá-los ao bem.

IV. PODER RELIGIOSO E PODER CIVIL

Problema inelutável.

Igreja e Estado são duas sociedades que têm os mesmos homens por súditos. Coexistem, pois, no tempo e no espaço. Quais as suas relações?

Muitos dentre os modernos pretendem que o ideal seria a recíproca ignorância. Domínio da Igreja são os fenômenos religiosos, escondidos no recesso da consciência. O Estado, pelo contrário, rege a vida pública da nação, nos seus aspectos político, jurídico, econômico, cultural. Não cogita, nem pode cogitar do que os cidadãos porventura opinem sobre a Trindade ou a vida futura. Coisas de Deus e coisas de César não se tocam, nem se podem tocar. Só surgiria um problema, se exorbitassem das próprias funções, soberanias tão heterogêneas. Fiéis às próprias finalidades, jamais se encontrarão.

Desposada com fervor pelos liberais e os modernistas [illegible], essa teoria parece confundir Igreja, sociedade religiosa, com igreja, casa de oração; ou por melhor dizer confunde a Igreja de Cristo com um oratório doméstico.

Mas, se a Igreja é, como dissemos, o perpetuar-se da obra salvífica de Cristo, claro está que não se reduzirá a um sistema de opiniões e sentimentos, afagados nos refolhos da alma, e sem qualquer repercussão social.

[illegible]) Condenados por Pio IX, *Syllabus*, n. 55 (Denz., n. 1755; ed. Vozes, p. 23); e Pio X, Enc. *Pascendi* (Denz., n. 2092; ed. Vozes, n. 24).

A influência da Igreja tenderá a *cristianizar* o *próprio temporal*, na medida do possível. Negativamente, visará impedir as atividades profanas de sucumbirem ao mal — e, certas vezes, ao erro. [illegible] — Positivamente, procurará iluminar as que de mais perto tocam a vida espiritual do homem.

Donde Leão XIII podia proclamar com legítimo orgulho: "A obra imortal do Deus de misericórdia, a Igreja, se bem que em si e por sua natureza tenha por fim a salvação das almas e a felicidade eterna é, entretanto, na própria esfera das coisas humanas, a fonte de tais vantagens, que as não poderia proporcionar mais numerosas e maiores mesmo quando tivesse sido fundada sobretudo e diretamente em mira a assegurar a felicidade desta vida. Com efeito, onde quer que a Igreja haja penetrado, há mudado a face das coisas e impregnado os costumes públicos não sòmente de virtudes até então desconhecidas, mas ainda de uma civilização toda nova". [illegible]

E Pio XI pormenorizando: "Só (a Igreja) pode gozar do poder eficaz de estirpar da vida pública, da família e da sociedade civil, a chaga do materialismo, que já operou tantas devastações; de fazer nelas penetrar os princípios cristãos, tão superiores aos sistemas dos filósofos sobre a natureza espiritual ou sobre a imortalidade da alma, de operar a reaproximação de todas as classes de cidadãos e unir os povos todos pelos mesmos sentimentos de uma profunda benevolência, "por uma certa fraternidade" (S. Agostinho); de defender a dignidade humana e elevá-la até Deus; de corrigir e melhorar os costumes públicos e privados, de modo que tudo se faça plenamente "submisso" a Deus "que vê os corações" (1 Reis 16, 7) e conforme com os seus ensinamentos e os seus preceitos, tornando-se o sentimento sagrado do dever a lei de todos: dos particulares e dos governantes e até das instituições públicas, e assim Jesus Cristo "seria tudo em todos" (Col 3, 5). [illegible]

Se, pois, a Igreja exerce influxo "sobre o fundamento, sobre a estrutura e sobre a atividade da sociedade humana" [illegible], vão e pueril seria sustentar que a Igreja e o Estado jamais se podem encontrar.

Ademais, matérias há que são "mistas" ou comuns, pois delas devem conhecer — embora a título diferente — a Igreja e o Es-

---

[illegible]) "Certas vezes" apenas, porque não é função da Igreja impedir o erro em matérias puramente profanas. Só intervirá quando o erro tiver repercussões morais ou religiosas (p. ex.: Pio XII na Enc. *Humani Generis* rebateu os erros de certos cientistas sobre a origem do homem). Em compensação, a Igreja tentará *sempre* impedir que o profano sucumba ao mal, porque a moral cristã é onipresente.

[illegible]) Leão XIII, Enc. *Immortale Dei*, n. 1.

[illegible]) Pio XI, Enc. *Ubi arcano*, n. 20.

[illegible]) Pio XII, Discurso *La elevatezza*, de 20-2-46 (ed. Vozes, p. 4).

tado.[*] Assim o matrimônio, a um tempo sacramento e contrato civil. Ou ainda, para tomar outro exemplo, desinteressar-se da educação da juventude seria para a Igreja ter vocação para o suicídio. Prova sejam os estados comunistas, onde a Igreja se acha condenada a morrer de inanição, por falta de adeptos, porquanto as novas gerações são educadas na religião dos "sem-Deus". Nestes estados, a tão propalada "liberdade de consciência" se reduz a tolerar, no recesso dos templos, as cerimônias religiosas, contanto não tenham repercussão sobre o indivíduo, muito menos sobre a sociedade. Sem chegar a tais extremos, é de todos sabido até que ponto a pretensa escola "neutra" descristianizou a França. Donde os esforços heróicos dos católicos desse país para salvar as escolas "confessionais". Na educação da juventude temos, pois, uma dessas questões que interessam, conjunta e vitalmente, os poderes espiritual e político.

Em vão tentaríamos fugir ao problema das relações entre a Igreja e o Estado, sob o falacioso pretexto de que carece de fundamento, é um pseudo-problema. Apenas ser-nos-á lícito tratá-lo com brevidade, porquanto pertence muito menos à teologia dogmática do que ao direito eclesiástico público.

Os princípios teológicos na matéria são, aliás, poucos e simples, óbvios e indiscutíveis para um católico. A dificuldade nasce quando baixamos dos princípios às aplicações. Então tudo se complica e obscurece. Donde conflitos e controvérsias sem fim.

Indicações históricas.

Fundava-se o império romano sobre a soberania total, absoluta, do Estado. Não lhe escaparia, por certo, a religião. *Pontifex Maximus*, era um dos títulos do imperador, e o culto de Augusto e de Roma, uma exigência do civismo.

Contra esse despotismo espiritual ergueu-se a Igreja primitiva. Em nome de Deus, reivindicou a sua qualidade de sociedade autônoma. Autonomia derivada de sua origem sobrenatural.

Pelo fato mesmo, o cristianismo libertava o homem da escravidão do Estado, afirmando que o bem espiritual do indivíduo, sobrepuja o bem temporal da sociedade civil. A nova religião revelou à humanidade o valor da alma imortal, deu-lhe a possibilidade de uma vida espiritual.

Entre os dois poderes o primeiro choque foi sangrento. Perseguida, a Igreja refugiou-se nas catacumbas; deu sua legião de mártires — mas venceu. Conquistou irredutível independência e, consequentemente, limitou a soberania do poder civil. Desde então, estabeleceu-se o dualismo Igreja-Estado.

*) Leão XIII, Encíclicas *Immortale Dei*, n. 19; *Libertas praestantissimum*, n. 23.

Porém o absolutismo pagão tentou perdurar, fantasiando-se de cristão: nasceu o chamado césaro-papismo. Arvorou-se o imperador bizantino em protetor e mesmo chefe da Igreja, tentando regular-lhe o dogma, a moral, o culto. E até hoje as igrejas dissidentes do Oriente se submetem ao jugo do poder civil.

No Ocidente, destruído o império romano e mergulhada a civilização na barbárie, foram os homens da Igreja como que compelidos a assumir tarefas de ordem temporal. Eram eles quase que os únicos letrados; muitos deles a um tempo clérigos e senhores feudais. Criou-se aos poucos uma estranha compenetração do sagrado e do profano, com Papas a deporem reis e imperadores, teólogos a defenderem o poder *direto* da Igreja sobre a ordem temporal. Reduzia-se a autoridade civil a simples delegação da autoridade eclesiástica. Justificou-se històricamente esse absolutismo clerical, essa perpétua tutelagem, pelo estado ainda embrionário da civilização. Para o bem geral, reconheciam os povos, no Soberano Pontífice, o árbitro e juiz supremo — ainda em coisas temporais — da cristandade.

Mas apenas saída do berço no século XIII, a sociedade ocidental, foram levadas as monarquias nacionais a reclamarem a sua autonomia civil. Não tardou que exorbitassem. Sob o influxo do direito romano redivivo, os legistas, consultores dos soberanos, afirmaram extravagantes prerrogativas reais em matéria religiosa. Assim, no século XIV, Marcílio de Pádua, reitor da Universidade de Paris, sustentava que ao imperador compete instituir, corrigir, destituir e punir o Papa.[88]

A Reforma veio assinalar um surto vigoroso de césaro-papismo.[89] Acorrentadas as igrejas protestantes ao poder político, o príncipe tornou-se a um tempo chefe civil e religioso. Ainda hoje, a igreja anglicana não pode sequer emendar seus livros litúrgicos sem autorização do Parlamento — qualquer que seja, aliás, a religião ou falta de religião dos nobres deputados.

Tais aberrações regalistas infiltraram-se em países católicos. As monarquias absolutas procuraram não só eximir-se da autoridade da Igreja como dominá-la, mantendo-a sujeita e escravizada ao Estado. Galicanismo na França, josefismo na Áustria — erros e abusos que penetraram na Itália, invadiram a península ibérica e suas colônias.

Para cercear o poder espiritual da Igreja, pretendiam os reis que todo ato da Santa Sé, a fim de receber força executória, carecia do "placet" do soberano. Pretendiam também que era lícito apelar ao rei, das decisões dos tribunais eclesiásticos.[90]

---

88) Condenado por João XXII em 1327 (Denz., nn. 497, 499).
89) Faz exceção Calvino, que era teocrata.
90) Denz., nn. 1697, 1798, 1741, 1830, 1847 (Pio IX).

No fundo, negava-se à sociedade religiosa qualquer autonomia. Só lhe reconheciam direitos, quando outorgados pelo Estado. Só lhe permitiam as atividades condizentes com os fins políticos do soberano. Sob o falacioso pretexto de "proteger" a Igreja, manietavam-na. Serviam-se dela como de instrumento de governo.

No século passado, surgiu um novo sistema que desfrutou do maior favor: o "liberalismo". Funda-se sobre o indiferentismo religioso. Tanto faz ter ou não ter religião, abraçar esta ou aquela. São questões privadas, dependendo do gosto de cada um. Logo o Estado deve "separar-se" da Igreja, ser "leigo" ou "neutro". Por outras palavras: não tem obrigação nenhuma para com Deus. Deve comportar-se como se Deus não existira. A Igreja é mera associação particular, como inúmeras outras. O Estado dela cogita apenas para impedir que perturbe a ordem pública.

Em alguns de seus corifeus, o "liberalismo" correspondia a um desejo sincero de evitar atritos, de criar uma atmosfera de mútuo respeito e tolerância. Mas, como as suas raízes mergulhavam no erro, não tardou muito em produzir frutos envenenados. Na França, em Portugal — alhures também — a expressão "separação da Igreja e do Estado" foi um rótulo hipócrita que escondia o desígnio de expulsar a Igreja da sociedade e mesmo de destruí-la, para implantar um feitio de vida puramente "leigo" ou "secular". [*]

Os princípios católicos.

Fecundada pela germinação das sementes evangélicas, amestrada pela decantação de experiências prolongadas e contrastantes, a Igreja elaborou, aos poucos, uma doutrina de acabado equilíbrio e limpidez. O gênio de Leão XIII, sobretudo, soube distinguir entre o efêmero e o permanente, as contingências históricas e as regras imutáveis, as situações particulares e as normas universais. Evita destarte o duplo escolho do alheamento completo e da intromissão demasiada. Mormente na Encíclica *Immortale Dei*, de 1º de Novembro de 1885, o Pontífice expendeu os mais sábios princípios. Podemos resumir a doutrina toda em cinco conclusões.

1º *Distinção* entre a Igreja e o Estado. "Se bem que composta de homens como a sociedade civil, essa sociedade da Igreja, quer pelo fim que lhe foi designado, quer pelos meios que lhe servem para atingi-lo, é sobrenatural e espiritual". [**]

2º *Autonomia* da Igreja. "Constitui ela uma sociedade juridicamente perfeita em seu gênero, possui em si e de per si todos os recursos necessários à sua existência e ação". [***] Cristo, com efeito, lhe assinou um fim próprio: levar os homens à bem-aven-

*) Denzinger, nn. 1719, 1780, 1755, 1777 1780 (Pio IX); 2093 (Pio X)
**) *Immortale Dei*, n. 10
***) Ibid.

turança sobrenatural; deu-lhe também meios adequados, que são os poderes de ordem e jurisdição. Fim e poderes inteiramente diversos e muito superiores, por sua índole sobrenatural, aos da sociedade civil, necessàriamente confinados dentro das fronteiras do terrestre, do temporal.

Impossível, em consequência, a sujeição da Igreja à autoridade civil. Ela é perfeitamente autônoma. "À Igreja, pois, e não ao Estado é que pertence guiar os homens para as coisas celestes, e a ela é que Deus deu o mandato de conhecer e de decidir de tudo o que concerne à religião; de ensinar todas as nações, de estender a tão longe quanto possível as fronteiras do nome cristão; em suma, de administrar livremente e a seu inteiro talante os interesses cristãos".[54] "Assim, tudo o que, nas coisas humanas, é sagrado por uma razão qualquer, tudo o que é pertinente à salvação das almas e ao culto de Deus, seja por sua natureza, seja em relação a seu fim, tudo isso é da alçada da Igreja. Quanto às outras coisas que a ordem civil e política abrange, é justo que sejam submetidas à autoridade civil, já que Jesus Cristo mandou dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus".[55]

3º Donde a *dualidade* Igreja-Estado. "Deus dividiu, pois, o governo do gênero humano entre dois poderes: o poder eclesiástico e o poder civil; aquele preposto às coisas divinas, este às coisas humanas. Cada um deles no seu gênero é soberano; cada um está encerrado em limites perfeitamente determinados, e traçados em conformidade com a sua natureza e o seu fim especial. Há, pois, como que uma esfera circunscrita em que cada um exerce a sua ação *jure proprio*".[56]

"Na gestão de seus negócios nenhuma dessas sociedades obedece à outra nos limites, já se entende, determinados a cada uma pelo seu fim imediato".[57] Vivem sobre planos diferentes.

A "dualidade" supõe portanto a diversidade de origem e de fim. Humanos, os do Estado; sobrenaturais, os da Igreja.

4º *Relações harmoniosas.* Dualidade não significa divórcio.

Igreja e Estado não são sociedades opostas, nem mesmo disparatadas, sem qualquer contacto. "Exercendo-se a autoridade delas sobre os mesmos súditos, pode suceder que uma só e mesma coisa incida na jurisdição e no juízo de um e de outro poder... Necessário é, pois, que haja entre os dois um sistema de relações bem ordenado, não sem analogia com aquele que, no homem, constitui a união da alma com o corpo".[58]

Repele a Igreja o regime de "separação" que se funda no indiferentismo religioso. Sofre a Igreja, cujas atividades são cer-

---

[54]) Ibid.
[55]) L. c., n. 20.
[56]) N. 19.
[57]) Enc. *Sapientiae Christianae*, n. 36.
[58]) Enc. *Immortale Dei*, n. 19.

ceadas ou pelo menos não encontram apoio; sofre ainda mais o Estado, que, desconhecendo a primazia do espiritual, logo se despenhará no mais abjeto materialismo e no amoralismo total dos métodos de governo. Ao contrário, a colaboração da Igreja muito facilita as tarefas do governo civil: estabelece e mantém uma atmosfera de ordem, honestidade, de consciência do dever, de preservação da família, de obediência à autoridade, etc.

O regime ideal, em tese, será, portanto, a *união* da Igreja e do Estado, regulada em geral por uma concordata. Sem dúvida, a história mostra que tal regime se tem revelado instrumento de opressão, como aconteceu no Brasil colonial e imperial. Pelo que, na prática, a Igreja preferirá a uma concordata deturpada ou mal aplicada, um estado de coisas como o do Brasil republicano. Embora juridicamente viciado, por estribar-se sobre a "separação", ele é aplicado de maneira que, longe de consagrar o divórcio, permite amistosa colaboração entre poder religioso e poder civil. Não é um motivo, entretanto, para transformar em norma, o que se revela preferível em circunstâncias mui particulares e contingentes.

5º *Primazia do espiritual.* Dela decorrem duas consequências da maior gravidade. Primeira: a sociedade política tem *deveres* para com Deus. Estranho seria que o homem isoladamente fosse obrigado a servir a Deus, e se encontrasse livre de qualquer laço religioso na sua vida de comunidade.

Assim como o indivíduo há de honrar a Deus não do modo que prefere, senão do modo pelo qual o próprio Deus declarou querer ser honrado, assim também "as sociedades não podem sem crime comportar-se como se Deus absolutamente não existisse, ou prescindir da religião como estranha e inútil, ou admitir uma indiferentemente, segundo o seu beneplácito. Honrando a Divindade, devem elas seguir estritamente as regras e o modo segundo os quais o próprio Deus declarou querer ser honrado". [99]

Intolerância da Igreja? Leão XIII, tão inflexível na afirmação dos princípios, sabia temperar-lhes a aplicação no seio de nossas sociedades modernas, religiosamente divididas. "Não há para ninguém justo motivo de acusar a Igreja de ser inimiga quer de uma justa tolerância, quer de uma sã e legítima liberdade. Efetivamente, se a Igreja julga não ser lícito pôr os diversos cultos no mesmo pé legal que a verdadeira religião, nem por isso condena os chefes de Estado que, em vista de um bem a alcançar ou de um mal a impedir, toleram na prática que esses diversos cultos tenham cada um seu lugar no Estado". [100]

A segunda consequência é a *subordinação* do temporal ao

[99]) L. c., n. 11.
[100]) L. c., nn. 45-46. Cf. o discurso de Pio XII, a 6-12-1953 à Reunião nacional dos juristas católicos italianos.

espiritual, da ordem natural à sobrenatural, donde decorre um certo poder da Igreja sobre o Estado.

Soberano na sua esfera, o Estado não é a sociedade suprema, porque o bem-estar temporal não deve sobrepujar o bem espiritual dos súditos. Os valores terrestres não são valores absolutos, nem a utilidade social a norma derradeira de conduta.

Em 1302, na Bula "Unam Sanctam", declarava o Papa Bonifácio VIII: "E' necessário que a autoridade temporal se submeta à espiritual... Que o poder espiritual sobrepuje, quanto à dignidade e nobreza, qualquer poder terreno, devemos confessá-lo com clareza tanto maior quanto as coisas espirituais sobrelevam as temporais..." [101]

Doutrina que suscitou e suscita ainda os mais veementes protestos. Acusam a Igreja de exorbitar; de invadir a soberania dos governos, de formar um Estado dentro do Estado, de negar em prática aquela autonomia da sociedade civil que ela, em tese, afirma.

E muitos dos nossos católicos partilham, inconscientemente, o erro político dos modernistas: separam o crente do cidadão. E dizem: "O católico, não se importando com a autoridade, com os desejos, com os conselhos e com as ordens da Igreja, e até mesmo desprezando as suas repreensões, tem o direito e o dever de fazer o que julgar mais oportuno ao bem da pátria. Querer, sob qualquer pretexto, impor ao cidadão uma norma de proceder, é, por parte do poder eclesiástico, verdadeiro abuso, que se deve repelir com toda a energia". [102]

Quando, antes de algum pleito eleitoral, a autoridade eclesiástica proíbe aos católicos de votarem em certo partido ou candidato, logo acorre quem lhe assaque o intrometer-se na política, e agite o espantalho do "clericalismo". E quando em 1948, o Papa Pio XII lançou todo o poderio da Igreja nas eleições italianas, muitos houve — ainda entre os católicos — que se velaram pudicamente a face.

Esquecem esses críticos de que a subordinação do Estado à Igreja refere-se *tão só* ao que toca — direta ou indiretamente — a vida *religiosa,* de sorte que, na vida civil como tal, a Igreja não se intromete nem se pode intrometer.

Repetidas vezes têm os Papas afirmado o seu alheamento do puro temporal, dos interesses terrestres. A Igreja, embora esteja no mundo, não é deste mundo.

Muito legitimamente procura o Estado os bens naturais, os valores terrestres. E' sua função própria. Neste sentido poderíamos falar — não tivessem os qualificativos sido tão deturpados — em sociedade "leiga" ou "secular".

---

[101]) Denz., n. 469.
[102]) S. Pio X, Encíclica *Pascendi,* ed. Vozes, n. 24.

Nem estas são afirmações teóricas apenas. Cada dia toma o Estado um sem-número de medidas políticas, jurídicas, econômicas, administrativas. A Igreja não intervém. Deixa ao poder civil a mais ampla liberdade. Reconhece-lhe, no seu campo, plena autonomia. Obriga os cidadãos em consciência a submeterem-se à legítima autoridade, porque Deus é a fonte derradeira de toda santidade (Rom 13, 1-7; 1 Ped 2, 13-17). O católico exemplar será sempre um cidadão modelar.[103]

A Igreja só se interessará pelo temporal desde que ele esteja *ligado* ao espiritual. "Não pode a Igreja ficar indiferente a que tais ou tais leis rejam os Estados, *não porque são leis civis*, mas porque talvez, saindo de sua esfera, lhe invadem os seus direitos".[104] Deixa então o temporal de ser *meramente* temporal porque lhe sobreveio relação ao espiritual; passou a envolver valores religiosos. Nada de humano escapa à Igreja, na medida exata em que está ligado ao espiritual. Pois o poder da Igreja se estende a todo o espiritual onde quer que seja que ele desponte.

O gesto de Jesus, expulsando os vendilhões do templo, teve consequências comerciais. Quem ousaria, entretanto, qualificá-lo de medida comercial? Era patente que o Mestre tutelava os direitos de Deus a ser honrado no seu templo; direitos estes acidentalmente feridos pelas atividades dos mercadores.

Assim, a intervenção eclesiástica não visa a medida enquanto política, econômica ou social (seria usar de poder "direto" sobre o temporal, que à Igreja não assiste); mas tão sòmente enquanto a medida — política, econômica, social — interessa a vida cristã (poder "indireto").

Resultará sem dúvida, dessa intervenção, uma *repercussão* temporal de providências espirituais; mas nunca será intromissão no temporal como temporal. Por outras palavras, a Igreja jamais age imediatamente sobre o temporal, mas sempre sobre o espiritual que, no caso particular, está ligado ao temporal. Julgará então a Igreja do caráter moral ou religioso de um ato, nada mais. Todavia, como são, por hipótese, coisas temporais que revestem momentâneamente tal caráter, elas sofrerão o reflexo do juízo espiritual.

Por exemplo, quando Leão XIII aconselhou aos católicos franceses a aceitação do regime republicano, ou Pio XI vedou-lhes a adesão à *Action française*, ou Pio XII proibiu aos católicos italianos que votassem nos marxistas, tinham em mira esses Papas única e exclusivamente os interesses religiosos da França ou da Itália. Acontecia, porém, que tais interesses religiosos dependiam, no caso particular, de fatores políticos. Logo, a intervenção pontifical acarretaria, por força, consequências políticas, embora diretamente incidisse apenas sobre a consciência religiosa dos fiéis.

[103]) Leão XIII, Enc. *Immortale*, nn 9, 24, 54.
[104]) Leão XIII, Enc. *Sapientiae Christianae*, n 37.

Ao falar em poder "*indireto*" sobre o temporal, não pretendem, pois, os teólogos negar que a Igreja intervenha abertamente no terreno temporal (político, social, etc.); mas afirma-se que ela só intervém na medida exata em que o temporal está ligado ao espiritual e só para tutelar a este.

Nunca política pela política, ou economia pela economia. Sempre as consequências *religiosas* da política ou da economia; sempre o desejo de criar condições temporais favoráveis ao desabrochar do espiritual.

Numa palavra: a Igreja é suprapolítica e supranacional. A sua jurisdição se refere diretamente às almas, a fim de dirigi-las à sua sorte eterna.

Foi vedado, por exemplo, aos católicos brasileiros a adesão ao partido comunista. Porventura, em virtude de razões políticas? De todo. Exclusivamente porque este partido advoga um materialismo e um ateísmo militantes.

Quanto aos demais partidos, goza o católico brasileiro da mais ampla liberdade. Dê seu nome a um ou a nenhum; prefira este ou aquele dentre os existentes; funde um novo partido que não fira a moral e a religião, e nada terá a Igreja que lhe opor.

Mais. Ainda em matéria constitucional, o católico brasileiro é livre. Seja monarquista ou republicano, e, entre as formas possíveis de república, prefira a atual, ou o "Estado novo", ou o integralismo, ou o parlamentarismo, etc.; nada terá a Igreja a lhe opor.

Por isso mesmo a Igreja tem colaborado com as mais diversas formas de governo — sem se ligar a nenhuma delas. Acomoda-se fàcilmente com as mudanças de regime — sem por isso lhes proclamar a legitimidade.[105] Oportunismo? Não. E' que bem sabe ela que o seu reino não é deste mundo, e sua missão não é política senão espiritual. A quem pretendesse arrastá-la à pura política, poderia contestar com as palavras que seu Fundador respondeu ao que o interpelava: "Mestre, dize a meu irmão que reparta comigo a herança! Mas Jesus lhe disse: Homem, quem me pôs a mim por juiz ou repartidor entre vós?" (Lc 12, 14).

Em compensação, a Igreja condenará, como intrìnsecamente injustas, as leis prejudiciais à religião; e ordenará a seus filhos de resistirem até a morte.[106]

Quando, pois, se fala em "política da Igreja" é necessário frisar que a Igreja não se interessa de modo algum na política pela política, mas tão só pelas repercussões religiosas da política. "E, como não sòmente é uma sociedade perfeita, mas também superior a qualquer outra sociedade humana, nega-se resolutamen-

---

[105]) *Immortale Dei*, n. 45; *Libertas praestantissimum*, n. 52; *Sapientiae Christianae*, n. 34.

[106]) *Sapientiae Christianae*, n. 11.

te, por direito e por dever, a seguir partidos e enfeudar-se às exigências volúveis da política... Não se intromete a decidir preferências entre as várias formas de governo, nem a discutir as instituições civis dos Estados cristãos, antes aprova todos os diversos sistemas políticos, contanto que respeitem a Religião e a moral cristã... Querer arrastar a Igreja a um partido, e a todo transe querer servir-se dela para triunfar de adversários políticos, é abusar enormemente da religião". [107]

O catolicismo liberal.

Tais os princípios católicos. Quando, porém, tentamos fazê-los baixar à realidade concreta, surgem dificuldades em tropel. Como aplicá-los, por exemplo, numa nação onde os católicos constituem ínfima minoria? Como aplicá-los ainda em países chamados católicos porque a maioria é batizada, mas onde o pulular das seitas, o alastramento da descrença, dividem profundamente os cidadãos?

O próprio Leão XIII escrevia: "A Igreja tem em conta o peso acabrunhador da fraqueza humana e não ignora o movimento que na nossa época arrasta os espíritos e as coisas. Por estes motivos, não concedendo direitos senão àquilo que é verdadeiro e honesto, a Igreja ainda assim não se opõe à tolerância de que os poderes públicos crêem poder usar a respeito de certas coisas contrárias à verdade e à justiça, em face de um mal maior a evitar, ou de um maior bem a obter ou conservar. O próprio Deus em sua Providência, conquanto infinitamente bom e onipotente, permite não obstante, a existência de certos males no mundo, ou seja para não impedir bens maiores ou seja para evitar maiores males. Convém na governação dos Estados imitar Aquele que governa o mundo. Mais ainda: reconhecendo-se impotente para impedir todos os males particulares, a autoridade dos homens deve permitir e deixar impunes muitas coisas que não obstante atraem com justo motivo a vindicta da Providência divina". [108]

O desejo de se amoldar aos fatos, a consciência de que o tempo é irreversível levou certos católicos chamados "liberais" — cujo mais célebre foi Montalembert — a querer modificar os *princípios* mesmos que regulam as relações entre a Igreja e o Estado, e a proclamar como progresso adquirido o que só se pode justificar por circunstâncias em si deploráveis. Propugnam, por exemplo, de maneira absoluta, como ideal, a "separação" entre ambos os poderes.

Ora, é indiscutível que, por mal aplicado, o regime de união entre a Igreja e o Estado, trouxe graves inconvenientes. Para

[107]) *Sapientiae Christianae*, nn. 34-35.
[108]) *Libertas praestantissimum*, n. 41.

não ir muito longe, no Brasil o sistema, durante o Império, acabou condenando as Ordens religiosas à extinção e levando dois Bispos à cadeia. Pequenos males em comparação do que sofreu a Igreja na Europa, às mãos dos reis absolutos. Nem se pode negar que, no passado, o sistema de união haja contribuído a mundanizar o clero e também a oprimir as consciências. No dia de hoje, é tal a paganização do Estado, que a doutrina de Leão XIII se afigura a muitos pràticamente inaplicável.

De tudo isso, entretanto, está muito longe de seguir que se deva admitir como princípio, tese, ideal, a "separação" da Igreja e do Estado, como se fosse um bem o Estado ser ateu e desconhecer a Igreja.[109] Tolerar o mal para evitar mal maior, é por vezes aconselhável, contanto o mal continue a ser reconhecido como mal. Jamais será lícito pretender que o erro e o mal têm direitos a reclamar nosso respeito.

Do mesmo modo Leão XIII, em face da moderna anarquia religiosa, pôde admitir, como vimos, a tolerância civil dos diversos cultos. Porém não confundamos esta espécie de tolerância — meramente *política* — com a tolerância dogmática que reconhece direitos ao erro. Sob pretexto de "liberdade de consciência" não pretendamos que é *moralmente* lícito não ter religião — (como se não existisse o dever de adorar e servir a Deus) ou de escolher a religião que mais nos apraz (como se todas fossem indiferentemente boas).[110] Podemos em compensação e mesmo devemos até aceitar a liberdade *legal* dos diversos cultos — ressalvadas a ordem e a moral públicas — a fim de assegurar a paz e concórdia entre os cidadãos religiosamente divididos.

Por isso, ensinam os teólogos que se não deve transformar em tese, em verdade absoluta e irreformável, o que só podia ser admitido em dada *hipótese* histórica.

Tal distinção funda-se, por analogia, na própria Escritura. S. Paulo, embora proibindo em tese a circuncisão (Gál 5, 2), foi levado, por circunstâncias especiais, a circuncidar Timóteo (At 16, 3); embora ensinando em tese a liceidade de comer carnes oferecidas aos ídolos, aconselhava, na prática, a abstenção quando havia perigo de escandalizar (1 Cor 10, 23-32).

Nem tampouco seria justo sustentar que os princípios de Leão XIII nos fariam regredir à Idade Média. A cristandade medieval está bem longe de ser a única realização possível desses princípios, nem mesmo é realização sem jaça deles. Afirmá-lo seria incidir em erro análogo ao liberalismo: querer transmutar uma situação contingente em regra absoluta.

---

[109]) S. Pio X, Enc. *Vehementer*.
[110]) Leão XIII, Enc. *Parvenu*, ed. Vozes, nn. 22, 33.

Na verdade, muito houve na cristandade medieval que lhe provinha das condições — nem sempre favoráveis — de lugar e tempo.

Na Idade Média, por exemplo, o Papa era conjuntamente chefe visível da Igreja, soberano de um estado italiano e tutor e árbitro político da cristandade ocidental. Convinha à época, sem dúvida, já que a Providência assim o dispôs. Porém não podemos converter este estado de coisas passageiro em princípio inderrogável, válido para todos os tempos.

O que a sã doutrina exige sempre é a plena liberdade do papado, logo a sua independência em relação a qualquer poder político; por conseguinte certa soberania temporal. A aplicação do princípio dependerá das circunstâncias. E Pio XI julgou que a minúscula Cidade do Vaticano era, no mundo atual, o bastante.

Para tomar outro exemplo: na Idade Média, ciência e arte estavam quase exclusivamente ao serviço imediato da fé. Podemos conceber uma cristandade na qual ciência e fé teriam condição não mais de puros meios senão de fins intermédios. Como fins, poderiam se expandir por conta própria — ciência e arte profanas — como intermédios, estariam sujeitos ao influxo benéfico da fé. Genuína cultura cristã, embora não de cunho medieval.

Aprendamos a distinguir sempre entre os princípios imóveis e as suas aplicações variáveis.

A Igreja perseguida.

Ao escrever estas linhas sobre as relações entre poder religioso e poder civil, assalta-me a lembrança de tantos milhões que hoje são esmagados pelo Leviatã estatal, por serem filhos da Santa Igreja.

"E o Dragão irou-se contra a Mulher, e foi fazer guerra ao resto da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus Cristo" (Apoc 12, 17).

Contra a Esposa de Cristo, desencadeou-se hoje o Dragão apocalíptico com brutalidade e hipocrisia maiores do que outrora contra a primitiva Igreja.

Maior brutalidade, porque hoje os perseguidores violam a própria personalidade de suas vítimas — prova seja o caso Mindszenty. Maior hipocrisia, porque não mais alegam motivos religiosos senão conspirações, espionagem, tráfico de divisas, etc.

Na realidade, odeiam os totalitários a Igreja por dois motivos principais. Primeiro, porque ela proclama a existência do Legislador supremo: logo, o bem e o mal, o justo e o injusto, não se pautam pela vontade tirânica da malta de ambiciosos que assaltaram o poder, mas estes, como os seus escravos, terão de prestar contas ao Juiz eterno. Segundo, porque a Igreja afirma a imortalidade da alma: logo, o indivíduo tem indestrutível gran

deza, transcende a sociedade efêmera em cujo seio vive; não pode ser reduzido à condição de "material humano para experiências de engenharia social": a sociedade está ordenada ao serviço da pessoa autônoma, como a seu fim.

Estas duas verdades exterminam o totalitarismo, e por isso mesmo ele move à Igreja guerra sem quartel.

Não há maior salvaguarda dos "direitos do homem" do que a religião. Com pena profética, escrevia Leão XIII ao povo francês, a 16 de Fevereiro de 1892: "Desde que o Estado se recusa a dar a Deus o que é de Deus, recusa-se, por necessária consequência, a dar aos cidadãos aquilo a que têm direito como homens. De fato, os verdadeiros direitos do homem, queira-se ou não, nascem precisamente de seus deveres para com Deus. Donde o Estado, falhando sob este último aspecto à finalidade precípua de sua instituição, acaba renegando-se a si mesmo e desmentindo o que constitui a própria razão da sua existência". [111] Filha legítima do ateísmo oficial, é a inumana escravidão totalitária.

"Se soltas este, não és amigo de César, porque todo o que se faz rei é contra César" (Jo 19, 12). Assim gritavam os judeus a Pilatos.

Gloriem-se os membros do Corpo Místico que, como a sua Cabeça, passam injustamente por inimigos de César. Eles padecem perseguição por testemunhar a realeza de Cristo e responder aos tiranos: "Mais importa obedecer a Deus do que aos homens" (At 5, 29; 4, 19).

Nosso dever para com eles é claro. Jamais esquecer dos que penam nos cárceres da Europa central, nos campos de trabalho escravo da Rússia, nas minas da Sibéria. Provocar manifestações de solidariedade. Apelar à ONU para que procure sèriamente tutelar os direitos fundamentais do homem, consignados em sua Carta. E, sobretudo, amparar as vítimas com as nossas orações, à semelhança de nossos pais na fé. "Naquele mesmo tempo o rei Herodes começou a maltratar alguns na Igreja. E matou à espada Tiago, irmão de João. E, vendo que isso agradava aos judeus, mandou também prender Pedro... Pedro, pois, estava assim guardado no cárcere. Entretanto a Igreja fazia sem cessar oração a Deus por ele" (At 12, 1-5).

Façamos subir ao trono do Altíssimo o contínuo fluxo das orações e dos sacrifícios. Peçamos a Deus que dê forças a nossos irmãos perseguidos para testemunharem até o fim. E, quando for vontade sua, que lhes mande seu Anjo, como o mandou a Pedro, para quebrar-lhes as cadeias.

---

[111]) Leão XIII, Enc. *Au milieu.*

SÍNTESE.

Na comparação paulina da Igreja a um «corpo», encontramos a) diferenciação de partes; b) mútua dependência delas; c) ordem hierárquica. Logo hierarquia sagrada. O aspecto jurídico da Igreja não se opõe a seu aspecto «pneumático», mas o supõe e revela. Como a Encarnação é um movimento hierárquico de Deus aos homens, assim a Encarnação continuada que é a Igreja, comporta hierarquia. E tal nos aparece, nos Atos dos Apóstolos, a comunidade primitiva.

Una é a hierarquia sagrada, dotada embora de dois poderes, distintos mas interdependentes: a) de ordem, que se refere à missa e aos sacramentos; b) de jurisdição, destinada a orientar os fiéis por ensinamentos, leis, diretrizes, penas. Ambos os poderes são prolongamentos das funções de Cristo Sacerdote, Profeta e Rei.

O poder de ordem é inamissível. O que dele está investido é simples instrumento de Cristo. O poder de jurisdição é revogável (salvo o do Papa) e age à guisa de verdadeira causa segunda.

Se a causa suprema da Igreja é Deus por seu Cristo, a causa segunda é a sagrada hierarquia que incorpora os novos membros, ilumina-os pela pregação, dirige-os para a consecução do fim sobrenatural.

I. O Poder sacerdotal. Ofício próprio do sacerdote é ser medianeiro entre Deus e os homens, oferecendo a Deus as preces dos homens e a estes trazendo os dons divinos. Cristo homem é perfeito e eterno medianeiro, e o sacrifício da Cruz coliga os dois aspectos da sua mediação sacerdotal. Na oblação de Cristo realizaram-se os quatro fins do sacrifício ritual: adoração, ação de graças, propiciação, impetração. Nascida na Cruz, de um sacrifício ritual, a Igreja é essencialmente litúrgica, continua o ofício sacerdotal do seu Fundador, pela Missa, os sacramentos, a prece pública. Os fiéis, na Missa, oferecem pelas mãos do sacerdote, ministro de Cristo Cabeça que oferece em nome de todos os seus membros; oferecem também juntamente com o sacerdote, unindo aos dele os seus votos, segundo os 4 fins do sacrifício; oferecem-se enfim como vítimas unidas à Vítima divina.

Dentre os fiéis alguns foram escolhidos para perpetuar o sacrifício do Calvário. Sacerdócio hierárquico, conferido pelo sacramento da ordem, compreendendo bispos, presbíteros e ministros. Todos esses graus se referem ao Corpo sacramentado de Cristo e ao seu Corpo Místico em relação àquele.

No exercício do poder de ordem, o sacerdote não age por iniciativa própria, mas como puro instrumento de Cristo Sacerdote. Só em virtude dessa dependência pode o sacerdote transubstanciar — agindo na pessoa do próprio Cristo. — Só por isto o valor dos sacramentos não está em função das qualidades morais do ministro.

II. Poder de magistério. A Igreja continua o ofício profético de Cristo. O profeta não apenas desvenda o futuro senão manifesta as verdades religiosas como doutor e mestre divinamente acreditado. Verbo feito homem, Cristo revela com soberana autoridade, as verdades a crer, e as ações a praticar para salvar-se.

O cristianismo é visceralmente doutrinal, como perpetuação do profetismo de Cristo. Os Apóstolos deram importância ímpar à doutrinação. Eles são testemunhas oficiais. Na doutrinação servem-se de colaboradores especialmente acreditados que lhes sucederiam mais tarde. Assim, em continuidade histórica com os Apóstolos, forma-se a cadeia dos pregadores do evangelho — os bispos encabeçados pelo bispo de Roma — que constituem a Igreja docente.

O Espírito Santo ensinou os Apóstolos na sua qualidade de profetas: a) a conservar a doutrina de Cristo sem deturpá-la; b) a descobrir novas verdades; c) a revelá-las à Igreja, graças ao carisma da «inspiração». Morto o último Apóstolo, encerrou-se para sempre a Revelação.

O magistério eclesiástico é condição de nossa fé porque nos traz puro e inteiro o testemunho de Deus que falou. Conservando o depósito revelado — contido na Escritura e na Tradição — ele nos diz onde estão as verdades a crer e a praticar; indefectível — por ser assistido pelo Espírito Santo — ele nos ensina qual o sentido autêntico dessas verdades, logo qual o objeto autêntico de nossa fé. A Igreja conserva a verdade revelada: a) pregando-a inalterada; b) defendendo-a — negativa e positivamente — contra quem a impugnar. A Igreja explica a verdade revelada, explicitando o que estava realmente incluso — embora latente — no dado revelado e, como tal, era crido desde sempre porém de maneira confusa. A passagem do implícito ao explícito constitui o progresso dogmático. Esse progresso se faz por obra do magistério vivo — palavra viva, regra viva, da verdade viva. Órgão indefectível para ser autêntico prolongamento do profetismo de Cristo e dos Apóstolos, e em consequência, infalivelmente assistido pelo Espírito Santo que na Igreja habita.

O Magistério, além de explicar autênticamente as verdades da fé, se aplica a certos fatos que, embora não revelados, são necessàriamente conexos com o dado revelado v. g. sentido autêntico de tal proposição, canonização dos santos, leis disciplinares universais. São os chamados «fatos dogmáticos», objeto de fé por alguns denominada «eclesiástica».

O Magistério se expressa: a) de maneira solene ou extraordinária, quando o Papa fala «ex cathedra» ou um concílio, em comunhão com o Papa, define o dogma; b) de maneira universal ordinária, quando o episcopado (fora do concílio) ensina, como de fé, uma doutrina.

Ao povo cristão — sustentado e orientado pelo Magistério — cabe infalibilidade não já no ensino senão na crença: é o «senso católico» dos fiéis em conjunto.

O Magistério quando não ensina com autoridade imediatamente divina mas com simples autoridade pastoral, não é absolutamente infalível v. g. o Papa falando sem intenção de definir. Devemos a tais ensinamentos, não já adesão de fé mas assentimento interno, filial, por ser tal magistério também assistido pelo Espírito Santo, embora não de maneira absoluta. Maior ou menor a obrigação de assentir, segundo o Magistério urge mais ou menos a aceitação da verdade ou a repulsa ao erro. Em conjunto, tais decisões da Igreja são verídicas e santificantes.

O Magistério eclesiástico não é tolerante no sentido de admitir o sim e o não, de transigir com o erro. Não pode aceitar uma união dos espíritos que se fizesse em detrimento da Revelação, pois a Igreja é simples depositária do dado revelado; ela não é autora da revelação porém mensageira dela. Todavia, a sua intolerância é permeada de caridade, e quando a fé ou a moral não estão em jogo a Igreja deixa a mais ampla liberdade a seus filhos. Sobre muitos desses problemas humanos a Igreja teve ocasião de meditar e as soluções que ela propõe, embora não exijam adesão da fé, são preciosas fontes de luz que todos os seus filhos acolhem com docilidade e gratidão.

III. O Poder de governo. Cristo é Rei por direito de natureza, como Deus, e por direito de conquista como Salvador. Porém não quis usar de sua realeza temporal, senão apenas de sua realeza espiritual. Reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz. Reino que se estende não só sobre cada indivíduo, mas sobre a sociedade.

Cristo delegou algo dessa realeza a seus Apóstolos e aos sucessores deles: é o poder pastoral, que organiza, conserva, dirige o Reino de Cristo sobre a terra. O múnus jurídico dos pastores completa e exterioriza a missão invisível do Espírito Santo. A Igreja é lei e amor; o amor vivificando a lei; a lei esclarecendo o amor. O princípio gerador do direito eclesiástico é o fim sobrenatural perseguido pela sociedade religiosa: a santificação das almas. Todas as leis canônicas visam, em última análise, a consecução deste fim. Deus mesmo revelou algumas dessas leis: é o direito divino. Cabe à Igreja conservar, propor, explicitar tal direito. Cabe-lhe também autoridade para aplicar aos casos particulares as normas gerais do direito divino. Assim se constitui o direito eclesiástico. Temos enfim uma série de atos de governo que não revestem forma jurídica estrita: conselhos, diretivas, exortações, advertências, etc.

Enquanto ao exercer o poder de ordem os sacerdotes são meros instrumentos de Cristo, ao exercer o poder de jurisdição os hierarcas são verdadeiras causas, embora subordinadas a Cristo. Por isso carecem de uma providência especial que envolva a função pastoral da Igreja: a assistência divina. E' um carisma, logo um auxílio que visa a utilidade da comunidade cristã, permitindo aos hierarcas de bem desempenharem a sua missão. Tal assistência reveste graus diversos: dá uma garantia absoluta às definições «ex cathedra»; quanto às outras iniciativas pastorais, variará segundo o alcance delas. A crença nesse auxílio divino, confere a nossa obediência um cunho religioso.

IV. Poder religioso e poder civil. O liberalismo afirmava que o ideal quanto às relações entre Igreja e Estado seria a mútua ignorância. Atitude impossível de justificar pois a crença religiosa tem por força repercussões sociais. A Igreja não pode deixar de exercer influxo sobre o fundamento, a estrutura e a atividade da sociedade humana. Aliás, muitas questões são «mistas» pois dela devem conhecer, embora a títulos diversos, a Igreja e o Estado v. g. o matrimônio, a educação.

Històricamente, a Igreja começou por afirmar a sua autonomia, frente à tirania do Estado pagão. Venceu, após sofrer perseguição por três séculos. Mas logo nasceu o césaro-papismo. Durante a Idade Média as circunstâncias levaram a Igreja a exercer poder direto sobre a ordem temporal. Com o desenvolver-se das monarquias absolutas verificou-se um surto de césaro-papismo, sob forma do regalismo que negava qualquer autonomia à Igreja. No século passado nasceu o liberalismo, fruto do indiferentismo religioso, com o consequente «laicismo».

Leão XIII ensinou com particular clareza a verdadeira doutrina sobre as relações entre Igreja e Estado: a) distinção de ambas as sociedades; b) plena autonomia da Igreja por ser esta uma sociedade jurìdicamente perfeita em seu gênero, com fins e poderes próprios; c) dualidade Igreja-Estado imposta pela diversidade de origem e fim, com a consequente independência na própria esfera; d) relações harmoniosas graças a uma colaboração amistosa; e) primazia do espiritual, donde os deveres da sociedade política para com a Igreja, e o poder da Igreja sobre o temporal na medida apenas em que este está ligado direta ou indiretamente ao espiritual. A Igreja não intervém na política ou na economia senão tendo em mira as consequências religiosas de uma ou de outra. Por isso mesmo a Igreja pode colaborar com as mais diversas formas de governo, contanto não firam a fé e a moral.

O erro dos chamados «católicos liberais» foi de confundir os princípios imóveis com as suas aplicações variáveis, proclamando como ideal definitivo o que só se pode justificar por circunstâncias concretas em si deploráveis. Transformam em tese absoluta o que só se pode tolerar em dada hipótese histórica

CAPITULO VIII

O PONTIFICADO

I. O EPISCOPADO

Os pastores locais.

Além dos privilégios extraordinários, conferidos aos Apóstolos a fim de *estabelecerem* a sua Igreja (Ef 2, 20; Apoc 21, 14), deu-lhes o Salvador outros poderes, necessários ao *crescimento* do Corpo Místico, transmissíveis portanto a seus sucessores: poderes de ordem e de jurisdição, magistério infalível, primado de Pedro.

Já nos escritos apostólicos surpreendemos algo dessa transmissão. S. Paulo, por exemplo, dá mandato a Tito para que organize a igreja de Creta, reprimindo os abusos que ali se haviam infiltrado, e estabelecendo bispos nas diversas cidades da ilha. Indica, com pormenores, as qualidades exigidas pelo múnus episcopal (Tito 1, 5-16). Em Mileto, pronunciou as celebérrimas palavras: "Olhai por vós, e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a Igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue" (At 20, 28).

Mortos os Apóstolos, recolheram-lhes os bispos a sucessão. A princípio, parece ter havido certa indecisão quanto às denominações "epíscopos-presbýteros"; assim, os "bispos" do discurso de Mileto, são chamados, pouco acima, de "presbíteros" (20, 17).

Na Epístola de S. Tiago, os ministros da Extrema-Unção, são designados como "presbíteros", e o Concílio de Trento explica que se deve entender pelo termo "os bispos ou os sacerdotes por eles devidamente ordenados".[1] Na primeira Epístola a Timóteo, as duas funções são bem distintas, pois que S. Paulo formula separadamente preceitos para uns e outros (1 Tim 3, 1-7; 5, 17-20).

Pode dar-se que umas poucas igrejas — como a de Alexandria — tenham sido regidas por um episcopado colegial. O certo é que a igreja-mãe de Jerusalém teve um só bispo, Pedro, mais tarde substituído por Tiago. O mesmo verificou-se em Antioquia, cujo 3º bispo, S. Inácio, martirizado em 107, deixou-nos célebres testemunhos sobre o episcopado.

---

[1]) Denzinger, n. 910.

Poderes do Bispo.

Não se cansa o mártir antioqueno de mostrar o Bispo qual personificação local da fé e do amor dos cristãos. Normalmente, é guiada por ele que a porção do rebanho de Cristo, fixada em determinado território, caminha ao encontro do Sumo Pastor.

Agrupada em torno do Bispo, a comunidade local imita a Igreja universal, coadunada aos pés de Cristo. Sem o Bispo, periclita a unidade da igreja particular.

Colhamos alguns textos do grande mártir.

"Jesus Cristo, inseparável princípio de nossa vida, é ele mesmo o pensamento do Pai, como os Bispos — estabelecidos até os confins do mundo — são um só com o pensamento de Jesus Cristo. Por conseguinte, deveis ter um só e o mesmo pensamento com o vosso Bispo — é aliás o que fazeis. Vosso venerável colégio sacerdotal, verdadeiramente digno de Deus, está unido ao Bispo como as cordas à lira. Assim, do perfeito acordo de vossos sentimentos e de vossa caridade, eleva-se até Jesus Cristo um concerto de louvores" (Ef 3, 2-4, 1).

"... Como sois felizes de estar ìntimamente unidos a vosso Bispo, como a Igreja está unida a Jesus Cristo e Jesus Cristo a seu Pai, na harmonia da unidade universal!... Se a oração de duas pessoas reunidas possui tal eficácia, o que não poderá a oração do Bispo, unida à comunidade inteira!... Cuidado em não resistir ao Bispo, se quisermos nos conservar unidos a Deus" (l. c. 5, 1-3).

"E' o poder mesmo de Deus Pai que deveis plenamente reverenciar no Bispo... Enganando o Bispo visível, é ao Bispo invisível que se tenta mentir" (Magn., III, 1-2).

"Deveis reverenciar os diáconos como o próprio Jesus Cristo, e o Bispo como a imagem do Pai, os presbíteros como o senado de Deus e o colégio dos Apóstolos; sem eles não há Igreja" (Trall., III, 1).

"Todos os que pertencem a Deus e a Jesus Cristo, conservam-se unidos ao Bispo... Existe uma só carne de Nosso Senhor Jesus Cristo, um só cálice para nos unir no seu Sangue, um só altar, como há um só Bispo, rodeado de presbíteros e de diáconos" (Fil 3, 2; 4, 1).

"Nada fazei separadamente do Bispo, das coisas que dizem respeito à Igreja. Não considereis como válida senão a Eucaristia celebrada sob a presidência do Bispo ou do seu delegado. Onde aparece o Bispo, aí esteja a comunidade; como onde está o Cristo Jesus, aí está a Igreja universal. Não é lícito batizar, nem celebrar o ágape fora do Bispo; mas tudo o que ele aprova é igualmente aceito de Deus... Ótimo é ter sempre em vista Deus e o Bispo.

Quem ao Bispo honra, por Deus é honrado; agir à revelia do Bispo é servir o diabo" (Smyrn., VIII, 1-2; IX, 1).[2]

Ordenando a doutrina dispersa na Escritura e na Tradição, chegamos ao seguinte esquema.

Devem os Bispos "ser considerados como membros mais eminentes da Igreja universal, pois que se unem com nexo singularíssimo à Cabeça de todo o Corpo, e com razão se chamam "os primeiros dos membros do Senhor" (S. Gregório)".[3]

Do que foi dito no capítulo anterior, decorre que dupla será a função do Bispo em relação a sua grei: há de santificá-la pelo poder de ordem e de dirigi-la pelo poder de jurisdição (magistério e governo).

Tem a plenitude do *poder de ordem;* ocupa, portanto, o ápice da hierarquia de ordem. Como tal ele é o grande santificador do rebanho. Salvo casos extraordinários recebem os fiéis de suas mãos o sacramento da Crisma. Só ele pode conferir o sacerdócio pelo qual nos chega a maioria das graças sacramentais; sem ele, com efeito, estaríamos reduzidos a dois sacramentos: batismo e matrimônio.

Ademais, tem o Bispo sobre os seus diocesanos *poder de jurisdição.* Ensina o Concílio do Vaticano que a jurisdição episcopal é "imediata e ordinária".[4] Como o vocábulo indica, jurisdição imediata é o poder de pastorear as ovelhas sem interposição de pessoa alguma. Serve-se o prelado de cooperadores — os párocos, sobretudo— mas pode prescindir deles e agir diretamente sobre cada diocesano. Jurisdição ordinária, em direito eclesiástico, significa que o poder está ligado ao próprio cargo; não é apenas delegado a determinada pessoa. Donde o nome de "Ordinário do lugar" muitas vezes dado aos Bispos, nos documentos canônicos. Apascentam, pois, os seus rebanhos como verdadeiros pastores. Não são simples gerentes ou vigários do Papa; agem com autoridade própria, como chefes responsáveis das dioceses.[5] Nessa qualidade, dirigem espiritualmente as igrejas locais, ensinando-lhes a genuína fé e a moral evangélica; transmitem-lhes as decisões da Santa Sé; editam leis para melhor governo da diocese, enfim são verdadeiros juízes das causas eclesiásticas.

Esposo de sua igreja, o Bispo continua de certo modo, naquela localidade, a presença de Cristo, em nome de quem ele santifica e pastoreia.

Muito se discutiu durante o Concílio Tridentino sobre se a jurisdição episcopal vem imediatamente de Cristo — como a jurisdição papal — ou se dimana do Papa aos Bispos. Não diri-

---

[2]) Hemmer-Lejay, Textes et Documents... Les Pères Apostoliques, III, Paris, Picard, 1910, pp. 8, 26, 30, 45, 70, 72, 88, 90.

[3]) Enc. *Mystici Corporis Christi,* n. 42.

[4]) Denz., n. 1828.

[5]) Leão XIII, Enc. *Satis cognitum,* n. 35.

miu a questão aquele Concílio. Parece mais acertado opinar que a jurisdição episcopal vem de Cristo, sòmente neste sentido de que o Fundador da Igreja quis expressamente o episcopado. Não pode, portanto, o Papa suprimir ou mesmo diminuir esses direitos divinos. Todavia, a jurisdição vem de Cristo pelo intermédio obrigatório do Papa. O Sumo Pontífice não designa apenas o Bispo (como os Cardeais elegem o Papa), mas lhe confere imediatamente autoridade, comunica-lhe as "chaves", injungindo ao Bispo que receba o poder de governar, e aos diocesanos que obedeçam a seu prelado.[6]

Daí se colhe que o poder episcopal não é supremo na Igreja, já por estar limitado pela jurisdição universal do Papa, já por estar circunscrito a determinado território, já enfim por não poder definir infalìvelmente a fé e a moral.[7] Participa, entretanto, cada Bispo da jurisdição suprema, quando toma parte num concílio ecumênico. Este rege não mais uma igreja particular, mas a Igreja inteira, e goza da assistência infalível do Espírito Santo. As mesmas palavras ditas a Pedro "tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus" (Mt 16, 19), Jesus as repetiu posteriormente aos demais Apóstolos (Mt 18, 18) para indicar que o Colégio apostólico — a quem os Bispos sucedem — participa do poder do Chefe visível da Igreja. Por isso vemos, nos Atos, congregados Pedro, os Apóstolos e os presbíteros, a fim de determinar juntos, sob a égide do Espírito Santo, a disciplina a impor aos neófitos vindos do paganismo (At 15, 6 ss.). Desde então, por vinte vezes, reuniu-se o episcopado em concílios ecumênicos, para definirem a fé e os costumes, com magistério infalível.[8] Porém o Concílio, para ser universal, deve representar toda a Igreja; segue-se que deve necessàriamente receber a sanção papal. Mutilada seria a Igreja se a tomássemos sem o seu Chefe visível. Nem é possível que a Igreja una, tenha duas cabeças visíveis: o Papa e o Concílio.

A infalibilidade é, portanto, um carisma que compete 1º ao Papa sòzinho, quando fala "ex cathedra"; 2º ao colégio episcopal unido ao Papa (nunca ao episcopado sem o Papa) e de novo, de duas maneiras, a) extraordinária: em concílio universal; b) ordinária: os Bispos espalhados pelo orbe católico, ensinando de comum acordo.

Como os Bispos apascentam e governam os rebanhos que lhes foram confiados, em nome de Cristo e não já em nome próprio, claro está que esses poderes permanecem válidos apesar dos de-

---

[6]) Na Enc. *Mystici Corporis*, n. 42, Pio XII escreve: "Estão (os Bispos) sujeitos à autoridade do Romano Pontífice, de quem receberam *imediatamente* o poder ordinário de jurisdição que possuem".

[7]) Cf. Denzinger, n. 1506 (Pio VI).

[8]) Denz., nn. 349, 657, 1460 ss.

feitos pessoais deste ou daquele prelado. Claro, não obstante, que a santidade do antístite lhes conferirá eficácia maior.

Donde a exortação de S. Pedro para que sirvam os Bispos de "modelo ao rebanho" (1 Ped 5, 3); e S. Paulo, no citado discurso de Mileto, admoesta aos Bispos que vigiem primeiramente sobre eles mesmos (At 20, 28). Mais se aperfeiçoarão, mais aproveitará o rebanho.

Concebeu a tradição patrística e teológica, o estado episcopal como um *estado de perfeição*. Quem entra na vida religiosa, procura ainda a perfeição cristã pela prática dos conselhos evangélicos. Esta perfeição, o Bispo já a deve ter atingido, pois a ela deve levar as suas ovelhas. Como aperfeiçoará os outros, se ele mesmo não é perfeito? Ideal nem sempre atingido, tal a fragilidade humana; nem por isso se devem afrouxar os sentimentos de veneração e docilidade dos diocesanos para com o seu pastor.

"Assim como no exercício do seu poder episcopal os Bispos devem estar unidos à Sé Apostólica, assim também os membros do clero e os leigos, devem viver e obrar em estreitíssima união com os Bispos. Pode, sem dúvida, algum prelado dar matéria a reparos em alguma coisa menos louvável da vida ou menos plausível nas opiniões: mas não pertence a nenhum particular arrogar a si o ofício de juiz que Nosso Senhor Jesus Cristo só cometeu ao Pastor que prepôs aos cordeiros e às ovelhas". *

II. O SUMO PONTÍFICE

O pastor dos pastores.

Discutem e cavilam os cristãos dissidentes até causar fastio; levantam nuvens de pó, tentando encobrir o sol. Para a fé católica, nada mais simples do que a questão do papado.

Já um raciocínio por analogia nos inclina a pensar que tenha sido vontade de Cristo confiar sua Igreja a um chefe supremo. Transmuta-se a probabilidade em certeza, quando descemos do raciocínio aos textos neo-testamentários e à história eclesiástica.

Fundamenta-se a analogia sobre o nexo entre a Encarnação redentora e a instituição do supremo pontificado. Poderia Deus ter salvo o mundo pecador de modo puramente invisível, agindo no recesso dos corações. Não quis. Quis, pelo contrário, que sua ação salvífica passasse através da Humanidade de Cristo. Ressuscitado e triunfante no céu, poderia o Salvador infundir invisìvelmente a graça a cada alma. Não quis. Quis envolvê-la nas aparências sensíveis dos sacramentos ministrados por homens consagrados. Que maravilha, pois, se não quis reger a sua Igreja de maneira puramente invisível, mas antes servir-se de um homem, vigário seu, assistindo-o para que não desfalecesse?

*) Leão XIII, Enc. *Sapientiae Christianae*, n. 46.

De um modo geral, se a Igreja é Cristo continuado, será o papado simples aplicação desta lei: a continuação do ofício pastoral de Cristo. A mesma disposição que levaria o Senhor a perpetuar entre nós sua presença santificadora através do ministério sacerdotal, haveria de levá-lo a perpetuar sua presença de Pastor, através do Sumo Pontífice.

Sem maior surpresa, lemos, pois, no Evangelho: "Eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja... e eu te darei as chaves do Reino dos céus..." (Mt 16, 18-19); "Eu roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; e tu, quando te converteres, confirma teus irmãos" (Lc 22, 32); "Apascenta os meus cordeiros... apascenta as minhas ovelhas..." (Jo 21, 15-17).

Duas grandes verdades colhemos desses textos.

1º Jesus investiu a Pedro de poderes *privativos:* sobre ti fundarei a minha Igreja; a ti darei as chaves do Reino dos céus. Tanto não cabiam aos outros Apóstolos que, em S. João, o Mestre interroga: "Simão, filho de Jonas, amas-me mais do que estes?", como para bem distingui-lo dos presentes. E, sobre a resposta afirmativa: "Apascenta os meus cordeiros... as minhas ovelhas", significando que o nomeava substituto do Pastor prestes a subir aos céus; logo, cabeça dos demais. Enfim, em S. Lucas: "Roguei por ti... confirma teus irmãos".

2º Essa prerrogativa de Pedro não poderia se referir ao poder de santificar que, segundo o Evangelho, lhe era comum com os demais Apóstolos. Tão bem como eles, Pedro foi mandado batizar, perdoar pecados, consagrar, impor as mãos. Haveria, pois, de se referir ao *poder de jurisdição,* na sua dupla forma: ensino e governo.

a) *Ensino.* — A fé de Pedro é algo eminente, não é fruto da carne e do sangue mas da revelação do Pai que está nos céus. Fé que condiciona a fundação da Igreja, um pouco como a fé da Virgem Santíssima condicionou a Encarnação.

E' por causa da sua fé que Pedro foi escolhido para pedra fundamental do edifício cristão. Esta fé não pode desfalecer — a prece de Cristo aí está, infalível. "Confirma teus irmãos", os Apóstolos. Superioridade sobre eles.

b) *Governo.* — Apascenta ovelhas e cordeiros. E' clavígero; ora as "chaves" designam o poder sobre o edifício, a economia da casa de Deus ou Igreja. Ligar e desligar significa o poder de legislar, julgar, punir — com tanta eficácia que todos os decretos emitidos por Pedro serão ratificados por Deus. [*]

Não é que aos outros Apóstolos não coubesse poder de ensino e governo, nem que eles não fossem infalíveis. Já dissemos o contrário. E' que a Pedro compete *superioridade* nessa dupla

(*) Leão XIII, Enc. *Satis cognitum,* nn. 27-31.

função.[11] A infalibilidade nos Apóstolos era um privilégio estritamente pessoal — como encarregados de estabelecer a Igreja — em Pedro estava ligada ao ofício de chefe, logo seria transmitida a seus sucessores.

Quanto ao governo, é a Pedro que Jesus, na iminência de deixar a terra, confia o seu rebanho, para pastoreá-lo com amplidão de poderes. Se iguais fossem estes poderes aos dos demais Apóstolos, como seria Pedro — e ele só — pedra, clavígero, pastor do rebanho? Ou essas três metáforas, pelas quais Jesus designa a Pedro privativamente, são meros trocadilhos indignos do Senhor, ou elas têm a significação que lhes atribui o catolicismo. Multiplicando sofismas e cavilações, hereges e cismáticos torturaram os textos. Não conseguiram empanar a luminosidade da palavra divina.

Em Pedro podemos, pois, considerar três eminências: o episcopado, o apostolado, a chefia da Igreja. Igual aos Onze quanto às duas primeiras, sobrepujava-os quanto ao poder de governo. Dos três, transmitiu apenas o primeiro e o último aos Papas, legítimos sucessores seus.

Que a Igreja primitiva interpretasse como nós católicos as palavras de Jesus a Pedro, patenteiam-no sem contestação possível os primeiros capítulos dos Atos dos Apóstolos.

Pedro comporta-se como chefe inconteste da comunidade nascente. Ordena a substituição de Judas; dá o primeiro testemunho da ressurreição do Senhor; realiza as primeiras conversões; obra milagres; castiga Ananias e Safira; na pessoa de Cornélio abre aos gentios as portas da Igreja, etc. Paulo, antes de encetar suas grandes missões, sobe a Jerusalém, apresenta-se a Pedro e com ele permanece quinze dias (Gál 1, 18).

Enfim, relanceando os olhos sobre a cristandade atual, vemos as comunidades orientais dissidentes estagnadas, petrificadas, acorrentadas ao poder civil; a igreja anglicana anárquica, abonando as imoralidades do neo-maltusianismo; as seitas protestantes corroídas pelo livre exame — que afinal substitui o culto de Deus pelo culto do eu — e damos graças ao Salvador de que Pedro continue entre nós a testemunhar: "Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo".

Na pessoa do Pontífice Romano, deu-nos, pois, o Senhor a regra viva da fé e dos costumes.

Regra, para que "não sejamos mais meninos inconstantes, levados em roda por todo o vento de doutrina" (Ef 4, 14).

Regra *viva:* não já um documento a decifrar afanosamente, senão uma Voz que nos fala a nós, homens do século XX; lembra-nos sem cessar as verdades eternas, mas explicando-as e apli-

---

[11]) Denzinger, n. 1091 (Inocêncio X).

cando-as a nossos problemas; responde às interrogações; dissipa nossas perplexidades; mostra-nos enfim, seguro, o caminho do Reino dos céus.

O espírito com que os Papas desempenham a função de Chefe visível da Igreja, indica-o a expressão "Pai comum" pela qual amiúde se designam a si mesmos.

Pai. Imagem visível da paternidade de Deus. Autoridade, sim, mas autoridade amantíssima que nada tem de tirânica dominação. Por três vezes Jesus interroga a Pedro sobre o seu amor, como para indicar que o papado é o testamento do amor de Cristo. "Se o Senhor interroga, não é que duvide: ele não quer instruir-se, mas, pelo contrário, instruir aquele a quem, estando ele, o Senhor, na iminência de subir ao céu, nos deixava como o vigário do seu amor..." [12]

Pai comum. Dizem: o Papa é italiano. Enganam-se; não só porque muitos Papas foram oriundos de outras nações, mas sobretudo porque o Papa, tão logo ascende à cátedra de Pedro, se torna universal. E' pai tanto dos hotentotes ou dos esquimós, como dos italianos. Sobrepõe-se a todas as divisões nacionais, qual símbolo vivo da unidade do gênero humano em Cristo (Gál 3, 28).

Até aos que não pertencem visivelmente à Igreja estende-se essa paternidade. Onde há uma alma a salvar, ali está o Papa, chamando com amor mais esta ovelha. O pagão que entra na Igreja não é um estranho, mas um filho que vem para a sua casa paterna. [13]

O Bispo de Roma.

Morto Pedro, porventura deixariam de existir os cordeiros e ovelhas de Cristo, ou mudariam de natureza, que não mais precisariam de pastor?

Responder afirmativamente, equivaleria a negar a perenidade da Igreja. Se Jesus, ao contrário, quer que perdure a Igreja e lhe promete assistência, até o consumar-se dos séculos, não é crível que a deixe sem pedra fundamental, sem clavígero, sem pastor supremo.

A mesma "economia da Encarnação" que, como vimos, o havia levado a escolher um homem — Pedro — por chefe visível de seu rebanho, haveria de levá-lo também a perpetuar o ofício. Ora, o papado nada mais é do que Pedro sempre presente.

Bastará, pois, para reconhecer concretamente o chefe visível da Igreja, saber quem sucede, em dado momento, a Pedro, e para isso averiguar quem ocupa legìtimamente, em tal instante do tempo, a Sé de Pedro.

---

[12]) S. Ambrósio (Expost. in Lucam, l. X, n. 175), citado por Leão XIII, Enc. *Satis cognitum*, n. 30.

[13]) Enc. *Mystici Corporis Christi*, n. 103.

Mas onde se encontra esta Sé? Responde-nos a tradição que Pedro ocupou sucessivamente três cátedras. Primeiro em Jerusalém; transladou-se em seguida para Antioquia e, ùltimamente, fixou a sua Sé em Roma, onde sofreu o martírio. Por conseguinte, o legítimo Bispo de Roma é o legítimo sucessor de Pedro, logo o legítimo Pastor do rebanho de Cristo.

Tal foi sempre a fé da Igreja. Sem dúvida, cresce constantemente o Corpo Místico, já o dissemos bastantes vezes. E como na criança se encontra apenas lineamentos do adulto, não é de esperar que a primazia do papado se tenha exercido na Igreja dos primeiros séculos — relativamente pouco espalhada e numerosa — com o mesmo vigor do que hoje em dia, quando a Igreja conta 400 milhões de fiéis, de raças e civilizações as mais diversas, e dispersos por todo o orbe.

Nos primórdios, reconhecia-se *pràticamente* o primado, sem muito teorizar. Recorria-se ao Bispo de Roma como ao juiz supremo, nas causas importantes; não se celebravam concílios gerais sem que ele os aprovasse. À medida que a Igreja foi vivendo e se desenvolvendo, reluziu, sempre mais clara, a importância das prerrogativas de Pedro.

Nem faltam, todavia, testemunhos doutrinais da mais remota antiguidade. Poderá o leitor encontrá-los nas apologéticas. Limitar-nos-emos a citar um ou outro, mais célebre.

S. Ireneu — cujo testemunho é precioso por ter ele sido discípulo de S. Policarpo, que foi discípulo de S. João — a fim de confundir a heresia gnóstica, apela à doutrina dos Apóstolos, viva em cada igreja por eles fundada. "Porém, continua Ireneu, como seria demasiado longo consignar aqui a sucessão de todas as igrejas, mostraremos a propósito da Igreja muito grande e muito antiga, de todos conhecida, fundada e constituída em Roma pelos gloriosos apóstolos Pedro e Paulo, que a tradição por ela recebida dos Apóstolos e a fé que anuncia aos homens, chegaram até nós por uma sucessão regular de Bispos. Serão assim confundidos todos os que... se agrupam em seitas. *Porque é com a Igreja romana, em razão de sua preeminência superior, que deve estar de acordo toda a Igreja,* isto é, todos os fiéis espalhados pelo universo, e é nela que todos esses fiéis conservam a tradição vinda dos Apóstolos". [14]

Compendiosamente S. Ambrósio: "E' a Pedro que Cristo disse: Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja. Portanto, onde está Pedro, aí está a Igreja — *ubi Petrus, ibi Ecclesia* — e onde está a Igreja não há morte alguma, senão vida eterna". [15]

[14]) Advers. Haeres., l. III, c. 3.
[15]) Enarr. in Psalm. XL, n. 30.

Enfim, no ano de 451, os 520 Bispos reunidos em concílio universal na cidade de Calcedônia, escreviam ao Papa S. Leão que este, por seus legados, presidira a eles "como a cabeça aos membros". [16]

Formulando a fé tradicional, lavrou o Concílio do Vaticano o seguinte anatematismo: "Se alguém sustentar que não foi em virtude da instituição de Cristo Salvador Nosso — isto é, por direito divino — que o bem-aventurado Pedro tem perpétuos sucessores no seu primado sobre a Igreja universal; ou que o Romano Pontífice não é o sucessor do bem-aventurado Pedro no mesmo primado — seja ele anátema!" [17]

Embora se tenha conservado intacta *a fé* nos corações genuìnamente católicos, é um fato histórico que o *exercício* do primado romano foi muitas vezes dificultado por tenazes regionalismos sobretudo no Oriente, mas também no Ocidente onde galicanos e febronianos sustentavam a supremacia do Concílio sobre o Papa, e que este recebe os seus poderes da Igreja, nem dirime definitivamente as questões sem o consentimento da Igreja. [18]

Concordam os teólogos em distinguir entre sé e residência. S. Francisco de Sales, por exemplo, embora Bispo de Genebra, foi impedido de residir em sua sé — como aliás todos os seus sucessores. E os mesmos Pontífices romanos durante 70 anos estiveram "cativos" em Avinhão. Não é, pois, necessário que o Papa resida em Roma. Mas o papado não estará ligado para sempre à sé romana?

Discordam os teólogos quanto à hipótese da destruição total de Roma. Uns negam-lhe a possibilidade mesma. Roma jamais conhecerá a ruína completa. Por disposição da Providência Divina, é a Cidade Eterna. Outros, sustentam que o vínculo entre Roma e o pontificado, é ocasional, logo dissolúvel. Poderia o Papa, como S. Pedro, transladar a sua sé para esta ou aquela cidade. Outros, enfim, recusam-lhe tal direito. Ser-lhe-ia tão só facultado transferir a sua residência. Mas continuará, até o fim do mundo, a ser em direito Bispo de Roma.

Até hoje o magistério eclesiástico não dirimiu a questão. Pio IX condenou apenas, no Sílabo, a proposição do seguinte teor: "Nada veda que, por sentença de um concílio geral ou por decisão de todos os povos, seja o Sumo Pontificado transferido do Bispo romano e da cidade de Roma, para outro Bispo e outra cidade". [19]

---

[16]) Denzinger, n. 149.
[17]) Denzinger, n. 1825.
[18]) Denz., nn. 1323-1325; 1500, 1503.
[19]) Denz., n. 1731. A condenação visa, como se vê, a transferência da Sé decretada por um Concílio e não pelo Soberano Pontífice. Por isso não dirime a presente controvérsia.

Como quer que seja, para qualquer católico digno deste nome, Roma é a cidade sem par, a pátria sobrenatural.

No fim do século IV de nossa era, Paula, nobilíssima romana, inaugurava na Urbe a vida monástica feminina. Mais tarde, sob o influxo de S. Jerônimo, atravessava o Mediterrâneo e fixava-se junto à gruta de Belém onde viveria, amparada pelo Doutor máximo, até o seu felicíssimo trânsito. Desejosa de trazer novas recrutas ao mosteiro betleemita, escreveu vibrante missiva a Marcela, amiga sua, chamando-a aos lugares santos. Tenta aliciá-la, enumerando, com erudição e eloquência, as lembranças sagradas que desperta cada recanto da Palestina. E, para destacá-la de Roma, invoca o Apocalipse: aquela Mulher, vestida de escarlate, sentada sobre sete montes, mãe das prostituições, ébria do sangue dos mártires, não figura a cidade de Roma? — Figura a Roma pagã, retrucaria Marcela.

Demasiado leal para esquivar a dificuldade, Paula concede: "Sem dúvida, *em Roma está a Santa Igreja,* os troféus dos Apóstolos e dos mártires, a verdadeira confissão de Cristo, a fé pregada pelo Apóstolo e, sobre as ruínas da gentilidade, alteia-se dia a dia, o nome cristão". Maior confissão de derrota não há. Só resta a Paula o recurso de deslocar o debate, arguindo — com razão — que a paz e solidão de Belém mais propiciam a vida monástica do que o bulício de uma grande capital. [70]

Com que emoção revive o peregrino, na Terra Santa, o Antigo e sobretudo o Novo Testamento! Por certo, lembranças mais augustas não há. Mas são apenas lembranças. Punge-nos um sentimento de ausência. A cada instante, parece ressoar-nos aos ouvidos, a palavra do anjo da Páscoa: "Buscais a Jesus, que foi crucificado; ele não está aqui, porque já ressuscitou" (Mt 28, 5-6). O passado, por mais santo tenha sido, desapareceu para sempre. Ninguém vive de reminiscências.

Mas Cristo *está* em Roma, na pessoa de seu Vigário! Quando, a 1º de Novembro de 1950, Pio XII definia o dogma da Assunção, todo o mundo católico sabia que era a mesma voz de Cristo a reboar na praça S. Pedro. Roma é o coração imenso de onde corre, para todos os membros do Corpo Místico, o sangue vivificador. As mesmas vicissitudes por que passou a Cidade Eterna, e cujos traços são visíveis em tantas relíquias, nos dá, como em nenhum outro lugar, a sensação da *perenidade* da Igreja. Com efeito, as ruínas de 28 séculos de história fazem ressaltar imponente contraste: todas as memórias, por mais apaixonem o historiador e o artista, são destroços de um passado definitivamente morto: — todas, salvo as memórias cristãs. Estas, ao contrário, nos trazem uma realidade presente e vivíssima.

[70]) Mgr. F. Lagrange. Lettres choisies de S. Jerôme, 6e. éd., Paris, de Gigord, 1910, p. 162.

Embrenha-se o romeiro pelas galerias subterrâneas, estreitas e escuras, da catacumba de Calisto; chega a uma vasta câmara sepulcral: a "cripta dos Papas", assim chamada porque nela foram sepultados 10 dos primeiros Papas, quase todos mártires (um deles, S. Xisto II, ali mesmo foi trucidado). Ora bem, encontra o romeiro nessa cripta apenas a lembrança venerável de um passado perempto? De modo algum. Ele encontra viva a fé de Pedro de que os Papas mártires foram testemunhas, e que hoje se encarna — a mesma — no Ancião que, do alto do Vaticano, vela sobre a fé de todas as igrejas.

Onde quer que dirija seus passos na Urbe, sentirá o peregrino a continuidade viva do presente e do passado. Comunga à miríade de mártires antigos, de santos medievais e modernos, de todas as nações, idades e meios sociais, que oraram, combateram, sofreram em torno do túmulo de Pedro. [21] Desapareçam os impérios, mudem as civilizações, o Rochedo plantado no Vaticano permanece inabalável. E sobre ele cresce, desenvolve-se a Igreja, antiquíssima e novíssima, imperecível como ele.

A maravilha simboliza a Cidade Eterna, a mística Cidade das almas. E Pedro detém as chaves da Roma da terra e da Jerusalém do céu.

O Vigário de Cristo.

Ouve-se frequentemente, do lado protestante, assacar à Igreja que nela o Papa tomou o lugar de Cristo. Mantém, pelo menos, que o catolicismo é bicéfalo. Já de antemão respondera Bonifácio VIII em 1302: "A Igreja, una e única, tem um só corpo e uma só cabeça, não duas cabeças qual monstro". [22]

Não entendendo a doutrina da "participação", imaginam os protestantes que o sacerdócio católico suprime o Sacerdócio de Cristo, a Missa destrói o Calvário, e a cabeça visível usurpa o lugar da Cabeça invisível, quando, na verdade, são realidades não já concorrentes senão *subordinadas*.

Cita Leão XIII um belo texto, atribuído a S. Basílio, no qual o autor faz observar que Cristo, após se ter chamado "pedra principal do ângulo", também denominou ao Apóstolo de "pedra". E prossegue: "No entanto ele é pedra, não como Cristo é a pedra, mas como Pedro pode ser a pedra. Porque Cristo é essencialmente a pedra inabalável, e por ele é que Pedro é a pedra. *Porque Jesus comunica suas dignidades sem se empobrecer*... Ele é sacerdote, ele faz os sacerdotes. Ele é a pedra, ele faz o seu apóstolo a pedra". [23]

---

[21]) Já S. Clemente, o terceiro sucessor de S. Pedro, cantava essa glória de Roma (*Ad Cor.*, c. 5-6. Ed. Hemmer, Paris, Picard 1909, pp. 14-18).

[22]) Denzinger, n. 468.

[23]) Leão XIII, Enc. *Satis cognitum*, n. 31.

Cristo é Cabeça do Corpo Místico de maneira absolutamente única. De maneira invisível governa-o por si mesmo e diretamente, iluminando os corações, fortalecendo as vontades, infundindo nas almas a graça santificante, livrando a sua Igreja dos perigos mortais, guiando-a no caminho da eterna bem-aventurança. De maneira visível, governa-a ainda, mas desta feita indiretamente, por meio daquele que faz as suas vezes na terra.[24] O Papa, longe de usurpar o lugar de Cristo, está-lhe subordinado em tudo e por tudo. Tem por ofício conservar o Corpo unido à divina Cabeça. "Doce Cristo da terra", chama S. Catarina de Sena ao Pontífice. E o mesmo título de "Vigário" mostra sobejamente a dependência total do Papa para com Cristo. Por si mesmo, nada pode. Corpo de Cristo e não corpo de Pedro, tal é a Igreja.

S. Paulo, após haver dito aos Coríntios que Jesus era "fundamento" da Igreja (1 Cor 3, 11), escreve aos Efésios que os Apóstolos são este "fundamento" (Ef 2, 20). Não virá à mente de ninguém que, entre uma e outra epístola, a Igreja tenha cessado de ser cristã para se tornar apostólica. Mas antes, os Apóstolos são fundamentos em dependência absoluta de Cristo, di-lo a cada página S. Paulo.

Da mesma maneira, não virá à mente de ninguém que Cristo haja abdicado em favor de Pedro, ao instituí-lo clavígero, pastor, amparo da fé, pedra da Igreja. Estava mais do que claro que Pedro desempenharia essas funções, *subordinado* a Cristo. Ora bem, o Papa apenas continua tais funções. Jesus é a Cabeça invisível, da qual a cabeça visível tira vida e movimento.

Vigário de Cristo e não da Igreja, ensina o Concílio do Vaticano, e já Pio VI o definira.[25] O primeiro Papa não o escolheram os discípulos, mas Cristo ele mesmo. Do mesmo modo, não é a Igreja que transmite ao Sumo Pontífice o poder supremo. Os Cardeais, ao elegerem o Papa, nada lhe conferem; designam tão sòmente uma pessoa à investidura de Cristo. Aceitando o eleito, desce-lhe direta e imediatamente do Senhor o soberano poder.[26]

De modo algum depende o Papa da Igreja, mas só de Cristo; por isso mesmo não pode ser deposto. Muito se discutiu outrora sobre o pretenso "direito divino" dos reis; na verdade, sòmente o papado é um regime de direito divino. Tendo o mesmo Cristo fixado a constituição da Igreja em seus traços essenciais, a ninguém é lícito mudá-la. Na sociedade política, pode o povo escolher sua forma de governo. Não assim no Corpo Místico. Nem os fiéis, nem os Bispos, nem o mesmo Papa lhe podem mudar a constituição.

---

[24]) Pio XII, *Mystici Corporis Christi*, nn. 39-40.
[25]) Denz., nn. 1503, 1822.
[26]) Código de Direito Eclesiástico, c. 219.

"Apascenta as minhas ovelhas". O poder do Soberano Pontífice é verdadeiramente episcopal. "Pius episcopus Ecclesiae catholicae", assim subscreveu Pio XII a definição da Assunção da Virgem.

As prerrogativas que reconhecemos ao Bispo na sua diocese, tem-na o Papa na Igreja universal. 1º *jurisdição,* comportando conjuntamente o magistério e o governo (poderes judiciário, legislativo, executivo). 2º jurisdição *ordinária,* a saber vinculada ao próprio cargo; 3º *imediata,* atingindo — em particular e em conjunto — todos os fiéis e seus Bispos, de qualquer rito ou dignidade e sem passar por qualquer intermediário.[27]

Poderes episcopais, dissemos, porém incomparàvelmente mais eminentes do que os dos outros Bispos. 1º Pela *universalidade:* estendem-se à Igreja inteira. O Papa é a "pedra" sobre a qual repousa o edifício todo da Igreja cristã; é o "pastor" de todo o rebanho de Cristo. Ainda o Concílio ecumênico lhe está submisso.[28] 2º Pela *plenitude:* define a fé e os costumes, regula a disciplina e governo dos fiéis.[29] 3º Por ser *supremo:* não depende de nenhum superior e é divinamente assistido pelo próprio Cristo.[30] Esta assistência assegura concretamente a dependência, a subordinação atual, da cabeça visível à invisível. Por ser o Papa homem e como tal falível, não existiria garantia alguma de que ele agiria, de fato, como Vigário de Cristo, se o próprio Cristo não o assistisse perpètuamente. Varia tal auxílio segundo a gravidade dos misteres pontificais; culmina no carisma da infalibilidade.

De tudo isso não segue que o poder papal seja despótico, e que os fiéis estejam entregues ao Papa como os súditos ao ditador. A Igreja não é do Papa, é de Cristo: "Sobre esta pedra fundarei a *minha* Igreja". O rebanho não pertence ao Papa mas a Cristo: "apascenta as *minhas* ovelhas". Bem longe de ser absoluto, está o poder do Sumo Pontífice limitado pela fé e a moral cristãs e pelo direito divino. Desse "depósito" não lhe é lícito alterar ou diminuir sequer a mínima parcela; cabe-lhe tão só conservá-lo fielmente e explicá-lo autênticamente. E ainda nas questões disciplinares, sabemos com que respeito pelas almas e pelos direitos adquiridos, pelos usos e costumes; com que paternal consciência da debilidade de seus filhos; com que sentido de suas responsabilidades diante do Divino Pastor, age sempre o Santo Padre.

Pratica à risca o mandamento de Jesus: "Os reis dos gentios dominam sobre eles... mas não sereis vós assim; antes o maior entre vós seja como o menor; e quem governa como quem serve" (Lc 22, 25-26).

---

[27]) Concílio do Vaticano (Denz., n. 1827); Leão XIII, *Satis cognitum,* n. 38-39.

[28]) Pio II (Denz., n. 717); 5º Concílio de Latrão (Denz., n. 740).

[29]) Conc. Vaticano (Denz., nn. 1821, 1827, 1830).

[30]) Pio VI (Denz., n. 1500); Conc. Vatic. (Denz., 1830).

O Soberano temporal.

Condição imprescritível do livre exercício do sumo poder espiritual, é a *independência* absoluta em relação ao poder político.

Desde que ascende à cátedra de Pedro, deixa o Papa de ser súdito de qualquer governo civil. E Jesus mesmo parece querer insinuá-lo no seguinte passo de S. Mateus — que segue de perto a promessa do primado feita a Pedro — "Chegando eles a Cafarnaum, aproximaram-se de Pedro os que cobravam as didracmas, e disseram: O vosso mestre não paga as didracmas? Disse ele: Sim. E, entrando em casa, Jesus se lhe antecipou, dizendo: Que te parece, Simão? De quem cobram os reis da terra os tributos ou o censo? Dos seus filhos ou dos alheios? Disse-lhe Pedro: Dos alheios. Disse-lhe Jesus: Logo estão livres os filhos. Mas, para que não os escandalizemos, vai ao mar, lança o anzol, tira o primeiro peixe que subir, e, abrindo-lhe a boca, encontrarás um estáter: toma-o e dá-lo por mim e por ti" (Mt 17, 24-27).

Pedro — e só ele — goza do privilégio de Jesus: está, em direito, isento de impostos — sinal de sujeição — só paga por condescendência.

Como não há meio termo entre ser súdito ou soberano, segue-se que Pedro é *soberano*. Ora, não há exercício livre e desimpedido de soberania sem território. Donde flui que a jurisdição sobre determinado território é indispensável a Pedro para que livremente possa desempenhar seu ofício espiritual.

O "poder temporal" dos Papas aparece, pois, como uma consequência da perfeita autonomia em relação ao Estado, que Jesus outorgou a Pedro. Fruto de uma exigência religiosa, tal poder é devido ao múnus apostólico qual condição de seu livre exercício.

Deve ficar absolutamente patente aos olhos do povo cristão que seu Chefe está imune de fato de qualquer coação ou ingerência do poder civil. Haverá melhor sinal ou garantia de independência espiritual do que a independência territorial?

Leão XIII reclamava, ao subir ao sólio de S. Pedro, a restauração do poder temporal mas frisava bem que o não fazia impelido "por espírito de cobiça" ou "desejo de domínio", senão porque "esse principado" lhe era "necessário para defender e conservar a plena liberdade do poder espiritual". [31] Cinco lustres mais tarde, celebrando o seu jubileu de pontificado, voltava à carga: "Despojado (o Pontífice Romano) pelo poder civil da independência que lhe é necessária para a sua missão universal e divina, forçado, mesmo dentro de Roma, a fechar-se em sua morada, porque oprimido pela força inimiga, foi reduzido, não obstante as irrisórias garantias de respeito e as precárias promessas de liberdade, a situações anormais, injustas e indignas de seu excelso minis-

---

[31]) Enc. *Inscrutabili Dei consilio*, ed. Vozes, n. 13.

tério. Conhecemos perfeitamente os obstáculos que se criaram em torno, truncando frequentemente as suas intenções e ultrajando-lhe a dignidade. Torna-se, portanto, sempre mais evidente que a usurpação da soberania civil teve por fim diminuir, a pouco e pouco, a força espiritual do Chefe da Igreja. E isto claramente o confessaram aqueles que foram os seus verdadeiros autores". [52]

Longe de se reduzir a um problema de política interna italiana, a famigerada "questão romana", era antes de tudo problema eminentemente religioso.

Todavia, se imprescritível é o direito de absoluta liberdade política outorgado por Cristo a seu Vigário, múltiplos são os meios práticos de lhe assegurar o exercício.

Assim é que Pio XI resolveu de maneira nova, original, a "questão romana". Garantiu na medida do possível a soberania do Papa, mas dando-lhe uma feição acentuadamente espiritual. Ele mesmo lembrava S. Francisco e outros santos, que conservavam do corpo apenas o estrito necessário ao serviço da alma. Contentou-se o Pontífice com aquele mínimo de território imprescindível ao livre exercício da soberania. Em consequência, refulgiu, como nunca, a divina espiritualidade que tão minguado principado civil sustentava e servia.

Consequência também da independência completa de que deve gozar no exercício de seu poder espiritual, é o direito que sufraga o Romano Pontífice de "livremente comunicar com os pastores e greis de toda a Igreja, a fim de que estes por ele possam ser ensinados e governados, no caminho da salvação". [53] Injusta, portanto, e condenável a pretensão dos imperadores e reis de antanho de obrigarem a Santa Sé a lhes submeter seus atos para que pudessem ter execução nos territórios desses monarcas. [54]

Mais injusta e condenável a prática dos tiranos de hoje que impedem qualquer comunicação entre o Pai comum e seus filhos, escravizados por detrás da "cortina de ferro".

O Doutor infalível.

Poderíamos aqui repetir tudo o que acima levamos dito, sobre a inerrância da Igreja e a divina "assistência" que este magistério supõe.

Contentemo-nos de indicar que a infalibilidade do Papa encontrava-se implìcitamente contida na promessa que fez Jesus a Pedro, deste ser "pedra" fundamental de sua Igreja, "clavígero" do Reino dos céus, "pastor" do seu rebanho. Falível, o Papa não seria fundamento seguro, clavígero e pastor digno de confiança. Na Encíclica "Mit Brennender Sorge" Pio XI assinala e desen-

[52]) Enc. *Parvenu*, ed. Vozes, n. 39.
[53]) Conc. Vatic. (Denz., n. 1829).
[54]) Pio IX (Denz., nn. 1728, 1847).

volve magistralmente a sequência: não se mantém a fé em Deus pura e genuína por muito tempo, sem a fé em Cristo; nem a fé em Cristo, sem a fé na Igreja; nem a fé na Igreja, sem a fé no primado de Pedro.

Explìcitamente revelada, temos a inerrância de Pedro em S. Lucas: "Simão, Simão, eis que Satanás vos pediu para vos cirandar como o trigo. Mas eu roguei por ti para que a *tua fé não desfaleça:* e tu, quando te converteres, confirma teus irmãos" (Lc 22, 31-32).

Fé cuja indefectibilidade é garantida pela oração de Cristo e pela segura promessa de estar com a Igreja até o consumar-se dos séculos, de sorte que Satanás — as "portas do inferno" — não prevaleceria (Mt 16, 18; 28, 20).

A mística presença do Senhor no seu Corpo que é a Igreja nos dá a chave da infalibilidade. Não importam a pouca ou muita ciência e virtude de um Pontífice, quando sabemos que não é ele quem fala, mas o único Pastor. Há uma tal presença de Cristo na mente do Papa — por outras palavras: há uma tal absorpção da inteligência do Papa pela luz de Cristo, que, errasse o Papa, erraria Cristo. Falando "ex cathedra", o Pontífice torna-se órgão de Cristo. Não é mais um homem que ensina, mas o Verbo encarnado que ensina pelo sucessor de Pedro.

As condições precisas da infalibilidade pontifícia, encontramo-las na definição do Concílio do Vaticano: "O Romano Pontífice, quando fala "ex cathedra", isto é, quando, exercendo o ofício de Pastor e Doutor de todos os cristãos, define, em virtude de sua suprema autoridade apostólica, uma doutrina de fé ou de costumes, como devendo ser crida por toda a Igreja, goza — graças à divina assistência a ele prometida na pessoa do beato Pedro — a infalibilidade de que o divino Redentor quis prover a sua Igreja, na definição de doutrinas de fé ou de costumes. Portanto, tais definições do Romano Pontífice são de per si — e não em virtude do consentimento da Igreja — irreformáveis". [31]

Duas, por conseguinte, são as condições da infalibilidade papal. 1º Que o Pontífice fale *solenemente,* como doutor e pastor de todos os cristãos, com intenção de obrigar a universalidade dos fiéis. Logo, o Papa não é infalível como pessoa privada, ou falando a uma parte da Igreja, ou falando a toda a Igreja mas sem usar da autoridade suprema. Por exemplo: expondo apenas a doutrina, ou mesmo obrigando, porém não irrevogàvelmente. Assim se explica o chamado "conflito de Antioquia", a saber o incidente surgido entre S. Pedro e S. Paulo, a propósito das observâncias judaicas (Gál 2, 11-14). Claro está no texto que Pedro não pretendia impor de maneira absoluta, irreformável, certa maneira de agir; por motivos de prudência, tergiversou. E Pau

[31]) Denz., n. 1839.

lo, na qualidade de apóstolo dos gentios, reagiu. Não estava em jogo a infalibilidade.

2º Limita-se a infalibilidade às doutrinas sobre *a fé e a moral;* não se estende, pois, à esfera profana.

Precisa o Concílio que a infalibilidade papal não depende do consentimento da Igreja, mas apenas da "assistência" de Cristo. Cabeça visível da Igreja, cabe ao Pontífice autoridade sobre ela. Porém esta autoridade ele a exerce como porta-voz de Cristo, Cabeça invisível.

Quanto ao carisma da "assistência", explica ainda o Concílio que não consiste em revelação de novas verdades, mas num auxílio, graças ao qual o Pontífice "guarde religiosamente e exponha fielmente a revelação comunicada pelos Apóstolos, ou seja, o depósito da fé".[illegible] Desempenha assim o Papa um tríplice ofício: a) *testemunha:* conserva e apresenta genuìnamente uma verdade como contida no "depósito" revelado; b) *mestre:* explica autênticamente o sentido da verdade revelada; c) *juiz:* dirime definitivamente as controvérsias. A sua intervenção, portanto, não é causa senão condição da fé; ou, na palavra de Pio XII: "norma próxima e universal da verdade em matéria de fé e de moral".[illegible]

Como a "assistência" não é nova revelação ou inspiração profética (como a dos escritores sagrados) mas sim auxílio para determinar infalìvelmente a verdade revelada, ela não dipensa o trabalho prévio para averiguar qual a fé da Igreja. Explica-se assim que Pio IX e Pio XII, antes de definirem a Imaculada Conceição e a Assunção respectivamente, tenham estudado com grande cuidado as petições apresentadas a respeito, e interrogado os Bispos do orbe católico sobre se eles julgavam, na sua sabedoria e prudência, que tais verdades podiam ser propostas e definidas como dogmas de fé.

Ocioso seria acrescentar — não fossem as confusões tão ingênuas quão encontradiças — que a infalibilidade doutrinal não leva consigo a impecabilidade moral. Esta diz respeito ao Papa como pessoa privada, aquela ao Romano Pontífice no exercício do seu mais alto ofício público.

Como pessoa privada, o Papa — qual simples fiel — tem uma alma a salvar; é obrigado a crer no dogma que ele acaba de definir; a praticar a moral que ele acaba de propor. Pode infelizmente sucumbir ao pecado.

Nem se pretenda que essa distinção entre a pessoa do Papa e seu ofício, é ardil de apologeta. Está ali, no mesmo evangelho. Em S. Mateus, Jesus, quatro versetos após haver feito a Pedro as grandes promessas, chama-o de nada menos do que "Satanás" e "escândalo!" (Mt 16, 23). Em S. Lucas, Jesus, logo após haver

[illegible]) Denz., 1836.
[illegible]) Enc. *Humani Generis*, n. 17.

afirmado a indefectibilidade da fé de Pedro, lhe prediz a tríplice negação (Lc 22, 34). Pode, pois, o Papa ser, como pessoa privada, um pecador. Mas como pastor e doutor universal não se engana nem se pode enganar. De outra forma prevaleceriam as portas do inferno, falharia a solene promessa do Senhor. Nem a Igreja seria divina, nem Cristo seria Deus. Registre embora a história alguns Pontífices escandalosos, não recorda um só que haja definido o erro ou o mal.

Falamos exclusivamente, como era tarefa nossa, do valor religioso do papado. Mas poderíamos também apontar os benefícios morais e culturais que, ainda na ordem profana, dele promanam. Baste citar algumas linhas eloquentes de Leão XIII: "Se contemplarmos as obras do Pontificado Romano, que pode haver de mais iníquo do que negar quanto os Pontífices Romanos têm nobremente e bem merecido de toda a sociedade civil?... Foi esta Sé Apostólica quem apanhou os restos da antiga sociedade destruída e os reuniu juntos. Ela foi também o facho amigo que iluminou a civilização dos tempos cristãos; a âncora de salvação no meio das mais terríveis tempestades que tenham agitado a raça humana; o vínculo sagrado da concórdia que une entre si nações afastadas e costumes diversos; ela foi enfim o centro comum onde se vinha buscar tanto a doutrina da fé e da religião quanto os auspícios de paz e os conselhos dos atos a cumprir. Que mais? E' uma glória dos Pontífices Romanos a de se haverem sempre e sem trégua oposto como uma muralha e um baluarte, a que a sociedade humana tornasse a cair na superstição e na antiga barbárie". [23]

Assim, nos tempos passados. E hoje quem dirá o benefício trazido ao mundo por aquela incansável Voz que relembra, sem esmorecer, à humanidade — desvairada de cobiça e de ódio — a primazia do espiritual, os direitos da razão, o reino da justiça, da paz e do amor?

Característica da alma genuìnamente católica, a devoção ao Papa. Devoção feita de *veneração* por tão excelsa dignidade; de *gratidão* filial pelo "servidor dos servidores de Deus", digno Vigário d'Aquele que se comparava à galinha ajuntando seus pintos debaixo das asas (Mt 23, 37); de *dedicação,* que procura amparar o Pai comum com orações, sacrifícios e donativos; de *docilidade,* não apenas a suas ordens mas ainda a seus conselhos.

.Sejam objeto de nossa meditação assídua os ensinamentos vitais que descem da cátedra de Pedro. Sobretudo, não poupemos esforços para pô-los em prática, traduzindo-os em obras. Que para nós, pelo menos, a voz do Santo Padre, não seja a voz que clama no deserto das almas.

---

[23]) Enc. *Inscrutabili Dei consilio,* n. 8.

III. APOSTOLICIDADE E UNIDADE VISIVEL DA IGREJA

Apostolicidade.

Do que foi exposto sobre o poder sacral e o poder pastoral da Igreja, aparece que Jesus ordenou a seus Apóstolos que repetissem o rito não sangrento que torna presente, a cada instante do tempo, o sacrifício da Cruz; ordenou que conferissem aos fiéis os sinais sensíveis ou sacramentos, veículos da graça; ordenou que pregassem a doutrina evangélica a todos os povos da terra e os dirigissem na prática de tudo quanto o Mestre mandara; ordenou enfim a Pedro que lhe pastoreasse os cordeiros e ovelhas.

Falar em "apostolicidade" da Igreja significa, pois, antes de tudo, que o Senhor, havendo consumado sòzinho na Cruz a nossa salvação "objetiva", quis aplicar a cada homem que vem ao mundo os frutos da Paixão (salvação "subjetiva") *pelo ministério dos Apóstolos*. Por outras palavras, qualificar a Igreja de "apostólica" indica que ela se *origina* de Cristo *pelos Apóstolos* (Ef 2, 20; Apoc 21, 14).

Morto o derradeiro Apóstolo, desapareceria essa mediação; estavam caducos os poderes de ordem e de jurisdição?

Já sabemos que alguns dos privilégios apostólicos eram destinados apenas a estabelecer no mundo a Igreja fundada por Cristo; por ex.: revelar verdades novas, escrever obras profèticamente inspiradas, promulgar certos sacramentos. Estabelecida a Igreja, desaparecidos os Apóstolos, não tinham mais objeto.

Mas outros poderes eram perduráveis, porque sempre necessários: haveria continuamente homens que precisariam do sacrifício ritual, dos sacramentos, da pregação, da pastoração. Impossível negar a transmissibilidade de tais poderes, se era vontade do Senhor que a sua Igreja subsistisse.

Donde, um segundo sentido do vocábulo "apostolicidade" — complementar do anterior — designa a *continuidade ininterrupta* entre os Apóstolos e nós. De maneira que a Igreja de hoje é substancialmente idêntica à Igreja dos Apóstolos.

Tal continuidade resulta da sucessão regular dos legítimos pastores, consagrando-se uns aos outros, sem a mínima interrupção, desde o tempo dos Apóstolos que consagraram os primeiros deles. Essa cadeia assegura o contacto físico, por assim dizer, entre a Igreja atual e os Apóstolos, e, pelos Apóstolos, o contacto com a Humanidade de Cristo.

Citamos pouco acima o celebérrimo texto no qual S. Ireneu proclama o primado da Igreja Romana. Mas haverá o leitor notado que tal proclamação vem reforçar um argumento tirado da apostolicidade. Apela o doutor de Lião à doutrina dos Apóstolos, para refutar uns hereges. Mas onde se encontra essa doutrina? No seio das igrejas apostólicas. Fundadas pelos Apóstolos, os

Bispos, que a eles regularmente sucederam, trouxeram até nós a doutrina do fundador. E como seria demasiado longo reconstituir a sucessão apostólica das diversas igrejas, Ireneu contenta-se com apresentar a de Roma, igreja superior às demais, instruída por Pedro e Paulo "na doutrina que eles pregaram aos homens e que, *pela sucessão de seus Bispos*, chegou até nós... Nela os fiéis de todas as nações encontram *a tradição que vem dos Apóstolos*. Os Apóstolos, com efeito, tendo-a fundada e instruída, confiaram-lhe a administração a Lino. A Lino sucedeu Anacleto e, em terceiro lugar, Clemente. A Clemente sucedeu Evaristo, a este Alexandre, depois Xisto que foi seguido por Telésforo, Higino, Pio e Aniceto. Tendo Soter sucedido a Aniceto, Eleutero, o décimo-segundo depois dos Apóstolos, governa agora a Igreja". [39]

A *continuidade* é, pois, sinal certo da verdade cristã. E só pode haver continuidade, pela comunhão com a doutrina apostólica, através da transmissão *ininterrupta* dos ensinamentos legados pelos enviados de Cristo. Onde há ruptura, hiato, foge a apostolicidade, e com ela o caráter sobrenatural da religião cristã. Substitui-se uma revelação divina por uma opinião humana.

Pretenda muito embora tal iniciativa retornar às origens, redescobrir a primígena doutrina, ela arroga-se uma autoridade que só Cristo pode conferir. Perdeu-se o depósito confiados pelos Apóstolos a seus sucessores, para ser fielmente conservado (1 Tim 6,20).

Substituíram-no os cismas pessoais deste ou daquele "reformador". O que segue ao "reformador" prefere, de fato, uma pregação humana à dos Apóstolos enviados por Cristo para ensinar a *sua* verdade — não uma outra — e que antes de morrer instituíram expressamente outros pregadores, encarregados de continuar a missão divina de ensinar essa mesma e única verdade, revelada por Cristo (2 Tim 2, 1-2).

"Verdade é, pois, que assim como Jesus Cristo foi enviado por Deus e os Apóstolos por Jesus Cristo, assim também os Bispos e todos os que sucederam aos Apóstolos foram enviados pelos Apóstolos". [40] Doutrina de Leão XIII, que já era doutrina do 3º Papa, S. Clemente. [41] O mesmo ensina Tertuliano: "E' constante que toda doutrina conforme à das igrejas apostólicas, mães e fontes primitivas da fé, deve ser declarada verdadeira, visto guardar sem nenhuma dúvida o que as igrejas receberam dos Apóstolos, os Apóstolos de Cristo, Cristo de Deus... Estamos em co-

---

[39]) *Adv. Haeres.*, l. III, c. 3, n. 2 e 3. — Antes de S. Ireneu, encontramos, clara, a doutrina da sucessão apostólica em S. Clemente, discípulo imediato dos Apóstolos, em sua *Ep. aos Coríntios*, c. 44.

[40]) Enc. *Satis cognitum*, n. 17.

[41]) Ep. aos Coríntios, cc. 42-44, transcrita por Leão XIII, l. c.

munhão com as igrejas apostólicas; ninguém tem doutrina diferente: é este o testemunho da verdade". [12]

Donde os Santos Padres sempre e sempre se empenhavam em mostrar que os hereges haviam rompido a cadeia: haviam inventado tal doutrina, não a tinham recebido dos Apóstolos, e portanto ela não vinha de Cristo. Quem inova, rasga a tradição, funda uma seita humana.

O mesmo dizemos nós de Lutero, Calvino e do sem-número de fundadores de seitas protestantes. São dissidentes; não vêm dos Apóstolos, logo não vêm de Cristo.

Isso quanto ao poder de magistério, laço doutrinal que nos une aos Apóstolos. Mas o mesmo vale do poder de ordem. Deve transmitir-se sem qualquer solução de continuidade.

A 13 de Setembro de 1896, declarava Leão XIII que a igreja anglicana perdeu o poder de ordem no século XVII, justamente por lhe ter interrompido a transmissão, deturpando substancialmente o rito da consagração episcopal e da ordenação sacerdotal. Perdida uma vez a sucessão apostólica, logo os poderes sacrais — por falta de continuidade na administração do Sacramento da Ordem — não podiam as correções posteriormente introduzidas no ritual anglicano sanar um vício irremediável: como transmitir um poder já não existente?

Cuidam os pastores da "alta igreja" anglicana, consagrar a eucaristia, perdoar os pecados, sem se dar conta de que a mínima interrupção na transmissão dos poderes sacramentais, tudo compromete sem remédio. Ora, houve na Inglaterra um hiato de 100 anos! Logo os pastores de hoje não consagram nem absolvem.

À primeira vista a apostolicidade parece exigir a mais rígida imutabilidade. Deveria a Igreja do século XX ser rigorosamente idêntica, sob todos seus aspectos, à Igreja do século I. Estatismo absoluto. Pura aparência, entretanto. S. Vicente Lirinense que de tal maneira insistiu sobre a antiquidade (*quod semper*) como critério discriminativo da verdadeira Igreja, afirma contudo a necessidade e a realidade do dinamismo. Distingue entre *progresso:* a coisa cresce, sem mudar de natureza; e *alteração:* a coisa transforma-se numa outra. Em termos mais modernos, falaríamos em evolução homogênea e em evolução transformista.

Como exemplos da primeira, cita S. Vicente a semente que se torna planta, a criança que chega à idade adulta. Tal evolução cabe na Igreja apostólica. "Cresçam, pois, progridam muito e muito, a inteligência, a ciência, a sabedoria, tanto dos indivíduos como da comunidade, de um homem isolado quanto da Igreja toda inteira, segundo as idades e os séculos, porém que sejam

[12]) *De Praescrip.*, c. 21 (citado por Leão XIII na mesma Encíclica, n. 19).

fiéis a sua natureza peculiar, i. é, progridam no mesmo dogma, no mesmo sentido, no mesmo pensamento". [11]

Há na Igreja estupenda continuidade doutrinal. Atravessa as idades, as civilizações, as filosofias, sem se alterar, progredindo embora. Conserva-se substancialmente a mesma, desenvolvendo-se. A quem estuda com cuidado a história dos dogmas, revela-se logo a miraculosa Providência que, por entre tantas vicissitudes, conservou intacta a doutrina apostólica.

Mas, que meio utilizaria essa Providência para atingir os seus fins? Como fará saber à Igreja que este ou aquele elemento, despontando em dado momento histórico, é, na verdade fruto do legítimo crescimento ou, pelo contrário, alteração, degenerescência? — Servir-se-á da fé de Pedro. O Papa, sòzinho ou com o episcopado, discernirá entre progresso e desvio, com absoluta certeza.

Não sòmente por sua origem merece a Sé romana o título de "Sé Apostólica", senão ainda porque assegura, com milagrosa constância, o perdurar da Igreja dos Apóstolos. E consegue assegurá-lo, pelo fato do longo suceder-se dos seus Pontífices continuar, sem interrupção alguma, o episcopado de Pedro, chefe do colégio apostólico. Os 267 Papas que até aqui chefiaram a Igreja, constituem uma só pessoa jurídico-social.

Da apostolicidade resulta a firmeza e a inabalável estabilidade da Igreja. Tendo por alicerces os Apóstolos, lançados sobre a rocha que é Pedro, ela é o edifício que desafia as enchentes (Lc 6, 48–49). Há vinte séculos assaltam-na os vagalhões do erro, a sanha dos perseguidores e, pior ainda, o desgaste do tempo. Não se esboroa. Desafiando as leis da história, continua, invicta, a transmitir dia a dia — pela hierarquia apostólica sob a chefia de Pedro — a doutrina e os sacramentos de Cristo.

A unidade visível.

Cristo chamou todos os homens a segui-lo não apenas individualmente mas também socialmente, de sorte que formassem um só povo. Donde a nova religião devia assegurar, com a harmonia interior de cada crente, a unidade do conjunto dos crentes. Talvez por este motivo tenha o Espírito Santo baixado sobre os Apóstolos quando todos juntos oravam, unânimes, no Cenáculo.

Ao tratarmos da Alma da Igreja, já lhe estudamos o princípio arcano de unidade. Ali também deixamos dito que a invisível unidade eclesiástica tende, por incoercível tendência, a se exteriorizar em unidade visível. A Alma transparece no Corpo.

Nos seres animados, oculto e invisível é o princípio vital, porém ele se acusa e manifesta pelo movimento e ação dos mem-

---

[11]) Vinc. Lirin. Commonitorium, c. 23, n. 3. O Concílio Vaticano aprovou e fez seu este texto do monge lirinense (Denz., n. 1800).

bros; assim a vida sobrenatural que anima o Corpo Místico aparece a todos os olhos pelos atos que ele produz. Íntimo é o assentimento da fé, porém ela chega a nós por sinais que percutem os ouvidos e patenteia-se pela profissão externa que dela se faz. Íntima é a graça, porém exteriores são os instrumentos ordinários e principais pelos quais nos é dada: os sacramentos. Íntimo é o culto rendido a Deus, mas ele tende espontâneamente a se extravasar em culto externo.[44]

Resta-nos agora a mostrar, inversamente, como a unidade exterior manifesta e fomenta a unidade interior da Igreja.

"Era um o coração e a alma dos que criam" (At 4, 32). Assim nos descreve S. Lucas a comunidade hierosolimitana. Essa mútua conexão ou "unidade de comunhão" que prendia entre si, por laços estreitíssimos, os primeiros cristãos, de maneira a formarem, embora muitos, um só corpo (Rom 12, 5; 1 Cor 12, 12; Ef 4, 4), manifestava-se visivelmente de três maneiras principais.

1) *Unidade na profissão da fé.* Já no-lo indica o texto mesmo dos Atos: "... a multidão dos que criam" (cf. At 5, 14). De fato, a concórdia entre os homens funda-se, por necessidade, sobre a união das inteligências. Daí decorre a harmonia das vontades e o acordo das ações. "Um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos" (Ef 4, 5-6).

Desse laço comum da fé, veio aos cristãos o nome de "fiéis".[45]

2) *Unidade de culto e de sacramentos.* No texto paulino que acabamos de citar, depois de "uma só fé" vem "um só batismo". E nos Atos lemos: "Perseveravam na doutrina dos Apóstolos, e na mútua união, e no partir do pão, e nas orações" (At 2, 42).

3) *Unidade de conduta,* que na igreja hierosolimitana chegava à comunidade de bens: "Ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns" (At 4, 32).

Até aqui averiguamos o fato da unidade visível da Igreja. Indaguemos-lhe agora as causas. As principais são invisíveis e já as indicamos no capítulo sobre a Alma do Corpo Místico: a mansão do Espírito Santo e a caridade, fruto da Eucaristia. Porém a análise acurada dos textos sagrados nos descobre ademais a existência de *dois princípios exteriores* da unidade eclesiástica: os poderes apostólicos de ordem e de jurisdição.

Internamente, a unidade da fé depende de seu divino Objeto e da luz que no-lo revela; mas externamente é óbvio que o magistério apostólico assegurava tal unidade. As conversões eram provocadas pela pregação dos Apóstolos e os neófitos, como vi-

[44]) Leão XIII, Enc. *Satis cognitum,* n. 3; Pio XII, Enc. *Mystici Corporis Christi,* n. 72.
[45]) *Satis cognitum,* n. 11.

mos acima, "perseveravam na doutrina dos Apóstolos". Dilatando-se o cristianismo, necessário se tornou em cada comunidade um Doutor que velasse sobre a pureza da fé. Nas igrejas por ele fundadas S. Paulo exercia este ofício com rigor tal que chegou a escrever aos Gálatas: "Ainda que um anjo do céu vos anuncie outro evangelho além do que vos tenho anunciado, seja anátema!" (Gál 1, 8). Nas epístolas "pastorais" encarrega Tito e Timóteo de zelarem pela pureza da fé e de estabelecerem nas diversas igrejas Bispos capazes de reprimir os falsos doutores (Tito 1, 9, 10-11; 2 Tim 2, 2; 4, 2).

Daí os Santos Padres considerarem o Bispo qual princípio da unidade visível da fé em cada igreja.

A unidade do culto também aparece, nos escritos apostólicos, como oriunda do poder de ordem. Apóstolos, presbíteros, diáconos, são os "dispenseiros dos mistérios de Deus" (1 Cor 4, 1). Batizam, consagram a Eucaristia, impõem as mãos, presidem as reuniões cultuais.

A unidade de disciplina enfim, assegurava-a o governo dos Apóstolos e dos seus mandatários, pois que todos os membros de cada comunidade eram súditos de um só chefe. S. Paulo, exigindo estrita obediência das cristandades por ele fundadas, cortava pela raiz qualquer secessão. Aos seus mandatários dá poderes semelhantes. Escreve, por exemplo, a Tito: "Exorta e repreende com toda autoridade; ninguém te despreze" (Tito 2, 15; cf. 2 Tim 2, 14).

S. Cipriano formulava teòricamente uma situação de fato, quando afirmava a Florêncio (Ep. 59): "Deves saber que há, na Igreja, um Bispo, e que a Igreja está no Bispo. Se alguém não está com o Bispo, tão pouco está na Igreja". Em torno do Pontífice local, reúnem-se os fiéis para oferecer ao Pai culto puríssimo. A voz e o cajado pastorais impedem as ovelhas de se desgarrar, guiam-na às verdes pastagens.

Assegurada a unidade de cada Igreja particular, que será da Igreja universal? Diremos, com S. Cipriano, que esta será coadunada graças à concórdia dos diversos Bispos? Sem dúvida, porém não basta. Todo orgânico, a Igreja universal não é um aglomerado de igrejas locais, nem mesmo uma confederação: é *Corpo* Místico, única Esposa do único Cristo. Os cristãos formam um só povo eleito, um só rebanho de Cristo e não vários.

Presente o Senhor na terra, a unidade derivava ao Reino, do divino Rei, e ao Rebanho, do Bom Pastor; desaparecido ele dentre nós, não perdurará a constituição primeva, "monárquica", da Igreja por ele fundada?

Mostra-nos a história que episcopados inteiros sucumbiram à heresia ou ao cisma. No seio da mesma igreja — por exemplo,

a anglicana — vemos um bispo ensinar o que ao outro se lhe afigura franca heresia.

Apelaremos para o critério da universalidade? Mostra-nos de novo a história que época houve em que a maioria do episcopado estava inquinada de erro ariano. Não é, pois, decisivo o critério quantitativo se o não completarmos por um outro qualitativo: ortodoxa é a fé professada por todos os fiéis da *verdadeira* Igreja de Cristo. Porém, onde está essa Igreja? Cada membro que se separa do Corpo Místico tem pretensões à autenticidade.

Insolúvel o problema, não nos tivesse dado o Senhor um critério infalível: onde está Pedro, aí está a verdadeira Igreja, porque onde está o Pastor constituído pelo mesmo Cristo, aí estão as verdadeiras ovelhas de Cristo; onde está o Chefe visível, aí se ajuntam os súditos do Reino de Cristo.

Sòmente a Igreja fundada sobre Pedro não sucumbirá à sanha dos poderes infernais. O nexo que liga todos os verdadeiros membros do Corpo Místico à Cabeça visível — e por ela à Cabeça invisível — dá unidade e firmeza acabadas ao organismo eclesiástico. [46]

"E' evidente que, pela vontade e por ordem de Deus, a Igreja foi estabelecida sobre o bem-aventurado Pedro, como o edifício sobre o seu alicerce. Ora, a natureza e a virtude própria do alicerce é dar a coesão ao edifício pela conexão íntima das suas diferentes partes; é ainda ser o liame necessário da segurança e solidez da obra inteira: se o alicerce desaparece, todo o edifício desmorona. O papel de Pedro é, pois, suportar a Igreja e manter nela a conexão, a solidez de uma coesão indissolúvel". [47] Sem Pedro, a ordem dos Bispos "se dispersa necessàriamente numa multidão onde reinam a confusão e a desordem". [48]

Pedro realiza também a unidade do culto cristão, não já por deter um poder sacramental superior ao dos outros Bispos, mas enquanto por sua jurisdição suprema, conserva puríssimo o culto, guarda intactos os sacramentos e até lhes determina, por vezes, a matéria e a forma válidas — como recentemente o fez Pio XII para o sacramento da Ordem.

Realiza enfim a unidade de governo, por isso que "coordena e dirige eficazmente, para a consecução do fim proposto, a atividade comum". [49]

Não é sem motivo que os inimigos do nome cristão intentam fomentar igrejas "nacionais". Bem sabem eles que tais comunidades são fàcilmente "domesticáveis".

---

[46]) Cf. *Mystici Corporis Christi*, n. 41; Conc. Vatic. (Denz., nn. 1821, 1837).
[47]) Leão XIII, Enc. *Satis cognitum*, n. 27.
[48]) L. c., n. 38.
[49]) Pio XII, *Mystici Corporis Christi*, n. 72.

Uno e inalterável, o papado luta sem cessar contra as causas internas e externas de desagregação do Corpo Místico. Ele a um tempo simboliza e realiza a unidade, por ser como uma emanação visível da unidade do Espírito Santo — Alma incriada — e da unidade de Cristo, Cabeça do Corpo Místico.

Novamente reluz a indissolúvel conexão entre a unidade exterior, visível, e a interior, invisível. Toda a finalidade da ação do Bispo na igreja local, e do Papa na Igreja universal, é de fortificar através da coesão exterior, a coesão interior, fruto da caridade.

Simples instrumentos do Salvador quando administram os sacramentos, causas dirigidas, assistidas por Ele, quando ensinam e governam, os Pastores são as "juntas e ligaduras" que unem à Cabeça divina o Corpo Místico, a fim de que este receba d'Aquela o influxo vital que o faz crescer (Col 2, 18-19).

A celebração do culto, a administração dos sacramentos, a pregação, as orientações disciplinares, visam fazer crescer cada fiel e o conjunto dos fiéis, de maneira que estejam sempre mais unidos a Cristo e entre si. Inversamente, a caridade mais se ateia e afervora, mais deseja as graças sacramentais que a alimentam; mais ávida está da luz que lhe provém do magistério; mais anseia pela força e segurança derivadas dos preceitos e conselhos pastorais.

Obediência à Igreja.

"Pai santo, guarda em teu nome aqueles que me deste, para que sejam um, assim como nós" (Jo 17, 11).

À prece tão veemente de Jesus, só condiz uma atitude nossa: *docilidade às moções do Espírito Santo* — princípio interno de unidade — *obediência às diretivas da hierarquia* — princípio extrínseco de unidade.

Grande dificuldade sentimos em nos capacitarmos dessa indiscutível verdade, de tal modo o individualismo gerado pela pseudo-reforma protestante empestou nosso ambiente católico. Ainda em tese abraçamos a obediência, porém na prática ouve-se amiúde frases como esta: "Quanto a mim, penso (ou ajo) da seguinte forma..." Isso não sòmente nas infinitas questões que a Igreja deixa a nossa livre iniciativa, mas ainda quando ela propõe a nossa inteligência dogmas de fé ou intima a nossa vontade ordens perentórias. Dir-se-ia que em matéria de religião, a regra suprema é o caprichoso fantasiar de cada um.

Entretanto, como qualificaríamos uma atitude individualista em relação às leis da natureza? Que diríamos de quem declarasse: "Quanto a mim, não aceito a lei de gravidade", e se arrojasse de uma torre, esperando pairar sobre a terra em vez de despedaçar-se ao solo?

Longe de serem sujeitas a nosso arbítrio, as leis naturais obrigam-nos a nos curvar, ainda quando algumas delas — a doen-

ça ou a morte — sobremodo nos desagradam. Se porventura logramos delas tirar proveito, é ainda obedecendo-lhes.

Também a religião não é questão de gosto, de capricho. Impossível escolher, tomar isto e deixar aquilo. Impossível nos salvarmos como entendemos, mas como Deus entende que nos devemos salvar. Impossível servir a Cristo a nossa maneira, mas à maneira determinada por Cristo. Religião autêntica exige entrega de si, sem reservas, sem condições, embora nossos desejos, hábitos ou opiniões.

Os individualistas, sempre a fabricar um cristianismo para uso pessoal, bem fácil e cômodo, olvidam que o Redentor insistiu sobre o caráter áspero, duro à natureza, violento até, da religião que ele vinha implantar no mundo.

Importa renascer de novo (Jo 3, 3); o Reino sofre violência (Mt 11, 12); seguir o Mestre consiste em renunciar a si e tomar a cruz (Mt 16, 24). Ao mesmo príncipe dos Apóstolos declara o Salvador: "Quando eras mais moço, cingias-te a ti mesmo, e andavas por onde querias; mas quando já fores velho, estenderás as mãos e outro te cingirá e te levará para onde tu não queres" (Jo 21, 18).

Deu-nos o exemplo o mesmo Senhor: "Eu desci do céu não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou" (Jo 6, 38). Obedeceu até a morte, e morte de Cruz (Fil 2, 8). Bem podia dizer: "Quem fizer a vontade de Deus, este é meu irmão" (Mc 3, 35).

Ora, a vontade de Deus é que nos salvemos, não isoladamente mas antes socialmente. Jesus, como vimos, reuniu os seus num só Corpo, confiando as suas graças ao organismo para que os membros individuais dela partilhassem *no Corpo,* vivendo a sua vida de membros. Se a ação sobrenatural de Cristo ultrapassa as fronteiras visíveis do Corpo Místico é a fim de encaminhar os estranhos — ao menos pelo desejo implícito — a esse Corpo, fora do qual não há possível salvação.

Para nós não existe, pois, santidade isolada. Só nos santificaremos pensando como membros, amando como membros, querendo como membros do Corpo Místico. Nossa vida sobrenatural é vida de componentes de um organismo que é a Igreja, assembléia dos fiéis.

Em qualquer sociedade, a multiplicidade provém dos diversos membros que a constituem, a unidade do fim que juntos perseguem. Na falta de órgãos apropriados a manter os membros coesos, logo se desagrega o conjunto: desencadeiam-se egoísmos, choques de opiniões, diversidade de orientações, indolência, incúria... Quanto mais numerosa a sociedade, quanto mais árduo o fim que colima, maiores os elementos de discórdia, os fatores de desagregação.

A autoridade social tem justamente por função assegurar a coesão, esclarecendo os diversos membros acerca do fim a demandar, dos meios aptos para atingi-los; dirigir as ações a caminho da meta comum; incentivar e harmonizar os esforços; despertar os indolentes e, se mister for, coibir os abusos.

Cumprirá aos membros da sociedade deixarem-se governar, aceitando os ensinamentos e os conselhos, executar as ordens dos chefes. Mais necessária ainda a ação da autoridade quando se trata de levar os homens a lutar contra a tendência mais profunda e espontânea: o egoísmo; a amar o que repugna à natureza corrompida, a viver no invisível.

Temos a graça e o sopro do Espírito Santo, dirão. Sem dúvida, mas se foi vontade de Cristo que encontrássemos a ambos no seio de uma sociedade religiosa? De resto, erro fatal seria armar uma antinomia entre a ação invisível e interior da graça e do Espírito, e a ação visível e exterior da autoridade pastoral. E' o mesmo Cristo que influi por uma e por outra. Una é a ação da Cabeça, embora incida sobre nós mercê de um duplo contacto: interno (a graça) e externo (os pastores).

A hierarquia, longe de se ajuntar à Igreja qual superestrutura, faz parte de sua constituição essencial. Ela está implantada em Cristo, não apenas porque d'Ele tira a origem, mas sobretudo porque existe continuidade mística entre a Cabeça e os mais eminentes membros do Corpo, que são os pastores. Cristo continua a assisti-los a cada momento.

Bem certo, tal assistência nem sempre é tão intensa que impeça o erro. Os historiadores os mais católicos admitem que os atos de governo dos Papas por vezes não foram acertados, e a Sé Apostólica não raro depõe Bispos por incapazes ou mesmo indignos. Mas Cristo que permite o erro e o mal, dele sabe tirar o bem de sua Igreja. Já previra todos esses desfalecimentos humanos, como previra a tríplice negação de Pedro.

Podemos assim dizer que a voz da hierarquia traduz a cada momento a vontade de Cristo sobre nós. Daí a serenidade de um João da Cruz diante dos desatinos de seus superiores: Cristo sabe o que nos convém, e assim ordena as coisas por nosso amor.

E, a suas filhas espirituais aconselhava o Santo: "Jamais consideres o prelado — seja ele qual for — como menos do que Deus, pois ele está em lugar de Deus... Considerando assim o prelado, ganha-se e aproveita-se muito; praticando o contrário, grandes a perda e o dano. E pois, com grande vigilância cuida em não levar em conta o seu gênio, modo de ser, talento, nem outras maneiras de proceder. Senão, sofrerás tão grande prejuízo que mudarás a obediência divina em humana, pautando a tua

conduta sòmente pelo proceder visível desse prelado, e não por Deus invisível a quem nele serves". [60]

Neste texto luminoso, descobre-nos o Santo Doutor que, obedecendo *cristãmente,* nunca jamais nos dobramos à vontade de um outro homem, mas sempre à vontade de Deus. E identificar-se à vontade divina é divinizar-se. Por isso mesmo a obediência cristã não é servidão humilhante, mas "liberdade gloriosa dos filhos de Deus" (Rom 8, 21).

Esse prelado é medíocre, apoucado, imprudente? Que importa, se lhe obedecemos não por subserviência a sua pessoa, mas porque nele vemos a Cristo que nos fala? E se, obedecendo, damos ao Senhor uma das maiores provas de amor? Obedecer prontamente, ensina S. Bento, convém aos que julgam nada ter mais caro do que Cristo. [61]

Obediência, filha do amor. De algo exterior e estranho a nós — heteronomia — passa, pelo amor, a ser algo vital e pessoal. O Verbo encarnado foi o perfeito obediente, porque nele reinava, absoluto, o amor ao Pai. "Eu faço sempre o que lhe agrada, para que o mundo saiba que eu amo o Pai e faço como o Pai me mandou" (Jo 8, 29; 14, 31). Da ânsia de "ser conforme à imagem do Filho de Deus" (Rom 8, 29) brota a perfeita obediência do cristão — até a morte.

Já assim o compreendia, nos primeiros anos do século II, S. Inácio mártir: obedecendo ao Bispo, escrevia, "não é a ele que vos submeteis senão ao Pai de Jesus Cristo, o Bispo universal". E ainda: "Segui todos ao Bispo, como Jesus Cristo seguiu ao Pai". [62]

A fim de melhor entender esta assimilação a Cristo pela obediência, é de notar que no próprio preceito da hierarquia se esconde uma graça de assimilação. Com efeito, sendo a Igreja Corpo Místico do Salvador, a saber ação salvífica realmente prolongada através do tempo, em cada preceito está mìsticamente presente a vontade de Cristo. Aceitando-o por amor, fazemos nossa essa vontade de Cristo, identificamo-nos com ela. Ora, querer o que Cristo quer é assimilar-se a ele. Ainda quando os pastores nos impõem medidas que nos parecem desacertadas — impedem, até, o bem que desejaríamos fazer — traz-nos a obediência à hierarquia esse imenso benefício.

Bem o sabiam os santos que sofreram perseguição de seus prelados. Lê-se na vida de S. Afonso de Ligório que o Papa Pio VI, enganado por calúnias capciosas, expulsou sem remissão o Santo da Congregação dos Redentoristas, que este fundara. Ao ouvir a terrível sentença, Afonso "ficou, um instante, como fora

---

[60]) S. João da Cruz: 2ª cautela contra o demônio.

[61]) *S. Benedicti Regula Monachorum,* c. 5. Não se trata, é claro, de ordens porventura pecaminosas, pois que obedecer seria então pecar.

[62]) Magn., III, 1; Smyrn., VIII, 1 (ed. cit., pp. 30, 38).

de si e transido de espanto; mas, adorando logo a vontade de Deus nas disposições tomadas pelo Vigário de Jesus Cristo, inclinou ainda mais a sua cabeça encurvada pela doença e exclamou: "Quero só a Deus: contanto que não seja privado de sua graça, isto me basta. O Papa quer assim: Deus seja bendito!..." Bem que prostrado sob o peso da dor, não proferiu a menor queixa. Quando se permitiam alguma palavra pesada sobre o golpe que o ferira, ele cortava a conversa ao crítico e repetia o estribilho de todos os dias: "O Papa assim quis, Deus seja bendito! Vontade do Papa, vontade de Deus". [53]

SINTESE.

I. O Episcopado. Os Apóstolos transmitiram a seus sucessores os poderes necessários ao crescimento da Igreja por eles estabelecida. São os poderes: a) de Ordem, do qual o bispo tem a plenitude; b) de jurisdição ordinária (ligada ao cargo) e imediata (sem intermediário) sobre as ovelhas que o bispo pastoreia em determinado território. Essa jurisdição vem aos bispos de Cristo por meio do Papa.

O colégio episcopal, em comunhão com o Papa, é infalível: a) quando reunido em concílio universal define extraordinàriamente o dogma; b) quando, fora do concílio, ensina uma verdade como de fé.

O episcopado é um estado de vida perfeito pois supõe a perfeição adquirida.

II. O Sumo Pontífice. E' o pastor dos pastores. Assim como foi vontade de Deus salvar o mundo passando pela humanidade de Cristo e trazer até nós a graça de Cristo pelos sinais sensíveis dos sacramentos, assim quis reger a sua Igreja, de maneira visível, por um Chefe assistido por ele para que não desfalecesse. De fato Cristo deu a Pedro poderes privativos: pedra fundamental da Igreja, clavígero do reino dos céus, pastor do rebanho. Igual aos Onze quanto ao apostolado e ao episcopado, Pedro a eles sobreestá quanto à chefia da Igreja (ensino e governo). Regra viva da fé e dos costumes. Pai comum de todos os fiéis, símbolo vivo da unidade do gênero humano em Cristo.

Querendo perpetuar a sua Igreja, Cristo deveria querer perpetuar o ofício de Pedro. Ligou-o ao bispo de Roma, sucessor de Pedro. Cristo está em Roma, na pessoa do seu Vigário. Embora o Papa possa transferir a sua residência, não consta ao certo se ele pode transladar a sua Sé.

Como cabeça visível do Corpo Místico, o Papa está inteiramente subordinado à Cabeça invisível, o que é indicado pelo título de Vigário de Cristo. Os cardeais elegem o Papa, mas não lhe conferem qualquer poder, este desce-lhe direta e imediatamente de Cristo. O Papa tem, sobre a Igreja universal: a) jurisdição (magistério e governo); b) ordinária (vinculada ao próprio ofício); c) imediata (atingindo em particular e em conjunto bispos e fiéis). Poder universal, pleno e supremo. Divinamente assistido pelo próprio Cristo.

Para o pleno exercício desse poder, o Papa carece de independência absoluta em relação ao poder político. Logo soberania. Donde o poder temporal dos Papas.

---

[53]) R. P. Berthe. Santo Afonso de Ligório. Trad. P. Oscar Chagas de Azeredo. São Paulo, 1931, pp. 673, 674-675.

A infalibilidade papal está implicitamente contida na promessa que Jesus fez a Pedro deste ser pedra fundamental, claviguero e pastor, e está explicitamente na promessa que não permitiria o desfalecimento da fé de Pedro: absorção da mente do Papa pela luz de Cristo, quando define solenemente a fé e os costumes. Definições irreformáveis, pois que a assistência divina faz com que o Papa guarde fielmente e explicite corretamente o depósito da fé. O Papa então é testemunha, mestre, juiz. Donde veneração, gratidão, dedicação, docilidade dos fiéis para com o Papa.

III. Apostolicidade e unidade visível da Igreja. Cristo havendo realizado sòzinho na Cruz a redenção objetiva, quis realizar a redenção subjetiva (aplicação individual dos frutos da Paixão) pelo ministério dos Apóstolos. A Igreja se origina de Cristo pelos Apóstolos e entre estes e nós há continuidade ininterrupta, resultante da sucessão regular dos legítimos pastores. A transmissão ininterrupta dos poderes de ordem e de jurisdição, assegura a continuidade na transmissão da fé e dos sacramentos. Hereges e cismáticos são os que rompem a cadeia, enquanto a Igreja cresce mantendo perfeita continuidade doutrinal e sacral. O papado assegura o perdurar da Igreja dos Apóstolos, pois ele discerne o progresso do desvio, com absoluta certeza. Donde a estabilidade inabalável da Igreja.

A unidade da Igreja que lhe vem da Alma incriada e invisível, transparece visivelmente pela unidade: a) na profissão da fé; b) no culto e nos sacramentos; c) no modo de proceder. Esta unidade tem dois princípios exteriores que são os poderes apostólicos de ordem e jurisdição. O Papa na Igreja universal e o Bispo na igreja local, são os princípios da unidade visível da fé, do culto e da conduta. O nexo que liga todos os verdadeiros membros do Corpo místico à Cabeça visível — o Papa — e por ele à Cabeça invisível — Cristo — dá unidade acabada ao organismo eclesiástico na ordem da fé, do culto e do governo. Daí o nosso dever de sermos dóceis às moções do Espírito Santo — princípio interior da unidade — e obedientes às diretivas da hierarquia, princípio exterior desta unidade.

INDICE

INTRODUÇAO GERAL: FE' E TEOLOGIA

I. A FE' DIVINA

II. A COMPREENSAO DA FE' OU TEOLOGIA

CAPITULO I: DE CRISTO A IGREJA

CAPITULO II: NOMES E SIMBOLOS DA IGREJA

CAPITULO III: O NASCER DA IGREJA

I. PREPARAÇAO DA IGREJA

II. FUNDAÇAO DA IGREJA

III. COMPLEMENTAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DA IGREJA

CAPÍTULO IV: CRISTO CABEÇA DA IGREJA

CAPÍTULO V: OS MEMBROS DA IGREJA

I. DOUTRINA DA ESCRITURA

II. FORA DA IGREJA NÃO HÁ SALVAÇÃO

III. A DIVERSIDADE DOS MEMBROS DA IGREJA

IV. CATOLICIDADE DA IGREJA

CAPÍTULO VI: A ALMA DA IGREJA

I. A ALMA INCRIADA DA IGREJA

II. A ALMA CRIADA DA IGREJA

III. A UNIDADE DA IGREJA

IV. A SANTIDADE DA IGREJA

CAPÍTULO VII: OS PODERES DA IGREJA

I. O PODER SACERDOTAL

II. O PODER DE MAGISTÉRIO

III. O PODER DE GOVERNO

IV. PODER RELIGIOSO E PODER CIVIL

CAPÍTULO VIII: O PONTIFICADO

I. O EPISCOPADO

II. O SUMO PONTÍFICE

III. APOSTOLICIDADE E UNIDADE VISIVEL DA IGREJA

Pe. DR. M. TEIXEIRA-LEITE PENIDO

O MISTÉRIO DA IGREJA

1956

EDITORA VOZES LTDA.
Petrópolis